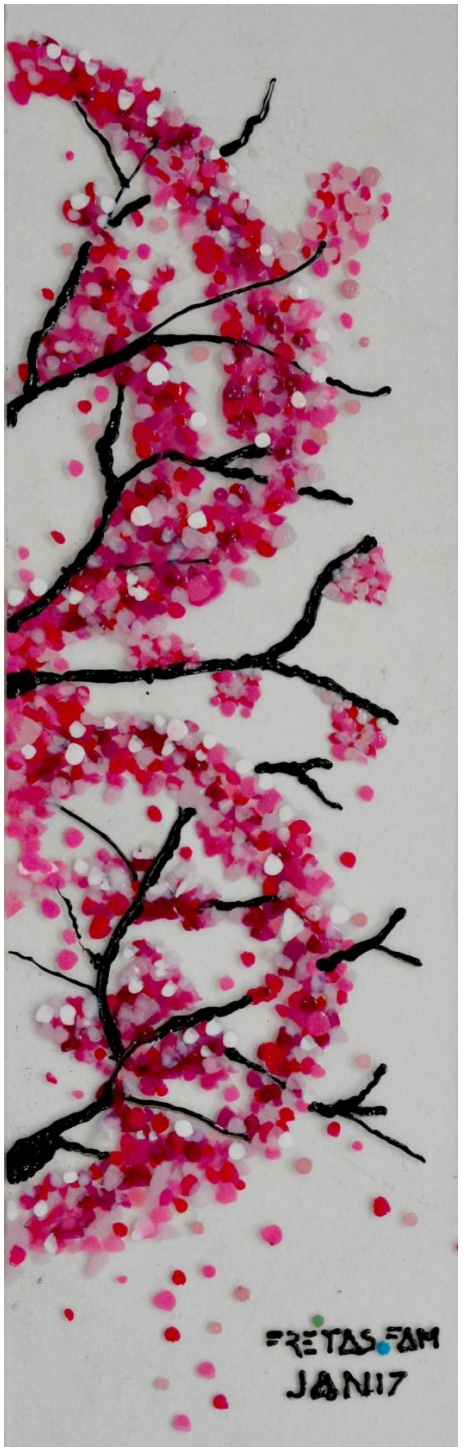
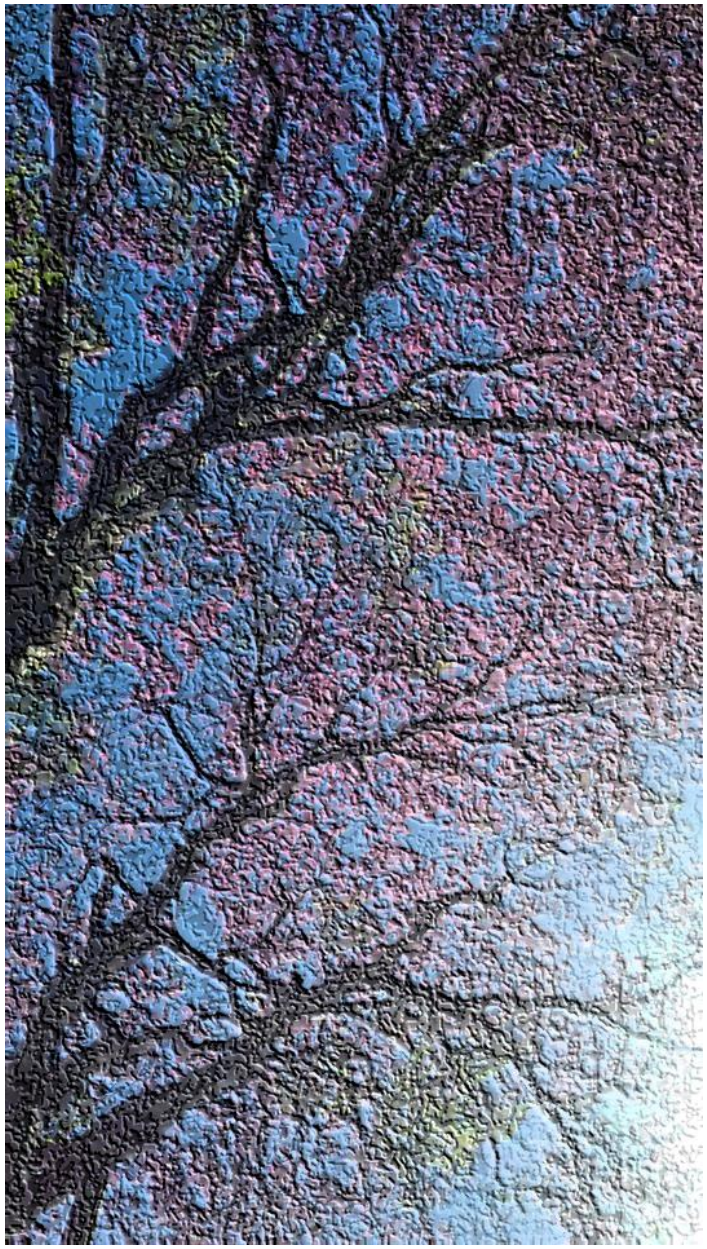
RECONSTITUINDO O DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA:

LEGADO E POSSIBILIDADES PARA O ESTADO

Maria Cândida Teixeira de Cerqueira





O nome da pintura pode ser "Habitat".

"Acho que falei com você sobre o fato de a árvore ter sido a primeira habitação humana, antes mesmo das cavernas, quando o bicho-homem vivia como um macaco.

No sentido mais amplo do termo, a árvore era uma segurança contra alguns animais; eventualmente, fornecia o alimento e servia também como abrigo contra as intempéries, como é hoje uma parcela de assentamento, com sua respectiva casa.

Talvez possamos fazer também uma comparação com o primeiro habitat da criança, o ventre materno. A árvore tem a conotação da maternidade, mas, mesmo assim, muitos não a respeitam como deveriam.

A escolha do ipê rosa é em razão de essa árvore aparecer em quase todas as regiões do Brasil, assim como os projetos de assentamento. E sempre com sua inflorescência exuberante, uma verdadeira obra de arte natural, talvez o que falte ainda aos nossos projetos".

Sérgio Antunes, arquiteto aposentado do INCRA, autor do desenho da capa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – PPGAU.

RECONSTITUINDO O DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA: LEGADO E POSSIBILIDADES PARA O ESTADO.

Maria Cândida Teixeira de Cerqueira

NATAL/RN
JUNHO/2019

MARIA CÂNDIDA TEIXEIRA DE CERQUEIRA

RECONSTITUINDO O DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA: LEGADO E POSSIBILIDADES PARA O ESTADO.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como requisito parcial para obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Profª. Drª. Amadja Henrique Borges.

NATAL/RN.

JUNHO/2019.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinôco - DARQ - -CT

Cerqueira, Maria Cândida Teixeira de.
Reconstituindo o desenho do habitat de reforma agrária: legado e possibilidades para o estado / Maria Cândida Teixeira de Cerqueira. - Natal, RN, 2019.
508f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
Orientadora: Amadja Henrique Borges.

1. Desenho do habitat - Tese. 2. Reforma agrária - Tese. 3. Habitat de reforma agrária - Tese. I. Borges, Amadja Henrique. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BSE15 CDU 728.1

Elaborado por Ericka Luana Gomes da Costa Cortez - CRB-15/344

MARIA CÂNDIDA TEIXEIRA DE CERQUEIRA

RECONSTITUINDO O DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA: LEGADO E POSSIBILIDADES PARA O ESTADO.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como requisito parcial para obtenção do título de Doutora.

Área de Concentração Única: Arquitetura e Urbanismo.

Linha de Pesquisa 1: Intervenções Territoriais, Habitação Social e Cidadania.

Data da aprovação: 21 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Amadja Henrique Borges – PPGAU/UFRN (Orientadora/Presidente).

Profª. Drª. Akemi Ino - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo IAU/USP (Examinadora Externa à Instituição).

Profª. Drª. Karla Emmanuela Ribeiro da Hora – EEC/PPG Projeto e Cidade/PPG CIAMB/UFG (Examinadora Externa à Instituição).

Profª. Drª. Irene Alves de Paiva – PPGCS/UFRN (Examinadora Externa ao Programa).

Prof. Dr. Rubenilson Brazão Teixeira – PPGAU/UFRN (Examinador Interno).

Em homenagem a todos que sonham com um habitat de reforma agrária Lefebvriano, em especial a

Amadja Borges, Graça Arruda e Sergio Antunes.

Dedico à memória de TIA CRISTINA, uma das minhas inspirações para a "vida acadêmica"... virou uma "anjona" e foi fazer ensino, pesquisa e extensão lá no céu.

"É preciso ter esperança, mas ter

Esperança do verbo esperançar;

Porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E

Esperança do verbo esperar não é

Esperança, é espera.

Esperançar é se levantar,

Esperançar é ir atrás, esperançar é

Construir, esperançar é não desistir!

Esperançar é levar adiante,

Esperançar é juntar-se com outros

Para fazer de outro modo..."

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu não cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei, ei, ei
Ei ei ei... uu
A vida ensina e o tempo traz o tom
Pra nascer uma canção
Com a fé no dia-a-dia
Encontro a solução
Encontro a solução...
(A Estrada – Cidade Negra)

Ao completar o percurso para efetivação desta tese e olhar para trás percebo o quanto sua estrada se fez repleta de desafios, nas diversas ordens: acadêmica, profissional, pessoal...

Comparo a atividade de pesquisa à montagem de um quebra-cabeça cujas peças - de tamanhos variados - encontram-se espalhadas por todos os lugares. Exercício instigante, regrado com muita dose de paciência e reflexão, tanto na busca das peças, como na sua junção. O ritmo dessa atividade não se faz constante. Há momentos em que é mais fácil identificar o encaixe das peças. Parece que elas buscam umas às outras e o processo flui rapidamente. No contraponto, outros encaixes são mais demorados. Precisam de mais tempo de reflexão para encontrar a posição certa. Contudo, cada peça fixada, vai tomando seu lugar e dando forma ao todo. O resultado final sempre surpreende seu executor, trazendo-lhe uma sensação de realização e dever cumprido. É assim que me sinto.

Na montagem do quebra-cabeça em busca da reconstituição do desenho do habitat de reforma agrária, vários foram aqueles que me disponibilizaram, além das peças, seu tempo, dedicação, entusiasmo e amor pela temática. E eu só tenho a agradecer.

Primeiro a Deus, pela recuperação da minha saúde mental.

Ao meu pai Auciomar e minha mãe Nilda, pelo infinito amor e dedicação, inclusive como companheiros de viagem a alguns assentamentos rurais para coleta de dados.

À minha irmã Maria Cláudia, e meu irmão Goi, pelo infinito amor, carinho e companheirismo de toda uma vida.

Aos meus familiares: tios, tias, primos e primas pelo incentivo e compreensão nos momentos das ausências necessárias.

À Prof[a]. Amadja Borges, minha eterna orientadora, que dentre tantas coisas, tem me ensinado a dialética da vida.

Aos queridos amigos do GERAH - Cecília, Sarah, Márcia, Beatriz, Camila, Dmetryus, Jéssica, Isadora e Karina - por todos os momentos compartilhados: estudos; aprendizagens; angústias e

emoções nas finalizações dos projetos de pesquisa/extensão; amizade e cumplicidade nos encontros no espetinho do Sr. Pedrinho.

A Nicolau e demais funcionários da Secretaria e Coordenação do PPGAU/UFRN, por toda dedicação, presteza e pró-atividade, sobretudo nas respostas "instantâneas" aos e-mails.

Aos professores da banca, Akemi, Irene, Karla e Rubenilson, pela disponibilidade e valorosas contribuições.

A Flávia, pela "coautoria" e elaboração dos belíssimos mapas e imagens que ilustram a tese e pelo apoio nas horas de maior "desespero", sempre me incentivando de maneira bem-humorada.

A todos os meus queridos amigos e amigas, pela torcida e apoio: compreensão às minhas ausências nos momentos de "regime fechado" e companheirismo na "liberdade definitiva".

Aos assentados e assentadas, que comigo compartilharam suas histórias e sonhos por um habitar de reforma agrária.

Aos colegas do INCRA, das mais diversas Superintendências nas quais tive oportunidade de estar: SR/SC; SR/Belém; SR/MT; Sede/Brasília. Agradeço pela gentileza com que fui recebida e por me apresentarem um INCRA que eu não conhecia, enriquecendo sobremaneira o legado da pesquisa.

Em especial aos amigos do INCRA/RN: a Vinícius, que intercedeu para o êxito do meu afastamento. Ao Superintendente Leonardo e Superintende Adjunta Leiliane, pelo apoio, compreensão e confiança no meu trabalho.

Ao "campo empírico" da pesquisa – Barbosa, Estrela, Heleno, Marcílio, Paulo Sena e Sr. Djalma pela disponibilidade e generosidade em nossas inúmeras conversas e entrevistas.

A Wagner pela gentileza em se disponibilizar a me acompanhar a duas viagens de campo para a coleta de dados.

Aos colegas do Setor de Infraestrutura – Alan, Claudine, Nadja e Picado – pela amizade, cumplicidade e carinho de sempre.

E aos demais colegas que cederam um pouco do seu tempo, disponibilizando mais peças ao nosso quebra-cabeça: Ana Campos, Dora, Erlon, Flávio, Formiga, Ivan, Hélio, Herbert, Luiz de França, Luiz Fernando, Manoel Neto, Mário, Marx, Priscila, Suelíria, Vamilson, Vivi e Zé Paulo. E aos ex-superintendentes Cesar de Oliveira e Paulo Sidney.

E, em modo especial, à Graça Arruda, por todo apoio, carinho e gentileza em nossas muitas conversas, nas quais me foram proporcionadas verdadeiras aulas sobre a prática da reforma agrária pelo INCRA no RN. Além da generosidade de me disponibilizar seu arquivo pessoal com material inédito sobre a temática. Seu amor e dedicação ao INCRA/RN me fez compreender e descobrir uma nova relação com a autarquia.

RESUMO

Qual o legado do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) quanto à produção do desenho do habitat de reforma agrária? Em busca dessa resposta decorre esta tese. O seu objetivo consiste em analisar o processo de produção do desenho do habitat dos assentamentos de reforma agrária exercida pelo Estado, de modo a contribuir com sua atuação no país. Parte-se da hipótese que "a produção exclusiva do INCRA quanto ao desenho do habitat de reforma agrária em nosso país respondeu mais quantitativa do que qualitativamente, haja vista que os habitats implementados não atendem às necessidades e expectativas dos assentados". Assim, no contexto de transformações que modificaram o modo do habitat e de habitar da sociedade, sobretudo no campo - este entendido como um espaço não oposto à cidade, mas complementar - tem-se os habitats de reforma agrária: lugar onde o indivíduo habita e desenvolve sua vida cotidiana (BORGES, 2002). Quanto ao seu desenho, em relação à responsabilidade pelas ações de planejamento, concepção e demarcação no espaço físico, e implementação da infraestrutura básica, a atuação do Estado acontece através do INCRA. Criado em 1970, desde então vem contribuindo para o desenho do nosso território. De 1970 a 1985 através da política de colonização, implantava os projetos integrados de colonização (PIC), utilizando o Urbanismo Rural para o desenho dos habitats. Já nos últimos 30 anos, limita-se ao desenho do habitat de reforma agrária. Esta política, no entanto, não se fez prioritária para os vários governos pós-Constituinte de 1988, apesar da luta dos movimentos sociais para sua efetivação. Com as mais diversas limitações inerentes às questões do habitat – normativas, recursos financeiros e humanos, dentre outros - o INCRA continua desenhando, ocupando e transformando o nosso território. Esta tese, portanto, configura-se como a relação entre a atuação do Estado e o desenho do habitat de reforma agrária. Para atingir os objetivos propostos, parte-se do método dialético regressivo-progressivo, criado por Marx e desenvolvido por Lefebvre, sendo outros postulados deste filósofo também referência metodológica, assim como os de Borges (2002). O campo empírico corresponde aos 286 assentamentos rurais criados pela política nacional de reforma agrária situados no território do RN no recorte temporal estudado: 1985 a 2013. Neste intervalo sucederam os governos: Sarney (1985-1989); Collor (1990-1992); Itamar (1992-1995); FHC (1995-2002); Lula (2003-2010); e Dilma (2011-2013). A materialidade do campo empírico limita-se aos habitats de um assentamento de cada um dos seis períodos. Assim, partindo da situação atual do habitar o campo no Brasil, reflete-se sobre o presente e o passado na produção do habitat: habitar e habitat na reforma agrária e desenho do habitat de reforma agrária. Na sequência, aborda-se a prática do Estado e o desenho do habitat de reforma agrária e, posteriormente é realizado o estudo de sua produção no RN. Constata-se que, apesar das diferenças entre o maior e o menor quantitativo criado – em FHC foram 202 assentamentos, enquanto em Itamar apenas 2 – o legado do INCRA/RN é composto por um padrão de desenho do habitat de reforma agrária. Na Escala do Assentamento há 1 habitat concentrado, localizado na extremidade do assentamento, acessado por via vicinal. Já na Escala do Habitat prevalece a tipologia ortogonal/tabuleiro para configuração física. Quanto ao processo de efetivação, resulta da correlação de forças entre os agentes atuantes: técnicos do INCRA, assentados e seus representantes - sindicatos e movimentos sociais. Ausências também são identificadas. Por fim, possibilidades são apontadas a fim de otimizar as políticas e a gestão do Estado para o desenho do habitat de reforma agrária.

Palavras chaves: Desenho do habitat – Reforma Agrária – Habitat de Reforma Agrária

ABSTRACT

What is the legacy of the National Institute of Colonization and Land Reform (INCRA) regarding the design production of the land reform habitat? This thesis derives from the search to answer this question. Its objective consists in analyze the production process of the habitat design of the land reform settlements executed by the State in order to contribute to its actions in the country. Assuming, as a starting point, the hypothesis that "the INCRA's exclusive production in relation to the design of land reform habitats in Brazil had a more quantitative approach than a qualitative one, knowing the implemented habitats do not satisfy the needs and expectations of the settlers". Therefore, in the context of the transformations that modified the habitat and inhabits manners of society, mainly in the countryside - known not as a space opposed to the city, but complementary to it - the land reform habitats are: the place where the individual inhabits and develops its everyday life (BORGES, 2002). In addition to the design, regarding the responsibilities for planning actions, conception and demarcation in the physical place; and basic infrastructure implementation, the State acts through INCRA. Created in 1970, since then INCRA has been contributing to the design of our territory. From 1970 to 1985 through the colonization policy, INCRA implemented the colonization integrated projects (PIC), using the Rural Planning to design the habitats. The delimitation of the habitat design of the land reform already occurs in the last 30 years. This policy, however, was not made a priority to many governments post-Constitution of 1988, besides the struggle of the social movements for its realization. Along with the most diverse inherent limitations to habitat questions - regulatory; financial and human resources; among others - INCRA still designing, occupying and transforming the Brazilian territory. Nevertheless, this thesis constitutes the relation between the habitats design of land reform and the State actuation. In order to achieve the proposed objectives, it was used as theoretical background the dialectical method regressive-progressive created by Marx and developed by Lefebvre and others postulates by him and the ones by Borges (2002). The empirical field corresponds to 286 rural settlements created by the national policy of land reform situated in the state of Rio Grande do Norte, RN, in the studied timeline: from 1985 to 2013. In this time period the following governments occurred: Sarney (1985-1989); Collor (1990-1992); Itamar (1992-1995); Fernando H. Cardoso (FHC) (1995-2002); Lula (2003-2010); Dilma (2011-2013). The materiality of the empirical field is limited to the 1 settlement habitats of one of each 6 periods. Thus, starting from the current situation of habitating the rural territory of Brazil, it is possible to ponder about the present and past in the production of habitat: habitating and habitat in land reform and habitat design of land reform. Subsequently, the practice of the State and the habitat design in land reform was approached, afterwards, was performed a study of its production in RN. Observing that the differences between the biggest and smallest quantitative created - during FHC's government were created 202 settlements, while during Itamar were only 2 - INCRA/RN legacy is composed by a pattern of habitat design of land reform. In the Settlement Scale exist 1 concentrated habitat located in the settlement's edge accessed through neighboring road. Whereas in the Habitat Scale prevails the orthogonal typology for physical configuration. Regarding the realization process, it results from the correlation of forces among acting agents: INCRA's technicians; settled and social movements (unionized or not). Absences are also identified. In conclusion, possibilities are pointed in order to optimize policies and management of the State to design the habitat of land reform.

Key words: Habitat design - Agrarian Reform - Agrarian reform habitat

LISTA DE MAPAS

MAPAS	DESCRIÇÃO	PÁGINA
Mapa 01 -	Mapa do Rio Grande do Norte com todos os assentamentos criados (A3).	270
Mapa 02 -	Mapa do Rio Grande do Norte e suas mesorregiões (A4).	273
Mapa 03 -	**Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais Governo Sarney** (A4).	299
Mapa 04 -	Mapa do Assentamento Rural Lagoa do Xavier: Escala I - Regional (A3).	310
Mapa 05 -	Assentamento Rural Lagoa do Xavier, Acessos e Adjacências (A3).	312
Mapa 06 -	Assentamento Rural Lagoa do Xavier: Escala II – Assentamento Rural (A3).	313
Mapa 07 -	Assentamento Rural Lagoa do Xavier: Escala III – Habitat (A3).	316
Mapa 08 -	**Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais Governo Collor** (A4).	322
Mapa 09 -	Mapa do Assentamento Rural Santa Vitória: Escala I - Regional (A3).	331
Mapa 10 -	Assentamento Rural Santa Vitória, Acessos e Adjacências (A3).	333
Mapa 11 -	Assentamento Rural Santa Vitória: Escala II – Assentamento Rural (A3).	335
Mapa 12 -	Assentamento Rural Santa Vitória: Escala III – Habitat (A3).	338
Mapa 13 -	**Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais Governo Itamar** (A4).	344
Mapa 14 -	Mapa do Assentamento Rural Zabelê: Escala I - Regional (A3).	354
Mapa 15 -	Assentamento Rural Zabelê, Acessos e Adjacências (A3).	355
Mapa 16 -	Assentamento Rural Zabelê: Escala II – Assentamento Rural (A3).	357
Mapa 17 -	Assentamento Rural Zabelê: Escala III – Habitat: Aracati (A3).	360
Mapa 18 -	Assentamento Rural Zabelê: Escala III – Habitat: Santo Antônio (A3).	361
Mapa 19 -	Assentamento Rural Zabelê: Escala III – Habitat: Cajá (A3).	362
Mapa 20 -	**Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais Governo FHC** (A4).	371
Mapa 21 -	Mapa do Assentamento Rural Três Marias: Escala I - Regional (A3).	386
Mapa 22 -	Assentamento Rural Três Marias, Acessos e Adjacências (A3).	387
Mapa 23 -	Assentamento Rural Três Marias: Escala II – Assentamento Rural (A3).	389
Mapa 24 -	Assentamento Rural Três Marias: Escala III – Habitat (A3).	391
Mapa 25 -	**Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais Governo Lula** (A4).	397
Mapa 26 -	Mapa do Assentamento Rural Rosa Luxemburgo: Escala I - Regional (A3).	412
Mapa 27 -	Assentamento Rural Rosa Luxemburgo, Acessos e Adjacências (A3).	413
Mapa 28 -	Assentamento Rural Rosa Luxemburgo: Escala II – Assentamento Rural (A3).	415
Mapa 29 -	Assentamento Rural Rosa Luxemburgo: Escala III – Habitat (A3).	418
Mapa 30 -	**Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais Governo Dilma** (A4).	423
Mapa 31 -	Mapa do Assentamento Rural Dom Pedro II: Escala I - Regional (A3).	431
Mapa 32 -	Assentamento Rural Dom Pedro II, Acessos e Adjacências (A3).	432
Mapa 33 -	Assentamento Rural Dom Pedro II: Escala II – Assentamento Rural (A3).	434
Mapa 34 -	Assentamento Rural Dom Pedro II: Escala III – Habitat (A3).	436

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
Figura 01 -	Mapa do Brasil com os assentamentos rurais criados pelo INCRA.	31
Figura 02 -	Implantação geral do assentamento rural Eldorado dos Carajás.	86
Figura 03 -	Exemplar de habitat concentrado: Assentamento Chico Mendes (Rio Grande do Norte).	99
Figura 04 -	Exemplar de habitat disperso: Assentamento Yapinay (São Paulo).	99
Figura 05 -	Exemplar de habitat misto: Assentamento Rodeio (São Paulo).	99
Figura 06 -	Implantação do habitat concentrado do Eldorado dos Carajás (Macaíba).	104
Figura 07 -	"Esquema de planejamento Urbano-Rural pra colonização de rodovias pioneiras".	117
Figura 08 -	"Zoneamento esquemático do planejamento urbano-rural (Urbanismo Rural) de região limítrofe a uma cidade.	118
Figura 09 -	Esquemas para o plano físico e organização social de Agrovilas.	118
Figura 10 -	Exemplo do esquema para uma Agrópolis.	120
Figura 11 -	Exemplo do esquema de urbanização para um Rurópolis.	121
Figura 12 -	Exemplar de habitat concentrado do MST.	132
Figura 13 -	Exemplar Núcleo de Moradia do MST.	134
Figura 14 -	Exemplar Núcleo Habitacional do MST.	134
Figura 15 -	Implantação do habitat do Maria da Paz (João Câmara).	146
Figura 16 -	Planta baixa da habitação do Maria da Paz (João Câmara).	146
Figura 17 -	Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 68.153 (01/02/1971).	163
Figura 18 -	Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 90.697 (11/12/1984).	164
Figura 19 -	Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 92.627 (02/05/1986).	165
Figura 20 -	Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 94. 331 (14/05/1987).	166
Figura 21 -	Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 966 (27/10/1993).	168
Figura 22 -	Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 3.509 (14/06/2000).	169
Figura 23 -	Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 4.705 (23/05/2003).	172
Figura 24 -	Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 5.011 (11/03/2004).	172
Figura 25 -	Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 5.735 (27/03/2006).	172
Figura 26 -	Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 6.812 (03/04/2009).	173
Figura 27 -	Fluxograma de Criação Assentamento Rural de Reforma Agrária.	204
Figura 28 -	Assentamentos do INCRA no Pará e suas tipologias.	238
Figura 29 -	Localização PAE Ilha de Panema/Pará.	241
Figura 30 -	Assentamentos Rurais do INCRA em Mato Grosso.	242
Figura 31 -	Localização do habitat do Assentamento Nossa Senhora Aparecida I.	244
Figura 32 -	Assentamentos Rurais do INCRA em Santa Catarina.	246
Figura 33 -	Localização do habitat do assentamento Itajá-Mirim (SC).	247
Figura 34 -	Projeto habitação em madeira para assentamentos rurais SC.	248

Figura 35 - Planta baixa projeto padrão INCRA: MODELO 01. 258
Figura 36 - Planta baixa projeto padrão INCRA: MODELO 02. 258
Figura 37 - Planta baixa projeto padrão INCRA: MODELO 03. 259
Figura 38 - Assentamentos rurais do RN x Mesorregião. 272
Figura 39 - Número de Famílias assentadas x Mesorregião. 272
Figura 40 - Quantidade de Habitats x Assentamento Rural. 274
Figura 41 - Localização do Habitat x Assentamentos Rural. 274
Figura 42 - Modo de acesso x Total de Assentamentos Rurais. 274
Figura 43 - Assentamento Santo Antônio (Governador Dix-Sept Rosado/1998): habitat localizado na extremidade/perímetro. 275
Figura 44 - Assentamento Independência (Mossoró/1995): habitat localizado na extremidade/não perímetro. 275
Figura 45 - Exemplar tipologia habitat Linear/1 rua. 276
Figura 46 - Exemplar tipologia habitat Linear/2 ruas. 276
Figura 47 - Exemplar tipologia habitat Concêntrico/Quadrado . 277
Figura 48 - Exemplar tipologia habitat Concêntrico/Radial. 277
Figura 49 - Exemplar tipologia habitat Ortogonal/Tabuleiro. 278
Figura 50 - Exemplar tipologia habitat Ortogonal/Cruz. 278
Figura 51 - Exemplar tipologia habitat Outros. 278
Figura 52 - Tipologias do desenho dos habitats do RN. 279
Figura 53 - Série histórica RN: Dados Censo Agropecuário. 281
Figura 54 - Gov. Sarney: Relação mesorregião RN x Área desapropriada. 300
Figura 55 - Gov. Sarney: Relação mesorregião RN x Número de famílias. 301
Figura 56 - Localização do habitat do Fazenda Sítio/Favela (Mossoró). 302
Figura 57 - Localização do habitat do Soledade (Apodi). 303
Figura 58 - Localização do habitat do Ponta do Mel (Areia Branca). 303
Figura 59 - Implantação habitat disperso Serra Vermelha (A. Branca). 304
Figura 60 - Implantação do habitat disperso do Baixa da Quixaba (São Bento do Norte). 304
Figura 61 - Implantação habitat disperso Entre Santo/Santo Antônio (São Rafael). 304
Figura 62 - Implantação 1 habitat disperso Fazenda Palheiros (Upanema). 304
Figura 63 - Tipologia do habitat do Lagoa do Xavier (Mossoró). 305
Figura 64 - Tipologia do habitat do Zumbi/Rio do Fogo (Pureza). 305
Figura 65 - Planta baixa do projeto original do Lagoa do Xavier. 319
Figura 66 - Planta baixa de habitação reformada do Lagoa do Xavier. 320
Figura 67 - Gov. Collor: Relação mesorregião RN x Área desapropriada. 323
Figura 68 - Gov. Collor: Relação mesorregião RN x Número de famílias. 323
Figura 69 - Localização do habitat do Marajó (João Câmara). 325
Figura 70 - Localização do habitat do Boa Sorte (João Câmara). 325
Figura 71 - Localização do habitat do Mulunguzinho (Mossoró). 325
Figura 72 - Tipologia do habitat do Catingueira (Baraúna). 326
Figura 73 - Tipologia do habitat do Rancho do Pereiro (Baraúna). 326

Figura 74 - Tipologia do habitat do Santa Vitória (São Bento do Norte). 326
Figura 75 - Planta baixa da habitação do Santa Vitória. 340
Figura 76 - Planta baixa de habitação reformada do Santa Vitória. 342
Figura 77 - Gov. Itamar: Relação mesorregião RN x Área desapropriada. 345
Figura 78 - Gov. Itamar: Relação mesorregião RN x Número de famílias. 345
Figura 79 - Implantação do Rosado (Porto do Mangue/Areia Branca). 347
Figura 80 - Tipologia do habitat do Rosado (Porto do Mangue/Areia Branca). 347
Figura 81 - Planta baixa da habitação original do Zabelê. 366
Figura 82 - Planta baixa de uma habitação reformada no Aracati. 368
Figura 83 - Planta baixa de uma habitação reformada no Cajá. 369
Figura 84 - Planta baixa de uma habitação reformada no Santo Antônio. 370
Figura 85 - Gov. FHC: Relação criação assentamento x Ano de governo. 372
Figura 86 - Gov. FHC: Relação mesorregião RN x Número de Assentamentos. 372
Figura 87 - Conglomerado assentamentos adjacente à Serra do Mel. 373
Figura 88 - Conglomerado de assentamentos no município de Apodi. 373
Figura 89 - Conglomerado de assentamentos no município de Upanema. 374
Figura 90 - Conglomerado de assentamentos no município de Governador Dix-Sept Rosado. 374
Figura 91 - Conglomerado de assentamentos entre os municípios de Mossoró, Baraúnas e Upanema. 375
Figura 92 - Gov. FHC: Relação mesorregião RN x Área desapropriada. 375
Figura 93 - Gov. FHC: Relação mesorregião RN x Número de famílias. 375
Figura 94 - Localização do habitat do Oziel Alves (Mossoró). 377
Figura 95 - Localização do habitat do Caju Nordeste (São Bento do Norte). 377
Figura 96 - Localização do habitat do Primeira Lagoa (Ceará-Mirim). 378
Figura 97 - Localização do habitat do Canto Comprido (Carnaubais). 378
Figura 98 - Localização dos habitats do conglomerado de Upanema. 378
Figura 99 - Tipologia do habitat do Santana (Lagoa Nova). 379
Figura 100 - Tipologia do habitat do Lajeado (João Câmara). 379
Figura 101 - Tipologia do habitat do Três Corações (Serra Caiada). 380
Figura 102 - Tipologia do habitat do São João (Ceará-Mirim). 380
Figura 103 - Tipologia do habitat do Vassouras (Carnaubais). 380
Figura 104 - Tipologia do habitat do Serrano (Lagoa Nova). 380
Figura 105 - Tipologia do habitat do Chico Mendes II (Touros). 381
Figura 106 - Tipologia do habitat do Tabuleiro Grande (Apodi). 381
Figura 107 - Tipologia do habitat do Ligação (Carnaubais). 381
Figura 108 - Tipologia do habitat Alto das Graças (Porto do Mangue). 381
Figura 109 - Tipologia de 1 habitat do Três Corações (Serra Caiada). 382
Figura 110 - Planta baixa da habitação original do Três Marias. 394
Figura 111 - Planta baixa de habitação reformada do Três Marias. 395
Figura 112 - Gov. Lula: Relação criação de assentamentos x Ano de governo. 398

Figura 113 - Gov. Lula: Relação mesorregião RN x Área desapropriada. 399
Figura 114 - Gov. Lula: Relação mesorregião RN x Número famílias. 399
Figura 115 - Localização do habitat do Canudos (Touros). 401
Figura 116 - Localização do habitat do Pereiros (São Bento do Norte). 401
Figura 117 - Localização do habitat Quilombo dos Palmares II (Macaíba). 401
Figura 118 - Localização do habitat do Padre Pedro Neefs (Upanema). 401
Figura 119 - Localização do habitat do Cheiro da Terra (Macaíba). 402
Figura 120 - Localização do habitat do Planalto do Retiro (Touros). 402
Figura 121 - Localização do habitat Prof. Maurício de Oliveira (Açu). 402
Figura 122 - Localização habitat Nova Esperança de Mossoró (Mossoró). 403
Figura 123 - Tipologia do habitat do Riachão II (Ceará-Mirim). 403
Figura 124 - Tipologia do habitat do Pequena Vanessa (Senador Elói de Souza). 404
Figura 125 - Tipologia do habitat do Chico Santana (João Câmara). 404
Figura 126 - Tipologia do habitat Carlos Marighella (Ielmo Marinho). 404
Figura 127 - Tipologia do habitat do Patativa do Assaré II (Riachuelo). 405
Figura 128 - Tipologia do habitat do Nova Olinda (Caiçara do Norte). 405
Figura 129 - Tipologia do habitat do Maria da Paz (João Câmara). 405
Figura 130 - Tipologia do habitat do Padre Pedro Neefs (Upanema). 405
Figura 131 - Tipologia do habitat do Olga Benário (Mossoró). 406
Figura 132 - Tipologia do habitat do Paulo Freire III (Pureza). 406
Figura 133 - Tipologia do habitat do Roseli Nunes (Ielmo Marinho). 406
Figura 134 - Tipologia do habitat do Bernardo Marim (Pureza). 407
Figura 135 - Planta baixa da habitação original do Rosa Luxemburgo. 421
Figura 136 - Planta baixa de habitação reformada no Rosa Luxemburgo. 422
Figura 137 - Gov. Dilma: Relação mesorregião RN x Área desapropriada. 424
Figura 138 - Gov. Dilma: Relação mesorregião RN x Número famílias. 424
Figura 139 - Localização do habitat do Dom Pedro II (Boa Saúde). 425
Figura 140 - Localização do habitat do Libertação (Macaíba). 425
Figura 141 - Localização habitat Alto do Oriente (São Bento do Norte). 426
Figura 142 - Tipologia do habitat do Dom Pedro II (Boa Saúde). 426
Figura 143 - Tipologia do habitat Alto do Oriente (São Bento do Norte). 426
Figura 144 - Tipologia do habitat do Libertação (Macaíba). 427
Figura 145 - Planta baixa original da habitação do Dom Pedro II. 439
Figura 146 - Planta baixa de habitação reformada do Dom Pedro II. 440

LISTA DE FOTOS

FOTOS	DESCRIÇÃO	PÁGINA
Foto 01 -	Habitação com energia elétrica e ausência de iluminação pública no Três Marias (Governador Dix-Sept Rosado).	59
Foto 02 -	Igreja no Santa Vitória (São Bento do Norte).	60
Foto 03 -	Quadra de esporte no Primeiro de Junho (Parazinho).	61
Foto 04 -	Lotes de moradia delimitados por muros no Oziel Alves (Mossoró).	61
Foto 05 -	Área de Serviço em habitação no Lagoa do Xavier (Mossoró).	61
Foto 06 -	Sala de Estar em habitação no Olga Benário (Mossoró).	61
Foto 07 -	Área de preservação permanente do Lenin Paz (Ceará).	88
Foto 08 -	Trecho da área de reserva legal do Cacimba Nova (Ceará).	90
Foto 09 -	Trecho da área de produção coletiva do Santa Vitória (RN).	91
Foto 10 -	Via de circulação interna Maísa (RN).	92
Foto 11 -	Centro Social do Eldorado dos Carajás (Macaíba).	105
Foto 12 -	Lote de moradia do Eldorado dos Carajás (Macaíba).	107
Foto 13 -	Muros nos lotes de moradia do Oziel Alves (Mossoró).	107
Foto 14 -	Muros nos lotes de moradia do Oziel Alves (Mossoró).	107
Foto 15 -	Trecho de uma das vias de circulação do Eldorado dos Carajás (Macaíba).	108
Foto 16 -	Habitação original do Eldorado dos Carajás (Macaíba).	110
Foto 17 -	Habitação apropriada no 1º de Junho (Parazinho).	110
Foto 18 -	Habitação apropriada no Rosário (Ceará-Mirim).	110
Foto 19 -	Habitação apropriada no Oziel Alves (Mossoró).	110
Foto 20 -	Habitat do Maria da Paz (João Câmara).	146
Foto 21 -	Habitação do Maria da Paz (João Câmara).	146
Foto 22 -	Habitação PAE Óbidos (PA).	241
Foto 23 -	Habitação PAE Ilha Trambioca (PA).	241
Foto 24 -	Habitação em assentamento rural do Mato Grosso.	245
Foto 25 -	Via vicinal de acesso ao Assentamento 1º de junho (Parazinho).	275
Foto 26 -	Via vicinal de acesso ao Assentamento Quilombo dos Palmares (Touros).	275
Foto 27 -	Via vicinal de acesso ao Lagoa do Xavier.	309
Foto 28 -	Lote de moradia do Lagoa do Xavier.	315
Foto 29 -	Área para equipamentos coletivos do Lagoa do Xavier.	317
Foto 30 -	Via de circulação interna do Lagoa do Xavier.	317
Foto 31 -	Habitação do Lagoa do Xavier.	321
Foto 32 -	Habitação do Lagoa do Xavier.	321
Foto 33 -	Habitação do Lagoa do Xavier.	321
Foto 34 -	Habitação do Lagoa do Xavier.	321

Foto 35 -	Acesso ao Santa Vitória.	332
Foto 36 -	Lote de moradia do Santa Vitória.	337
Foto 37 -	Área do campo de futebol do Santa Vitória.	337
Foto 38 -	Área lateral para equipamentos coletivos do Santa Vitória.	339
Foto 39 -	Vias de circulação interna do habitat do Santa Vitória.	339
Foto 40 -	Habitação do Santa Vitória.	341
Foto 41 -	Habitação do Santa Vitória.	342
Foto 42 -	Habitação do Santa Vitória.	342
Foto 43 -	Habitação do Santa Vitória.	343
Foto 44 -	Habitação do Santa Vitória.	343
Foto 45 -	Habitação do Santa Vitória.	343
Foto 46 -	Habitação do Santa Vitória.	343
Foto 47 -	Lote de moradia do Aracati/Zabelê.	363
Foto 48 -	Lote de moradia do Cajá/Zabelê.	363
Foto 49 -	Lote de moradia do Santo Antônio/Zabelê.	364
Foto 50 -	Área para equipamentos coletivos do Aracati/Zabelê.	364
Foto 51 -	Área para equipamentos coletivos do Cajá/Zabelê.	364
Foto 52 -	Área para equipamentos coletivos do Santo Antônio/Zabelê.	365
Foto 53 -	Posteamento e vias de circulação do Santo Antônio/Zabelê.	365
Foto 54 -	Habitação do Aracati/Zabelê.	368
Foto 55 -	Habitação do Aracati/Zabelê.	368
Foto 56 -	Habitação do Cajá/Zabelê.	369
Foto 57 -	Habitação do Cajá/Zabelê.	369
Foto 58 -	Habitação do Santo Antônio/Zabelê.	370
Foto 59 -	Habitação do Santo Antônio/Zabelê.	370
Foto 60 -	Lote de moradia do Três Marias.	392
Foto 61 -	Lote de moradia do Três Marias.	392
Foto 62 -	Área para equipamentos coletivos do Três Marias.	393
Foto 63 -	Área para equipamentos coletivos do Três Marias.	393
Foto 64 -	Habitação do Três Marias.	396
Foto 65 -	Habitação do Três Marias.	396
Foto 66 -	Habitação do Três Marias.	396
Foto 67 -	Habitação do Três Marias.	396
Foto 68 -	Equipamento remanescente: antiga casa sede.	416
Foto 69 -	Lote de moradia do Rosa Luxemburgo.	419
Foto 70 -	Área comunitária do Rosa Luxemburgo.	419
Foto 71 -	Vias de circulação do Rosa Luxemburgo.	420
Foto 72 -	Habitação do Rosa Luxemburgo.	422
Foto 73 -	Habitação do Rosa Luxemburgo..	422

Foto 74 - Lote de moradia do Dom Pedro II 437
Foto 75 - Via adjacente à área comunitária do Dom Pedro II. 437
Foto 76 - Igreja Evangélica do Dom Pedro II. 438
Foto 77 - Habitação original do Dom Pedro II. 439
Foto 78 - Habitação do Dom Pedro II. 441
Foto 79 - Habitação do Dom Pedro II. 441
Foto 80 - Habitação do Dom Pedro II. 441
Foto 81 - Habitação do Dom Pedro II. 441

LISTA DE QUADROS

QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
Quadro 01 -	Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN: Governo SARNEY (1985-1989).	76
Quadro 02 -	Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN: Governo COLLOR (1990-1992).	77
Quadro 03 -	Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN: Governo ITAMAR (1992-1995).	78
Quadro 04 -	Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN: Governo FHC (1995-2002).	80
Quadro 05 -	Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN: Governo LULA (2003-2010).	82
Quadro 06 -	Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN: Governo DILMA (2010-213).	83
Quadro 07 -	Assentamentos assessorados pelo GERAH: 2002 a 2007.	139
Quadro 08 -	Assentamentos assessorados pelo GERAH: reforma/ampliação.	140
Quadro 09 -	Legislação inerente à constituição dos PICs.	183
Quadro 10 -	Projetos Integrados de Colonização do Brasil.	497
Quadro 11 -	Projetos Integrados de Colonização em Rondônia.	191
Quadro 12 -	PICs e PADs implementados no Acre.	193
Quadro 13 -	Normativos Implantação de Assentamentos Rurais: Governo Sarney.	215
Quadro 14 -	Normativos Implantação de Assentamentos Rurais: Governo FHC.	215
Quadro 15 -	Valores dos Serviços de Implantação de Assentamentos Rurais: Governo FHC.	216
Quadro 16 -	Normativos Implantação de Assentamentos Rurais: Governo Lula.	219
Quadro 17 -	Valores dos Serviços de Implantação de Assentamentos Rurais: Governo Lula.	220
Quadro 18 -	Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo Sarney.	222
Quadro 19 -	Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo Collor.	223
Quadro 20 -	Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo Itamar.	223
Quadro 21 -	Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo FHC.	224
Quadro 22 -	Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo Lula.	228
Quadro 23 -	Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo Dilma.	235
Quadro 24 -	Dados Gerais Superintendência do INCRA/PA-Belém.	237

Quadro 25 - Dados Gerais Superintendência do INCRA/MT. 242
Quadro 26 - Dados Gerais Superintendência do INCRA/SC. 245
Quadro 27 - Dados Gerais Superintendência do INCRA/RN. 248
Quadro 28 - Valores Habitação/Aquisição de Material de Construção. 265
Quadro 29 - Assentamentos Rurais Estaduais do RN. 296
Quadro 30 - Criação de Assentamentos Rurais no RN: Gov. Sarney. 298
Quadro 31 - Criação de Assentamentos Rurais no RN: Gov. Collor. 323
Quadro 32 - Síntese da análise dos Habitats de Reforma Agrária na Escala I: Regional. 445
Quadro 33 - Síntese da análise dos Habitats de Reforma Agrária na Escala II: Assentamento Rural. 447
Quadro 34 - Síntese da análise dos Habitats de Reforma Agrária na Escala III: Habitat. 450
Quadro 35 - Síntese da análise dos Habitats de Reforma Agrária na Escala IV: Habitação. 456

LISTA DE TABELAS

TABELA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
Tabela 01 -	Assentamentos Rurais Federais do RN x Período Governo.	271
Tabela 02 -	Iniciativas do Governo Estadual para Assentamentos Rurais.	294
Tabela 03 -	Governo Sarney: Aspectos Gerais.	498
Tabela 04 -	Governo Collor: Aspectos Gerais.	499
Tabela 05 -	Governo Itamar: Aspectos Gerais.	499
Tabela 06 -	Governo FHC: Aspectos Gerais.	500
Tabela 07 -	Governo Lula: Aspectos Gerais.	505
Tabela 08 -	Governo Dilma: Aspectos Gerais.	508

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURAS/SIGLAS	DESCRIÇÃO
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária.
AESCA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Estado do Rio Grande do Norte.
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.
ARD	Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário.
APP	Área de preservação permanente.
ATES	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.
BB	Banco do Brasil.

CAN	Colônias Agrícolas Nacionais.
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
CEF	Caixa Econômica Federal.
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
DARQ	Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
ECOHABITAT	Estudos Contemporâneo do Habitat.
FAU/UnB	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.
FASE	Federação dos Órgãos Assistenciais e Educacionais de Base.
FETARN	Federação dos trabalhadores na agricultura do estado do Rio Grande do Norte.
FLONA	Floresta Nacional.
GEBAM	Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas.
GDARA	Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária.
GERA	Grupo Executivo de Reforma Agrária.
GERAH	Grupo de Estudo em Reforma Agrária e Habitat.
GETA	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins.
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Alto Tocantins.
HABIS	Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade.
IAU/USP	Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.
IGARN	Instituto de Gestão de Águas do Rio Grande do Norte.
IN	Instrução Normativa.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização.
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.
INTER	Instituto Jurídico das Terras Rurais.
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas.
ITR	Imposto Territorial Rural.
JAC	Juventude Agrária Católica.
LP	Licença Prévia.
LIO	Licença de Instalação e Operação.
MA	Ministério da Agricultura.
MC	Ministério das Cidades.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento.

MEPF	Ministério Extraordinário de Política Fundiária.
MPFAF	Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra.
NE	Norma de Execução.
MEB	Movimento de Educação de Base.
OTN	Obrigação do Tesouro Nacional.
ONGs	Organizações Não Governamentais.
PA	Projeto de Assentamento Federal.
PAE	Projetos de Assentamento Agroextrativista.
PAD	Projetos de Assentamento Dirigido.
PAF	Projeto de Assentamento Florestal.
PAM	Projeto de Assentamento Municipal.
PAR	Projeto de Assentamento Rápido.
PCT	Programa Nacional de Crédito Fundiário.
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento.
PE	Projeto de Assentamento Estadual.
PEA	Projeto de Exploração Anual.
PIC	Projeto Integrado de Colonização.
PIN	Plano de Integração Nacional.
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável.
PDAS	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável.
PFP	Assentamento de Fundo de Pasto.
PLANHAP	Plano Nacional de Habitação Popular.
PMCMV Rural	Programa Minha Casa Minha Vida Rural.
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário.
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento.
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural.
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária.
PPOA	Processo para o Planejamento e Organização do Assentamento.
PRB	Projeto de Reassentamento de Barragem.
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.
PROGER RURAL	Programa de Geração de Emprego e Renda Rural.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PRONAHR	Programa Nacional de Habitação Rural.
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.
PSH-Rural	Programa de Subsidio à Habitação Rural.
RDS	Reserva e Desenvolvimento Sustentável.
RESEX	Reservas Extrativistas.

RRT	Registro de Responsabilidade Técnica.
SAR	Serviço de Assistência Rural.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária.
SFH	Sistema Financeiro da Habitação.
SNH	Secretaria Nacional de Habitação.
SRF	Secretaria da Receita Federal.
SSR	Serviço Social Rural.
SUPRA	Superintendência de Política Agrária.
TDA	Título da Dívida Pública.
TFG	Trabalho Final de Graduação.
TRQ	Território Remanescentes Quilombolas.
USINA	Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 29

PARTE I – O PRESENTE E O PASSADO NA PRODUÇÃO DO HABITAT.

2 HABITAR O CAMPO NO SÉCULO XXI. 50
3 O HABITAR E O HABITAT NA REFORMA AGRÁRIA. 62
3.1 A Reforma Agrária e o Estado. 62
3.1.1 Ditadura Militar e o Estatuto da Terra (1964-1985). 67
3.1.2 Nova República: Planos Nacionais de Reforma Agrária, Constituinte e afins (1985-2013). 74
3.2 Os Assentamentos Rurais. 84
3.2.1 Conceito. 84
3.2.2 Caracterização. 85
3.2.3 Tipos de Assentamentos Rurais. 86
3.2.4 Uso do Solo dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. 86
3.3 O Habitat de Reforma Agrária. 93
3.3.1 Pressuposto Teórico. 93
3.3.2 O Conceito do Habitat de Reforma Agrária. 95
3.3.3 Tipologia. 98
3.3.4 Habitat Concentrado. 100
4 O DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA. 111
4.1 Experiências de Desenho Anteriores à Reforma Agrária. 113
4.1.1 Urbanismo Rural. 113
4.2 Experiências de Desenho na Reforma Agrária. 126
4.2.1 Experiência dos Movimentos Sociais: MST. 126
4.2.2 Experiência das Entidades Envolvidas com Assessoria Técnica. 136
4.2.2.1 GERAH/UFRN: "O Desenho do Possível". 137
4.2.2.2 HABIS/IAU/USP/São Carlos. 147
4.3 Reflexões e Contribuições para um Método de Desenho do Habitat de Reforma Agrária. 149

PARTE II – O ESTADO E O DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA: ÓRGÃOS, CRITÉRIOS, NORMATIVOS E O PROCESSO DO DESENHO.

5 INCRA. 158
5.1 Precursores do INCRA. 158
5.2 O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: INCRA. 161
5.3 Período da Política de Colonização (1970-1985). 162
5.4 Período da Política de Reforma Agrária (1985-2013). 164
5.4.1 Governo Sarney (1985-1989). 164
5.4.2 Governo Collor (1990-1992). 167
5.4.3 Governo Itamar (1992-1995). 167
5.4.4 Governo FHC (1995-2002). 168
5.4.5 Governo Lula (2003-2010). 171
5.4.6 Governo Dilma (2011-2013). 175
6 PRÁTICAS DO DESENHO ANTERIORES À REFORMA AGRÁRIA. 176
6.1 Política de Colonização Contemporânea. 178
6.2 Iniciativas do Estado para o Desenho dos Projetos Integrados de Colonização (PIC). 182
6.2.1 O Processo de Constituição dos Projetos Integrados de 182

Colonização e Efetivação do Habitat.
6.2.1.1 Discriminação das Terras. 184
6.2.1.2 Implantação. 184
6.2.1.3 Consolidação e Emancipação . 189
6.2.2 Prática do Desenho do Habitat dos PICs no Brasil. 189
6.3 Legado da Política de Colonização. 194
7 PRÁTICA DO DESENHO NO PRESENTE: 1985 A 2013. 197
7.1 Política Habitacional para o Campo. 197
7.2 Iniciativas do Estado para o Desenho do Habitat de Reforma Agrária. 203
7.2.1 O Processo de Criação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. 204
7.2.1.1 Reivindicação da Propriedade Rural. 205
7.2.1.2 Obtenção da Propriedade Rural. 205
7.2.1.3 Criação do Assentamento Rural. 206
7.2.1.4 Implantação/Desenvolvimento do Assentamento Rural. 207
7.2.1.5 Titulação. 212
7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária. 213
7.2.2.1 Normativos e Instrumentos Jurídicos. 214
7.2.2.2 Prática do Desenho do Habitat de Reforma Agrária no Brasil. 236
7.2.2.3 Prática do Rio Grande do Norte. 248
7.3 Constatações e Legado da Prática do Desenho. 260

PARTE III – A PRODUÇÃO DO DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE.

8 O PRESENTE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE. 271
9 RIO GRANDE DO NORTE: MOMENTOS DA FORMAÇÃO DA SUA CONFIGURAÇÃO FÍSICA. 280
9.1 Origem e seus Primórdios: Da Colônia ao Império. 282
9.2 Da 1ª a 4ª República: 1889 a 1964. 286
9.3 Ditadura Militar: 1964 a 1985. 291
9.4 Nova República: de 1985 à Atualidade. 294
10 A PRODUÇÃO DO DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE. 298
10.1 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária do RN. 298
10.1.1 Governo José Sarney (1985-1989). 298
10.1.1.1 Aspectos Gerais. 300
10.1.1.2 Aspectos Sociais/Agentes. 301
10.1.1.3 Aspectos Físicos/Espaciais. 301
10.1.1.4 Materialidade do Campo Empírico: Lagoa do Xavier. 306
10.1.2 Governo Fernando Collor (1990-1992). 323
10.1.2.1 Aspectos Gerais. 323
10.1.2.2 Aspectos Sociais/Agentes. 324
10.1.2.3 Aspectos Físicos/Espaciais. 324
10.1.2.4 Materialidade do Campo Empírico: Santa Vitória. 327
10.1.3 Governo Itamar Franco (1992-1995). 345
10.1.3.1 Aspectos Gerais. 345
10.1.3.2 Aspectos Sociais/Agentes. 346
10.1.3.3 Aspectos Físicos/Espaciais. 346
10.1.3.4 Materialidade do Campo Empírico: Zabelê. 348
10.1.4 Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). 372
10.1.4.1 Aspectos Gerais. 375
10.1.4.2 Aspectos Sociais/Agentes. 376
10.1.4.3 Aspectos Físicos/Espaciais. 376
10.1.4.4 Materialidade do Campo Empírico: Três Marias 383
10.1.5 Governo Lula (2003-2010). 398
10.1.5.1 Aspectos Gerais. 399

10.1.5.2 Aspectos Sociais/Agentes. 399
10.1.5.3 Aspectos Físicos/Espaciais. 400
10.1.5.4 Materialidade do Campo Empírico: Rosa Luxemburgo. 408
10.1.6 Governo Dilma (2011-2013). 424
10.1.6.1 Aspectos Gerais. 424
10.1.6.2 Aspectos Sociais/Agentes. 424
10.1.6.3 Aspectos Físicos/Espaciais. 425
10.1.6.4 Materialidade do Campo Empírico: Dom Pedro II. 427
10.2 Legado da Produção do RN. 442

PARTE IV - LEGADOS E POSSIBILIDADES PARA O ESTADO.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS. 461

PARTE V – PÓS-TEXTO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. 472
APÊNDICES. 490
I Roteiro para Levantamento e Tabulação de Dados Primários: Materialidade do Campo Empírico. 490
II Roteiro para Entrevista: Agente Atuante na Prática do Desenho do Habitat de Reforma Agrária. 494
III Roteiro para Entrevista: Representantes dos Assentados. 495
Quadro 10 – Projetos Integrados de Colonização do Brasil. 497
Tabela 03 - Governo Sarney: Aspectos Gerais. 498
Tabela 04 - Governo Collor: Aspectos Gerais. 499
Tabela 05 - Governo Itamar: Aspectos Gerais. 499
Tabela 06 - Governo FHC: Aspectos Gerais. 500
Tabela 07 - Governo Lula: Aspectos Gerais. 505
Tabela 08 - Governo Dilma: Aspectos Gerais. 508

1 INTRODUÇÃO

Qual o legado do INCRA quanto à produção do desenho do habitat de reforma agrária?

É a partir da investigação e busca de respostas a esta questão problema que se desenvolve esta tese. Tem por tema o habitat de reforma agrária, particularmente seu desenho percebido a partir da atuação do Estado, na figura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Trata da relação entre o desenho do habitat de reforma agrária e a atuação do Estado na intenção de analisar o processo da produção do desenho do habitat dos assentamentos de reforma agrária exercida pelo Estado de modo a contribuir com a sua atuação no país.

Nosso envolvimento com essa temática reflete 18 anos de história. Muitas das inquietações que suscitaram a presente pesquisa tiveram origem nessa trajetória pessoal, e desde então têm me acompanhado. O percurso trilhado ocorreu repleto de obstáculos, subidas e descidas que vêm fundamentando nosso repertório de conhecimentos e experiências acerca da temática.

O contato inicial ocorreu em 2001, quando ainda estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), trabalhei como bolsista da tese de doutorado "*MST: Habitats em Movimento"*[1]. O encantamento com a temática foi imediato, sobretudo com o desenho do local de moradia em si, para além da habitação: o habitat de reforma agrária.

Desde então meu universo de atuação foi se ampliando: em 2002, como requisito para conclusão do curso, desenvolvi o Trabalho Final de Graduação (TFG) intitulado: "*Assentamento Margarida Alves: contribuição para o processo de criação de uma metodologia para o desenho de habitats concentrados de assentamentos*". Primeiro de muitos trabalhos desenvolvidos na temática. À época busquei parâmetros que substanciassem o desenho desses habitats e percebi que tudo ainda era muito novo e escasso. Iniciavam-se as buscas por esses elementos.

A partir de 2002, até hoje, me insiro no Grupo de Estudo em Reforma Agrária e Habitat (GERAH) integrante do grupo de pesquisa "Estudos Contemporâneo do Habitat" (ECOHABITAT) do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DARQ) da UFRN, que realiza ações de assessoria técnica às questões relativas ao planejamento, concepção e execução dos habitats dos assentamentos rurais de reforma agrária[2]. Assim, no papel de pesquisadora-

[1] Pesquisa de autoria da professora Amadja Henrique Borges. Ver Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.
[2] Ver Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

colaboradora procuro aliar as atividades teóricas às práticas, na intenção de lograr conhecimentos e aprendizagem. Desse modo, permeando toda a trajetória, venho participando de projetos de pesquisa e extensão, o que tem resultado na produção de diversos trabalhos acadêmicos.

Por conseguinte, entre 2004 e 2005, em uma das minhas primeiras experiências profissionais - no contexto do convênio firmado entre o INCRA e o SEBRAE[3] para prestação de assistência técnica aos assentamentos rurais do RN - integrei a equipe técnica da Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Estado do Rio Grande do Norte (AESCA), instituição que prestava assessoria técnica rural ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) aqui no estado. Na função de arquiteta e urbanista desenvolvi trabalhos de assessoria técnica na área de planejamento físico-espacial dos habitats dos assentamentos deste Movimento, constituindo a primeira profissional com habilitação específica para tal e de maneira legalizada a desenvolver esse tipo de assessoria técnica no RN[4]. Para o MST também representou uma conquista, haja vista que o citado convênio não permitia contratação de arquitetos e urbanistas. Contudo, por ter vivenciado a assessoria específica do GERAH/UFRN em alguns de seus assentamentos, o Movimento lutou e reivindicou a contratação desse profissional, alcançando o êxito almejado.

Em 2006 início as atividades como servidora pública do INCRA. Concursada para o cargo efetivo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário (ARD), com habilitação em Arquitetura, assumo a única vaga destinada ao Nordeste, num total de cinco vagas para o Brasil (uma para cada região administrativa). A última admissão desses profissionais havia ocorrido em 1985.

Trabalhei durante 2006 e 2007 na Superintendência do INCRA no Ceará (CE). No início de 2008 fui transferida para a Superintendência do Rio Grande do Norte, onde me encontro até a presente data. Nessas duas regionais, fui a primeira profissional da Arquitetura e Urbanismo a atuar. Nos meses iniciais na SR/CE foram constantes os questionamentos por parte de alguns colegas, sobretudo engenheiros agrônomos, acerca do motivo da minha inserção na autarquia: "*para que contrataram uma arquiteta para trabalhar aqui no INCRA? Nesse tempo todo, nunca foi necessário*". Logo na sequência vinham com a resposta: "*deve ser para ficar trocando o mobiliário das nossas salas*!".

[3] Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

[4] Com a roupagem semelhante às atividades realizadas nesse citado Convênio, e também vinculadas ao MST, há registros de outras experiências de assessoria técnica de arquitetos e urbanistas em diferentes estados do país - como Goiás e São Paulo - e no Distrito Federal.

Continuadamente fui designada ao Setor de Infraestrutura, que tem por responsabilidade a implantação de obras de infraestrutura básica nos assentamentos: estradas, abastecimento d'água e energia elétrica. Mesmo com o conhecimento teórico e prático acumulado pelas experiências vivenciadas na academia e na equipe de assessoria técnica, não me atribuíram atividades relativas ao habitat de reforma agrária: planejamento, concepção e execução, cuja demanda de trabalho se fazia crescente. Durante o período em que atuo na autarquia foram criados mais de 32 assentamentos no RN[5], além da existência de tantos outros nos quais suas habitações e equipamentos sociais necessitam ser submetidos a reformas e/ou melhorias. Ou seja, um amplo campo de atuação e trabalho para os profissionais da Arquitetura e Urbanismo.

Em 2009 defendi a dissertação de mestrado por título *"A Assistência Técnica nos Habitats do MST e o Papel do Arquiteto e Urbanista"*, na qual debati sobre a inserção do arquiteto e urbanista na assistência técnica dos assentamentos rurais e as possibilidades de mudanças em seus habitats.

Assim, a partir desse repertório acumulado de vivências acerca do habitat de reforma agrária - sobretudo quanto às atividades voltadas ao planejamento e concepção – procede-se o estudo sobre a produção do seu desenho efetivada pelo Estado.

Contemporaneamente, refletir sobre essa prática não é tarefa das mais fáceis. Insere-se num contexto de transformações e dinâmicas ocorridas no mundo urbanizado pós-industrialização, cujos reflexos a sociedade busca constantemente se adaptar.

Desse modo, para a apreensão e contextualização da problemática estudada, toma-se por ponto de partida o habitat e o habitar. Compreendendo o ser humano enquanto sujeito social que habita, entende-se que nesse seu ato de habitar ele impõe suas próprias características ao espaço físico que ocupa. Para o filósofo francês Henri Lefebvre (1970), a configuração desse espaço reflete o modo de vida dos que nele habitam, ao mesmo tempo que funciona como lócus ao desenvolvimento das relações sociais. Ambos se influenciam mutualmente.

Perante essa constatação, tomando por referência os postulados do referido autor, baseados em sua tríade – espaço

[5] Dados coletados via SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Tem por objetivo a sistematização e controle das informações sobre os assentamentos rurais de Reforma Agrária. Contempla os dados desde a criação até a emancipação do assentamento, bem como dos seus beneficiários: cadastro, seleção, desenvolvimento socioeconômico e titulação. O seu banco de dados é alimentado pelos próprios servidores da Autarquia. Corresponde importante fonte de informação sobre a realidade dos assentamentos rurais, consequentemente bastante consultado na elaboração desta tese.

concebido, percebido e vivido[6] - pode-se definir como habitar o ato de apropriação do espaço pelo homem, este infundindo naquele características intrínsecas. Por sua vez, o habitat compreende o espaço homogêneo produzido pelo pragmatismo peculiar da produção do capital[7].

À vista disso, considerando a importância da apropriação, as transformações vivenciadas pela sociedade vêm afetando e alterando o modo do habitat e de seu habitar. Em consequência, modifica-se a relação campo-cidade. Após o vivido com as guerras no século XX no mundo ocidental, esse par não deve ser entendido como oposto entre si, mas sim como continuidade, complementar um ao outro. Assim, compreende-se o campo como aquele espaço com características naturais, de produção e grandes vazios e que também apresenta elementos da urbanização e da vida moderna.

Segundo Lefebvre (2010)[8], a partir dessas transformações, o mundo e as relações que nele se desenvolvem, começam, pela primeira vez, a ser apreendidos pela lógica da cidade, o que o autor classifica como *Era Urbana*. Até então, o mundo era dominado pela lógica do rural (*Era Agrícola*). O autor denomina o ciclo das transformações - induzido pela industrialização gradativa dos séculos XVIII ao XIX – como *Era Industrial*. A consequência imediata foi a tendência à mudança no modo de vida da população em todo o mundo: desde então essencialmente rural para urbano[9].

No Brasil, esse cenário se configura, sobretudo, a partir da década de 1930. Entretanto, apesar do crescimento das cidades – principalmente dos aglomerados mais densamente ocupados -, em nosso vasto território ainda persistem amplas extensões de terra com características naturais e de produção agrária, e mesmo com a modificação das relações sociais e a inserção de elementos da modernidade, nelas sobressai e ainda resiste a lógica do rural. Esses espaços correspondem ao campo, às águas e às florestas, onde residem, dentre outros, os trabalhadores rurais sem terras. Em seu modo de habitar aglutinam características a eles inerentes e específicas - preservadas do seu vivido - às advindas com as transformações sociais, urbanização e vida moderna [10].

Essas populações tentam resistir à lógica do avanço e da dominação do capitalismo no campo. As mudanças nas relações de trabalho, sobretudo a mecanização e industrialização da produção

[6] Lefebvre desenvolve seus conceitos de modo dialético. Esses ganham dinâmica no transcorrer das suas diversas obras publicadas. Desse modo, nesta tese o entendimento dos seus postulados se restringe aos exemplares citados nas Referências Bibliográficas.
[7] Ver Capítulo 2 Habitar o Campo no Século XXI.
[8] Edição original lançada em 1968.
[9] Ver Capítulo 2 Habitar o Campo no Século XXI.
[10] Ver Capítulo 2 Habitar o Campo no Século XXI.

agrária, dentre outros, vêm expropriando e expulsando-os do seu habitat tradicional, a partir do aumento da concentração das terras nas mãos dos donos dos meios de produção. Cenário que fomenta a histórica luta pela reforma agrária[11].

O enfrentamento entre os expropriados (explorados), os donos dos meios de produção (exploradores) e o Estado, principalmente, perpassa toda a nossa história. Um dos mais relevantes resultados da correlação de forças entre esses agentes corresponde à implementação da política de reforma agrária. Em decorrência da aplicação dos principais marcos jurídicos dessa política, impulsionados pela luta dos trabalhadores do campo, tem-se a criação dos assentamentos rurais de reforma agrária[12].

O local de moradia nos assentamentos rurais corresponde aos habitats de reforma agrária[13], entendidos, segundo Borges (2002), como o lugar onde o indivíduo habita e desenvolve sua vida cotidiana. Geralmente, no caso dos habitats concentrados, o desenho do espaço físico é composto por lotes de moradia; área para os equipamentos comunitários sociais e de serviços; espaços livres públicos; vias de circulação; e habitação.

Dentre os referidos agentes envolvidos, ao Estado – na figura do INCRA - cabe viabilizar e implementar o assentamento rural em todos os seus aspectos, inclusive a efetivação (planejamento, concepção e execução) do espaço físico do seu habitat, conforme descrito acima, além do fornecimento da infraestrutura básica necessária para o indivíduo habitar: energia elétrica; água potável; estradas de acesso; dentre outas. Perante essa conjuntura, pergunta-se: como o Estado vem realizando essa prática do desenho do habitat de reforma agrária?

Recentemente o Decreto nº 9.424 (26/06/2018) - que regulamentou a concessão das modalidades do Crédito Instalação para os assentamentos rurais de reforma agrária - retornou a concernente produção das habitações à responsabilidade do INCRA, gerando a consequente Norma de Execução nº 121 (02/10/2018). Alterou, assim, a dinâmica em curso. Até então, no governo Temer, as iniciativas do Estado para o desenho do habitat eram fragmentadas entre o Ministério das Cidades (MC) e a Casa Civil da Presidência da República. Ao primeiro cabia promover a efetivação das habitações e cisternas (estas quando necessárias), por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PMCMV Rural) coordenado pela Caixa Econômica Federal (CEF) ou Banco do Brasil (BB). Ao segundo vinculava-se o INCRA, órgão encarregado

[11] Ver Subcapítulo 3.1 A Reforma Agrária e o Estado.
[12] Ver Subcapítulo 3.2 Os Assentamentos Rurais.
[13] Ver Subcapítulo 3.3 O Habitat de Reforma Agrária.

de implementar a política de reforma agrária. Além das questões burocráticas, este ainda permanecia conduzindo o planejamento/concepção do desenho do habitat de reforma agrária; a sua demarcação no espaço físico e a implementação da sua infraestrutura básica: estradas, energia elétrica e água[14].

Contudo, o cenário nem sempre correspondeu a este. De 1985 - quando as iniciativas do Estado para a reforma agrária tornaram-se sistemáticas, pela implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - até 2013, momento no qual a Portaria Interministerial nº 78 (08/02/2013) e a Orientação Operacional – OO nº 03/2013/DHAB/SNH/MCIDADES (14/08/2013) transferiram a execução das habitações dos assentamentos rurais para o PMCMV Rural, o INCRA era o único responsável por todo o processo de efetivação do habitat de reforma agrária: planejamento, concepção e execução de todos os elementos, inclusive a habitação[15].

E retroagindo para além da política de reforma agrária, nesse percurso da atuação do Estado na produção do desenho do habitat, adentra-se no período da política de colonização contemporânea (1970 a 1985). Perante o domínio do regime militar, direcionado pelo Plano de Integração Nacional (PIN), depara-se com as iniciativas do Estado para a produção dos habitats dos Projetos Integrados de Colonização (PICs). Em comum, dispõe-se da atuação do INCRA - à época recém-criado - também responsável pela condução, concepção e execução dos PICs. Desse modo, o Estado vem reiteradamente encarregando o INCRA do comando das práticas do desenho do habitat, seja de reforma agrária ou dos projetos de colonização.

É importante observar que no interstício de 1985 a 2013 aconteceram seis governos federais: José Sarney (1985-1989), Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016)[16]. Esse recorte de 28 anos aqui demarcado equivale ao período de maior vigência da política de reforma agrária e de criação de assentamentos rurais em nosso país. No entanto, de uma maneira geral, as iniciativas do Estado para o desenho do habitat de reforma agrária não foram priorizadas. Viabilizadas com recursos financeiros insuficientes às necessidades do campo, seguiam a lógica do crédito a fundo perdido. Somente contemplavam a construção da habitação, demarcação do habitat e construção de cisternas. Os demais

[14] Durante quase todo o transcorrer da elaboração da tese (fevereiro/2015 até junho/2018) a conjuntura consistiu a essa aqui apresentada.
[15] Ver Capítulo 7 Práticas do Desenho no Presente: 1985 a 2013.
[16] Nesta tese o Governo Dilma foi delimitado ao período de 2011 a 2013.

elementos do habitat não eram levados em consideração. O documento que resume as discussões do "II Colóquio Habitat e Cidadania – Habitação Social no Campo" (INO *et al*, 2011)[17] constatou pouca articulação dessas iniciativas com as demais políticas voltadas ao campo (fundiária, de produção agrícola, de geração de trabalho e renda, social, dentre outras), e também com as disponibilizadas às cidades.

No mais, os normativos e afins da autarquia relacionados especificamente a essa temática são limitados quanto às informações técnicas[18]. Mesmo existindo repertório teórico-conceitual e prático acerca do desenho do habitat de reforma agrária - como o método "O Desenho do Possível" desenvolvido pelo GERAH/UFRN[19], os normativos não levavam em consideração nada peculiar como diretrizes e parâmetros.

Os agentes atuantes nesse processo correspondem, sobretudo, aos técnicos do INCRA, assentados e seus representantes (movimentos sociais, organizações sindicais, etc). Eventualmente, há colaboração de profissionais de entidades que prestam assessoria técnica na área da construção civil e afins, inclusive instituições de ensino. O grau de participação e atuação destes agentes varia em cada experiência. Contudo, faz-se notório destacar a ausência de técnicos com formação profissional específica atuando nessas atividades, sobretudo da Arquitetura e Urbanismo, conforme determinado pela legislação própria, particularmente na etapa de concepção do desenho do habitat e em todo processo inerente à habitação[20] (CERQUEIRA, 2009).

É nessa conjuntura que acontecia a efetivação do desenho do habitat de reforma agrária. Tomando por referência a experiência vivenciada na Superintendência do INCRA no Rio Grande do N, têm-se como principais etapas desse processo: planejamento, concepção e execução.

A partir de procedimentos que tramitavam em alguns setores da instituição - Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento/Setor de Obtenção e Divisão do Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor da Cartografia – sob a tutela de seus respectivos técnicos - engenheiros agrônomos e topógrafos – o desenho do macro espaço do habitat era concebido e executado. A habitação acontecia posteriormente, dissociada do habitat. Efetivada na aplicação da modalidade "Habitação" ou

[17] Ver subcapítulo 3.3 O Habitat de Reforma Agrária.
[18] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.
[19] Ver Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.
[20] Ver Capítulo 7 Práticas do Desenho no Presente: 1985 a 2013.

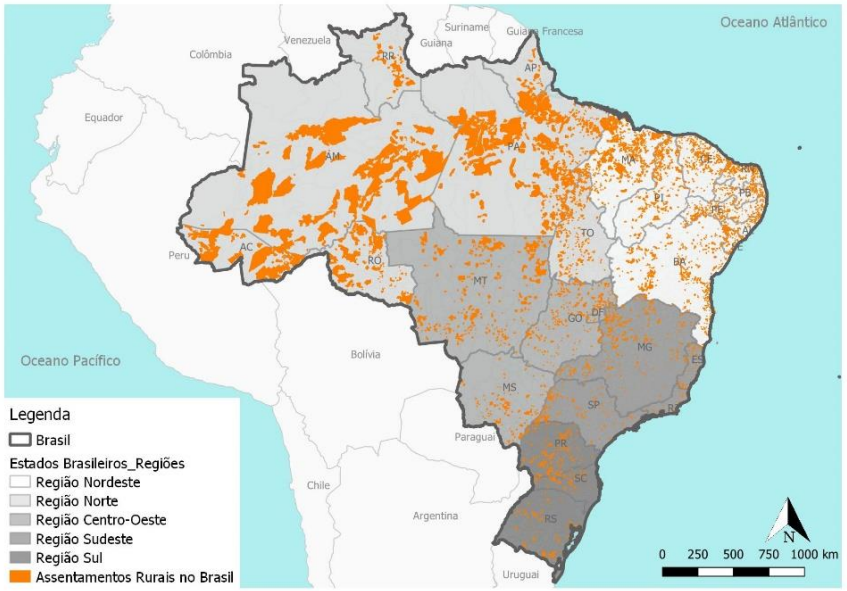
"Aquisição de Materiais de Construção" do Crédito Implantação/Instalação, tinha suas ações coordenadas pela Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento/Setor de Crédito, com a atuação de servidores com as mais diversas formações profissionais, porém não compatíveis às atividades de planejamento, concepção e execução de residências. Por sua vez, a participação dos assentados e de seus representantes acontecia em diversas etapas. Contudo, seu protagonismo dependia do seu grau de organização social, promovido pelos sindicatos/movimentos sociais do campo[21].

Num primeiro olhar, tomando por referência o conhecimento teórico da Arquitetura e Urbanismo, o desenho do habitat produzido não contempla os aspectos referendados, principalmente quanto aos habitats concentrados.

Apesar das fragilidades apontadas, nos últimos 50 anos o INCRA vem contribuindo para o desenho, a ocupação e a consolidação do nosso território. De acordo com a autarquia[22], atualmente no Brasil existem mais de 9.354 assentamentos rurais de reforma agrária, num total de 88.402.936,48 ha desapropriados (ver figura 01), beneficiando mais de 975.985 famílias.

[21] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.
[22] Conforme dados coletados via SIPRA.

Figura 01 - Mapa do Brasil com os assentamentos rurais criados pelo INCRA.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

No Rio Grande do Norte são 288 assentamentos[23], com aproximadamente 515.354,63 ha, beneficiando 20.225 famílias. Por sua vez, os assentamentos do RN possuem posição de destaque na temática da prática do desenho do habitat de reforma agrária aqui estudada: constituem campo de atuação dos poucos profissionais da Arquitetura e Urbanismo efetivos no INCRA, além do GERAH/UFRN e MST, agentes que também almejam o seu

[23] Ver Mapa 01 (página 270).

aprimoramento. A *performance* dos últimos ocorre em parceria com o INCRA ou de modo independente[24].

Diante do explanado e dos números apresentados constata-se existir uma significante produção do desenho do habitat de reforma agrária pelo Estado. Todavia, esta ainda era pautada apenas na apreensão do espaço percebido pela autora, o que tornava imprescindível o aprofundamento teórico e prático fundamentado. Assim, afloraram diversas inquietações, reflexões e indagações, culminando na formulação da questão de pesquisa.

Primeiramente, no contexto mais abrangente das ações políticas do Estado: por que as iniciativas para a prática do desenho do habitat de reforma agrária não são priorizadas?

No que diz respeito ao processo (ação) do desenho, especificamente à etapa da concepção do habitat e todas as etapas inerentes à habitação (planejamento, concepção e execução), tendo como agente atuante técnicos sem habilitação especifica e não havendo orientação/normatização oficial própria, os princípios, diretrizes e parâmetros adotados são apropriados? Estes reproduzem a práxis e o caminho percorrido - o percebido, o concebido e o vivido – desses profissionais? E também dos assentados? Os interesses e anseios destes últimos são atendidos?

No mais, tomam por referência os aspectos técnicos e ambientais? Sofrem influências das práticas inerentes às cidades? Parametrizam o Urbanismo Rural empregado nos projetos integrados de colonização que os antecederam?

O resultado desse processo no espaço físico – o desenho do habitat – morfologicamente conserva características construtivas, ambientais, sociais e culturais conforme referências?

Percorrendo o olhar na inserção deste desenho no território, na escala regional, como este habitat se relaciona com o seu entorno? Permite um adequado escoamento da sua produção agropecuária? E o desenvolvimento da vida cotidiana dos assentados? Limitando-se à escala do assentamento rural, como o habitat interage com os outros elementos desse espaço, sobretudo a área voltada à produção? Particularmente, na escala do habitat, a tipologia do desenho favorece o desenvolvimento das atividades intrínsecas aos seus elementos componentes e que refletem a vida cotidiana dos assentados? Por fim, na escala da habitação, a configuração do seu desenho permite a apropriação e o seu correlato habitar por parte dos seus moradores?

[24] Ver Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

Além disso, o habitat concebido corresponde ao espaço elaborado por Lefebvre (1970), Borges (2002) e o I Colóquio Habitat e Cidadania (2006), o qual se constitui lugar de vida, memória, habitar, trabalho e cidadania? Ou seja, o local onde o indivíduo habita, para além da moradia, transcendendo-a, englobando todo o ambiente onde este ser desenvolve sua vida cotidiana, o qual permite sua socialização a partir dos encontros, do lúdico, do simbólico e da relação com a área de trabalho. No mais, é o local do qual o indivíduo se apropria, sendo este espaço elemento estruturante de integração entre moradia, trabalho e meio ambiente, além de corroborar com a reforma agrária.

Detém-se, assim, uma infinidade de questionamentos. A estes, acrescenta-se a busca pessoal da autora, que em sua vivência acadêmica e profissional, teve a oportunidade de transitar nas muitas esferas (acadêmica, assessoria técnica, estatal) que envolvem esta temática, assumindo diversos papéis no exercício da Arquitetura e Urbanismo: estudante, pesquisadora, assessora técnica e servidora pública. Em cada fase experienciada, não importando os avanços ou retrocessos adquiridos em seu transcorrer, o repertório do vivido e do percebido era constantemente ampliado, formulando e reformulando o modo de conceber o espaço.

Todavia, independente de todas as possibilidades apreendidas, sempre existiu uma lacuna quanto à prática e a produção desse habitat pelo Estado. Essa ausência se manteve mesmo após o ingresso no INCRA, na condição de concursada no cargo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário com habilitação em Arquitetura. Vivenciar o cotidiano dessa instituição contribuiu para amplificar a pouca compreensão sobre esta questão, gerando mais inquietações.

Há quase meio século a autarquia vem se consolidando como executora de políticas que intervêm diretamente no concebido do desenho do território, ação que requer a atuação de diversas áreas do conhecimento, inclusive da Arquitetura e Urbanismo. Desse modo, vem se constituindo como campo da prática de técnicos das mais variadas formações, onde consequentemente interagem diversos saberes e modos de perceber, conceber e vivenciar o espaço. Todavia, contemporaneamente, estava restrita predominantemente aos engenheiros agrônomos e topógrafos. Inserir-se como profissional da Arquitetura e Urbanismo nessa conjuntura correspondeu um grande desafio. Assim, a atuação do INCRA vem sendo estabelecida repleta de contradições e consensos, limites e avanços. Constantemente e principalmente influenciada pelo

concebido da gestão em nível nacional e/ou local, como também pela interação com os demais agentes atuantes.

Todavia, é notório que nem todos esses questionamentos apontados conseguirão ser respondidos por esta tese. Desse modo, afunilando-os, chega-se aos seguintes questionamentos: qual o legado dessa produção? Apresenta-se condizente à reforma agrária e aos anseios e expectativas dos assentados? Apresenta limites e ponderações? Avanços? Necessita de reformulações?

Nessa perspectiva, define-se a questão de pesquisa: Qual o legado do INCRA quanto à produção do desenho do habitat de reforma agrária?

Esta pesquisa está inserida na Linha de Pesquisa 1 "Intervenções Territoriais, Habitação Social e Cidadania" da Área de Concentração Única "Arquitetura e Urbanismo" do PPGAU/UFRN[25], pertencente ao Campo disciplinar "Projeto e Planejamento Urbano e Regional". Interage com as ações do grupo de pesquisa ECOHABITAT, sobretudo com as do seu subgrupo GERAH - Grupo de Estudo em Reforma Agrária e Habitat -, que desenvolve estudos sobre as reformas agrária e urbana, bem como o habitat e o habitar social.

[25] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, cujo perfil se consolida na viabilização de pesquisas de similar abrangência e pioneirismo.

Na estruturação do caminho de investigação para responder à questão de pesquisa parte-se da seguinte hipótese: "a produção exclusiva do INCRA quanto ao desenho do habitat de reforma agrária em nosso país respondeu mais quantitativa do que qualitativamente, haja visto que os habitats implementados não atendem às necessidades e expectativas dos assentados".

A partir desses elementos estrutura-se o objeto de estudo, que se configura como a relação entre "a atuação do Estado e o desenho do habitat de reforma agrária".

O olhar desta tese busca captar o habitat de reforma agrária a partir das ações do Estado, especificamente do INCRA. Por sua vez, os sujeitos sociais que nesse espaço habitam não foram desprezados. Mesmo porque, nesse contexto, não é fácil segregá-los da atuação do Estado. Ambos interagem entre si. Segundo Moreira (2017), a moradia nos assentamentos rurais não é dissociada da conjuntura política, econômica e social do país.

Desse modo, o objetivo geral consiste em: "analisar o processo da produção do desenho do habitat dos assentamentos de reforma agrária exercida pelo Estado de modo a contribuir com a sua atuação no país". Para tanto, este se desdobra em quatro objetivos específicos: 1) Estudar o desenho do habitat de reforma agrária; 2) Estudar a prática do habitat de reforma agrária pelo Estado; 3)

Compreender se a produção do habitat de reforma agrária pelo Estado atende às necessidades e expectativas dos assentados; 4) Apontar possibilidades para o Estado otimizar suas políticas e gestão para o desenho do habitat de reforma agrária.

Por abranger percurso pouco percorrido na Arquitetura e Urbanismo, a investigação carrega em si diversos argumentos que fundamentam a justificativa para sua realização. A maior parte dos estudos e trabalhos acadêmicos desenvolvidos nessa área do conhecimento discute a situação dos aglomerados densamente povoados. Pouco tem sido feito para qualificar e refletir sobre os assentamentos humanos que se encontram para além dos limites das cidades, em seus mais diversos aspectos: teórico; prático; políticas públicas; produção física; desenho; dentre outros. E, de modo especial, os assentamentos rurais implementados pela política de reforma agrária em nosso país, que atende um público alvo bastante específico: os trabalhadores rurais sem terra.

No campo de atuação em pauta, fortuitamente tem-se refletido acerca dos aspectos relativos ao seu habitat, sobretudo acerca da especificidade da prática do seu desenho. A maior parte das experiências e pesquisas desenvolvidas sob esta temática é conduzida por grupos de pesquisa de instituições de ensino superior, organizações não governamentais, dentre outras. Abordam, principalmente, o processo construtivo para sua execução. Quando acontece acerca do desenho, sua concepção é tratada desvinculada do vivido, das necessidades e expectativas da comunidade investigada, não refletindo seu modo de vida.

Constatou-se no documento "Síntese das Discussões e Propostas do II Colóquio Habitat e Cidadania – Habitação Social no Campo" (INO et al, 2011) a importância de se ampliar o debate sobre o habitat de reforma agrária, produzindo e acumulando conhecimentos para incorporá-los às políticas públicas do Estado. Refletir e buscar iniciativas que tratem este habitat no contexto total do assentamento rural, atrelando-o aos demais elementos (área de produção, área de reserva legal, área de preservação permanente, vias de circulação), e que o contemplem em todas as suas dimensões: física; social; produtiva.

No mais, considerando que os movimentos sociais e os trabalhadores rurais sem terra são os protagonistas das conquistas obtidas nos programas de assentamentos rurais da reforma agrária, nesta conjuntura, deve-se compreender o papel e atuação do órgão representante do Estado, o INCRA. Raras são as pesquisas acadêmicas que detém o olhar sobre a autarquia. Assim, busca-se também contribuir para o resgate e sistematização dos dados

relacionados à trajetória do INCRA quanto à produção do desenho dos seus habitats, preservando/resgatando sua história.

Quanto à efetivação da tese, destacam-se os parâmetros que definiram os caminhos metodológicos percorridos.

Essa temática - na mesma medida em que manifesta interfaces com outras áreas do conhecimento – ainda é pouco explorada na Arquitetura e Urbanismo. Nesta, por sua vez, ainda que considerada uma prática recente, dialoga com diversos campos disciplinares e seus respectivos conteúdos: reforma urbana; habitação de interesse social, dentre outros.

As particularidades que envolvem a relação entre a atuação do Estado e o desenho do habitat de reforma agrária implicam que a investigação deva partir da abordagem abrangente a situações específicas, indo além das dicotomias e buscando a interação das partes com o todo, bem como da teoria com a prática. No mais, o olhar necessita transitar em diversas perspectivas. Do tempo, do presente ao passado e vice-versa. Das áreas do conhecimento, também referendados os postulados da Geografia, Cartografia, Ciências Sociais, Políticas Públicas, Sociologia, Filosofia e até mesmo da Agronomia. Ultrapassar os tradicionais limites da Arquitetura e Urbanismo, que os aprisionam aos elementos da cidade, e ir em busca da Arquitetura do Campo, especificamente da reforma agrária. No mais, deve-se estudar o desenho para além da morfologia, levando-se em consideração as relações sociais que nele se estabelecem e das quais ele se faz resultado.

Desse modo, o método de pesquisa empregado foi o regressivo-progressivo, criado por Marx, mas desenvolvido por Lefebvre, em relação, sobretudo, à produção do espaço. Assim, a partir da apresentação da realidade atual (presente), buscam-se elementos do passado que a expliquem (momentos históricos), para que se alcance o possível (BORGES, 2002). No texto de apresentação da 3ª edição da obra "*Du Rural à L'Urbain*" (2001)[26], Remi Hess[27] explica de modo didático, a lógica desse método a partir de uma comparação com os postulados de Freud:

> De fato, esse método poderia ser aproximado, igualmente, da conduta de Sigmund Freud, que Henri Lefebvre não utiliza muito em sua obra. Mas, existe em Freud essa lógica de construção do objeto que consiste em:
> 1) A partir de uma descrição minuciosa do presente (os sintomas da crise);
> 2) Retornar ao passado para reencontrar os momentos decisivos, os quais são a origem dos

[26] Tradução do original em francês feita por BORGES, A. H. *et al* (no prelo).
[27] Sociólogo francês, professor de ciências da educação na Universidade Paris VIII, foi discípulo e amigo pessoal de Henri Lefebvre, com quem trabalhou ativamente. Tornou-se um dos grandes divulgadores de sua obra.

> traumatismos que causam as turbulências de hoje em dia;
> 3) Enfim, armado dos conhecimentos desses momentos decisivos, retornar ao presente para tentar vislumbrar um futuro, permitindo ao doente se aceitar nessa complexidade dolorosa, certo de ultrapassar algumas contradições e, portanto, seguir adiante.
>
> O procedimento de Henri Lefebvre no nível dos grupos e da sociedade é, portanto, também se aproximar do procedimento freudiano no nível de uma terapia individual (Remi Hess in LEFEBVRE, 2001, p. 22 e 23).

Seguindo a orientação ilustrada no texto "Introdução ao Estudo do Habitat Pavillonaire" (LEFEBVRE, 1970), adicionou-se ao caminho metodológico a pesquisa qualitativa - conforme adaptação do referido autor - para a coleta dos dados primários *in loco* nos habitats de reforma agrária[28].

Prosseguindo, para suprir as singularidades apontadas, recorreu-se a outros pressupostos de Lefebvre, cujo entendimento aponta que o objeto de pesquisa deve ser contemplado em um contexto mais abrangente, relacionando-o com diversas áreas do conhecimento. Complementa-se com sua visão crítica acerca da fragmentação das ciências ("ciência parcelar"), na qual, para ele, nenhuma área do conhecimento pode explicar um fenômeno por completo. Assim, para a construção desta tese foi necessário abraçar uma perspectiva interdisciplinar, transitando por outras áreas do conhecimento - ciências sociais, políticas públicas, filosofia, dentre outras - correlacionando os conhecimentos adquiridos com os da pluralidade da Arquitetura.

Apoia-se também na indissociabilidade entre a teoria e a práxis, defendida pelo citado autor. Para ele, estas devem ser compreendidas conjuntamente. No mais, baseia-se em suas reflexões sobre a produção do espaço: Lefebvre argumenta que os aglomerados humanos devem ser apreendidos em sua totalidade, a partir da relação das partes com o seu todo.

Para além das referências metodológicas, os postulados de Lefebvre também contribuíram para assimilar algumas questões inerentes ao objeto de estudo em si: compreensão do presente, a partir de suas reflexões e narrativas sobre as transformações ocorridas na sociedade durante o século XX, como a transição da sociedade rural para a urbana; percepção da atual relação campo-cidade; críticas ao planejamento urbano, ao urbanismo e ao modo demasiadamente tecnicista de conceber os espaços físicos.

Similarmente, outros conceitos desenvolvidos por Lefebvre foram empregados como aporte teórico-conceitual, sobretudo a

[28] Explicado no item "Procedimento para Investigação do Campo Empírico".

relação entre o habitar x habitat[29], que colabora sobremaneira para a elaboração do "habitat de reforma agrária", um dos principais conceitos aqui utilizados[30].

A outra referência teórico-metodológica primordial para a concepção dessa pesquisa equivaleu à tese de doutorado "MST: Habitats em Movimento" (BORGES, 2002). Estudo pioneiro acerca da temática do desenho do habitat de reforma agrária representou um dos pilares fundamentais, e pressuposto para a concepção do referencial teórico, além de inspiração para a utilização do método regressivo-progressivo, da pesquisa qualitativa e dos postulados teóricos de Henri Lefebvre.

O campo empírico para o desenvolvimento da pesquisa corresponde aos assentamentos rurais criados pela política nacional de reforma agrária, localizados no estado do Rio Grande do Norte, num total de 288 unidades[31]. Como mencionado na contextualização, esse conjunto definido permite a introdução de outras possibilidades de abordagem, as quais contribuem e enriquecem a investigação do objeto de estudo, proporcionando mais subsídios às análises realizadas. Assim, esse campo empírico teve o desenho do seu habitat investigado em vários aspectos, através de procedimento próprio explicado adiante.

Por recorte temporal define-se o intervalo de 1985 a 2013. Pontuado pelo Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985/1989 - Decreto nº 91.766 (10/10/1985) - e pela Portaria Interministerial nº 78 (08/02/2013) e a Orientação Operacional – OO nº 03/2013/DHAB/SNH/MCIDADES (14/08/2013), este equivale ao período no qual a produção do desenho do habitat de reforma agrária pelo Estado era de exclusiva responsabilidade do INCRA.

Neste interstício que sucedeu 6 governos federais, foram criados no RN 286 dos 288 assentamentos rurais de reforma agrária existentes. Na intenção de compreender as similaridades e diferenças, a divisão em período de governo torna-se eixo central de estruturação da narrativa apresentada na tese.

Diante do exposto, para apreender acerca da prática do desenho do habitat de reforma agrária realizada pelo Estado, esse trabalho transcorre em busca do diálogo entre a teoria e a prática, assim como da totalidade e das especificidades, num contexto que extrapola a área de conhecimento *strictu sensu* da Arquitetura e Urbanismo, transitando da situação atual para o passado, onde se buscam elementos para a compreensão do presente, a fim de proposições e possibilidades para o futuro. Desse modo, parte-se do

[29] Ver Capítulo 2 Habitar o Campo no Século XXI.
[30] Desenvolvido no subitem 3.3 O Habitat de Reforma Agrária.
[31] Conforme ilustrado no Mapa 01 (página 270).

estudo específico, e separadamente, de cada um dos elementos que compõem o todo: habitar e habitat; reforma agrária; habitat de reforma agrária; desenho; prática do Estado. Posteriormente, relacionam-se os elementos entre si, constituindo-se o todo: produção do desenho do habitat de reforma agrária pelo Estado. Por fim, chega-se ao legado e às possibilidades para o Estado.

Trilhando esse caminho, além da presente Introdução, a estrutura da tese é composta por quatro partes, a saber:

Na Parte I - O presente e o passado na produção do habitat[32] são expostos os conceitos empregados: habitar e habitat; reforma agrária; habitat de reforma agrária; desenho do habitat de reforma agrária. Partindo da situação atual do habitar o campo no Brasil do século XXI, reflete-se sobre o presente e alguns momentos do passado da produção do habitat. Assim, os referidos elementos foram estudados separadamente. Posteriormente, relacionaram-se entre si, sem perder de vista a dimensão da unidade e buscando entendê-los em sua relação com o todo, até constituir a totalidade do desenho do habitat de reforma agrária.

A Parte II - O Estado e o desenho do habitat de reforma agrária: órgãos, critérios, normativos e o processo do desenho, associando teoria e prática, explana como os elementos trabalhados na Parte I são empregados na atuação do Estado quanto à prática do processo do desenho do habitat de reforma agrária[33]. Para tanto, inicialmente pormenoriza-se a partir da atuação do INCRA. Num segundo momento, a abordagem recai sobre as práticas do desenho anteriores à reforma agrária, ocorridas durante a colonização contemporânea, sobretudo no Governo Militar (1964-1985). Por fim, adentra-se nas questões específicas ao desenho do habitat de reforma agrária em si - práticas do desenho no presente: 1985 a 2013.

A Parte III - A produção do desenho do habitat de reforma agrária no Rio Grande do Norte consistiu em compreender se a produção do habitat de reforma agrária pelo Estado atende às expectativas e anseios básicos dos assentados[34]. Para tanto, o desenho do habitat de reforma agrária produzido nos assentamentos do RN foi investigado em vários aspectos, através de procedimento próprio, explicado mais adiante.

A Parte IV - Legados e possibilidades para o Estado corresponde às considerações finais. Confrontam-se: os conceitos estudados (Parte I); a abordagem da prática do desenho do habitat de reforma agrária pelo Estado (Parte II); e os dados resultantes da

[32] Corresponde ao objetivo específico 01.

[33] Corresponde ao objetivo específico 02.

[34] Corresponde ao objetivo específico 03.

análise do campo empírico (Parte III). Verifica-se a hipótese, definindo-se a resposta à questão problema, assim como as possibilidades para o Estado otimizar suas políticas e gestão para o desenho do habitat de reforma agrária[35].

Procedimento para investigação do Campo Empírico

Tendo como base os postulados de Lefebvre, partiu-se da premissa que a prática do desenho resulta, no espaço físico, da correlação de forças dos agentes sociais que nele atuam, regadas pelas questões sociais, políticas, econômicas, dentre outras. Assim, a análise aconteceu, preliminarmente, com o reconhecimento quantitativo do campo empírico, sobretudo em seus aspectos gerais; sociais/agentes; e físicos (escalas do assentamento e do habitat)[36]. Posteriormente, sucedeu o aprofundamento através da investigação qualitativa acerca do processo (ação) e do desenho resultante, condicionado a um exemplar de habitat relevante do genótipo identificado em cada período dos seis governos estudados, denominado este como materialidade do campo empírico[37].

Desse modo, o reconhecimento da totalidade do campo empírico foi esmiuçado em suas partes e principais especificidades. Pleiteando as similaridades e diferenças, as informações levantadas foram estruturadas pelos seis períodos de governos estudados: José Sarney (1985-1989); Fernando Collor (1990-1992); Itamar Franco (1992-1995); Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2013).

Assim, em relação a cada período de governo, todos os dados coletados a respeito dos seus respectivos assentamentos rurais e habitats foram apresentados, identificando-se seu genótipo quanto aos aspectos gerais; sociais e físico-espaciais.

Nos aspectos gerais foram elencados o governo federal no qual o assentamento foi criado, a mesorregião e o município de sua localização, o quantitativo de área e de famílias assentadas.

Os aspectos sociais se referiram aos agentes requerentes da desapropriação e os agentes atuantes na produção do desenho do habitat de reforma agrária. Quanto aos primeiros, partiu-se da premissa de que esses sujeitos sociais, de acordo com seu modo de

[35] Corresponde ao objetivo específico 04.

[36] A síntese desse reconhecimento quantitativo corresponde ao Capítulo 8 O Presente nos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte.

[37] Compreendendo o Capítulo 10 A Produção do Desenho do Habitat de Reforma Agrária do Rio Grande do Norte.

organização e da sua trajetória de luta pela terra, influenciam o desenho do habitat. Tomando por referência Paiva (2014), esses foram classificados como: proprietários; posseiros; movimentos sociais; sindicatos/federação. No que diz respeito aos agentes atuantes na produção do desenho, o objetivo consistia em identificar o envolvimento de outros, para além dos técnicos do INCRA, dos assentados e dos movimentos sociais/sindicatos.

No que diz respeito aos aspectos físico-espaciais, toma-se por referência a coleta de dados primários realizada no material gráfico produzido pelo INCRA/RN (projetos, mapas e afins) através do levantamento no acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN - nos próprios desenhos ou junto aos servidores do setor. Inicialmente, verificava-se a existência de representação gráfica - desenho, peça técnica, projeto, etc. - do assentamento rural e respectivo habitat. Posteriormente, procedia-se ao exame desse material em dois níveis de aproximação: escala do assentamento e escala do habitat.

Na escala do assentamento a intenção era captar a relação do habitat com os demais elementos do assentamento rural e com o entorno imediato. Assim, buscou-se a quantidade de habitats; sua localização; e o seu modo de acesso.

A categoria “quantidade de habitats” mensurou em quantos núcleos as famílias foram distribuídas no assentamento.

Já a categoria “localização do habitat” procurou apreender a posição do habitat em relação aos demais elementos internos do assentamento e ao seu exterior. Para tanto, foram empregados 3 parâmetros: i) extremidade: quando o habitat se localizava na adjacência dos limites/perímetro do assentamento. Obrigatoriamente existia acesso direto ao seu entorno imediato, privilegiando a relação com os seus elementos. Foi subdividido em: extremidade/perímetro: quando localizado imediatamente à linha limítrofe do assentamento; e extremidade/não perímetro: quando próximo a essa linha limítrofe; ii) intermediário: utilizado para identificar a situação intermediária entre o parâmetro “extremidade” e “central”; e iii) central: quando o habitat se localizava no centro geográfico do assentamento, tendo esse um raio de abrangência em torno de 500m. Privilegia a relação com os elementos do assentamento, inclusive as áreas de produção.

Os objetivos requeridos pela categoria “acesso ao habitat” foram: conferir o seu modo de acesso; se este interferia na localização do habitat e no escoamento da produção; também captar a relação do habitat com o entorno imediato do assentamento (sedes municipais e/ou distritais e aglomerados similares) buscando perceber a formação de “redes” ou “conglomerados” de assentamentos rurais. Assim, foram aplicadas três categorias para a classificação: i) rodovia: via pavimentada. Geralmente destacada na

representação do desenho, diferenciando sua custódia: esfera federal (BR) ou estadual (RN); ii) vicinal: via secundária carroçável, sem pavimentação, mas representada no desenho; e iii) sem representação: quando não existia informação a respeito.

Na escala do habitat apurou-se a correlação entre os próprios elementos do habitat representados no desenho. Para tanto, verificou-se sua tipologia e o uso do solo.

Quanto à categoria "tipologia", buscou-se apreender a lógica e a morfologia do desenho do habitat. Entender se esta favorecia o desenvolvimento da vida cotidiana dos assentados: dimensões do lote de moradia compatível à produção agropecuária; área para equipamentos comunitários sociais e de serviço com extensão e localização adequadas às atividades propostas; dimensões e relações do traçado das vias; etc. Para a concepção dos parâmetros de classificação tomou-se como norteador as vias de circulação, padrões de parcelamento do solo e respectivas analogias, conforme referências do subcapítulo 3.3 O Habitat de Reforma Agrária.

Na categoria "uso do solo" averiguou-se quais elementos componentes do habitat eram representados no desenho: lote de moradia; habitação; área para equipamentos comunitários sociais e de serviço; vias de circulação; e inovações - estratégias diferenciadas em relação ao padrão estabelecido, como cinturão verde e área coletiva de produção envolvendo o habitat; etc.

Posteriormente, a investigação se aprofundou qualitativamente em direção à prática do processo (ação) e desenho resultante. Para tanto - também por período de governo -, definiu-se um assentamento rural: a materialidade do campo empírico. Como critério de escolha, estabeleceu-se o exemplar mais representativo do genótipo do habitat identificado, quanto aos aspectos físicos (escala do assentamento e do habitat) e agentes atuantes no processo do desenho. No que diz respeito aos aspectos gerais e sociais, optou-se pela diversidade, quanto ao: município de localização e agente requerente da desapropriação.

Entende-se que desse modo ampliam-se as possibilidades de apreender o resultado dessas relações e seu respectivo desenho. No mais, não foram desprezadas as especificidades e peculiaridades de algumas situações. Diante de uma leitura dialética estas assumem relevante papel para a compreensão da prática estudada. Assim, estas ocorrências também foram apresentadas em momentos oportunos no decorrer da narrativa[38].

[38] Ressalta-se que a busca por informações no INCRA não foi uma das tarefas mais fáceis. Mesmo tendo acesso irrestrito, parte dos dados são conflituosos e escassos, sobretudo em relação aos primeiros assentamentos rurais criados

O processo do desenho foi analisado a partir da palavra dos agentes atuantes - técnico do INCRA e representantes dos assentados - fazendo uso de roteiro estruturado[39], elaborado tomando por referência Borges (2002) e Cerqueira (2009). As variáveis analisadas foram: agentes participantes e procedimentos adotados - normativos, resoluções ou afins; métodos específicos; parâmetros; diretrizes; dentre outros. Também se verificou como os assentados vivenciam o desenho concebido. Em cada assentamento foram realizadas três entrevistas: técnico do INCRA responsável pelo processo do habitat, técnico responsável pelo processo da habitação, representante dos assentados - contabilizando 18 entrevistas no total. Ao fim, em cada assentamento, as entrevistas realizadas com as duas categorias de agentes atuantes foram confrontadas entre si.

A aplicação das entrevistas foi inspirada na pesquisa realizada pelo ISSU (1970) descrita no texto "Introdução ao Estudo do Habitat Pavillonaire" (LEFEBVRE, 1970).

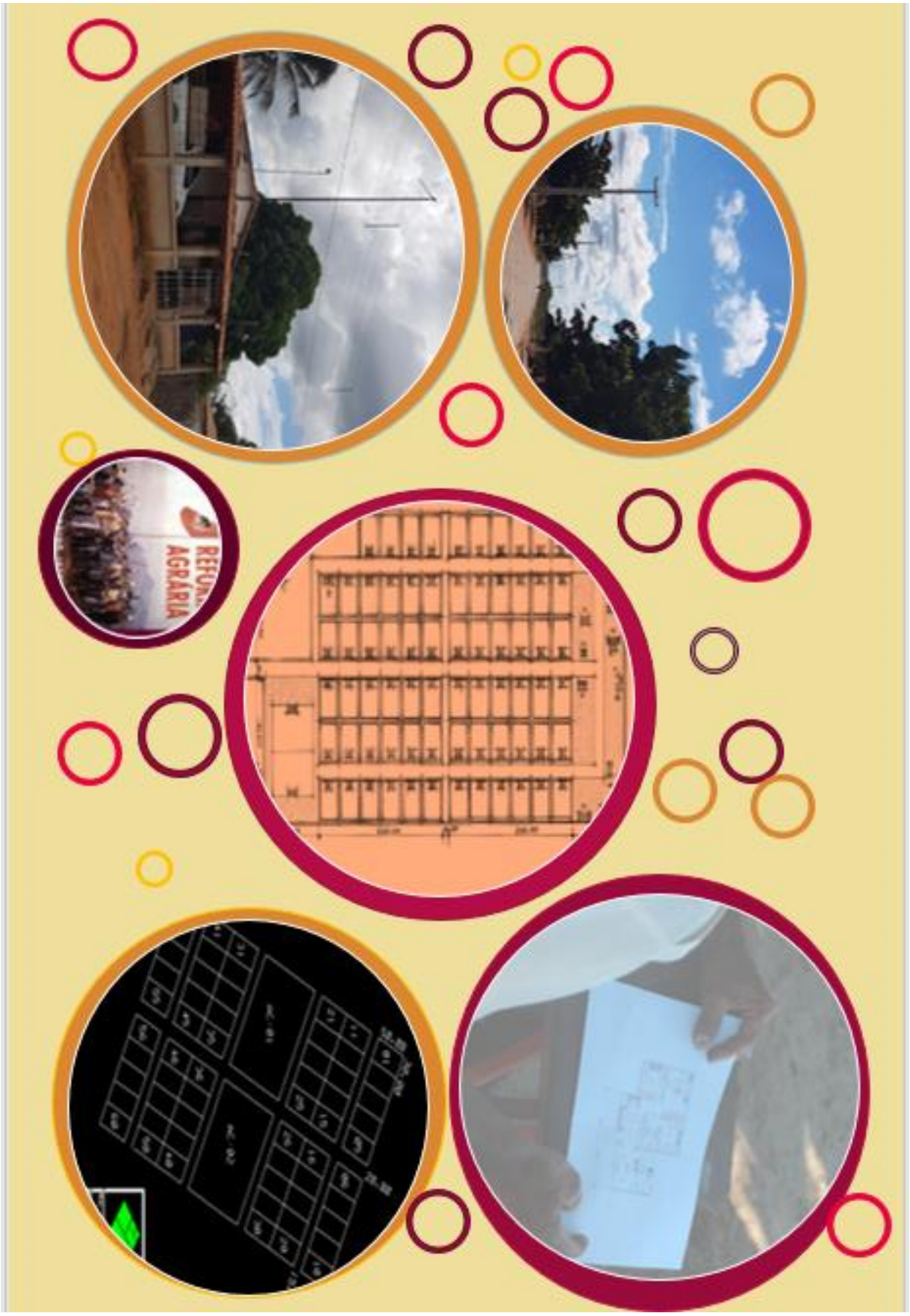
Quanto ao desenho resultante, aos dados já coletados nas escalas do assentamento e do habitat, acrescentaram-se a escala regional e a da habitação[40]. A primeira buscou entender como o habitat se relaciona com as sedes municipais e/ou distritais adjacentes, sobretudo nos aspectos da prestação de serviços não existentes no assentamento, porém, que contemplam aspectos da vida dos assentados: saúde, educação e comercialização da produção. Já a escala da habitação, apurou informações da tipologia da habitação efetivada e o modo de apropriação pelos moradores.

Para tanto, os dados primários foram verificados *in loco*, por meio de registros fotográficos, observação e percepção da própria autora nas escalas estudadas. Atentou-se para: configuração do desenho executado; modos de acessos; acréscimos introduzidos pela comunidade; usos nos lotes de moradia e dos demais espaços públicos; e existência de reforma ou ampliação nas habitações. Para este último, quando permitido, exemplificava-se com a habitação do assentado entrevistado.

(Governo Sarney). Contei com a compreensão e ajuda de alguns servidores, que dedicaram seu tempo para me ajudar a montar esse quebra-cabeça. Alguns disponibilizaram arquivos pessoais, com documentos e registros fotográficos.

[39] Ver respectivamente no Apêndice: "III. Roteiro para entrevista: agente atuante na prática da produção do desenho do habitat de reforma agrária" e "IV. Roteiro para entrevista: representantes dos assentados".

[40] Conforme I. Roteiro para Levantamento e Tabulação de Dados Primários: Materialidade do Campo Empírico (ver Apêndice - página 490).



PARTE I: O Presente e o Passado na Produção do Habitat

2 HABITAR O CAMPO NO SÉCULO XXI.

Relata-se aqui o presente do habitat e do habitar o campo em nosso país, contextualizando assim a temática estudada. Partindo da relação entre habitar e habitat, demonstra-se como as transformações ocorridas nas últimas décadas modificaram a relação campo e cidade, refletindo também no modo de vida e no habitat do campo, cuja imagem do presente não mais corresponde à do passado. No entanto, apesar dessa conjuntura, nossa estrutura fundiária ainda permanece concentrada, sendo palco da luta pela reforma agrária, resultando, como consequência, no habitat de reforma agrária. Este, atualmente, apesar de espaço de resistência ao avanço das transformações advindas da reprodução do capital, também sofre influências dos elementos do urbano.

O habitar se configura como uma ação inerente ao ser humano. O filósofo francês Henri Lefebvre utiliza este termo em diversas de suas obras, sobretudo nas voltadas à questão do espaço, no transcorrer das quais esse repertório teórico vai sendo ampliado[41]. Para o autor, a apreensão deste conceito é pré-requisito para compreender o habitat e seus desdobramentos, estejam estes associados ao tempo passado ou presente.

Na obra "Do rural ao urbano" (LEFEBVRE, 1970)[42], as formulações deste autor estão permeadas pela crítica às práticas tecnicistas de planejamento urbano, sobretudo o funcionalismo, então em voga (meados do século XX). Lefebvre condena a fragmentação e o zoneamento do espaço e sua consequente especialização por funções correlacionadas, o que desestabiliza e faz perder a essência do todo e, consequentemente, o sentido do habitar. Entende que "o habitar é um fato antropológico" (LEFEBVRE, 1970, p. 154), inferindo que na sua prática sejam consideradas as possibilidades e variedades da condição humana:

> As modalidades do habitar têm modificado profundamente: existe uma história do habitar e da habitação. (...) A habitação tem mudado com a sociedade, com o modo de produção (...). O habitat tem mudado em função dessas totalidades que constituem a cultura, a civilização, a sociedade em escala global: as relações e modos

[41] Nessa pesquisa restrita às citadas nas Referências Bibliográficas

[42] Apesar da 1ª edição datar de 1970, a obra corresponde a uma recopilação de artigos publicados entre 1949 e 1969, os quais representam "um longo trajeto (vinte anos: a entrada da França na 'modernidade') marcado por algumas etapas" (LEFEBVRE, 1970, p. 5).

> de produção, as estruturas e as superestruturas (LEFEBVRE, 1970, p. 154 e 155)[43].

O referido autor critica as tentativas de estipular "regras" para o habitar, defendendo a sua diversidade, que se vincula às transformações pelas quais a sociedade vem passando. O modo de habitar - com seus símbolos e significados - é intrínseco a cada sociedade. No mais, o ser humano verdadeiramente habita a partir da apropriação do espaço no qual se encontra inserido:

> [...] socialização do espaço individual e, simultaneamente, a individualização do espaço social. [...] não é ter em propriedade, mas sim fazer sua obra, modelar, formar, colocar o selo próprio (LEFEBVRE, 1970, p. 210).

Nas reflexões em "O Direito à Cidade" (2010)[44] - também pautada na oposição aos princípios do Movimento Moderno - Lefebvre destaca a relação entre o habitar e o habitat. Este último definido como o local onde o ser humano habita, todavia, sendo produzido seguindo a lógica do capital, impulsionado por suas diversas facetas. Sua ênfase recai na racionalidade, padronização e nos ambientes mínimos. Para exemplificar, em meados do século XX, o autor utiliza o contraponto entre os conjuntos (grandes edifícios verticais residenciais) e os pavilhões (habitação individual) localizados no subúrbio parisiense:

> Esta noção, a do habitat, ainda continua "incerta". Os pavilhões permitem variantes, interpretações particulares ou individuais do habitat. Uma espécie de plasticidade permitia modificações, apropriações. O espaço dos pavilhões – recinto, jardins, cantos diversos e disponíveis – deixava ao habitat uma margem de iniciativa e de liberdade, limitada, mas real. A racionalidade estatal vai até o fim. No novo conjunto instaura-se o habitat em estado puro, soma de coações. O maior conjunto realiza o conceito do habitat, diriam certos filósofos, ao excluir o habitar: a plasticidade do espaço, a modelagem desse espaço, a apropriação pelos tipos e indivíduo de suas condições de existência. É também cotidianidade completa, funções, prescrições, emprego rígido do tempo que se inscreve e se significa nesse habitat. [...]
>
> No interior da oposição, as pessoas dos grandes conjuntos instalam-se na lógica do habitat e as pessoas dos pavilhões no imaginário do habitar. Para uns, a organização racional (na aparência) do espaço. Para outros, a presença do sonho, da natureza, da saúde, afastados da cidade má e malsã (LEFEBVRE, 2010, p. 26 e 27).

[43] Tradução da versão original em francês feita pelo GERAH/UFRN.
[44] Versão original editada no ano de 1968.

Em "Revolução Urbana" (2008)[45] Lefebvre associa o habitat à produção capitaneada pelo Estado, qual seja sua ideologia política. À época, este se tornava o grande impulsionador da disseminação do habitat, sobretudo nos países europeus ocidentais:

> O habitat, ideologia e prática, chegava inclusive a reprimir as características elementares da vida urbana, constatadas pela ecologia sumária: a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos, dos "*patterns*", modelos culturais e valores vinculados às modalidades ou modulações da vida cotidiana. O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o "vivido" a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou "máquinas de habitar". [...]
> Não é menos verdadeiro que essa relação do "ser humano" com o mundo, com a "natureza" e sua própria natureza (com o desejo, com o seu próprio corpo) jamais foi imersa numa miséria tão profunda como sob o reino do habitat e da racionalidade pretensamente "urbanística" (LEFEBVRE, 2008, p. 78, 79 e 80).

Restrito ao aqui exposto por Lefebvre formula-se que habitar é ato abstrato, vinculado à poética e essência do ser humano. É quando este se apropria e particulariza o espaço, imprimindo seus significados e peculiaridades, não confinados por regras limitadoras. Por sua vez, habitat equivale à materialidade do espaço, conduzida por prescrições e regras pragmáticas, rígidas, formais e racionais, que induzem a padronização. Contempla, assim, a realidade vivida no local de moradia, apropriado ou não. Todavia, é notório que esse termo pode adquirir outros significados para além do aqui citado, entretanto, não objeto desta pesquisa.

A partir dessa fundamentação, percebe-se que na atualidade do século XXI a correlação entre o habitar e o habitat, vivenciada no nosso campo, envolve características até então ausentes, que se juntam aos elementos resistentes. Cenário provocado pela continuidade das transformações ocorridas em nossa sociedade, sobretudo a partir do decorrer do século XX. Somos e vivenciamos hoje os reflexos dessas mudanças sucedidas. No que diz respeito à concepção do espaço físico, especificamente no contexto da arquitetura e do urbanismo, o mundo urbanizado apresenta novas alternativas e demandas para o habitar e o habitat: aglomerados cada vez mais densos; criação de novos hábitos, necessidades e desejos; inserção e exclusão de elementos; novos modos de concepção e técnicas construtivas; dentre tantas outras possibilidades nesse intervalo temporal denominado por Lefebvre como Era Urbana.

No território nacional uma das principais consequências correspondeu à tendência da transformação na relação campo-

[45] Versão original editada em 1970.

cidade, com a mudança de primordialmente rural para urbano. A partir da década de 1930, a intensificação e o avanço das relações capitalistas sobre o campo vêm causando um fenômeno que transcorre por várias décadas: a expulsão dos trabalhadores que até então aí habitavam e tiravam o sustento da família. Somados a outros fatores de atração e repulsão, conforme Singer (1985) intensificou-se a migração para as cidades e, consequentemente, um acelerado crescimento da população, da quantidade e do tamanho desses aglomerados até então nunca visto. Apesar de ainda coexistir diversas realidades, os brasileiros passam a morar, majoritariamente, nas cidades e, aos poucos, o campo vai sendo invadido pelos elementos da urbanização e da vida moderna.

De acordo com os dados e a classificação empregada pelo último censo (2010) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somos aproximadamente 200 milhões de brasileiros, dos quais 84,36% residem em áreas consideradas urbanas, enquanto 15,64% em áreas rurais. Em 1960, quando o IBGE iniciou essa mensuração, a relação era inversa: 54,91% no rural contra 45,09% no urbano[46]. Os números apresentados oficialmente via Estado demonstram o contraste na distribuição da população no território brasileiro, como também o seu entendimento dicotômico da relação entre o que se considera campo e cidade. Ou seja, a lógica da materialização que os termos campo e cidade subscrevem. Essa visão dicotômica se refletirá em outras facetas do Estado, conforme apresentadas no decorrer dessa tese. No entanto, para Veiga (2002) essa diferença é mais amena: "percebe-se que só está efetivamente na rede urbana menos de 60% da população brasileira. E não mais de 80%, como impõe a linha estadonovista que baliza a metodologia oficial" (VIEIRA, 2002, p. 66).

A apreensão dessa relação campo x cidade, para Lefebvre (1970), também emerge em outro sentido. Conjecturando a partir da realidade da França de meados do século XX, o autor argumenta que com a continuidade da expansão das relações capitalistas e as consequentes transformações acarretadas, a diferença entre o campo e a cidade torna-se menos antagônica. Segundo ele, a partir de então, o mundo e as relações que nele se desenvolvem – como as de produção - começam a ser apreendidos pela lógica e a partir da cidade, o que o autor classifica como Era Urbana. Até então, a percepção dominante originava-se do rural (Era Agrícola). Todavia, essa lógica se espalhou pelo mundo de modo e em tempo diferenciados, coexistindo com diversas outras. Sua supremacia se originou nos países capitalistas da Europa ocidental em fins da 2ª

[46] Consultado em https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8. Acesso em: 03 nov. 2018.

Guerra Mundial, alcançando outras nações, sobretudo com a mundialização do capital, inclusive em nosso país.

Já Wanderley (2001) acrescenta outra formulação para a compreensão dessa relação:

> Considera o continuum rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois polos extremos. Nesta segunda perspectiva, a hipótese central é de que, mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois polos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o continuum se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações (WANDERLEY, 2001, 33).

Concatenando esses postulados, define-se aqui o campo não como oposição à cidade, mas como continuidade, complementar um ao outro. Corresponde ao espaço com características naturais, de produção e grandes vazios, mas que também apresenta elementos da urbanização e da vida moderna. Assim, busca-se compreender o campo tendo em vista (e sem perder de vista) sua relação com a cidade. Do mesmo modo, entende-se o urbano como um fenômeno que vai além da cidade, extrapolando-a, incorporando as adjacências, inclusive o campo.

Por sua vez, o rural e campo apresentam, cada um, significados próprios:

> Campo e cidade são, portanto, materialidades. Concretizam-se como paisagens contrastantes. Ruralidades e urbanidades são racionalidades ou lógicas. Manifestam-se por meio de nossos atos, através das práticas sociais. Na esfera dos sujeitos, são conteúdos incorporados no curso da vida. Na esfera das instituições ou agentes coletivos, são ora incorporados, ora herdados. De qualquer modo, são representações provenientes de diferentes universos simbólicos, reproduzidos por cada indivíduo em seu convívio social (BIAZZO, 2008, p. 143).

Monte-Mor (2007) complementa, afirmando que no início a oposição entre cidade e campo permanecia bem torneada, “em suas formas sócio-espaciais e processos socioculturais, de modo algum se confundiam” (MONTE-MOR, 2007, p. 01). Contudo, não é mais o que se observa hegemonicamente na atualidade:

> Nas três últimas décadas as relações campo-cidade se modificaram de tal maneira que hoje é

> cada vez mais difícil distinguir os espaços rurais dos espaços urbanos. [...]
> Os conceitos de cidade e de campo não mais exprimem realidades concretas e reconhecíveis integralmente no espaço social contemporâneo. A substantivação do qualificativo urbano, representando a realidade urbano-industrial atual, passa assim a significar o terceiro termo da tríade dialética, a síntese da contradição cidade-campo (MONTE-MOR, 2007, p. 01; 08).

Assim, nesse contexto de abrangência e do urbano, essas transformações provocaram reflexos no modo de ocupar e de habitar a cidade e o campo brasileiro. De modo geral, cada vez mais a infraestrutura e o vivido da cidade vão sendo incorporados ao campo. Portanto, o habitat e o habitar o campo no Brasil no século XXI apresentam uma conotação distinta do passado.

Retroagindo ao início do século XX, ilustrando a partir de uma sucinta comparação focada no Nordeste - estritamente nos habitats dos grupos sociais menos favorecidos -, a imagem do campo estava associada ao habitat caracterizado pela dispersão espacial, sendo a habitação rural seu principal componente. Frequentemente, nesta a iluminação era gerada por lamparina a óleo querosene e o fornecimento de água vinha de fontes externas à moradia. O banheiro, quando formalizado, acontecia separado do corpo da casa e sumária era a preocupação com o esgotamento sanitário. Os materiais de construção empregados consistiam em: taipa e madeira, para as alvenarias; palha na cobertura; piso em terra batida. Quanto aos costumes, cozinhava-se no fogão à lenha e lavava-se roupa no rio[47]. Nessa perspectiva, abordando a morada rural, Borges (2002) amplia o repertório, tecendo um paralelo entre exemplares dos diversos grupos sociais:

> As moradas rurais brasileiras configuram-se, então, simples, um pouco austeras, adaptadas ao meio e de baixo custo. Com o passar do tempo, as diferenças de classes sociais ficam marcadas na sua arquitetura e as casas-grandes e demais construções representativas do poder ficam mais complexas, muitas das quais obras de arquitetos e construtores europeus. A taipa é substituída pelo adobe, o tijolo, suas aberturas são cada vez maiores, o alpendre é inserido, o mobiliário é importado. No entanto, restam-lhes aspectos rústicos herdados. Já a casa dos proprietários empobrecidos, dos arrendatários menos favorecidos, dos posseiros e trabalhadores rurais, é muito semelhante à morada do século XVII e XVIII, quando se consolida o modelo brasileiro: casa de taipa, rebocada e caiada no seu exterior, poucos adornos, grandes beirais, baixas, poucas aberturas, quase sempre com espaços semi-fechados, como o alpendre e uma puxada atrás, aonde se localiza a cozinha (BORGES, 2002, p. 50).

[47] Assunto detalhado no subcapítulo 3.3 O Habitat de Reforma Agrária.

No contraponto, a imagem no presente desse mesmo habitat do campo vincula-se à infraestrutura e aos elementos da vida moderna. Há na habitação fornecimento de energia elétrica e água encanada, ou mesmo alternativa com cisterna. Os materiais utilizados para a sua construção permutaram: tijolo na alvenaria e telha cerâmica na cobertura. O banheiro faz parte da casa.

Quanto ao mobiliário e eletrodomésticos, na maioria dos casos constam os mesmos existentes nas moradias da cidade e até então não presente no campo: televisão; antena parabólica; fogão a gás; máquina de lavar roupa; aparelhos de telefone celulares; dentre outros. Frutos das relatadas mudanças nos costumes e no modo de vida do campo motivadas pelo capitalismo, o consumo de alguns desses elementos resulta do desejo, outros da necessidade dos sujeitos. Todavia, essa tendência, mesmo que predominante, avança de modo não uniforme, interagindo com outras, inclusive com as citadas anteriormente.

Há cada vez mais uma aproximação das características do que seja o modo de habitar o campo e a cidade - ainda que permaneçam diferenciações intrínsecas antecedentes -, apesar do não comprometimento das políticas públicas para ambos, assim como da distinção percebida pela sociedade. Essa situação também entrou na pauta de debate da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB:

> É preciso entender que mesmo as pessoas vivendo nas pequenas cidades do interior, ou no campo, as suas características já haverão mudado, pois já ouve uma mudança cultural, nos hábitos, práticas e costumes, pois durante esse tempo todo de dominação capitalista, o modo de vida urbano-industrial foi imposto pelos meios de comunicação de massa. Portanto, a diferença que existe é somente geográfica, isso significa que os problemas e as dificuldades são muito parecidos entre as pessoas que vivem no campo, nas pequenas cidades do interior ou nos grandes centros urbanos, pois as necessidades são idênticas: renda, moradia digna, escolas, saúde, etc. (CONCRAB, 2004, p. 20).

No entanto, mesmo com essas transformações ocorridas em nosso país, habitar o campo em pleno século XXI ainda se faz numa estrutura fundiária altamente concentrada. Herança advinda desde a época da nossa colonização. Assim, poucas foram as modificações ocorridas, permanecendo o caráter excludente. Continuamente, a propriedade da maior parcela do nosso território se concentra nas mãos de poucos. O INCRA tem cadastrado aproximadamente 681.900.090,85 ha como imóveis rurais. Deste montante, apenas

23,48% (160.062.971,85 ha) são de titularidade pública. Os demais 76,52% (521.837.119,00 ha) correspondem a propriedades particulares. Deste último conjunto, 2,20% (11.522.307,62 ha) possuem mais de 600 módulos fiscais, sendo considerados como latifúndios[48]. Entretanto, sabe-se que para além destes números oficiais, existe vultuosa quantidade de terras ainda não cadastradas, principalmente grandes propriedades rurais, inclusive griladas. Ou seja, o montante concentrado de terras representa mais do que o registrado oficialmente, provocando um maior impacto nos 851.576,709 ha[49] do Brasil.

Essa dimensão territorial do nosso campo, por sua vez, abriga uma diversidade de usos: amplas extensões de terras com características naturais; imóveis rurais de produção/exploração extensiva e intensiva; indústrias; vastas superfícies de terras como propriedade privada; aglomerados humanos de baixa densidade (distritos, vilarejos, habitat de comunidades tradicionais, habitações isoladas); etc. Estes usos coexistem com diversas ações provenientes do avanço da reprodução do capital.

[48] http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/estatsticas-de-im-veis-rurais-/brasil_cadastro_imoveis_rurais_geral_pub_e_priv.pdf. Acesso em: 19 nov. 2018.

[49] Conforme dados do IBGE: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km. Acesso em: 19 nov. 2018.

Por sua vez, também são observados habitats que procuram resistir ao avanço dessas transformações. Monte-Mor (2007) os denomina como “ilhas de ruralidades”:

> [...] espaços intersticiais onde as forças modernizadoras do capitalismo industrial não penetraram inteiramente e onde formas e processos sócio-espaciais de organização da vida quotidiana e da produção ainda respondiam predominantemente a dinâmicas locais de base agrária e de um meio rural mais ou menos isolado do capitalismo urbano-industrial (Monte-Mor, 1994) (MONTE-MOR, 2007, p. 14).

Tais espaços são habitados pelos quilombolas, índios, marisqueiras, posseiros, meeiros, dentre outras categorias de trabalhadores rurais sem terra. Esses sujeitos convivem cotidianamente com o enfrentamento à exploração e expulsão iminente, exercida pelos detentores dos meios de produção. O foco da sua resistência consiste na luta pelo acesso e permanência na terra, ao mesmo tempo em que preservam suas raízes culturais e características intrínsecas ao seu modo de habitar tradicional.

Nesse cenário se instala a luta pela reforma agrária. Nesta perspectiva, parte desses sujeitos se organiza em prol, além do acesso à terra, à produção, à justiça social, ao habitat e ao habitar.

Como resultado, além dos confrontos e conflitos, conquistas, negociações e políticas públicas, pontuados pelos marcos legais estabelecidos, sua materialização no espaço físico corresponde aos assentamentos rurais de reforma agrária, tendo como local de moradia o habitat de reforma agrária.

Nos últimos 30 anos, sobretudo, esses assentamentos passaram também a compor a paisagem do campo brasileiro.

Traçando um panorama geral e contemporâneo do habitat de reforma agrária no Brasil, constata-se que este é habitado por grupos sociais heterogêneos. Possuindo em comum a luta pelo acesso à terra (CARVALHO, 1999), estes sujeitos apresentam diferenças em suas histórias de vida e de trabalho, consequências dos seus contextos sociais e das relações de produção/propriedade às quais estavam vinculados. Assim, dentre os segmentos de trabalhadores rurais, pode-se identificar: posseiros; filhos de produtores familiares; parceiros em busca de terra; pequenos produtores atingidos por obras públicas; seringueiros; assalariados rurais e urbanos; populações de periferia urbana; (LEITE *et al*, 2004, p. 21). Carvalho (1999) acrescenta outras categorias à essa lista:

> os arrendatários rurais, foreiros rurais, moradores agregados, pescadores artesanais com terra para exploração agropecuária, pequenos comerciantes rurais, populações ribeirinhas e população extrativista (CARVALHO, 1999, p. 7).

O ordenamento social desses segmentos acontece sob a coordenação de movimentos sociais, organizações sindicais, dentre outros (LEITE *et al*, 2004).

No que diz respeito aos aspectos do seu espaço físico, a grande dimensão territorial do país se reflete na diversidade de habitats de reforma agrária. Neste quesito, estes seguem a tendência apresentada para o campo em geral: espaços tradicionais com atributos físicos eminentemente rurais, que gradualmente vêm incorporando influências do urbano, principalmente nos últimos anos, ao mesmo tempo em que ainda persistem características antigas, ambas coexistindo. Assim, apesar da importância e do significado da luta e resistência na produção do espaço de reforma agrária, nesses também são detectadas transformações promovidas pelo avanço da reprodução do capital, o que vem provocando reflexos em seus características físicas, assim como no modo de vida dos assentados[50].

[50] As elucidações e detalhamento acerca do habitat de reforma foram compiladas no subcapítulo 3.3 O Habitat de Reforma Agrária.

Quanto à infraestrutura básica, tipologia e elementos do desenho desse habitat tomam-se por referência as formulações de Borges (2002) a partir dos dados divulgados pelo I Censo de Reforma Agrária realizado em nosso país em 1996[51].

> Mesmo aonde as casas já foram construídas, faltam estradas de acesso, equipamentos sociais, água encanada e, principalmente no Nordeste, fontes de água para o consumo humano e animal. Também não há crédito especifico para rede de água encanada, energia e construção de esgotos ou fossas sépticas. [...] Quanto às condições sanitárias – corresponsável pela saúde da população de qualquer aglomeração humana – 33,30% dos assentados têm banheiro, com as devidas instalações. [...] enquanto 98,5% da população rural do Nordeste vive em precárias condições sanitárias, nos assentamentos de RA da mesma região essas condições são um pouco melhores (19,02% têm instalações compatíveis) (BORGES, 2002, p. 25, 28 e 29).

[51] Em sua pesquisa, a referida autora adaptou as categorias de análise do censo ao seu objeto de estudo, as quais não eram coincidentes. Devido à similaridade com a presente pesquisa, aqui também se optou em fazer uso dessa adaptação. No mais, este foi o único instrumento oficial a expor, dentre outras, informações intrínsecas aos aspectos físicos do habitat, tanto dos assentamentos rurais de reforma agrária, como dos projetos de colonização, os quais ainda permaneciam sob a tutela do Estado. Retratou a realidade desses aglomerados em meados da década de 1990. Desde então não houve levantamentos oficiais semelhantes que propiciassem a mensuração dos habitats de reforma agrária quanto aos aspectos aqui investigados.

Mesmo com a defasagem temporal, alguns desses dados permanecem em voga nos assentamentos rurais do RN, como a carência de iluminação pública verificada no Três Marias, município de Governador Dix-Sept Rosado (ver foto 01).

Foto 01 - Habitação com energia elétrica e ausência de iluminação pública no Três Marias (Governador Dix-Sept Rosado).

Fonte: Acervo da autora (2018).

Por sua vez, a tipologia do seu desenho revelou equilíbrio entre o quantitativo de famílias que residiam em habitats dispersos (48,41%) e as dos habitats concentrados (42,28%). Apenas uma pequena parcela (6,56%) habitava fora do assentamento. Particularmente ao habitat concentrado, sua distribuição nas regiões

do país equivalia a: 58,90% no Nordeste; 48% no Norte; 19,10% no Centro-Oeste; 13,70% no Sudeste e 9,30% no Sul[52] (BORGES, 2002). No que diz respeito aos equipamentos sociais de uso coletivo e às condições de "acessibilidade, lazer, serviços e comércio" (BORGES, 2002, p. 25), estes não foram alvo de investigação no Censo. Todavia, em relação a esses itens coexistem, atualmente, diversas situações, como observado no Santa Vitória (ver foto 02) e 1º de Junho (ver foto 03) quanto aos equipamentos sociais.

A habitação foi mensurada a partir do material empregado para sua construção: 22,99% das casas eram em alvenaria; 31,90% em madeira; 28,20% em taipa; 4,78% em adobe; 6,59% em palha; 1,76% em lona; 1,48% em paxiúba; 2,31% outros tipos (BORGES, 2002).

Para o momento presente, Arruda (2007) e Borges (2002) acrescentam outras informações. A 1ª afirma que o modo de vida dos assentados se baseia em suas experiências pretéritas. Trazem e reproduzem no habitat, sobretudo na habitação, o que vivenciaram anteriormente. Borges (2002), por sua vez, acredita que em seu modo de vida atual as famílias desses habitats buscam conservar atributos rurais, ao mesmo tempo em que absorvem as características vindas do modo de vida das cidades. É o que aconteceu nos assentamentos de Mossoró: Oziel Alves - lotes de moradia delimitados com muros altos de alvenaria (ver foto 04); Lagoa do Xavier - formalização da área de serviço para atividades que eram realizadas no açude ou rio, como lavar roupa (ver foto 05); Olga Benário - o mobiliário e eletrodomésticos assumem versão da morada peculiar da cidade (ver foto 06).

É nesse cenário que se insere a presente investigação acerca do legado do INCRA quanto à produção do desenho do habitat de reforma agrária no Rio Grande do Norte.

Foto 02 - Igreja no Santa Vitória (São Bento do Norte).

Fonte: Acervo da autora (2018).

[52] Assunto detalhado no subitem 3.3 O Habitat de Reforma Agrária.

Foto 03 - Quadra de esporte no 1º de Junho (Parazinho).

Fonte: Acervo da autora (2018).

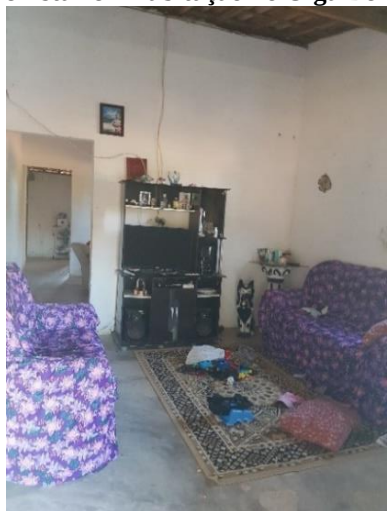
Foto 04 - Lotes de moradia delimitados por muros no Oziel Alves (Mossoró)

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 05 - Área de Serviço em habitação no Lagoa do Xavier (Mossoró).

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 06 - Sala de Estar em habitação no Olga Benário (Mossoró).



Fonte: Acervo da autora (2018).

3 O HABITAR E O HABITAT NA REFORMA AGRÁRIA.

Este capítulo imerge na particularidade do habitar na reforma agrária. Para tanto, foi dividido em três momentos: a totalidade da política de reforma agrária; os assentamentos rurais dela resultantes e, por fim, a especificidade do habitat de reforma agrária.

3.1 A Reforma Agrária e o Estado.

A temática da reforma agrária abrange aspectos diversos, vinculados a diferentes ideologias e formas de pensar[53]. Logo, a explanação aqui tratada se restringe à relação entre a atuação do Estado e a política de reforma agrária no Brasil, concatenados aos elementos inerentes - questão agrária; luta pela terra; agentes envolvidos – buscando compreender sua implementação e remetendo à produção do espaço. Desse modo, a narrativa se faz pontuada pelos marcos regulatórios estabelecidos: Estatuto da Terra (1964); Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1966; PNRA de 1985/1989; Constituição Federal de 1988; Lei Agrária (1993); e PNRA de 2003/2006.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) insere a reforma agrária num contexto amplo e diverso:

> A reforma agrária constitui-se em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e/ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Jose de Souza Martins (2000) compreende a reforma agrária como "todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pacatos da sociedade" (MARTINS, 2000, p. 100).

Assim, tomando por referência esses postulados teóricos, dentre outros, e em consonância com os objetivos desta tese, entende-se a reforma agrária como resultado da correlação de forças entre os agentes que nela atuam, indo além da simples distribuição

[53] O entendimento desta tese se baseia, principalmente, nos postulados teóricos dos autores Ariovaldo Umbelino de Oliveira; José de Souza Martins; José Eli da Veiga; José Graziano da Silva; Leonilde Sérvolo de Medeiros; Otavio Ianni.

de terras para trabalhadores sem terra ou remodelação da estrutura agrária do território. Ou seja, uma ação que visa a reestruturação física e a transformação social com vistas a proporcionar melhorias nas condições de vida e de cidadania às famílias do campo, fazendo cumprir a justa função social da propriedade. Nessa perspectiva, vislumbra-se a "distribuição" da terra atrelada a políticas públicas que garantam, inclusive, o adequado habitat.

Porém, esse entendimento não é o preponderante nas iniciativas do Estado. A reforma agrária se faz reduzida a uma política de criação de assentamentos rurais. Esse fato pode ser explicado pela conjuntura vivenciada em nosso país no transcorrer de toda sua história: predominância dos interesses das classes dominantes em detrimento às classes dominadas, permeando todo o percurso da problemática da questão agrária. Como em outros países, no Brasil o protagonismo dessa ação recaiu na luta dos trabalhadores do campo – estruturados via movimentos sociais, organizações sindicais, dentre outros - que fomentam e impulsionam as iniciativas por parte do Estado.

Assim, conforme Oliveira (2007), em nosso país, comparado sobretudo aos nossos vizinhos latino-americanos, as ações do Estado voltadas à reforma agrária aconteceram tardiamente. Segundo Câmara (1988), até o início da década de 1960 as políticas implementadas incentivavam somente a colonização: conservando a estrutura agrária concentrada, apenas estimulavam o fluxo de trabalhadores sem terra para áreas ainda não povoadas. Todavia, no transcorrer daquela década, uma sucessão de fatores amplificou a tensão e os conflitos de interesse em volta da questão agrária e da luta pelo acesso à terra.

Por um lado, segundo Martins (1997), esse período correspondeu à implementação da revolução tecnológica no campo, sobretudo nos estados detentores das maiores produções agrícolas, fenômeno que se amplia no transcorrer das décadas seguintes. A partir desta revolução tecnológica, aconteceu a modernização das grandes propriedades e mudanças nas relações de trabalho. Acrescentando-se às relações existentes – meeiros, posseiros, boias-frias, etc. - surge, então, o proletariado agrícola: o trabalhador já não reside mais na propriedade de quem compra sua força de trabalho em troca de salário (MARTINS, 1997).

Como uma das consequências diretas, desde então, vem acontecendo a expulsão dos trabalhadores rurais residentes em seus *locus* de trabalho, aumentando a falta de ocupação e de moradia no campo. À época em grande escala, esta força de trabalho não conseguiu ser absorvida pela modernização industrial. Este fato contribuiu para o aumento da pobreza nas cidades e no campo, como

da concentração das terras nas mãos dos grandes proprietários, através da compra legal ou por meios considerados não idôneos.

No contraponto, acirram-se as lutas de classes, devido à exclusão dos trabalhadores em decorrência dessas transformações e da continuidade das relações de subordinação. No decorrer do século XX, as massas do campo foram intensificando sua forma de lutar, na mesma medida em que eram reprimidas pelos detentores do poder, sobretudo os grandes proprietários de terra.

Desse modo, os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pela grande pressão proveniente das lutas sociais, sobretudo no campo (CÂMARA, 1988). Segundo Medeiros (2003), este período correspondeu ao momento histórico em nosso país em que a reforma agrária se fez efetivamente incorporada ao discurso político dos diversos agentes que atuam na questão fundiária:

> apesar de serem recorrentes os conflitos por terra em diversos pontos do país, eles não se expressavam por meio da linguagem da reforma agrária. No entanto, no final dos anos 1950 e início dos anos de 1960, a reforma agrária se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país. Vários foram os fatores que contribuíram para isso. Entre eles, o crescimento e a relativa unificação das lutas por terra em diversos pontos do país, o contexto interno de relativas liberdades democráticas, a conjuntura da Guerra Fria e o intenso debate sobre as condições para o desenvolvimento dos países latino-americanos (MEDEIROS, 2003, p. 14).

Nessa perspectiva, destaca-se a influência dos ideais do Partido Comunista Brasileiro sobre os trabalhadores imersos na luta do campo. Esses motivaram a junção das demandas do campo sob a bandeira da reforma agrária (MEDEIROS, 2003). Por outro lado, esta também era defendida pelas novas diretrizes políticas e econômicas do desenvolvimento, sobretudo para os países da América Latina, subsidiada pelos interesses dominantes:

> Após a Segunda Guerra Mundial e em plena Guerra Fria, colocava-se na ordem do dia a necessidade de promover o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, o que então significava estimular a industrialização. Nesse contexto, a agricultura com base em grandes propriedades e baixo nível de incorporação de tecnologia era considerada um obstáculo ao desenvolvimento. [...] Era preciso ainda elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se

> constituir em mercado consumidor para as indústrias emergentes (MEDEIROS, 2002) (MEDEIROS, 2003, p.18).

De acordo com Silva (1985), a reforma agrária consistia pauta principal no plano de reformas sugeridas. Os trabalhadores rurais e urbanos uniam-se na mesma luta: "reforma agrária vinha junto com as reformas de base" (SILVA, 1986, p. 67). Assim, organizavam-se e pressionavam o Estado (ALVES, 1962).

Como resposta, segundo Alves (1962), de meados da década de 1950 ao Governo João Goulart (1961-1964) foram apresentados planos e projetos de lei para a reforma agrária. Contudo, vinculados aos interesses da classe dominante, estes propunham: preservar as relações produtivas atrasadas (parceria e arrendamento); deslocar forçadamente os trabalhadores sem terra para regiões pioneiras do país; utilizar as terras de domínio público ao invés de mexer com os latifúndios, não efetivando a readequação da estrutura agrária brasileira. Por sua vez, o Estado afirmava estar contemplando os anseios da sociedade brasileira.

Todavia, para viabilizar as propostas em pauta era necessário mudar a Constituição em vigor, promulgada em 1946, e que estipulava a "desapropriação por interesse social mediante prévia e justa indenização em dinheiro" (BRASIL, CF 1946). Segundo Alves (1962) este dispositivo inviabilizou por décadas a desapropriação das propriedades que não cumpriam com a função social, devido ao grande montante de dinheiro necessário para tal. Em 1963 João Goulart tentou alterar a Constituição:

> O anteprojeto apresentado estabelecia a "desapropriação por interesse social" e a "indenização dos bens desapropriados em títulos da dívida pública", "resgatáveis no prazo de 20 anos em parcelas anuais e sucessivas, de valores nominais fixados por ato do Poder Executivo" (SILVA, 1986, p. 66).

Para fomentar essas medidas, por meio da Lei Delegada nº 11 (11/10/1962), o governo estabeleceu a Superintendência de Política Agrária (SUPRA)[54]. A reforma agrária, finalmente, inseriu-se na pauta das políticas públicas, com o Estado dando respostas à luta dos movimentos sociais populares. Por sua vez, esses avançavam em seu processo organizativo.

Em 1961, os trabalhadores rurais realizaram o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Em 1962, o Estado lançou as bases para a sindicalização rural. Posteriormente, teve início a constituição das federações e das confederações dos

[54] Ver Capítulo 5 INCRA.

trabalhadores rurais, sendo criada, em 1963, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No mesmo ano, o Governo Goulart editou a Lei nº 4.214 (02/03/1963): Estatuto do Trabalhador Rural (IANNI, 1979).

Nessa conjuntura que propendia à reforma agrária, somando-se ao Estado e movimentos sociais, deve-se destacar a atuação de outros agentes. Martins (1986) aponta para a mudança de postura de parte da Igreja Católica, sobretudo, a partir de 1963: até então defensora do direito à propriedade, passa a concordar - principalmente sua vertente progressista - com as desapropriações pagas com títulos da dívida pública para a realização da reforma agrária. O citado autor também enfatiza o jogo de interesses entre os detentores dos meios de produção: "a rigor, a necessidade de expansão do mercado interno para a indústria deveria ter colocado os industriais a favor da reforma agrária contra os grandes proprietários de terra" (MARTINS, 1997, p. 30). A supremacia destes últimos estava ameaçada.

Para Silva (1985), trazer à tona o debate sobre a reforma agrária foi um dos motivos da derrubada de João Goulart pelo golpe militar de 1964. Martins (1997) corrobora, afirmando que o país sempre foi comandado pelos interesses dos grandes latifundiários, prevalecendo o poder das oligarquias, e no período que culminou na ditadura militar, não seria diferente.

> Reforma agrária comprometia a base do poder. Uma reforma agrária distributiva que fragmenta e redistribui a propriedade, solapa a base de existência política dessa gente, que é o latifúndio, a grande propriedade. O golpe de Estado foi dado, porque a reforma agrária exigida e necessária solaparia efetivamente a base de sustentação do Estado, do sistema político. Os trabalhadores rurais, que nunca tiveram representação política, que sempre falaram através dos proprietários de terra, passariam a falar diretamente, em seu próprio nome (MARTINS, 1997, p. 32 e 33).

Para o referido autor, portanto, o golpe militar, "dentre outros, evitaria uma revolução agrária no Brasil, mantendo o pacto que impedia a entrada de trabalhadores rurais no processo político, o que redefiniria o direito de propriedade no Brasil" (MARTINS, 1986, p. 53).

Assim, em 13 de março de 1964, com apoio dos movimentos populares, Goulart anunciou as reformas de base e assinou decreto desapropriando as terras às margens das rodovias, conforme o seu plano de reforma agrária. Logo em seguida foi deposto pelo golpe de

Estado, instaurando-se a ditadura militar, esta com o apoio das classes dominantes (IANNI, 1979).

3.1.1 Ditadura militar e o Estatuto da Terra (1964-1985).

A ascensão do governo militar ao poder desarticulou a organização e a luta dos trabalhadores do campo. Os interesses das classes dominantes, mais uma vez, prevaleceram. Os ventos que sopravam a favor da reforma agrária mudaram de direção.

Por sua vez, as iniciativas dos militares para com a questão agrária foram contraditórias, principalmente, em relação à política de reforma agrária.

No Governo Humberto Castelo Branco (15/04/1964 a 15/03/1967) a Emenda Constitucional nº 10 (09/11/1964) modificou o § 16 do art. 141 e o § 1º do art. 147 da Constituição Federal de 1946: dispositivos voltados à desapropriação por interesse social, que Goulart tentara alterar sem êxito. A partir de então, o Estado poderia desapropriar os latifúndios improdutivos "mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública [...] excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro" (BRASIL, Emenda Constitucional nº 10, de 09/11/1964, art. 5º)[55].

E logo na sequência, o referido governo sancionou a Lei 4.504 (30/11/1964), conhecida como Estatuto da Terra**,** vigente até os dias de hoje. Constituiu o primeiro instrumento jurídico do Estado a tratar da reforma agrária. À época "foi definido como 'mais do que uma lei de reforma agrária', uma lei de 'desenvolvimento rural" (MEDEIROS, 2003, p. 23). Todavia, vale salientar, que seu escopo foi fruto dos debates e lutas dos trabalhadores do campo que aconteceram anterior à implementação do regime militar.

O seu artigo 1° traz que "Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola". Grande parte do texto - Título II, capítulos I, II, III, IV - aborda a política de reforma agrária: objetivos e meios de acesso à propriedade rural; distribuição de terras; execução e administração; plano nacional e regionais de Reforma Agrária; órgãos específicos para a execução da Reforma Agrária; etc.

Contudo, mesmo com o arcabouço jurídico que possibilitava a implementação da reforma agrária, segundo Melo (2006), a

[55] Ver na integra os artigos 4º e 5º da referida Emenda Constitucional.

atuação do Estado se restringiu a iniciativas pontuais, especificamente em áreas de existência de graves conflitos.

Para Martins (1986), o governo militar contrariou os interesses dos setores da sociedade que o apoiaram, porém cedeu à pressão do governo americano. Este proclamava a promoção de reformas sociais, da modernização da agricultura e da diminuição do poder das oligarquias, para reprimir a crescente luta pela terra promovida pelas organizações dos trabalhadores rurais e evitar que a revolução cubana se estendesse pela América Latina, o que já havia acontecido na Bolívia (1953) e Venezuela (1960/63):

> O Estatuto da Terra, no meu modo de ver, é basicamente uma proposta de munir o Estado de instrumentos que lhe permitam administrar os conflitos sociais no campo. O Estatuto assumiu essa função. Isso não quer dizer, evidentemente, que o Estatuto tenha uma eficácia unilateral, que ele só funcione do lado das intenções do governo. É evidente que nos casos de conflitos mais graves – e logo em 1965 já foi aplicado o Estatuto para resolver um caso desse tipo – a pressão dos trabalhadores acaba levando o governo a aplicar os dispositivos ali contidos para promover desapropriações por interesse social. Mas, basicamente, no meu modo de ver, a finalidade do Estatuto é a de permitir o controle e a administração das lutas pela terra (MARTINS, 1986, p. 61).

Já para Medeiros (2003), com o Estatuto da Terra, a política do governo militar priorizou as classes dominantes, a partir da modernização da agricultura praticada nas grandes propriedades rurais capitalistas, preterindo a reforma agrária:

Por sua vez, Ianni (1979) argumenta que o objetivo do Estatuto da Terra correspondeu a:

> Apaziguar os latifundiários e empresários rurais, que foram uma base econômica e política importante para o Golpe de Estado de 31 de março de 1964. [...] Isto é, o Estatuto da Terra e a repressão política no campo mostraram aos camponeses e operários que a politização não poderia continuar nos termos em que vinha ocorrendo; e aos latifundiários e empresários mostraram que o poder estatal passaria a operar de modo a favorecer a expansão da empresa capitalista no campo (IANNI, 1979, p. 38).

Em continuidade às ações previstas no Estatuto da Terra, conforme seu art. 37, o Governo Castelo Branco regularizou os órgãos para a efetivação da reforma agrária: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), por meio do Decreto nº 55.889 (31/03/1965); o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), através do Decreto nº 55.890 (31/03/1965); e o Grupo

Executivo de Reforma Agrária (GERA), a partir do Decreto-lei nº 582 (15/05/1969) e Decreto nº 64.852 (21/07/1969)[56].

O Decreto nº 59.456 (04/11/1966) - que regulamentou o disposto nas Seções I e II do Capítulo IV do Título II do referido Estatuto - implementou o então I Plano Nacional de Reforma Agrária, afirmando que "os projetos programados terão prioridade absoluta [...] especialmente nos setores de obras, de saneamento, de educação e de assistência técnica e creditícia" (BRASIL, Decreto nº 59.456, de 04/11/1966, art. 3º).

No mais, o Estatuto da Terra também contemplou, pela 1ª vez, questões voltadas ao habitat do campo. Todavia, de modo sintético e pontual, restrito aos aspectos inerentes à habitação, dentro do artigo que tratava acerca da Assistência Técnica: *"elevação do nível sanitário, através de serviços próprios de saúde e saneamento rural, melhoria de habitação e de capacitação de lavradores e criadores, bem como de suas famílias"* (BRASIL, Lei 4.504, de 30/11/1964 Art. 75).

Contudo, os números de propriedades desapropriadas para fins de reforma agrária por Castelo Banco foram irrisórios. Segundo Câmara (1988), "no biênio 1966/67, o IBRA assentou apenas 337 famílias, tendo alcançado para o período 1966/69 a cifra de 1.458 famílias" (CÂMARA, 1988, p. 47). À época, contingente bem aquém do quantitativo de famílias sem terra.

Com a Lei nº 5.173 (27/10/1966) – que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) - o governo militar iniciou os preparativos para "*planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia*" (Art. 9º, Lei nº 5.173, de 27/10/1966). A partir de então o Estado ensaia a mudança de estratégia para a questão agrária:

> Um dos dispositivos do Estatuto da Terra mencionava a ocupação das regiões pioneiras pelas populações excedentes nas áreas agrícolas de tensão social como a saída que o governo tinha e oferecia para aliviar essas tensões, especialmente no caso das regiões de minifúndios. Acenava-se com a política de colonização nas áreas pioneiras (MARTINS, 1986, p. 62).

O Governo Artur da Costa e Silva (15/03/1967 a 31/08/1969) regulamentou artigos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 que tratavam da questão agrária:

[56] Sobre esses órgãos, ver Capítulo 5 INCRA.

> Segundo os especialistas em Direito Agrário, estas emendas teriam, no entanto, modificado o conteúdo básico da Constituição de 1967, quanto ao pagamento por títulos e à desapropriação dos latifúndios. A desfiguração do Estatuto da Terra, que se pretendia lei reguladora, traz grandes dificuldades à aplicação da Constituição no que se refere à questão agrária (CÂMARA, 1988, p. 43).

Já o Governo Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974) oficializou os novos rumos da política nacional. Incrementou os incentivos oficiais aos latifúndios e às empresas capitalistas rurais, na intenção de ampliar as fronteiras do país para oeste, guiado pelo interesse econômico de aumentar a área para a produção agrícola. O capitalismo avançava sobremaneira pelo campo, comandado por interesses ocultos norte-americanos (ALVES, 1962).

Nesta perspectiva, Médici implantou o Programa de Integração Nacional (PIN) através do Decreto-lei nº 1.106 (16/06/1970):

> **Art. 1º** É criado o Programa de Integração Nacional, com dotação de recursos no valor de Cr$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infra-estrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional.
> **Art. 2º** A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.
> **§ 1º** Será reservada, para **colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias** para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica (BRASIL, Decreto-lei nº 1.106, de 16/06/1970, Art. 1º e 2º) (grifo nosso).

Na sequência, para implementá-lo, ao mesmo tempo, promover e executar a reforma agrária, a colonização e o desenvolvimento rural, o Estado criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Decreto-lei nº 1.110 (09/07/1970), também previsto pelo Estatuto da Terra. Entretanto, na prática, a política de reforma agrária foi postergada para o futuro. Nesse primeiro momento, a ênfase recaiu sobre a política de colonização[57]: o "INCRA altera, na prática, as normas do

[57] Ver Capítulo 6 Práticas do Desenho Anteriores à Reforma Agrária.

Estatuto da Terra, na medida em que a colonização torna-se prioritária" (CÂMARA, 1988, p. 45). Para este mesmo autor:

> É patente a contradição do Estatuto da Terra que incorpora medidas opostas entre si como a colonização e a reforma agrária, na medida em que, no Brasil, a defesa da colonização sempre foi uma arma extremamente forte utilizada contra a possibilidade de redistribuição da propriedade da terra. O Estatuto tem, portanto, o cuidado de limitar ao máximo as possibilidades de execução da Reforma Agrária, ou seja, ele cria barreiras à sua própria execução (CÂMARA, 1988, p. 42).

Alves (1962) afirma que, à época, essa era a tendência do continente americano, inclusive na América Latina.

> Não teria sentido econômico ou social deslocar as massas camponesas para áreas distantes, onde os preços dos produtos seriam onerados pelos gastos de transporte, sem haver sequer garantia para a colocação dos produtos no mercado, enquanto extensas glebas permanecem incultas ou mal cultivadas nas proximidades dos núcleos populosos. Lançados a desbravar mato em circunstâncias desfavoráveis, os camponeses poderiam limitar-se a uma economia de subsistência e não contribuiriam para o rápido incremente da produção agrícola, um dos objetivos primordiais da reforma agrária (...) A tentativa de encobrir, com a bandeira da reforma agrária, uma política de colonização do *hinterland* inexplorado é uma manobra cada vez mais evidente das classes dominantes da América Latina e do imperialismo norte-americano (ALVES, 1962, p. 71 e 72).

Assim, o Estado direcionou sua atuação à ocupação do território da Amazônia, através de políticas contraditórias: de colonização e de incentivos fiscais a empresas agropecuárias para exploração das riquezas naturais[58]. Segundo Martins (1986), esse fato amplificou as tensões sociais e a luta pela terra nessa região, como na área do Rio Araguaia, conhecida como "Bico do Papagaio", onde até hoje persistem os conflitos pela terra.

Por outro lado, permaneceram as poucas desapropriações para fins de reforma agrária. E no contraponto, o crescimento vertiginoso da expansão do capitalismo no campo, da empresarialização da agricultura e a consequente expropriação dos trabalhadores e aumento da pobreza.

> Essas transformações não representam apenas um remanejamento no uso da terra. Representam,

[58] Ver Capítulo 6 Práticas do Desenho Anteriores à Reforma Agrária.

> ao mesmo tempo, uma grande mudança nas relações de trabalho e nas relações de poder. As populações camponesas e indígenas confinadas no espaço constituído pela produção mercantil, pela dominação pessoal do latifundiário, como clientela da ordem privada, passam a ser expulsas e deslocadas, expropriadas, pelos empresários, os técnicos, os planejadores, os representantes do grande capital e do Estado autoritário. Passam da situação de inseridas à situação de excluídas (MARTINS, 1986, p. 89).

No Governo Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/1979) a reforma agrária permaneceu fora da pauta e a política de colonização aconteceu por meio de empresas particulares[59].

Por sua vez, o Governo João Figueiredo (15/03/1979 a 15/03/1985) congregou a ampliação - como nunca antes registrada - das consequências geradas pelas políticas praticadas: concentração fundiária; êxodo rural; inchaço das periferias das cidades; pobreza no campo e nas cidades. À época, havia uma "complexidade das relações que se constituíram no campo brasileiro e requalificavam a questão agrária" (MEDEIROS, 2003, p. 30).

A massa de expropriados do campo constituía grupo heterogêneo: colonos; parceiros; arrendatários; posseiros; foreiros; atingidos por barragem; seringueiros; agricultores não beneficiados pela modernização; boias-frias; entre outros. No mais, também existia a parcela "intermediária", composta por pequenos produtores, que detinham a posse da terra, porém não eram contemplados pelas políticas de Estado. Além disso, os números de registros de conflitos por terra no campo também aumentaram: em 1981 foram registrados 1.300 conflitos envolvendo 1.200.000 pessoas. Em decorrência, há o crescimento da repressão (MARTINS, 1986).

Nessa perspectiva, o governo vigente enfatizou suas iniciativas na intenção de atenuar os conflitos existentes, a partir da regularização fundiária e titulação. Para tanto, implementou o Grupo Executivo de Terras do Alto Tocantins (GETAT)[60] e Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM)[61]. Em 1982 instituiu o Programa Nacional de Política Fundiária e o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF)[62], ao qual o INCRA ficou vinculado. Porém, essas medidas não diminuíram os números da violência e nem o descontentamento dos trabalhadores sem terra pela situação vivenciada no campo.

A insatisfação decorrente da violência no campo levou a sociedade civil a se organizar. Na época, registrou-se o crescimento

[59] Ver Capítulo 6 Práticas do Desenho Anteriores à Reforma Agrária.

[60] Decreto-lei n° 1.767 (01/02/1980).
[61] Decreto nº 84.516 (28/02/1980).
[62] Decreto nº 87.457 (16/10/1982).

do movimento sindical e da reestruturação dos movimentos sociais, inclusive no campo. As ocupações de propriedades rurais improdutivas ressurgiram como forma de reivindicar a reforma agrária. Nesse período a "gestação" do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) foi iniciada, num processo repleto de conflito, luta e resistência:

> Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1° Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país (http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/. Acesso em: 19 nov. 2017).

A partir de então, o MST vai se transformando em um dos protagonistas centrais na luta pela reforma agrária em nosso país.

Nesse mesmo período, parte da Igreja Católica consolidou sua mudança de postura em favor dos trabalhadores rurais na luta pela terra, ação que ensaiava desde meados da década de 1970: "A Igreja começa a denunciar um processo de desumanização do homem" (MARTINS, 1986, p. 69). Sua ala mais progressista – como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) - admite que no país existia uma questão agrária politicamente dimensionada e que precisava ser resolvida por razões sociais e morais. Assim, essa vertente constitui papel fundamental na organização e resistência dos trabalhadores expropriados do campo - inclusive na formação do MST - fazendo as vezes dos partidos políticos de esquerda, até então proibidos de funcionar. Para tanto, baseava-se na Teologia da Libertação (MARTINS, 1997).

Outras entidades também contribuíram para dar visibilidade à luta pela reforma agrária: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Federação dos Órgãos Assistenciais e Educacionais de Base (Fase); Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); dentre outras.

Todavia, no decorrer dos 21 anos de vigência do regime militar ocorreram apenas 170 desapropriações de terras para fins de reforma agrária (MARTINS, 1986).

A retomada da luta pela reforma agrária foi mais um dos elementos que contribuiu para fomentar a crise na ditadura militar. Finalmente, em 1984, o Brasil se encaminhou para o processo de redemocratização, efetivado com a Nova República.

3.1.2 Nova República: Planos Nacionais de Reforma Agrária, Constituinte e afins (1985-2013).

Por tratar do recorte estudado, nesse item os seis períodos de governo transcorridos foram relatados separadamente.

Governo Sarney (1985-1989).

O Governo Sarney caracterizou-se pela transição política do regime totalitário para o democrático. A conjuntura de efervescência e organização dos movimentos sociais prosseguiu avançando. Em 1986, 50% dos trabalhadores rurais eram sindicalizados (MARTINS, 1986). A bandeira da reforma agrária se consolidou no cenário das manifestações sociais do país, incorporando novos elementos e constituindo o elo entre os diversos estratos da sociedade que demandavam por mudanças. Nas palavras de Medeiros (2003):

> O tema da reforma agrária foi mais uma vez colocado na ordem do dia. No entanto ele ganhou novas dimensões, resultado do encontro entre a profundas transformações sofridas pelo meio rural brasileiro (modernização tecnológica, expulsão dos trabalhadores do interior das propriedades, significativas inversões de capital financeiro no campo) e a herança que alimentava as lutas (o acesso à terra considerado como direito). [...] Reacenderam as esperanças em torno de realização da reforma agrária 'ampla, massiva e imediata', como demandava a Contag, ao mesmo tempo em que provocaram compromissos para colocar o tema com uma das questões centrais da Aliança Democrática, a coligação de forças políticas que assumiu o governo após o regime militar (MEDEIROS, 2003, p. 30 e 34).

Em resposta, uma das primeiras iniciativas do governo vigente foi instaurar o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD), por meio do Decreto nº 91.214 (30/04/1985), justificando essa ação a partir da:

> [...] importância da questão agrária na atual realidade brasileira; a necessidade de fazer cumprir o dispositivo constitucional que condiciona a propriedade da terra à sua função social; os problemas que afetam grandes parcelas da população do País que necessitam da terra para produzir e a ela não têm acesso; a insuficiente produção agrícola e a existência de latifúndios improdutivos e, ainda, a elevada incidência de minifúndios antieconômicos em 3algumas regiões do País; a necessidade do aumento da produção de alimentos e das matérias primas agrícolas; as reivindicações de diferentes setores que reclamam ampla, imediata e enérgica atuação do Poder Público para a execução do processo de reforma agrária; a dimensão nacional do problema fundiário, suas implicações

> regionais e o papel que os Estados e Municípios deverão desempenhar nessa tarefa; a experiência disponível, tanto no País como no exterior, que recomenda a institucionalização dos diferentes organismos que atuam na realização da reforma agrária e na solução dos problemas fundiários em estrutura administrativa única, específica e ligada diretamente ao Presidente da República; a conveniência de estruturar devidamente a organização pública federal para a execução dessa tarefa de Governo (BRASIL, Decreto nº 91.214, de 30/04/1985).

Esse ministério incorporou o INCRA, GETAT e GEBAM, concentrando sua atuação - conforme artigo 1º do seu decreto de criação - nas ações de: reforma agrária, discriminação e arrecadação de terras públicas, regularização fundiária, legitimação de posses, colonização pública e privada, lançamento e cobrança do imposto sobre a propriedade territorial rural e da contribuição de melhoria referente a imóveis rurais, e aquisição de imóveis rurais estrangeiros.

Nessa conjuntura, José Gomes da Silva foi nomeado presidente do INCRA. Intelectual e estudioso acerca da reforma agrária, integra a equipe responsável em elaborar o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que também contou com a colaboração dos segmentos da sociedade pró reforma agrária, bem como dos representantes dos trabalhadores do campo.

Aprovado pelo Decreto nº 91.766 (10/10/1985) - tendo como responsável por sua execução o INCRA - o PNRA estabeleceu como meta principal assentar 1.400.000 famílias no período de 1985 a 1989 “em Áreas Regionais Prioritárias, mediante Planos Regionais de Reforma Agrária e respectivos Projetos de execução, nos termos do que estabelecem os arts. 35 e 36 do Estatuto da Terra” (BRASIL, Decreto nº 91.766, de 10/10/1985, art. 2º).

Para Medeiros (2003), o PNRA apresentado era viável, principalmente o modo como se preconizava sua implementação:

> A reforma agrária aparecia como uma das prioridades do novo governo. Destacava-se seu impacto positivo sobre o emprego, a renda, a produção e a oferta de alimentos, a desnutrição, as migrações, a questão urbana, e ressaltavam-se os custos sociais de sua não-realização. Para implementá-la, a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento de obtenção de terras. (...) A indenização das terras desapropriadas seria feita com base no valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial. Sendo este um preço reconhecidamente abaixo do vigente no mercado, a proposta assumia, de forma explícita, a concepção de desapropriação com uma penalização dos proprietários fundiários por não darem à terra uma função social (MEDEIROS, 2003, p. 34 e 35).

No entanto, a proposta não teve aprovação unânime. Nem mesmo entre os segmentos atuantes na luta pela reforma agrária: a CONTAG a apoiou, mas o MST a interpretou como limitada e representativa de instrumentos retrógados. Assim, apesar das iniciativas em favor da reforma agrária, permaneceram as contradições e disputas de interesses a ela intrínsecas.

Em 1987, em plena execução do PNRA, o INCRA foi extinto pelo Decreto-lei nº 2.363 (21/10/1987), sendo substituído pelo Instituto Jurídico das Terras Rurais (INTER). As ações referentes à reforma agrária passaram à alçada do MIRAD, o qual teve seu regimento interno e estrutura organizacional alterados pelo Decreto nº 95.074 (21/10/1987).

Em 1988, também resultado da pressão e luta dos movimentos sociais e afins, na promulgação da Constituição Federal foi dedicado um capítulo próprio para tratar a questão agrária e reforma agrária: Capítulo III - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, do Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira, equivalendo os artigos 184 ao 191.

A desapropriação da propriedade ficou atrelada ao não cumprimento da sua função social. Contudo, a redação final ficou aquém daquela pleiteada pelos segmentos que lutaram por sua aprovação. Mais uma vez as classes dominantes, sobretudo a elite agrária, fizeram prevalecer seus interesses, não permitindo a consolidação de instrumentos que efetivassem a ampla e justa reformulação da nossa estrutura agrária.

Prevalecendo as contradições inerentes, em fins do seu governo, através da Medida Provisória nº 29 (15/01/1989), Sarney extinguiu o MIRAD, redirecionando suas atribuições ao Ministério da Agricultura. E após dois meses reestabeleceu o INCRA, por meio do Decreto Legislativo nº 02 (29/03/1989).

A reforma agrária permaneceu pouco efetivada. A lógica do Governo Militar continuou em voga: "*desapropriação de áreas de conflito, de forma a eliminar os mais gritantes focos de tensão social*" (MEDEIROS, 2003, p. 45).

Ao fim do período, apenas 6% da meta estabelecida no PNRA para o assentamento de famílias foi cumprido. O Quadro 01 ilustra os quantitativos de assentamentos criados e famílias assentadas no período do Governo Sarney.

Quadro 01 - Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN - Governo SARNEY (1985-1989).

Nº Assentamentos Rurais		**Área (ha)**		**Nº Famílias**	
Brasil	**RN**	**Brasil**	**RN**	**Brasil**	**RN**
500	18	4.139.301,62	40.389,48	85.519	1.393

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2018).

Governo Collor (1990-1992).

Na esfera do Estado, os instrumentos jurídicos necessários para proceder as desapropriações por interesse social de modo sistemático ainda eram, até então, restritos. De acordo com Martins (1986), a Constituição Federal de 1988 propiciou dinamismo à temática. Todavia, fazia-se necessário regulamentar seus artigos que direcionavam a questão agrária e a reforma agrária. Segundo Fernandes (1996) foi no transcorrer do Governo Collor que essa tramitação se processou no Congresso Nacional.

Assim, na correlação de forças, os movimentos sociais e os partidos favoráveis à reforma agrária pressionaram a efetivação dessa regulamentação. Na prática, pouco se avançou nas desapropriações de terra por interesse social. Por sua vez, o Estado estabeleceu alternativas: "estimular a constituição de bolsas de arrendamento e parceria da compra de terras" (MEDEIROS, 2003, p. 43). O Quadro 02 sintetiza os dados para este governo.

Quadro 02 - Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN - Governo COLLOR (1990-1992).

Nº Assentamentos Rurais		Área (ha)		Nº Famílias	
Brasil	**RN**	**Brasil**	**RN**	**Brasil**	**RN**
259	08	1.764.843,34	13.159,56	41.064	450

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2018).

Governo Itamar (1992-1995).

O Governo Itamar foi marcado pela consolidação da regulamentação dos referidos artigos da Constituição Federal, voltados à questão agrária e à consequente promulgação dos instrumentos jurídicos resultantes.

O Decreto nº433 (24/01/1993) regulamentou acerca da aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.

Já a Lei nº 8.629 (25/02/1993) - a Lei Agrária – estabeleceu a desapropriação da propriedade que não atendesse à função social, sendo a indenização da terra feita por meio de títulos da dívida agrária (TDA) resgatáveis, e o pagamento referente às benfeitorias, efetuado em dinheiro.

Por sua vez, a Lei Complementar nº 76 (06/07/1993) dispôs sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para a realização do processo de desapropriação de imóvel rural por interesse social para fins de reforma agrária, definindo as etapas e os elementos a serem cumpridos.

A partir de então, o Estado tem à sua disposição instrumentos jurídicos para efetivar a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária de modo sistemático. Todavia, até essa regulamentação, houve frequentes registros de iniciativas no âmbito

estadual, por meio da atuação dos institutos de terra, viabilizando a reforma agrária por meio de outros instrumentos que não a desapropriação, como observado no RN[63].

No entanto, mesmo com todo esse repertório apresentado, no Governo Itamar foram registrados os menores quantitativos de criação de assentamentos rurais e número de famílias assentadas, conforme ilustrado no Quadro 03:

Quadro 03 - Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN - Governo ITAMAR (1992-1995).

Nº Assentamentos Rurais		Área (ha)		Nº Famílias	
Brasil	**RN**	**Brasil**	**RN**	**Brasil**	**RN**
106	2	611.461,69	11.034,70	15.547	413

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2018).

Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002).

Numa conjuntura política permeada pela ideologia neoliberal, o Governo FHC tratou a reforma agrária fazendo-a interagir com as demandas da reprodução do capital no campo: a chamada "Reforma Agrária de mercado".

Em seu discurso, afirmava que diante das transformações ocorridas na sociedade, o antigo problema da reforma agrária deveria ser tratado a partir de uma visão mais moderna, entendendo a questão agrária não somente do ponto de vista econômico, mas num contexto abrangente, incorporando as questões sociais e morais. Para tanto, reconhecia ser necessário integrar mais estreitamente as ações do governo federal em favor dos projetos de assentamentos rurais (BRASIL, 1997).

Na prática, seus programas e projetos voltados à reforma agrária a aproximaram da agricultura familiar e dos pequenos produtores, incorporando-os e enaltecendo-os. O Estado buscou garantir a viabilidade econômica dos assentamentos rurais com programas e ações articuladas. As iniciativas de assistência social aos assentados pouco foram efetivadas.

Essa dinâmica não agradou aos movimentos sociais e às organizações sindicais do campo. O MST fortaleceu suas estratégias de atuação, sobretudo, com a ocupação de terras. Apesar de ter sua imagem, por muitas vezes, marginalizada e associada ao banditismo/vandalismo, principalmente pela mídia conservadora, sua intervenção catalisou a desapropriação de terras para fins de reforma agrária no referido governo (MEDEIROS, 2003).

Desse modo, impulsionado por essa pressão, porém, pautado em sua ideologia, o Governo FHC agiu, seja com repressão e violência, como nos episódios dos massacres de Corumbiara e

[63] Ver Capítulo 9 Rio Grande do Norte: Momentos da Formação da sua Configuração Física.

Eldorado dos Carajás em 1997 - quando trabalhadores rurais foram assassinados na luta por terra -, seja implementando programas e projetos de reforma agrária executados pelo INCRA[64].

No início do segundo mandato de FHC, a política para o desenvolvimento rural resumia-se ao Programa "Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural". Enaltecia-se a "Reforma Agrária de mercado": "a proposta impunha, após um curto período inicial de consolidação, o mercado como regulador maior das atividades desse contingente de trabalhadores" (MEDEIROS, 2003, p. 57).

Quanto ao habitat de reforma agrária, as iniciativas desse governo aconteceram de modo pontual, voltadas somente à efetivação da habitação, no contexto do acesso à infraestrutura[65].

No mais, FHC também realizou rearranjos, tanto na estrutura do Estado, como na legislação referente à temática agrária. O INCRA tramitou por quatro ministérios distintos[66]. Quanto aos instrumentos jurídicos para execução da reforma agrária, houve alterações nos trâmites do processo de vistoria, avaliação e desapropriação dos imóveis rurais e modo de pagamento da terra. Tudo moldado à ideologia neoliberal. Artigos da Lei Agrária e Lei Complementar nº 76 foram modificados, bem como editados tantas outras medidas provisórias, decretos e afins. Como o Decreto 2.250 (11/06/1997), que dispõe sobre a vistoria em imóvel rural destinado a reforma agrária:

> O imóvel rural que venha a ser objeto de esbulho não será vistoriado, para os fins do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, enquanto não cessada a ocupação, observados os termos e as condições estabelecidos em portaria do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (BRASIL, Decreto 2.250, de 11/06/1997, art. 4º).

No entanto, implicitamente a intenção consistia em coibir a ação dos movimentos sociais e das organizações dos trabalhadores do campo, sobretudo em relação à ocupação de imóveis; incentivar a fragmentação e disputa de poder entre as entidades pares que representavam os trabalhadores; etc. (MEDEIROS, 2003).

No mais, o Projeto Casulo retratava a tendência do governo de desconcentrar, do âmbito federal, as ações de reforma agrária. O objetivo consistia em celebrar parceria com os governos estaduais e municipais para descentralizar e acelerar a reforma agrária. Assim, para implementação de assentamentos rurais por meio deste projeto,

[64] Ver Capítulo 5 INCRA.
[65] Ver subcapítulo 7.2 Iniciativas do Estado para o Desenho do Habitat de Reforma Agrária.
[66] Ver Capítulo 5 INCRA.

os primeiros entes ficavam responsáveis por adquirir terra, através da compra ou destinação de terras públicas de sua posse. O governo federal destinava os créditos. O instrumento de desapropriação por interesse social não era utilizado. Fomentava-se a predisposição em "dar nova orientação à reforma agrária, descentralizando-a, atribuindo novas competências aos estados e municípios e buscando adequá-la à lógica do mercado" (MEDEIROS, 2003, p. 50).

Apesar das ações contrárias e de repressão por parte do Estado, as entidades ligadas aos trabalhadores do campo e à luta pela reforma agrária continuaram no seu enfrentamento, assumindo o protagonismo. O resultado dessa correlação de forças representou o maior quantitativo de assentamentos rurais implementados e de números de famílias assentadas em nosso país (ver Quadro 04).

Quadro 04 - Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN - Governo FHC (1995-2002).

Nº Assentamentos Rurais		Área (ha)		Nº Famílias	
Brasil	**RN**	**Brasil**	**RN**	**Brasil**	**RN**
4.274	202	21.104.576,38	330.592,89	460.421	13.367

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2018).

Governo Lula (2003-2011).

A perspectiva vigente para o governo do primeiro presidente originário da classe operária – e eleito com o forte apoio dos movimentos sociais do campo - era que rompesse com a ordem até então estabelecida e executasse a reforma agrária em seu sentido pleno: reformular a estrutura agrária com ênfase na justiça social. Todavia, esse anseio não foi contemplado.

O Governo Lula conduziu a reforma agrária a partir da:

> [...] visão contemporânea, que reconhece a diversidade da população rural e a necessidade de abordagens próprias e específicas dirigidas às comunidades rurais tradicionais e à promoção da igualdade de gênero. Ações que foram além da garantia do acesso a terra e envolvem o direito à educação e à saúde, o fortalecimento de novas unidades, por meio de políticas diferenciadas de crédito, seguro, assistência técnica e comercialização, além da construção de casas e estradas (BRASIL, 2010, p. 138 e 139).

Por instrumento regulatório, implementou o II Plano Nacional de Reforma Agrária - Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural[67]. Planejado para o período de 2003 a 2006, sua elaboração se deu a partir da interação de diversos segmentos da sociedade, tendo sido lançado na Conferência da Terra (2003).

[67] Conforme explanado, este corresponde ao 3º PNRA implantado no país.

O II PNRA, ampliando o espectro de abrangência, reconheceu como público alvo, além dos sem-terra, os produtores da agricultura familiar, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, extrativistas, dentre outros. Consolidou, assim, outras áreas de atuação, para além da efetiva reforma agrária. Quanto a esta, foi delineada para garantir aos assentados: a soberania econômica e segurança alimentar, vinculando o direito à terra ao apoio à produção agrícola e geração de renda, através de créditos, seguro agrícola, assistência técnica, extensão rural e políticas de comercialização; infraestrutura econômica e social, possibilitando acesso à saúde, educação, energia e saneamento; e práticas sociais que promovessem a igualdade entre os gêneros. Nessa perspectiva, a questão ambiental fez-se incorporada de modo enfático, assim como o respeito às diversidades, sejam essas culturais ou ambientais. Todos esses elementos também deveriam ser contemplados no processo de recuperação dos assentamentos rurais existentes. Todavia, pouco mencionou acerca do habitat[68].

À reestruturação fundiária correspondeu outra área de atuação enaltecida no referido plano.

Desse modo, diferentemente do seu antecessor, as iniciativas do Governo Lula enfatizaram o desenvolvimento agrário. Além do Mais Alimentos; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e Territórios da Cidadania, implementou programas e projetos direcionados à reforma agrária, executados pelo INCRA nos assentamentos rurais criados por essa política, como também nos voltados à regularização fundiária, especialmente no Norte do país. Para tanto, dentre os seis governos estudados, foi nesse que a autarquia sofreu a maior reestruturação[69].

Quanto ao habitat, prosseguiu com iniciativas voltadas somente a habitação, no contexto do acesso à infraestrutura. Todavia, adicionou a possibilidade de construção de cisternas para captação das águas das chuvas na região do semiárido[70].

No que diz respeito à regularização fundiária, através da Medida Provisória nº 458 (10/02/09) - depois transformada na Lei nº 11.952 (25/06/09) - e do Decreto nº 6.830 (27/04/09), que a regulamentou, foi criado o Programa Terra Legal, com o objetivo de "promover a regularização fundiária de ocupações legítimas, contribuindo para o ordenamento territorial e combate ao

[68] Ver subcapítulo 7.2 Iniciativas do Estado para o Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

[69] Ver Capítulo 5 INCRA.

[70] Ver subcapítulo 7.2 Iniciativas do Estado para o Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

desmatamento na Amazônia Legal" (BRASIL, 2010, p. 148). No mais, também se buscou a regularização fundiária e reconhecimento das comunidades quilombolas tradicionais.

O Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, lançado em 2006 sob a coordenação da Ouvidoria Agrária Nacional, trouxe para o debate a questão da violência no campo.

Quanto à relação com os movimentos sociais do campo, estes participaram ativamente do governo, sendo até mesmo cooptados. De certo modo, essa postura desarticulou seu recorrente papel de oposição e enfrentamento na luta pela terra.

O resultado dessa relação se reflete nos números de assentamentos rurais criados e de famílias assentadas no Governo Lula (ver Quadro 05). Esses não superaram os quantitativos do governo anterior, período caracterizado pelo forte embate e atuação dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária.

Apesar do maior quantitativo de hectares desapropriados, vale ressaltar que estes números também contabilizam os projetos de assentamento agroextrativista (PAE), nova modalidade criada nesse governo. Todavia, os PAEs equivalem à regularização fundiária de áreas ribeirinhas consolidadas, sobretudo no Pará, não correspondendo à desapropriação de terra em si[71].

Quadro 05 - Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN - Governo Lula (2003-2010).

Nº Assentamentos Rurais		Área (ha)		Nº Famílias	
Brasil	**RN**	**Brasil**	**RN**	**Brasil**	**RN**
3.522	53	47.765.351,96	109.138,09	416.813	4.444

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2018).

No mais, os oito anos do Governo FHC deixaram como herança um passivo de assentamentos criados e que necessitavam de políticas públicas para o seu desenvolvimento. Assim, no Governo Lula houve avanços, sobretudo na área social, porém não foram suficientes para consolidar o efetivo desenvolvimento:

> [...] quando se trata de reforma agrária no governo Lula há muitas críticas em função deste governo ter se dedicado em realizar 'medidas compensatórias' em detrimento de uma efetiva distribuição de terras (DE SOUZA ESQUERDO, 2013, p. 566).

[71] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

Governo Dilma (2011-2016).

O governo da primeira presidenta do país buscou dar continuidade à política do seu antecessor. Segundo De Souza Esquerdo (2013), a prioridade em suas iniciativas consistiu em erradicar a pobreza extrema do país. Para tanto, como eixo de atuação elegeu ações intra-ministérios.

Nessa perspectiva, a Portaria Interministerial MC/MP/MDA nº 78 (08/02/2013) e a Orientação Operacional – OO nº 03/2013/DHAB/SNH/MCIDADES se encarregaram de correlacionar as políticas de reforma agrária e a de habitação. Transferiu a efetivação das habitações dos assentamentos rurais do então MDA/INCRA para o Ministério das Cidades, via Caixa Econômica ou Banco do Brasil, permanecendo sob a tutela dos primeiros as ações de planejamento, concepção e execução do macro espaço do habitat. A partir de então, as iniciativas para o habitat de reforma agrária tornam-se ainda mais fragmentadas[72].

No fim do 1º mandato, o Governo Dilma instituiu a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), por meio do Decreto 8.252 (26/05/2014). Em continuidade, o 2º mandato enfatizou, por sua vez, a titulação dos assentamentos rurais em detrimento às demais ações.

Desse modo, essa lógica e dinâmica adotadas se refletem nos quantitativos de assentamentos rurais criados e de famílias assentadas nesse governo, pouco contribuindo para o montante geral, conforme observado no Quadro 06:

Quadro 06 - Dados Assentamentos Rurais do Brasil e RN - Governo Dilma (2010-2013)

Nº Assentamentos Rurais		Área (ha)		Nº Famílias	
Brasil	**RN**	**Brasil**	**RN**	**Brasil**	**RN**
366	3	2.515.371,18	4.355,56	30.459	158

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA/2018

[72] Ver subcapítulo 7.2 Iniciativas do Estado para o Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

2.2 Os Assentamentos Rurais.

O resultado da implementação da política de reforma agrária no espaço físico, durante os seis governos estudados, correspondeu aos assentamentos rurais de reforma agrária, o todo no qual os habitats de reforma agrária encontram-se inseridos. Assim, para entender estes, é preciso, preliminarmente, compreender a totalidade.

Desse modo, os assentamentos rurais foram conceituados, caracterizados e catalogadas as principais modalidades efetivadas pelo Estado. Restrito ao aqui estudado - Assentamentos Rurais de Reforma Agrária – o seu uso do solo foi detalhado: área de preservação permanente (APP); área de reserva legal (RL); área para produção (individual e/ou coletiva); e vias de circulação. O habitat foi retratado separadamente, no próximo subitem.

3.2.1 Conceito.

Bergamasco (1996) compreende os assentamentos rurais como "a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o ordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem ou com pouca terra" (BERGAMASCO, 1996, p.07). Seguindo a mesma linha de raciocínio, Martins (2000) afirma que tais aglomerados equivalem ao produto resultado da redistribuição da terra feito a partir da verdadeira política de reforma agrária. Carvalho (1999) amplia esse panorama, classificando esses espaços não apenas como uma

> [...] área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais (CARVALHO, 1998, p. 7).

O Estado - notadamente o INCRA - dentre os documentos sobre o tema, conceitua os assentamentos rurais como:

> [...] um conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural

> do(a) trabalhador(a) rural e de seus familiares (BRASIL. IN/INCRA/Nº15/2004, art. 3º, p. 02).

Percebe-se que as definições apresentadas abrangem tanto os aspectos físicos, como os sociais. Assim, a criação de um assentamento rural de reforma agrária não se restringe a um mero ato administrativo, concretizado pela política de reforma agrária. Mais do que isso. Representa o resultado da luta social que se desenvolve há tempos em nossa sociedade pela justa redistribuição da posse da terra, impulsionada pelos trabalhadores rurais sem terra, oprimidos e marginalizados. Portanto, expressa um ato abrangente, que envolve uma série de elementos e significados. Desde a modificação dos sujeitos ocupantes do espaço e das relações – sociais; econômicas; produtivas e políticas - nele estabelecidas e vivenciadas, como também a sua reestruturação e organização física e infraestrutura.

3.2.2 Caracterização.

Os assentamentos rurais de reforma agrária podem ser caracterizados como espaço de reformulações e novas possibilidades, constituindo canal de inclusão social para os trabalhadores rurais até então sem terra, proporcionando-lhes melhorias em diversos aspectos de suas vidas: sociais, físicos, econômicos e produtivos.

Assim, a partir da sua criação, as transformações no seu espaço físico e na vida dos indivíduos que nele irão habitar se efetivam. O imóvel rural, que atendia apenas ao seu proprietário, é transmutado para um espaço de moradia e trabalho, onde passam a conviver dezenas, ou até mesmo, centenas de famílias de trabalhadores rurais, que até então não possuíam este direito de cidadania contemplado. Portanto, é necessário que sua configuração física seja adaptada, com a inclusão de novas habitações; equipamentos sociais e de serviços para uso coletivo; vias de circulação, bem como a reestruturação da área produtiva para atender aos anseios coletivos[73].

No mais, o alcance do assentamento rural vai além dos seus limites internos. A sua implantação em determinada região acarreta consequências em seu entorno imediato - e também no âmbito municipal -, tanto na ordem social, como econômica e política. O aumento do contingente populacional provoca maior demanda por serviços de saúde, educação, lazer, dentre outros.

[73] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

No contraponto, a criação do assentamento traz como consequência a aplicação de políticas públicas próprias, as quais injetam recursos econômicos - apoio à produção e infraestrutura - dinamizando a comercialização e favorecendo a economia local.

3.2.3 Tipos de Assentamentos Rurais.

Atualmente, algumas são as modalidades de assentamentos rurais criadas pelo Estado[74]. Além dos aqui estudados "Assentamentos Rurais de Reforma Agrária" – ou Projeto de Assentamento Federal (PA) - tem-se: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Assentamento Florestal (PAF); Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS).

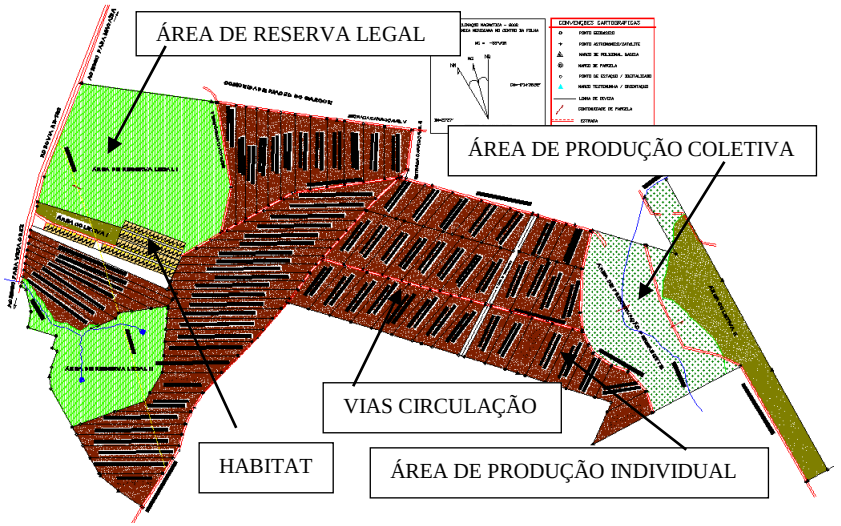
No mais, também existem modalidades criadas pelas esferas estadual e municipal. A partir do reconhecimento do INCRA, essas tipologias podem acessar as políticas públicas inerentes à reforma agrária. Como exemplo, elenca-se: Projeto de Assentamento Estadual (PE); Projeto de Assentamento Municipal (PAM); Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCT); Reservas Extrativistas (RESEX); Território Remanescentes Quilombolas (TRQ); Assentamento de Fundo de Pasto (PFP); Reassentamento de Barragem (PRB); Floresta Nacional (FLONA); Reserva e Desenvolvimento Sustentável (RDS).

[74] Ver subitem 7.2.1 O Processo de Criação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

3.2.4 Uso do Solo dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

A figura 02 ilustra a implantação do assentamento rural Eldorado dos Carajás, localizado no município de Macaíba/RN.

Figura 02 - Implantação geral do assentamento rural Eldorado dos Carajás.



Fonte: Cerqueira (2009).

Em linhas gerais, tomando por referência Borges (2002) e Moreira (2017), o modo de parcelamento do solo dos assentamentos rurais de reforma agrária define algumas áreas específicas: área de preservação permanente (APP); área de reserva legal (RL); área para produção (individual e/ou coletivos); vias de circulação e o habitat.

A definição desse parcelamento do solo é pautada por critérios e procedimentos sistematizados, guiados por normativos internos ao INCRA[75]. Na sequência, explana-se acerca dessas áreas componentes dos assentamentos rurais de reforma agrária.

Área de Preservação Permanente (APP).

Há um conjunto de leis que direciona a questão ambiental no âmbito dos assentamentos rurais. De maneira abrangente, é abordada na Constituição Federal: art. 225 do Capítulo VI (Do Meio Ambiente). De modo detalhado, na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81 e alterações posteriores); Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605/98); Resolução CONAMA 01/86 (impacto ambiental); Resolução CONAMA 237 (19/12/97) (trata sobre licenciamento ambiental, competência da União, Estados e Municípios; lista as atividades sujeitas ao licenciamento, estudos ambientais, estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental); Resolução CONAMA 302 (20/03/2002) (dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do seu entorno); Resolução CONAMA 303 (20/03/2002) (dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente); Lei nº 12.651 (25/05/2012) (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e revoga a Lei nº 4.771 de 15/09/1965 – Código Florestal, dentre outras); Lei nº 12.727 (17/10/2012) (altera a Lei nº 12.651 de 25/05/2012); Resolução CONAMA 458 (16/07/2013) (estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária).

A definição de área de preservação permanente consta no item II do artigo 3º da Lei nº 12.651 (25/05/2012) e compreende:

> [...] área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, Lei nº 12.651 de 25/05/2012, item II, artigo 3º).

[75] Ver subitem 7.2.1 O Processo de Criação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

É o que se observa na foto 07, que ilustra parte da área de preservação permanente do assentamento rural de reforma agrária Lenin Paz, localizado no estado do Ceará.

Foto 07 - Área de preservação permanente do Lenin Paz (Ceará).

Fonte: Cerqueira (2009).

Avançando nessa mesma legislação (e as posteriores alterações), o artigo 4º delimita e caracteriza as áreas consideradas como de preservação permanente, a saber:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50

(cinquenta) metros; (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012).
V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;
VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
VII - os manguezais, em toda a sua extensão;
VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;
IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;
X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;
XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado (BRASIL, Lei nº 12.651, de 25/05/2012, art. 3º).

Área de Reserva Legal.

De modo similar ao item anterior, a área de reserva legal é pontuada pela mesma legislação vigente citada. Assim, por definição, considera-se como tal a:

> [...] área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, Lei nº 12.651, de 25/05/2012, item III, art. 3º).

As dimensões e porcentagens dessas áreas variam de acordo com a região do país e o respectivo bioma a ela inerente:

> Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012).
> I - localizado na Amazônia Legal:

> a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
> b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;
> c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;
> II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).
> § 1º Em caso de fracionamento do imóvel rural, a qualquer título, inclusive para assentamentos pelo Programa de Reforma Agrária, será considerada, para fins do disposto do caput, a área do imóvel antes do fracionamento (BRASIL, Lei nº 12.651, de 25/05/2012, art. 12).

Esse mesmo instrumento jurídico também pauta e orienta o modo como essas áreas devem ser definidas:

> Art. 14. A localização da área de Reserva Legal no imóvel rural deverá levar em consideração os seguintes estudos e critérios:
> I - o plano de bacia hidrográfica;
> II - o Zoneamento Ecológico-Econômico;
> III - a formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida;
> IV - as áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade; e
> V - as áreas de maior fragilidade ambiental (art. 14º, Lei nº 12.651, de 25/05/2012).

A foto 08 retrata a área de reserva legal do Assentamento Cacimba Nova, também no estado do Ceará.

Foto 08 - Trecho da área de reserva legal do Cacimba Nova (Ceará).

Fonte: Cerqueira (2009).

Área para produção.

A área destinada para fins de produção agropecuária abrange a maior extensão da superfície física do assentamento rural de reforma agrária. A foto 09 ilustra um trecho dessa área do Santa Vitória, inserido no município de São Bento do Norte/RN.

Foto 09 - Trecho da área de produção coletiva do Santa Vitória (RN).

Fonte: Acervo da autora (2018).

O uso dessa área designada à produção pode acontecer de modo individual ou coletivo, ou mesmo numa associação destas duas tipologias. Tal decisão vai depender da organização social dos assentados e da forma como anseiam produzir.

Caso a definição seja pela modalidade individual, formalizam-se os lotes/parcelas de trabalho ou de produção individual. A área mínima destes não pode ser inferior à fração mínima de parcelamento da região. Já na modalidade de produção coletiva - denominada área comunitária – o espaço de exploração permanece de uso comum a todas as famílias, não havendo delimitações formais. Moreira (2017) bem define esta alternativa:

> As áreas coletivas também fazem parte do ideal destas construções sociais: elas vão dar ao PA, uma conotação de unidade, em conjunto com a agrovila e as áreas de reserva ambiental. Nela, existem um ideal de trabalho de grupo, onde o que se ganha deve ser utilizado para o bem de todos (MOREIRA, 2017, p. 411).

Independente da opção estabelecida, a cada família assentada deve ser destinado o mesmo quantitativo de hectares para o desenvolvimento das atividades de produção agropecuária.

Vias de circulação.

A foto 10 retrata trecho de uma das vias de circulação interna do assentamento rural Maísa, localizado em Mossoró/RN.

Essas vias de circulação internas – também denominadas estradas vicinais ou secundárias – interligam os elementos componentes do espaço físico dos assentamentos rurais aqui descritos: área de reserva legal, área de preservação permanente, área de produção agrícola e o habitat. No mais, conectam-se às

demais vias adjacentes ao assentamento, as quais o articulam ao seu entorno imediato - outros assentamentos rurais, distritos, sede do município, etc - onde os assentados complementam aspectos da sua vida cotidiana. Borges (2002) destaca a relevância dessas vias, sobretudo nos assentamentos rurais que dispõem de habitat disperso, tomando como exemplo os vinculados ao MST:

> Para eles a rede de estradas e de transportes é o elo de ligação entre as diversas famílias do mesmo assentamento, entre estas e os serviços, entre o assentamento e os órgãos governamentais, entre as bases e as lideranças do Movimento (BORGES, 2002, p. 19).

Quando possível, são aproveitadas as vias de circulação remanescentes da antiga fazenda. Geralmente não possuem tratamento, sendo em terra batida ou mesmo do tipo “picadas” (caminhos abertos precariamente por entre a vegetação).

Foto 10 - Via de circulação interna à Maísa (RN).

Fonte: Acervo da autora (2018).

3.3 O Habitat de Reforma Agrária.

Adentra-se na seara mais especifica: o habitat de reforma agrária. Para tanto, inicialmente aborda-se a respeito do pressuposto teórico adotado. Na sequência, consolidado o seu conceito, suas tipologias foram caracterizadas, restringindo ao habitat concentrado, escopo central da pesquisa. Para este, explana-se acerca das tipologias do desenho do seu espaço físico, da caracterização e uso do solo dos seus elementos componentes.

3.3.1 Pressuposto Teórico.

Para este item toma-se por pressuposto e referencial teórico - com complementações e atualizações – a tese pioneira na temática: "MST: Habitats em Movimento" (BORGES, 2002). Assim, apresenta-se o modo como este estudo debateu o habitat de reforma agrária, fornecendo suporte para o desenvolvimento da presente tese.

A citada pesquisa corresponde à primeira tese de doutorado em nosso país que discute acerca do habitat de reforma agrária. Elaborada na transição entre os séculos XX e XXI, teve por motivação o resultado das ações de assessoria técnica desenvolvidas, até então, por um grupo de professores do Departamento de Arquitetura (DARQ) da UFRN ao MST no RN. O objetivo geral da tese consistiu em:

> [...] analisar os diferentes habitats construídos do MST, de forma a compreender as necessidades específicas a essa forma de assentamento humano, conhecendo as atuais condições de vida e o vivido pelos atuais assentados; a sua participação na organização do assentamento e do movimento; assim como os consensos e conflitos quanto à configuração espacial do habitat (BORGES, 2002, p. 8).

Para responder à questão-problema – "*Qual a tipologia do habitat construído que melhor atende às necessidades cotidianas do MST?"* – a autora parte da hipótese que:

> Os habitats do MST pressupõem que a opção por diferentes tipos de moradia interfere na vida cotidiana dos seus assentados, através de suas relações familiares e de vizinhança, suas vinculações com o trabalho produtivo, seus acessos à infraestrutura social, suas condições de vida familiares e coletivas e suas participações nas estruturas organizacionais e continuadoras do Movimento (BORGES, 2002, p. 8).

Tomando por aporte teórico-metodológico Henri Lefebvre, ela aborda o objeto de estudo nas suas mais diversas facetas: projetos governamentais de assentamentos rurais; habitat rural; habitat de

reforma e suas tipologias, especificamente às vinculadas ao MST; vida cotidiana dos assentados da reforma agrária; especificidades do MST e do seu habitat: seus moradores, equipamentos existentes, habitações; dentre outros[76].

Assim, apesar da ênfase ao habitat do MST, a referida tese aponta vasto acervo para a compreensão acerca do habitat de reforma agrária, como também elabora indicadores que norteiam o debate quanto ao seu desenho e configuração espacial[77].

Borges (2002) explana sobre o habitat de reforma agrária - por ela denominado "*habitat dos projetos de assentamentos rurais da chamada Reforma Agrária*" - no contexto mais abrangente do habitat rural. Nessa narrativa concede posição de destaque à habitação. Para tanto, o faz tomando por fio condutor o próprio Henri Lefebvre (1970); Shelter (1973); Henri Mendras (1978); José Angel Cortazar (1983); Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973); Manoel Correia de Andrade (1980); Luís da Câmara Cascudo (1980); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991); e Nestor Goulart Reis Filho (1995).

Do mesmo modo, metodologicamente operando através do método regressivo-progressivo, a citada autora amplia o repertório trazendo elementos do passado para apreensão, a partir de um resgate histórico dos habitats e da moradia rural. No contexto mais abrangente, sublinha Cortazar[78] que descreve o habitat rural como aquele que "*relaciona o espaço social com o espaço agrícola e com a rede de povoamento*" (CORTAZAR, 1983, p. 53, *apud* BORGES, 2002, p.16)

A referida autora prossegue, aglutinando as elucidações acerca da moradia rural, refazendo o percurso em nosso território, iniciando com a morada rural colonial. Assim, destaca o caráter sazonal dessas habitações, sobretudo no período de colonização. Avançando no tempo, ressalta também o modo e os aspectos físicos de sua organização - concentradas e geminadas – em pequenos aglomerados urbanos, permeados por grandes vazios. Referenciando Nestor Goulart (1995)[79], Borges (2002) menciona a influência "*dos modelos do urbanismo medieval-renascentista de Portugal*"

[76] No mais, o universo de estudo da citada tese corresponde aos assentamentos rurais de SP e do RN originários da luta política do MST. Dentre estes, a autora definiu, a partir de critérios próprios e seguindo a metodologia empregada, um recorte espacial para cada um dos estados. No RN, dois, dos três assentamentos escolhidos, coincidem com o estudado na presente tese: o Santa Vitória (São Bento do Norte) e o Zabelê (João Câmara).

[77] Ver Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

[78] CORTAZAR, José Angel. **História rural medieval.** Lisboa: Estampa, 1983.

[79] GOULART, Nestor. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 7ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1995.

(GOULART, 1995, p. 72, *apud* BORGES, 2002, p. 16). No mais, a autora cita a relação entre os aglomerados urbanos e rurais, sendo os primeiros diretamente dependentes dos últimos, que prevaleciam.

Avançando nessa compilação histórica, no contexto mais recente, Borges (2002) enfatiza acerca dos bairros rurais paulistas – a partir de Queiroz (1973)[80] – e das "agrovilas" do INCRA, baseando-se em Oliveira (1991)[81]. Sobre os primeiros, afirma ser "*uma unidade mínima de povoamento*" (BORGES, 2002, p. 17), a partir da qual o INCRA se inspirou - apesar das diferenças ideológicas - para a concepção e implantação das agrovilas, sobretudo no norte do país, no decorrer da política de colonização implementada nos anos de 1970[82]. Posteriormente, em fins da década de 1980, já no período da política de reforma agrária, o Estado retoma essas acepções:

> Ele passa a adotar as terminologias da colonização da Amazônia dos anos 70 para definir os assentamentos humanos concentrados como *agrovilas*, seus lotes de moradia, como *lotes urbanos* e seus lotes ligados à produção agropecuária como *lotes rurais*. Quando não há divisão entre *lotes urbanos e rurais*, denomina também, o conjunto de equipamentos coletivos implantados, *de agrovila* (BORGES, 2002, p. 18).

A partir desses momentos do passado, Borges (2002) demonstra a diversidade do habitat rural e que seus aspectos apreendidos "expressam-se como heranças no ambiente construído dos habitats atuais que, por sua vez, influenciam o desenho dos habitats concentrados dos PAs[83], sejam eles do MST ou não" (BORGES, 2002, p. 17).

Assim, a referida autora constrói o entendimento de que o habitat rural representa o espaço amplo de morada do ser, onde este se faz por completo. Nele, há intensa aproximação entre os aspectos da vida cotidiana do indivíduo, sobretudo o habitar e o trabalhar, no espaço e no tempo.

3.3.2 O Conceito do Habitat de Reforma Agrária.

Assim, a partir dessas conjunturas, Borges consolida a sua concepção sobre o habitat de reforma agrária:

[80] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: Livraria 2 Cidades, 1973.
[81] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. São Paulo: Papirus, 1991.
[82] Ver Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária e Capítulo 6 Práticas do Desenho Anteriores à Reforma Agrária.
[83] PAs = Projetos de Assentamentos Rurais.

> Considerando suas diversas representações e conceituação, o habitat contempla, operacionalmente, os locais de moradia, as próprias moradas ou habitações, equipamentos e serviços inerentes a um determinado assentamento humano. Ele faz parte do meio ambiente, sendo mais abrangente que o espaço construído da casa. Nos assentamentos rurais dos PAs ele compreende o conjunto de agrovilas, áreas habitáveis, equipamentos de uso coletivo e serviços (BORGES, 2002, p. 18).

Outra instância que delibera a respeito da temática, equivale aos Colóquios Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo. Estes constituem o principal evento em nosso país que propaga conhecimentos sobre a questão da habitação de interesse social no campo, especificamente as de reforma agrária, tendo ocorrido três edições. A produção intelectual desses eventos constitui potencial fonte de informação.

O I Colóquio Habitat e Cidadania foi realizado em 2006, organizado pela parceria entre o GERAH/UFRN e o MST/RN. Na estreia, o evento contou com larga participação dos movimentos sociais, suas bases e lideranças. Como resultado dos três dias de exposição e explanações sobre o conhecimento científico compilado acerca da temática, como também da experiência prática nas visitas dos participantes a habitats de reforma agrária do RN, pôde-se compilar o documento final: *"Manifesto Colóquio Habitat e Cidadania"* (2006). Segundo este, o habitat do campo, sobretudo o de reforma agrária, deve ser entendido como:

> 1) HABITAT nos seus aspectos plenos para além da moradia, incluindo infraestrutura de saneamento, energia, água e estradas; bem como o acesso aos equipamentos sociais de lazer e serviços, tais como: educação, saúde, centros comunitários, praças e embelezamento; 2) HABITAT como elemento estruturante de integração entre os aspectos da moradia, trabalho e meio ambiente do campo.

O II Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo ocorreu em 2011, coordenado pelo Habis/IAU/USP em parceria com o GERAH/UFRN.

Conforme exposto no documento *"Síntese das discussões e propostas do II Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação Social no Campo"* (INO *et al*, 2011) a temática do habitat foi expandida, abarcando, além do campo, "*as águas e as florestas"*, apreendendo o habitat rural brasileiro em suas diversas especificidades. Incorporou-se ao as populações extrativistas[84] e ribeirinhas[85]. Foi possível:

[84] Representadas pelo Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS).
[85] Representadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

> [...] não apenas uma abrangência de informações no âmbito territorial e regional, mas fundamentalmente no que se refere às diferentes configurações do habitat rural, considerando-se neste caso as singularidades, dificuldades e potencialidades das populações que habitam as florestas e as águas (INO *et al*, 2011, p. 18).

Assim, o habitat de reforma agrária, inserido no contexto do rural brasileiro – o qual compreende o campo, as águas e as florestas – deve ser entendido como um direito, que qualifica o ser humano enquanto cidadão, "*uma vez que a provisão habitacional para os trabalhadores rurais é condição indispensável para sua cidadania*" (INO *et al*, 2011, p. 17). Envolve a estreita e particular convivência entre as relações de vida e trabalho dos indivíduos que nesses espaços habitam. O documento final do II Colóquio afirma:

> [...] a discussão da moradia rural também deveria levar em consideração a necessidade de infraestrutura de saneamento, energia, água potável, estradas, acesso a equipamentos sociais de lazer e serviços, como educação, saúde, centros comunitários, praças e embelezamento. (...) esta questão se colocou como fundamental para o acesso à cidadania, a qual ainda deveria ser fortalecida por meio do exercício da participação popular no processo de discussão e gestão deste mesmo habitat (INO *et al*, 2011, p. 5).

Em 2015 foi realizado o III Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo, nas Águas e nas Florestas. Promovido através da cooperação entre os grupos CASAS/UNB, Habis/IAU/USP e GERAH/UFRN – sob a coordenação do 1º – o seu formato foi ampliado, incorporando debates, mesas temáticas, apresentações e exposição da produção científica sobre o temática[86]. Consolida-se o entendimento do habitat rural brasileiro a partir da tríade campo, águas e florestas.

Assim, relacionando e compilando esses postulados explanados, afunila-se no entendimento sobre o habitat de reforma agrária, empregado nesta tese: espaço no qual o indivíduo habita, não se restringindo apenas ao local da residência construída, mas transcendendo-a, englobando todo o ambiente onde ele desenvolve sua vida cotidiana: lotes de moradia, área para os equipamentos sociais e de serviço, espaços livres públicos e arruamento. Abrange também os equipamentos remanescentes do imóvel desapropriado: sede, casas dos antigos empregados, estábulos, galpões e depósitos de apoio à produção, entre outros.

[86] Os principais artigos foram selecionados, reunidos e publicados numa edição especial do periódico da UNB "Paranoá" (número 17/2016). Ver: http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/paranoa.

3.3.3 Tipologia.

Tomando por referência sobretudo Mendras (1978), Borges (2002) classifica a tipologia da configuração do espaço físico dos habitats de reforma agrária em 3 categorias próprias, a saber: concentrado, disperso e misto. Complementa, citando que:

> Ao mesmo tempo, ele coloca que esta tipologia geográfica é descritiva, ajudando a ver e a classificar, mas que é necessário se conhecer o sistema de produção e o tipo de sociedade que ele abriga, do qual é reflexo (BORGES, 2002, p. 16).

O habitat concentrado possui lotes de moradia, habitação e os equipamentos comunitários sociais e de serviços reunidos numa mesma área (ver figura 03). Os lotes/área de produção estão em local específico. Borges (2002) exemplifica a partir dos habitats concentrados do MST:

> [...] conjunto de casas alinhadas nas testadas dos lotes ou muito próximas da mesma, demarcam a sua paisagem. As ruas são, raramente, pavimentadas, não havendo circulação constante de veículos. Os poucos que trafegam, circunstancialmente, nas ruas e estradas dos assentamentos, dividem com os pedestres espaços comuns.
> Em alguns assentamentos com esse perfil, a definição do desenho das ruas adequa-se à organização interna e geral do próprio MST: cada rua correspondendo, preferencialmente, a um subgrupo, com um representante que participa das reuniões frequente da Associação do Assentamento (BORGES, 2002, p. 17 e 18).

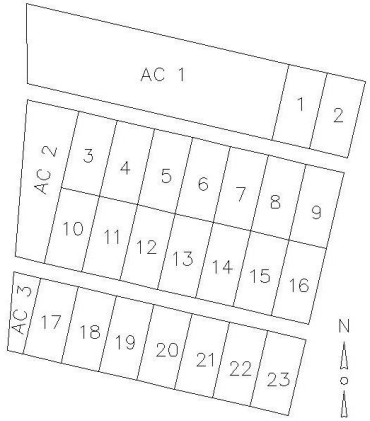
Já no habitat disperso, a moradia e a produção coexistem no mesmo espaço, sendo as atividades de morar e trabalhar desenvolvidas no lote em comum. Os equipamentos comunitários sociais e de serviços estão agrupados em outra área, conforme retratado na figura 04. A referida autora explica que

> Nos assentamentos caracterizados como de habitats dispersos, os moradores encontram-se aparentemente isolados em lotes de trabalho, mesmo participando também de uma rede de organização com seus vizinhos e tendo uma relação constante com o urbano, representado pela sede do município (BORGES, 2002, p. 19).

A figura 05 apresenta a categoria intitulada habitat misto. Neste espaço coexistem as características das outras duas tipologias: concentrada e dispersa. Como exemplo há os núcleos de habitação

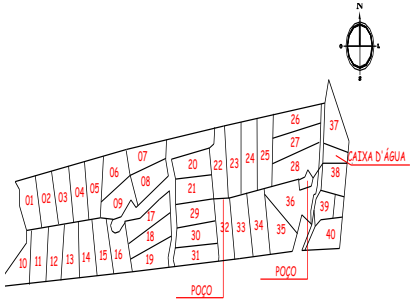
criados pelo MST, constituindo uma das opções de organização física para seus habitats[87].

Figura 03 - Exemplar de habitat concentrado: Assentamento Rural Chico Mendes (Rio Grande do Norte).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

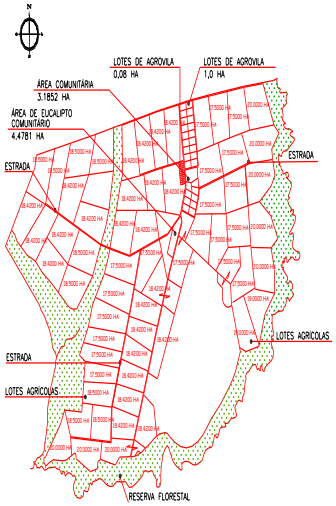
Figura 04 - Exemplar de habitat disperso: Assentamento Rural Yapinay (São Paulo).



Fonte: Borges (2002).

[87] Ver Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

Figura 05 - Exemplar de habitat misto: Assentamento Rural Rodeio (São Paulo).



Fonte: Borges (2002).

Segundo Borges (2002), o que impulsiona a opção por um determinado "modelo de habitat" (tipologia) são as questões culturais, advindas sobretudo das referências do passado, das experiências vividas pelos agentes envolvidos na implantação. Para a autora, há uma "tendência à manutenção dos costumes regionais na configuração espacial dos habitats desses PAs, quer sejam concebidos por técnicos do Estado, quer pelos próprios assentados" (BORGES, 2002, p. 25).

Desse modo, na região Nordeste, geralmente, os assentados optam pelo habitat concentrado, denominado agrovila. Por outro lado, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte a predominância recai nos habitats dispersos ou mistos. Esta última categoria, sobretudo no Centro-Oeste e Norte, acontece como herança dos projetos de colonização (BORGES, 2002)[88].

> Os assentados do Sul, do Sudeste, Centro-Oeste e do Norte rejeitam, a princípio, os habitats concentrados defendidos pelo Movimento e pelo INCRA. Para eles os habitats dispersos são identificados com os pequenos sítios aonde já viveram ou já tiveram referências de seus antepassados ou as antigas áreas arrendadas por suas famílias aos grandes fazendeiros. Os habitantes do Norte lembram, também, suas antigas posses solitárias na Floresta Amazônica. [...] Para a maioria deles, o habitat concentrado, ao contrário, representa as dificuldades vividas nas periferias urbanas ou as experiências mal sucedidas de agropólis e agrovilas criadas na Amazônia pelo INCRA durante a ditadura militar (BORGES, 2002, p. 31).

[88] Essas informações também foram constatadas a partir da compilação dos dados do I Censo de Reforma Agrária feita por Borges, conforme exposto no Capítulo 2 Habitar o Campo no Século XXI.

Assim exposto, aprofunda-se a investigação para o habitat concentrado, tipologia preponderante nos assentamentos rurais de reforma agrária do RN e escopo principal dessa tese.

3.3.4 Habitat Concentrado.

Em suas constatações a respeito dessa tipologia de habitat, Borges afirma que:

> O que viabiliza o habitat concentrado é, primeiramente, o vivido do assentado, habituado a longas caminhadas em busca de melhores possibilidades de plantio, depois a necessidade que têm da companhia dos parentes e vizinhos; e a esperança de obter logo a infraestrutura, já que não têm como auto financiá-la (BORGES, 2002, p. 32).

Tipologias.

Apesar de a concepção e elementos serem os mesmos – lotes de moradia, habitação, vias de circulação e equipamentos comunitários sociais e de serviços separados dos lotes de produção – os habitats concentrados apresentam diversidade no que diz respeito à configuração do seu desenho no espaço físico.

Moreira (2017), em sua pesquisa acerca da moradia camponesa nos assentamentos rurais de reforma agrária da Bahia, trabalha com algumas categorias para a classificação dos desenhos nas escalas do assentamento e do habitat. Este último a autora denomina como "núcleos habitacionais". Assim, inicia legitimando o entendimento de Borges (2002), afirmando que

> Os modelos físicos não surgem do nada, eles fazem parte do acervo construído na medida em que os assentamentos de pessoas no campo foram surgindo no país. Trazem consigo, além das lógicas espaciais elaboradas por técnicos e pelo Estado, o sentido das construções históricas materializadas pelas comunidades tradicionais e pelo próprio campesinato (MOREIRA, 2017, p. 419).

Para a concepção de suas categorias de catalogação toma por referência os autores Bertrand (1973)[89]; Lynch (1997)[90]; Ching (1998)[91]. Define seis opções de configuração espacial dos desenhos dos núcleos habitacionais ou habitat de reforma agrária: Ortogonal; Orgânico; Linear; Radial; Mista; Sem lotes (MOREIRA, 2017).

Moreira (2017) explana cada categoria proposta. Em relação a "ortogonal" destaca sua tendência à ordem, organização, autocontrole e proporcionalidade do espaço. Além de enaltecer o indivíduo, considera que essa tipologia instiga a ação de projetar: "Mais complexo, porque prevê mais de uma rua, porém com os lotes regulares" (MOREIRA, 2017, p. 418). No mais, afirma ser esse modelo influenciado pelos projetos de colonização, seguindo a lógica do Urbanismo Rural[92].

Quanto ao modelo "orgânico", cita que este segue a lógica das comunidades tradicionais, onde o agrupamento das famílias é que direciona o desenho do espaço. A ocupação aparenta uma desordem, não necessariamente existente: "Não há padrão de lotes, ou, arruamento, fortemente preestabelecido (ocupação quase espontânea)" (MOREIRA, 2017, p. 418).

Para o padrão "linear" menciona ser o mais apropriado para pequenos núcleos. Enfatiza a uniformização dos lotes e a possibilidade de um maior controle social coletivo. "Trata-se, basicamente de uma simplificação comum, onde se traça uma única

[89] BERTRAND, Alvin Lee. **Sociologia Rural: uma análise de vida rural contemporânea** (tradução: Alzemiro E. Sturn). São Paulo: Atlas, 1973.
[90] LYNCH, Kevin. **A imagem da Cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
[91] CHING, Francis. **Arquitetura, Forma, Espaço e Ordem**. (Tradução: Alvamar Helena Lamparelli). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

[92] Ver Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

rua e se implanta os lotes de habitação dos dois lados" (MOREIRA, 2017, p. 418). Complementa sua análise, incorporando outros elementos que definem essa tipologia:

> O caso dos modelos espaciais lineares, adotou-se como referência algo que foi, na verdade, referenciado nos modelos típicos de beira de rio ou estradas da região nordestina.
> [...] Ela aparece, normalmente, quando já existe uma estrada implantada e o número de assentados não é tão grande. Segue a estratégia do aproveitamento de infraestrutura existente, porém, com algumas vantagens que devem ser evidenciadas: a parte do fundo dos lotes não se faz limite com outro lote, assim, os assentados podem estender seus quintais, caso necessitem; caso a estrada seja longa e a topografia permitir, eles podem ter uma largura maior; as praças e infraestruturas de serviço podem ser implantadas em quadras que se abrem e fecham tendo como referência a própria linha.
> [...] este modelo se inviabiliza, caso o número de assentados seja muito grande. Nesse caso, podem ocorrer ruas paralelas, porém, sem quebrar a intenção da linearidade (MOREIRA, 2017, p. 423 e 424).

Moreira (2017), conclui com o modelo "radial". Para a autora, esta tipologia enaltece a convivência e integração entre a vizinhança, a partir da concepção de regiões centrais que propiciam a implantação dos equipamentos sociais. Para tanto, o padrão radial exige uma topografia uniforme. Por outro lado, destaca que essas áreas centrais favorecem o controle coletivo: "com este formato, todos sabem o que ocorre com todos" (MOREIRA, 2017, p. 425). Reflete sobre origens dessa tipologia: "apesar de não existir evidências, e, nem pesquisa específica que indique a utilização deste modelo por uma referência passada às antigas vilas jesuítas" (MOREIRA, 2017, p. 426).

Prosseguindo, outras categorias de classificação para o desenho do habitat concentrado são apresentadas por Caraffa (2014). Estudando o espaço físico de assentamentos rurais de São Paulo, a autora o faz a partir da forma de organização do traçado da sua implantação e parcelamento. Apesar de não distinguir claramente as categorias para classificação do desenho - ou do habitat ou do assentamento - define três opções.

A primeira equivale ao "tabuleiro de xadrez/espinha de peixe". Caracteriza-se por "parcelas retangulares, semelhantes, organizadas por arruamento existente e/ou proposto. Em alguns casos, a forma se assemelha a uma espinha de peixe" (CARAFFA, 2014, p. 85).

A segunda tipologia é a "roda de carroça/raio de sol":

> O traçado parte do princípio de que as casas devem estar próximas e organizadas em torno de uma área de uso coletivo. Essa área comum tem forma de círculo e organiza os lotes de forma radial. As divisões dos lotes parecem aros de uma roda de carroça. A construção das moradias é próxima ao acesso do lote e são próximas entre si (CARAFFA, 2014, p. 85).

A terceira categoria é denominada por Caraffa (2014) como "agrovila". É definida sucintamente como

> Semelhante ao xadrez, por ter traçado ortogonal, o assentamento em forma de agrovila foi um dos primeiros implantados em terras de domínio estadual. Nesse tipo, a área é dividida em lotes de produção e lotes de moradia, proporcionando a proximidade das casas facilitando a provisão de infraestrutura. Tal aproximação e a adjacência das áreas de uso comum facilitam o convívio das famílias, a comunicação e o transporte. Essa forma de implantação pode gerar melhor dinâmica na operacionalização de políticas públicas (CARAFFA, 2014, p. 88).

Por fim, complementa-se com as contribuições de Borges (2002). Essa autora não elabora uma categorização em si do desenho dos habitats concentrados. Todavia, conforme já mencionado, constrói uma relação destes com o desenho das antigas referências. Para ela, a tipologia do habitat de reforma agrária tem inspiração nos modelos do passado, como os antigos povoados e vilarejos rurais; as ocupações espontâneas; as casas rurais nordestinas; os projetos de colonização. Em suas próprias palavras, o desenho do habitat concentrado de reforma agrária:

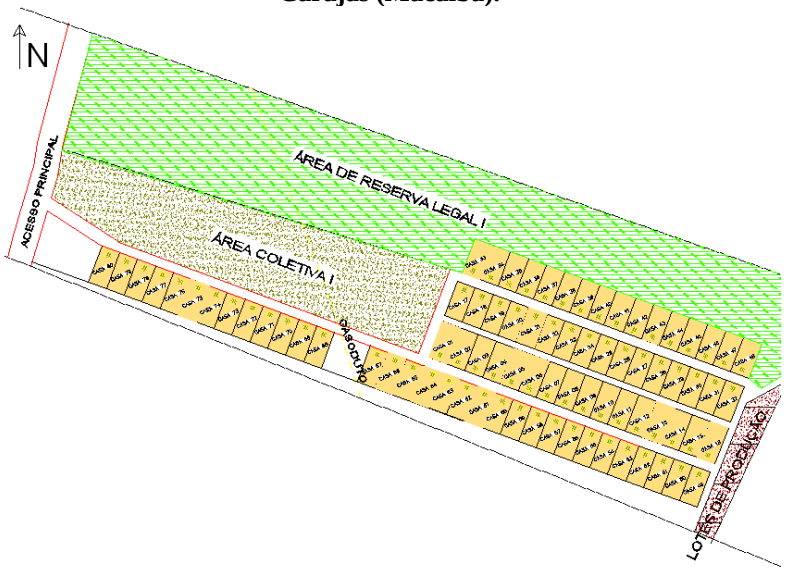
> Se assemelha à de povoados e vilarejos formados nas suas redondezas, em pequenas áreas remanescentes de posses, imprensadas entre as grandes propriedades, nas melhores áreas, ou entre pequenas e médias propriedades e posses, nas áreas mais íngremes ou distantes das fontes de água [...].
> Quanto às suas agrovilas, apresentam muitas características dos antigos povoados brasileiros. A diferença é a sua densidade, pois os lotes coloniais e seus sucedâneos eram estreitos e pequenos, enquanto os lotes de moradia dos assentamentos rurais são pródigos (BORGES, 2002, p. 43 e 51).

Parcelamento/Uso do Solo.

De modo geral, o parcelamento do solo dos habitats concentrados delineia no espaço físico os seguintes elementos: área para equipamentos comunitários sociais e de serviços; espaços livres públicos; vias de circulação; lotes de moradia; e a habitação. A

figura 06 os exemplifica a partir do habitat do assentamento rural de reforma agrária Eldorado dos Carajás (Macaíba/RN).

Figura 06 - Implantação do habitat concentrado do Eldorado dos Carajás (Macaíba).



Fonte: Cerqueira (2009).

Estas unidades se acomodam no espaço físico de modo a congregar, concomitantemente, características inerentes aos aglomerados humanos mais densamente ocupados às intrínsecas ao campo. Assim, a relativa proximidade entre os lotes de moradia - e das próprias habitações - pontuados pelas áreas comuns (unitárias ou múltiplas) onde situam-se os equipamentos para o usufruto comunitário, todos delimitados somente pelas vias de circulação, garante uma aparência semelhante aos conjuntos habitacionais da cidade. Ao mesmo tempo, o conglomerado é permeado pela predominante paisagem natural: grandes extensões físicas destinadas à produção agropecuária e parte à preservação – a reserva legal e as áreas de preservação permanente. No mais, como já descrito, esses elementos absorvem em seu cotidiano características do modo de vida das cidades, trazidas pelas transformações oriundas da reprodução do capital no campo.

Desvendando cada um desses elementos do espaço físico, tem-se que as áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviços aparecem como o local destinado às atividades de lazer, encontros, reuniões e festas dos assentados, além da prestação de serviços diversos, como também designado às atividades de apoio à produção agropecuária e comércio.

Em sua configuração física essas áreas aparecem de modo unitário ou múltiplo, contíguas ou separadas, a depender das dimensões e disponibilidade da superfície total. Assim, nelas são locadas as edificações onde funcionarão os equipamentos sociais, desde as tradicionais Igrejas (Católica e/ou Evangélica), sede da associação, escola, posto de saúde, centro social, parques infantis,

caixa d'água, como também os modernos equipamentos para a prática de esportes, antena de internet, etc. O campo de futebol exerce protagonismo, sempre se fazendo presente: comumente implementado de modo simples, localiza-se em espaço apropriado, apartado dos demais equipamentos.

Há também as edificações que servem de apoio à produção agropecuária, como casas de farinha, galpões de estocagem, depósitos, armazéns, dentre outros (BORGES, 2002).

A efetivação desses equipamentos está atrelada à organização e disposição de luta dos assentados. Por vezes, perante a Gestão Municipal, responsável pela implementação dos serviços voltados à saúde e educação, reivindicando sua concretude – e que nem sempre possui condições técnicas, econômicas, políticas para atender à demanda. Por outras vezes, internamente à comunidade, em prol dos demais equipamentos, para aos quais não existem recursos financeiros específicos[93].

As edificações remanescentes do antigo imóvel geralmente são incorporadas a essas áreas de uso comunitário. Normalmente equivalem a: casa sede, casas dos antigos empregados, depósitos, galpões, armazéns, estábulos, etc. Não existe orientação oficial sobre como prover seu reaproveitamento. Contudo, o entendimento, na maioria dos casos, é para o uso coletivo, todavia se processando de modo precário. A foto 11 ilustra um exemplo: edificação remanescente da antiga fazenda, hoje assentamento rural Eldorado dos Carajás, para a qual os assentados deram novo uso: centro social.

Foto 11 - Centro Social do Eldorado dos Carajás (Macaíba).

Fonte: Cerqueira (2009).

[93] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

Borges (2002) destaca a importância dessas antigas reminiscências para o conjunto total do desenho do habitat:

> Referências importantes no desenho dos diversos habitats, na vida cotidiana de seus moradores elas estão presentes simbolicamente, como também são importantes enquanto concentração de edificações disponíveis para que os serviços sejam oferecidos, desde o momento em que os grupos ocupam as propriedades (BORGES, 2002, p. 70).

Complementado essas extensões, há os espaços livres públicos. Borges (2006) os conceitua como superfícies não edificadas, com predominância de áreas verdes, onde prevalece o uso por pedestre, sendo pensado para o lazer e convivência. Equivalem às praças, áreas de convivência, áreas de circulação de pedestre, dentre outros.

Os lotes de moradia correspondem ao local onde os indivíduos desenvolvem a maior parte da vida cotidiana. Além do próprio habitar - em muitos casos compartilhando a coabitação, principalmente com os agregados e família - a maioria dos assentados desenvolve agricultura para o consumo cotidiano, além da criação de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos. No mais, também constroem edificações secundárias - ou utilizam cômodos da própria casa - para a instalação de serviços ou estabelecimentos comerciais para a complementação de renda, como mercadinhos, bares, salão de beleza, oficina mecânica, dentre outros. Outra presença marcante são as edificações de apoio à produção - galinheiros, depósitos, etc - como também a cisterna para armazenamento de água potável.

Desse modo, na maioria dos casos, os lotes de moradia apresentam dimensões generosas, compatíveis com a diversidade de uso que neles se propõem a desenvolver. Essas medidas variam entre os habitats de reforma agrária, no entanto, no mesmo aglomerado são padronizadas.

As testadas dos lotes, geralmente são menores que sua profundidade. Sua delimitação física, quando acontece, se faz por meio de cerca (ver foto 12) ou mesmo muro. Este elemento representativo de segurança cada vez mais marca presença na paisagem dos habitats, muitas vezes com dimensões e aparência similar às encontradas nas cidades (ver fotos 13 e 14).

Nos assentamentos rurais do MST, a disposição dos lotes de moradia entre si reproduz sua organização social[94].

[94] Ver Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

Foto 12 - Lote de moradia do Eldorado dos Carajás (Macaíba).

Fonte: Cerqueira (2009).

Foto 13 - Muros nos lotes de moradia do Oziel Alves (Mossoró).

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 14 - Muros no lote de moradia do Oziel Alves (Mossoró).

Fonte: Acervo da autora (2018).

A foto 15 retrata um trecho das vias de circulação do habitat do Eldorado dos Carajás. Este elemento serve de elo e delimitação entre os demais componentes do habitat. Normalmente as vias não são pavimentadas, sendo constituídas de material da região: piçarra, areia, barro, etc. Também não há distinção entre o caminho para pedestre e veículos. Tomando como exemplo os assentamentos do RN, Borges cita que:

> [...] em nenhum habitat há calçadas, pavimentações dos logradouros, construção de

> praças ou cinturões verdes para proteger a comunidade de estradas, quando estas estão ao lado. Embora esses elementos, usuais no desenho dos habitats urbanos, possam ainda ser anexados a esse tipo de habitat, não é a realidade atual, nem no RN nem em SP (BORGES, 2002, p. 47).

Foto 15 - Trecho de uma das vias de circulação do Eldorado dos Carajás (Macaíba).

Fonte: Cerqueira (2009).

Por fim, tem-se a habitação, elemento do habitat de reforma agrária sobre o qual existem mais informações sistematizadas.

De maneira geral, a habitação corresponde à tipologia de interesse social, com metragem mínima que varia entre 42 m^2 a 48 m^2, aproximadamente. O projeto padrão do INCRA é composto por uma sala, dois dormitórios, cozinha e banheiro, este podendo ser incorporado, ou não, ao corpo da casa. Todavia, não se observam características eminentemente rurais: alpendres; cozinha externa; área de estocagem para utensílios do roçado[95].

Os moradores, com o passar do tempo e suas possibilidades, vão adaptando as moradias às suas necessidades cotidianas. Desse modo, inserem esses elementos mencionados.

O alpendre complementa a fachada frontal ou mesmo todas as demais, como os "puxadinhos" na fachada posterior. Esse espaço adquire status multifuncional, incorporando vários usos: cozinha auxiliar, onde instalam o remanescente fogão a lenha para o preparo dos alimentos e lavatório para louça; área de serviço, para realizar serviços afins, como as atividades que eram antes realizadas no açude ou rio, como lavar roupa; área de convivência, para atividades de lazer, receber visitas. Correspondem ao principal elo entre o interior e exterior da habitação, juntamente com o alpendre frontal.

Borges (2002) retrata de modo claro esta situação nos assentamentos do RN por ela estudados:

[95] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

> Do lado de fora – na fachada posterior – há uma puxada em terra batida, coberta por telha capa e canal ou palha, com colunas em madeira rústicas. Nela, a família convive boa parte do dia, conversando, lavando a louça, a roupa, relacionando-se com os vizinhos, cuidando das crianças e das criações de galinha, bode, um cavalo ou jumento e, raramente, algumas vacas de leite. Às vezes constroem também latadas, espécie de puxadas que abrigam veículos. Estas são raras, com cobertura em zinco ou palha (BORGES, 2002, p. 58).

No mais, conforme descrito no Capítulo 2, cada vez mais a habitação de reforma agrária absorve características e elementos advindos do modo de vida das cidades. Assim, além da já mencionada cozinha auxiliar/área de serviço, acontece a integração do banheiro à parte interna da habitação; a sala de estar passa a funcionar como local de convivência, o que acontecia somente no alpendre. Por sua vez, o mobiliário e equipamentos domésticos também assumem a versão da morada da cidade: televisão; antena parabólica; fogão a gás; forno de micro-ondas; máquina de lavar roupa; aparelhos de telefone celulares; etc[96].

O material empregado para sua construção varia de acordo com a região do país onde está inserida. No Nordeste, nas habitações prevalecem a alvenaria de tijolo ou taipa, a cobertura em telha cerâmica e, em menor proporção, de palha. Nas regiões Sul e Norte a madeira disputa a preferência com o tijolo para a alvenaria, e para cobertura tem-se a telha cerâmica e/ou amianto. Na maioria dos casos a solução de saneamento básico acontece por meio de fossa simples (BORGES, 2002).

Assim, quanto à habitação, atualmente coexistem diversas possibilidades, conforme observado nas fotos 16 a 19.

[96] Constatações adquiridas a partir da prática profissional cotidiana da autora.

Foto 16 - Habitação original do Eldorado dos Carajás (Macaíba).

Fonte: Cerqueira (2009).

Foto 17- Habitação apropriada no 1º de Junho (Parazinho).

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 18 - Habitação apropriada no Rosário (Ceará-Mirim)

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 19 - Habitação apropriada no Oziel Alves (Mossoró).

Fonte: Acervo da autora (2018).

4 O DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA.

Entende-se que somente após aprender acerca “das partes” - reforma agrária e habitat de reforma agrária - reúnem-se subsídios suficientes para adentrar na compreensão da totalidade dos princípios, diretrizes e parâmetros que norteiam sua representação no espaço físico: o desenho do habitat de reforma agrária. O processo de efetivação deste desenho compreende as etapas do planejamento, concepção e execução. Por sua vez, corresponde temática pouco debatida conceitual e teoricamente. Escassos são os autores que desenvolvem trabalhos nessa seara.

O desenho do habitat de reforma agrária se insere num universo repleto de especificidades. Diversas são as variáveis que devem ser atendidas. Tomando por referência a tríade de Lefebvre, esse espaço vivido, faz-se percebido e concebido a partir da interação entre seus aspectos físicos, sociais e também econômicos/produtivos. Por mais que esteja inserido no campo, é primordial levar em consideração sua relação com a cidade e as transformações a ela inerentes. Conforme mencionado, mesmo que ainda exista um caráter de resistência à lógica do capitalismo, sobretudo nos habitats vinculados aos movimentos sociais do campo, não se pode negar a ingerência da cidade e dos elementos da vida moderna no desenho do habitat de reforma agrária.

Atualmente, existem experiências conceituais, e ao mesmo tempo práticas, específicas para o desenho do habitat de reforma agrária, promovidas pelos movimentos sociais, como o MST; entidades envolvidas com assessoria técnica na área da Arquitetura e Urbanismo, como os grupos de pesquisa de Instituições de Ensino, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e suas articulações resultantes, como os já citados Colóquios Habitat e Cidadania; etc.

Entretanto, na busca de repertório teórico precedente a essas iniciativas contemporâneas, e que contribuísse na compreensão do desenho do habitat de reforma agrária, percebeu-se que esta prática poderia se correlacionar a uma conjuntura abrangente de possibilidades, para além da reforma agrária.

Assim, numa perspectiva conceitual, em relação às referências históricas, no âmbito internacional, podem-se citar os ideais utópicos em comunidades agrárias antigas.

Na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX ocorreram experiências relevantes em alguns países da Europa, como na França - com Claude-Nicolas Ledoux e Fourier – e na Inglaterra – através de Robert Owen. Moreira (2014) acrescenta que, na segunda metade do século XX, ainda no continente europeu

existiu a preocupação em reestruturar seu espaço rural, sobretudo como consequência das transformações ocorridas na sociedade - Estado do bem-estar social. Algumas experiências foram realizadas em países capitalistas: Inglaterra, França e Espanha inspiradas no ideal das cidades-jardins inglesas.

No mais, também pode-se associar e aproximar as experiências ocorridas nos países das chamadas revoluções socialistas, principalmente até meados do século XX: arquitetura das revoluções russa (1917), chinesa (1948) e cubana (1959).

Outra referência a ser considerada corresponde aos *kibutzim* em Israel. Segundo Kopp (1967) a própria arquitetura moderna pretendia solução para o habitat social. De modo geral, essas práticas buscaram transportar para o espaço físico a ideologia contida nesses movimentos e experiências.

Por sua vez, Borges (2002) demonstrou a influência histórica de elementos do próprio habitat rural brasileiro para o desenho dos atuais habitats de reforma agrária. Especificamente à tipologia concentrada, menciona como fonte de inspiração as comunidades tradicionais e os pequenos aglomerados humanos existentes no decorrer dos momentos históricos do Brasil; assim como os bairros rurais paulistas e o conjunto formado pelas agrovilas, agropólis e ruropólis dos projetos integrados de colonização (1970/1980).

Moreira (2017) complementa, citando as experiências para o planejamento físico e arquitetura rural das áreas dos projetos de colonização no Nordeste. Iniciativas oriundas dos Programas Polonordeste e Polamazônia do governo em nível federal, também realizadas no decorrer da década de 1970. Essas práticas incorporavam o planejamento, a concepção e a execução do espaço físico para o assentamento das famílias beneficiárias das chamadas "áreas de irrigação". O documento oficial que orientava tecnicamente essas práticas expõe que:

> As principais vantagens dos modelos elaborados, podemos citar, entre outras: maior concentração de famílias; fortalecimento dos centros comunitários; participação ativa do homem em todos os processos de desenvolvimento da comunidade; minimização dos custos de infraestrutura básica e extensão agrícola e acesso institucional facilitados (BANCO DO NORDESTE, 1975, p. 10).

Diante do todo explanado e das possibilidades apresentadas, optou-se por aproximar a investigação do repertório vinculado à relação entre a atuação do Estado - restrita ao INCRA - e o desenho do habitar de reforma agrária. Assim, inicialmente voltou-se ao

passado, explanando-se acerca do Urbanismo Rural: método para o desenho do habitat empregado por esta autarquia para as iniciativas anteriores às contemporâneas.

Posteriormente, concentrou-se em três iniciativas vigentes para o desenho do habitat de reforma agrária. Ponto em comum a essas experiências consiste no fato de que, mesmo não sendo conduzidas pelo INCRA, elas se correlacionam com a prática da Instituição, sendo efetivadas em seus habitats.

Por fim, a partir do entrelaçamento do repertório apresentado, foi possível delinear uma compilação de dados para refletir e contribuir para formulação de um método de desenho do habitat de reforma agrária assimilável à prática do Estado.

4.1 Experiências de Desenho anterior à Reforma Agrária.

A abordagem concentra-se no Urbanismo Rural: método empregado pelo INCRA para a efetivação do desenho dos projetos integrados de colonização (PICs) durante as décadas de 1970/1980 no transcorrer do regime militar (1964-1985).

4.1.1 Urbanismo Rural.

O Urbanismo Rural teve como principal difusor José Geraldo da Cunha Camargo. Arquiteto e Urbanista, Camargo atuou nos órgãos do Estado voltados ao planejamento e ordenamento fundiário nacional. Em 1955 ingressou no Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), passando por outros antecessores do INCRA – SUPRA (Superintendência de Política Agrária); IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) – trabalhando na autarquia durante a década de 1970. A partir de 1965 tornou-se também professor do curso de Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Camargo (1973) conceitua o Urbanismo Rural ou Planejamento Urbano-Rural (Ruralismo ou Ruralística) como

> O planejamento social, econômico e físico do meio rural, determinando o “zoneamento”, o “uso” e o “dimensionamento” das áreas rurais, tendo em vista os *Recursos Naturais* e a distribuição racional e seletiva dos Recursos Humanos necessários para criar e promover o desenvolvimento social, cultural e econômico rurais.
> O Planejamento Urbano-Rural deve criar no “habitat” rural condições para fixar os indivíduos componentes de uma “comunidade planejada’,

> capaz de utilizar racionalmente os Recursos Naturais.
> Noutras palavras, o Urbanismo Rural deverá determinar os Recursos Humanos necessários (quantidade, qualidade e tipo) para organização de uma Sociedade suficientemente habilitada a utilizar os Recursos Naturais, tendo como objetivo atingir o máximo desenvolvimento sociocultural e econômico do meio rural (CAMARGO, 1973, p. 07).

Assim, o referido autor sistematizou procedimentos e padrões na intenção de alcançar condições adequadas - nos aspectos físicos, sociais, culturais e econômicos para a fixação do homem no campo. Compilou esse repertório de informações na publicação "Urbanismo Rural: ma INCRA" (1973).

As reflexões sobre as experiências dos Núcleos Coloniais Oficiais da década de 1950 - implementados em áreas despovoadas do nosso território - constituíram ponto de partida para o autor consolidar os postulados do Urbanismo Rural:

> Estudando como dar ao campo os benefícios das cidades, chegamos à conclusão de que deveriam ser adaptadas ao meio rural as técnicas urbanísticas da cidade, pois os problemas são os mesmos, diversificados apenas quanto à densidade demográfica e as atividades econômicas principais. Nessa adaptação chegamos ao "Urbanismo Rural" ou "Planejamento Urbano-Rural" (CAMARGO, 1973, p. 02).

Assim, o Camargo toma como referência o planejamento integrado, considerando o nível nacional, regional e local e a relação entre o "meio rural e o urbano" (CAMARGO, 1973, p. 03). Nitidamente inspirado na doutrina do Modernismo, mesmo que tardio, compactua com a vertente do planejamento tecnocrático, adotando os princípios clássicos e rígidos do planejamento racional e padronizado, almejando uma sociedade utopicamente organizada e planejada, na qual os técnicos do Estado ditavam todos os procedimentos a serem seguidos pela comunidade e os demais. Segundo o autor, o Urbanismo Rural

> Resulta da adaptação da técnica e da filosofia do Urbanismo Moderno (aplicado ao planejamento das cidades) ao Planejamento do Meio Rural, visando à colonização de novas áreas ou à recolonização de áreas problemas (CAMARGO, 1973, p. 03).

No mais, ressalta a importância da relação campo-cidade, conectando as questões sociais e produtivas. Para Camargo, todos os aspectos devem se relacionar entre si.

Desse modo, na direção do desenvolvimento integrado para o meio rural, o Urbanismo Rural engloba o planejamento sociocultural, o físico-espacial e o econômico.

O planejamento sociocultural é pautado pela diversidade: "é preciso 'compor' a comunidade com famílias oriundas de diversas regiões do país e, se possível, de origens raciais e étnicas diferentes" (CAMARGO, 1973, p. 06). O autor entende que o modo de composição e o comportamento dos indivíduos de uma determinada comunidade intervêm diretamente nas questões físicas desta. Relaciona o sucesso do empreendimento à qualidade dos recursos humanos empregados.

> Se num Plano de Colonização ou Recolonização os elementos essenciais (colonos ou parceleiros) não forem aptos para seu trabalho ou, pelo menos, capazes de assimilar o mínimo necessário de tecnologia, o andamento da obra projetada entrará em descompasso sem conseguir atingir seus fins (CAMARGO, 1973, p. 04).

Defende que a vida cotidiana dos colonos deve ser desenvolvida em comunidade, em oposição ao isolacionismo do rural, classificando os indivíduos que vivem nesta última situação como "*populações mais atrasadas*". Assim, as vantagens do modo de vida gerado pelo planejamento Urbano-Rural são exemplificadas a partir dos equipamentos sociais de uso coletivo.

> [...] principalmente as crianças serão beneficiadas com a vida em comunidade, através de escolas, postos de saúde, clubes sociais e esportivos, centro de ensino técnico-profissional etc. São elas os recursos humanos em formação e devem constituir a preocupação maior de uma sociedade planejada (CAMARGO, 1973, p. 05).

Para o planejamento físico-espacial, Camargo expõe uma diversidade de apontamentos. Como ponto de partida explicita que a "distribuição racional da população na área deve atender às distâncias casa-trabalho e casa-escola, sendo que a distância casa-escola primária terá prioridade" (CAMARGO, 1973, p. 10). O autor compreendia que, resolvendo primordialmente o deslocamento criança-escola, "a movimentação dos adultos para os demais fins estará também satisfatoriamente resolvida" (CAMARGO, 1973, p. 23). Para tanto, estas distâncias deveriam ser mensuradas a partir do tempo necessário para percorrê-las, o qual seria determinado pelo modal de locomoção utilizado – a pé; a cavalo; de bicicleta; de automóvel; entre outros - que por sua vez estava diretamente vinculado ao grau de desenvolvimento da comunidade. Além disso,

essa distribuição também deveria ser balizada pela hierarquização, ao mesmo tempo em que pela inter-relação dos núcleos populacionais e dos espaços, tomando por referência o desenvolvimento social. Assim, a partir desses postulados, Camargo propõe para o planejamento físico-espacial uma tríade – agrovila, agrópolis e rurópolis:

> Para melhor atender às necessidades sociais, culturais e econômicas do meio rural, idealizamos três tipos de "Urbs" rurais: a Agrovila, a Agrópolis e a Rurópolis, formando uma hierarquia urbanística segundo a infraestrutura social, cultural e econômica. Cada qual com sua função específica.
> As Agrovilas devem ser satélites de uma Agrópolis, de uma Rurópolis ou de uma cidade a fim de que sejam complementadas em suas necessidades sociais, econômicas, etc.
> Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis funcionam com um sistema integrado (CAMARGO, 1973, p. 10, 14 e 21).

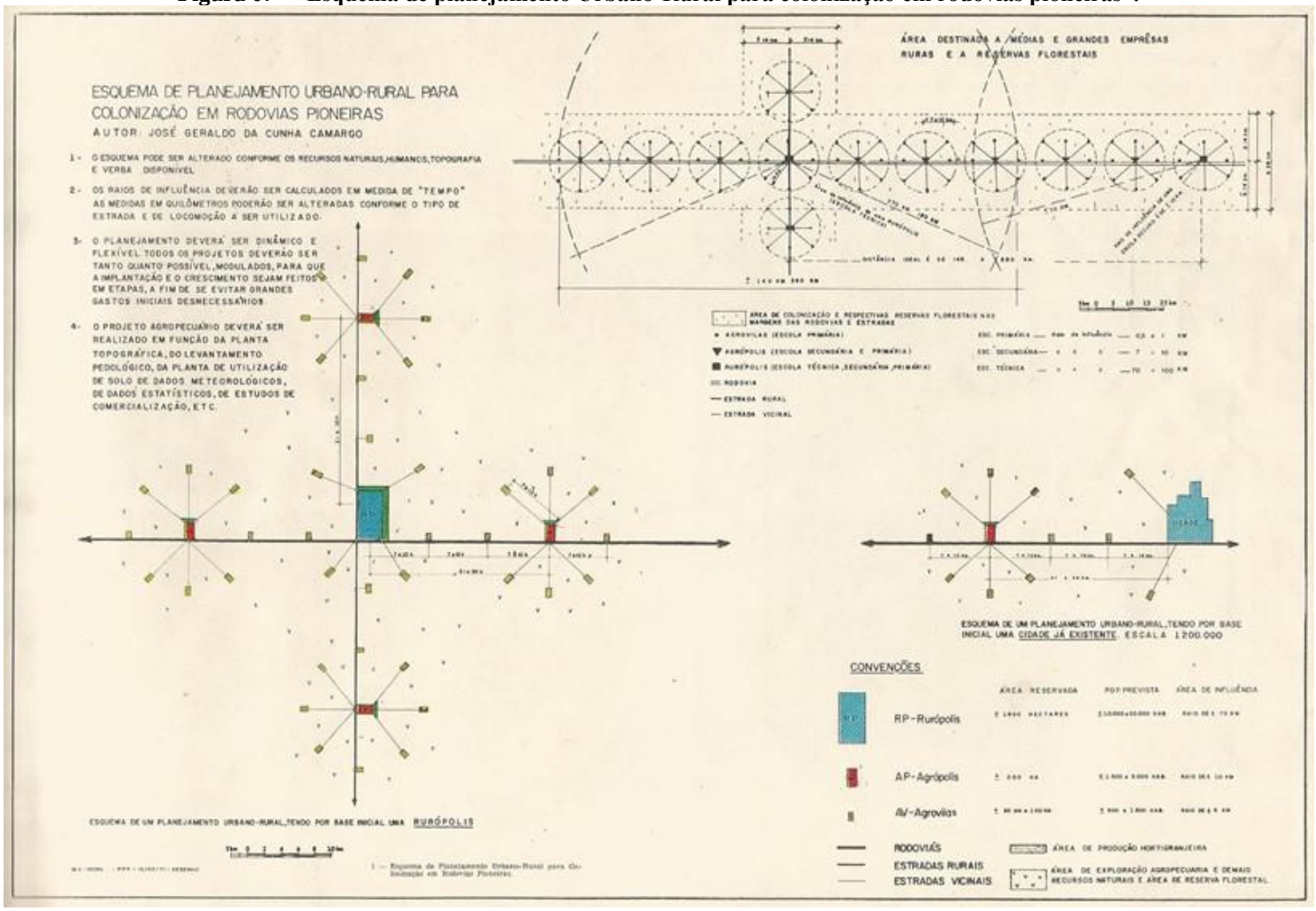
As figuras 07 e 08 ilustram esse esquema de planejamento físico-espacial proposto pelo autor.

Dentre os elementos da tríade idealizada por Camargo, a agrovila é o menor dos núcleos. Constitui o local de moradia e convivência social – genuíno habitat – dos colonos/parceleiros:

> Um verdadeiro 'bairro-rural', com um parque central, onde ficam localizados a Escola (primária ou correspondente e se possível, jardim de infância e creche), pequena Sede Administrativa, Centro Social e Posto de Saúde, pequeno templo ecumênico e para atender à parte recreativa, "playgrounds", praça de esportes para adolescentes, coretos para músicas, etc. (CAMARGO, 1973, p. 10).

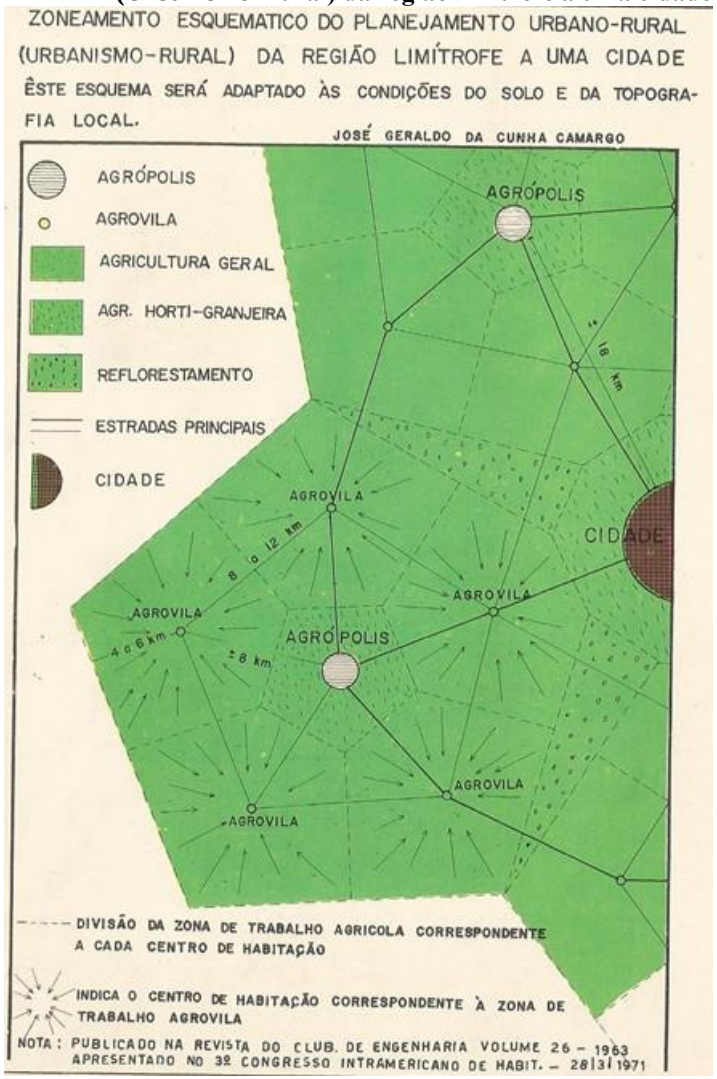
O autor explica que o local de trabalho, independente da categoria à qual o indivíduo pertença – proprietário ou empregado - equivale ao "lote rural de produção econômica". Afirma que as dimensões do lote urbano da agrovila deve ser tal que permita "a formação de pomares, hortas e para a criação de pequenos animais" (CAMARGO, 1973, p. 10), levando em consideração uma produção para o consumo familiar. Deste modo, estas deveriam variar de 500 m^2 a 3.000 m^2, condicionadas diretamente ao grau tecnológico empregado na exploração dos lotes rurais de produção, bem como do "*desenvolvimento sociocultural*" dos seus moradores. A figura 09 apresenta padrões esquemáticos de propostas para as agrovilas, elaborados pelo autor.

Figura 07 - "Esquema de planejamento Urbano-Rural para colonização em rodovias pioneiras".



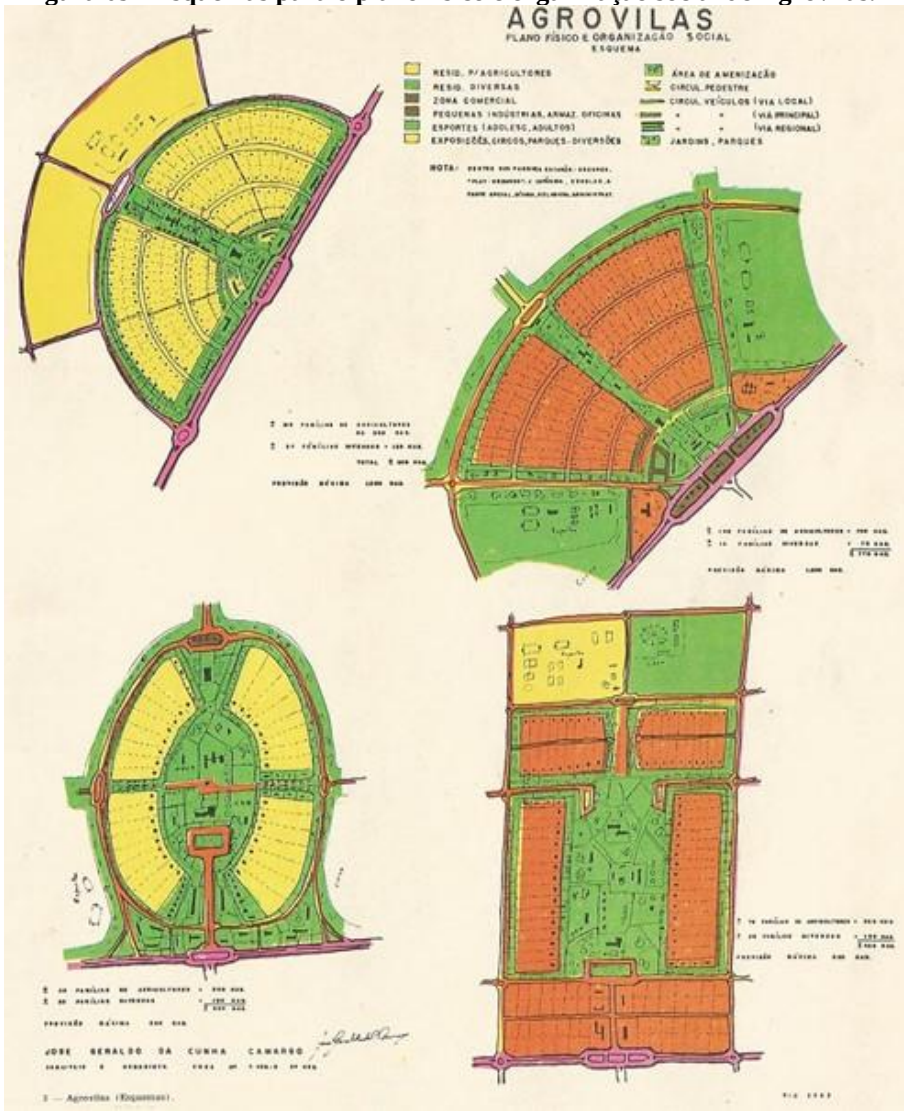
Fonte: Urbanismo Rural: ma incra (CAMARGO, 1973, p. 11).

Figura 08 – "Zoneamento esquemático do planejamento urbano-rural (Urbanismo-Rural) da região limítrofe a uma cidade".



Fonte: Urbanismo Rural: ma incra (CAMARGO, 1973, p. 12).

Figura 09 - Esquemas para o plano físico e organização social de Agrovilas.



Fonte: Urbanismo Rural: ma INCRA (CAMARGO, 1973, p. 13).

Interessante foi entender a inspiração de Camargo para a concepção da agrovila e dos seus elementos:

> Em 1956 (quando pertencíamos ao quadro de Engenharia do ex-INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização), observamos que nos lotes rurais dos Núcleos Coloniais (que mediam mais ou menos 25 ha) havia uma área em redor da casa do colono (que poderíamos chamar *chácara*) onde a mulher e os filhos menores faziam pequena agricultura de subsistência (horta, pomar), criavam galinhas, animais de pequeno porte, etc., enquanto que o colono e os filhos mais velhos se dedicavam à área do lote com as culturas econômicas.
> Idealizamos transportar essas pequenas "chácaras" e respectivas casas para um local comum, agrupando-as de modo a formar uma *"Comunidade Rural*", onde deveria haver infraestrutura sociocultural (serviço de água potável, luz, esgotos, escolas, posto de saúde, etc.), de forma a tornar melhor e mais fácil a vida familiar. Às comunidades rurais assim formadas demos, na época, o nome de "Freguesias Rurais". Somente anos mais tarde propusemos o nome Agrovila, mais adequado às funções (CAMARGO, 1973, p. 14).

A previsão da capacidade populacional para uma agrovila girava em torno de 500 a 1.500 habitantes. Para este cálculo tomava-se como referência a quantidade mínima de crianças suficientes para implantar, de modo adequado, uma escola rural.

Prosseguindo na hierarquia proposta por Camargo, a agrópolis equivalia ao núcleo intermediário entre os demais. A ideia primordial era que ela funcionasse como uma espécie de elemento agregador na redondeza, para onde os demais recorreriam (ver figura 10). Assim, a agrópolis exerceria "influência socioeconômica, cultural e administrativa numa área ideal de mais ou menos 10 km de raio, na qual pode estar situada de 8 a 12 agrovilas" (CAMARGO, 1973, p. 16).

Por ser mais bem equipada, também na agrópolis as famílias que habitavam as agrovilas teriam a possibilidade de complementar aspectos da vida não inclusos na morada original. Assim, o autor relata um extenso programa de equipamentos sociais e de serviços que deveriam se fazer presente na agrópolis:

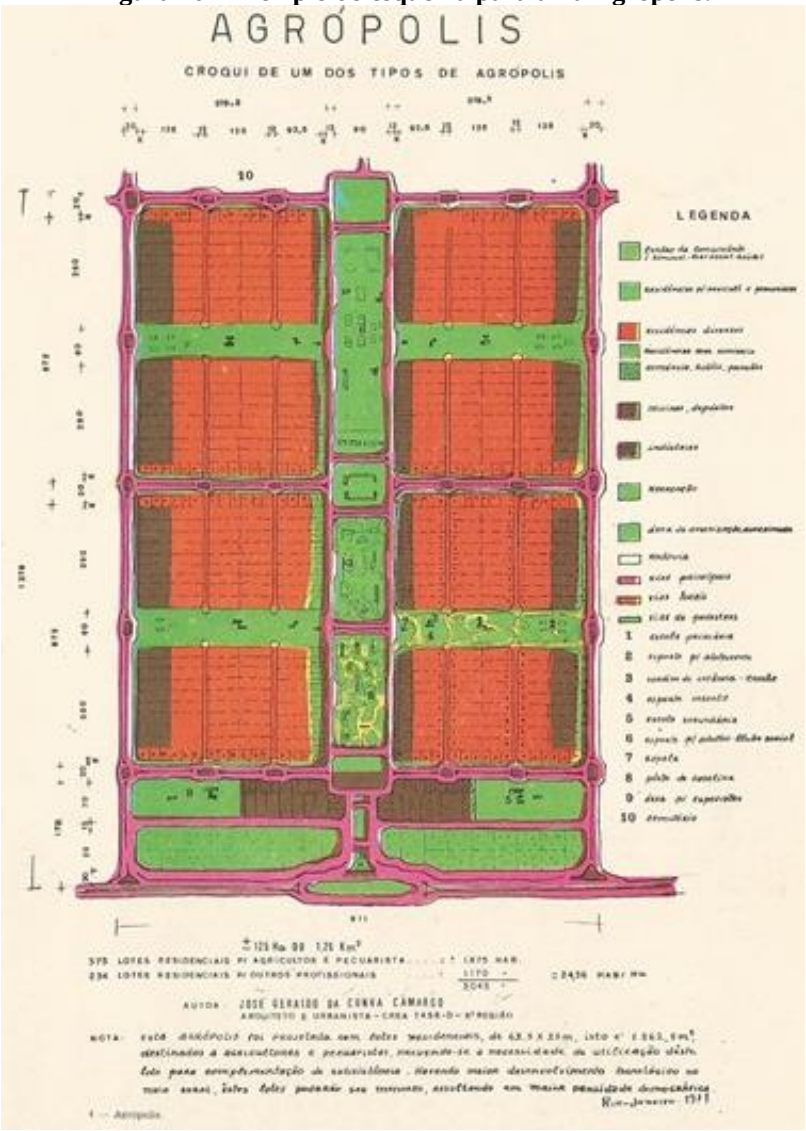
> Além do ensino primário (com creche e jardim de infância) para atender exclusivamente à sua população, tem ainda ensino secundário, comércio diversificado, cooperativa, pequenas agroindústrias, armazéns, patrulha mecanizada, oficinas dimensionadas para atender suas próprias necessidades e as das Agrovilas próximas.
> A Agrópolis deve ter ambulatório médico-odontológico (comportando pequena cirurgia de

> emergência) e enfermaria. Este núcleo urbano-rural deve possuir também: centro administrativo, área ecumênica para construção de templos, praça cívico-cultural, centro social, escolas de artesanato, clubes sociais e esportivos, serviços de Segurança Pública, área destinada à construção de edifícios públicos (federais, estaduais, municipais), centro telefônico, Correio e Telégrafo, cemitério, etc. (CAMARGO, 1973, p. 16).

Segundo o autor, a população residente nesse núcleo intermediário seria maior do que a da agrovila: em torno de 1.500 a 3.000 habitantes, com previsão de ampliações. Contudo, Camargo não justifica os critérios empregados para alcançar estes números. Por outro lado, demonstra maior preocupação com a sua concepção e estruturação. Para tanto, menciona a necessidade de realização de estudos socioeconômicos e zoneamento funcional, assim como a elaboração de um "plano piloto" para guiar o seu processo de desenvolvimento e instalação, os quais sugere acontecer em etapas, buscando não encarecer a implantação da infraestrutura necessária.

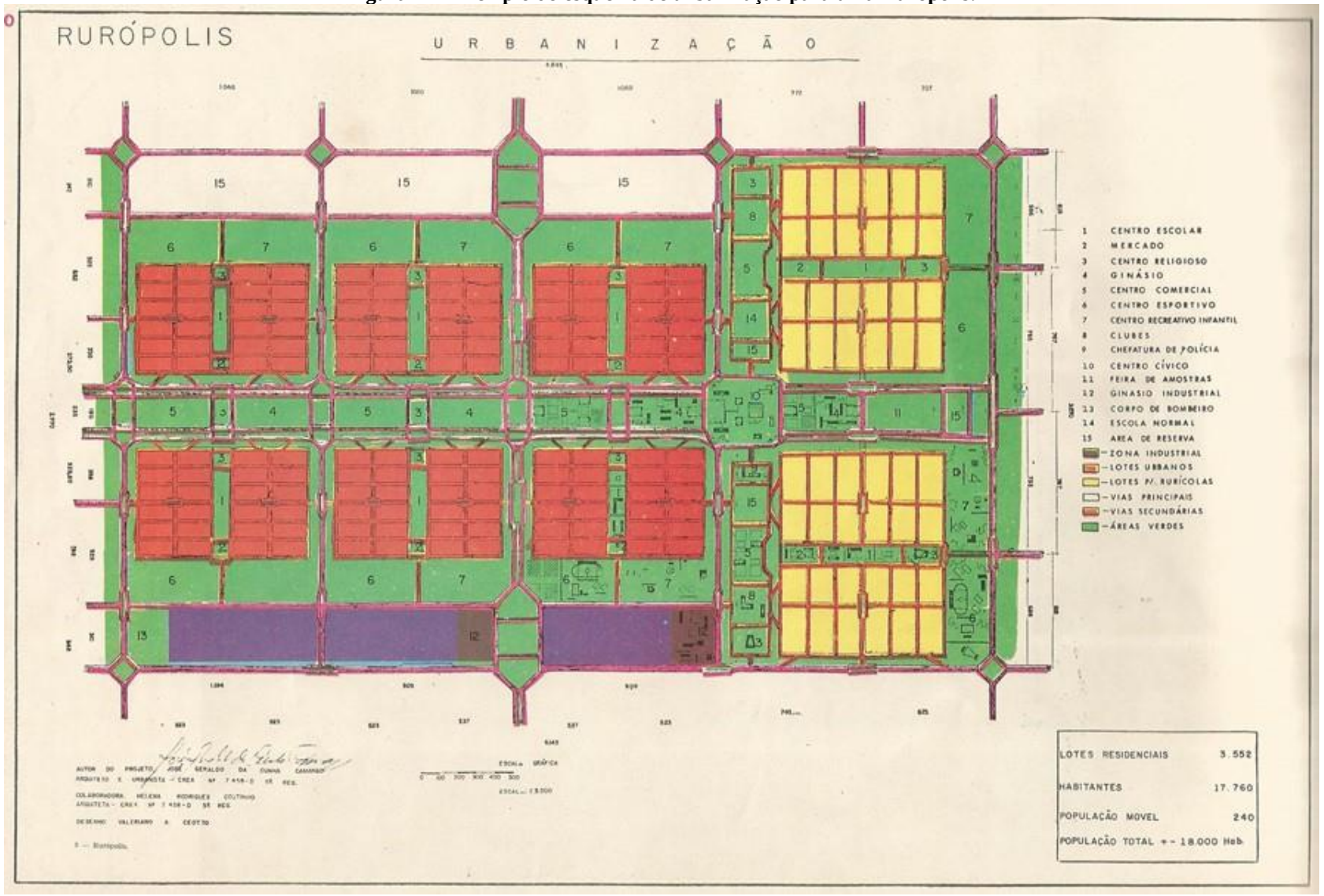
O último elemento da tríade equivale à ruropólis: o maior dentre os três propostos, abarcava uma área de influência entre 70 a 140 km, a depender das condições gerais, sobretudo físicas, da área de inserção (ver figura 11).

Figura 10 - Exemplo do esquema para uma Agrópolis.



Fonte: Urbanismo Rural: ma incra" (CAMARGO, 1973, p. 18).

Figura 11 - Exemplo do esquema de urbanização para uma Rurópolis.



Fonte: Urbanismo Rural: ma incra (CAMARGO, 1973, p. 20).

A função da rurópolis era desenvolver e integrar os diversos aspectos na escala regional, constituindo o principal ponto de apoio aos demais. Camargo a conceitua como

> Um núcleo urbano-rural diversificado nas atividades públicas e privadas, possuindo comércio, indústria, serviços sociais, culturais, religiosos, médico-odontológicos e administrativos, não apenas de interesse local, mas sobretudo para servir à sua área de influência (CAMARGO, 1973, p. 17).

A população prevista para habitar uma rurópolis girava em torno dos 20 mil habitantes. De modo similar à agrópolis, porém numa escala maior e complexa, o autor sugere que a implantação do principal elemento da tríade fosse antecedida de estudos socioeconômicos e zoneamento funcional e sua consequente efetivação se processasse em etapas, direcionada por plano piloto. No mais, seu espaço deveria abarcar os equipamentos sociais e de serviço necessários para o desenvolvimento dos mais diversos setores da vida cotidiana, não só dos seus moradores, mas de todos aqueles inseridos na sua região de ingerência.

> Na parte educacional, além das escolas primárias (com jardim de infância e creche), deve possuir escolas secundárias (ou equivalentes), escolas técnicas, centro de artesanato, escola de artes plásticas, escola de música, escolas normais para formação de professores, etc.
> Numa Rurópolis deve haver: Hospital e Maternidade, praça ecumênica para construção de igrejas, Centro Administrativo, Centro Social, Clubes Sociais e Esportivos, praça Cívico-Cultural, Serviços de Segurança Pública, área destinada a serviços públicos (federais, estaduais e municipais) para servir também à sua área de influência, Correios e Telégrafos, Centro Telefônico, cemitério, etc. [...]
> A fim de atender às necessidades socioculturais da sua região, a Rurópolis terá também cinemas, teatros, bibliotecas e clubes. O comércio e a indústria locais terão a dupla funcionalidade de servir a Rurópolis e aos outros núcleos dela dependentes. Todos esses implementos devem estar devidamente ordenados e entrosados em zoneamento funcional, criando-se "núcleos ambientais" ligados por rede racional de vias de circulação. É o local adequado para Sub-Sedes Regionais dos Serviços Públicos Federais e Estaduais (CAMARGO, 1973, p. 17 e 21).

Desse modo posto, a tríade idealizada por Camargo se relacionaria entre si também de modo pré-definido. A distância adequada entre agrovilas e destas para as agrópolis e rurópolis permearia os 30 minutos (com deslocamento via bicicleta) ou de 7 a 10 km. Por sua vez, entre as agrópolis e rurópolis - ou cidade que tivesse escola técnica de nível médio - a distância seria em torno de

2 horas (medida em trajeto realizado por automóveis). “A distância máxima teórica entre uma e outra Rurópolis poderá ser de 140 a 280km” (CAMARGO, 1973, p. 21).

A interligação entre os elementos aconteceria diretamente por vias de circulação. Porém, estas não deveriam atravessar os núcleos urbanos: “Quanto maior o centro urbano, mais afastado deve estar das rodovias” (CAMARGO, 1973, p. 23).

No mais, esse complexo de “Urbs rurais” era permeado por áreas voltadas à produção agropecuária. Estas correspondiam à “*área de produção econômica coletiva e lotes residenciais” ou* “*lotes rurais de produção econômica*”. Nestes espaços - localizados, sobretudo, nas adjacências das rurópolis e agrópolis - a produção seria voltada à agricultura (frutas e legumes) e à criação intensiva de pequenos animais. O seu dimensionamento levava em consideração a: “topografia local, capacidade de utilização do solo, clima, etc., assim como do grau de tecnologia a ser adotado, (...) capacidade de trabalho dos colonos ou parceleiros” (CAMARGO, 1973, p. 23)

Assim, Camargo acreditava constituir no plano físico-espacial condições apropriadas, as quais poderiam ser rebatidas ao plano social, fomentando o desejado desenvolvimento social.

> O plano físico da ‘urbs’ deve ser feito de maneira a facilitar a formação dessa sociedade, criando caminhos de pedestre com encontros obrigatórios entre os moradores, a fim de facilitar a integração social. Por isso as Agropólis e Rurópolis são projetadas em “Unidades Habitacionais” para que ninguém se sinta anônimo dentro de seu grupo (CAMARGO, 1973, p. 06).

Quanto ao planejamento econômico, o autor menciona que, coordenado por profissionais com capacidade e atribuição técnica específica, deveriam ser efetivados estudos econômicos e de viabilidade com a finalidade de implantar os projetos agropecuários e de comercialização necessários.

No que diz respeito às diretrizes empregadas para implementar o Urbanismo Rural e seus pormenores, Camargo propõe um roteiro detalhado, o qual deveria ser rigorosamente atendido. Era composto de quinze etapas, a saber:

1. Formação da Equipe e divisão em setores.
2. Prospecção e análise dos recursos naturais.
3. Estudos de viabilidade econômica.
4. Seleção dos recursos humanos conforme a tecnologia a ser adotada.
5. Levantamento da parte relativa aos serviços sociais e culturais.

6. Seleção dos recursos humanos necessários aos serviços sociais, culturais, financeiros, jurídicos, etc.
7. Coordenação de Planejamento e Projetos (todos os demais setores fazem parte desta coordenação).
8. Levantamento da bibliografia e da documentação (mapas, fotografias aéreas, filmes, fotos, "slides", micro-filmes, plantas, etc.) necessários a cada setor.
9. Levantamento do material e dos recursos financeiros disponíveis para funcionamento da equipe.
10. Levantamento dos Órgãos e Estabelecimentos Federais, Estaduais, Municipais, Particulares e mesmo Internacionais que possam prestar colaboração.
11. Intercâmbio de trabalhos e estudos entre as diversas seções integrantes da equipe de Planejamento, a fim de evitar dualidade de serviços e de obter aperfeiçoamento do pessoal.
12. Elaboração do anteprojeto de "zoneamento" conforme a aptidão das áreas, determinando-se o uso e grau de exploração tecnológica dos recursos naturais, como também determinando-se os recursos humanos que serão utilizados; qual a qualificação e o número necessário ao empreendimento.
13. Estudo da viabilidade econômica da combinação "Recursos Naturais" + "Recursos Humanos" dentro do contexto regional, nacional e internacional.
14. Estudo da estimativa provável da renda "per capita" nos diversos setores de produção, tendo por base o grau de desenvolvimento idealizado para a área de estudo.
15. Estudo da distribuição racional da população (Recursos Humanos), de maneira que o homem do campo possa desfrutar das condições sociais e culturais das cidades, formando comunidades e sociedades progressistas (CAMARGO, 1973, p. 09).

Assim, as atividades deveriam ser conduzidas por uma equipe técnica especializada e multidisciplinar, formada por profissionais das mais variadas formações.

> [...] urbanistas, economistas, agrônomos, geógrafos, geólogos, sociólogos, engenheiros civis, arquitetos, engenheiros sanitaristas, médicos, advogados, assistentes sociais, técnicos em educação, psicólogos, etc. (CAMARGO, 1973, p. 07).

Contudo, o "etc" não contemplava os chamados "colonos ou parceleiros", que aparecem como agentes passivos. No contexto da conjuntura política e social da época (ditadura militar e planejamento tecnocrático) - onde se reprimia a participação ativa da comunidade - apenas o conhecimento técnico era enfatizado. O conhecimento popular não era reconhecido.

> Os planejadores devem auscultar os camponeses sobre seus problemas e suas aspirações, mas a participação campesina na Planificação deve ser relativa para não se tornar instrumento de políticas demagógicas (CAMARGO, 1973, p. 08).

Nesta prática, à comunidade não era dado o direito de interferir ativamente no processo de planejamento e concepção do seu habitat. Sua participação efetiva se restringia às etapas finais de efetuação e construção do concebido: "É importante incentivar a comunidade a complementar o projeto, para que os habitantes se sintam donos da sua 'Urbs" (CAMARGO, 1973, p. 06).

Por fim, o planejamento Urbano-Rural deveria, ao mesmo tempo, possuir e atender legislação que direcionasse sua implementação. Assim, os projetos deveriam ser modulados, executados em etapas, de modo dinâmico e com flexibilidade, buscando levar em consideração possibilidades não previstas no original. Permitir alternativas futuras, a depender do crescimento, como "a transformação de uma Agrovila em Agrópolis, de uma Agrópolis numa Rurópolis e a transformação desta numa cidade" (CAMARGO, 1973, p. 21).

No mais, ressalta-se o elevado nível de abrangência e possibilidades que se ansiava atingir com a prática do planejamento Urbano-Rural. Camargo ponderava previsões audaciosas:

> Nada impede que em futuro próximo os rurícolas passem a residir em apartamentos confortáveis de edifícios situados em parques ajardinados nas Agrovilas. Acreditamos que nesta altura do desenvolvimento preconizado as atividades agrícolas e pecuárias terão os mesmos privilégios que qualquer outra atividade econômica, gozando os trabalhadores rurais de todos os benefícios das modernas sociedades (CAMARGO, 1973, p. 15 e 16).

A respeito das iniciativas e concepções resultantes da aplicação do Urbanismo Rural pelo Estado em seus projetos de colonização, Borges (2002) tece o seguinte comentário:

> Sobre o meio físico, o regime parece guardar alguma similitude com a construção das vilas operárias da revolução industrial em cidades europeias, como um elemento a mais a moldar os interesses de seus assentados. Mas a primeira diferença é a participação do Estado que toma a iniciativa e controla as atividades dos assentados (BORGES, 2002, p. 61).

Assim, o grande laboratório para a prática dessa teoria e para qual ela foi direcionada correspondeu aos projetos integrados de colonização (PICs). Efetivados durante a política de colonização do Governo Militar, os PICs foram implementados tanto pelo Estado, como por empresas particulares. O auge ocorreu no 1º meado da década de 1970, época na qual Camargo integrava o Grupo de Trabalho para a Amazônia (GT-PLAN) da Secretaria de Planejamento e Coordenação do INCRA[96].

> A colonização dentro dos princípios do Planejamento Urbano-Rural é a formação de uma comunidade, de uma sociedade, portanto os objetivos a serem atingidos são muito mais importantes que a simples distribuição de terras a "homens sem terra" (CAMARGO, 1973, p. 15).

4.2 Experiências de Desenho na Reforma Agrária.

No presente, poucas são as experiências de desenho para o habitat de reforma agrária regidas por conjunto teórico próprio. Dentre estas, destacam-se as conduzidas pelos movimentos sociais – como exemplo o MST; e pelas as entidades envolvidas com a assessoria técnica na área da Arquitetura e Urbanismo, como os grupos de pesquisa de Instituições de Ensino e as Organizações Não Governamentais (ONGs), aqui ilustrando com a vivência do GERAH/UFRN e HABIS/IAU/USP/São Carlos.

4.2.1 Experiência dos Movimentos Sociais: MST.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento organizado que luta pela transformação social da realidade do nosso país através de uma ampla reforma agrária – chamada reforma agrária popular – visando, principalmente, a democratização do acesso à terra e a produção de alimentos. Segundo Maria da Glória Gohn (2010) representa um dos mais influentes movimentos sociais da atualidade.

Uma peculiaridade dos assentamentos rurais do MST consiste no emprego de normas e diretrizes - elaboradas em encontros e congressos pelos próprios integrantes do Movimento – que direcionam os diversos aspectos da vivência das famílias nesses espaços: desde os momentos iniciais de sua organização até a sua consolidação. Assim, regulamenta-se: o controle político sobre o projeto do assentamento e a estruturação da sua área; o sorteio dos

[96] A prática e os resultados dessa teoria serão apresentados mais adiante no Capítulo 6 Práticas do Desenho Anteriores à Reforma Agrária.

grupos de famílias para o arranjo social; a organização da moradia; a composição dos núcleos de base; a sistematização da produção e da cooperação agropecuária; a formação política e social; entre outras atividades (MST, 2001).

Nessa perspectiva e no desempenho das suas bandeiras de atuação – buscando a soberania nacional e popular - o Movimento também incute atenção para com a produção e configuração do espaço físico dos seus habitats. Assim, na diversidade dos materiais e publicações produzidos pelo MST para orientação de sua base e militância - onde a predominância volta-se à produção agrária -, nos últimos tempos o Movimento tem apontado diretrizes no sentido de promover melhorias sociais em seus habitats. Para tanto, vem estabelecendo parâmetros e diretrizes próprios, baseados na sua organização social e princípios de luta, rebatendo-os no espaço físico dos seus locais de moradia. De modo geral, este conjunto envolve a habitação; os equipamentos sociais de uso coletivo (lazer e serviços); a infraestrutura básica (água, energia, saneamento básico, acessibilidade) e social (escolas, bibliotecas, laboratórios de informática); dentre outros.

Vale salientar que esses direcionamentos do Movimento, em diversos momentos coexistem com os instrumentos regulatórios do INCRA, inclusive quanto ao desenho do habitat. Ambos disputam espaços, ora sobressaindo um, ora o outro.

Todavia, precedendo à explanação acerca desse repertório relativo ao desenho do local de moradia, é necessário entender a dinâmica de organização social nos assentamentos do MST.

Organização social.

As famílias dos assentamentos do MST se organizam política e socialmente em “Núcleos de Base” ou “Associações”.

A primeira modalidade - também denominada “Núcleos de Família” ou “Brigadas” - equivale à unidade referência voltada à estruturação do assentamento. O quantitativo de famílias integrantes varia conforme cada caso, não devendo extrapolar 30.

> O fundamental é compreender que este agrupamento mínimo, deverá reunir todas as famílias da comunidade e não apenas os cadastrados e este núcleo será a instância básica para a gestão do assentamento (MST, 2001, p. 12).

O Movimento preconiza que em cada núcleo devam existir dois coordenadores - homem e mulher - eleitos de forma democrática pelas famílias do respectivo núcleo. Para complementar

a gestão, no âmbito de cada um desses conjuntos, também são escolhidos coordenadores responsáveis pelos setores de produção, saúde, disciplina, finanças, etc (MST, 2001).

Assim, nesses moldes organizativos, primeiramente as questões inerentes ao assentamento são discutidas, de modo restrito a cada núcleo de família. Posteriormente, são tratadas no contexto geral do assentamento, apenas para consolidação do debate: assembleia com todos os núcleos. Oportuniza-se, assim, maior participação da base assentada, tornando os processos decisórios mais democráticos e participativos (MST, 2001).

Por sua vez, na modalidade "Associação", o poder fica centrado na figura do presidente. No nível hierárquico inferior, há o vice-presidente, o tesoureiro, o secretário e o conselho fiscal. A participação ativa e descentralizada da base assentada não é priorizada. Pelo contrário. Enfatiza-se a concentração do poder na figura do presidente, o que incentiva as disputas internas. Por esse motivo, essa opção é preterida pelo Movimento. Todavia, cabe às famílias de cada assentamento decidir qual opção adotar.

Nas duas alternativas o método de distribuição das famílias – nos arranjos sociais e/ou físicos – fica a critério das lideranças do assentamento. O MST sugere a realização de sorteio ou agrupamento por grau de afinidade entre as famílias, como também o critério de tempo de permanência no acampamento.

> Significa que cada família acampada deverá procurar outras famílias com as quais se identifica, organizando assim um grupo para que, durante o sorteio, este agrupamento de famílias fique reunido numa mesma localidade no futuro assentamento. Em muitos casos mantém-se o próprio grupo de famílias do acampamento como base para o sorteio. Evita-se, assim, a dispersão das famílias. Entre as famílias, normalmente, utiliza-se o sorteio interno para saber que família fica com qual lote (MST, 2001, p. 75).

Organização física do habitat.

A organização dos habitats do MST tem origem no acampamento: espaço físico provisório de vivência coletiva. Nesta fase sucedem as primeiras discussões acerca do modo de vida no futuro assentamento em todos seus aspectos: produtivos, políticos, sociais e físicos. Assim, normalmente impulsionados pelas questões produtivas, os assentados também realizam outras intervenções: definição da coordenação do assentamento; formação política; sistema colaborativo interno; distribuição das famílias no espaço

físico; e assim por diante. Tudo em busca de consolidar o novo espaço para o habitar e o produzir.

Singularmente quanto aos aspectos físicos de seus habitats, o MST estipula que as atividades de planejamento, concepção e execução destes espaços devem seguir os postulados por eles definidos. A intenção consiste em criar um padrão de assentamento rural do MST, que também possa ser adaptado à cada realidade. Para tanto, tomam por referência - além do concebido, do vivido e dos valores e princípios ideológicos do Movimento - diretrizes básicas, tais como: características culturais e físicas da área; meio ambiente; estado de conservação do imóvel rural; número de famílias envolvidas; estímulo à cooperação e organicidade entre os assentados; tipo de produção pretendida; etc (MST, 2001).

Borges (2002) complementa essa listagem, elencando os principais critérios utilizados pelo Movimento para definir seus habitats, verificados a partir das análises por ela realizadas nos habitats originários do MST no RN e SP.

> A proximidade de fontes d'água e energia; ventilação e salubridade do sítio; a segurança; a divisão das ruas ou o desmembramento da agrovila, de acordo com a origem do(s) grupo(s) assentado(s); a não utilização dos terrenos mais férteis; a adequação do habitat às opções da maioria do grupo, quanto à forma de produção – individual, coletiva ou mista; segurança; a proximidade de transporte e estradas que os levem aos centros urbanos e aos povoados de origem e, principalmente, o tamanho dos seus lotes de moradia. A partir das decisões que tomam, os assentados demarcam os seus lotes, as ruas e as áreas destinadas aos equipamentos coletivos e ao campo de futebol (BORGES, 2002, p. 46 e 47).

Os agentes do Movimento envolvidos nessa prática correspondem à própria base assentada e sua militância. Cabe aos dirigentes regionais coordenar e conduzir o debate. Há situações em que acontece a colaboração de assessoria técnica, principalmente de profissionais da Arquitetura e Urbanismo, de modo contratado ou voluntário - amigos e simpatizantes do MST. Como exemplo, pode-se citar a atuação das arquitetas e urbanistas Valéria Bertolini e Karla Emmanuela Ribeiro da Hora. Elas prestaram assessoria técnica ao Movimento nas atividades de elaboração de planos de desenvolvimento do assentamento (PDA), planejamento e concepção do espaço físico dos seus habitats, entre outras. No RN, colaboram com a coordenação do MST nas ações iniciais de organização e planejamento do espaço físico da Maísa, o maior assentamento do estado. Contudo, normalmente, ocorre a interferência dos técnicos

do INCRA. Por sua vez, o Movimento recomenda o controle político sobre a elaboração do projeto do assentamento e do habitat.

Por método de atuação, o MST prioriza que a efetivação do desenho do habitat aconteça a partir de um planejamento participativo, inserido num contexto abrangente, que interaja com os demais aspectos da vivência no assentamento:

> O planejamento do território e a elaboração de uma proposta de desenvolvimento do assentamento é fundamental para o sucesso das famílias sem-terra. Conhecer a geografia física do local, como a qualidade dos solos, rios, florestas, etc., propicia a melhor localização da moradia, da parte produtiva, da infraestrutura. Traçar o perfil familiar possibilita conhecer as potencialidades do conjunto dos sem-terra e suas aspirações. São estas questões que devem ser tratadas no processo de implantação do assentamento (MST/CONCRAB, 2003, p. 01).

Nesse quesito, uma das possibilidades por eles aplicadas, elaborada pela própria militância a partir da reflexão e consolidação de experiências pregressas realizadas em seus assentamentos, compreende a Proposta de Desenvolvimento do Assentamento – PDA[97] (MST/CONCRAB, 2003), posteriormente atualizada como Processo para o Planejamento e Organização do Assentamento – PPOA (MST/CONCRAB, 2005). De modo geral, ambos podem ser definidos como:

> Um método utilizado para a organização do assentamento de reforma agrária. [...] uma prática constante de planejamento e avaliação dos aspectos da: educação, saúde, meio ambiente, moradia, infraestrutura, produção, cooperação, créditos, lazer, cultura, etc. O PPOA baseia-se num processo de participação contínua para tomada de decisões coletivas relativo à vida do assentamento (MST/CONCRAB, 2005, p. 05).

A PDA/PPOA compreende 5 etapas: i) logística; ii) levantamento da realidade; iii) problematização; iv) concepção de propostas; e v) elaboração dos projetos (MST/CONCRAB, 2003, p. 09). Cada etapa realizada através de reuniões com a participação da base assentada, militância e demais agentes.

[97] Apesar de a abreviação ser igual, a Proposta de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) não é sinônimo do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) determinado pelo INCRA. Mesmo que voltados ao planejamento do assentamento rural, cada qual apresenta uma lógica própria. Ver também o subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

A 1ª etapa compreende as atividades iniciais efetuadas para definição das ações e dos materiais que serão utilizados no transcorrer de todo o processo (MST/CONCRAB, 2003).

Na 2ª etapa - levantamento da realidade - é elaborado um diagnóstico da situação presente da área trabalhada, contemplando os aspectos: social, econômico/produtivo, ambiental e físico. Quanto ao último, busca-se também traçar uma relação com o entorno imediato. No que diz respeito ao desenho do habitat, nessa etapa acontece a coleta dos dados físicos que irão subsidiar seu planejamento e concepção: área para localização; tipo do solo; topografia; existência de fonte d'água; dentre outros (MST/CONCRAB, 2003).

A análise dos dados levantados ocorre na 3ª etapa - problematização. A estas informações quantitativas soma-se a coleta dos dados qualitativos advindos, sobretudo dos anseios (sonhos) das famílias para com o assentamento rural/habitat.

> Uma forma de caracterizar os sonhos é solicitar que as famílias façam dois tipos de desenho: (1) do seu lote – como elas pensam que será; (2) do assentamento – como imaginam que será parcelado, onde ficará a infraestrutura, escolas, posto de saúde, estradas, etc (MST/CONCRAB, 2003, p. 13).

Na 4ª etapa as propostas são concebidas, abrangendo os diversos aspectos trabalhados no assentamento: soberania alimentar; meio ambiente; infraestrutura; parcelamento do solo; e produção.

Quanto ao desenho do espaço físico do habitat "temos a fase de concepção junto às famílias para, na etapa seguinte, estas serem formatas nas propostas propriamente ditas, que serão os projetos" (MST/CONCRAB, 2003, p. 14). Assim, a militância e os assentados do MST delineiam a infraestrutura básica (estradas de acesso, sistema de eletrificação e abastecimento de água), os equipamentos sociais de uso coletivo (centro de formação, escola, posto de saúde, templo religioso, etc) e o parcelamento do solo. Destaque ao incentivo à implementação dos núcleos de moradia (MST/CONCRAB, 2003).

Por fim, na 5ª etapa – elaboração do projeto – efetiva-se a formalização dos projetos idealizados na etapa anterior.

> O documento final do PDA deve conter o conjunto de propostas para as dimensões: territorial (parcelamento e licenciamento ambiental), produtivas (linhas de investimentos), infraestrutura necessária, demandas sociais (equipamentos e oportunidades na área da educação, saúde, assistência, lazer, propostas de gestão) (MST/CONCRAB, 2003, p. 15).

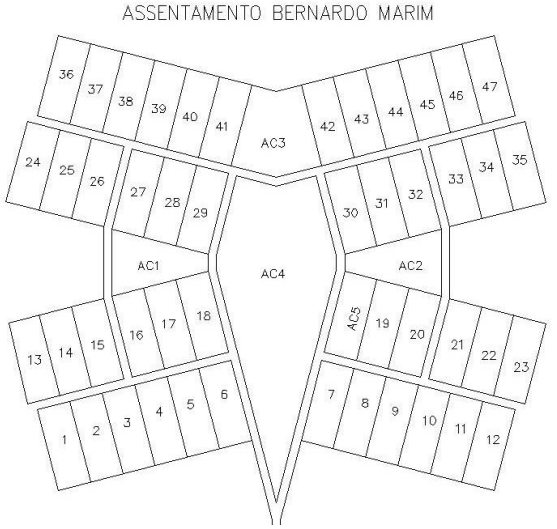
O Movimento recomenda a concretização da PDA/PPOA na sequência aqui descrita. Todavia, admite que cada experiência é única, podendo acontecer adaptações na ordem sugerida, assim como as etapas acontecerem concomitantemente.

No mais, a PDA/PPOA constitui ferramenta do MST para efetivação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), uma das etapas da implantação do assentamento estabelecida pelo INCRA[98]. Todavia, a proposta do MST acrescenta um caráter contínuo e pedagógico ao processo: *"participação plena com formação de consciência como principais instrumentos no planejamento do assentamento*" (MST/CONCRAB, 2005, p. 03).

No que diz respeito à tipologia da configuração física do habitat, disseminada pelo MST, registram-se as três categorias empregadas por Borges (2002): concentrado, disperso e misto.

O habitat concentrado é representado pela agrovila, modelo incorporado do INCRA (ver figura 12). Todavia, essa tipologia constitui alvo de críticas por parte do Movimento: grandes distâncias a serem percorridas entre o habitat e os lotes de produção; falta de privacidade pela proximidade das habitações; etc. De modo geral, a implementação dessa tipologia não é incentivada pelo MST. A exceção está nos assentamentos localizados no Nordeste. Segundo o Movimento, as famílias sem terra dessa região se adaptaram à agrovila devido às questões culturais e climáticas: "a produção na sua maioria está na região de sequeiro sujeito às secas (semiárido), o que determina uma pequena quantidade de roça por família" (MST, 2001, p. 12). No restante do país essa tipologia só é utilizada "nos casos dos grupos coletivos e cooperativas de produção agropecuária, onde a agrovila é uma solução" (MST, 2001, p. 12).

Figura 12 - Exemplar de habitat concentrado do MST.



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

[98] Ver o subitem 7.2.1 O Processo de Criação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

Quanto ao habitat disperso, o MST o intitula como **“**núcleo de moradia”: “as casas dos assentados permanecem em cima do lote, de forma que o parcelamento do assentamento permita uma aproximação das casas” (MST, 2001, p. 12). A concepção do seu desenho toma por referência à proximidade das habitações entre si; a topografia do terreno; a existência de fonte d’água e de estradas de acesso aos lotes (MST, 2001). Assim, no núcleo de moradia o MST busca minimizar o isolamento entre as habitações - característico do habitat disperso - a partir da configuração do desenho dos lotes. Estes são projetados de modo a aproximar suas testadas o que finda, também, juntando as residências e os assentados (ver figura 13).

Para Bertolini (2005) a relação das famílias com a configuração física dos núcleos de moradias “melhora também sua capacidade organizativa e facilita o acesso à infraestrutura (como água e luz) e a recursos públicos (como escola, saúde e transporte)” (BERTOLINI, 2005, p. 127).

Na tipologia habitat misto o MST desenvolveu o “núcleo habitacional” (ver figura 14). Esta proposta também prevê a opção da dissociação entre a habitação e o lote de produção:

> Trata-se também de um pequeno agrupamento de moradias. A diferença deste núcleo habitacional para o núcleo de moradia estar no fato de suas casas estarem agrupadas, em determinado local, mas não necessariamente, que elas estejam nos respectivos lotes das famílias. Não há vinculação ‘casa em cima do lote’. Como o grupo de família não é grande, a distância da casa para o lote torna-se pequena (MST, 2001, p. 13).

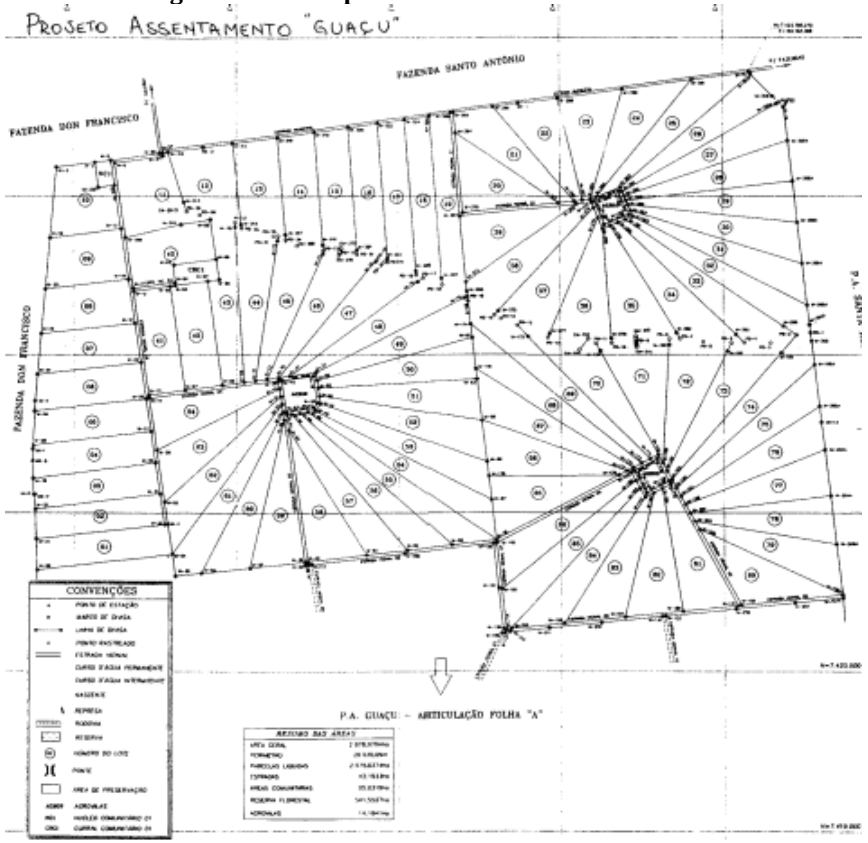
Desse modo, o núcleo habitacional se mostra como alternativa para aproximar o habitar das famílias, sem afastá-las da área de produção. Como vantagem, minimiza os custos para instalação da infraestrutura básica e social, além de fomentar a organização dos assentados, provocando também consequências positivas na sistemática produtiva.

O núcleo de moradia e núcleo habitacional correspondem às tipologias majoritariamente difundidas pelo MST, principalmente nas regiões Sudeste e Sul do país. A respeito desses aglomerados, Borges (2002) acrescenta que:

> Os primeiros, continuam dispersos, mas procuram concentrar pequenos grupos de assentados – soluciona o problema da falta de comunicação entre assentados, mas mantém o custo alto da infraestrutura. Os núcleos habitacionais são habitats mistos, que seguem o mesmo partido dos núcleos de moradia: aproximam as testadas dos lotes em pequenos núcleos, acrescentando-lhes pequenas agrovilas –

são consideravelmente mais bem resolvidos que os habitats dispersos e mistos do período de análise, mas ainda pulverizam os equipamentos e infraestrutura, dificultando sua utilização. Quanto à participação no Movimento, cada um desses núcleos corresponde a um núcleo de organização (BORGES, 2002, p. 73).

Figura 13 - Exemplar Núcleo de Moradia do MST.



Fonte: O que levar em conta para a organização do assentamento (MST, 2001, p 20).

Figura 14 - Exemplar Núcleo Habitacional do MST.

Fonte: O que levar em conta para a organização do assentamento (MST, 2001, p 20)

Nos últimos anos o Movimento vem ampliando o seu repertório e disseminando um novo tipo de assentamento/habitat: a Comuna da Terra. Descrita segundo seus próprios postulados:

> A ideia da Comuna da Terra tem o objetivo, exatamente, de colocar frente às necessidades que estão colocadas e, com isso, ajudar a avançar a luta pela Reforma Agrária.
> A proposta consiste em organizar núcleos de economia camponesa próximos aos grandes centros urbanos com um primeiro objetivo de massificar a Reforma Agrária, ou seja, possibilitar o acesso a terra para essa população que no passado veio do campo para as grandes cidades, que percorreram um longo caminho no processo de migração, saindo dos seus estados de origem, indo para outras regiões do país a procura de oportunidade de trabalho no campo e acabaram nas grades cidades.
> [...]
> O segundo ponto importante da Comuna da Terra é que podemos desenvolvê-la numa área de terra bem menor que o modelo atual utilizado nos assentamentos rurais (CONCRAB, 2004, p. 20).

Segundo a referida publicação, algumas experiências dessa tipologia já foram implementadas em São Paulo: Comuna Dom Tomás Balduíno (Franco da Rocha); Assentamento Nova Esperança I (São José dos Campos); Assentamento Sepé Tiaraju (Serrana e Serra Azul).

Os elementos do espaço físico dos habitats do MST são semelhantes aos demais assentamentos: lotes de moradia; habitação; área para equipamentos sociais e de serviços; vias de circulação. Contudo, são efetivados a partir de sua lógica própria.

Assim, para a estruturação física dos seus habitats, o MST indica ser necessário estabelecer uma área para equipamentos sociais e de serviços na região central ou numa das extremidades do habitat, seja qual for sua tipologia. Neste espaço deve existir um número mínimo de equipamentos que supram as necessidades dos assentados: local para reuniões e festas; galpões para armazenagem de produtos agrícolas; pracinha; templo religioso; centro social; local para prática de esportes; parques infantis; jardim; entre outros. O objetivo consiste em proporcionar o encontro e a convivência para a comunidade (MST, 2001).

Caso existam crianças em número suficiente, é necessário organizar uma escola - comprometida com a educação conforme a ideologia do Movimento - sendo localizada dentro do próprio assentamento. Também deve ser instalada uma biblioteca, como forma de estimular a prática da leitura (MST, 2001).

Em relação à questão da religiosidade, o MST propõe que seja construído um espaço comum para todas as celebrações religiosas, próximo aos demais equipamentos (MST, 2001).

No mais, sugere a organização de alguns serviços internos e específicos, como transporte interno, posto de gasolina (no caso dos

habitats de grandes assentamentos), bodegas, mercados, oficinas mecânicas, borracharia, dentre outros. Estas atividades devem ser administradas de modo coletivo, ficando sob o controle dos coordenadores do assentamento (MST, 2001).

Um diferencial dos habitats do Movimento equivale aos seus princípios de embelezamento: diretrizes propostas para aprimorar o vivido e a habitabilidade nesses espaços. Assim, nos habitats dispersos, determina-se que:

> A entrada dos lotes deve ter cercas vivas e símbolos de luta (ferramentas de trabalhos; bandeira do MST; ou placas com nome de algum lutador do povo); toda a comunidade ou travessão deverá ter nomes homenageando os lutadores do povo e, ou fatos históricos da luta dos trabalhadores; o arredor das casas dos assentados deverá estar organizado e limpo; arborizar com plantas nativas os córregos, rios, fontes e nascentes d'água, como os morros, as margens, das principais rodovias e recompor o que restou da vegetação nativa (MST, 2001, p. 101).

Por outro lado, para os habitats concentrados e mistos o MST estabelece que:

> As casas, quando possível, deverão ser construídas no mesmo alinhamento; buscar um consenso entre as famílias para elas pintarem as casas de uma mesma cor, mesmo naqueles que ainda não foram rebocadas; as estruturas internas do quintal (por exemplo, o galinheiro) deverão ter certo padrão e estar bem localizadas; nas entradas das agrovilas e núcleos de moradia/habitacional deverão ter placas simbolizando a organização do MST e/ou homenageando algum lutador do povo. As ruas internas devem estar sinalizadas (pintar de cal as pedras e árvores) e ter placas internas indicando as estruturas e instalações agrícolas; em cada casa ter a bandeira do MST. Seja ela pintada na parede, hasteada ou emoldurada. Não importa a forma, mas deve se fazer presente do cotidiano de todos os moradores da comunidade (MST, 2001, p. 101 e 102).

Desse modo, com o estabelecimento destas ações e diretrizes o MST promove o desenho do espaço físico dos seus habitats buscando efetivar novas referências de assentamentos, como a possibilidade do núcleo habitacional. Considera, assim, atender os anseios e expectativas dos seus assentados.

4.2.2 Experiência das Entidades Envolvidas com Assessoria Técnica.

No rol das experiências para o desenho do habitat de reforma agrária, orientadas por entidades que prestam assessoria técnica na área da Arquitetura e Urbanismo, destacam-se as coordenadas por grupos de pesquisa de Instituições de Ensino e por Organizações Não Governamentais (ONGs).

No primeiro caso, no âmbito das ações voltadas ao ensino, pesquisa e extensão, grupos de pesquisas de Instituições de Ensino - sobretudo Universidades Públicas - desenvolvem atividades de assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo para os habitats do campo, inclusive o habitat de reforma agrária. Ainda com pequena representatividade, neste restrito conjunto pode-se ressaltar o Grupo de Estudo em Reforma Agrária e Habitat (GERAH) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS) do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP). Recentemente o Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável (CASAS) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB) vem se agregando à conjuntura, sobretudo, devido à atuação nos assentamentos rurais no entorno de Brasília que não tem acesso aos serviços da Arquitetura e Urbanismo.

Quanto às Organizações Não Governamentais (ONGs) papel de destaque tem a USINA: Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado. Prestando assessoria técnica aos movimentos sociais desde o início da década de 1990, esta entidade aplica métodos participativos, buscando a inclusão e emancipação da comunidade beneficiada. Atua majoritariamente nas cidades. Todavia, a convite e em parceria com o MST, no decorrer da década de 2000 desenvolveu algumas experiências para o projeto de seus assentamentos rurais e equipamentos sociais.

Contudo, devido ao reportório acumulado, a narrativa se restringirá ao GERAH/UFRN e HABIS/IAU/USP/São Carlos.

4.2.2.1 GERAH/UFRN: “O Desenho do Possível”.

O Grupo de Estudo em Reforma Agrária e Habitat (GERAH) insere-se no grupo de pesquisa Estudos Contemporâneo do Habitat (ECOHABITAT) do Departamento de Arquitetura da UFRN.

O GERAH desenvolve ações voltadas à assessoria técnica na área da Arquitetura e Urbanismo para o campo, especificamente aos assentamentos rurais vinculados à luta política do MST, sendo este um dos seus principais parceiros (CERQUEIRA, BORGES, MARILAINE, 2016). O Estado, na figura do INCRA/RN, a depender do direcionamento e interesses da sua gestão, também se faz objeto da sua assessoria.

Assim, balizado pelo tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão, o GERAH vem atuando nessa temática, constituindo equipe multidisciplinar, que conta com a participação de alunos, professores, pesquisadores, técnicos, militantes, entre outros. Para tanto, estrutura sua atuação baseada nos postulados de Henri Lefebvre, Paulo Freire e Carlos Brandão:

> Apoia-se nas reflexões teórico-metodológicas do método regressivo-progressivo, criado por Marx e desenvolvido pelo filósofo Henri Lefebvre, no que concerne a produção do espaço. Tem também como referências o educador Paulo Freire, na ênfase à troca horizontal do conhecimento, e o psicólogo Carlos Brandão, no envolvimento do pesquisador com seu objeto/sujeito de análise (BORGES, MEDEIROS, CERQUEIRA, ANDRADE, 2017, p. 5).

As ações do Grupo utilizam os princípios da pesquisa-ação, com a participação, investigação e condutas educativas fomentando momentos de um mesmo processo, com ênfase na constante troca de conhecimentos entre os saberes técnico-científico e popular em perspectiva dialógica e horizontal. Tudo pautado e sem perder de vista a relação entre a teoria e a prática.

A atuação transita por algumas vertentes: planejamento, concepção e execução de ações relativas à produção do espaço dos assentamentos rurais - parcelamento do solo; habitats; habitações (projetos novos e reformas/melhorias); espaços livres públicos; áreas comunitárias e seus equipamentos; etc. No mais, de modo sistemático a partir de 2008, o GERAH também realiza estudos acerca do legado de uma de suas principais referências teórico-metodológicas - Henri Lefebvre - especialmente suas obras voltadas à produção do espaço.

Trajetória: Ensino, Pesquisa e Extensão.

O GERAH inicia suas ações em 1994. Cerqueira, Borges e Marilaine (2016) classificam a trajetória percorrida em três grandes momentos, sendo o último subdividido em cinco fases.

O primeiro momento equivale ao intervalo de 1994 a 1996, quando ainda não havia se estabelecido como GERAH. A imersão no ensino e na extensão antecede o contato do Grupo com a temática da assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo aos assentamentos rurais de reforma agrária. A atuação era repleta de desafios, novos conhecimentos e aprendizagens:

> Pouco se sabia, então, das possibilidades de intervenção do arquiteto e urbanista em espaços agrários, muito menos em assentamentos humanos de dimensões semelhantes a muitas

> sedes de pequenos municípios, controvertidamente consideradas "urbanas" pelo IBGE (CERQUEIRA, BORGES E MARILAINE, 2016, p. 7).

Apesar das dificuldades e do limitado repertório, o Grupo interviu de modo propositivo em quatro assentamentos: Zabelê (1994); Santa Terezinha (1995); Modelo (1995); e Terra Trabalho e Liberdade (1996). As atividades se voltaram, sobretudo, ao estudo, planejamento e concepção do desenho do habitat. Somente no Santa Terezinha conseguiu-se avançar em recomendações para a organização do processo construtivo das habitações.

O segundo momento (1997 a 2002) concentra-se na pesquisa. A profusão de conhecimentos gerados nesse primeiro contato com a atuação no campo e a assessoria técnica ao MST, impulsionou no Grupo a elaboração de duas teses de doutorado. "*Uma sobre a história das pequenas cidades do Estado - De la ville de Dieu à ville des Hommes" (TEIXEIRA, 2002) - e outra sobre a tipologia do habitat dos assentamentos no RN e SP*" (CERQUEIRA, BORGES E MARILAINE, 2016, p. 7), a já referida "*MST: Habitats em Movimento*" (BORGES, 2002)[99].

[99] Ver subitem 3.3 O Habitat de Reforma Agrária.

A partir da compilação dos dados e resultados da tese referência, os conhecimentos são estruturados e organizados. O Grupo se consolida como GERAH e suas ações são expandidas, transcendendo para o momento seguinte.

> Os resultados da tese serviram para compreender que o óbvio para o concebido, inclusive o nosso, nem sempre corresponde às necessidades e sonhos dos usuários. Muitos destes eram gerados pela cultura, influências das referências do vivido e a politização dos coletivos que definiam as opções estudadas. O conhecimento adquirido durante esse período é aplicado na atualização da metodologia de atuação nos assentamentos rurais assistidos pelo DARQ (CERQUEIRA, BORGES E MARILAINE, 2016, p. 7).

O terceiro momento equivale ao de maior dimensão temporal. Compreende o intervalo de 2002 a 2018, também envolvendo atividades de extensão, pesquisa e ensino. Todavia, podem-se delimitar cinco fases específicas, a saber.

A primeira fase (2002 a 2007) compreende a intervenção nos assentamentos rurais recém-criados. Contemplando o parcelamento do solo, o habitat e a habitação, abarca todas as fases do seu processo produtivo: planejamento, concepção e execução. Todavia, a depender da organicidade e da aceitação da comunidade, as

atividades iam sendo adaptadas em cada experiência efetivada, conforme observado no Quadro 07.

Quadro 07 - Assentamentos assessorados pelo GERAH: 2002 a 2007.

ANO	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	ATIVIDADE
2002	Margarida Alves	Macaíba	Planejamento e concepção do parcelamento do solo e do habitat.
2002/ 2004	Maria da Paz	João Câmara	Planejamento, concepção e execução do parcelamento do solo, habitat e habitação
2005/ 2006	Resistência Potiguar I	Ceará-mirim	Planejamento, concepção e execução do habitat e habitação.
2005	Quilombo dos Palmares II	Macaíba	Planejamento e concepção do parcelamento do solo, habitat e habitação.
2005/ 2006	Paulo Freire III	Pureza, Rio do Fogo	Planejamento e concepção do habitat e habitação.
2007	Olga Benário	Mossoró	Planejamento e concepção do habitat e habitação.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do GERAH (2018).

A segunda fase (2008 a 2010) enfatizou os projetos de melhorias e reformas de habitações nos assentamentos antigos. Inicialmente eram desenvolvidas as atividades de estudo, planejamento e concepção do dossiê técnico. Segundo Borges, Medeiros, Cerqueira e Andrade (2017) este era composto:

> pelos projetos técnicos de reforma/ampliação; planilhas de orçamento e quantitativos de materiais de construção e memorial descritivo-justificativo detalhado, permitindo a colaboração, acompanhamento e fiscalização da obra (BORGES, MEDEIROS, CERQUEIRA, ANDRADE, 2017, p. 6).

O Quadro 08 elenca os assentamentos rurais contemplados pela assessoria técnica do GERAH nessa segunda fase.

Quadro 08 - Assentamentos assessorados pelo GERAH: reforma/ampliação.

ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	ATIVIDADE
Rosário	Ceará-mirim	Estudo, organização, planejamento e concepção do dossiê técnico para habitação
Gonçalo Soares	Ceará-mirim	Estudo, organização, planejamento e concepção do dossiê técnico para habitação
São Sebastião	Ceará-mirim	Estudo, organização, planejamento e concepção do dossiê técnico para habitação
Oziel Alves	Mossoró	Estudo, organização, planejamento e concepção do dossiê técnico para habitação
Nova Esperança	Mossoró	Estudo, organização, planejamento e concepção do dossiê técnico para habitação
Eldorado dos Carajás	Macaíba	Estudo, organização, planejamento e concepção do dossiê técnico para habitação

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do GERAH (2018).

A terceira fase (2008 a 2011) aproxima-se da primeira, tendo objeto de intervenção semelhante: projetos de habitat e habitação para assentamentos rurais novos. Porém, há um diferencial: além dos corriqueiros parceiros MST e INCRA, a inserção da Caixa Econômica Federal (CEF) como agente financiador. Assim, esta fase insere novos elementos à prática: burocracia dos normativos da CEF; exigências de desenvolvimento de ações no âmbito social; etc.

> A assessoria se restringe à concepção dos projetos do habitat, das habitações e acompanhamento da construção. Muitos dos projetos propostos são retirados pelos assentados devido à demora das decisões governamentais. A maioria é realizada sem o acompanhamento de seus autores, outros são modificados sem seu conhecimento. Perde-se o controle das etapas para além do projeto da casa, ganha-se na qualidade técnica exigida (CERQUEIRA, BORGES E MARILAINE, 2016, p. 16).

Inserido nessa conjuntura, apenas dois assentamentos rurais foram atendidos pela assessoria do GERAH: Bernardo Marim (Pureza) e Roseli Nunes (Ielmo Marinho).

Na quarta fase (2011 a 2014), a atuação do GERAH se volta aos espaços livres públicos contidos nos habitats de reforma agrária do MST. Apesar de não contemplado pelas políticas públicas, o Grupo entendia a importância da qualificação e embelezamento desses espaços para a vida cotidiana dos assentados. Assim, desenvolveu a organização, planejamento, concepção e execução de parte do espaço púbico em um dos habitats do assentamento rural Rosário (Ceará-Mirim), contemplando praça e biblioteca. Para tanto, utilizou-se de "*um programa de extensão, financiado pelo MEC, e teve a participação de professores e pesquisadores de diversas áreas"* (CERQUEIRA, BORGES E MARILAINE, 2016, p. 18).

Finalmente, a quinta fase (2014 a 2018) compreende as possibilidades, perspectivas e acúmulos de conhecimento e repertório permitidos pelo caminho até então percorrido.

Deste modo, proporcionou subsídios para a autogestão do MST para com os seus próprios assentamentos. Como, por exemplo, no habitat do Maria das Graças II (Senador Elói de Souza), onde o Movimento, de maneira autônoma, contratou assessoria técnica de profissionais da Arquitetura e Urbanismo para o processo de implantação das suas habitações.

No mais, extrapolando a atuação nos assentamentos rurais de reforma agrária, de modo semelhante, porém com as adaptações necessárias, essas ações também foram aplicadas a áreas remanescente dos quilombolas – comunidade Moita Verde

(Parnamirim) - como também no urbano, sobretudo em áreas de ocupação diferenciada: as zonas de proteção ambiental (ZPA).

Assim, a partir dessa trajetória descrita, constituindo-se resultado direto dela, foi consolidado o método "O Desenho do Possível", empregado pelo GERAH em suas práticas cotidianas, principalmente para o desenho do habitat de reforma agrária.

O Desenho do Possível.

O método "O Desenho do Possível" deve ser entendido como um conjunto de ações específicas que visam o desenho dos espaços físicos criados enquanto reflexo do vivido e das expectativas de organização dos seus usuários, como também é baseado em princípios técnicos do planejamento territorial e da arquitetura (CERQUEIRA, BORGES E MARILAINE, 2016).

Em consonância com as demais ações do Grupo - sendo parte integrante – as referências teórico-metodológicas do método são também Henri Lefebvre, Carlos Brandão e Paulo Freire.

> A metodologia formulada pelo GERAH apresenta como principal referência metodológica Henri Lefebvre, por meio do método regressivo-progressivo e parâmetros de intervenção concebidos enquanto reflexo do vivido, das expectativas e da organização do MST, considerando a valorização da vida cotidiana e dos momentos de ruptura (transgressões, festas e luto/transformação). Concebe-se, também, a indissociabilidade entre a teoria e a práxis e a vinculação entre o ensino, extensão e pesquisa. Com técnicas de planejamento participativo, são utilizadas ações educativas baseadas em Paulo Freire e Carlos Brandão, a partir da troca de conhecimentos e referências entre os mesmos, em perspectiva dialógica. A construção coletiva e horizontal acontece em todas as etapas (CERQUEIRA, BORGES, MARILAINE, 2016, p. 5)

Baseando-se na própria produção intelectual do GERAH[100], destacam-se os princípios, parâmetros e diretrizes que norteiam as atividades de planejamento, concepção e execução para o desenho do habitat conduzidas por este método.

[100] Dentre o material editado, pode-se ressaltar alguns, tais como: BORGES, Amadja Henrique. **Habitats em Movimento: Possibilidades e limitações da metodologia de autogestão da construção dos assentamentos coordenados pelo MST na melhoria de suas habitações**. Projeto de Pesquisa. UFRN, PROPESQ, CT, DARQ, GERAH, 2007-2008; BORGES, Amadja Henrique. **A casa dos sonhos do MST: mudança nos sonhos, desejos e expectativas das famílias do campo nos projetos de assentamentos rurais vinculados ao MST a partir da assistência técnica do GERAH**. Projeto de Pesquisa. UFRN, PROPESQ, CT, DARQ, GERAH, 2009; BORGES, Amadja Henrique. O desenho do possível: a UFRN e o MST na construção de um projeto-referência de assentamento de reforma agrária. *In*: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (Org.) **Metodologia do trabalho social: a experiência da extensão universitária.** Natal: EDUFRN, 2006.

No transcorrer do processo há a participação ativa dos usuários em todas as etapas e instâncias de decisão. Prima-se pela constante troca de conhecimentos entre o saber técnico e popular, buscando uma contundente contribuição e atuação social.

A fase de planejamento norteia-se pelo amplo conhecimento dos aspectos sociais, físicos e ambientais da área de intervenção, buscando abranger as diversas escalas de atuação, incluindo a ambiental. Borges (2006) menciona sobre os critérios apreciados nessa fase a partir de uma experiência concretizada.

> Considerou-se nesse processo: adequação do uso da terra, a escolha do local de moradia e o detalhamento dos locais de produção, a conservação dos recursos naturais existentes na área; a recuperação de áreas degradadas; a preservação dos ecossistemas protegidos por lei; a sustentabilidade das atividades produtivas; e a melhoria da qualidade de vida do grupo social (BORGES, 2006, p. 63).

Já a fase da concepção do projeto pauta-se na interação entre parâmetros ambientais, organizativos, urbanísticos e populares. Assim, o projeto busca contemplar as características do modo de vida das famílias do campo e das concepções organizativas e políticas de seus moradores. No mais, também se baseia nos princípios técnicos do planejamento territorial e da arquitetura, como o conforto ambiental (BORGES, 2006).

Na derradeira fase da construção respalda-se em fundamentos que busquem minimizar os custos, por meio de materiais e técnicas alternativas, como também em métodos e técnicas construtivas que garantam a participação adequada dos usuários no processo: mutirão autogerido com assessoria técnica de profissionais habilitados.

Assim, levando em consideração os parâmetros, diretrizes e princípios citados, o método “O Desenho do Possível” se faz dinâmico, sendo constantemente alimentado e retroalimentado. Contudo, de modo geral, trilha numa direção, cumprindo uma sequência de etapas. Tomando por referência Borges (2006) e Cerqueira, Borges e Marilaine (2016), essas consistem em:

1º) Conhecimento da situação presente.

As ações iniciam com o estudo da situação presente, em seus aspectos sociais, físicos e ambientais. O propósito consiste em coletar dados e informações necessárias para subsidiar o planejamento e concepção das propostas. Assim, processa-se o contato inicial com a comunidade objeto da intervenção.

Através de visitas e reuniões *in loco*, busca-se compreender a realidade do grupo social recém-agrupado. Investiga-se o seu

passado, o vivido, o percebido, seus anseios e sonhos para com o futuro assentamento rural e habitat.

Do mesmo modo, é necessário realizar levantamento sobre o meio natural para a definição das áreas adequadas ao habitat e à produção, além dos setores voltados à proteção ambiental (BORGES, 2006). Também se investigam os "*normativos e ações que interferem na vida cotidiana dos assentamentos*" (CERQUEIRA, BORGES e MARILAINE, 2016, p. 5).

2º) Aproximação entre os segmentos envolvidos: concepção das propostas.

Estruturados e avaliados os dados coletados na etapa anterior, prossegue-se para a fase do planejamento e concepção das propostas. Em conjunto com a comunidade e demais agentes atuantes acontecem as discussões sobre os projetos por meio de oficinas de planejamento. Diversas são as técnicas empregadas: maquetes; montagem com cartolina; desenhos dos próprios moradores; apresentação de outras referências; etc.

> Através de experiências táteis, onde eram desenvolvidas maquetes de diferentes desenhos e configurações espaciais do habitat, os assentados se aproximavam das possibilidades reais e compreendiam o impacto das suas escolhas para o custo de cada proposta (CERQUEIRA, BORGES E MARILAINE, 2016, p. 12).

Como resultado, tem-se a elaboração das propostas preliminares de intervenção. No mais, também se efetiva a organização e planejamento do cronograma de atuação.

3º) Reavaliações e redefinição dos consensos.

Com a proposta materializada, dependendo da conjuntura da comunidade, há a possibilidade de reavaliação do projeto e redefinição dos consensos, realizando as alterações necessárias.

Após a deliberação das propostas, a equipe técnica desenvolve as peças técnicas necessárias: projeto arquitetônico; projetos complementares (elétrico; hidrossanitário; estrutural); memorial descritivo; orçamento; dentre outros.

4º) Organização e planejamento para a execução.

No caso dos elementos edilícios – habitação, equipamentos comunitários, entre outros – sucede a fase da organização e planejamento para a sua execução.

Tomando por referência o material técnico produzido na etapa anterior - em conjunto com a comunidade e demais agentes

envolvidos - são realizadas novas reuniões e oficinas de planejamento para consolidação da construção.

Prima-se organizar a comunidade para atuar em todos os aspectos do processo construtivo: administrativo, operacional, técnico e executivo. Para tanto, busca-se implementar curso de mutirante ou de pedreiro. Cada assentado pode exercer funções administrativas e técnicas, a depender do seu grau de afinidade com a ação: comissão de compras; almoxarife; apontador; pedreiro; ajudantes; contramestre; mestre de obras; etc.

> Quanto à sistematização da produção habitacional, dava-se de forma didática, como a organização de almoxarifado; planejamento de compras (com redução de custos); controle de materiais; e possibilidade de participação das mulheres, por exemplo. Tinha-se como objetivo, a longo prazo, a autogestão, a partir da apropriação do saber técnico-científico, tanto nos cursos de pedreiro (primeira experiência com apoio do SENAR) ou de mutirantes (pelo GERAH), como na organização das equipes de pedreiros, de almoxarifado, de compra de materiais, dentre outras (CERQUEIRA, BORGES E MARILAINE, 2016, p. 11).

Após a organização da comunidade em seus papéis assumidos, as ações são efetuadas. A comissão de compra faz a pesquisa de preços e compra o material estabelecido no orçamento. A comissão de recebimento e o almoxarife recebem e conferem o material, procedendo ao seu adequado armazenamento. A equipe técnica – mestre de obras, contramestre, pedreiros e ajudantes – se prepara para a próxima etapa: a construção da edificação.

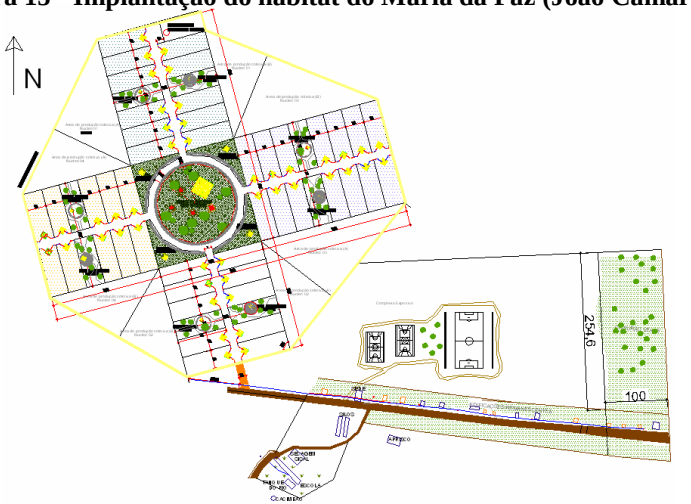
5º) Construção: autogestão e mutirão.

A prioridade consiste na construção por mutirão com autogestão dos próprios assentados e assessoria técnica de profissionais com atribuição específica.

Apesar dessa sequência retamente estabelecida, “O Desenho do Possível” busca se adaptar a cada realidade e nova experiência, primando pela flexibilidade inerente aos princípios nos quais se baseia. No mais, lida com os conflitos, que são intrínsecos ao processo, permeando constantemente suas etapas.

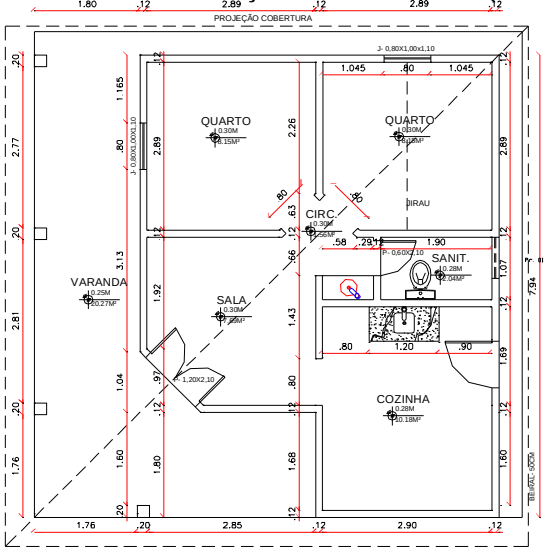
Como exemplo, cita-se a experiência referência do assentamento rural Maria da Paz (João Câmara). Sua efetivação cumpriu todas as etapas descritas. O resultado no espaço físico encontra-se ilustrado nas figuras 15 e 16 e nas fotos 20 e 21:

Figura 15 - Implantação do habitat do Maria da Paz (João Câmara).



Fonte: GERAH (2004).

Figura 16 - Planta baixa da habitação do Maria da Paz (João Câmara).



Fonte: GERAH (2004).

Foto 20 - Habitat do Maria da Paz (João Câmara).

Fonte: GERAH (2005).

Foto 21 - Habitação do Maria da Paz (João Câmara).

Fonte: GERAH (2005).

4.2.2.2 HABIS/IAU/USP/São Carlos.

O Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS) é integrante do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP).

Trajetória e atuação.

No presente sua atuação acontece estruturada em três linhas de pesquisa: I) Arquitetura e Urbanismo como Disciplinas - Cultura Técnica e Profissional; II) Política, Tecnologia e Produção de Habitação; III) Projeto, Inovação e Sustentabilidade. É a partir desses eixos que atualmente produzem conhecimento e fomentam o debate acerca do habitat de reforma agrária.

Restringindo o olhar a essa temática, o Grupo desenvolveu o projeto de pesquisa "*Produção do PNHR*[101] *nos assentamentos rurais do estado de São Paulo: inserção territorial e avaliação arquitetônica, construtiva e tecnológica*". Tendo como objeto de estudo três assentamentos rurais de habitat disperso, a investigação buscou analisar a habitação como um dos elementos do habitat de reforma agrária. Desse modo, além de estudar as questões relacionadas ao "*processo de projeto e produção*" do PNHR, a pesquisa amplificou a abordagem em três escalas:

> Na escala regional, procurou-se compreender, de forma comparativa, as relações e conflitos entre os projetos de reforma agrária desenvolvidos na região oeste do estado de São Paulo e o avanço do setor produtivo de cana de açúcar. Na escala municipal, os pesquisadores colocaram o conceito de cidade em debate, priorizando as relações e os vínculos entre "urbano e rural". Para tanto, analisaram a inserção territorial dos três assentamentos, sobretudo no que diz respeito às condições e dificuldades dos assentados para acessarem os serviços e equipamentos públicos. Na escala local (ou seja, dos próprios assentamentos, chegando-se aos lotes das famílias e às unidades habitacionais), foram objetos de análise: a adequação e qualidade das casas subsidiadas pelo PNHR, considerando-se as condições de vida e trabalho dos assentados; as infraestruturas presentes nos assentamentos, bem como as alternativas propostas pelos próprios assentados para suprirem a carência ou a precariedade nos serviços de distribuição de água, energia e saneamento; e por último, o desenvolvimento da produção agropecuária pelas famílias, seja de forma individual ou coletiva, em todas as fases (pré-produção, produção e comercialização) (HABIS/USP, 2018, p. 11 e 12).

[101] Programa Nacional de Habitação Rural, que corresponde a uma das modalidades do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Esse cenário atual, no entanto, resulta de um caminho percorrido em 25 anos de história. Tomando por referência informações coletadas em sua própria produção cientifica[102] pode-se compreender os aspectos da performance e da relação do Grupo com a produção do habitat de reforma agrária.

O primeiro meado da década de 1990 marca o início de sua atuação. De 1993 a 1997 suas investigações voltam-se aos "*estudos com madeira de plantios florestais aplicados em diferentes tipos de edificações"*[103]. No período seguinte, compreendido de 1997 a 2000, o universo de investigação assume novos elementos: *"sustentabilidade e as suas dimensões técnica, ambiental, social, econômica e geográfica*[104]*"*.

No transcorrer da década de 2000 os horizontes de atuação permanecem em constante ampliação. A dimensão política da sustentabilidade - norteada pelo desenvolvimento territorial e pelas políticas públicas - é inserida no repertório do Grupo.

> Esta linha de ação reformulada incorporou ao HABIS outras preocupações, como processos participativos autogeridos, economia solidária e geração de trabalho e renda, tendo a pesquisa-ação como estratégia de pesquisa. Esta reformulação também demarcou outro momento na história de atuação do HABIS, momento em que o diálogo e a construção conjunta de saberes se tornaram indissociáveis (https://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/habis/index.php/grupo. Acesso em: 23 out. 2018).

É nessa conjuntura que, em 2002, os assentamentos rurais de reforma agrária são contemplados como objeto de pesquisa. As experiências transcorrem logo na sequência, entre os anos de 2003 e 2007, no contexto do Projeto INOVA RURAL. O Grupo desenvolveu diversas atividades. Destaque à assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em processos construtivos alternativos, para execução de moradias nos assentamentos rurais paulistas Pirituba II (Itapeva) e Sepé Tiaraju (Serra Azul).

No Pirituba II, em parceria com a USINA no âmbito do convênio CAIXA/INCRA, o HABIS contribuiu para a construção de 42 habitações, fazendo uso de método participativo em todas as etapas do processo: organização, projeto e construção.

[102] Tais como: Portfólio acadêmico – Atuação nas áreas rurais: ensino, pesquisa, extensão e formação complementar em arquitetura e construção (2018); e https://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/habis/index.php/grupo Acesso em: 23 out. 2018.

[103] https://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/habis/index.php/grupo. Acesso em: 23 out. 2018.

[104] https://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/habis/index.php/grupo. Acesso em: 23 out. 2018.

Já na segunda experiência, desenvolvida no assentamento Sepé Tiaraju, também amparada pelos recursos do convênio CAIXA/INCRA, o Grupo buscou novas perspectivas de atuação.

> Neste assentamento foi possível uma ampliação das técnicas construtivas em terra, o desenvolvimento de outro sistema de cobertura adaptado às condições locais, a implantação de sistema de tratamento de efluentes utilizando a fossa séptica e o círculo de bananeiras, com auxílio financeiro da FUNASA, além de técnicas de compostagem, bombeamento de água com uso de energia eólica, coleta e armazenamento de água de chuva (https://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/habis/index.php/grupo. Acesso: 23 out. 2018).

Contribuição ao Habitat De Reforma Agrária.

Diante do exposto, percebe-se que a prática do HABIS/IAU/USP/São Carlos se faz para além do desenho do habitat em si. Leva-o em consideração, porém num contexto mais abrangente, apreendendo-o em outros aspectos. Sua ênfase recai nas questões relacionadas à produção da habitação. Privilegia e dissemina, principalmente, processos construtivos pautados em tecnologias não convencionais, como fechamentos para alvenaria em painéis de taipa ou tijolos de adobe. O Grupo também prima por métodos participativos, que envolvam a comunidade em todas as etapas do processo, além de praticar e fomentar o comprometimento político com a cidadania.

No mais, desde 2011 faz-se parceiro do GERAH/UFRN, principalmente na organização e coordenação dos Colóquios Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo.

4.3 Reflexões e Contribuições para um Método de Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

Acumulado o repertório pretérito e presente aqui explanado – Urbanismo Rural; método “O Desenho do Possível” do GERAH/UFRN; e as experiências do HABIS/IAU/USP/São Carlos e do MST – foi possível formatar um compêndio de postulados teórico-conceituais, ao mesmo tempo em que práticos, a respeito da prática do desenho do habitat de reforma agrária. Estruturado a partir dos elementos mais apropriados à questão contidos no citado material analisado, a intenção desta coletânea consiste em subsidiar a reflexão e contribuir na formulação de um método para o desenho

do habitat de reforma agrária que possa ser assimilado à prática e atuação do Estado[105].

Toma-se por ponto de partida o pressuposto que a prática do desenho do habitat de reforma agrária acontece numa conjuntura peculiar e regada de possibilidades. Ela decorre da relação entre os aspectos físicos, sociais e produtivos sucedida na materialidade do campo, porém sem perder de vista a influência e a proximidade para com a cidade. As elucidações aqui comentadas restringem-se à área do conhecimento da Arquitetura e Urbanismo, sobretudo ao processo de efetivação – planejamento, concepção e execução – e a representação do resultado no espaço físico: o desenho[106].

Em seus aspectos físicos, a prática do desenho deve envolver diversas escalas do território – regional; assentamento rural; habitat; e edificação (equipamentos e habitação).

Quanto aos aspectos sociais devem ser direcionados a atender aos anseios e necessidades de uma camada da população mantida constantemente à margem da sociedade. Normalmente, seu cotidiano é marcado por lutas: para viver e sobreviver; pela reforma agrária; pelos seus direitos e cidadania; entre outros. O seu modo de vida compartilha elementos do campo e da cidade.

Por fim, o habitat de reforma agrária também deve contemplar as questões produtivas, sobretudo, as voltadas à agropecuária. É imprescindível que esse habitat seja tratado em sua plenitude e que todos os seus aspectos sejam compreendidos como indissociáveis. Espaço do qual a comunidade possa se apropriar, transformando-o em seu habitar.

Assim, para a sua consumação, considera-se a prática do seu desenho como consequência da correlação de forças entre os diversos agentes atuantes. Desde a comunidade beneficiária da reforma agrária, passando pelos movimentos sociais a ela vinculados, assessoria técnica em geral, alcançando os técnicos e os demais representantes do Estado e afins.

A pluralidade de agentes prossegue em todas as etapas do processo, cada qual desempenhando função própria, conforme grau de conhecimentos e atribuição, porém, em constante interação e troca horizontal entre os saberes. Assim, são necessários agentes que atuem: na organização social; nas atividades técnicas voltadas à construção civil e produção; etc.

A equipe composta deve ser multi e interdisciplinar: assentados; assistentes sociais; arquitetos e urbanistas; cartógrafos;

[105] Neste subitem apresenta-se a íntegra das verificações formatadas: a proposta para o método do desenho. No Capítulo 11 Considerações Finais retoma-se com as elucidações e reflexões pertinentes à atuação do Estado.

[106] Os itens evidenciados são os mesmos que guiaram a análise da materialidade do campo empírico, conforme exposto na Parte III – A Produção do Desenho do Habitat de Reforma Agrária no RN.

engenheiros agrônomos; engenheiros civis; militantes; técnicos em edificações; topógrafos; entre outros.

Alguns são os princípios, diretrizes e parâmetros estabelecidos para fundamentar e direcionar as etapas do processo de desenho desse habitat. Para tanto, a unidade básica que conduz as reflexões compreende a relação entre o habitar e o produzir.

O princípio fundamental é atender ao modo de vida das famílias do campo e todas as especificidades a elas inerentes: anseios, necessidades e vivido, assim como contemplar suas ideologias, concepções políticas e organizativas, inclusive quando ligados aos movimentos sociais. Ademais, todas as instâncias do processo devem ser pautadas pela troca de saberes técnico/cientifico e popular e uma constante interação entre os parâmetros: técnicos; ambientais; legais; sociais/organizativos; populares; etc. É imprescindível adaptar e respeitar a particularidade de cada situação e suas questões envolvidas.

Assim, o conjunto de orientações e diretrizes que norteiam a prática estipula que haja um detalhado levantamento de dados em seus mais diversos aspectos: físicos e ambientais (acessos; clima; topografia; tipos de solo; existência de fonte de água para o consumo humano; vegetação; entre outros); sociais (conhecimento da comunidade beneficiária: vivido; cultura; moradas precedentes; anseios e sonhos); informações técnicas de apoio (documentação e mapas produzidos; imagens/fotos de satélite); referências teóricas sobre a localidade nas diversas áreas do conhecimento (estudos e propostas já realizados; bibliografias). O repertório de conhecimento pregresso pode ser levado em consideração, adaptado às ações desenvolvidas.

É fundamental embasar as ações desenvolvidas em critérios e normas técnicas, legislação e instrumentos legais específicos, não importando a área do conhecimento, como também nas questões sociais, de organicidade e ideologia.

Do mesmo modo, é importante estimular a cooperação entre as famílias assentadas. A intenção consiste em promover um enfoque educativo e transformador, proporcionando subsídios para que os assentados alcancem a autogestão de seus assentamentos.

A promoção de atividades de educação ambiental junto às famílias assentadas precisa ser uma constante.

No mais, deve-se pensar e conduzir o espaço de tal modo que o desenho resultante seja flexível e adaptável, possibilitando o crescimento demográfico da comunidade. Por mais que o número de famílias seja pré-estabelecido através da capacidade produtiva do assentamento, ocorre o crescimento natural das famílias: filhos/agregados casam e lá permanecem habitando.

Essas orientações refletem parâmetros a serem empregados. Assim, para o desenho do habitat de reforma agrária, quanto aos parâmetros físicos, deve-se optar por áreas/sítios que apresentem: acessibilidade aos diversos modais de locomoção; proximidade de fontes d'água para abastecimento humano; facilidade para implantação de energia elétrica; ventilação e salubridade; topografia plana; solos não condicionados a alagamentos no período de chuvas e que não sejam os mais férteis - os quais devem ser destinados à produção agropecuária. Além disso, conceber e dimensionar os espaços do habitar e de suas edificações compatíveis com as atividades e usos a eles inerentes, incorporando os novos hábitos advindos com as transformações da sociedade, correlacionando os elementos do campo e da cidade.

Os parâmetros ambientais estabelecem: proteção das áreas ambientalmente fragilizadas para além das já delimitadas áreas de reserva legal e preservação permanente, buscando a conservação dos recursos naturais existentes; recuperação das áreas degradadas; dentre outras. No mais, conduzidas pelas ações de educação ambiental e em conformidade com as condições da localidade, viabilizar a destinação adequada do lixo produzido e do esgotamento sanitário das habitações - por exemplo, com o uso de fossas sépticas ou soluções para o reuso das águas servidas – como outras necessidades intrínsecas.

Quanto aos parâmetros de organização social prima-se pelo respeito e inserção do modo peculiar e princípios organizativos de cada comunidade e seus agentes interlocutores: movimentos sociais; sindicatos e afins. Essa organização social pode ser rebatida na estruturação do espaço físico do habitat.

Todavia, preconiza-se que o quantitativo de famílias por habitat não seja numeroso, na intenção de minimizar a distância entre o habitar e produzir, sobretudo nos habitats concentrados. Para tanto, dividir a quantidade de famílias em mais de um habitat, baseado em seus princípios organizativos. Essa mensuração também vai depender dos aspectos naturais do assentamento: topografia; solos; fonte de água; entre outros.

Implementar parâmetros de embelezamento, conforme princípios organizativos da comunidade. Por exemplo: inserção dos seus símbolos representativos e elementos que proporcionem beleza ao habitat; preservação ou plantio de espécies nativas para minimizar os efeitos nocivos dos climas quentes; demarcação das vias de circulação; entre outras alternativas.

Para que o desenho do habitat seja efetivado conforme o até então preconizado, deve-se seguir um *modus operandi* que

compreenda um processo abrangente, participativo e horizontal, com troca entre os diversos conhecimentos envolvidos, além da interação da teoria e da prática, em todas as fases. Nesses moldes são desenvolvidas as atividades de planejamento, concepção e execução do projeto do habitat: seu macro espaço e edificações.

Não deve existir, necessariamente, uma rígida distinção entre as etapas. Contudo, todas as ações a elas inerentes precisam ser contempladas de modo adequado. No mais, essas atividades técnicas requerem registro de responsabilidade técnica e serem legalizadas junto às entidades competentes, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

O processo inicia pelas atividades de planejamento. É fundamental que essa etapa seja valorizada, disponibilizando todo o tempo necessário para efetivá-la. Primordialmente, é preciso realizar – remotamente e *in loco* - o levantamento das informações que irão subsidiar a concepção da proposta. Assim, são coletados os dados: físicos; ambientais; sociais; informações técnicas de apoio; referências teóricas e normativas nas diversas áreas do conhecimento - Arquitetura e Urbanismo; Cartografia; Engenharia Agronômica; Engenharia Civil; Meio Ambiente; entre outras. Para tanto, algumas técnicas podem ser utilizadas, a depender da circunstância: pesquisa de campo; leituras; entrevistas; registro de dados primários; etc.

Nessa fase também se elabora o cronograma de atuação para todo o transcorrer do processo.

Tomando por referência esses dados coletados, a etapa seguinte corresponde à concepção da proposta para o habitat.

Em conjunto, a comunidade e os demais agentes atuantes discutem as propostas por meio de reuniões e oficinas. Como alternativas para viabilizar a operacionalização dessas atividades sugere-se o emprego de técnicas lúdicas, tais como: maquetes, desenhos, recortes e montagem com cartolina etc.

Assim, a partir desses procedimentos, delimita-se o desenho do habitat de reforma agrária. Com o programa de necessidades previamente estabelecido, a localização do habitat é definida. Reforça-se a necessidade dessa ação acontecer concomitantemente ao zoneamento do assentamento como um todo, momento que são demarcadas as áreas para produção, reserva legal e preservação permanente[107]. Por sua vez, tomando por referência as condições da área escolhida, procede-se ao parcelamento do solo e resultante configuração espacial do habitat: lotes de moradia; área para

[107] Ver subitem 7.2.1 O Processo de Criação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

equipamentos sociais e de serviço; espaços livres públicos; vias de circulação; e demais edificações, inclusive a habitação. Essa situação equivale ao habitat concentrado. No disperso, os lotes de moradia/habitação coincidem com os lotes de produção. Todavia, os demais elementos do habitat seguem o acima estabelecido.

Também se deve propor soluções para a infraestrutura básica de apoio ao habitat: energia elétrica; abastecimento d'água; esgotamento sanitário; tratamento do lixo; dentre outras.

A depender da conjuntura de cada comunidade, prever a possibilidade de reavaliação das propostas iniciais, buscando redefinir os consensos, fazendo as alterações necessárias.

Após a consolidação das propostas, a equipe técnica desenvolve as peças técnicas necessárias: planta de implantação do habitat; projeto arquitetônico; projetos complementares (elétrico; hidrossanitário; estrutural); memorial descritivo; orçamento; etc. Além de tomar por referência, adaptando a cada caso, os procedimentos estabelecidos nas normas técnicas para elaboração dessa documentação técnica e afins: parcelamento do solo; zoneamento; estudos preliminares; anteprojeto e projeto.

Nessa perspectiva, é importante resgatar e fortalecer o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) como instrumento próprio para efetivação das fases do planejamento e concepção do desenho e direcionamento para a sua execução[108].

Consolidadas as peças técnicas, a etapa seguinte consiste em sua materialização no espaço físico: a execução do desenho. Mais uma vez, é imprescindível realizar reuniões e oficinas para o planejamento da sua efetivação: escolha e compra dos materiais; definição das técnicas construtivas e modo de operacionalização. Os assentados são orientados a atuar em todos os aspectos do processo construtivo: administrativo, operacional, técnico e executivo. Prima-se pela autogestão da comunidade através do mutirão ou autoconstrução. Independentemente da escolha, deve-se contar com assessoria técnica de profissionais habilitados, em quantidade e com condições de trabalho adequadas.

No mais, em busca de proporcionar autonomia aos assentados, essa etapa também apresenta um cunho pedagógico, pautado num processo de aprendizado e troca de saberes, disponibilizando aos assentados o aprendizado de novos ofícios, como alternativa aos períodos de entressafra da produção.

Assim, a concretização do desenho do habitat tem início com a implantação do macro espaço: demarcação dos lotes de moradia,

[108] Ver subitem 7.2.1 O Processo de Criação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

vias de circulação, área para equipamentos sociais e de serviço, espaços livres públicos.

Posteriormente, acontecem os elementos edilícios. Para estes, sugere-se o emprego de materiais vernaculares e técnicas construtivas alternativas e não hegemônicas à lógica do capital, com menor impacto ambiental e de fácil implementação.

Assim, o desenho resultante dessa prática rebate no espaço físico os anseios e necessidades dos assentados, pontuados pelos princípios, diretrizes e parâmetros levados em consideração.

O habitat deve interagir com os vários níveis e escalas do território. Para tanto, é fundamental projetar vias de circulação ou tirar partido das existentes, de modo que elas se articulem entre si, como também ao habitat e às escalas do território. No mais, propor mecanismos de proteção para a conexão entre o habitat e as vias de maior tráfego, principalmente as rodovias já existentes.

Na escala regional, o habitat deve se relacionar com o seu entorno imediato: outros assentamentos, aglomerados humanos mais densamente povoados, etc. Neste os assentados podem desenvolver parte da vida cotidiana não contemplada no habitat: prestação de serviços e comércio, escoamento da produção, dentre outras atividades.

Na escala do assentamento o habitat deve possuir um vínculo adequado para com os demais elementos do assentamento: área de produção; área de reserva legal; área de preservação permanente; vias de circulação. A tipologia do habitat vai influenciar diretamente nessa relação, sobretudo com a área de produção, que carece ser privilegiada. Para cada tipologia, buscam-se enaltecer as potencialidades e minimizar as fragilidades, tirando partido e tendo como fonte de inspiração as experiências exitosas.

Assim, para o habitat concentrado, na intenção de aproximar o habitar das áreas de produção, tem-se o exemplo das proposições do MST: o núcleo habitacional ou mesmo o núcleo de moradia, com o desenho e dimensões das testada dos lotes de tal modo que aproximam as habitações entre si.

Na escala do habitat, a configuração física, as dimensões e interação entre seus elementos precisa favorecer o desenvolvimento adequado das atividades intrínsecas a cada um.

Desse modo, o lote de moradia prescreve o morar e produzir. A área para equipamentos sociais e de serviço e os espaços livres públicos estabelecem espaços planejados para a sociabilidade da comunidade, fomentando sua organização social, como também o desenvolvimento de atividades próprias do campo. Para tanto, é fundamental pensar quais equipamentos devem ser implantados a

partir do programa de necessidades construído com as famílias. Diversas são as possibilidades, abrangendo o modo de vida do campo e da cidade: local para reuniões e festas; praça; local para prática de esportes; centro social; escola; biblioteca; igrejas; posto de saúde; serviços em geral; locais para acesso à internet; galpões para armazenagem da produção agrícolas; etc. Assim, sua localização no habitat e suas dimensões devem ser previstas buscando respaldar esses usos de modo igualitário a toda comunidade, pensando também nas futuras ampliações.

As vias de circulação devem ser planejadas para o trânsito de veículos, dos pedestres e dos animais. No mais, serve como apoio para a materialização da infraestrutura básica, principalmente a iluminação pública.

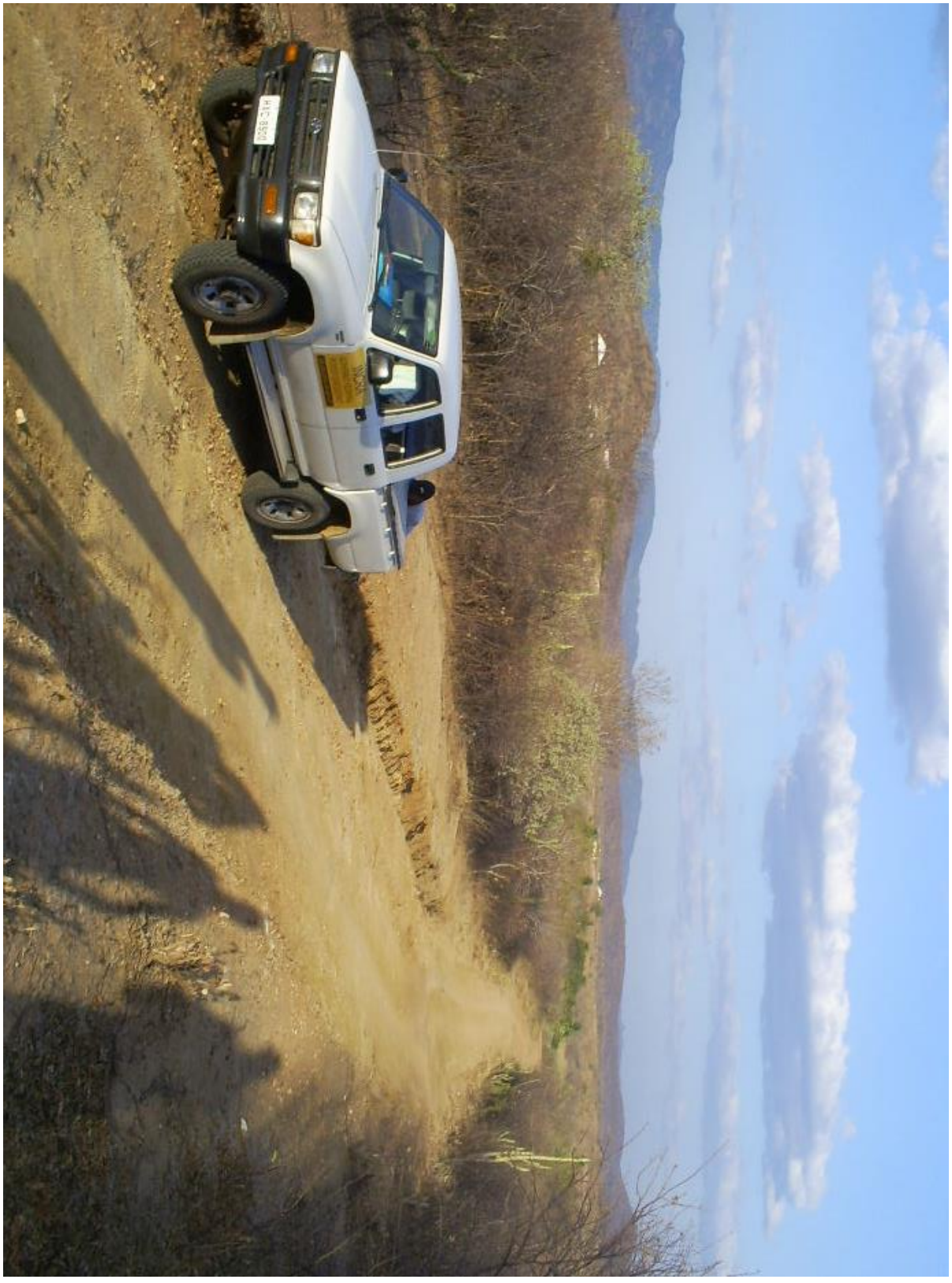
Quanto à habitação é necessário contemplar as ações do habitar moldado pelo princípio fundamental estabelecido - atender ao modo de vida das famílias do campo e suas especificidades - permitindo a interação entre os elementos do campo e da cidade, assim como a sua apropriação por parte dos seus moradores.

No mais, a depender de cada situação, deve-se inserir novos elementos, como área coletiva ao redor do habitat ou área verde de proteção e amortização, quando próximo às rodovias.

Desse modo, buscam-se novas possibilidades de pensar o desenho do habitat de reforma agrária, partindo do repertório vivido dos seus precedentes e alinhando com as novas perspectivas presentes e futuras. O objetivo é propiciar um desenho que esteja de acordo com os anseios das famílias assentadas e possa ser absorvido pela prática do Estado[109].

Por fim, os pontos aqui levantados não se pretendem engessados, ou um roteiro pré-determinado como o empregado no Urbanismo Rural. Pelo contrário, há pontos que devem ser refletidos por todos os envolvidos no processo, devendo ser constantemente avaliados e reavaliados, como no método “O Desenho do Possível”.

[109] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.



PARTE II: O Estado e o Desenho do Habitat de Reforma Agrária: Órgão, Critérios, normativos e PCrocesso do Desenho

5 INCRA.[110]

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), segundo os instrumentos jurídicos que o consolidaram[111], foi concebido com o propósito de:

> a) **promover e executar a reforma agrária**, visando a corrigir a estrutura agrária do país, adequando-a aos interesses do desenvolvimento econômico e social;
> b) **promover, coordenar, controlar e executar a colonização**; e
> c) **promover o desenvolvimento rural** através da coordenação, controle e execução, preferencialmente, das atividades de cooperativismo, associativismo e eletrificação rural (BRASIL, Decreto nº 68.153, de 01/02/1971, art. 1º) (grifo nosso).

Esses objetivos apontam as atividades finalísticas desenvolvidas pelo INCRA. Assim, nesses quase 50 anos de existência, um longo percurso foi trilhado. Para entender o presente da autarquia - como a conjuntura da época do recorte estudado - relatam-se os principais momentos da sua trajetória. Estes são pontuados a partir de sua estrutura organizativa, políticas, ações e programas, inclusive referentes ao habitat, tendo como guia os períodos dos distintos governos na esfera federal e os marcos legais da política de colonização e de reforma agrária.

Desse modo, inicia-se apresentando os precursores do INCRA. Em seguida, já no âmbito do INCRA, a narrativa ocorre em dois momentos, relacionando os aspectos abordados de sua atuação à política vigente: Período da Política de Colonização (1970 a 1985) e Período da Política de Reforma Agrária (1985 a 2013), este delimitado ao recorte temporal estudado: da implantação do PNRA de 1985/1989 à Portaria Interministerial MC/MP/MDA nº 78 (08/02/2013) e a Orientação Operacional – OO Nº 03/2013/DHAB/SNH/MCIDADES.

5.1 Precursores do INCRA.

Antes da criação do INCRA, quanto à problemática do acesso à terra, o Estado primava por políticas voltadas ao povoamento e colonização do território brasileiro, tanto por migração como por imigração. Desse modo, sem transformações na estrutura fundiária do país - preservando os grandes latifúndios - incentivava-se especialmente o fluxo de trabalhadores sem

[110]A elaboração desse capítulo contou com a colaboração do servidor Ronaldo Alves de Souza, lotado no Setor de Recursos Humanos do INCRA/Sede.
[111] Ver 5.2 O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: INCRA.

oportunidades para áreas ainda não povoadas. Para gerenciar e executar essa dinâmica, o Estado criou alguns órgãos, conforme elencados por Câmara (1988):

> Repartição de Terras (1854); Inspetoria Geral de Terras Públicas; Serviço de Povoamento (1909); Departamento Nacional de Povoamento (1931); Departamento de Terras e Colonização (1938); Instituto Nacional de Imigração e Colonização (1954). Todos esses organismos dedicaram-se prioritariamente à colonização e à imigração, nenhum deles previa a execução de planos de reforma agrária no país (CÂMARA, 1988, p. 44).

Os primeiros registros coletados por essa pesquisa dizem respeito ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). Criado no último mandato de Getúlio Vargas (1951-1954) pela Lei nº 2.163 (05/01/1954) com objetivo de:

> a) assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais imigrantes de uma, para outra região;
> b) orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes;
> c) traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso aos nacionais da pequena propriedade agrícola **(**BRASIL, Lei nº 2.163, de 05/01/1954, art. 3º).

O INIC substituiu e absorveu as atribuições de três Instituições que até então atuavam: Conselho de Imigração e Colonização; Departamento Nacional de Imigração, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; e a Divisão de Terras e Colonização pertencente ao Ministério da Agricultura. A lógica permaneceu a mesma: atribuições relacionadas à execução de serviços voltados à imigração e colonização. Não havia registros que pautassem o habitat. Em 1962 o INIC foi extinto.

Na sequência, no primeiro ano do Governo Café Filho foi gestado o Serviço Social Rural (SSR) pela Lei nº 2.613 (23/09/1955). Entidade autárquica, também ligada ao Ministério da Agricultura, tinha, dentre outros objetivos estabelecidos, "a prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne: à alimentação, ao vestuário e à habitação" (BRASIL, Lei nº 2.613, de 23/09/1955, Inciso I, art. 3º).

Segundo Medeiros (2003), a implementação dessa Instituição não "gerou políticas mais consistentes e contínuas de intervenção" (MEDEIROS, 2003, p. 14).

Na década de 1960, motivado pelo clamor popular por mudanças estruturantes, o Governo João Goulart, por meio da Lei Delegada nº 11 (11/10/1962), criou a Superintendência de Política

Agrária (SUPRA) - absorvendo o INIC e o SSR, além do Conselho Nacional da Reforma Agrária e o Estabelecimento Rural do Tapajós – a vinculando ao Ministério da Agricultura. O seu objetivo consistia em "planejar, promover, executar e fazer executar, nos termos da legislação vigente e da que vier a ser expedida, a reforma agrária" (BRASIL, Lei Delegada nº 11, de 11/10/1962, art. 2º). Apesar do enfoque direcionado à reforma agrária, o SUPRA ainda manteve departamentos voltados à colonização e migrações internas em sua estrutura organizacional.

Com a tomada do poder pelos militares, o SUPRA foi extinto. Na sequência, como resultado do Estatuto da Terra, o Governo Castelo Branco (15/04/1964 a 15/03/1967) criou três órgãos para executar a reforma agrária e promover a política agrícola: IBRA, GERA e o INDA, que atuavam em conjunto e de modo complementar um ao outro.

O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) foi regulamentado pelo Decreto nº 55.889 (31/03/1965). Vinculado diretamente à Presidência da República, seu objetivo consistia em "promover, coordenar e controlar as atividades que visam a corrigir a estrutura agrária do país, e a executar os planos de Reforma Agrária" (BRASIL, Decreto nº 55.889, de 31/03/1965, art. 1º).

Por sua vez, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), autarquia ligada ao Ministério da Agricultura, com inserção em todo o território nacional, tinha por finalidade "promover o desenvolvimento rural, essencialmente através das atividades de colonização, da extensão rural e do cooperativismo" (BRASIL, Decreto nº 55.890, de 31/03/1965, art. 1º), conforme definição do decreto que o regulamentou.

Nas palavras de Medeiros:

> Surgindo imediatamente após o movimento de 1964, num contexto em que a reforma agrária era a mais importante bandeira dos trabalhadores rurais, o INDA deveria antecipar-se ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), órgão também criado pelo Estatuto da Terra, no sentido de executar o programa de ação econômica e social do governo, provendo os agricultores de estímulos e meios necessários ao aumento da produtividade de modo a aliviar as tensões sociais e os desequilíbrios econômicos regionais (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-desenvolvimento-agrário-inda. Acesso em: 11 jun. 2017).

Já o Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA) foi constituído como órgão consultivo e deliberativo no âmbito das ações da política agrícola e de reforma agrária, sendo regulamentado

pelo Decreto-lei nº 582 (15/05/1969) e pelo Decreto nº 64.852 (21/07/1969). Também inserido no Ministério da Agricultura, no contexto da política de reforma agrária, tinha "o encargo de orientar, coordenar, supervisionar e promover sua execução" (BRASIL, Decreto nº 64.852, de 21/07/1969, art. 2º).

O Estado, até então, tratava da questão agrária e de seus desdobramentos, inclusive a política de reforma agrária, dividida em alguns entes. Estes ora vinculados a ministérios específicos - como o da Agricultura - ora diretamente à Presidência da República. Contudo, a temática do habitat não era priorizada.

5.2 O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: INCRA.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foi criado através do Decreto-lei nº 1.110 (09/07/1970) e regulamentado pelo Decreto nº 68.153 (01/02/1971). Em uma conjuntura distinta em relação às iniciativas passadas, o INCRA - com regime jurídico e status de autarquia federal - absorveu os direitos, competência, atribuições e responsabilidades do IBRA, INDA e GERA. Também foi consequência direta do Estatuto da Terra de 1964, estando vinculado ao Ministério da Agricultura.

Vale salientar o contexto da época: o governo militar buscava elementos para impulsionar sua política desenvolvimentista, retratada no Programa de Integração Nacional (PIN). Desse modo, há divergências a respeito da verdadeira intenção que envolvia a criação do INCRA.

Para Falcon (2015),

> É sob o signo do paradoxo que nasce o INCRA [...]. Inicialmente, uma resposta dos militares a uma questão tão grave quanto preocupante: o conflito no campo, visto pela ideologia da segurança nacional, como um elemento favorável à guerra subversiva adversa que é como a doutrina da Escola Superior de Guerra encarava a ação oposicionista no Brasil. E num segundo plano, como razão para se intentar uma ousada política de ocupação de territórios para com essa resposta aos espaços vazios, assegurar a defesa interna e as fronteiras nacionais, especialmente as da área da Amazônia Legal, compreendendo vários estados do Norte, como o Amazona, Pará, Tocantins, Acre, Roraima, Amapá, Mato Grosso, Maranhão e Rondônia (FALCON, 2015, p. 38).

Outros autores também avaliam como contraditória a iniciativa do governo totalitário em criar uma autarquia para implementar, concomitantemente, a política de reforma agrária e a de colonização. Contudo, essa intenção contemplava apenas o

interesse em executar a colonização. A reforma agrária foi somente para acalmar os ânimos dos que a solicitavam (MARTINS, 1986).

Para uma terceira parcela, como Oliveira (1991), a finalidade era ampliar os limites do país para o oeste, o que trazia implícito o interesse econômico de expandir as fronteiras agrícolas e aumentar a área para a produção agrícola, impulsionado pela expansão e reprodução do capital, em mais uma de suas diversas facetas.

Assim, pode-se inferir que a criação do INCRA resultou da combinação dos motivos acima expostos. Em cada período de governo vivenciado, a política vigente direcionava a autarquia a um caminho específico, inclusive no que diz respeito às questões inerentes ao habitat de reforma agrária.

5.3 Período da Política de Colonização (1970-1985).

Nos 15 primeiros anos de atuação da autarquia a prioridade consistiu na efetivação da política de colonização. A partir do Plano de Integração Nacional (PIN), incentivou-se a expansão da fronteira agrícola do país.

A reboque da construção das rodovias federais, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, o INCRA seguiu atuando na efetivação dos projetos integrados de colonização (PIC) criados à margem dessas rodovias, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.[112]

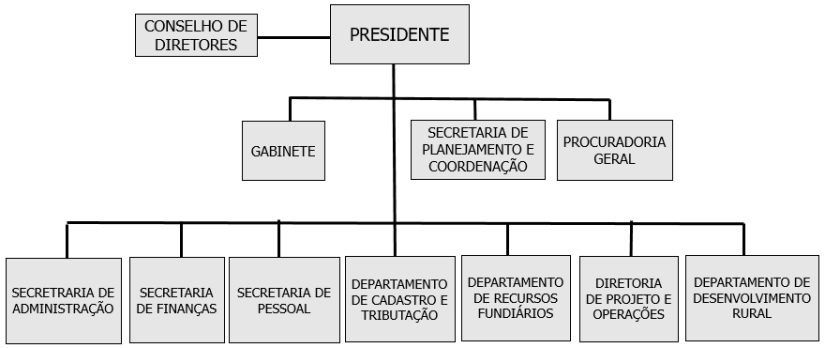
No governo do general Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974) a Portaria MA nº 99/1971 aprovou o 1º Regimento Interno[113] da autarquia, este subsidiado pelo Decreto Nº 68.153 (01/02/1971), que o regulamentou.

A figura 17 ilustra a primeira versão da estrutura organizacional da instituição em nível nacional. Por sua vez, descentralizando as ações à esfera estadual, "em função das necessidades" (BRASIL, Decreto Nº 68.153/1971, art. 24), foram institucionalizadas as Coordenadorias Regionais ou Divisão Estadual (órgão regional), com suas respectivas Divisão Estadual Técnica e Divisão Estadual de Cadastro e Tributação, além dos Órgãos Zonais e Locais. Nesses órgãos de abrangência e extensão estadual/local a estrutura organizacional seria adaptada com a finalidade de executar as atividades homólogas às dos órgãos centrais condizentes à sua área de atuação.

[112] Ver Capítulo 6 Práticas do Desenho Anteriores à Reforma Agrária.

[113] Documento interno ao INCRA que "descreve a finalidade e as atribuições da autarquia, a estrutura organizacional, as competências das unidades, as atribuições dos dirigentes e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança" (http://www.incra.gov.br/content/regimento-interno. Acesso em: 19 jun. 2018).

Figura 17 - Estrutura Organizacional - INCRA/Decreto nº 68.153 (01/02/1971).



Fonte: Elaboração da autora a partir do Decreto nº 68.153 (01/02/1971).

Na primeira estrutura organizacional do INCRA ficou evidente o não protagonismo da reforma agrária em relação às demais atividades-fim: colonização e desenvolvimento rural.

O "Departamento de Projetos e Operações", responsável por executar as atividades-fim da autarquia se estruturava em quatro divisões – Organização e Promoção Social; Organização e Promoção Agrária; Colonização Particular e Coordenação e Integração – nenhuma específica à reforma agrária. No mais, esse arranjo refletia a diversidade de profissionais contratados[114] que atuavam no INCRA, inclusive arquitetos e urbanistas. Essa estrutura permaneceu vigente em quase todo o regime militar.

[114] À época não havia concurso público. Os servidores eram admitidos de modo direto, por meio de contratos trabalhistas temporários.

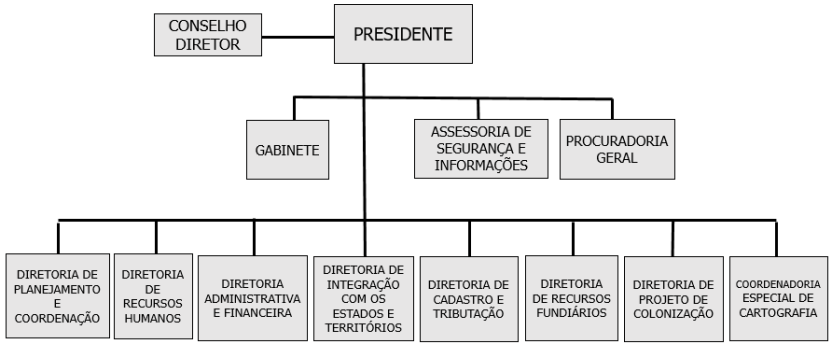
No governo do general Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/1979), com o esvaziamento da política de colonização até então praticada – o protagonismo das iniciativas públicas foi substituído pelo das particulares -, a atuação do INCRA voltou-se à gestão e execução das Coordenadorias Especiais. Criadas no âmbito federal, através do Decreto-Lei nº 1.523 (03/02/1977), buscavam tratar dos conflitos fundiários, combater os movimentos reivindicatórios pelo acesso à terra, bem como dar suporte às questões agrárias em geral. Dentre estas coordenadorias, tem-se o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETA).

O último governo militar - João Figueiredo (15/03/1979 a 15/03/1985) - realizou uma série de alterações na estrutura institucional do INCRA e afins. Por meio do Decreto nº 87.457 (16/08/1982), instituiu o Programa Nacional de Política Fundiária e o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), ao qual o INCRA ficou atrelado, saindo da alçada do Ministério da Agricultura, conforme o Decreto nº 90.699 (12/12/1984). Ao mesmo tempo, por meio da Lei n° 7.231 (23/10/1984), o Estado desvinculou do INCRA as atividades de desenvolvimento rural inerentes ao "cooperativismo, associativismo rural e eletrificação rural [...], a fiscalização e o controle das sociedades cooperativas [...], bem como as atribuições de extensão rural" (BRASIL, Lei n°7.231, de

23/10/1984, arts. 1º e 2º), mantendo-as no Ministério da Agricultura. Ou seja, as atribuições que até então eram exclusivas do INCRA, passaram a ser compartilhadas por dois ministérios.

Essas mudanças também geraram alterações na estrutura organizacional da autarquia. Por meio do Decreto nº 90.697 (11/12/1984) foi concebido um novo Regimento Interno para o INCRA, aprovado pela Portaria Interministerial nº 27 (22/01/1985) e ratificado pelo Decreto nº 90.698 (12/12/1984), que regulamentou seu regime jurídico pessoal: Autarquia em Regime Especial de Pessoal. Ambos os instrumentos refletem a 2ª estrutura organizacional do INCRA (ver figura 18).

Figura 18 - Estrutura Organizacional - INCRA/Decreto nº 90.697 (11/12/1984).



Fonte: Elaboração da autora a partir do Decreto nº 90.697 (11/12/1984).

No que diz respeito à execução de suas atividades-fim, essa nova disposição substituiu os "Departamentos de Projetos e Operações" e "do Desenvolvimento Rural" pelas "Diretorias de Integração com os Estados e Territórios" e "de Projeto de Colonização", e pela "Coordenadoria Especial de Cartografia". A descentralização das ações, no nível estadual, aconteceria somente nas "Diretorias Regionais". Assim, a atuação do INCRA, ainda focalizada às coordenadorias especiais, retornou à implementação dos PICs, que novamente foram incentivados pelo Estado, porém a partir de uma nova perspectiva[115].

5.4 Período da Política de Reforma Agrária (1985-2013).

Com a instauração da Nova República, a política de colonização, enfim, dá lugar à política de reforma agrária nos governos que se sucedem.

5.4.1 Governo Sarney (1985-1989).

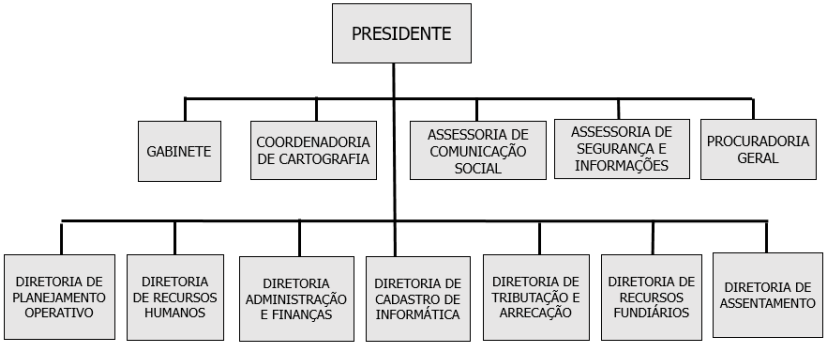
[115] Ver Capítulo 6 Práticas do Desenho Anteriores à Reforma Agrária.

Os novos tempos políticos deram continuidade às alterações na estrutura do INCRA. A autarquia foi transferida do Programa Nacional de Política Fundiária, tutelado pelo MEAF, para o recém-criado Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Na sequência, o Decreto nº 91.766 (10/10/1985) aprovou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), nomeando o INCRA como o seu executor.

Diante da recente conjuntura, o Decreto nº 92.627 (02/05/1986), reformulou, pela 3ª vez, a estrutura organizacional da autarquia, conforme observado na figura 19.

A nova organização retratou a mudança no rumo da política pelo Estado: as atividades-fim anteriormente conduzidas pelas "Diretorias de Integração com os Estados e Territórios"; "de Projeto de Colonização" e pela "Coordenadoria Especial de Cartografia" agora se concentraram na "Diretoria de Recursos Fundiários" e na "Diretoria de Assentamento". São nessas duas diretorias que se inserem os setores que trabalham as ações inerentes ao habitat, situação que se prolonga até o início do 2º mandato do governo FHC[116]. A descentralização das ações nos estados ficou sob a responsabilidade das "Superintendências Regionais": "Os projetos de Reforma Agrária e Colonização serão executados ou coordenados pelas Superintendências Regionais do INCRA" (BRASIL, Decreto Nº 92.627 de 02/05/1986, art. 3º).

Figura 19 - Estrutura Organizacional - INCRA/Decreto nº 92.627 (02/05/1986).



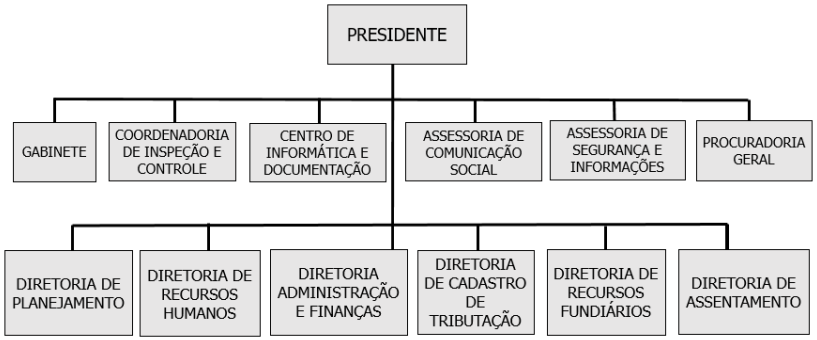
Fonte: Elaboração da autora a partir do Decreto nº 92.627 (02/05/1986).

No ano seguinte a recente estrutura foi reordenada e complementada pelo Decreto nº 94.331 (14/05/1987), resultando na 4ª estrutura organizacional do INCRA. A alteração trazida por esse instrumento recaiu nas atividades-meio: exclusão da Diretoria de Cadastro de Informática (ver figura 20). No mais, acrescentou os escritórios (Órgãos Zonais) e os projetos (Órgãos Locais) como entes responsáveis pela descentralização das ações da autarquia em cada estado da federação. Desse modo, a atuação preponderante da

[116] Ver Capítulo 7 Práticas do Desenho no Presente: 1985 a 2013.

autarquia se voltou para as ações da política de reforma agrária, principalmente para a implementação do PNRA.

Figura 20 - Estrutura Organizacional - INCRA/Decreto nº 94. 331 (14/05/1987).



Fonte: Elaboração da autora a partir do Decreto nº 94. 331(14/05/1987).

Todavia, no transcorrer do tempo, a autarquia foi incorporando novas atribuições. Pelo Decreto-lei nº 2.328 (05/05/1987), o GETAT foi extinto e suas competências foram transferidas ao INCRA. Mais adiante, por meio do Telex/CISEE/396 (14/07/1987), foram criados os cargos de Orientador de Projetos de Assentamento e Fiscal de Cadastro e Tributação Rural. Através da EM nº 84 (23/07/1987) as tabelas salariais do INCRA foram reestruturadas, já havendo sido autorizada a contratação de 1.250 profissionais por meio do Decreto nº 94.235 (15/04/1987)[117].

No contexto dos assentamentos rurais, o INCRA conduzia o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Este consistia em uma linha de crédito financeiro que tinha por objetivo destinar recursos subsidiados para produção agrícola. Não financiava a implantação de infraestrutura econômica e social (BRASIL, 1997).

Contudo, contrariando as expectativas geradas, porém persistindo as contradições intrínsecas à reforma agrária, através do Decreto-lei nº 2.363 (21/10/1987), o Governo Sarney extinguiu o INCRA. As atribuições inerentes à reforma agrária foram transferidas ao MIRAD.

Medeiros explana acerca da conjuntura

> A forte reação ao plano, em especial dos proprietários rurais, e as alterações que a proposta original sofreu até ser aprovada em outubro de 1985 (Decreto 97776/85) levaram a um período de turbulência política no INCRA que culminou com a renúncia de José Gomes da Silva, ainda em 1985, à extinção do órgão em 22 de outubro de 1987 (Decreto-Lei 2363) e à transferência de suas funções ao Mirad. Para que não houvesse

[117] De acordo com o relato do servidor Ronaldo Alves.

> interrupção na representação judicial da União foi criado o Instituto Jurídico das Terras Rurais (Inter) (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-colonizacao-e-reforma-agraria-incra. Acesso em: 19 jun. 2018).

No último ano do governo foi a vez da extinção do MIRAD. Poucos meses após, todavia, resultado das fortes mobilizações lideradas por seus servidores e movimentos sociais desde à época de sua extinção, o INCRA foi reativado por meio do Decreto Legislativo nº 02 (29/03/1989):

> É rejeitado o texto do Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, que "extingue o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, cria o Instituto Jurídico das Terras Rurais - INTER., e dá outras providências" (BRASIL, Decreto Legislativo nº 02, de 29/03/1989).

Por fim, o Decreto Nº 97.978 (19/07/1989) reestrutura a administração do INCRA.

5.4.2 Governo Collor (1990-1992).

As ações praticadas pelo curto Governo Fernando Collor de Melo não foram favoráveis ao desenvolvimento da autarquia. Pelo contrário, contribuíram para o seu desmonte.

A Lei nº 8.022 (12/04/1990) retirou do INCRA a competência relativa à gestão do Imposto Territorial Rural (ITR), a transferindo à Secretaria da Receita Federal (SRF). A Portaria MA 227/90 colocou 2.605 servidores em disponibilidade e demitiu outros 550, representando redução de quase 40% da força de trabalho da autarquia à época[118].

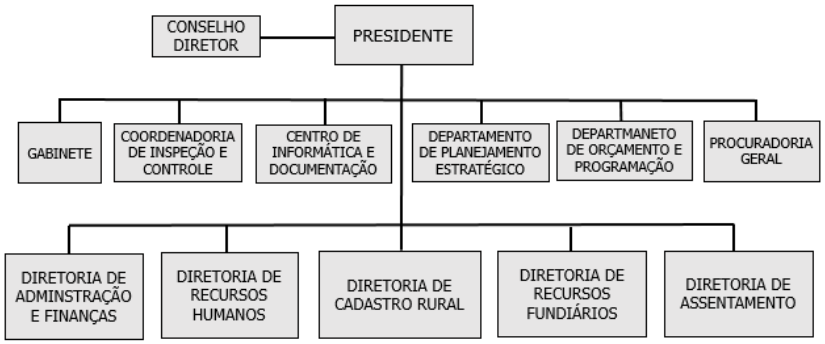
5.4.3 Governo Itamar (1992-1995).

O Governo Itamar Franco tentou reestabelecer o INCRA. Vinculando-o ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, editou o Decreto nº 966 (27/10/1993), aprovando uma nova (5ª) estrutura regimental para a autarquia, que resultou em um novo regimento interno promulgado pela Portaria/MAARA/nº 812 (16/12/1993). Mudanças aconteceram na área-meio - com a extinção da Diretoria de Planejamento Operativo - e na área-fim:

[118] De acordo com o relato do servidor Ronaldo Alves.

substituição da Diretoria de Cadastro e Tributação pela Diretoria de Cadastro Rural (ver figura 21).

Figura 21 - Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 966 (27/10/1993).



Fonte: Elaboração da autora a partir do Decreto nº 966 (27/10/1993).

No que diz respeito aos entes responsáveis pela descentralização das ações do INCRA nos estados, a nova estrutura organizacional aglutinou os antigos escritórios e projetos (Órgãos Locais) em superintendências regionais e unidades avançadas, arranjo que permanece vigente até os dias de hoje. Quanto às superintendências regionais, "compete coordenar e executar as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos, na área de sua atuação" (BRASIL, Decreto nº 966, de 27/10/1993, art. 18). Já para as unidades avançadas, estabelece que os "atuais projetos fundiários, de assentamento e de colonização, bem assim as unidades fundiárias que disponham de estrutura organizacional, ficam reorganizados em unidades avançadas" (BRASIL, Decreto nº 966, de 27/10/1993, art. 23).

No mais, buscando recompor a força de trabalho, em 1994 o Governo Itamar nomeou os aprovados no concurso público para cargos do INCRA, realizado ainda no Governo Sarney.

5.4.4 Governo FHC (1995-2002).

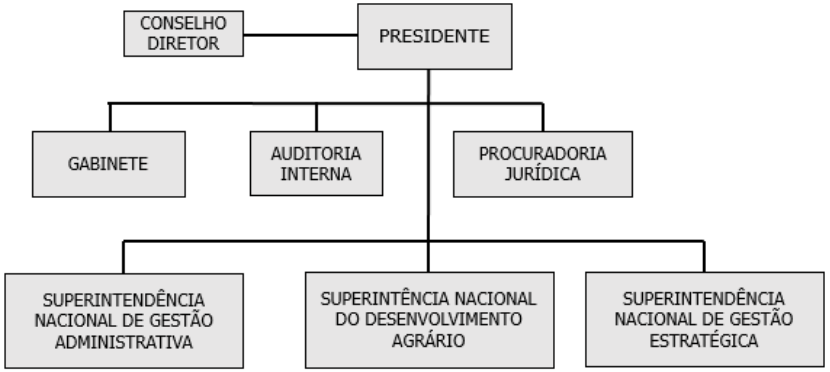
O Governo Fernando Henrique Cardoso iniciou realizando mudanças na conjuntura do INCRA. Primeiro, atrelou a autarquia - então vinculada ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - ao novo Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), através do Decreto nº 1.889 (29/04/1996). Principalmente devido à ênfase dada a agricultura familiar, em 1999, o MEPF se transformou no Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar (MPFAF). A Medida Provisória nº 1.911/12 criou o Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, que em 2000 foi substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), regulamentado pelo Decreto nº 3.338 (14/01/2000). No mais, houve a

> separação da questão agrária da questão agrícola no plano da institucionalidade: o Ministério da Agricultura passou a tratar exclusivamente com a produção empresarial, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário voltou-se para agricultores familiares e assentados (MEDEIROS, 2003, p. 73).

Como resultado dessas mudanças, no começo da década de 2000 foi instituída uma nova (6ª) estrutura organizacional para o INCRA, através do Decreto nº 3.509 (14/06/2000) (ver figura 22). Em consequência, a Portaria MDA Nº 164 (14/07/2000) aprovou o novo regimento interno, este alterado posteriormente pela portaria MDA Nº 224 (28/09/2001).

A partir dessas iniciativas aconteceu uma forte alteração na formatação e no modo de condução das atividades-fim da autarquia. Até então distribuídas nas "Diretorias de Cadastro Rural", "de Recursos Fundiários" e "de Assentamento", na 6ª versão da estrutura organizacional essas foram aglutinadas na "Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário". Ou seja, desde as ações iniciais de aquisição/obtenção de terras, passando pela gestão da estrutura fundiária e o desenvolvimento dos assentamentos - inclusive às inerentes ao habitat - eram tratadas em único conjunto. Essa configuração permaneceu até o final do 1º mandato do Governo Lula. Por sua vez, à Superintendência Nacional de Gestão Estratégica competia, entre outras atribuições, "definir diretrizes, objetivos e estratégias de atuação do INCRA" (BRASIL, Decreto Nº 3.509, de 14/06/2000, art. 14).

Figura 22 - Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 3.509 (14/06/2000).



Fonte: Elaboração da autora a partir do Decreto nº 3.509 (14/06/2000).

No mais, ainda em 1998 através da Lei nº 9.651 (27/05/1998), o governo implementou melhorias salariais aos servidores ocupantes dos cargos de Fiscal de Cadastro e Tributação Rural; Orientador de Projetos de Assentamento e Engenheiro Agrônomo, contemplando a quase totalidade das categorias funcionais da autarquia. No entanto, essa conduta não se repetiu ao fim do mandato. Através da Medida Provisória nº 47 - posterior Lei

nº 10.550 (13/11/2002) - FHC priorizou a carreira dos engenheiros agrônomos, dispondo-lhes gratificação específica e elevando-os à condição de Perito Federal Agrário. Tal ato acentuou as divergências entre estes e os demais servidores, enfraquecendo-os como classe trabalhadora coletiva.

Quanto à sua atuação, o INCRA persistiu executando a política de reforma agrária. Todavia, adotou um forte traço neoliberal, tratando-a no contexto do mercado e disputando espaço com as iniciativas voltadas à agricultura familiar. Os principais programas e projeto criados por FHC que contaram com a ação do INCRA, prosseguem elencados na sequência.

Na área de incentivo e custeio à produção agropecuária, deu continuidade ao PROCERA. Contudo, em 1995 o substitui pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que contemplava também os agricultores familiares. Neste mesmo ano também implementou o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER RURAL).

Quanto ao apoio e assistência técnica à produção, em 1997 criou o Projeto Lumiar: **s**erviço descentralizado de apoio técnico à produção e capacitação profissional das famílias de agricultores. Buscava-se tornar os assentamentos autossustentáveis.

No que diz respeito à aquisição de terra, o INCRA implementou programas que apresentavam a possibilidade da sua obtenção por meio da compra, substituindo o instrumento da desapropriação por interesse social. Os protagonistas foram o Programa Cédula da Terra (1997-2002) - financiado pelo Banco Mundial (BIRD) - e o Banco da Terra, criado pela Lei complementar nº 93 (04/02/1998), regulamentado posteriormente nos anos 2000. O MST e a CPT fizeram duras críticas a esses programas. Para o primeiro, com essas iniciativas, o governo buscava desmobilizar os movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores do campo (MEDEIROS, 2003).

O Projeto Emancipar teve como objetivo emancipar os projetos de colonização e os assentamentos rurais há tempos criados. Segundo o Governo FHC, em 1997 foram emancipados 650 projetos de colonização e de reforma agrária (BRASIL, 1997). O Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) dava apoio ao Projeto Emancipar.

No que diz respeito às iniciativas especificas ao desenvolvimento dos assentamentos rurais de reforma agrária, de modo geral, estas aconteceram através da disponibilização de créditos subsidiados em quatro vertentes: produção; construção das moradias e infraestrutura básica; alimentação; e criação de

cooperativas (BRASIL, 1997). As atividades alusivas ao desenho do seu habitat continuavam sem proposições especificas[119].

Quanto à promoção social e educação, em 2001 o INCRA incorporou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado pela Portaria Nº 10 (16/04/1998).

5.4.5 Governo Lula (2003-2010).

Diferentemente dos demais, no decorrer do Governo Lula o INCRA permaneceu vinculado somente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em contrapartida, sua estrutura institucional sofreu o maior número de alterações.

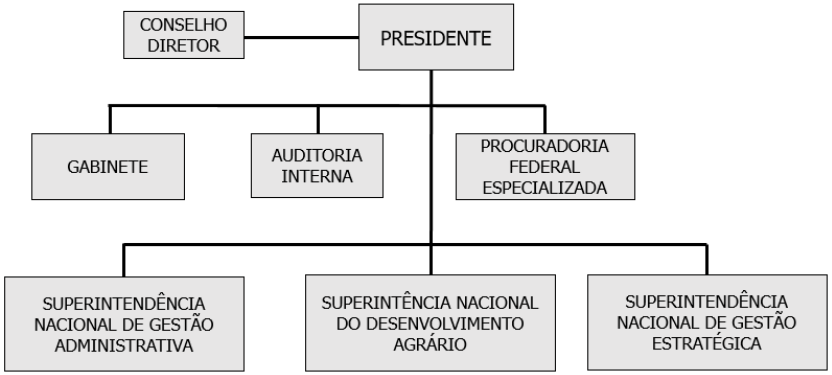
A Medida Provisória nº 216 (23/09/2004) - depois convertida na Lei nº 11.090 (07/01/2005) - implementou o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA. Concomitantemente, houve o fortalecimento e a recomposição do corpo técnico da autarquia, com a realização de concursos públicos para provimentos de seus cargos. Estes certames aconteceram em 2003 (Portaria MP nº 272/2003: 366 vagas); 2005 (Portaria MP nº 148: 1.300 vagas); e 2009 (Portaria MP 508/2009: 550 vagas). Inclusive no concurso de 2005 foram ofertados cinco cargos (um para cada região do país) de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, com habilitação em Arquitetura. O RN foi um dos cinco estados contemplados.

No mesmo ritmo, essas ações também provocaram a reformulação na estrutura regimental do INCRA. O Decreto nº 4.705 (23/05/2003) aprovou sua nova (7ª) estrutura organizacional (ver figura 23). Todavia, em relação à anterior, trouxe poucas modificações: redefiniu a nomenclatura da Procuradoria Jurídica – a quem, entre outras atribuições, compete "representar judicial e extrajudicialmente o INCRA" (BRASIL, Decreto nº 4.705, de 23/05/2003, art. 11) - que a partir de então passou a ser Procuradoria Federal Especializada, vigente até hoje em dia.

No ano seguinte, o Decreto nº 5.011 (11/03/2004) apresentou a 8ª estrutura organizacional do INCRA (ver figura 24). A Superintendência Nacional de Gestão Estratégica foi excluída. As atividades-fim da autarquia - aquisição/obtenção de terras; gestão da estrutura fundiária e o desenvolvimento dos assentamentos, inclusive o habitat - permaneceram aglutinadas na Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário.

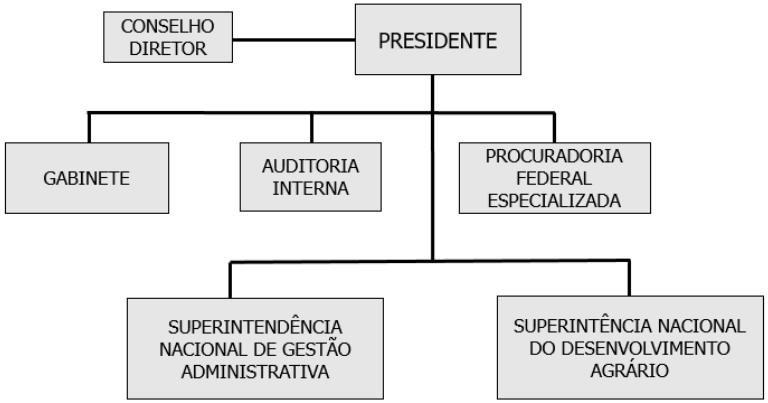
[119] As iniciativas para o habitat de reforma agrária foram detalhadas no subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

Figura 23 - Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 4.705 (23/05/2003).



Fonte: Elaboração da autora a partir do Decreto nº 4.705 (23/05/2003).

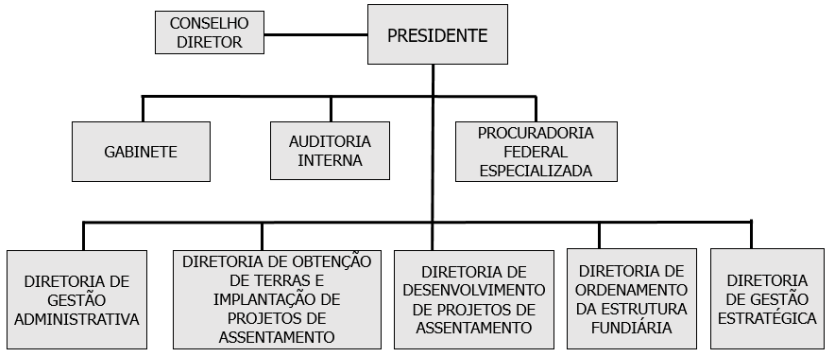
Figura 24 - Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 5.011 (11/03/2004).



Fonte: Elaboração da autora a partir do Decreto nº 5.011 (11/03/2004).

Em 2006, o Decreto nº 5.735 (27/03/2006) - alterado pelo Decreto nº 5.928 (13/10/2006) - institucionalizou a 9ª estrutura organizacional do INCRA (ver figura 25). Posteriormente, a Portaria nº 69/2006 aprovou o regimento interno resultante desses 2 decretos.

Figura 25 - Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 5.735 (27/03/2006).



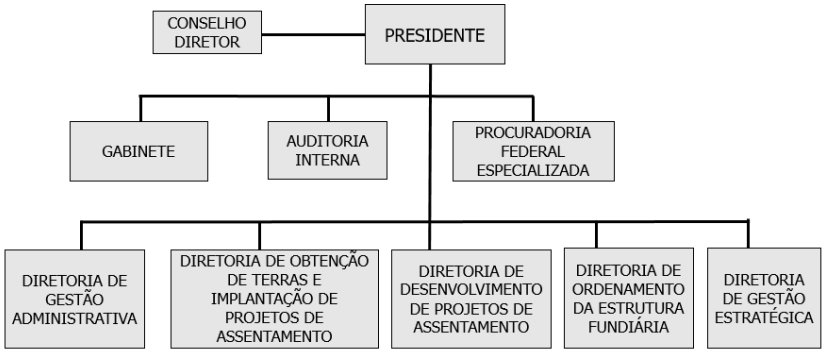
Fonte: Elaboração da autora a partir do Decreto nº 5.735 (27/03/2006).

Profundas alterações foram efetuadas. A cada atividade-fim correspondeu uma Diretoria: aquisição/obtenção de terras (Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento); gestão da estrutura fundiária (Ordenamento da Estrutura Fundiária) e o desenvolvimento dos assentamentos (Desenvolvimento de Projeto de Assentamento). Eram nestas três diretorias que se encontravam distribuídas as atividades voltadas à efetivação do desenho do habitat de reforma agrária[120].

[120] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

O Decreto nº 6.812 (03/04/2009) viabilizou a 10ª estrutura organizacional do INCRA (ver figura 26). A Portaria MDA nº 20 (08/04/2009) aprovou o respectivo Regimento Interno.

Figura 26 - Estrutura Organizacional INCRA/Decreto nº 6.812 (03/04/2009).



Fonte: Elaboração da autora a partir do Decreto nº 6.812 (03/04/2009).

Esta versão reproduz a anterior, porém com o acréscimo da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, que buscava "executar medidas administrativas e atividades de natureza operacional determinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário" (BRASIL, Decreto nº 6.812, de 03/04/2009, art. 18). Esta estrutura organizacional permaneceu vigente até o final do recorte estudado.

A partir dessas reformulações, a atuação do INCRA aconteceu numa conjuntura política na qual se reconhecia a reforma agrária a partir de uma visão mais holística, impulsionada pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária - Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, sendo o responsável por sua execução. Nessas circunstâncias, alguns foram os programas e projetos implementados pela autarquia no Governo Lula.

Inicialmente, deu-se continuidade aos programas do governo anterior: PRONAF (1995) e PRONERA (1998).

No que diz respeito ao desenvolvimento dos assentamentos rurais, foram criadas novas linhas de créditos, assim como ampliadas as modalidades e os valores financeiros destinados ao Crédito Instalação: Apoio Inicial; Apoio Mulher; Fomento; Adicional do Fomento; Semiárido; Reabilitação de Crédito de Produção; Bolsa Verde; Aquisição de Materiais de Construção; Recuperação/materiais de construção[121]. E, de modo mais enfático, incorporou-se a variável ambiental nas ações de criação e desenvolvimento dos assentamentos. A intenção consistia que estes aglomerados se tornassem sustentáveis. Para tanto, as "diversidades ambientais, à promoção da exploração racional e sustentável dos

[121] Os dois últimos, que versam acerca do habitat, foram detalhados no subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

recursos naturais e a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental" (BRASIL, 2003) eram enaltecidas. No mais, diversas reservas extrativistas foram reconhecidas, sobretudo na região Norte.

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) foi empregado para apoio e assistência técnica às ações de cunho produtivo, social e ambiental.

No Projeto da Ação de Fomento à Agroindustrialização, Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias (Terra Sol), a partir de convênios e parcerias entre o INCRA e demais Instituições promoveram-se ações para além da produção agrícola: agroindustrialização; comercialização da produção; agroextrativismo; eventos de integração de assentamentos; divulgação e venda dos produtos da reforma agrária; etc.

O Programa de Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC) buscava a soberania produtiva e de organização social nos assentamentos rurais, por meio de investimentos na sua infraestrutura socioeconômica; contratação de assessoria técnica e realização de treinamentos específicos; dentre outros.

Quanto ao desenvolvimento social, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural garantiu a inclusão da mulher assentada, através da orientação sobre direitos e políticas públicas, assim como a disponibilização de documentação civil.

O Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (Pacto) - parceria entre o INCRA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - oferecia alternativas econômicas e sustentáveis para práticas positivas realizadas nos assentamentos - nas áreas de saúde, educação e produção - na intenção de fixar os assentados em suas terras.

Todos esses programas eram fomentados pelas ações do Programa Territórios da Cidadania (2008), das atividades de democratização do acesso à terra e de integração dos assentamentos rurais às dinâmicas de desenvolvimento regional.

No mais, vale destacar que em 2007 a gestão da Diretoria de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento, motivada pelas discussões que ocorreram no I Colóquio Habitat e Cidadania (2006), em parceria com os agentes promotores do citado evento – sobretudo o GERAH/UFRN – e outros estudiosos dessa temática, viabilizaram a Oficina Habitat do Campo. A intenção consistia em elaborar o Programa Habitat do Campo. Contudo, essa iniciativa não logrou êxito, findando apenas nesse único episódio. No entanto, foi somente no Governo Lula que se registrou esse tipo de preocupação

específica ao habitat do campo. Por sua vez, vale ressaltar que havia uma conjuntura favorável de debates impulsionados por agentes ativistas na temática: instituições de ensino superior; movimentos sociais do campo; entidades que prestavam assessoria técnica; etc.

No final do mandato, com a criação do Programa Terra Legal (2009), Lula retira do INCRA a atribuição da regularização fundiária e do ordenamento territorial da Amazônia Legal. Tal ato marcou o início da ênfase dada às ações de cadastro dos imóveis rurais e ensaio para a titulação dos assentamentos rurais.

5.4.6 Governo Dilma (2011-2013).

O Governo Dilma continuou realizando ações que proporcionassem a renovação do quadro de servidores da autarquia. Em 2012 conseguiu autorização para nomeação de 150 candidatos que já haviam sido aprovados em concurso público anteriormente realizado. No mesmo ano, por meio da Lei nº 12.618 (30/04/2012) foi instituído o regime de previdência complementar: FUNPRESP. Todavia, motivados pela conjuntura desfavorável, os servidores realizaram uma grande greve de maio a setembro de 2012. No ano seguinte, o governo autorizou nomeação de 400 candidatos aprovados em concurso. Posteriormente ampliaram mais 69 vagas.

Quanto à sua atuação, o INCRA permaneceu executando os programas e projetos vinculados à política de reforma agrária implementados, dando continuidade às ações do governo anterior. No entanto, no início de 2013 a edição da Portaria interministerial MC/MP/MDA nº 78 (08/02/2013) e da Orientação Operacional – OO nº 03/2013/DHAB/SNH/MCIDADES acarretou profundas mudanças no rumo de sua atuação.

O Estado retirou do INCRA a incumbência por todas as etapas da produção (planejamento, concepção e execução) das habitações nos assentamentos rurais de reforma agrária, porém mantendo ainda na alçada da autarquia, além dos trâmites burocráticos necessários, as ações voltadas ao planejamento, concepção e execução do macro espaço do habitat[122].

[122] Ver subcapítulo 7.1 Política Habitacional para o Campo.

6 PRÁTICAS DO DESENHO ANTERIORES À REFORMA AGRÁRIA.

Dispondo da atuação do INCRA como fio condutor, reporta-se às práticas para o desenho do habitat realizadas anteriormente à política de reforma agrária, sobretudo as inerentes à política de colonização das décadas de 1970 e 1980. A intenção consiste em identificar elementos que auxiliem na compreensão da relação entre essa política e a de reforma agrária no contexto do desenho do habitat produzido pelo Estado.

Todavia, existiram outras iniciativas de colonização contemporânea promovidas pelo Estado que precederam àquelas das décadas de 1970/1980. Nessa perspectiva, pode-se citar, no final do século XIX, as experiências dos imigrantes europeus, das mais diversas nacionalidades, dirigidos, sobretudo, ao Sul do país. Posteriormente, as dos japoneses. Todos se fixaram em domínios de terras devolutas, repassadas pelo Estado brasileiro:

> Os novos imigrantes, os do limiar do século XIX – suíços e alemães, principalmente -, estabeleceram-se no sul do país, em pequenas propriedades de base familiar. Poucos se infiltrariam no Norte, dado o obstáculo que encontraram de terras vastamente apropriadas, isto é, os latifúndios, que sempre foram impeditivos à formação da propriedade camponesa (LARANJEIRA, 1983, p. 19).

Na transição do século XIX para o XX, parte do nosso território - especialmente os estados do Sudeste e Sul - foram povoados pelos imigrantes estrangeiros, que vinham em busca de melhores condições de vida. Ocupando terras consideradas ociosas, ao mesmo tempo, serviram como mão de obra para as atividades agrícolas, sobretudo a recente produção de café. Laranjeiras (1983) explana acerca:

> As correntes mais expressivas tinham vindo de Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e Japão, e se firmaram, principalmente, nos seguintes estados: em São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Pará, os japoneses; em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os alemães; em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os italianos; e, espalhados por todo o país, devido às facilidades de adaptação, inclusive pela língua, os portugueses (LARANJEIRA, 1983, p. 21).

Em meados do século XX, sobretudo a partir da década de 1930, a legislação brasileira conteve a imigração estrangeira, substituindo-a e privilegiando os fluxos internos dos excedentes

populacionais. No período em que Getúlio Vargas esteve no poder - Estado Novo (1937 a 1945) e no último mandato (1951 a 1954) – houve o incentivo à implementação das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), na chamada Marcha para o Oeste. Para tanto foram editados o Decreto-lei nº 3.059 (14/02/1941) - que criou Colônias Agrícolas para brasileiros pobres - e o Decreto-lei nº 6.117 (16/12/1943), que regulou a fundação de núcleos coloniais.

As Colônias Agrícolas Nacionais também se dispuseram à colonização de terras públicas ou devolutas. Para Conceição (1994) isto representou uma política com fortes traços nacionalistas, com o objetivo maior de defesa da pequena propriedade e da interiorização do nosso território. Assim, com incentivos a particulares, foi disseminada a concessão e a ocupação de terras aos nacionais. Populações migrantes eram remanejadas para áreas ditas desocupadas. Todavia, a estrutura fundiária e a questão agrária não sofreram alterações: permaneciam os latifúndios improdutivos e uma demasiada massa de trabalhadores rurais sem terra, sobretudo no Nordeste.

Conceição (1994) reforça o papel de destaque da região Centro-Oeste e da Amazônia nesse processo. A autora elenca as principais realizações da época: Colônia Agrícola Nacional do Pará, em Monte Alegre (PA); Colônia Agrícola Nacional de Bela Vista (AM); Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda (MA). Acrescentam-se as colônias de Ceres/GO e Dourados/MS.

No entanto, apesar dos exemplares citados, o montante mais representativo das iniciativas do Estado para com a colonização contemporânea aconteceu no período do governo militar (1964-1985). É para onde se direciona nossa abordagem.

A explanação foi dividida em três momentos. Primeiramente - de modo mais abrangente - discorre-se acerca da Política de Colonização Contemporânea, buscando contextualizá-la e apreender acerca da sua conjuntura.

No segundo momento, adentra-se especificamente nas iniciativas do Estado para o desenho dos Projetos Integrados de Colonização (PIC). Inicialmente, a pauta corresponde ao processo de constituição dos PICs e à efetivação do habitat, concomitantemente, devido ao modo indissociável com que essas ações eram tratadas. Em seguida, aborda-se acerca da prática do desenho do habitat dos PICs no Brasil, apresentando de modo sucinto - essencialmente a partir dos relatos dos servidores do INCRA que as vivenciaram - fragmentos das experiências implementadas nos estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Acre.

No último momento, destaca-se o legado da política de colonização, tecendo também algumas constatações possíveis.

6.1 Política de Colonização Contemporânea.

> O termo colonizar traz, basicamente, o sentido de ocupação territorial, combinado com a ideia de desenvolvimento de uma atividade econômica [...]. Colonizar é o ato de ocupar o território, de modo racional. Colonização é o processo correspondente de povoamento com seletividade, para exploração econômica do solo (LARANJEIRA, 1983, p. 3).

Esse conceito foi materializado pelo governo militar no Estatuto da Terra (1964). Neste instrumento a colonização foi compreendida como "toda atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela divisão em propriedade familiar ou cooperativa" (BRASIL, Lei 4.504, de 30/11/1964, art. 4º). Em um primeiro olhar, o escopo da lei ressaltou suas características primordiais: o Estado – essencialmente o INCRA - como principal responsável por todas as etapas do processo, desde a seleção dos beneficiários até a inserção destes nos núcleos de colonização; a utilização de terras de posse do Estado, sem alterar a estrutura fundiária concentrada do país; ações de cunho desenvolvimentista para o beneficiário (colono) e o setor econômico[123]. O Decreto nº 59.428 (27/10/1966) regulamentou os capítulos que explanavam acerca da política de colonização.

Por sua vez, a implementação dessa política pelo governo militar também seguiu outras nuances que vão além do que está posto na legislação. De modo sistemático sua efetivação se deu a partir do Programa de Integração Nacional (PIN), impulsionado pela construção de rodovias federais, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, que pretendia a integração do país[124]. O Decreto nº 67.557 (12/11/1970)[125] estabeleceu a área de atuação: parte dos estados do Maranhão; Tocantins (Goiás); Pará; Amazonas; Mato Grosso; Acre; Amapá; Roraima e Rondônia. Laranjeira (1983) explica a opção pela chamada região amazônica:

> A zona geográfica mais propícia à colonização seria a Amazônia, com o seu imenso território devoluto, e esperanças múltiplas: as várzeas férteis, a riqueza da fauna silvestre e agrícola, o potencial da floresta, a grande massa de água doce, as incontáveis jazidas de minérios (LARANJEIRA, 1983, p. 34).

[123] Ver Estatuto da Terra: Título II, Capítulo II, Seção I, artigos 55, 56 e 57.
[124] Ver subitem 3.1 A Reforma Agrária e o Estado.
[125] Dispõe sobre a criação de área prioritária ao longo da rodovia Transamazônica, para fins de Reforma Agrária, a ser incluída no Plano de Integração Nacional, e dá outras providências

A colonização aconteceu em duas modalidades: oficial e particular. Na primeira, o Estado era o único responsável pelas ações. Na segunda, foi delegada à iniciativa privada - empresas de colonização - a atuação efetiva nesses empreendimentos (IANNI, 1979). Laranjeiras (1983) destaca que, em ambos os casos, o INCRA assumiu o papel de órgão executor da política.

Ianni (1979) afirma que em período anterior a essas duas modalidades, a região amazônica já se fazia palco de movimentos migratórios, motivados pelo excedente populacional do Nordeste, que fugia da vida de miséria e da falta de oportunidades lá disseminada. Assim, esse autor acrescenta uma terceira categoria: a colonização espontânea. Com o passar do tempo - inclusive em período concomitante às outras modalidades – a esse contingente populacional se juntaram brasileiros de outras regiões, inclusive do Sul do país. Por sua vez, o INCRA não conseguiu atuar de modo satisfatório para com esse fluxo migratório, o que provocou conflitos sociais das mais diversas naturezas, que perduraram no transcorrer dessa política, permanecendo até a atualidade.

O resultado da colonização gerado no espaço físico correspondeu aos projetos integrados de colonização: PIC. Segundo Laranjeiras (1983), os PICs equivaliam a uma infraestrutura agrária organizada em núcleos coloniais.

O início dessa prática aconteceu, oficialmente, no Governo Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974), que representa o período de sua maior produção, sobretudo, entre 1970 e 1974 nas regiões do Pará e Rondônia (IANNI, 1979).

Já no Governo Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/1979) a ênfase da política do Estado mudou de direção. Guiadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e caracterizadas pela expansão e reprodução do capital, inclusive no campo, as iniciativas governamentais se voltaram à ampliação das fronteiras agrícolas, sendo prioridade na agenda de investimentos as grandes empresas capitalistas, sobretudo, estrangeiras. Incentivos fiscais e "alienação de terras públicas às grandes empresas para o implante de projetos pecuários e florestais/madeireiros" (LARANJEIRA, 1983, p. 46) eram corriqueiros. O ritmo dado à implementação dos PICs oriundos da modalidade oficial diminuiu. Por outro lado, foi o momento da supremacia da colonização particular, bastante representativa no Mato Grosso:

> Nesse momento se desativa a colonização na Transamazônica. Há um refluxo e, claramente, no ano de 1973, o governo brasileiro toma a iniciativa de levar empresário do Sul para essa região, a famosa visita às fazendas, o sobrevoo de certas regiões da Amazônia e uma distribuição

> de terras para os grandes empresários. Entra-se numa política de colonização através de empresas particulares (MARTINS, 1986, p. 65).

Tomando por referência os relatos dos servidores do INCRA, este período também se caracterizou por grande efervescência e conflitos. Os primeiros PICs já haviam sido implementados, sendo possível perceber as dificuldades operacionais e práticas em efetivar tais empreendimentos em conformidade com o estipulado pela legislação: da sua demarcação à etapa final da titulação. Assim, as experiências ainda em curso vivenciavam as adversidades inerentes - sobretudo às deficiências na logística de acompanhamento e fiscalização - que o INCRA precisava dirimir. Esse cenário era acentuado pelos conflitos entre a colonização oficial, particular e espontânea, que demandava um fluxo migratório para a região que fugia ao controle autoritário do Estado. Havia grandes divergências entre usufruto e posse da terra.

> A política do governo para a Amazônia é de entrega, praticamente, das mesmas terras que estavam destinadas a absorver as populações excedentes de outras áreas, às grandes empresas que seriam beneficiadas com a política de incentivos fiscais. Não é por acaso que a instalação das empresas acaba provocando um número enorme de conflitos e acaba configurando a região amazônica como região de altíssima tensão social no campo, uma enorme, significativa luta pela terra, agravada ainda pelos deslocamentos populacionais que foram estimulados nesse período, até pelo menos o ano de 1973 (MARTINS, 1986, p. 62).

Finalmente, no Governo João Figueiredo (15/03/1979 a 15/03/1985) a política de colonização oficial retornou ao protagonismo original, entretanto, com uma nova roupagem.

> A distribuição estatística dos dados do INCRA mostra que a colonização se acelera com o governo Médici e retoma ritmo com o governo do General Figueiredo. Por outro lado, há também uma mudança significativa no modo de colonizar; enquanto no governo de Médici os grandes projetos são estimulados, com o resultado negativo dos mesmos, a colonização passa a ser estimulada a partir de pequenos planos que levam o governo Figueiredo a bater o recorde em quantidade de projetos sem, no entanto, ter utilizado muito mais há do que o seu predecessor, Médici (CÂMARA, 1988, p. 48 e 49).

Nesse último governo, já mergulhado na crise econômica que se agravou no decorrer da década de 1980, aconteceu a apropriação do território do Acre. O Estado implementou os Projetos de

Assentamento Dirigido (PAD). Apesar da mudança de nomenclatura, o objetivo correspondia ao mesmo dos PICs.

Ianni (1979) sintetizou quatro motivos que justificam a implementação da política de colonização pelo regime militar. Primeiro, a questão da segurança nacional, tão presente no discurso dos militares. A intenção consistia em minimizar "os antagonismos sociais crescentes no Nordeste e também em algumas áreas da Amazônia" (IANNI, 1979, p. 42 e 43). Assim, buscavam absorver as famílias de trabalhadores rurais, sem ou com pouca terra, provenientes de áreas de iminentes conflitos sociais e agrários, como alternativas para solucioná-los.

O segundo motivo focalizava a questão da terra, apontando a alteração provocada na sua posse e domínio: "ampla e acelerada transformação de terras devolutas, tribais e ocupadas em propriedade privada de latifúndios e empresários, nacionais e estrangeiros" (IANNI, 1979, p. 43).

O terceiro ponto era bastante implícito no contexto geral: "deslocar e localizar contingentes do exército de trabalhadores de reserva segundo as exigências do crescimento extensivo do capitalismo na Amazônia" (IANNI, 1979, p. 44).

Por fim, Ianni (1979) argumenta que a política de colonização funcionou como uma contrarreforma agrária, na medida em que, para preservar os intocados latifúndios, incentivou a ocupação da Amazônia, "que se apresentava como uma região imensa de terras-do-sem-fim, virgens, devolutas ou indígenas" (IANNI, 1979, p. 44). No mais, essa política findou ainda ratificando os interesses do grande capital monopolista, inclusive estrangeiro, fazendo sobressair nessa região as grandes concentrações de terra.

Desse modo, infere-se que as ações da política de colonização camuflavam os interesses do capital, em suas mais diversas formas de produção e reprodução, sobretudo no campo. À época, a preocupação com as questões ambientais ainda não havia assumido papel de destaque na agenda política. Pouco se importava com a destruição e substituição das florestas e matas pelas lavouras ou pastos das atividades agropecuárias. Muito pelo contrário. Tudo era justificado pelo dito "desenvolvimento e progresso" delas decorrente. No mais, não houve respeito às comunidades tradicionais moradoras dessas áreas: índios, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas, etc. Estas minorias - como recorrente em nossa história - foram tratadas como invisíveis. Já ocupavam a extensa Amazônia, porém o Estado considerava essas terras "vazias", como se habitantes lá não houvesse.

Quanto ao desenho do espaço físico do habitat produzido nos projetos integrados de colonização, este também era tratado no escopo do modo concentrador e autoritário do regime militar.

6.2 Iniciativas do Estado para o Desenho dos Projetos Integrados de Colonização (PIC).

A implantação dos projetos integrados de colonização constituiu atividade complexa, envolvendo uma variedade de ações e necessitando de grande aparato logístico. As áreas às margens das rodovias - onde esses núcleos seriam instalados - ainda constituíam floresta nativa ou estavam recém desmatadas. A dificuldade era fator presente nos mais diversos aspectos: acesso, mobilidade, transporte, infraestrutura, entre outros. Vale salientar que, à época, ou não existiam ou o Estado ainda não possuía equipamentos de tecnologia avançada para medição e comunicação - como o GPS - os quais facilitariam tais ações.

Nessa conjuntura acontecia a prática do desenho do habitat dos PICs, nessa tese entendido como: planejamento, concepção e execução. Para tanto, o INCRA fazia uso do Urbanismo Rural. Método pautado por princípios tecnocráticos, que abarcava, além dos aspectos físicos, sociais, culturais e econômicos, o planejamento integrado. No mais, levava em consideração os níveis nacional, regional e local, assim como a relação entre o campo e a cidade. Sua efetivação acontecia por meio de uma equipe multidisciplinar – inclusive com arquitetos e urbanistas – porém, que não contava com a participação dos colonos. A estes não lhes era facultado escolhas ativas, apenas a passividade em receber a terra[126].

Desse modo, o INCRA controlava todas as ações inerentes aos PICs, desenvolvendo uma gerência autoritária e concentradora, a qual refletia o espírito do regime militar.

> Tanto assim que logo se tornou um órgão de controle dos movimentos espontâneos dos trabalhadores rurais que buscavam terras na Amazônia. Foram múltiplas as funções de controle que o INCRA passou a desempenhar, ao ser responsabilizado pela execução da política estatal de colonização dirigida (IANNI, 1979, p. 77).

6.2.1 O Processo de Constituição dos Projetos Integrados de Colonização e Efetivação do Habitat.

A prática do desenho do habitat dos PICs era uma das etapas do processo total de sua constituição. Devido à proximidade das

[126] Ver Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

ações, estas eram tratadas de modo indissociável. Existia um conjunto robusto de instrumentos jurídicos que as respaldava. Baseado em Laranjeiras (1983), o Quadro 09 apresenta os principais.

Quadro 09 - Legislação inerente à constituição dos PICs.

LEGISLAÇÃO	DATA	ASSUNTO
Lei nº 4.504	30/11/1964	Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências (capítulos 55 a 72)
Decreto nº 59. 428[127]	27/10/1966	Regulamenta capítulos do Estatuto da Terra referentes à colonização
Decreto-lei nº 1.106	16/06/1970	Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências.
Decreto nº 67.113	26/08/1970	Regulamentação do Decreto-lei no 1.106, de 16/06/1970, que instituiu o Programa de Integração Nacional.
Decreto nº 63.113	26/08/1970	Sem informação
Decreto nº 67.557	12/11/1970	Dispõe sobre a criação de área prioritária ao longo da rodovia Transamazônica, para fins de Reforma Agrária, a ser incluída no Plano de Integração Nacional, e dá outras providências
Decreto nº 1.164	01/04/1970	Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências
Decreto-lei nº 1.179	06/07/1971	Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências
Decreto nº 70.677	06/06/1972	Dispõe sobre a execução do decreto lei 1179, de 6 de julho de 1971, que institui o PROTERRA
Decreto nº 71.615	22/12/1972	Regulamenta o Decreto-lei nº1.164, de 1 de abril de 1971, alterado pelo Decreto-lei nº 1.243, de 30 de outubro de 1972, e fixa as normas para a implantação de projetos de colonização, concessão de terra e estabelecimento ou exploração de indústrias de interesse da Segurança Nacional, nas terras devolutas localizadas ao longo de rodovias, na Amazônia Legal
Decreto nº 71.770	06/01/1973	Sem informação
Decreto nº 75.431	09/01/1974	Sem informação
Instrução Especial do ex-IBRA, nº 13	01/04/1967	Sem informação
Instruções Especiais do INCRA nº 11 e 13	27/02/1976	Sem informação

Fonte: Elaboração da autora a partir de Laranjeiras (1983).

[127] Regulamenta os Capítulos I e II do Título II; o Capítulo II do Título III; e os arts. 81, 82, 83, 91, 109, 111, 114, 115 e 126 da Lei nº 4.504 (30/11/1964); o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239 (19/12/1932); e os arts. 9, 10, 11, 12, 22 e 23 da Lei nº 4.947 (06/04/1966). Dentre esses instrumentos indicados, subsidia de modo mais enfático o processo de constituição dos PICs, sobretudo os artigos 18 ao 29. No mais, também pauta referências encontradas no Urbanismo Rural.

As iniciativas para o desenho do espaço físico dos PICs aconteciam de modo delimitado, pautadas por legislação específica, assim como por metodologia operacional própria, que se articulava com o Urbanismo Rural. Desse modo, a explanação aqui exposta toma por referência esse arcabouço jurídico, complementado por Camargo (1973), Ianni (1979), Laranjeiras (1983), Oliveira (2010) e Nascimento (2015)[128], além dos relatos dos técnicos do INCRA que atuaram à época.

Segundo Oliveira (2010) a "metodologia operacional aprovada pela Portaria INCRA nº 17, de 08/01/1971" pautava a efetivação dos PICs. De acordo com este documento as principais etapas dessa ação equivaliam à "implantação, consolidação e emancipação dos territórios colonizados/reformados" (OLIVEIRA, 2010, p. 105 e 106). À essas se juntava a discriminação de terras.

> O INCRA tinha como matriz na execução dos seus Projetos de Assentamento 12 (doze) programas entendidos indispensáveis para a implantação, consolidação e emancipação dos territórios colonizados/reformados.
> [...] Aos PICs, portanto, competiam ações de organização e estruturação do território rural, bem como instalar os núcleos urbanos na área de sua jurisdição. [...] O INCRA era o responsável por tudo nos primeiros anos (OLIVEIRA, 2010, p. 105).

Desse modo, a efetivação dos PICs obedecia a uma sucessão de fases e atividades, conforme explicado na sequência:

6.2.1.1 Discriminação das terras.

Essa etapa consistia nas atividades burocráticas de verificação da real propriedade da terra a ser colonizada: pública/devoluta ou particular.

> Conforme os recursos naturais existentes nas terras, ou a qualidade destas para a lavoura, pecuária, extrativismo, mineração ou outra atividade, a luta que cerca a demarcação, a posse e o uso das terras pode variar desde as pendências jurídicas em cartórios, até ao conflito armado entre os interessados, ou os seus prepostos (IANNI, 1979, p. 74).

6.2.1.2 Implantação.

Ratificada a posse da terra, criava-se o PIC através da edição de Portaria Institucional. Em seguida, acontecia sua implantação.

[128] Oliveira e Nascimento também eram servidores da autarquia à época.

Constituindo a etapa mais extensa, essa envolvia doze ações/programas, a saber:

1) Distribuição de terras.

Primeira ação: imissão do INCRA na posse da terra.

2) Organização territorial.

Equivalia à macroestruturação do espaço físico do PIC, preparando-o para a posterior vinda dos colonos. Compreendia o planejamento, concepção e execução da delimitação do seu perímetro: habitat e as parcelas ou lotes de produção.

Quanto ao "*modus operandi*" do INCRA, Oliveira (2010), baseado em sua própria vivência à época, apontava que

> O INCRA demarcava previamente o território do projeto de assentamento com base no anteprojeto milimetricamente planejado pelos desenhistas, topógrafos, engenheiros e cartógrafos nas velhas pranchetas, com auxílio de lupa, por foto interpretação, para depois apresentar os rurícolas. Não se tinha, àquela época, imagens de satélite nem recursos eletrônicos (computadores) na área de cartografia do INCRA. Era tudo manual. Riscavam-se os mapas com tinta nanquim e se planejava a espacialização rural para posterior demarcação topográfica (OLIVEIRA, 2010, p. 37).

Desse modo, as etapas do planejamento, concepção e desenvolvimento do projeto arquitetônico e demais peças técnicas dos PICs acontecia nos escritórios do INCRA em Brasília, tomando por referência as diretrizes do Urbanismo Rural (CAMARGO, 1973). O resultado constituía unidade própria, que suscitava diversas atividades, composta pela tríade Agrovila, Agrópolis e Rurópolis. Cada qual desempenhava seu papel específico no conjunto total, estando permeadas pelas parcelas ou lotes de produção, com dimensões variando entre 25 a 100 ha, a depender da região de locação[129]. Havia previsão - além da moradia em lote com dimensões apropriadas para a realização da produção agropecuária - de equipamentos comunitários de uso social e de serviços e das vias de circulação para mobilidade e escoamento dos produtos pelos colonos lá cultivados.

Ianni (1979) complementa que

> Essas terras são divididas em glebas com 400 metros de frente para a rodovia e 2.500 metros de fundo, sempre ladeadas por estradas vicinais, para uso dos colonos inicialmente. Cada gleba é dividida em lotes de 100 hectares cada um. Em geral os lotes são vendidos aos colonos, ou parceleiros, pelo INCRA, para serem pagos ao

[129] Ver Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

> longo de um período de até 20 anos. Ao cultivar as terras do lote, ou combinar agricultura e pecuária, o colono se obriga a deixar 50% do lote como reserva de mata (IANNI, 1979, p. 60).

Num primeiro momento, pode-se identificar uma predisposição ao habitat concentrado devido à configuração das parcelas (ou lotes de produção) separadas dos lotes urbanos. O desenho também incentivava uma relação/vinculação "da área agrícola, de trabalho, com a parte dita urbana, de assistência básica ao parceleiro" (LARANJEIRA, 1983, p. 33).

> Toda essa estrutura do 'urbanismo rural', além das suas características técnicas, urbanísticas, organizatórias, funcionais ou outras, tem uma evidente conotação de controle social. Tudo está proposto para ser criado e administrado pelo INCRA. Há toda uma economia política desse urbanismo rural, que implica na transformação dos colonos – pessoas, famílias, grupos, vizinhanças ou núcleos – em elementos amplamente articulados aos interesses ou decisões daqueles que exercem o poder estatal. O Estado ditatorial estava propondo uma 'comunidade' econômica e politicamente organizada segundo as suas razões (IANNI, 1979, p. 62).

3) Administração do projeto.

Do mesmo modo - e concomitantemente à organização para os colonos - o espaço físico do PIC também era preparado para os técnicos do INCRA, que lá iriam trabalhar e habitar.

> Tratava-se do suporte de pessoal, logístico e de todos os procedimentos e atos com vistas a planejar, coordenar e implementar a implantação, consolidação e emancipação do Projeto. Os projetos do INCRA eram constituídos como pessoa jurídica de direito público, descentralizada; tinha autonomia administrativa, quadro de pessoal próprio sob regime celetista (OLIVEIRA, 2010, p. 106).

Segundo os servidores entrevistados, devido às dimensões territoriais e dificuldades inerentes, o INCRA implantava infraestrutura administrativa na matriz dos PICs para seus técnicos atuantes: sede administrativa, alojamento, residências, área de lazer, etc. O Executor do Projeto era a autoridade máxima na gestão do PIC, representando o próprio Estado na localidade.

4) Assentamento.

Equivalia às ações voltadas ao recebimento e seleção dos colonos: imigrantes vindos de outras regiões do país, como também

posseiros que já habitavam à área. Todos eram recepcionados nos "Arraiais de adaptação":

> Eram acampamentos improvisados, geralmente montados com a ajuda do exército brasileiro, com as mínimas estruturas para abrigar as famílias migrantes que chegavam. Ali recebiam alimentação, as vacinações contra febre amarela, sarampo e BCG (NASCIMENTO, 2015, p. 136).

Posteriormente – de acordo com os relatos dos servidores - aconteciam os trâmites para a seleção, definição e identificação da sua respectiva colocação/parcela. Os colonos a recebiam demarcada, em conformidade com as condições técnicas à época, sendo o responsável pelo desmate e preparação para a produção, contando com a orientação técnica do INCRA.

5) Unidades Agrícolas.

Com os colonos prontamente assentados, eram definidas as atividades agropecuárias a serem implantadas nas parcelas, organizando seu modo de produção: plano de parcelamento (ação individual) e plano de exploração (ação coletiva).

6) Infraestrutura física.

Correspondia à execução da infraestrutura básica na intenção de disponibilizar condições de habitabilidade aos PICs, tanto para os colonos, como os próprios servidores do INCRA.

> Compreendia a construção de toda infraestrutura para administração do projeto, bem como, para dotar toda a área de vias públicas de acesso e de unidades de prestação de serviços públicos e comunitários. Em suma eram construídas estradas, pontes, bueiros, balsas para travessia de grandes rios, escolas, postos de saúde, centros comunitários, sedes do INCRA no núcleo principal e às vezes em núcleos secundários, alojamentos funcionais, alojamento de trânsito (hospedaria), redes elétricas, redes hidráulicas, poços artesianos, pistas de pouso, etc. (OLIVEIRA, 2010, p. 107 e 108).

7) Educação.

Vinculada à etapa anterior, essa consistia em dotar as localidades com equipamentos de educação. Abrangia todo o conjunto, desde os aspectos físicos – a partir da reforma ou construção de novas edificações – até a designação dos recursos humanos, apoio logístico e acompanhamento das atividades.

8) Saúde e Previdência Social.

Do mesmo modo, também integrada à fase de infraestrutura física, a presente ação consistia na construção de unidades de atendimento à saúde para o atendimento dos colonos.

9) Habitação Rural.

Nessa etapa sucedia a construção das habitações para os colonos, não tendo sido possível identificar o projeto utilizado. Devido às dificuldades de logística, aproveitava-se a madeira da região. O INCRA estabelecia serrarias para beneficiá-las. A mão de obra empregada era contratada ou dos próprios colonos.

10) Empresas Cooperativas.

Posteriormente à fixação dos colonos no PIC, progredia-se para a fase de estruturação da sua produção. À época, incentivava-se a criação de cooperativas. A partir destas, a produção agropecuária deveria ser viabilizada, com a intenção primeira de emancipar o PIC do controle do INCRA. Este "assumia a administração da cooperativa no primeiro momento, promovia capacitação dos potenciais beneficiários, para que estes assumissem a direção da mesma*"* (OLIVEIRA, 2010, p. 46). O citado autor afirma que a autarquia fornecia o apoio logístico, apesar das dificuldades inerentes. No entanto, não se conseguiu registros de cooperativas que tenham operado independentemente dessa estrutura estatal.

11) Crédito.

O Estado também dirimia as necessidades básicas dos colonos - aquisição de alimentos; implementos; insumos; custeio de saúde; etc - a partir da concessão de créditos. Todavia, diferentemente da política de reforma agrária, estes eram disponibilizados aos colonos de modo menos burocrático: diretamente em dinheiro ou em mercadorias e/ou insumos.

12) Comercialização.

Viabilizava-se a comercialização dos bens produzidos:

> Esta atividade devidamente consolidada, realizada através de empresa cooperativa em plena atividade, com os produtores obtendo bons resultados, era a indicação de êxito do empreendimento e a dispensa da intervenção estatal no PIC (OLIVEIRA, 2010, p. 111).

Por fim, destaca-se que, conforme a legislação da época, apenas as seis primeiras fases/programas eram de legitima obrigação

do INCRA. Às demais, a autarquia deveria só prestar apoio ao ente responsável. Porém, não foi o que aconteceu:

> Os programas "educação", "saúde e previdência", "habitação rural", "empresa cooperativa", "crédito rural" e "comercialização" deveriam ser consideradas atividades indiretas ou promocionais, a serem promovidas pelo INCRA, mas, pela carência ou ausência dos órgãos especializados nas frentes pioneiras de colonização e reforma agrária, o INCRA, terminava assumindo a responsabilidade de execução direta até que fosse suprida a deficiência (OLIVEIRA, 2010, p. 111).

Assim, o INCRA era o único representante do Estado na região e findava exercendo as atribuições de outros entes da federação que, devido às limitações, não se faziam presentes.

6.2.1.3 Consolidação e Emancipação.

Executados todos os programas da fase de implantação e cumpridas as demais exigências estipuladas nos normativos internos, principalmente voltadas à independência produtiva do PIC, este era tido consolidado, sendo então emancipado.

Como consequência direta, aos colonos era dada a outorga dos títulos definitivos - parcelas rurais; para-rurais ou urbanas. A maioria dos casos ocorridos se encaixaram nas duas primeiras opções. Quanto ao lote urbano, o INCRA procurava não deter responsabilidade. Logo que possível, alienava-os à conjuntura e gestão dos municípios (OLIVEIRA, 2010).

6.2.2 Prática do Desenho do Habitat dos PICs no Brasil.

Nos 15 anos de vigência da política de colonização vários foram os PIC criados, sobretudo no Norte e Centro-Oeste[130].

> A principal área de colonização oficial foi a Transamazônica, principalmente em locais situados entre Estreito, Marabá e Altamira. Em segundo lugar, colocam-se as colônias oficiais instaladas em Rondônia. Vêm em terceiro lugar algumas iniciativas governamentais de colonização postas em prática no Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás ou outros Estados e Territórios (IANNI, 1979, p. 57).

[130] Ver "Quadro 10 - Projetos Integrados de Colonização do Brasil" no Apêndice (página 497).

Assim, para ilustrar essa prática implementada destacam-se trechos das experiências ocorridas nos estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Acre, sobretudo a partir dos relatos dos servidores do INCRA que as experienciaram, complementados por Nascimento (2015) e Oliveira (2010). Os três primeiros estados usufruíram a época "gloriosa" dessa política. O INCRA tinha à sua disposição, para o desenvolvimento das ações, recursos financeiros e humanos, além de uma aparelhada e centralizada infraestrutura e logística. Por sua vez, Acre constituiu o exemplar do desfecho dessa atividade, a vivenciando de modo repleto de limitações.

O Pará foi o primeiro estado a receber os PICs, sobretudo nas regiões do centro e sul, especificamente entre Marabá e Santarém. Para tanto, havia seleção das áreas de atuação, como o Polo Carajás, que compreendia: São João do Araguaia; Conceição do Araguaia; Santana do Araguaia; São Felix do Xingu e Marabá. Quanto aos PICs implementados, destaque para: PIC Altamira - contendo a agrópolis Brasil Novo (entre Altamira e Itaituba – no Km 46), mais 27 agrovilas e a vila para os servidores do INCRA; PIC Marabá (1 agropólis e agrovilas); Medicilânia (no km 92); Rurópolis Presidente Médici; Monte Alegre; dentre outras.

Em seus relatos os servidores do INCRA mencionaram outras iniciativas do Estado para "povoamento" daquele território. Ressaltaram as anteriores colônias agrícolas nacionais - Gleba Inglês de Souza (1927), depois transformada em Colônia Agrícola Nacional do Pará (1940) e Guamar (1946); os projetos fundiários, que constituíram ações de regularização fundiária de áreas previamente ocupadas, especialmente em terras devolutas; as Colônias Agrícolas Estaduais: implementadas no início do século XX, ao redor da estrada de ferro Belém-Bragança.

Grande parcela dos PICs do Pará transformou-se em localidades ou sede municipais. Atualmente o INCRA não possui ingerência sobre estas áreas.

Em Rondônia – à época território federal – as ações voltadas aos PICs foram amplamente difundidas, principalmente às margens da BR-364, que interligava três capitais: Cuiabá, Porto Velho e Rio Branco. Dessas experiências efetivadas, Oliveira (2010) considera que cinco alcançaram o êxito planejado, convertendo-se, posteriormente, em municípios.

> [...] todos esses núcleos urbanos mais os núcleos secundários distribuídos estrategicamente no interior do perímetro dos projetos de assentamento se tornaram cidades sedes de prósperos municípios (OLIVEIRA, 2010, p. 31).

À época – no decorrer da década de 1970 - essa prática findou em, aproximadamente, 24 mil famílias assentadas, em mais de 2 milhões e 600 mil hectares de terra, com parcelas de produção medindo 100 ha, conforme descrito no Quadro 11.

Quadro 11 - Projetos Integrados de Colonização em Rondônia.

PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO	MUNICÍPIO	DATA	ÁREA (HA)	Nº FAMÍLIAS
Ouro Preto	Porto Velho	19/06/1970	512 mil	5.000
Sidney Girão	Guajará Mirim	13/08/1971	70 mil	700
Gy Paraná	Gy Paraná; Abaitará; Rolim de Moura; Tatu Prosperidade;	16/06/1972	500 mil	5.000
Paulo Assis Ribeiro	Colorado D'Oeste; Vilhena; Corumbiara; Cerejeiras; Pimenteiras D'Oeste; Cabixi	04/10/1973	300 mil	3.100
Padre Adolpho Rohl	Jarú	20/11/1975	400 mil	3.800

Fonte: Elaboração da autora a partir de Oliveira (2010).

No mais, concomitantemente e de modo similar aos PICs foram assinaladas outras iniciativas do Estado: projetos fundiários (regularização de posse existente); licitação de terra pública; Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) – Burareiro e Marechal Dutra; Projeto de Assentamento Rápido (PAR)[131] - Nova Brasilândia D'Oeste, São Miguel do Guaporé e Vale do Anari.

No decorrer da década de 1980 - ainda na vigência da política de colonização - o INCRA criou alguns projetos de assentamento com parcelas de 50 ha: Urupá, Machadinho, Bom Princípio, Cujubin, São Felipe e Buritis.

A experiência dos PICs no Mato Grosso - conforme a narrativa dos servidores do INCRA - teve início em meados da década de 1970. Esses técnicos enfatizaram as dificuldades de atuação e execução dos projetos à época, principalmente pelas circunstâncias adversas de acesso e mobilidade, provocadas pelas condições naturais das áreas a serem "povoadas": densamente ocupadas pela floresta e mata fechada.

Primordialmente, a configuração física dos PICs no MT era composta por parcelas (lotes rurais); núcleo urbano principal (agropólis); núcleos urbanos secundários (agrovilas); e escolas distribuídas em intervalos de 3 km. Os colonos habitavam e produziam nas parcelas, cujas dimensões equivaliam a 200 ha, dos quais 100 ha eram destinados à reserva ambiental. No núcleo urbano

[131] Implementados em áreas de maior dificuldade de acesso. O INCRA não disponibilizava a infraestrutura básica – estradas, escolas, posto de saúde etc. Esta ficava a cargo do governo do então Território Federal de Rondônia.

principal havia os equipamentos sociais de uso coletivo – escola, posto de saúde, centro comunitário, entre outros – além da vila para os funcionários do INCRA, com casas padronizadas e os demais serviços. Nos núcleos urbanos secundários localizavam-se o apoio aos serviços e equipamentos sociais, em escala menor. Essa situação perdurou até meados da década de 1980.

Outra peculiaridade mencionada da experiência mato-grossense diz respeito à forte influência e atuação da colonização particular, desempenhada por empresas específicas. Estas ficavam responsáveis por todo o processo: do planejamento e concepção do projeto à sua execução. Ao INCRA cabia, além da disponibilização da terra, o acompanhamento e fiscalização das ações. Os lotes eram vendidos aos colonos. Alguns projetos resultantes dessa prática se converteram em cidades: Sinop; Alta Floresta; Sorriso; Água Boa; Canarã; Colider e Nova Xavantina.

Do mesmo modo, diversos PICs conduzidos exclusivamente pela iniciativa oficial também lograram status de aglomerado urbano: Peixoto; Guarantã; Carlinda; Lucas do Rio Verde; Braço Sul; Ipiranga do Norte; Terra Nova e Nova Cannãa.

Quanto aos aspectos produtivos, registrou-se grande incentivo à instalação de cooperativas, como no PIC Lucas do Rio Verde e em parte dos projetos de colonização particular. Nestes últimos, por influência do repertório vivido dos colonos, a maioria proveniente do sul do país, onde essa atividade se fazia enaltecida. Todavia, poucas dessas experiências lograram êxito.

Igualmente ao PA e RO, no MT também existiram ações de regularização fundiária por meio dos projetos fundiários. Estas aconteciam em glebas de até 200 ha/família, incluindo a reserva ambiental. Na década de 1990 essa ação foi paralisada.

Já o prelúdio da década de 1980 marcou o início da execução das estradas - conduzida pelo Setor de Engenharia - na intenção de interligar os PICs aos demais aglomerados do estado. No contraponto, o INCRA cessou de executar os equipamentos sociais de uso coletivo. A responsabilidade por essa ação foi transferida às prefeituras municipais.

Ainda sob o arbítrio da política de colonização, o INCRA criou projetos de assentamentos no MT - a maioria no município do Araguaia - e que posteriormente também se transformaram em cidades: Itanhagá; Bom Jesus do Araguaia; Confresa; Serra Nova Dourada; Novo Santo Antônio; Ribeiro Cascalvina; Santa Cruz do Xingu; Ipiranga do Norte e Conquista do Oeste.

Por fim, o Acre desfrutou do último período dessa colonização, sobretudo a partir de fins da década de 1970. Com as mudanças de interesse da política de Estado, somadas às

dificuldades e entraves não previstos nos planejamentos tecnocráticos - tudo agravado pela crise econômica que o país enfrentava -, o eldorado da colonização degringolava. Este foi o cenário vivenciado neste estado, acentuado pela complicada situação de discriminar a propriedade de suas terras.

> Os PA's criados nos anos 80, infelizmente, não tiveram a estrutura de pessoal necessária ao seu pleno funcionamento, razão dos muitos problemas que enfrentaram os servidores do INCRA. [...] Nunca mais se teve uma logística para bem acompanhar o trabalho de assentamento de trabalhadores rurais, como a dos antigos PIC's e dos PAD's (OLIVEIRA, 2010, p. 85).

Tomando por referência Nascimento (2015), à época o resultado no espaço físico da política de colonização já não mais se denominava PICs, mas PAD: Projeto de Assentamento Dirigido. No entanto, a lógica do antecessor permanecia.

No Acre os PADs foram instalados em áreas de seringais. A intenção consistia em absorver os excedentes de mão de obra de outras regiões do país, como também do próprio Acre - principalmente os egressos dos antigos seringais - em consequência da expansão das atividades agropecuárias na região, impulsionadas pelos grandes produtores rurais. Do mesmo modo, os PADs eram locados às margens das rodovias (NASCIMENTO, 2015). O Quadro 12 enumera os principais:

Quadro 12 - PICs e PADs implementados no Acre.

PIC ou PAD	LOCALIDADE	DATA	ÁREA (HA)	Nº FAMÍLIA
PIC Xapuri	Seringal Aquidabã (Xapuri)	1972	13.338	Previsão de 1.000
PAD Pedro Peixoto	Sem informação	31/10/1977	317.588	Sem informação
PAD Boa Esperança	Sem informação	31/10/1977	275.646	Sem informação
PAD Humaitá[132]	Sem informação	08/06/1981	63.861	951
PAD Quixadá	Sem informação	27/08/1980	Sem informação	Sem informação
PAD Santa Luzia	Sem informação	30/08/1982	Sem informação	69.700

Fonte: Elaboração da autora a partir de Nascimento (2015).

Os PADs no Acre não alcançaram o êxito planejado:

> Os recursos destinados à estruturação e o fortalecimento dos PADs foram diminuindo paulatinamente, prejudicando a implantação de grande parte da infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico das famílias,

[132] Povoado com migrantes das áreas inundadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (PR e MS). Os lotes variavam entre 50 a 100 ha.

> principalmente as estradas vicinais (NASCIMENTO, 2015, p. 124).

No mais, Nascimento (2015) reflete sobre os danos ambientais gerados pelas práticas intrínsecas aos PICs. Tal ponto de vista pode ser ampliado às demais experiências relatadas.

> No Acre, o impacto de tal política expansionista foi devastador para o ecossistema. Todos os cinco projetos produziram uma degradação ambiental sem precedentes, uma vez que tinham como objetivo a diversificação dos produtos agrícolas de primeira necessidade. O próprio INCRA exigia que os colonos derrubassem a floresta assim que recebessem seus lotes, caso contrário, não teriam o que comer quanto chegasse o inverno (NASCIMENTO, 2015, p. 134).

6.3 Legado da Política de Colonização.

Apesar de parte desses núcleos, posteriormente terem se transformado em cidades, outra parte não logrou êxito. No mais, provocou impacto e devastação nos recursos naturais da região.

A primazia e ênfase inicial dada à política de colonização, aos poucos foi perdendo o fôlego. Além da mudança no rumo dos interesses políticos, outros motivos explicam o seu declínio: planejamento que não conseguiu abarcar as possibilidades existentes na prática; improvisação das ações do Estado causada pelas grandes extensões trabalhadas; características naturais da região, com tipos de solos não propícios à agricultura; deficiência na mobilidade/acessibilidade, devido aos elevados custos em manter as estradas transitáveis; dificuldades no escoamento da produção e atendimento aos mercados consumidores, pelas grandes distâncias percorridas; dentre outros.

O próprio INCRA - em documento publicado à época do lançamento do PNRA de 1985/1989 – enaltece três pontos principais que justificam o fracasso da política de colonização: critérios paternalistas; deficiência das atividades complementares; ausência de integração e corresponsabilidade entre órgãos e beneficiários:

> critérios paternalistas:
> [...]
> a) Após a seleção prévia, os agricultores eram instalados em seus lotes, ocasião em que recebiam um apoio financeiro, para alimentação, outro para construção de residências e, dependendo de suas necessidades, outro para insumos básicos e utensílios.
> b) deficiência das atividades complementares:

> Os componentes essenciais ao sucesso do assentamento, como crédito, extensão rural e de apoio à comercialização, foram quantitativa e qualitativamente insuficientes, o mesmo ocorrendo com os serviços de ação social – saúde e educação -, mantidos às expensas do orçamento do Projeto.
>
> c) Ausência de integração e corresponsabilidade entre órgãos e entre beneficiários:
>
> [...]
>
> A forma gerencial adotada na condução dos projetos refletiu-se sobre os parceleiros, os quais, instalados em seus lotes, eram levados a superar suas dificuldades individualmente ou a aguardar "proteção" do INCRA. Dificilmente foram convocados a opinar ou a decidir sobre as soluções de problemas de interesse comum, relegados a própria sorte, enfrentando além das adversidades naturais do pioneirismo, as dificuldades das relações de um mercado imperfeito onde é o mais fraco (BRASÍLIA, 1987, p. 6).

Amparado nessa mesma perspectiva, Nascimento (2015) - que vivenciou essa experiência como servidor do INCRA - acentua o caráter paternalista das ações, o que findou provocando um sentimento de dependência dos colonos para com o Estado, que concentrava sob sua responsabilidade todas as ações.

> A própria ação do INCRA que, inicialmente, deveria discriminar as terras, ou seja, separar as áreas de domínio público do privado, atuou em operação hercúlea, travada com grandes dificuldades. Faltava equipamento, não havia gente treinada, no entanto, sobrava disposição. Além do mais, o INCRA acabou por concentrar uma série de ações que não eram de sua competência talvez pelo fato de que ele era a única representação governamental com capilaridade para chegar até os mais longínquos rincões do país (NASCIMENTO, 2015, p. 135).

O citado autor ainda relata:

> Reconheço que a falta de estradas e ramais interligando os lotes foi um obstáculo decisivo para que as famílias não se fixassem nos lotes. Sem estradas os alimentos apodreciam sem condições de chegarem aos mercados. Lembro que certa vez quando estava me dirigindo ao PAD Santa Luzia, vi às margens do igarapé Lagoinha cerca de duas toneladas de mamão e mais uma de abacaxis apodrecidos porque não havia condução para leva-los até Cruzeiro do Sul (NASCIMENTO, 2015, p. 155).

No que diz respeito ao desenho do espaço físico, o Urbanismo Rural empregado detinha um arcabouço teórico com forte tendência utópica. Quando as ações efetivamente foram postas

em prática, as dificuldades inerentes se sobressaíram, atravancando também o processo de colonização.

Todavia, foi a partir da materialização dos PICs que o INCRA formatou a configuração física de grande parcela da Região Norte do país, sobretudo, o território dos atuais estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Acre. Logo, esse é o legado da autarquia quanto à política de colonização.

Diante do exposto e dos elementos identificados, questiona-se: no âmbito do Estado a prática do desenho dos PICs influenciou a prática do desenho do habitat de reforma agrária?

Para responder essa questão, preliminarmente deve-se compreender a prática do desenho do habitat de reforma agrária, foco do debate do próximo capítulo. Ao fim deste, chega-se a resposta a referida questão.

7 PRÁTICAS DO DESENHO NO PRESENTE: 1985 A 2013.

Adentra-se nas iniciativas do Estado voltadas à prática do desenho do habitat de reforma agrária. O intervalo de 1985 a 2013 aqui investigado equivale ao maior quantitativo de criação de assentamentos rurais de reforma agrária no país.

No âmbito da política de reforma agrária e da atuação exclusiva do INCRA, essas iniciativas se restringiam à concessão de recursos financeiros - sob a forma de crédito financiado em longo prazo - para construção somente da habitação. A partir de 2004 foram disponibilizados, aos assentamentos rurais inseridos no semiárido, recursos para a execução de alternativas que garantissem a segurança hídrica em seus habitats. Quanto à infraestrutura básica de apoio ao habitat - estradas de acesso, água para o consumo humano e energia elétrica – sua implantação esteve atrelada à oferta de recursos do PNRA ou resultante de parcerias/convênios com outros entes da federação. De modo geral, essa correspondeu a sistemática empregada pelos seis governos federais que se sucederam no período estudado.

A narrativa se divide em três momentos. No primeiro, partindo de um foco de abrangência ampliado e buscando sua contextualização na totalidade da política nacional, explana-se sobre a Política Habitacional para o Campo, por meio de um resgate histórico coincidente ao recorte temporal estudado. No segundo momento, restringe-se o olhar exclusivamente à especificidade: iniciativas do Estado para o desenho dos habitats de reforma agrária. Por fim, as constatações e legado da prática do desenho refletem acerca da atuação do Estado nessa prática do desenho do habitat de reforma agrária, entrelaçando todo o conhecimento adquirido na Parte II da tese.

7.1 - Política Habitacional para o Campo

> Quando retomamos os fundamentos das diretrizes que, há décadas, têm orientado a formulação e aplicação de planos, políticas e programas habitacionais no Brasil, dificilmente iremos verificar uma atenção dedicada à questão habitacional para além do que, no plano legal, se entende por cidade (SERTORI, 2019, p. 21).

Toma-se como ponto de partida esse entendimento acima referenciado. Não sendo o cerne do debate a política habitacional para a cidade[133] e não havendo uma política para a totalidade do habitat do campo, buscou-se uma abordagem mais aproximada:

[133] Como referências a essa temática, recomenda-se autores como: Ermínia Maricato, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, dentre outros.

política para a habitação do campo (parte do todo). Além disso, pauta-se pela visão dicotômica do Estado que, na esfera das políticas públicas, se reflete em definições a partir da realidade e dominação dos grandes centros do poder econômico e dos detentores dos meios de produção, como também da separação entre o que considera rural e urbano. Nesse contexto, há pouca integração entre as iniciativas estatais.

Dados oficiais divulgados apresentam um déficit habitacional para o campo de 1,4 milhão de unidades (BRASIL, 2008). Essa defasagem permeia o tempo presente e passado.

Na totalidade do campo, segundo Rodriguez (2016), as primeiras iniciativas do Estado voltadas à questão da habitação de interesse social datam de 1946, por meio do Decreto-lei nº 9.777 (06/09/1946) oriundo da Fundação da Casa Popular. Tal Instituição, além de atuar no combate aos problemas habitacionais das classes menos favorecidas, tinha atribuição em

> [...] áreas complementares como obras urbanísticas de abastecimento d'água, esgotos, suprimentos de energia elétrica, assistência social e outras. E a novidade do decreto foi a introdução da habitação rural "nos aspectos de construção, reparação e melhoramento", como nova meta institucional (RODRIGUEZ, 2016, p. 41).

No período do governo militar (1964-1985), Moreira (2017) esclarece que com a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) - através da Lei nº 4.380 (21/08/1964) - "incluiu-se na legislação brasileira a questão da habitação rural" (MOREIRA, 2017, p. 57). A referida autora aborda o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), desenvolvido entre os anos de 1973 e 1983. Neste, destaca o "apoio a núcleos rururbanos que seriam, conforme o BNH[134] (1979), pequenos núcleos de caráter rural" (MOREIRA, 2017, p. 57).

Por meio do Decreto nº 87.700 (12/10/1982) foi instituído o Programa Nacional de Política Fundiária. Na intenção de garantir o cumprimento da "função social da propriedade e contribuir para o aumento geral da produtividade rural" (BRASIL, Decreto nº 87.700 de 12/10/1982, art. 1º), esse programa tinha por objetivo geral realizar a "regularização fundiária, uniformizar a implantação dos projetos fundiários e intensificar a execução da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964" (BRASIL, Decreto nº 87.700 de 12/10/1982, art. 1º). Para tanto, incluía a "participação em projetos de construção

[134] Banco Nacional de Habitação. Relevante instituição que durante o período de 1964 a 1986 foi a grande responsável pelo financiamento e produção de empreendimentos imobiliários em nosso país.

ou melhoria de casa para o trabalhador rural" (BRASIL, Decreto nº 87.700 de 12/10/1982, art. 3º).

O Governo Collor (1990-1992), por meio da Lei nº 8.171 (17/01/1991), implementou uma política agrícola. Em seu escopo foi dedicado um capítulo para a "habitação rural", contudo de pouca profundidade e efetividade:

> Art. 87. É criada a política de habitação rural, cabendo à União destinar recursos financeiros para a construção e/ou recuperação da habitação rural.
>
> § 1° Parcela dos depósitos da Caderneta de Poupança Rural será destinada ao financiamento da habitação rural.
>
> [...]
>
> Art. 89. O Poder Público estabelecerá incentivos fiscais para a empresa rural ou para o produtor rural, nos casos em que sejam aplicados recursos próprios na habitação para o produtor rural (BRASIL, Lei Nº 8.171 de 17/01/1991, art. 87 e 89).

Ainda nesse governo, segundo Sertori (2019), foi editado o Programa Nacional de Habitação Rural (PRONAHR), o "primeiro programa dedicado especificamente à habitação em áreas rurais no Brasil" (SERTORI, 2019, p. 105), sendo executado pela Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do então Ministério da Ação Social. Apesar da proposição de uma meta inicial audaciosa para a conjuntura à época (681 mil unidades habitacionais), pouco foi executado (SERTORI, 2019).

Havendo pouca contribuição por parte do Governo Itamar (1992-1995), o Governo FHC (1995-2002), por sua vez, retomou a Política Nacional de Habitação, após quase uma década da desativação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Contudo, o enfoque permaneceu abrangendo os aglomerados humanos de grande e média densidades. No mais, outros programas foram estabelecidos: Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH); Programa de Apoio à Produção; Programa de Carta de Crédito FGTS individual e Associativo; Programa de Arrendamento Residencial; Habitar-Brasil; e Pró-Moradia.

No início da década de 2000 - momento de transição entre os governos FHC e Lula - sucederam iniciativas pontuais visando incrementar a viabilização das habitações dos assentamentos rurais provenientes da política nacional de reforma agrária, gerando a interação desta com a política habitacional. Dentre as experiências realizadas, destaque para as primeiras parcerias/convênios entre o INCRA e a CEF. Por sua vez, nesse ínterim foi promulgada a Lei nº

10.257 (10/07/2001): o Estatuto da Cidade[135]. Legislação que regula e direciona a política urbana, traz como instrumento básico o plano diretor. Este deve abranger o território do município como um todo, inclusive o campo.

O Governo Lula (2003-2010), de modo mais concreto, ampliou as ações para a materialização da habitação no campo:

> O ex-presidente Lula reeditou os primeiros programas habitacionais federais – muitos dos que haviam sido criados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso – que direcionavam subsídios à parcela pobre do campesinato brasileiro. Neste sentido, em 2003, o antigo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) passou por uma reformulação, incorporando também a modalidade PSH-Rural, a qual estaria associado ao Plano Nacional de Habitação, que passaria a ser formulado em 2004 (SERTORI, 2019, p. 109).

Assim, além dos já mencionados Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e Programas de Carta de Crédito-FGTS modelo Operações Coletivas (CC-FGTS) e Operações Parcerias (OP), também constituem exemplares dessas ações o Programa de Subsídio à Habitação Rural (PSH-Rural)[136]; Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O CC-FGTS modelo Operações Coletivas trazia a possibilidade de contratação na modalidade aquisição de material de construção para unidades habitacionais novas, reformas ou ampliação. Segundo Sertori (2019), em alguns momentos o INCRA se fazia instituição parceira nessas iniciativas.

O Programa de Subsidio à Habitação Rural (PSH-Rural) foi implementado no país como um todo a partir de 2003. Adaptado da versão urbana - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) – e fruto da articulação entre o INCRA, MST e CEF, beneficiava os trabalhadores rurais sem terra e os pequenos agricultores, propiciando o acesso à moradia.

> Uma das principais vantagens do programa era a possibilidade do regime de mutirão para a construção das casas, a utilização de materiais não convencionais e a possibilidade de discutir a planta pelas famílias (RODRIGUEZ, 2016, p. 48).

[135] Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

[136] Em versão reformulada.

Nesse mesmo período "a primeira versão do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi lançada pelo governo Lula ainda em 2003, reunindo as duas modalidades do Programa Carta de Crédito além do PSH-Rural" (SERTORI, 2019, p. 110). A meta consistia em atender famílias com renda entre 1 a 3 salários mínimos, com a exigência de contrapartida dos beneficiários. Suas ações se desenvolveram até 2009, a partir da consolidação de três modalidades: PSH Rural; CC-FGTS Operações Coletivas; e Crédito Solidário. Desse modo, o PNHR "se constitui enquanto o atual e único programa habitacional, em âmbito federal, destinado à produção de moradias para as diversas populações rurais" (SERTORI, 2019, p. 24).

No final do Governo Lula - por meio da Medida Provisória nº 459 (25/03/2009) - foi aprovado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Inserido numa complexa conjuntura, impulsionado pelas diversas facetas da reprodução do capitalismo, sobretudo a lógica imobiliária, segundo Rodriguez (2016), este programa não deveria ser anunciado apenas como uma iniciativa do Estado para a simples "provisão de moradias, pois fica evidente seu caráter econômico, de grande importância para o setor privado, que passa a ser o principal agente promotor da política habitacional" (RODRIGUEZ, 2016, p. 51).

Sertori (2019) corrobora, enaltecendo a essência mercadológica do PMCMV, que findou anulando outras proposições do próprio Estado na esfera da política habitacional:

> Este arranjo político-financeiro para a produção habitacional em escala ignorava o recém-lançado Plano Nacional de Habitação que, de acordo com Caio Santo Amore (2015, p.17) pretendia atacar o problema da habitação nas cidades a partir de uma diversidade de programas e produtos, considerando ainda as diferentes tipologias de municípios brasileiros, baseadas em características demográficas e dinâmicas econômicas (SERTORI, 2019, p. 111).

Na sequência, a referida medida provisória converteu-se na Lei nº 11.977 (07/07/2009), a qual também designou que as três modalidades do PNHR fossem incorporadas ao escopo do PMCMV. A partir de então, este programa tornou-se o responsável pelas questões inerentes à produção da habitação na cidade e no campo, formalizando também o PMCMV Rural.

Em meados do primeiro mandato do Governo Dilma (2011-2016), através da edição da Portaria Interministerial nº 78 (08/02/2013) e da Orientação Operacional - OO nº 03/2013/DHAB/SNH/MCIDADES (14/08/2013), os assentamentos

rurais do PNRA também passaram a ser assistidos pelo PMCMV Rural. Assim, os assentados da reforma agrária completaram o conjunto da população rural atendida: agricultores familiares; trabalhadores rurais; extrativistas; pescadores artesanais; ribeirinhos; quilombolas; indígenas e demais comunidades tradicionais.

A partir dessa configuração a produção da habitação dos habitats de reforma agrária passou à tutela do PMCMV Rural, que subsidiava a construção ou reforma de unidades habitacionais, trazendo a possibilidade - para as regiões que não possuíam soluções para o abastecimento com água potável - da construção de cisternas. Executado pelo Ministério das Cidades, era coordenado por entidades financeiras públicas (agente financiador): Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, esta última assumindo maior protagonismo. Havia também as figuras da Entidade Organizadora (EO) e da Comissão de Representantes (CRE). A primeira correspondia ao ente - contratado pelas famílias assentadas - responsável em gerenciar/intermediar o processo de construção das habitações entre os beneficiários e o agente financiador. Quanto à segunda, assumia a função de acompanhar o processo de produção das habitações. Sertori (2019) explana de modo satisfatório acerca dessa dinâmica:

> Ministério das Cidades, o qual, juntamente com o Ministério da Fazenda, eram os responsáveis pela movimentação dos recursos provenientes do OGU. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, considerados como agentes financeiros, ficavam responsáveis: pela análise e contratação dos projetos; pelo repasse dos recursos (envolvendo, no caso da Caixa, as Gerencias Executiva de Habitação (GIHAB) das respectivas Regiões Administrativas de cada estado) e pela medição das obras.
> Já as Entidades Organizadoras (EO), que podem ser públicas ou privadas, mas sem fins lucrativos, após serem habilitadas pelo agente financeiro, tinham como função facilitar a interlocução entre os agentes financeiros e as famílias.
> [...]
> Cada projeto contratado deveria ter sua própria Comissão de Representantes (CRE). A composição dessa comissão deveria contemplar representantes da EO e das famílias, os quais deveriam ser eleitos em assembleia. À CRE, cabia a responsabilidade pela assinatura das notas fiscais referentes a compras de materiais e ao pagamento da mão de obra, podendo também atestar possíveis irregularidades quanto à qualidade dos materiais ou ao emprego dos recursos disponibilizados pelo programa (SERTORI, 2019, p. 117).

Delimita-se, assim, o recorte temporal sobre o qual se desenvolveu esta tese. A partir dos dados da pesquisa, observou-se que os poucos governos que se propuseram enfrentaram a questão

habitacional da totalidade do campo somente ofertando recursos para a construção e reforma das unidades habitacionais. As iniciativas não contemplaram os outros elementos do habitat. Quando muito, disponibilizaram recursos para a efetivação de cisternas. Concorda-se com Setori (2019) quando este afirma que a questão voltada à habitação no campo é "ignorada ou tratada, de modo recorrente, como um subtema pelo conjunto de políticas públicas e programas habitacionais" (SERTORI, 2019, p. 20).

Conforme o documento "Síntese das Discussões e Propostas do II Colóquio Habitat e Cidadania – Habitação Social no Campo" (INO *et al*, 2011), as iniciativas do Estado destinadas à habitação do campo têm sido insuficientes, materializadas com recursos mínimos. Há uma desconformidade com o tratamento que vem sendo dado pelos governos ao campo, muito aquém do que realmente se faz necessário. A relação entre os diversos agentes envolvidos – institucionais, financeiros, empresariais e sociais - na formulação dessas ações e na operacionalização dos programas acontece de maneira bastante insipiente.

Verifica-se, também, pouca articulação com as outras políticas voltadas ao campo: fundiária, de produção agrícola, de geração de trabalho e renda, social, etc. Não existe uma política específica para o desenvolvimento rural como um todo. Além disso, há pouca articulação direta dessas iniciativas com as disponibilizadas - sempre em maior número - aos demais aglomerados humanos, principalmente àqueles de alta e média densidade, como as grandes cidades ou as sedes dos municípios.

Apesar da conjuntura apresentada quanto à política habitacional para a totalidade do campo, de 1985 a 2013, as ações do Estado próprias aos habitats de reforma agrária foram inseridas e conduzidas, quase que exclusivamente pela política de reforma agrária, conforme explanado na sequência.

7.2 Iniciativas do Estado para o Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

Resultado da consolidação da política de reforma agrária no espaço físico, a criação do assentamento rural representa um recomeçar, sendo necessário reestruturar o imóvel rural para acolher as famílias que nele irão habitar. Neste contexto acontece a prática do desenho do habitat de reforma agrária. Para compreender esta etapa, é necessário ampliar o foco e visualizar a totalidade do processo de criação do assentamento rural, relacionando, assim, a parte com o todo.

Desse modo, inicialmente as etapas foram apresentadas no âmbito do processo de criação dos assentamentos rurais de reforma agrária, explanando sobre as principais, destacando os normativos e os elementos inseridos na vigência de cada governo, proporcionando uma compreensão geral da essência do todo.

Posteriormente, a efetivação do habitat de reforma agrária foi analisada separadamente, em seu conjunto particular. Primeiro, explanou-se sobre suas características comuns, sobretudo os normativos que a subsidiam – voltados à Implantação dos Assentamentos Rurais e ao Crédito Instalação, na modalidade "Habitação" e "Aquisição de Materiais de Construção". Em seguida, verificou-se como esses normativos foram executados: a prática do desenho do habitat de reforma agrária. Assim, para enriquecer a abordagem e as relações com o campo empírico, ilustrou-se com exemplos diversos: Belém/Pará, Mato Grosso e Santa Catarina. Após, detalhou-se as etapas do processo e os agentes envolvidos foram detalhados na vivência do campo empírico: assentamentos rurais de reforma agrária do Rio Grande do Norte.

7.2.1 O Processo de Criação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

A figura 27 retrata o fluxograma das ações voltadas à criação de assentamentos rurais de reforma agrária em nosso país.

Figura 27 - Fluxograma Criação Assentamento Rural de Reforma Agrária.

Fonte: Elaboração da autora a partir do acervo do INCRA/RN (2018).

No intervalo temporal estudado, esse processo sofreu influências da ideologia e dos interesses das políticas públicas implementadas. No entanto, a partir dos normativos analisados, percebeu-se que o arcabouço de atuação se fez constante. Assim, para uma melhor compreensão, pode-se ordenar esse procedimento

em cinco momentos: reivindicação da propriedade rural; obtenção da propriedade; criação do assentamento; implantação/desenvolvimento e emancipação/titulação.

7.2.1.1 Reivindicação da Propriedade Rural.

Na primeira etapa os requerentes – trabalhadores rurais sem terra e seus representantes: movimentos sociais ou sindicatos de trabalhadores do campo - recorrem ao INCRA para que seja realizada fiscalização preliminar ou estudo de viabilidade a fim de detectar se a propriedade em questão cumpre sua função social.

> A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:
> I - aproveitamento racional e adequado;
> II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
> III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
> IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, Lei n° 8.629, de 25/02/1993, artigo 9º).

Em caso negativo, o imóvel é destinado para fins de reforma agrária, podendo ser adquirido pelo Estado.

No recorte estudado, os movimentos sociais e sindicatos utilizaram métodos ousados para requerer a terra: manifestações públicas e ocupação da propriedade. Consideram estes como instrumentos legítimos da sua luta, os quais acreditam contribuir para acelerar a burocracia estatal.

Em diversos momentos, combatidas de modo violento pelo Estado, essas estratégias provocaram conflitos e, em consequência, mortes dos trabalhadores rurais, acirrando ainda mais a luta pela terra. Alguns casos se tornaram emblemáticos, como a ocupação da fazenda Annoni (RS)[137], no Governo Sarney.

Nesta etapa ocorre a consolidação do acampamento: espaço físico provisório de vivência coletiva, com precária condição de habitabilidade, composto por barracos improvisados, construídos de materiais não convencionais. Planejado, concebido e executado pelos próprios moradores, constitui-se como primeiro habitat daqueles que anseiam por terra para habitar e trabalhar.

7.2.1.2 Obtenção da Propriedade Rural.

Essa fase se inicia com o ofício do Superintendente do INCRA acatando o pedido do requerente e solicitando a avaliação

[137] O filme “Terra para Rose” retrata esse episódio.

preliminar da área em litígio. Essa ação reflete a responsabilidade da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, sobretudo o Setor de Obtenção.[138] Seus técnicos - engenheiros agrônomos - realizam a fiscalização preliminar, vistoria ou estudo de viabilidade na intenção de verificar o cumprimento da função social da propriedade e sua viabilidade à reforma agrária. No decorrer do recorte estudado, a lógica deste procedimento permaneceu estável, porém com alterações em sua nomenclatura e da peça técnica resultante - estudo de viabilidade técnica; laudo agronômico de vistoria - assim como no seu robusto conjunto de instrumentos balizadores: normativos, procedimentos técnicos, manual operacional, notas técnicas, etc.

Desse modo, caso o resultado da avaliação apontasse que a propriedade não cumpria sua função social, a área era declarada de interesse social para fins de reforma agrária, por meio de decreto oficial. A partir de então, a União propunha ação de desapropriação para fins de reforma agrária para aquisição do imóvel, que poderia acontecer através dos institutos "desapropriação por interesse social" ou "compra e venda".

[138] Optou-se em utilizar a nomenclatura vigente. Esta sofreu mudanças ao longo do recorte estudado, conforme observado no Capítulo 5 INCRA.

Normalmente, depois de cumpridos os trâmites burocráticos estabelecidos pela legislação vigente, com o aval do presidente da República, publicava-se o decreto de desapropriação da terra. As terras eram remuneradas em Títulos da Dívida Agrária (TDA), resgatáveis posteriormente. Já as benfeitorias úteis e necessárias eram pagas na ocasião em moeda nacional corrente.

7.2.1.3 Criação do Assentamento Rural.

> Essa transição, digamos, do processo desapropriatório ao assentamento das famílias de trabalhadores rurais sem terra, cria certo artificialismo: o assentamento será, então, literalmente constituído. Haverá o parcelamento da terra (ou não, dependendo das circunstâncias), a construção de novas estradas, a seleção dos locais para a edificação das casas, a perfuração de poços de captação de água, a extensão da rede de eletrificação rural, a destinação de áreas para uso social comum, o fornecimento de cestas básicas, a liberação de créditos, a construção e/ou adaptação de obras físicas para a produção como as cercas, estábulos, paióis, apriscos, currais, etc., e aquelas para o uso social como as escolas, postos de saúde, igrejas, praças públicas, campos para jogos, etc.; a compra de animais, de implementos agrícola; o início dos plantios, das criações, etc. (CARVALHO, 1999, p. 6).

Essa fase ainda permanecia sob a custódia da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.

Primeiro, as famílias sem-terra eram cadastradas e selecionadas, constituindo a relação de beneficiários (RB), ação conduzida pelo Setor de Implantação de Assentamento[139].

Devidamente selecionadas, acontecia a imissão das famílias na posse do assentamento. Assim, por meio da assinatura de contratos, os beneficiários recebiam os títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 anos. Estes lhes garantiam o uso efetivo da terra, podendo nela habitar e produzir. Todavia, a propriedade legal da terra pertencia ao INCRA. A partir desse ato, as famílias de trabalhadores rurais, até então sem terra, tornavam-se assentadas da reforma agrária.

7.2.1.4 Implantação/Desenvolvimento do Assentamento Rural

Mesmo que algumas propriedades rurais já possuíssem benfeitorias diversas e instalações produtivas, fazia-se necessário criar adequadas condições para que as famílias assentadas pudessem dignamente se instalar, produzir e se desenvolver.

Para tanto, eram promovidas iniciativas na área social; segurança alimentar; fomento do processo produtivo e garantias para a geração de rendas; efetivação do habitat; área ambiental e segurança hídrica, sobretudo nos assentamentos localizados na região do semiárido. O conjunto dessas ações correspondia ao processo de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais, compreendendo a mais prolongada das cinco etapas aqui mencionadas. Essas ações eram compartilhadas entre quase todas as divisões da autarquia: Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento; Desenvolvimento de Projetos de Assentamento; e Ordenamento da Estrutura Fundiária[140].

De modo geral, mesmo com as alterações promovidas nos seis governos estudados, as ações básicas equivaliam a: concessão de crédito instalação (diversas modalidades); serviços de assessoria técnica, social e ambiental (ATES); elaboração do plano de desenvolvimento do assentamento (PDA) e seus complementares projetos de exploração anual (PEA) e plano de recuperação do assentamento (PRA); estudo e anteprojeto de parcelamento; estudo para o licenciamento ambiental; serviço de medição e demarcação topográfica; implantação de infraestrutura básica (estradas, energia e

[139] Optou-se em utilizar a nomenclatura vigente. Esta sofreu mudanças ao longo do recorte estudado, conforme observado no Capítulo 5 INCRA.

[140] Optou-se em utilizar a nomenclatura vigente. Esta sofreu mudanças ao longo do recorte estudado, conforme observado no Capítulo 5 INCRA.

água); aplicação das políticas públicas de modo geral; concessão de créditos para produção; supervisão e acompanhamento; e manejo de recursos naturais. A ordem aqui transcrita equivale à estabelecida pelo normativo vigente, devendo ser priorizada[141]. Porém, durante o período analisado, nem sempre coincidia com realidade praticada. Esta dependia da disponibilidade de recursos financeiros, humanos e do interesse da gestão da Superintendência. Na sequência, apresenta-se uma noção geral, e simplificada, dessas ações citadas.

Créditos de Implantação ou Instalação.

Uma das primeiras ações executadas após a criação do assentamento rural, a concessão de créditos consistia em benefícios financeiros disponibilizados a cada família assentada, com o objetivo de auxiliar e promover a estruturação, desenvolvimento inicial e/ou recuperação da instalação física dos assentamentos. A intenção era garantir as condições básicas de sobrevivência e estabelecimento às famílias, buscando, sobretudo, suprir as necessidades quanto à segurança alimentar; fomento do processo produtivo e geração de renda; construção das moradias e segurança hídrica. Por sua vez, os normativos que direcionavam essa ação – essencialmente regulamentando o fluxo operacional para a concessão, aplicação e prestação de contas – foram os que mais sofreram alterações no decorrer do recorte analisado.

No Governo Sarney, os primeiros registros versavam sobre o Crédito de Implantação. Originalmente eram três modalidades: Crédito para Alimentação; Crédito para Insumos Agropecuários (Fomento) e Crédito para Aquisição de Materiais para Construção de Moradias (habitação). No fim do governo, a "Norma de Concessão de Empréstimo para Projetos de Assentamento" acrescentou o Auxílio Habitação Provisória.

No transcorrer dos governos Collor e Itamar as modalidades foram remodeladas, retornando à três: Alimentação (segurança alimentar das famílias e fomento inicial do processo produtivo); Fomento (segurança alimentar, geração de renda e excedente produtivo às famílias); e Habitação (compra de material para construção das moradias).

Essa mesma lógica seguiu para o Governo FHC. Apenas na Instrução Normativa nº 34 (09/07/1999) houveram alterações, passando a vigorar somente duas modalidades: Apoio à Instalação (segurança alimentar das famílias e fomento inicial do processo produtivo) e Materiais de Construção (compra de material para construção das moradias). Ao fim desse governo, por meio da

[141] Tomou-se por referência a versão mais recente por explicitar o maior quantitativo de ações praticadas.

Instrução Normativa nº 06 (18/07/2002), o Crédito de Implantação foi transformado em Crédito Instalação, porém as modalidades permanecem as mesmas.

Por sua vez, foi no Governo Lula que o Crédito Instalação - tanto em suas modalidades, quanto nos procedimentos e valores adotados - sofreu as mais significativas reestruturações. Ao fim, dispunha-se de: Apoio Inicial (segurança alimentar das famílias e fomento inicial do processo produtivo); Apoio Mulher (promover a inserção das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir na superação da desigualdade de gênero no meio rural); Fomento (segurança alimentar, geração de renda e excedente produtivo às famílias); Aquisição de materiais de construção (compra de materiais necessários à construção das habitações rurais); Adicional do Fomento (consolidar a segurança alimentar das famílias e fortalecer o processo produtivo de geração de excedente produtivo); Semiárido (apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para o consumo humano, animal e produtivo); Recuperação/materiais de construção (aquisição de materiais de construção para a melhoria habitacional); Reabilitação de Crédito de Produção (recuperar a capacidade de acesso a novos créditos às famílias que contratam o PROCERA); Crédito Ambiental (financiar o plantio de arvores e tratos culturais para restauração de área de reserva legal).

Essa sistemática prosseguiu até meados do Governo Dilma, quando - resultado da fiscalização dos órgãos de controle - por meio da Nota Técnica nº 03/2014/INCRA/DD (21/07/2014), a concessão das modalidades do Crédito Instalação foi suspensa, sendo reestabelecida somente pela Resolução/INCRA/CD/nº 49 (12/12/2015) e Portaria/INCRA/P/nº 71 (18/12/2015).

Todas essas ações aconteciam sob a tutela da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, especificamente do Setor de Crédito[142]. Envolviam grande montante de servidores, detentores das mais diversas formações: assistente social; engenheiro agrônomo; técnico agrícola; técnico em edificações; economistas; dentre outros. Por sua vez, os assentados possuíam papel de destaque nessa dinâmica, situação recorrente no decorrer do recorte analisado.

Os aspectos relacionados ao habitat foram contemplados pelas modalidades "Habitação" e "Aquisição de Materiais de construção", explicados mais adiante[143].

[142] Optou-se em utilizar a nomenclatura vigente. Esta sofreu mudanças ao longo do recorte estudado, conforme observado no Capítulo 5 INCRA.
[143] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

Assessoria Técnica, Produtiva, Social e Ambiental.

Com o objetivo de garantir apoio às atividades de cunho produtivo, social e ambiental aos assentados, foram instituídos os programas voltados à assistência técnica.

De modo geral, essas ações deveriam permear todas as etapas do processo de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais. O propósito consistia em transformá-los em espaços de produção estruturada, proporcionando aos assentados – que detinham atuação protagonista - condições adequadas de segurança alimentar, inserção no mercado de produção local e regional, buscando o seu pleno desenvolvimento.

Nessa intenção, o INCRA contratava entidades com capacidade técnica e operacional para prestar tal apoio. Esses grupos deveriam ser compostos por equipe multidisciplinar: assistente social; engenheiro agrônomo; técnico agrícola; etc. Os contratos firmados eram acompanhados pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, em Setor especifico denominado conforme estrutura organizativa do regimento interno à época.

Até o Governo FHC, essas ações aconteciam de modo pontual. Em 1997 instituiu-se o Projeto Lumiar[144]. A partir do Governo Lula essas iniciativas foram praticadas por meio do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) estabelecidos pela Norma de Execução nº 60 (07/05/2007). Por sua vez, uma das primeiras ações do Governo Dilma foi instituir a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), por meio da Lei nº 12.188 (11/01/2011). Para tanto, criou agência própria.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Correspondia o principal instrumento de planejamento do assentamento rural, em seus mais diversos aspectos:

> Diagnóstico e instrumento de planejamento espacial, social e econômico do projeto de assentamento, focado na gestão participativa da comunidade assentada (Relatório de Gestão, 2002, INCRA/RN).

Devido sua relação direta com a efetivação do habitat, este item será explicado em subitem específico[145].

[144] Ver Capítulo 5 INCRA.

[145] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

Estudo e Anteprojeto de Parcelamento do Assentamento.

Nesta fase acontecia a remodelação do espaço físico do imóvel desapropriado à nova realidade de assentamento rural.

As atividades iniciavam na Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento. Tomando por referência os dados levantados - laudo de vistoria e estudo do uso do solo – resultantes da fase inicial de obtenção da propriedade rural, os engenheiros agrônomos concebiam o anteprojeto do parcelamento da totalidade do assentamento. Também levavam em consideração critérios e procedimentos sistematizados nos normativos específicos: fração mínima de parcelamento (fixada em função do município de inserção do assentamento); aptidão agrícola e tipo do solo da área.

Desse modo, delimitavam o espaço físico: área destinada à produção (lotes de trabalhos individuais e/ou coletivos); área de reserva legal; área de preservação permanente; vias de circulação, interligando todos os espaços; e o habitat. Quanto a tipologia concentrada, via de regra, planejavam sua localização.

A peça técnica resultante denominava-se anteprojeto de parcelamento[146]. Os normativos não mencionavam a possibilidade de participação dos assentados nesta fase.

[146] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

Após aprovado pelo superintendente, o anteprojeto do parcelamento do assentamento seguia para a Divisão do Ordenamento da Estrutura Fundiária, especificamente ao Setor de Cartografia[147]. Seus técnicos - engenheiros cartógrafos, topógrafos, técnicos em agrimensura – eram os responsáveis pelos serviços de medição e demarcação topográfica, materializando a organização territorial proposta no espaço físico.

Serviço de Medição e Demarcação Topográfica.

Devido sua relação direta com a efetivação do habitat, este item será explicado em subitem específico [148].

Estudo Licenciamento Ambiental.

Essa temática foi intensificada sobretudo no Governo Lula, também como consequência das exigências da legislação ambiental em vigor (federal e estadual), tais como: Resolução CONAMA 01/86; Resolução CONAMA 237 (19/12/97); Resolução CONAMA nº 289 (25/10/2001); Resolução CONAMA 302 (20/03/2002); Resolução CONAMA 303 (20/03/2002); Lei nº 12.651

[147] Optou-se em utilizar a nomenclatura vigente. Esta sofreu mudanças ao longo do recorte estudado, conforme observado no Capítulo 5 INCRA.
[148] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

(25/05/2012); Resolução CONAMA 458 (16/07/2013) e suas posteriores atualizações[149].

O objetivo consistia em aprimorar a atenção às questões ambientais, elaborando estudos mais adequados para definição das áreas de reserva legal e de preservação permanente, assim como realizar o licenciamento ambiental dos assentamentos e mesmo o PDA. No mais, representava ferramenta a ser empregada na fase de estudo e anteprojeto de parcelamento para definição do local para o habitat, evitando as áreas ambientalmente mais frágeis.

No caso do RN, somadas às citadas legislações no âmbito federal, havia ainda as exigências da legislação estadual. Esta estabelecia - além da obrigatoriedade da Licenças Prévia (LP) e de Instalação e Operação (LIO) - os procedimentos para licenciar as atividades praticadas na área dos assentamentos, especialmente: desmatamento de mata nativa; instalação de casa de farinha; implantação de projetos irrigados; dentre outros.

Para a regularização das atividades de exploração mineral era necessário protocolar requerimento na Agência Nacional de Produção Mineral. Do mesmo modo, para regularizar a utilização de recursos hídricos - como abertura de poços; construção de açudes; etc - o requerimento acontecia no Instituto de Gestão de Águas do Rio Grande do Norte (IGARN).

Implantação de Infraestrutura Básica.

Correspondia, essencialmente, a estradas de acesso, alternativas para o abastecimento de água para consumo humano e energia elétrica. Devido sua relação direta com a efetivação do habitat, este item será explicado em subitem específico[150].

Aplicação das Políticas Públicas de Modo Geral.

As ações de "Concessão de créditos para produção"; "Supervisão e Acompanhamento" e "Manejo de recursos naturais" aconteciam de acordo com as especificidades da política e dos programas de cada governo[151].

7.2.1.5 Titulação.

Esta é a última etapa integrante do processo de criação de assentamentos rurais de reforma agrária. Equivalia a três ações inter-

[149] Anteriores: Resolução CONAMA nº 387 (27/12/2006); Resolução CONAMA nº 289 (25/10/2001), ambas revogadas.

[150] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

[151] Ver subcapítulo 3.1 A Reforma Agrária e o Estado e o Capítulo 5 INCRA.

relacionadas e dependentes nessa ordem: consolidação, emancipação e titulação (propriamente dita) do assentamento.

O assentamento rural somente pode ser considerado consolidado após a consumação das ações da etapa implantação/desenvolvimento, sobretudo: conclusão dos serviços topográficos, principalmente o perímetro total do assentamento e o parcelamento dos lotes de produção; concessão de todas as modalidades do Crédito Implantação/Instalação; execução das habitações de todos os assentados; implantação da infraestrutura básica (estrada de acesso e solução para o abastecimento d'água); possuir no mínimo de 50% dos instrumentos definitivos de titulação outorgados. No mais, os assentados devem ter atingido sua soberania produtiva e de organização social.

Consolidado, o assentamento rural pode ser emancipado. A partir deste ato, os assentados recebem o título da terra e esta se torna, enfim, sua propriedade.

7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária

Restringe-se, agora, o olhar à especificidade da prática do desenho do habitat de reforma agrária e sua consequente efetivação. Esta ação compreende as fases de planejamento, concepção e execução, desenvolvendo-se em diversas etapas da totalidade do processo de criação do assentamento rural.

As etapas de planejamento e concepção são delimitadas pelas ações de escolha da localização do habitat e definição do seu desenho (sobretudo para a tipologia concentrada): perímetro e parcelamento/uso do solo - lotes de moradia; vias de circulação; áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviços.

A fase de execução equivale à concretização desse desenho no espaço físico.

Quanto à habitação, e todas suas nuances, é tratada à parte.

Assim, mesmo com a dimensão continental do país e as particularidades de cada região - sobretudo culturais e ambientais - oficialmente essa sistemática de implantação do desenho dos habitats nas Superintendências regionais do INCRA é regida pela mesma legislação e normativos. Neste contexto e temática, estes instrumentos são poucos, generalistas e limitados quanto ao detalhamento das informações e critérios técnicos relacionados à efetivação do habitat em si. De modo geral, não levam em consideração as peculiaridades de cada região e nem a tipologia do habitat implantado - concentrado, disperso ou misto.

7.2.2.1 Normativos e Instrumentos Jurídicos.

A Instrução Normativa/INCRA/nº 44 (14/11/2000) aponta que as ações da autarquia são balizadas por "atos administrativos ordinatórios e normativos". Os exemplares dos normativos são:

> **Resolução** – ato que consubstancia as decisões tomadas pelos órgãos colegiados do INCRA: Conselho Diretor, Comitê de Decisão Intermediária e Comitês de Decisão Regional;
> **Instrução Normativa (IN)** – ato expedido pelo Presidente do INCRA para disciplinar a aplicação de procedimentos de caráter geral previstos em leis, decretos e regulamentos ou para estabelecer diretrizes e dispor sobre matéria de sua competência específica;
> **Norma de Execução (NE)** – ato expedido pelo Chefe de Gabinete, Procurador-Geral, Superintendentes Nacionais e Superintendentes Regionais, para regulamentar a execução de serviços de sua competência ou procedimentos complementares a instruções normativas (BRASIL, Instrução Normativa/INCRA/Nº 44 (14/11/2000, art. 2º) (grifo nosso).

Desse modo, sobretudo as Instruções Normativas (IN) e as Normas de Execução (NE) são os instrumentos jurídicos que regem as ações operacionais e técnicas ligadas à efetivação do habitat. Neste contexto foi possível distinguir dois conjuntos de normativos: os que direcionam a Implantação de Assentamentos Rurais como um todo e os voltados à modalidade Habitação/Aquisição de Material de Construção do Crédito Implantação/Instalação.

Implantação de Assentamentos Rurais

Esse item é delimitado pelos normativos que direcionam a implantação do assentamento, destacando as ações intrínsecas ao habitat: Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA); Serviço de medição e demarcação topográfica; e a Implantação da infraestrutura básica.

Anterior ao Governo Sarney, quando acontecia, a implementação dos assentamentos rurais era direcionada por leis no âmbito geral, como o Estatuto da Terra (30/11/1964) e o Decreto n° 59.428 (27/10/1966).

No Governo Sarney teve início a edição de instrumentos internos específicos, voltados ao processo de implantação do assentamento rural em sua totalidade. Todavia, de modo ainda primário, na sistemática da autarquia não havia distinção entre as etapas dessa prática. A efetivação do habitat e da habitação era tratada no mesmo normativo de modo pouco detalhado. Não havia referência à instalação de infraestrutura básica ou ao serviço de medição e demarcação topográfica. O PDA ainda não era executado.

Até onde foi possível apurar, os principais instrumentos desse período equivalem aos citados no Quadro 13.

Quadro 13 - Normativos de Implantação de Assentamentos Rurais: Governo Sarney.

NORMATIVO	DATA	ASSUNTO
Instrução da Secretaria de Assentamento e Colonização/SEASC/MIRAD Nº 02.	02/10/1988.	Da concessão de crédito de implantação, aos beneficiários dos projetos de reforma agrária.
Instrução MIRAD/SEASC/Nº 06.	06/10/1988.	Dispõe sobre a habitação rural nos assentamentos de reforma agrária e colonização oficial.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA.

No primeiro normativo identificado - Instrução da Secretaria de Assentamento e Colonização/SEASC/MIRAD nº 02 (02/10/1988) – a única menção relacionada ao habitat foi encontrada na denominação de uma das três modalidades do Crédito de Implantação à época disponibilizado: crédito para aquisição de materiais para construção de moradias.

A escassez de informações permanece na Instrução – MIRAD/SEASC/nº 06 (06/10/1988). A alusão ao habitat acontece somente na referência à habitação:

> Promover a execução indireta da construção de unidades habitacionais nos Assentamentos do MIRAD, ou sua execução direta, com diretrizes próprias, adaptadas às peculiaridades regionais, respeitando, sempre que possível, as tradições arquitetônicas locais (BRASIL, MIRAD/SEASC/nº 06 de 06/10/1988).

A mesma lógica persiste nos governos Collor e Itamar. Nesse intervalo não se promulgaram normativos nessa temática.

A partir do Governo Fernando Henrique Cardoso foram detectados os primeiros normativos específicos voltados à implantação de assentamentos rurais/habitats (ver Quadro 14).

Quadro 14 - Normativos Implantação de Assentamentos Rurais: Governo FHC.

NORMATIVO	DATA	ASSUNTO
Instrução Normativa INCRA/nº29.	12/04/1999.	Dispõe sobre a implantação de Projetos de Assentamento em terras obtidas pelo Programa de Reforma Agrária e dá outras providências.
Instrução Normativa INCRA/nº 34.	09/07/1999.	Dispõe sobre a implantação de Projetos de Assentamento em terras obtidas pelo Programa de Reforma Agrária e dá outras providências.
Norma de Execução INCRA/DP/nº 001.	03/08/1999.	Fixa valores para implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária.
Norma de Execução INCRA/DP/ nº 002.	30/08/1999.	Fixa valores para implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária.
Instrução Normativa INCRA/nº41.	24/05/2000.	Fixa normas para a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, abrangendo as ações de assentamento de trabalhadores rurais e a atividade complementar de

		regularização fundiária.
Instrução Normativa INCRA/nº02.	20/03/2001.	Fixa normas gerais para a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, abrangendo as ações de assentamento de trabalhadores rurais e a atividade complementar de regularização fundiária.
Norma de Execução/INCRA/nº 02.	28/03/2001.	Dispõe sobre a regulamentação para a fase de implantação do Projeto de Assentamento e dá outras providências.
Norma de Execução INCRA/nº 04.	02/04/2001.	Fixa os valores de créditos para implantação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.
Norma de Execução nº 25.	12/08/2002.	Fixa e altera os valores de crédito de obras de infraestrutura e de serviços para implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA.

No geral, esses normativos relacionados listam as ações e etapas para a implantação do assentamento, sem informações técnicas. Quanto às atividades inerentes ao habitat, o PDA era o mais detalhado. O serviço de medição e demarcação topográfica foi genericamente mencionado, vinculado à delimitação do perímetro e dos lotes de produção do assentamento, assim como a instalação da infraestrutura básica: restrita a estradas de acesso, alternativas para o abastecimento de água e energia elétrica.

Em cinco dos normativos foram apontados os valores financeiros para cada ação, os quais não sofreram alterações, conforme ilustrado no Quadro 15.

Quadro 15 - Valores dos Serviços de Implantação de Assentamentos Rurais: Governo FHC.

NORMATIVO	VALORES DOS SERVIÇOS POR FAMÍLIA (R$)			
	PDA	TOPOGRAFIA	INFRA	COMPL. INFRAEST
Instrução Normativa INCRA/nº29/1999 .	Até 100	Até 400	Até 2.000	Sem informação
Norma de Execução INCRA/DP/nº 001/1999.	Até 100	Até 400	Até 2.000	1.000
Norma de Execução INCRA/DP/ nº 002/1999.	Até 100	Até 400	Até 2.000	1.000
Norma de Execução INCRA/nº 04/2001.	Até 100	Até 400	Até 2.000	1.000
Norma de Execução nº 25/2002.	Até 100	Até 400	Até 2.000	1.000

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA.

Na IN/INCRA/Nº 29 (12/04/1999), pela primeira vez se definiu acerca do PDA: processo de organização e planejamento do espaço físico da totalidade do assentamento, como também das atividades de cunho social, econômico e ambiental. Assim, constituindo uma das ações iniciais a ser realizada, por meio desta deveria acontecer o planejamento e definição das áreas para:

produção agropecuária (individual e/ou coletivas); reserva legal; preservação permanente (quando necessária); vias de acesso e o habitat. Do mesmo modo, o PDA delineava as atividades produtivas a serem desenvolvidas; as ações para a recuperação e a preservação do meio ambiente; as necessidades para instalação de infraestrutura básica; e o programa social. A citada IN definia:

> 3.1.5.5 Da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA
> [...]
> c) O Plano de Desenvolvimento do Assentamento deverá ser elaborado no contexto do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, quando existir, e deverá conter como principais componentes, os seguintes:
> 1) Levantamento dos recursos naturais;
> 2) Perfil socioeconômico dos assentados;
> 3) Organização espacial, incluindo plano de parcelamento, ser for o caso, e a localização coletiva das habitações;
> 4) As atividades econômicas agrícolas e não agrícolas a serem desenvolvidas em função da demanda do mercado;
> 5) Educação, saúde, cultura e lazer;
> 6) Questões de gênero e juventude;
> 7) Infraestrutura básica (estradas de acesso, água para consumo humano e energia);
> 8) Gestão ambiental;
> [...]
> e) O Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA será elaborado com base em um roteiro técnico de orientações, objeto de Norma de Execução, a ser editada pela Diretoria de Assentamento – DP (BRASIL, IN/INCRA/Nº 29/1999, p. 3).

A IN/INCRA/nº 29 ainda estipulava que, após a elaboração e a aprovação pelo Superintendente Regional, o PDA deveria ser executado no período máximo de 6 meses. Posteriormente a esse período aconteceria o serviço de medição e demarcação topográfica e implantação da infraestrutura básica: estrada de acesso; abastecimento de água para o consumo humano e a eletrificação em rede de tronco. No mais, indicava à necessidade da edição de normativo específico para direcionar a efetivação do PDA, o que se concretizou somente mais adiante.

A IN/INCRA/nº 34 (09/07/1999) acrescentou à anterior a opção pelo "Plano de Desenvolvimento Simplificado, a ser elaborado pela Divisão de Assentamento das Superintendências Regionais" (BRASIL, IN/INCRA/Nº 34/1999, p. 4).

Os instrumentos - Norma de Execução/INCRA/DP/nº 001 (03/08/1999); Norma de Execução/INCRA/DP/nº002/1999 (30/08/1999); Instrução Normativa/INCRA/nº41/2000 (24/05/2000); Norma de Execução/INCRA/nº 04 (02/04/2001) e Norma de Execução/INCRA/nº 25 (12/08/2002) - seguem o padrão de apenas

citar as ações voltadas à implantação do assentamento e os respectivos valores financeiros ofertados. Quanto a estes, os mais recentes foram atualizando os posteriores.

Os dois normativos editados no final do mandato de FHC ampliaram o montante de informações sobre o PDA. A Instrução Normativa/INCRA/nº 02 (20/03/2001), o vinculou às fases de implantação e consolidação do assentamento:

> VII – elaboração, supervisão e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA, que conterá:
> a) aplicação do crédito de apoio à instalação;
> b) acesso do beneficiário à capacitação básica e treinamento;
> c) execução dos serviços topográficos;
> d) aquisição de material de construção;
> e) implantação de atividades produtivas;
> f) disponibilização de assistência técnica;
> g) implementação de infraestrutura básica (BRASIL, IN/INCRA/Nº 02/2001, inciso VII, Artigo 5º p. 3).

Já a Norma de Execução/INCRA/nº 02 (28/03/2001) trouxe uma grande contribuição: roteiro básico para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento "visando a qualidade ambiental e o desenvolvimento socioeconômico das famílias beneficiárias, com foco na inserção ao mercado" (BRASIL, NE/INCRA/nº 02/2001, art. 11, p. 3). Esse roteiro tratava o habitat quanto à infraestrutura física, social e econômica. Assim, o item 4, "Diagnóstico da área do projeto de assentamento" apontava os equipamentos e instalações passíveis de uso comunitário. Já o 4.2.7 "Serviços Sociais Básicos" mensurava aspectos das habitações existentes. Por sua vez, o item 5.3.1 "Organização Territorial" contemplava as diretrizes para o planejamento físico da totalidade do assentamento, inclusive o habitat. Explicitava a proposta do anteprojeto de organização territorial, que incluía: áreas de produção (parcelas individuais ou comunitária); áreas de reserva legal e de preservação permanente; rede viária e elétrica; e área para uso urbano. Acerca desta última, o roteiro expõe que:

> 5.3.1.4 Áreas Para Uso Urbano
> a) Os núcleos urbanos, quando previstos, devem ser projetados de forma a ocupar, preferencialmente, a área central do projeto de assentamento. Sempre que possível, deve-se aproveitar a sede do imóvel rural, onde muitas vezes já existe infraestrutura aproveitável para a instalação do futuro núcleo urbano. O número máximo de parcelas urbanas, por núcleo, deve ser de 300. Quando houver mais de 300 famílias, deve-se projetar tantos núcleos quanto forem necessários. De modo geral, imóvel rural com área acima de 5.000 hectares, exige a constituição de mais de um núcleo urbano,

> prevalecendo um principal, localizado, normalmente, na parte central, onde são implantadas infraestruturas de maior porte. Os núcleos deverão ser locados de forma uniforme no projeto, equidistantes entre si e espaçados por cerca de seis quilômetros. A organização territorial deverá ser projetada de modo a minimizar-se as distâncias das parcelas até os núcleos, onde o assentado poderá fixar sua residência.
> b) A infraestrutura física e de serviços a ser disponibilizada à comunidade de assentados nos núcleos urbanos deve prever:
> 1. posto de saúde;
> 2. escola de 1º grau até a 4ª série;
> 3. centro comunitário;
> 4. armazém;
> 5. lotes urbanos, residenciais e comerciais;
> 6. sistema de abastecimento d'água; e
> 7. eletrificação, dentre outros (BRASIL, NE/INCRA/nº02/2001, p. 11 e 12).

Percebe-se que nesse instrumento o habitat foi incorporado à totalidade do assentamento rural, com diretrizes para sua localização, quantidade e o tipo de infraestrutura e serviços necessários, demonstrando preocupação com a relação e distância entre o habitat e área de produção. Pode ser considerado um bom começo para diretrizes básicas. Todavia, ainda havia a necessidade de documento próprio que esmiuçasse posteriormente as orientações técnicas para a efetivação do habitat, o que findou não acontecendo.

No Governo Lula houve reformulação nos normativos: eliminaram e substituíram procedimentos (ver Quadro 16).

Quadro 16 - Normativos Implantação de Assentamentos Rurais: Governo Lula.

NORMATIVO	DATA	ASSUNTO
Instrução Normativa nº 15.	30/03/2004.	Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.
Norma de Execução nº 36.	30/03/2004.	Fixa e altera os valores de créditos instalação, de obras de infraestrutura e de serviços para implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária.
Norma de Execução nº 39.	30/03/2004.	Estabelece critérios e procedimentos referentes ao Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES.

Fonte Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA.

A Instrução Normativa nº 15 (30/03/2004) amplificou o alcance do PDA, relacionando-o diretamente com a necessidade da assessoria técnica, que deveria acontecer desde o início da implementação do assentamento, e enaltecendo a conscientização sobre a questão ambiental (BRASIL, IN/INCRA/nº 15/2004, art. 2º).

Além do PDA, a referida IN instituiu outros instrumentos de planejamento: Projeto de Exploração Anual (PEA) e o Plano de

Recuperação do Assentamento (PRA). Também direcionou a responsabilidade por esses serviços ao escopo da assessoria técnica, social e ambiental (ATES), que propendeu a ocupar um espaço maior na agenda política do Governo Lula.

No mesmo modo, essa IN esclareceu acerca do serviço de medição e demarcação topográfica e da infraestrutura básica:

> § 6°. **Os serviços de medição e demarcação topográfica compreendem a materialização da organização territorial prevista no PDA, e deverão ocorrer logo após a sua definição ou posteriormente a aprovação do PDA.** As atividades de natureza topografia, executadas de forma direta ou indireta, deverão ser acompanhadas e fiscalizadas em consonância com as normas e parâmetros técnicos vigentes, sendo os produtos resultantes cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR
> § 7°. **As obras de infraestrutura básica de projetos de assentamento compreendem as estradas vicinais de acesso e de comunicação interna das parcelas, sistemas de abastecimento de água e rede tronco de energia elétrica, devendo ser planejadas por ocasião da elaboração do PDA**, observados os critérios estabelecidos para o planejamento da organização territorial da área (BRASIL, IN/INCRA/nº15/2004, art. 4º, p. 03) (grifo nosso).

A Norma de Execução nº 36/2004 (30/03/2004) trouxe os valores concedidos aos serviços de implantação do assentamento rural, com alterações em relação ao governo anterior, como ilustrado no Quadro 17 (BRASIL, NE/INCRA/nº36/2004, art. 1º p. 01).

Quadro 17 - Valores dos Serviços de Implantação de Assentamentos Rurais: Governo Lula.

VALORES DOS SERVIÇOS POR FAMÍLIA (R$)						
PDA		TOP	INFRAESTRUTURA			ATES
	ATES		EST	ENE	ÁGUA	
Até 200	Até 200	Até 400	Até 2.500	Até 2.000	Até 1.000	Até 400

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA.

Nessa NE ficou perceptível a ênfase dada à ATES e o condicionamento do PDA e do PRA a esse serviço. Ao último também foram destinados recursos financeiros, acrescentando a modalidade "Recuperação de Assentamento – Recursos Naturais" (BRASIL, NE/INCRA/nº 36/2004, art. 1º).

Nessa perspectiva, a Norma de Execução nº 39/2004 (30/03/2004) revogou a Norma de Execução/INCRA/nº 02 (28/03/2001), que fornecia maior detalhamento técnico à elaboração do PDA. O objetivo consistia em estabelecer critérios e procedimentos ao Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, ao qual o PDA estaria vinculado.

Diante do exposto, percebe-se que no Governo Lula ações inerentes ao habitat - sobretudo voltadas ao seu planejamento - foram tratadas de modo generalista, no contexto da totalidade do assentamento, reportando sempre à necessidade posterior da elaboração de normas de execução e manual de operação específicos. Contudo, foi concretizado apenas para o serviço de ATES, com o Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - aprovado pela Norma de execução INCRA/DD/nº 78 (31/10/2008) - e o documento "Bases metodológicas para o Programa de ATES", aprovado pela PORTARIA/INCRA/DD/nº 01 (30/07/2010). Não houve instrumentos exclusivos para orientar o habitat em si.

No período do Governo Dilma aqui estudado nenhum normativo específico nessa temática foram editados.

Quanto aos normativos específicos à implementação da infraestrutura básica – sobretudo estradas vicinais de acesso e circulação interna; sistema de abastecimento de água; rede de energia elétrica – a partir do Governo Lula, permanecendo até o Governo Dilma, seu direcionamento foi regido pela Norma de Execução nº 54 (29/12/2006). De modo geral, referendavam critérios técnicos que fundamentavam essas ações. Habitualmente a infraestrutura era instalada após a conclusão do PDA, da aplicação dos créditos instalação e da demarcação topográfica do anteprojeto do assentamento. Contudo, na prática, a demanda anunciada e os recursos existentes na respectiva Superintendência eram que determinavam a sequência de tais ações.

Por sua vez, a referida NE foi revogada e atualizada pelas Normas de Execução DD 111 (19/03/2014); NE 113 (25/09/2014) e NE 117 (16/10/21017), não contempladas no recorte estudado.

Crédito de Implantação ou Instalação, modalidade Habitação e Aquisição de Materiais de Construção

A modalidade "Habitação" ou "Aquisição de Materiais de Construção" do "Crédito de Implantação" ou "Instalação" tem por função auxiliar na efetivação das habitações nos assentamentos rurais de reforma agrária. No âmbito da implantação do seu habitat, correspondeu à ação que concatenou maior número de normativos. Entre 1985 e 2013 pode-se observar nitidamente as transformações que esses instrumentos lograram.

No Governo Sarney as primeiras iniciativas intrínsecas à habitação aconteceram dentro do processo geral do assentamento rural. Os três documentos editados trataram a questão de maneira simplória e não aprofundada, referindo-se basicamente ao valor financeiro e ao modo de sua aplicação (ver Quadro 18).

Quadro 18 - Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo Sarney.

NORMATIVO	DATA	ASSUNTO
Instrução da Secretaria de Assentamento e Colonização/SEASC/MIRAD nº 02.	02/10/1988.	Da concessão de crédito de implantação, aos beneficiários dos projetos de reforma agrária.
Instrução MIRAD/SEASC/nº 06.	06/10/1988.	Dispõe sobre a habitação rural nos assentamentos de reforma agrária e colonização oficial.
Norma de Concessão de empréstimo para projetos de assentamento.	1988.	Prover as famílias beneficiárias com recursos básicos em termos de alimentação, habitação e início de exploração agropecuária da parcela, a título de subsistência.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA.

A Instrução da Secretaria de Assentamento e Colonização/SEASC/MIRAD nº 02 (02/10/1988) estabeleceu o valor "até 80 OTN's", atrelado à apresentação do orçamento.

Por sua vez, a Instrução MIRAD/SEASC/ nº 06 (06/10/1988) trouxe um surpreendente entendimento sobre habitação. Apontando sua finalidade, afirma que a execução das habitações - de modo indireto ou direto - deve seguir "diretrizes próprias, adaptadas às peculiaridades regionais, respeitando, sempre que possível as tradições arquitetônicas locais".

O seu o conceito de habitação se alinha, em partes, ao nosso entendimento acerca do habitat,

> A habitação é uma estrutura física condicionada pelo homem, que inclui a área ao redor (dependências e benfeitorias) assim como o equipamento material e cultural que nela se encontra, podendo ser entendida também como meio de produção.
> Nos projetos de Colonização Oficial e Reforma Agrária, a habitação tem função social, cultural e econômica, pois está vinculado aos usos, costumes, padrões econômicos e culturais da população assentada, variando conforme as áreas de assentamento e dos materiais disponíveis da região.
> A habitação rural em alguns aspectos difere da urbana em que pode das formas de vida, do tipo de economia familiar e/ou de distância que o assentado está habituado, consumindo os produtos transformados no próprio local da habitação (BRASIL, Norma de Concessão de Empréstimo para Projetos de Assentamento, 1988).

A Norma de Concessão de Empréstimo para Projetos de Assentamento implementou, além da modalidade Habitação, a de "Auxílio Habitação Provisória", que buscava "atender às necessidades de moradia provisória (barracas) de famílias pré-selecionadas e/ou acampadas" (BRASIL, Norma de Concessão de

Empréstimo para Projetos de Assentamento, 1988). Para tanto, eram disponibilizados recursos equivalentes a "03 OTN's por família".

Já para a modalidade "Habitação" a liberação do valor de 80 a 100 OTN ficava condicionada à "aprovação e implantação do plano de parcelamento, quando os núcleos de moradia já estiverem definidos" (BRASIL, Norma de Concessão de Empréstimo para Projetos de Assentamento, 1988). A habitação deveria se adaptar ao tamanho das famílias e para a sua execução era sugerida a "aquisição de material de construção, não produzido na área do Projeto, de forma comunitária, assim como a construção das moradias através de mutirão" (BRASIL, Norma de Concessão de Empréstimo para Projetos de Assentamento, 1988).

Por esse período o técnico responsável pela aplicação do crédito efetuava o pagamento dos recursos em espécie diretamente ao assentado. Não havia orientação para o fluxo operacional administrativo e/ou para o acompanhamento técnico da construção. Nem mesmo a autarquia fiscalizava essa ação.

No curto Governo Collor foi editado apenas um normativo para a concessão de Crédito de Implantação (ver Quadro 19). Essa instrução mencionava que para acessar a parcela única e em dinheiro (até 180.000 cruzeiros) referente à modalidade "Habitação", era necessário estarem os "parceleiros localizados definitivamente nas suas unidades de produção, mediante apresentação de orçamento e justificativa" (BRASIL, Instrução/INCRA/Nº 44, 1991). No mais, o recurso se adaptava às necessidades das famílias: "os valores de cada financiamento serão estabelecidos pelos próprios parceleiros" (BRASIL, Instrução/INCRA/Nº 44, 1991).

Quadro 19 - Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo Collor.

NORMATIVO	DATA	ASSUNTO
Instrução/INCRA/Nº 44.	12/11/1991.	Dispõe sobre a concessão de crédito-implantação aos beneficiários dos projetos de reforma agrária.[152]

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA.

O Governo Itamar expandiu a publicação de instrumentos, em comparação ao antecedente (ver Quadro 20).

Quadro 20 - Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo Itamar.

NORMATIVO	DATA	ASSUNTO
Portaria/INCRA/DP/Nº 01.	11/02/1993.	Definir novo procedimento na tramitação dos processos de concessão de crédito implantação nas modalidades Alimentação/Fomento/Habitação.
Orientação CI.	29/06/1994.	Elevação do teto do crédito implantação.
PORTARIA/INCRA/20.	20/12/1994.	Estabelece o valor teto do crédito implantação modalidade habitação.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA.

[152] Revoga a Colonização/SEASC/MIRAD Nº 02.

A Portaria/INCRA/nº 01 (11/02/1993) ainda se respaldava nas diretrizes da Instrução/INCRA/nº44/1991 quanto à operacionalização da modalidade "Habitação". Todavia, ampliou a autonomia para lidar com a realidade de cada regional e reajustou o valor fornecido: até 10 salários mínimos.

A Orientação CI 94 (29/06/1994) foi elaborada para justificar a iminência em elevar a quantia ofertada pelo Crédito de Implantação. Quanto à modalidade "Habitação" - pela primeira vez - foram citados detalhes e especificações técnicas:

> Crédito habitação para uma família assentada, destinada a aquisição de materiais de construção e outras despesas necessárias a edificação de moradia com 4 cômodos (sala, cozinha e dois quartos) perfazendo um total de 36 m^2 e uma fossa séptica coberta medindo 4m^2. [...] não computamos material elétrico, material hidráulico, encargos sociais, lote urbano nem lucro na construção (BRASIL, Orientação CI 94, de 29/06/1994).

Pelos cálculos realizados, o custo condizente à construção dessa habitação seria de 22 salários mínimos, em oposição aos 10 até então ofertados. A partir da comparação entre o montante disponibilizado para o campo e cidade, a referida orientação demonstrou que a mesma habitação erguida na cidade custaria 111 salários mínimos, conforme índices e valores praticados pelo SINDUSCON à época.

Finalmente na PORTARIA/INCRA/20 (20/12/1994) aconteceu o reajuste da modalidade "Habitação": 18 salários mínimos, porém ainda aquém dos 22 necessários.

Nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso houve maior dinamismo na difusão desses instrumentos. No decorrer das 17 edições registradas, as informações intrínsecas à efetivação da habitação foram sendo ampliadas (ver Quadro 21).

Quadro 21 - Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo FHC.

NORMATIVO	DATA	ASSUNTO
TELEFAX/DPA/nº 28.	05/05/1995.	Estabelece novo valor para o cálculo do crédito implantação.
Portaria/INCRA/DP/nº 02.	20/06/1996.	Ratificar e definir procedimentos na tramitação dos processos de concessão de Crédito Implantação nas modalidades Alimentação, Fomento e Habitação.
Portaria/INCRA/DP/nº 02.	18/03/1997.	Ratificar e definir procedimentos na tramitação dos processos de concessão de Crédito Implantação nas modalidades Alimentação, Fomento e Habitação.
Instrução Normativa nº 19.	10/09/1997.	Dispõe sobre a concessão de crédito - implantação aos beneficiários dos projetos de reforma agrária criados pelo INCRA.

Portaria nº 50.	02/02/1998.	Alteração dos valores das diferentes modalidades de crédito
Instrução Normativa nº 26.	22/06/1998.	Dispõe sobre a concessão de crédito - implantação aos beneficiários dos projetos de reforma agrária criados em imóveis de domínio dos Estados.
IN/INCRA/nº29.	12/04/1999.	Dispõe sobre a implantação de Projetos de Assentamento em terras obtidas pelo Programa de Reforma Agrária e dá outras providências (+ implantação).
OFÍCIO/183/DP.	30/06/1999.	Esclarecimentos diversos acerca da aplicação do crédito implantação.
Instrução Normativa INCRA/nº 34.	09/07/1999.	Dispõe sobre a implantação de Projetos de Assentamento em terras obtidas pelo Programa de Reforma Agrária e dá outras providências (+ implantação).
Norma de Execução /INCRA/DP nº 001.	03/08/1999.	Fixa valores para implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária.
Norma de Execução nº 02.	30/08/1999.	Fixa valores para implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária.
Norma de Execução nº 03.	01/03/2000.	Estabelece fluxo operacional para concessão e aplicação do Credito Instalação no âmbito dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.
Norma de Execução/INCRA/nº 04.	02/04/2001.	Fixa os valores de créditos para implantação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (+ implantação).
Resolução nº 15	11/07/2002.	Fixa valores de créditos de instalação.
Instrução Normativa nº 06.	18/07/2002.	Fixa normas gerais para a concessão, aplicação e cobrança do Crédito de Instalação no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes de Programas de Reforma Agrária.
Norma de Execução nº 25.	12/08/2002.	Fixa e altera os valores de crédito de obras de infraestrutura e de serviços para implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária (+ implantação).
Norma de Execução nº 26.	26/08/2002.	Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e cobrança do Crédito Instalação no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA.

Apesar dos avanços apresentados em relação aos anteriores, esses normativos ainda permaneceram pouco detalhados. Prevaleceu o caráter administrativo em detrimento do técnico quanto aos aspectos inerentes à consumação da habitação.

As primeiras iniciativas do Governo FHC foram no sentido de corrigir os valores atribuídos à modalidade "Habitação", como também refinar os procedimentos administrativos voltados à tramitação dos processos para sua concessão, que ainda se baseavam nas reminiscências do Governo Collor. Desse modo, durante o transcorrer do período, esse escopo foi sendo aprimorado, porém com poucos acréscimos voltados aos aspectos técnicos. No que diz

respeito aos recursos, dos 1.800 reais iniciais, finalizou com 3.000 reais/família assentada. Todavia, ainda muito aquém do necessário. No mais, as ações coletivas foram fomentadas, incluindo a participação dos assentados. Portanto, mesmo o crédito constituindo um benefício individual (contrato por família), incentivou-se sua aplicação coletiva, como forma de aumento de renda aos assentados.

Assim, as Portaria/INCRA/DP/nº 02 (20/06/1996) e Portaria/INCRA/DP/nº 02 (18/03/1997) apenas estabeleceram a parcela única de 2 mil reais/família como valor para a habitação.

Por sua vez, a Instrução Normativa nº 19 (10/09/1997) revogou a Instrução/INCRA/nº44/1991, constituindo o primeiro instrumento do Governo FHC a reformular a operacionalização da aplicação das modalidades do Crédito de Implantação, alterando novamente os valores praticados: 2.500 reais/família para a habitação. A partir de então, a estrutura dos normativos alcançou outra roupagem: as informações sobre os beneficiários e a operacionalização administrativa do crédito foram ampliadas, inclusive pleiteando o constante acompanhamento via assistência técnica. No mais, entendia-se que esse crédito deveria funcionar como instrumento educativo, inclusive com o planejamento participativo junto aos assentados.

Particularmente à modalidade "Habitação", a referida IN a destinava a "apoiar a construção dos assentados", devendo ser "concedido aos assentados localizados definitivamente nas suas unidades de produção ou em agrovilas, mediante apresentação de orçamento e justificativa" (BRASIL, Instrução Normativa nº 19 de 10/09/1997, Item 4.3). Assim, instituiu-se a prática padrão replicada no transcorrer do Governo FHC: não exigência de projeto arquitetônico e complementares ou dados técnicos mais consistentes para a efetivação da habitação. Para tanto, era necessário apenas o orçamento e as características elementares da moradia: área total e número de cômodos. O assentado poderia escolher o modo de aplicação (individual ou coletivo) da modalidade, priorizando materiais possíveis de fabricar no lote. Caso adquiridos, esses materiais deveriam ser utilizados de modo coletivo. Todas essas informações eram registradas no "Plano de Aplicação", pré-requisito para a liberação dos recursos. Desse modo, não se elaborava desenho da habitação e nem do habitat.

Já a IN/INCRA/nº29 (12/04/1999) enfatizou a implementação de habitats dispersos, citando que os assentados "receberão investimentos para instalação em sua parcela no assentamento para que obtenham as condições básicas suficientes

para o seu ingresso no programa de agricultura familiar" (BRASIL, IN/INCRA/Nº29/1999, p. 3).

Quanto à habitação, permaneceu o padrão da IN anterior, alterando o montante ofertado para 1.800 reais/família, destinado à aquisição de materiais de construção. A fiscalização da sua execução ficava por conta do INCRA e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Essa IN vetava a "terceirização plena na utilização dos materiais adquiridos com o crédito para aquisição de materiais para construção da moradia do assentado" (BRASIL, IN/INCRA/Nº29/1999, p. 5).

Por sua vez, o OFÍCIO/183/DP (30/06/1999) consentiu possibilidades ainda menos rígidas à viabilização da moradia: "quantidades aproximadas dos materiais necessários e seus preços na região. Verificar que materiais já estão disponíveis no assentamento e se algum assentado possui habilidades na construção" (BRASIL, OFÍCIO/183/DP/1999, p. 4 e 5).

A contribuição da Instrução Normativa INCRA/nº 34 (09/07/1999)[153] diz respeito à consolidação do incentivo à participação dos assentados - em conjunto com os técnicos do INCRA - na operacionalização da modalidade "Habitação", tendo aqueles a responsabilidade pela agora exigida tomada/pesquisa de preço para a compra do material de construção, por meio da criação de uma comissão de compras entre seus pares.

A Norma de Execução nº 02 (30/08/1999) alterou a denominação da modalidade "Habitação" para "Aquisição de Materiais de Construção". Porém, o princípio se manteve. O valor da modalidade sofreu reajuste para 2.500 reais por família.

A Resolução nº 15 (11/07/2002) e a Norma de Execução nº 25 (12/08/2002) desempenham o mesmo papel: corrigem a quantia disponibilizada à modalidade "Aquisição de Materiais de Construção", alterando para 3 mil reais por família.

A Norma de Execução/INCRA/nº 26 (26/08/2002) equivaleu à derradeira edição de FHC. Às anteriores, acrescentou:

> VIII – A aplicação dos recursos para a modalidade Habitação deverá priorizar a utilização de materiais existentes na área do Projeto, assim como a fabricação e mão de obra próprias dos beneficiários, e não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do total do Crédito Instalação concedido.
> § 1º **Fica limitado o valor de mão-de-obra em no máximo 15 % (quinze por cento) do valor total do Crédito Habitação,** podendo ser liberado em até 02 (duas) parcelas, sendo a segunda parcela a ser efetuada após o

[153] Revoga a IN/INCRA/Nº29 (12/04/1999).

> recebimento da obra, quando for o caso (BRASIL, NE/INCRA/Nº26/2002, art. 1º, p. 01) (grifo nosso).

Pela primeira vez foi estipulada no montante da modalidade "Habitação/Aquisição de Materiais de Construção" parcela exclusiva à mão de obra. Consolidou-se o entendimento sobre a participação dos beneficiários na execução das habitações, assim como a utilização dos materiais existentes na região, no intuito de minimizar os custos e maximizar os recursos financeiros disponibilizados.

No Governo Lula a mudança na condução política refletiu no formato dos novos normativos: surge uma maior preocupação com o detalhamento das informações, sobretudo as inerentes à operacionalização, como também a inserção de elementos técnicos. Essa dinâmica foi sendo aprimorada no decorrer das 17 edições registradas nos oito anos desse governo (ver Quadro 22).

Quadro 22 - Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo Lula.

NORMATIVO	DATA	ASSUNTO
Norma de Execução nº 36.	30/03/2004.	Fixa e altera os valores de créditos instalação, de obras de infraestrutura e de serviços para implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária.
Norma de Execução nº 40.	30/03/2004.	Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas do Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária.
Instrução Normativa nº 19.	06/09/2005.	Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
Norma de Execução nº 46.	10/11/2005.	Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Programa Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária.
Instrução Normativa nº 37.	08/12/2006.	Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
Norma de Execução/INCRA/DD/nº 53.	20/12/2006.	Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Programa de Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária.
Instrução Normativa nº 40.	11/06/2007.	Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação os beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
Portaria nº 193.	29/08/2007.	Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação

		os beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
Portaria nº 225.	24/09/2007.	Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação os beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
Norma de Execução/INCRA/DD/nº 63.	14/09/2007.	Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos Créditos do Programa de Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária.
Norma de Execução/INCRA/DD/nº 67.	29/11/2007.	Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Programa de Crédito Instalação, no âmbito os Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária.
Instrução Normativa nº 50.	22/12/2008.	Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
Norma de Execução/ nº 79/DD.	26/12/2008.	Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária.
Instrução Normativa nº 53.	19/06/2009.	Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
Instrução Normativa nº 54.	22/07/2009.	Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
Norma de Execução/INCRA/nº 86.	04/11/2009.	Dá nova redação aos artigos 3, 12, 20, 22, 25, 36, 38, 40, 45 e 47 da NE 79/2008.
Instrução Normativa nº 58.	05/03/2010.	Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA.

As deliberações iniciais também rumaram no sentido de reajustar a quantia ofertada nas modalidades do Crédito Instalação, por meio da Norma de Execução nº 36 (30/03/2004). A "Aquisição de Materiais de Construção" passou a valer 5.000 reais/família. Ressalta-se, por sua vez, que essa prática de regulação dos recursos financeiros concedidos se fez constante no transcorrer desse governo. Na última atualização, essa modalidade chegou a equivaler 15.000 reais por família.

A NE 36/2004 também inseriu os primórdios da modalidade "Adicional do Semiárido", cujo objetivo consistia em "atender as necessidades de segurança hídrica das famílias com morada habitual em projetos de assentamentos, localizados nas áreas circunscritas

pelo Semiárido reconhecido pelo IBGE" (BRASIL, NE/INCRA/nº19/200, p. 02). Consolidada posteriormente, essa modalidade representou importante ferramenta para proporcionar aos habitats do semiárido condições de habitabilidade, sobretudo com construção de cisterna para a reserva de água potável.

Por sua vez, a Norma de Execução nº 40 (30/03/2004)[154] referendou resquícios do Governo FHC, ainda pautando a concessão das modalidades do Crédito Instalação à elaboração do Plano de Aplicação. Contudo, ao modelo anterior foram estipulados acréscimos e inovações, inclusive relativos ao habitat.

> Art. 7° - O Crédito Instalação, na **modalidade Aquisição de Materiais de Construção** destina-se à construção e/ou reforma de habitações rurais, incluindo-se o pagamento de mão-de-obra, e **somente será liberado após o projeto de assentamento estar com as parcelas medidas e demarcadas, excetuando-se os casos de agrovilas** e projetos de exploração coletiva definitivos.
> Art. 8° - No caso em que o assentado receber área ou parcela com habitação, **técnico habilitado deverá identificar a necessidade de concessão de crédito para reforma e/ou ampliação da mesma**, não podendo ultrapassar a 40 % (quarenta por cento) do valor atual do crédito instalação, na modalidade aquisição de material de construção.
> Art. 9° - Nos casos inerentes às ações de recuperação dos assentamentos em que for constatado a necessidade de reforma e/ou conclusão da moradia do assentado, será concedido ao mesmo crédito para aquisição de materiais para construção não podendo ultrapassar a 50 % (cinquenta por cento) do valor atual do crédito instalação, na modalidade aquisição de material de construção.
> Parágrafo único - Baseado em parecer técnico, o Superintendente Regional poderá ampliar em até 25% (vinte e cinco por cento) os percentuais estabelecidos neste artigo e no art. 8º.
> **Art. 10 - Respeitando-se as instalações sanitárias e as peculiaridades regionais, a habitação deverá conter, no mínimo, 42 metros quadrados e o projeto ser aprovado em assembleia pelos assentados, onde a planta e especificações técnicas deverão ser assinadas por técnico habilitado** (BRASIL, NE/INCRA/nº40/2004, p. 02) (grifo nosso).

Há no artigo 7º diferenciação entre o habitat disperso (parcelas) e o concentrado (agrovila) e a relação com a liberação dos recursos destinados às habitações. No primeiro caso, somente acontecia o pagamento da modalidade "Aquisição de Materiais de Construção" logo após a efetuação do parcelamento. No habitat

[154] Revoga a NE 26/2002.

concentrado não existia a necessidade de demarcação dos lotes de produção, porém não ficou claro quanto à agrovila em si.

Os artigos 8º e 9º apontaram os primórdios e a validação de mais uma modalidade do Crédito Instalação - "Recuperação Materiais de Construção" - a ser empregada nos habitats já estabelecidos. Tais dispositivos mencionaram a necessidade da atuação de técnico habilitado, porém sem especificar a formação.

Após a Instrução MIRAD/SEASC/nº06 (1988), a Norma de Concessão de Empréstimos para Projetos de Assentamento (1988) e a Orientação CI 94 (29/06/1994), somente no artigo 10º dessa NE nº 40/2004 foram retomados os detalhes técnicos acerca da habitação. Ainda de modo tímido, porém ampliando o escopo em relação às anteriores: metragem mínima; necessidade de projeto arquitetônico (contemplando instalações sanitárias e as peculiaridades regionais) e especificações técnicas concebidas por profissional habilitado; e participação das famílias assentadas na aprovação do projeto.

No mais, consolidou-se o entendimento de reservar parte do valor da modalidade para - além da mão de obra - o pagamento das despesas operacionais: "transporte, alimentação, CPMF, dentre outras" (BRASIL, NE nº 40/2004, art. 20).

Na Instrução Normativa nº 19 (06/09/2005) finalmente as modalidades "Adicional do Semiárido" e "Recuperação Materiais de Construção" foram oficializadas, sob a justificativa e iminente dever de garantir a segurança hídrica aos habitats, assim como recuperar as habitações dos assentamentos já existentes, que "por meio de diagnóstico físico e socioeconômico, apresentem necessidades de melhorias habitacionais" (BRASIL, NE/INCRA/Nº19/2005, §5º, art. 3º, p. 02). Para a primeira modalidade, estabeleceu-se a quantia de até 1.500 reais/família, enquanto para a segunda, 3.000 reais/família.

A Norma de Execução nº 46 (10/11/2005)[155] aprimorou o detalhamento do fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas da totalidade do Crédito Instalação. Quanto à modalidade "Aquisição de Materiais de Construção", inseriu pré-requisitos e esclareceu itens confusos na NE nº 40/2004.

> Art. 10. Para aplicação do Crédito Instalação, deverá:
> §2º Na modalidade **Aquisição de Materiais de Construção:**
> I - A modalidade Apoio Inicial estiver aplicada, pelo menos, por 75% dos beneficiários e não haver pendência na prestação de contas total ou parcial que impeça o prosseguimento;
> II - Os beneficiários estejam constando regularmente na RB atualizada;

[155] Revoga a NE 40/2004.

> **III - O perímetro do Projeto de Assentamento esteja demarcado e os lotes estejam devidamente identificados, conforme projeto de parcelamento, excetuando-se os casos de agrovilas e projetos de exploração coletiva, quando bastará que os projetos urbanísticos estejam aprovados pelas comunidades, e estejam identificados os arruamentos e quadras, de tal forma que seja assegurada a correta localização das habitações dentro dos terrenos com uma área mínima de 300 metros quadrados;**
> IV - Haja condições de acesso ao Projeto que permita a entrega do material de construção a ser contratado;
> **V - O projeto das casas esteja aprovado pelas comunidades, com planta e especificações técnicas assinadas por técnico habilitado, prevendo uma área mínima construída de 36 metros quadrados, a utilização de materiais usuais em habitações rurais da região, saneamento básico e conforto térmico, além de respeito às peculiaridades e tradições locais;**
> VI - Admite-se a construção de habitações mistas (madeira e material), desde que possuam banheiro e tratamento sanitário (BRASIL, NE/INCRA/Nº46/2005, p.4) (grifo nosso).

Ficou estabelecida explicitamente a relação de dependência entre a instalação inicial das famílias no assentamento (modalidade Apoio), a demarcação do habitat – seja disperso ou concentrado – e a efetivação da habitação, haja vista que a liberação dos recursos para esta se condicionava à consolidação das duas primeiras ações. Pela primeira vez houve menção à exigência de projeto urbanístico para os habitats concentrados (agrovilas) – definindo dimensão mínima para os lotes de moradia - esse contando com o aval dos assentados.

Para a habitação corroborou-se com a obrigatoriedade do projeto arquitetônico e das questões técnicas a ele atreladas e já citadas na NE anterior, apesar da diminuição da área mínima construída. Todavia, esses dois projetos não apareciam no rol dos documentos exigidos na instrução do respectivo processo administrativo para concessão da citada modalidade. Nesta conjuntura solicitava-se o Plano de Aplicação, que demandava apenas a elaboração do orçamento.

No mais, ampliou a prévia pesquisa de preços - exigência para a concessão dos recursos - para no mínimo três fornecedores, preferencialmente na região geográfica do assentamento. Levantamento este de incumbência da "comissão de compras" - constituída por, no mínimo, 3 assentados escolhidos coletivamente - que também era encarregada pela compra do material para a construção das habitações. Para tanto, tomava como referência o orçamento entregue junto com o projeto. Caso contrário, faziam uso da experiência vivida. Essas ações eram supervisionadas pelo técnico do INCRA, que dividia com os assentados a

responsabilidade pela aplicação dos recursos públicos. Fomentava-se, assim, o processo participativo.

A Norma de Execução/INCRA/DD/nº67 (29/11/2007)[156], dissociou os condicionantes entre habitat disperso e concentrado, enfatizando a opção da agrovila. Além disso, acrescentou a participação das mulheres na definição do projeto arquitetônico:

> Art. 16. São pré-requisito para aplicação dos recursos do Programa de Crédito Instalação, além dos específicos para cada modalidade:
> [...]
> §1º Na modalidade **Aquisição de Materiais de Construção:**
> [...]
> **II - Perímetro do PA demarcado e os lotes devidamente identificados, conforme projeto de parcelamento, aprovado pela SR;**
> **III – Nos casos de agrovilas e projetos de exploração coletiva, perímetro demarcado e projetos urbanísticos estejam aprovados pelas comunidades, identificados os arruamentos e quadras, de tal forma que seja assegurada a correta localização das habitações dentro dos terrenos com uma área mínima de 300 metros^2;**
> IV - Haver condições de acesso ao Projeto que permita a entrega do material de construção a ser contratado;
> **V - O projeto das casas esteja aprovado pelas comunidades, com planta e especificações técnicas assinadas por técnico habilitado, prevendo uma área mínima construída de 36 metros^2, a utilização de materiais usuais em habitações rurais da região, saneamento básico e conforto térmico, além de respeito às peculiaridades e tradições locais;**
> **VI – Haver participação das mulheres na definição do projeto arquitetônico;**
> VI - Admite-se a construção de habitações mistas (madeira e material), desde que possuam banheiro e tratamento sanitário (BRASL, NE/INCRA/Nº67/2007, p. 05) (grifo nosso).

As instruções normativas listadas na sequencia prosseguiram apenas reajustando os valores concedidos às modalidades do Crédito Instalação. Quanto à "Aquisição de Materiais de Construção", o montante, por família, correspondeu a: Instrução Normativa nº37 (08/12/2006): 5.000 reais; Instrução Normativa nº40 (11/07/2007): 7 mil reais; Instrução Normativa nº50 (22/12/2008) e Instrução Normativa nº53 (19/07/2009): 10 mil reais; Instrução Normativa Nº54 (22/07/2009) e Instrução Normativa nº58 (2010): 15 mil reais.

Por sua vez, a Norma de Execução/nº79/DD (26/12/2008) representou o mais completo instrumento editado. Trouxe na íntegra a versão do fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas do Crédito Instalação, bem como o maior quantitativo de orientações para a habitação e habitat. Aprimorou e consolidou as anteriores, inserindo novas diretrizes às já em curso.

[156] Revoga a NE 63/2007.

Preliminarmente, conceituou os termos "serviço técnico específico para qualificação das habitações", como sendo o "serviço realizado por pessoa física ou jurídica habilitada para viabilizar e/ou melhorar a construção/recuperação das habitações" e "Técnico habilitado", equivalendo ao "profissional registrado no CREA e com suas obrigações devidamente atualizadas junto ao conselho regional com capacidade para orientar os assentados nas etapas de construção/reforma das habitações" (BRASIL, NE/INCRA/nº79/2008, art. 2º, p. 02).

Quanto aos acréscimos, esses dizem respeito à possibilidade - além do pagamento de mão de obra para execução - da contratação de serviços técnicos habilitados para qualificar a habitação e o habitat, no limite de até 20% do valor da modalidade "Aquisição de Materiais de Construção".

Para o habitat e habitação, reforçou a exigência – para ambos - de projeto técnico "elaborado por técnico habilitado e aprovado pela comunidade" (BRASIL, NE/INCRA/nº79/2008, p. 09). Ampliou a metragem mínima construída da habitação para 46 m^2, todavia particularizando as especificidades: "40 m^2 para assentamentos situados na Amazônia Legal" (BRASIL, NE/INCRA/nº79/2008, p. 09). No mais, introduziu a obrigatoriedade da licença prévia ambiental (LP) como pré-requisitos para liberação dos recursos dos créditos.

Assim, por esse instrumento consolidou-se a exigência da atuação de profissionais capacitados para a efetivação do habitat e habitação, com a certificação dos assentados. Quanto aos aspectos técnicos da Arquitetura, corroborou-se o entendimento dos últimos normativos, sobretudo a partir da NE nº 40/2004. Particularmente à habitação, foi reforçado o respeito às especificidades regionais, rebatido na diferenciação das dimensões mínimas entre os projetos situados na Amazônia Legal e nas demais regiões, bem como o incentivo ao uso de material de construção existente na localidade.

O último instrumento do Governo Lula, a NE nº 79/2008, detalhou as diretrizes voltadas à agora modalidade "Semiárido":

> Art. 17. A modalidade **Semiárido admite: implantação de obras e serviços que visem proporcionar segurança hídrica às famílias, em projetos de assentamento localizados no semiárido. Deve ser apresentado, projeto técnico, que identifique a necessidade de materiais/obras/serviços para a captação, armazenamento e distribuição de água. O pagamento de mão-de-obra pode ser efetuado até o limite de 15%.** Esse crédito pode ser utilizado para complementar ações e programas de convivência com o semiárido, de qualquer

> ente federado ou outros parceiros, quando autorizados pela SR.
> [...]
> **§2º - Quando a execução das obras for realizada pelos beneficiários, deverá haver assessoria e acompanhamento técnico sistemático, ou contrato formal com empresa de capacidade comprovada.**
> **§3º- Esta modalidade pode ser aplicada, em conjunto com a modalidade Aquisição de Materiais de Construção** (BRASIL, NE/INCRA/nº79/2008, p. 7) (grifo nosso).

Todo esse arcabouço de entendimento e diretrizes até então compilados – fundamentado, sobretudo, a partir da NE nº 40/2004 - permaneceu aplicado nos quatro instrumentos editados no intervalo estudado do Governo Dilma (ver Quadro 23).

Quadro 23 - Normativos Habitação de Reforma Agrária: Governo Dilma.

NORMATIVO	DATA	ASSUNTO
Instrução Normativa nº 67.	15/06/2011.	Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
Instrução Normativa nº 68.	16/08/2011.	Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
Norma de Execução/INCRA/n°99.	21/09/2011.	Dá nova redação aos artigos 18, 20 e 33 da NE 79/2009.
Instrução Normativa nº 74.	14/11/2012.	Fixa modalidades, valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
Portaria Interministerial nº 78.	08/02/2013.	Inclui os agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA.

Essas Instruções Normativas (IN) somente alteraram a quantia disponibilizada às modalidades do Crédito Instalação. Quanto à "Aquisição de Materiais de Construção", na Instrução Normativa nº 67/2011 e Instrução Normativa nº 68/2011 o valor permaneceu 15 mil reais/família. Somente na IN nº 74/2012 houve reajuste, atingindo 25 mil reais/família.

> **§4º. A modalidade Aquisição de Materiais de Construção será concedida às famílias assentadas, na impossibilidade de atendimento via Programa Minha Casa Minha Vida ou outro que o vier a substituir,** no intuito de auxiliá-las na construção de suas unidades habitacionais, nos lotes identificados conforme o projeto de parcelamento ou com a localização definida em caso de projetos coletivos.
> [...]

> §7°. A modalidade Recuperação/Materiais de Construção se destina à recuperação das unidades habitacionais nos Projetos de Assentamento que, após constatação por meio de laudo técnico, apresentem necessidade de reforma e/ou ampliação, modalidade a ser mantida e executada pelo Incra, **até a inserção desta por outra iniciativa pública de cunho amplo, voltada ao atendimento dessa finalidade** (BRASIL, IN/INCRA/Nº74/2012, art. 4º p. 02) (grifo nosso).

Todavia, quase não houve tempo para viabilizar os valores propostos. Nas duas modalidades voltadas à efetivação da habitação percebeu-se a existência de indícios de alterações em seu *modus operandi* na conjuntura das iniciativas do Estado. O que não tardou a ser oficializado com a Portaria Interministerial MC/MP/MDA nº 78 (08/02/2013) e Orientação Operacional OO nº 03/2013/DHAB/SNH/MCIDADES[157], que encerra o recorte temporal estudado nessa tese.

No que diz respeito aos demais elementos do habitat, como as vias de circulação; espaços livres públicos e áreas para equipamentos sociais e de serviço, nada a respeito foi mencionado nos normativos analisados. Sabe-se, todavia, que a efetivação dos últimos condiz atribuição da Gestão Municipal.

[157] Ver Capitulo 5 INCRA e subcapítulo 7.1 Política Habitacional para o Campo.

Como esses normativos são implementados na prática cotidiana das Superintendências Regionais do INCRA distribuídas pelo país? É o que será apresentado na sequência.

7.2.2.2 Prática do Desenho do Habitat de Reforma Agrária no Brasil.

As dimensões territoriais, a diversidade cultural e a ambiental de nosso país inevitavelmente se refletem nos habitats de reforma agrária. Os normativos e instrumentos jurídicos afins apresentados acima direcionavam a uma única aplicabilidade, mesmo que em alguns momentos indicassem o respeito às especificidades regionais.

Todavia, na prática cotidiana, cada Superintendência Regional do INCRA os adaptou à sua realidade[158]. Assim, trouxeram pluralidade ao processo de planejamento, concepção e execução do habitat. Para tanto, tomaram por referência as questões históricas, culturais e ambientais da região e, sobretudo, as experiências empíricas dos recursos humanos envolvidos: técnicos do INCRA; movimentos sociais/sindicatos e os assentados, sobressaindo também a influência da gestão e organização social destes dois últimos.

[158] Atualmente o INCRA possui 30 Superintendências Regionais, haja vista que os estados do PA e PE possuem mais de uma.

Desse modo, o resultado no espaço físico condiz com os desenhos de habitats de reforma agrária que ostentam diversidades em seu modo de estruturação. Cada qual com suas especificidades. Na intenção de complementar a investigação do campo empírico e enriquecer a apreensão quanto à relação entre o desenho do habitat de reforma agrária e atuação do Estado, também foi analisada, de modo sucinto, a prática desse desenho no estado da 1ª Superintendência implementada – Belém/PA - e nos que contaram com a atuação (presente ou passado) de profissional da Arquitetura e Urbanismo: Santa Catarina (SC) e Mato Grosso (MT).

Na visita a essas Superintendências foi possível angariar dados primários[159], complementados por dados secundários coletados em outros estados[160]. Assim, aqui é apresentado um compêndio da prática do processo e do desenho do habitat de reforma agrária nesses três estados citados. Ao fim, as etapas do processo e os agentes envolvidos foram detalhados na vivência do campo empírico: assentamentos rurais de reforma agrária do RN.

[159] Informações coletadas nas respectivas Superintendências: documentos e, principalmente, relatos orais a partir das entrevistas realizadas com servidores que trabalhavam com a temática, os quais fundamentaram a presente narrativa.

[160] Estes corresponderam a BA; RO e AC, obtidos primordialmente através de trabalhos acadêmicos e afins, como citado nas referências bibliográficas. Não sendo possível aprofundar as informações acerca dos respectivos processos de efetivação do desenho de seus habitats, optou-se por não os ilustrar.

O INCRA iniciou a regionalização da sua atuação a partir da instituição da Superintendência no Pará: SR/01. Posteriormente, em meados da década de 2000, devido às peculiaridades da região - principalmente os iminentes conflitos causados pela questão fundiária/agrária - ocorreu uma divisão na atuação da autarquia neste estado, resultando na criação de mais outras duas regionais: Sul do Pará (Marabá) (SR/27) e Oeste do Pará (Santarém) (SR/30). A SR/01 ficou restrita ao município de Belém e adjacentes, sendo o foco dessa exposição.

Vale destacar que o Pará é o único estado com três superintendências, cada qual com jurisdição própria quanto aos assentamentos, apesar das tipologias constituírem semelhantes (ver figura 28). O Quadro 24 traz as informações gerais da SR/01.

Quadro 24 - Dados Gerais Superintendência do INCRA/Belém-PA.

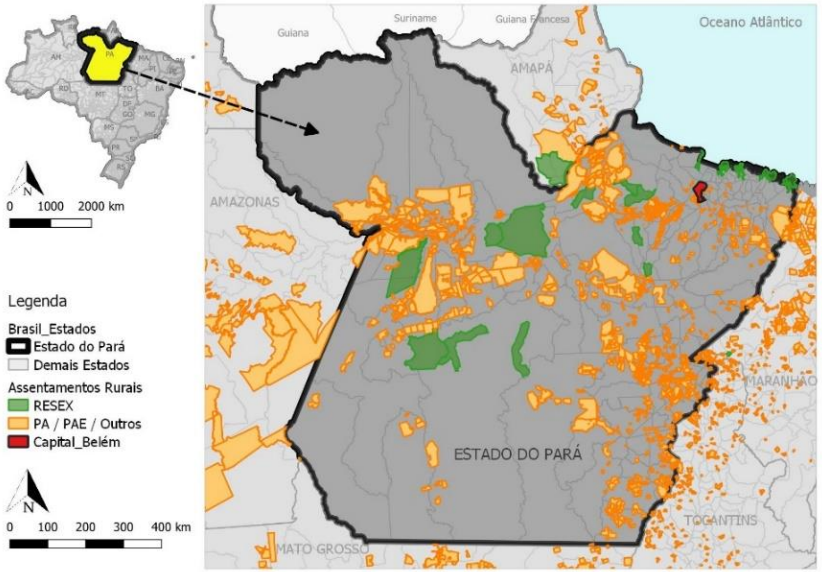
Ano de instalação	1970
Número de Unidades Avançadas	03: Capitão Poço; Paragominas; Tome Assu;
Número de assentamentos	349
Número de famílias assentadas	98.726
Número de servidores ativos	+/-200

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA/Belém-PA (2017).

De acordo com os relato dos entrevistados, as referências do passado para a atuação do INCRA no estado dizem respeito à

implementação dos projetos integrados de colonização (PICs)[161]. Os relatos apontam que a estrutura física destes projetos era composta por: glebas (lote de produção) com 25 ha; núcleo para infraestrutura social (agrópolis); e agrovila (núcleo urbano).

Figura 28 - Assentamentos do INCRA no Pará e suas tipologias.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

As habitações eram executadas pelos próprios moradores, fazendo uso da madeira retirada das respectivas glebas. Para os entrevistados, a semelhança entre os PICs e os assentamentos rurais acontecia somente nos aspectos sociais e econômicos. Contudo, aprofundando as análises, pode-se averiguar semelhanças também entre ambos no que diz respeito aos elementos do seu espaço físico, tanto no desenho em si, como no seu processo de efetivação.

No intervalo entre 1985 e 2013 o processo de efetivação do desenho do habitat praticado na SR/01 vivenciou algumas fases distintas, condicionadas às mudanças das políticas de governo. Todavia, algumas peculiaridades foram constantes.

O tempo de espera para a consumação das ações sempre foi demorado. Grande parte das terras do Pará não possui título de propriedade (domínio da área), o que dificultava a desapropriação e a consequente criação do assentamento rural. No mais, a permanente escassez de recursos humanos no INCRA para desenvolver suas competências contribuiu para que as famílias sem terra adquirissem autonomia e protagonismo no processo de efetivação do habitat. Todavia, essa autossuficiência estava condicionada à organização social e local dos movimentos sociais, que eram bastante atuantes.

Em uma estratégia continuamente empregada, logo que ocupavam a terra, as próprias famílias se organizavam, demarcavam seu espaço e começavam a plantar, como forma de garantir um elo com a terra e, consequentemente, sua posse. As políticas públicas e o apoio institucional do INCRA os contemplavam tardiamente.

[161] Ver Capítulo 6 Práticas do Desenho Anteriores à Reforma Agrária.

Até fins da década de 1990, as ações iniciais do processo de efetivação do habitat eram de responsabilidade da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projeto de Assentamento[162], para as quais se tomava por referência os dados produzidos na etapa da avaliação do imóvel, principalmente para a localização do habitat - quando este constituía tipologia concentrada.

No entanto, apesar das iniciativas do INCRA - porém condicionadas às suas deficiências, como justificado pelos entrevistados - na prática cotidiana a consumação do habitat ficava por conta dos próprios assentados: definição do local; concepção do seu desenho; modo de execução das habitações; etc. Para tanto, levavam em consideração critérios próprios, como proximidade à estrada de acesso; acessibilidade para a instalação de energia elétrica; entre outros. Como exemplos exitosos, pode-se elencar os assentamentos tradicionais Cameta e Traguatetuva.

No início da década de 2000, à Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projeto de Assentamento foram acrescidas outras ações referentes ao habitat: planejamento ambiental; PDA; dentre outras. Todavia, o modo de condução das atividades permaneceu semelhante ao da década anterior.

A partir de meados do Governo Lula houve a proliferação da criação de Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) e Reservas Extrativistas (RESEX), permanecendo até a atualidade. Os projetos de reforma agrária ficaram em segundo plano.

Essas duas iniciativas equivalem ao reconhecimento institucional de situações fundiárias consolidadas para populações tradicionais que há anos habitavam tal localidade, porém sem possuir a titularidade oficial da terra. A partir deste título, essas comunidades adquiriram o direito às políticas públicas do PNRA. Não houve necessidade de desenho do habitat e nem demarcação dos lotes de produção. Esses já se encontram configurados, conforme organização preexistente da comunidade.

Prosseguindo, quanto à etapa de execução, no espaço físico, do processo de efetivação do desenho do habitat da SR/01, a responsabilidade sempre recaiu sobre a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor de Cartografia. Em parte dos casos, somente consolidava o já demarcado pelos assentados. Conforme os entrevistados, o INCRA somente interferia nessa dinâmica quando as dimensões das parcelas eram extremas - muito pequenas ou grandes. O entendimento da gestão regional exigia a obrigatoriedade da delimitação das parcelas (lotes de trabalho) para evitar conflitos

[162] Optou-se em utilizar a nomenclatura vigente. Esta sofreu mudanças ao longo do recorte estudado, conforme observado no Capítulo 5 INCRA.

entre os assentados. Caso contrário, "há a exploração dos mais 'espertos' sobre os demais".

Devido às dimensões territoriais do estado, a grande demanda de trabalho e o reduzido número de servidores, a execução dos serviços de medição e demarcação topográfica acontecia por empresas terceirizadas. Porém, nem sempre as informações produzidas eram precisas. Houve muitos casos de sobreposição de perímetros entre assentamentos e outras propriedades, devido à fragilidade na veracidade da titulação dos imóveis, além da própria dificuldade do trabalho *in loco*.

O resultado desse processo de efetivação no espaço físico da jurisdição da SR/01 corresponde ao desenho do habitat com tipologias diversas: concentrados, dispersos e mistos.

Inicialmente, aconteciam os assentamentos rurais de reforma agrária tradicionais com habitats concentrados (agrovilas). Para cada família era destinado 01 lote de trabalho (25 ha) e 01 lote urbano na agrovila (15 x 30m), semelhante aos projetos integrados de colonização (PIC). Não havia padronização em relação à localização da habitação. A área remanescente do imóvel - com as benfeitorias e infraestrutura existentes - era transformada em "área do patrimônio", sendo destinada ao uso comum: apoio e institucional.

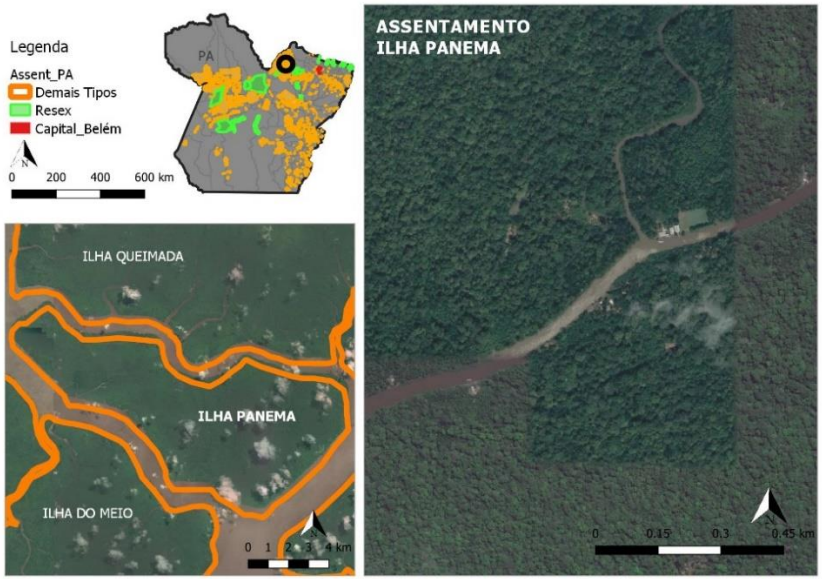
Devido às grandes distâncias entre o lote de produção e a agrovila, muitos assentados a abandonavam e construíam sua morada na parcela de trabalho ou vice-versa. Ou ainda, vendiam um dos dois de modo independente. Assim, a tipologia do habitat era transformada para a mista.

Quanto ao desenho do seu habitat, os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) e as Reservas Extrativistas (RESEX) também contemplam as três tipologias. Alguns foram os exemplos citados pelos entrevistados: a Ilha de Panema (2010) com 75 famílias (ver figura 29); as RESEX Maracanã, com 1.100 famílias, distribuídas em 20 localidades e Caete Teperaçu (Bragança), com 5.000 famílias, distribuídas em 46 comunidades. Atualmente, mais de 70% dos assentamentos da SR/01 são PAE, enquanto as RESEX somam 13 unidades.

A efetivação da habitação seguiu a mesma dinâmica em todas as categorias de assentamentos. Seu projeto era de autoria do Setor de Engenharia, devendo ser aprovado pelos moradores. Incentivava-se o uso de materiais distinto dos tradicionais tijolo e telha de barro, em respeito às tradições e singularidades regionais, principalmente nas PAE e RESEX (ver foto 22 e 23).

Todo esse processo ficava a cargo dos técnicos da Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento, que cumpriam, de modo geral, o estabelecido nos normativos específicos.

Figura 29 - Localização do PAE Ilha de Panema (PA).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Os entrevistados criticaram o fato do montante financeiro disponibilizado para a habitação ser o mesmo em todo o Brasil. Justificavam que no Pará existe um grande custo operacional com o transporte do material e mobilização do canteiro de obras: grandes distâncias a percorrer e caminhos pouco acessíveis, em alguns casos somente via rio. Enfatizaram que no período em que o valor da "modalidade Habitação" equivalia a R$ 5 mil/família, não era suficiente para executar o banheiro da habitação.

Foto 22 - Habitação PAE Óbidos (PA).

Fonte: Acervo do INCRA/Belém-PA.

Foto 23 - Habitação PAE Ilha Trambioca (PA).

Fonte: Acervo do INCRA/Belém-PA

Fundamentada no fato de que as experiências realizadas em autoconstrução por mutirão não lograram êxito, a Superintendência priorizava a execução das habitações por construtora. Para definição dessa empresa, os assentados a escolhiam por meio de "carta proposta" ou "convite", com no mínimo três habilitados interessados. Na maioria dos casos, o assegurador de crédito - técnico do INCRA responsável por sua concessão, aplicação e fiscalização - não possuía formação técnica específica para conduzir a efetivação da habitação.

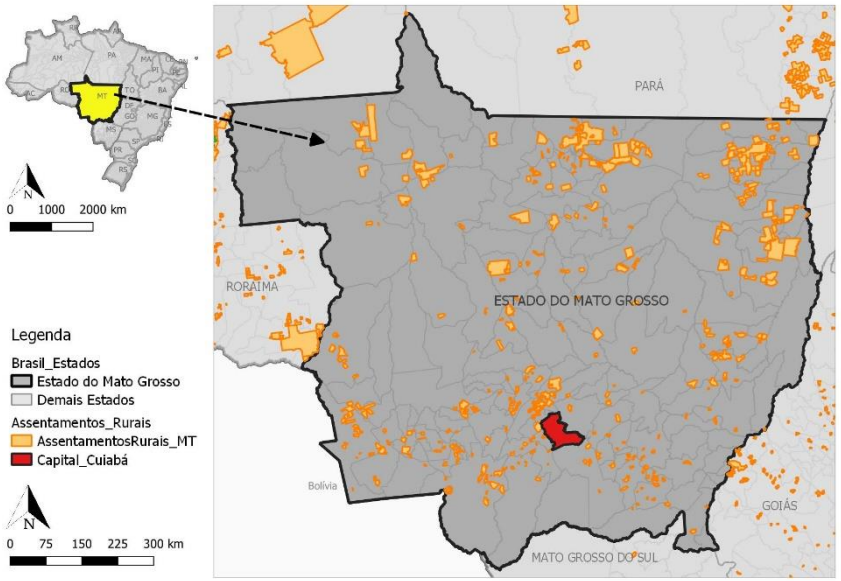
Sucedendo pontos em comum, apresenta-se a Superintendência do INCRA em Mato Grosso (SR/13). As informações gerais a seu respeito se encontram no Quadro 25. A figura 30 ilustra os assentamentos rurais criados no MT.

Quadro 25 - Dados Gerais Superintendência do INCRA/MT.

Ano de instalação	1972/76
Número de Unidades Avançadas	08: Cáceres; Vale do Araguaia; Diamantino; Araguaia/Xingu; Norte de Mato Grosso; Conjunto Peixoto de Azevedo; Sul de Mato Grosso; Noroeste de Mato Grosso
Número de assentamentos	549
Número de famílias assentadas	82.403
Número de servidores ativos	+/-250 (teve 1 ARD/Arquiteto)

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA/MT (2017).

Figura 30 - Assentamentos Rurais do INCRA em Mato Grosso.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Do mesmo modo que no Pará, as referências do passado para a atuação do INCRA no Mato Grosso recorrem aos projetos integrados de colonização. Quanto à sua estrutura física, os entrevistados nomearam: parcelas (lotes para produção); núcleo urbano principal (apoio para serviços e equipamentos sociais); núcleos urbanos secundários - as agrovilas, contendo as habitações e pequenos equipamentos sociais, como escolas; entre outros. Na transição para a política de reforma agrária houve a incorporação e

influência desses elementos, reverberando até hoje no espaço físico dos assentamentos rurais mato-grossenses.

Desse modo, no decorrer do recorte estudado, o processo de efetivação do desenho do habitat aconteceu por meio da parceria entre a Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento; Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor de Cartografia; Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento/Setor de Infraestrutura e os assentados. Contudo, os entrevistados apontaram alterações, sobretudo quanto ao protagonismo dos últimos agentes citados.

Normalmente, a responsabilidade pela definição do desenho da totalidade do assentamento consistia da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento; pela sua materialização no espaço físico, da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor de Cartografia e pela implementação da infraestrutura básica - estradas; abastecimento d'água; energia – da Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento/Setor de Infraestrutura.

Na década de 2010 foi instituído um setor de cartografia internamente à Divisão de Obtenção, para auxiliar na concepção dos desenhos, ampliando a parceria na execução física. No contraponto, não existia cooperação entre as duas primeiras Divisões citadas e o Setor de Infraestrutura, principalmente na etapa do planejamento do habitat, encarecendo o custo com a instalação da infraestrutura básica em seus assentamentos.

Quanto à participação dos assentados – conforme o relato dos entrevistados - nos primórdios essa era ínfima, sobretudo, na definição do desenho. Esses agentes somente auxiliavam em sua concretização no espaço físico. No transcorrer do tempo, seu protagonismo foi sendo ampliado.

Nos últimos anos, quando o INCRA finalmente conseguia atuar nas áreas desapropriadas, a configuração física já se encontrava consolidada pelas famílias assentadas, restando apenas ao setor de cartografia ratificar o definido.

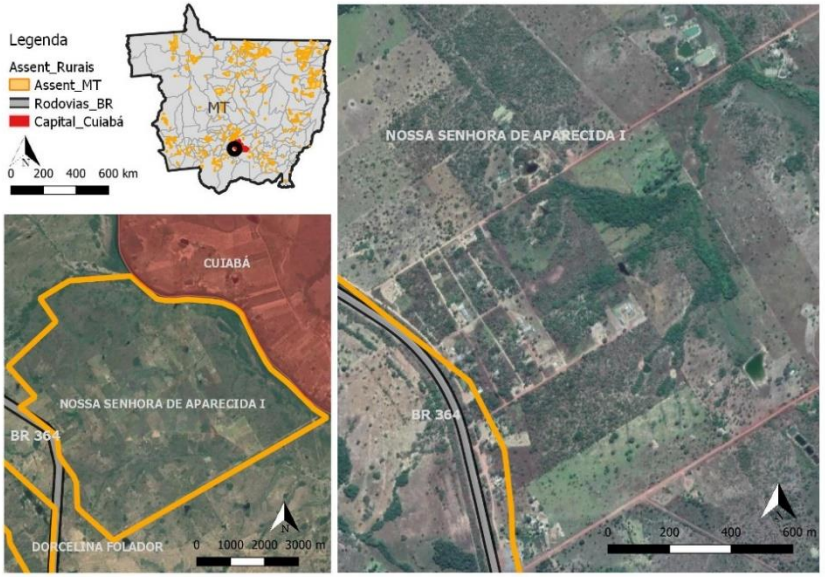
Quanto ao desenho do habitat produzido no MT também coexistem as três tipologias: concentrado; disperso e misto.

Os habitats concentrados são mais representativos nos assentamentos rurais ao Norte do estado. Localizam-se distantes das sedes dos municípios aos quais pertencem.

Por sua vez, nos primeiros assentamentos criados predominavam os habitats mistos: os assentados podiam optar em habitar no núcleo urbano (também por eles denominado agrovila) ou na parcela (lote de produção), havendo, assim, no mesmo assentamento pluralidade no modo de habitar. Similarmente aos

PICs, os assentados recebiam a terra nessas duas modalidades. O desenho desses exemplares mais antigos era representado apenas pelo perímetro total e dos núcleos urbanos (ver figura 31). Em alguns casos não havia o parcelamento dos lotes de produção.

Figura 31 - Localização do habitat do Assentamento Nossa Senhora Aparecida I.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Os núcleos urbanos funcionavam como apoio para instalação dos equipamentos sociais e de serviço para uso coletivo: centro comunitário, escola, igreja, posto de saúde, etc. Todavia, sem critérios técnicos para sua concepção, geralmente essa área era delimitada apenas pelo perímetro, nas adjacências dos equipamentos remanescentes, possuindo dimensão menor do que a parcela de produção. Posteriormente, o INCRA a doava à Gestão Municipal, responsável por seu parcelamento e urbanização. Por sua vez, a definição dos lotes de moradia acontecia conforme decisão e organização social da comunidade.

No entanto, com o passar do tempo, os assentados findavam abandonando ou comercializando um dos dois lotes (núcleo urbano ou parcela): sobretudo onde não habitavam. Assim, esse modelo de implantação física de assentamentos rurais propiciou ocupações de indivíduos não beneficiários da reforma agrária. Tal situação potencializou os constantes conflitos por terra no estado, sobretudo no momento da retirada dos invasores, muito dos quais envolvidos com atividades ilegais de extração de madeira e mineração.

A partir de meados da década de 2000, a Superintendência do INCRA/MT buscou alternativas para minimizar a ocorrência desses episódios. Incentivou a efetivação das habitações somente nos lotes de produção: habitat disperso. Entendia que habitando essa tipologia, os assentados evitariam a referida comercialização.

Todavia, o INCRA/MT permaneceu definindo o núcleo urbano, que de imediato doava à prefeitura municipal, eximindo-se de qualquer responsabilidade sob este. Sua atuação se concentrava

nas parcelas de produção. Estas, via de regra, possuíam dimensões entre 25 a 100 ha, justificadas pelos aspectos naturais: topografia acidentada; qualidade do solo e as generosas porcentagens destinadas à proteção ambiental. Os técnicos do INCRA/MT consideravam inviáveis lotes com menos de 25 ha.

Quanto à efetivação da habitação, esta era responsabilidade dos servidores da Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento. Para tanto, estes cumpriam rigorosamente as diretrizes estabelecidas nos normativos para a concessão das modalidades do Crédito Implantação/Instalação.

O projeto da habitação também era fornecido pelo Setor de Infraestrutura (ver foto 24). Nessa etapa havia maior protagonismo dos assentados e movimentos sociais/sindicatos.

A escolha do fornecedor dos materiais de construção acontecia através de uma espécie de "processo licitatório". Todavia, os assentados consideravam os valores financeiros disponibilizados insuficientes. Tanto que nas primeiras experiências para a concessão da modalidade "Recuperação/Materiais de Construção", na maioria dos casos, os recursos foram empregados para complementar a construção original iniciada, porém não finalizada, devido ao reduzido montante ofertado pela antecedente modalidade "Aquisição de Materiais de Construção".

Foto 24 - Habitação em assentamento rural do Mato Grosso.

Fonte: Acervo do INCRA/MT.

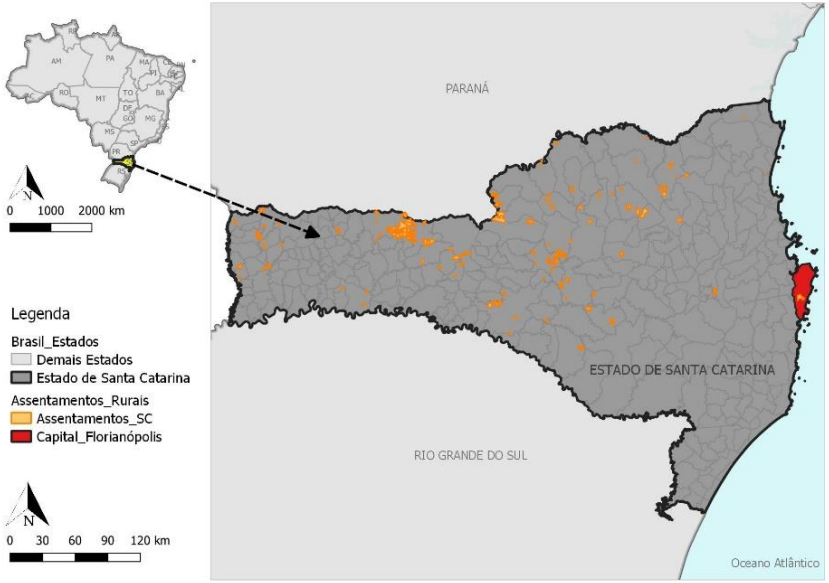
No estado de Santa Catarina a vivência do INCRA foi pontuada a partir de outros elementos. O Quadro 26 apresenta as informações de cunho geral sobre esta Superintendência (SR/10) e a figura 32 retrata os seus assentamentos rurais criados em SC.

Quadro 26 - Dados Gerais Superintendência do INCRA/SC.

Ano de instalação	1985
Número de Unidades Avançadas	01: Chapecó
Número de assentamentos	143
Número de famílias assentadas	5. 239
Número de servidores ativos	+/-100 (1 ARD/Arquiteto)

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA/SC (2017).

Figura 32 - Assentamentos Rurais do INCRA em Santa Catarina.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

A partir dos relatos dos servidores entrevistados, apreendeu-se que a tipologia da configuração dos assentamentos rurais de Santa Catarina sofreu fortes influências das referências pregressas de sua colonização contemporânea. Tanto aquela sucedida em fins do século XIX e início do século XX - baseada em parâmetros europeus - como também a colonização particular realizada em meados do século XX, período no qual o Estado contratava empresas particulares para implantação - em grandes extensões de terra - de projetos de colonização, comercializando os lotes/parcelas com os colonos interessados.

No que diz respeito ao processo de efetivação do desenho do habitat, de modo geral no recorte estudado, a Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - após a obtenção do imóvel e tomando por subsídio o material técnico nessa fase elaborado – concebia o desenho do pré-parcelamento do assentamento: lotes de produção individual; área de reserva legal; área de preservação permanente. Na sequência, com os ajustes necessários, essa peça técnica servia como base para o parcelamento definitivo do assentamento. Todavia, devido ao número reduzido de servidores na referida Divisão, frequentemente os técnicos da Divisão do Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor de Cartografia os auxiliavam. Estes mesmos profissionais também eram os responsáveis pela materialização no espaço físico do concebido.

A partir de 2010, o Setor de Cartografia também passou a elaborar o “mapa de uso”, resultante da avaliação inicial do imóvel e que servia como referência para as demais ações de planejamento do assentamento como um todo.

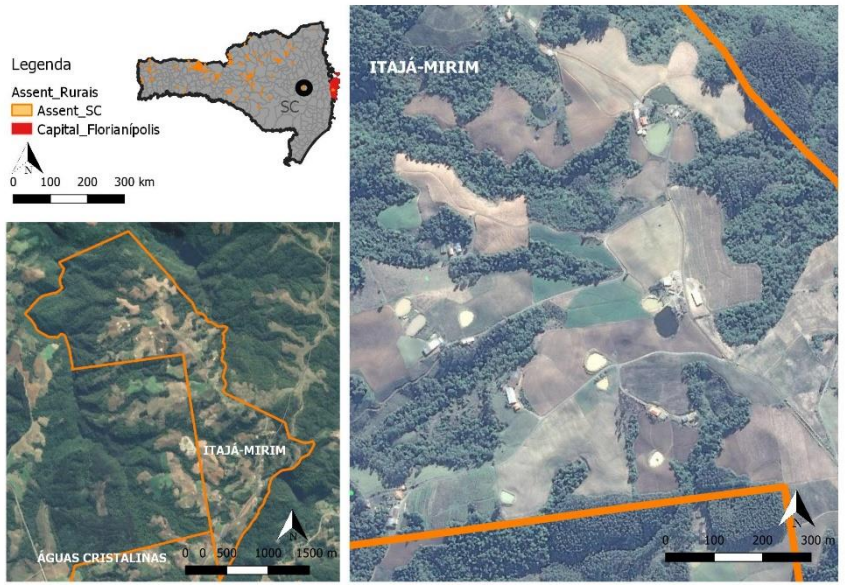
O papel do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) foi diversificado e não estático. Em alguns momentos contribuiu para a elaboração do pré-parcelamento do assentamento.

Em outros foi formulado posteriormente, já na fase de contratação das equipes de ATES, sob a responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento.

Quanto à participação dos assentados e dos movimentos sociais/sindicatos, estes sempre foram organizados e atuantes em SC, com destaque ao MST. Havia disputa de poder entre eles, proliferando o número de associações nos assentamentos. No mais, segundo os entrevistados, no momento da conquista da terra, os movimentos sociais defendiam a coletividade. Após a imissão na posse da terra, partiam para o individualismo.

O desenho do habitat produzido equivale à tipologia dispersa: a habitação é localizada no próprio lote de trabalho (ver figura 33). No mais, destinava-se 01 lote - aproximadamente 2 ha - para implantação da área de equipamentos sociais e de serviço para uso coletivo: pavilhão de festa, escola, igreja, dentre outros. Primavam por locá-lo próximo aos equipamentos remanescentes. No contraponto, poucos são os habitats concentrados. Esta tipologia encontra resistência entre as famílias devido às grandes distâncias entre o habitat e os lotes de trabalho.

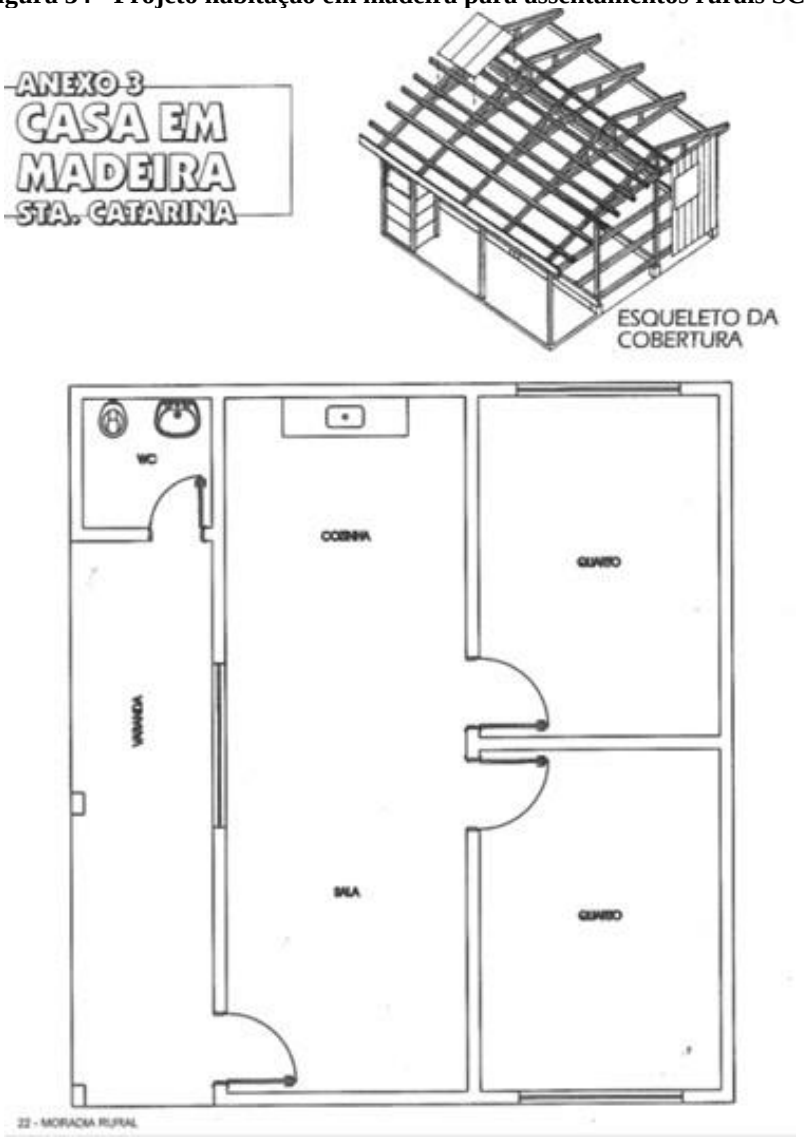
Figura 33 - Localização do habitat do Assentamento Itajá-Mirim (SC).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

A efetivação da habitação ficava a cargo da Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento/Setor de Crédito, no momento da concessão da modalidade especifica do Crédito Implantação/Instalação. Havia grande participação e autonomia dos assentados, os quais definiam sua localização. O projeto arquitetônico era disponibilizado pelo INCRA/SC (ver figura 34).

Figura 34 - Projeto habitação em madeira para assentamentos rurais SC.



Fonte: Acervo do INCRA/SC (2017).

7.2.2.3 Prática do Rio Grande do Norte.[163]

Na particularidade do campo empírico, explana-se de modo detalhado acerca da prática do processo do desenho do habitat de reforma agrária e de suas especificidades.

Superintendência do INCRA no RN (SR/19).

As informações de caráter geral da Superintendência do INCRA no RN encontram-se consolidadas no Quadro 27.

Quadro 27 - Dados Gerais Superintendência do INCRA/RN.

Ano de instalação	1985
Número de Unidades Avançadas	0
Número de assentamentos	288
Número de famílias assentadas	20.225
Número de servidores ativos	98 (1 ARD/Arquiteto)

Fonte: produção da autora a partir dos dados do INCRA/RN (2018).

Nos primórdios - por volta da década de 1970 - a Superintendência do INCRA no RN atuava apenas como Divisão Estadual de Cadastro e Tributação subordinada à Coordenadoria Regional do INCRA, originalmente atrelada à Superintendência de Pernambuco e posteriormente a do Ceará. De acordo com os relatos

[163] Essa narrativa se baseia, além dos documentos oficiais e da experiência profissional da autora, nos relatos dos servidores do INCRA/RN. Destaque para Graça Arruda, servidora desde 1977, economista de formação, ocupou diversos cargos de gestão e assessoria, inclusive de Superintendente no Governo FHC. Correspondeu à principal fonte oral de dados.

dos entrevistados, a atuação era ainda tímida, condizente com sua condição de dependência, apesar dos latentes conflitos em torno da questão da terra em nosso estado.

Em meados da década de 1980, com as transformações políticas em curso, sua atuação foi sendo ampliada. O lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (1985-1989) trouxe atrelada a regionalização dessa ação, fazendo com que, em 1985, o escritório da Divisão Estadual de Cadastro e Tributação do INCRA no RN atingisse o status de Superintendência Regional.

Nesses 34 anos de existência, a SR/RN acumulou um notável legado, que reflete o modo potiguar de viabilizar a política federal de reforma agrária implementada.

Considerada uma regional de porte médio - conforme os relatos dos entrevistados - nos primeiros anos de atuação da SR/RN, o reduzido número de servidores não possuía capacitação para trabalhar com as questões intrínsecas à reforma agrária. Não havia referências nessa temática. Assim, eles foram aprendendo em sua prática cotidiana como efetivar as diretrizes, normativos e afins despachados de Brasília (INCRA/Sede).

À época, a maioria dos técnicos tinha sido transferida de outras Superintendências do INCRA, principalmente das localizadas no Norte do país. Traziam em suas bagagens de experiências e referências pregressas o repertório lá vivido, o que findou influenciando as práticas norte-rio-grandenses. Segundo um entrevistado: "Não existia treinamento para repassar como deveria ser executado o serviço. Aprendíamos na marra. Tomava por referência o modo de trabalho que eu aprendi lá no Norte".

A partir do I Plano Regional de Reforma Agrária do RN, ainda no contexto do processo de aprendizagem, entre os governos Sarney e Itamar aconteceram as primeiras experiências. Esses assentamentos rurais criados buscaram dirimir os latentes conflitos sociais no território potiguar.

Nesse período houve uma estreita parceria com o governo estadual para a realização de diversas ações: serviço de topografia para demarcação dos assentamentos; apoio técnico para execução das habitações; etc. Também se registrou uma forte atuação dos trabalhadores rurais e suas entidades representativas - sindicatos e organizações ligadas à ala progressista da Igreja Católica.

No Governo FHC, permanecendo pressionada pela resistente atuação dos trabalhadores rurais no campo, agora também sob a égide dos movimentos sociais - MST, MLST, dentre outros – a SR/RN realizou uma série de desapropriações e criações de assentamentos rurais. Quantitativo superior à sua capacidade operacional, de recursos financeiros e humanos. A Superintendência

novamente recorreu à parceria com o governo estadual, inclusive buscando cessão de servidores.

No Governo Lula foi editado o II Plano Regional de Reforma Agrária do RN. As ações da SR/RN voltaram-se ao desenvolvimento do grande passivo até então implantado. Nesse período houve uma contundente cooperação de entidades e organizações não governamentais de apoio aos trabalhadores rurais, com seus agentes desenvolvendo tanto atividades administrativas na sede, como práticas no campo.

No mais, no intervalo de 2004 a 2009 aconteceu, de modo mais sistemático, a colaboração com o GERAH/UFRN – via MST - para a implementação dos habitats dos novos assentamentos, assim como a aplicação da modalidade "Recuperação/Materiais de Construção", do Crédito Instalação, nas habitações nos assentamentos já existentes, ambos ligados ao Movimento. Por sua vez, essa parceria também gerou resultados a nível nacional, dentre estes, o já mencionado Programa Habitat do Campo[164].

O Governo Dilma foi caracterizado pela drástica diminuição do quantitativo de assentamentos criados pela SR/RN. Além disso, entraves burocráticos, provenientes dos órgãos de fiscalização e controle, procrastinaram o andamento de diversas ações e programas na regional, como a concessão do Crédito Instalação e a contratação de equipes para assistência técnica.

A gestão da Superintendência costumeiramente esteve afinada politicamente ao governo federal vigente. Intercalando entre Superintendentes que eram "servidores da casa" (governos de direita) e os de indicação política (governos de esquerda), totalizaram mais de 15 superintendentes em sua história.

Quanto ao quadro dos recursos humanos, os quantitativos existentes sempre foram aquém do necessário para a adequada realização das atividades, sejam essas na área meio ou fim. A SR/RN constantemente operou para além da sua capacidade técnica. Como dito, desde sua origem, seu corpo técnico vem sendo formado por servidores vindos de outros estados, proporcionando diversidade cultural/regional às ações. Em meados da década de 2000, com a reestruturação da autarquia via concursos públicos - em nível nacional - a SR/RN foi contemplada com diversos cargos, dentre estes a única vaga destinada ao Nordeste de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário com habilitação em Arquitetura, constituindo uma das cinco Superintendências do país a dele dispor. Desse modo, a presença e atuação desse profissional ainda são recentes no contexto da história da SR/RN.

[164] Ver Capítulo 5 INCRA.

Assim, com o transcorrer do tempo e das vivências acumuladas, foi sendo consolidado o modo potiguar de praticar o desenho do habitat de reforma agrária.

Especificidades da Prática da SR/RN.

De modo geral, no Rio Grande do Norte, o processo do desenho do habitat de reforma agrária - planejamento, concepção e execução - acontece no decorrer da macro etapa de implantação/desenvolvimento do assentamento rural, sendo subdividido em algumas ações, resultando preponderantemente em habitats de tipologia concentrada[165]. Entre 1985 a 2013, por sua vez, essa dinâmica pouco sofreu alterações.

A prática cotidiana levava em consideração - para além dos já mencionados normativos - diretrizes baseadas nas experiências vivenciadas pela autarquia. Estas se condicionavam a alguns fatores, tais como: disponibilidade de recursos financeiros e humanos do INCRA; vontade política dos tomadores de decisão; organização social dos assentados; conhecimento empírico dos agentes atuantes no processo; etc. Normalmente, os critérios técnicos utilizados não seguiam princípios do planejamento físico-espacial: questão ambiental; sustentabilidade; conforto térmico; entre outros.

No que diz respeito aos agentes atuantes, elencam-se: técnicos do INCRA e assentados e suas entidades representativas (movimentos sociais e sindicatos). Algumas poucas experiências registraram a contribuição de outros intervenientes, como organizações não governamentais, equipes de assistência técnica, inclusive provenientes de entidades de ensino, dentre outros.

Quanto aos servidores do INCRA, diversos eram os técnicos envolvidos, sendo ocupantes dos mais variados cargos e formações profissionais: engenheiros agrônomos; técnicos agrícolas; topógrafos; assistentes sociais; técnicos em edificações; etc. Contava-se com a participação de praticamente todas as Divisões da SR/RN: Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento; Ordenamento da Estrutura Fundiária; e Desenvolvimento de Projeto de Assentamento[166].

Os assentados e suas entidades representativas - dependendo do seu grau de organização social, formação política e interesse pelo processo - assumiam maior protagonismo e atuação. Os primeiros correspondiam aos próprios beneficiários do processo, para quem se

[165] Ver subcapítulo 3.3 O Habitat de Reforma Agrária.

[166] Optou-se em utilizar a nomenclatura vigente. Essa sofreu mudanças ao longo do recorte estudado, conforme observado no Capítulo 5 INCRA.

efetivava o habitat. Já os militantes das entidades representativas eram os responsáveis pela organização social da comunidade, sobretudo na época do acampamento, permanecendo, em grande parte dos casos, no acompanhamento da implantação do habitat.

Todavia, o grau de participação e atuação dos agentes acima citados condizia com a realidade de suas organizações vivenciadas em cada experiência, não existindo regras.

Na sequência, as etapas da prática do processo do desenho de habitat de reforma agrária foram detalhadas e especificadas.

Planejamento e Concepção do Habitat.

Compreendia o início do processo de efetivação do desenho do habitat, restringindo-se às ações da escolha de sua localização e definição do seu desenho: perímetro; parcelamento/uso do solo; dimensões e distribuição espacial de seus elementos - lotes de moradia, vias de circulação, áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviços. Esta etapa consistiu na mais laboriosa em relação à coleta de dados[167]. Por sua vez, alguns foram os padrões de atuação identificados. Todavia, em nenhum deles os entrevistados mencionaram fundamentar suas ações de planejamento e concepção do habitat em instruções normativas ou afins.

Em um primeiro padrão, essa etapa acontecia na fase do estudo e anteprojeto de parcelamento, na esfera do planejamento e concepção do desenho da totalidade do assentamento rural. No momento em que se delineavam os lotes de produção (individual ou coletivo), a área de preservação permanente (quando necessária) e a área da reserva ambiental, determinavam a possível localização do habitat. Contudo, não detalhavam o seu desenho. Somente em algumas situações pontuais - submetidas ao interesse do técnico responsável – foi possível se avançar em tal propósito. Esse padrão de atuação foi observado, sobretudo, nos assentamentos rurais mais antigos. Essas ações eram conduzidas pelos engenheiros agrônomos lotados na Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento. A participação dos assentados e de suas entidades representativas ficava à mercê da sua capacidade de organicidade.

Já no segundo padrão de atuação, essa atividade rumava à custódia da Divisão do Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor da Cartografia, com atuação direta dos seus técnicos: engenheiros cartógrafos; topógrafos; técnicos em agrimensura; técnicos agrícolas; dentre outros. A participação da comunidade se fazia mais perceptível - em menor ou maior grau - a depender do seu nível de

[167] Pela ausência de dados oficiais ao seu respeito, a coleta dessas informações aconteceu, essencialmente, por meio dos relatos dos servidores da autarquia que atuavam nessa atividade.

organização. Fato que condicionou dois subpadrões de atuação nessa esfera: i) quando o envolvimento da comunidade era limitado, os técnicos da Cartografia assumiam o protagonismo, tornando-se os responsáveis pela condução das atividades, as quais se desenvolviam, também, no escritório; ii) caso contrário, o protagonismo recaia sobre os assentados: estes eram os responsáveis pela autoria do desenho. Quando os técnicos do INCRA chegavam ao local, as ações estavam deliberadas, restando-lhes pouca alternativa de interferência. Efetivavam o desenho no espaço físico em conformidade ao planejado, adaptando-o quando necessário. As atividades aconteciam somente *in loco*. A materialização da representação gráfica era concluída posteriormente à execução ou, em algumas situações, em concomitância.

Por sua vez, num terceiro padrão de atuação, registraram-se experiências pontuais, ocorridas nos governos FHC e Lula, nas quais a atuação dos assentados, vinculados ao MST, contou com a assessoria técnica do GERAH/UFRN ou da AESCA/MST. Neste restrito universo, ainda em menor número, foram as iniciativas nas quais essa assessoria se prolongou para além da etapa de planejamento e concepção do desenho, chegando à execução[168].

Com exceção deste último, os distintos modos de atuação pautavam-se na escassez de informações técnicas dos normativos intrínsecos à temática do habitat e habitação. Não existia outro instrumento técnico similar para suprir tal propósito. Em alguns casos, como fonte de dados quanto aos aspectos físicos do imóvel rural, utilizava-se o laudo de vistoria ou mapa de uso do solo, que continham informações gerais da totalidade do assentamento. Habitualmente não apresentavam dados específicos e essenciais para a concepção do desenho do habitat como, por exemplo, levantamento da altimetria do terreno (curvas de nível).

Assim, o projeto/desenho era concebido de modo expedito. Pouco tempo era dedicado ao seu planejamento e concepção, não refletindo sobre os aspectos necessários. Para a localização do habitat as diretrizes levadas em consideração baseavam-se no conhecimento empírico e experiência dos agentes atuantes: condições da topografia do terreno; possibilidade de alagamento; disponibilidade de água; acessibilidade à infraestrutura básica; tipo de produção agropecuária estabelecida.

Quanto ao desenho do habitat - segundo os relatos dos entrevistados - os custos com a instalação da infraestrutura (energia elétrica e sistema de abastecimento de água) e os anseios/expectativas dos futuros moradores correspondiam às

[168] Ver o Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

principais diretrizes levadas em consideração para o dimensionamento e localização das vias de circulação e dos lotes de moradia. Para este último também se buscava atender à questão produtiva: permitir apenas produção para o consumo familiar, para não haver abandono dos lotes de trabalho.

À concepção da área para os equipamentos comunitários sociais e de serviços - por não haver previsão de recursos financeiros para a sua concretização - pouca preocupação era destinada. Era estabelecida de qualquer modo, percebida apenas como um espaço onde, no futuro, os assentados por conta própria poderiam instalar equipamentos edilícios ou solicitar junto ao Poder Municipal a aplicação de políticas públicas, findando também responsável pela concepção e execução de seus projetos.

Por sua vez, a habitação detinha um tratamento diferenciado e apartado do habitat. Explanado mais adiante.

Quanto à materialização (desenho) desse concebido, acontecia por meio de uma representação gráfica sucinta. Na realidade da Superintendência do INCRA/RN os desenhos pesquisados apresentaram pouco detalhamento. Normalmente eram representados somente o perímetro dos lotes de moradias, da área comunitária e o esquema do traçado das vias de circulação. Como mencionado, em diversas situações o desenho foi elaborado após a sua consubstanciação no espaço físico

No mais, apesar da existência do PDA como instrumento estratégico para, dentre outras ações, o planejamento do espaço físico do assentamento e respectivo habitat, na SR/RN seu emprego sistemático não aconteceu neste sentido. Segundo os relatos dos técnicos que acompanhavam essa atividade, constantemente a demanda era maior que a capacidade operacional dos recursos humanos e financeiros da Superintendência. Além dos seus ritmos desencontrados. Essa situação se fez evidente, sobretudo em fins do Governo FHC e início do de Lula, período em que, devido ao vultoso volume de criação de assentamentos na SR/RN, ocorreu uma consequente ampliação das demandas posteriores. Desse modo, quando havia recursos para a contratação do PDA, a prioridade não era dada aos assentamentos recém-criados, mas sim àqueles mais antigos, cujos habitats já estavam efetivados. Sua função primava pelas ações de desenvolvimento produtivo para aquelas comunidades.

Execução do Habitat.

A fase de execução equivale à concretização do desenho concebido no espaço físico. Formalmente, de acordo com os

parâmetros técnicos estabelecidos, somente após a concepção, materialização da representação gráfica (projeto) e legalização - por meio do registro de responsabilidade técnica (RRT) perante as Instituições competentes - é que deve acontecer a execução do desenho. Contudo, para os habitats de reforma agrária da SR/RN nem sempre essa lógica foi adotada.

Assim, nessa etapa, foram distinguidos dois padrões de atuação. Além daquele regulamentado tecnicamente também existiam situações - como mencionado - onde a concretização do desenho acontecia concomitantemente à sua concepção. Das reuniões e discussões entre os técnicos do INCRA e os assentados, o desenho já partia para a sua efetivação no espaço físico. Somente posteriormente este era formalizado em projeto.

Todavia, quanto ao registro de responsabilidade técnica (RRT), essa ação era viabilizada no contexto mais abrangente do desenho/projeto do assentamento rural. Ou seja, a legalização acontecia para a totalidade da área desapropriada e não para a especificidade do habitat de reforma agrária.

Tutelada pela Divisão do Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor da Cartografia, a demarcação do desenho do habitat no espaço físico compunha o rol das atividades do "serviço de medição e demarcação topográfica". Para este havia recursos financeiros próprios - atrelados às ações de demarcação do assentamento como um todo - como também expertise técnica.

Assim, primeiro os topógrafos demarcavam o desenho do habitat no espaço físico - lotes de moradia e arruamento - no local previamente acordado. Caso fosse necessária a limpeza da área, esta ficava a cargo dos assentados. No mais, diferentemente da demarcação da totalidade do assentamento, o habitat se fazia executado exclusivamente pelos técnicos do INCRA, não sendo objeto de terceirização via empresas contratadas.

Habitação: Planejamento, Concepção e Execução.

De modo geral, a efetivação da habitação acontecia de modo dissociado do habitat. Posteriormente à consumação deste, as ações eram encaminhadas à moradia.

Conforme explanado, a concretização da habitação estava vinculada à concessão da modalidade "Habitação/Aquisição de Materiais de Construção" do Crédito Implantação/Instalação, regulamentada pelos respectivos normativos internos específicos. Na SR/RN essa condução também indicava responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, sobretudo do Setor de Crédito. Seus técnicos eram nomeados por meio de Ordem de Serviço para a função de conceder, aplicar e prestar conta dos

recursos financeiros disponibilizados e findavam também atuando na concepção e execução da habitação, mesmo essas atividades não sendo complementares entre si, exigindo foco apropriado. No mais, a formação profissional destes servidores correspondia às mais variadas possíveis: técnicos em edificações; técnicos agrícolas; assistentes sociais; pedagogos; etc. Alguns sem atribuição específica para atuar nas atividades técnicas relativas à efetivação da habitação.

Semelhante ao habitat, o grau de participação da comunidade estava vinculado ao seu nível de organização social. Fato observado no decorrer do recorte analisado. No entanto, nesse estágio inerente à moradia, a cooperação dos assentados ao processo era mais ativa.

Desse modo, subsequente à liberação dos recursos financeiros, guiado pelo normativo vigente, o processo de efetivação da habitação era desencadeado. Normalmente, sua concretização dependia sobremaneira dos agentes atuantes. Iniciava-se com reuniões, onde os técnicos do INCRA e os assentados discutiam acerca do planejamento das atividades envolvidas no processo total. Estas reuniões aconteciam em momentos diversos, a depender de cada situação, não existindo uma regra padrão. Assim, em alguns casos sucedia ainda na fase do acampamento; outros, logo no início da criação do assentamento, quando ainda eram aplicadas as modalidades iniciais do Crédito Instalação/Implantação. Outros ainda após a demarcação do habitat. E assim por diante.

Uma das primeiras intervenções correspondia à concepção do desenho (projeto) da habitação. Do mesmo modo que para o habitat, pouco tempo se dedicava a essa etapa, não havendo uma reflexão sobre seus aspectos intrínsecos. As ações eram atropeladas pela vontade dos assentados de construir suas habitações a qualquer custo, especialmente após um longo período de luta pelo acesso à terra, quando grande parte das famílias viviam condições precárias de habitabilidade.

Na maioria dos casos, a comunidade utilizava o projeto padrão do INCRA, de autoria desconhecida, condizente com a tipologia de habitação de interesse social, contemplando área útil em torno de 42 a 48m^2, e que tomava por referência as dimensões mínimas recomendadas pelos normativos. Assim, com pequenas variações em sua configuração física, o projeto padrão do INCRA era composto por uma sala, dois dormitórios, cozinha e banheiro, este podendo ser incorporado, ou não, ao corpo da casa. No recorte estudado pode-se identificar três modelos de planta baixa para o projeto arquitetônico utilizado como padrão.

O modelo 01 foi o primeiro a ser empregado nos habitats do RN, em fins da década de 1980 e início da 1990. Possuindo uma

área em torno de 42m^2, o banheiro estava "apartado" do corpo da casa (ver figura 35).

Durante a década de 1990 o projeto padrão ampliou suas dimensões, equivalendo a 48m^2, incorporando o banheiro e locando-o ao lado da cozinha: modelo 02 (ver figura 36).

Em meados da década de 2000, o projeto padrão adquiriu nova configuração, porém permanecendo com a mesma metragem total de 48m^2: o banheiro ficou localizado entre os dois dormitórios. Corresponde ao modelo 03, tendo sido utilizado nos últimos habitats cuja efetivação da habitação ainda era responsabilidade exclusiva do INCRA (ver figura 37).

Desse modo, buscando minimizar os custos para sua execução, os modelos "padrão INCRA" não levavam em consideração as especificidades da área onde eram implantados e nem da comunidade atendida, bem com os parâmetros de conforto ambiental, funcionalidade, dentre outros. Observou-se a ausência de elementos próprios da habitação rural, como o alpendre frontal e o posterior. As dimensões e quantidade dos cômodos se fizeram incompatíveis às famílias assentadas. No mais, não houve usos inerentes à produção agropecuária[169].

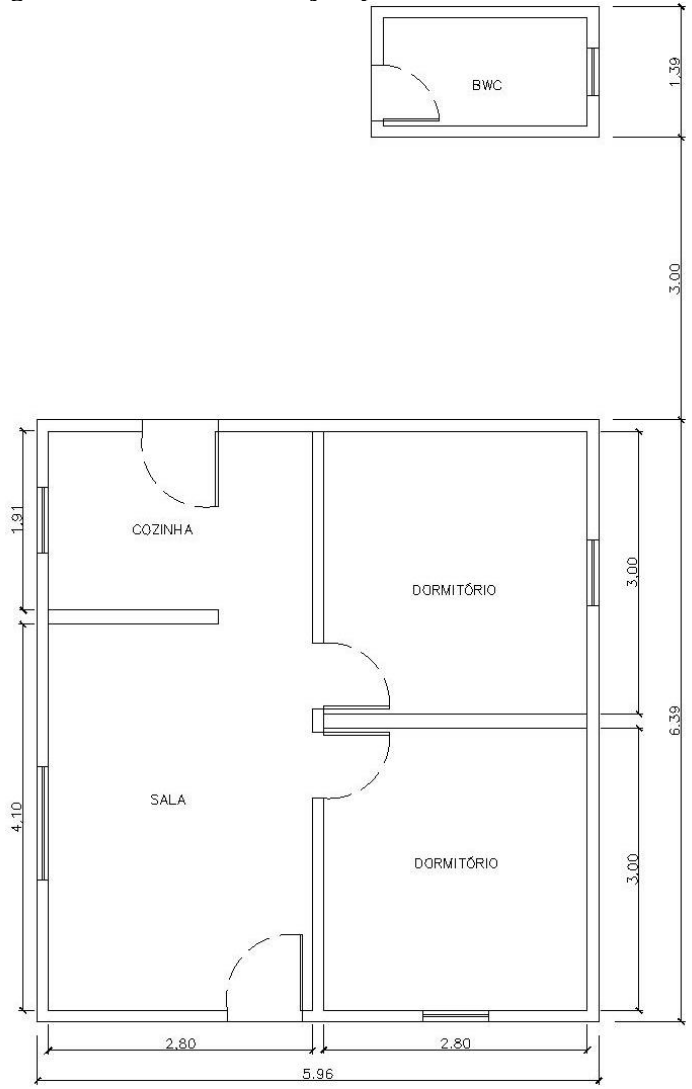
Do mesmo modo que para o habitat, as experiências distintas deste padrão contaram com a participação de outros agentes, especialmente as entidades que prestavam assessoria técnica, principalmente o GERAH/UFRN[170].

Após definido o projeto/desenho da habitação, encaminhava-se à fase da sua construção. Vale ressaltar, porém, que o habitual se restringia à deliberação do projeto arquitetônico e do orçamento básico. Não se avançava nas demais peças técnicas, como: memorial descrito e especificações técnicas, projetos complementares, etc.

No recorte estudado, alguns foram os padrões de atuação na derradeira etapa da construção. Até meados da década de 2000, a SR/RN permitia a contratação de empreiteiras para a construção das moradias, as quais deveriam empregar mão de obra dos assentados moradores. Todavia, na maioria das experiências realizadas, constatou-se que grande quantitativo das habitações erguidas apresentava baixa qualidade construtiva. Assim, com o passar do tempo, essa prática deixou de ser incentivada.

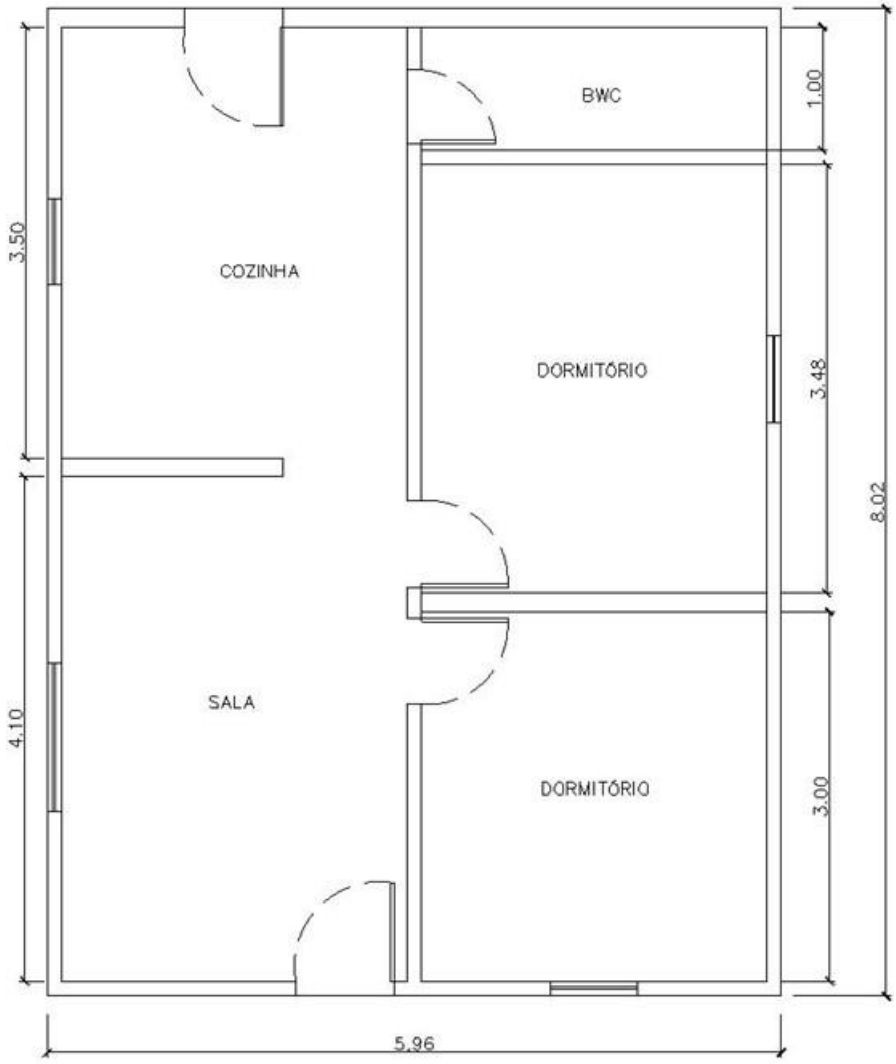
[169] A análise aprofundada dos projetos da habitação está no Capítulo 10 A Produção do Desenho do Habitat de Reforma Agrário do Rio Grande do Norte.
[170] As experiências do GERAH/UFRN foram mencionadas no Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

Figura 35 - Planta baixa Projeto padrão INCRA: MODELO 01.



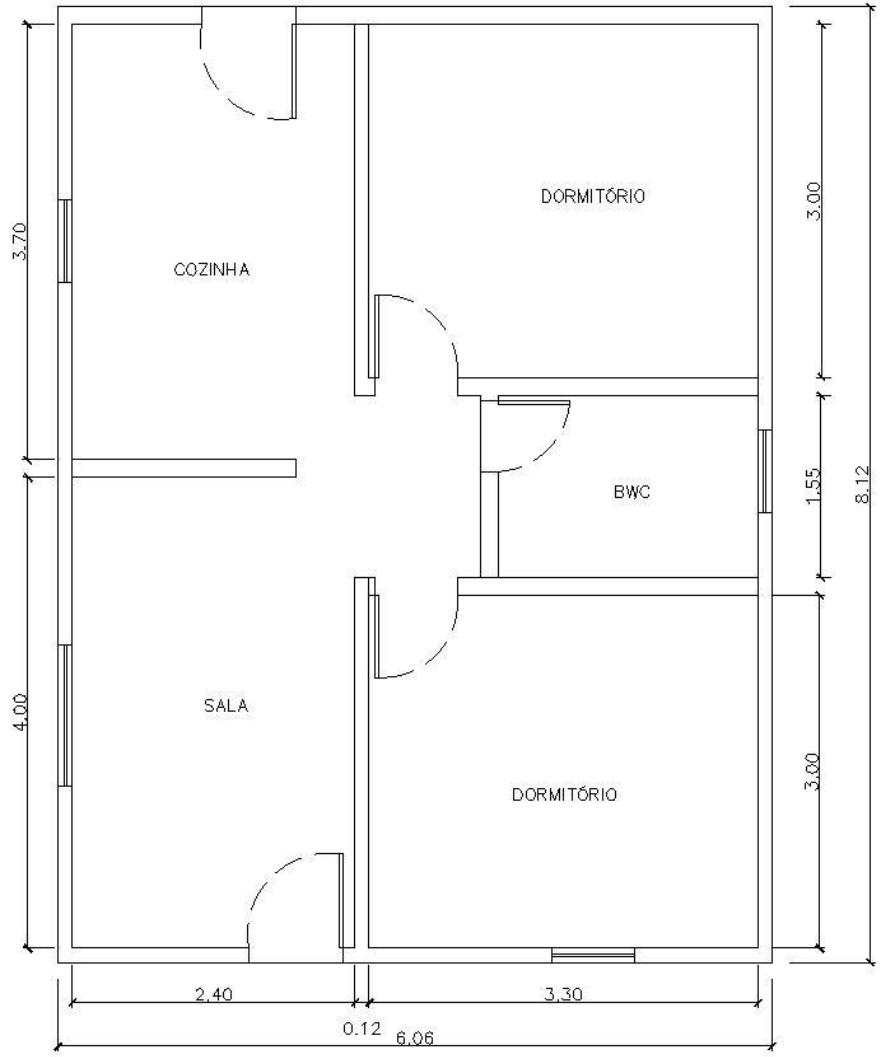
Fonte: Acervo do INCRA/RN.

Figura 36 - Planta baixa Projeto padrão INCRA: MODELO 02.



Fonte: Acervo do INCRA/RN.

Figura 37 - Planta baixa Projeto padrão INCRA: MODELO 03.



Fonte: Acervo do INCRA/RN.

.

Em substituição - principalmente no Governo Lula - priorizou-se a autoconstrução, por mutirão ou autogestão. A mão de obra empregada também correspondia à dos próprios assentados (principalmente daqueles com habilidades específicas). Quando necessário, complementada por outros trabalhadores não moradores do assentamento. Com raras exceções, o processo era acompanhado por assessoria técnica de profissionais habilitados para tal, como arquitetos e urbanistas ou engenheiros civis. O padrão consistia no acompanhamento e fiscalização pelo mesmo técnico responsável pela concessão e aplicação dos recursos financeiros do crédito. A situação mais favorável era quando este servidor possuía formação técnica em edificações ou similar. Essa prática de então permaneceu até o final do recorte estudado.

Por fim, a investigação aprofundada acerca do desenho resultante dessa prática potiguar corresponde ao conteúdo abordado na Parte III: A Produção do Desenho do Habitat de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte.

7.3 Constatações e Legado da Prática do Desenho.

Concatenando todos os elementos investigados no decorrer dessa Parte II apreende-se, assim, acerca da prática do processo do desenho do habitat de reforma agrária pelo Estado.

No intervalo de 1985 a 2013, o Estado foi representado por seis governos distintos, tendo cada qual sua estrutura adaptada ao perfil ideológico e aos interesses vigentes.

Temática que pouco adentra a pauta das políticas públicas de habitação, o tratamento destinado à totalidade do habitat do campo, em todos os casos, ficou aquém do necessário, sobretudo até o Governo FHC. A partir deste houve um incremento nos programas habitacionais estabelecidos. No entanto, o escopo se restringia basicamente à efetivação da habitação, não levando em consideração os demais elementos do habitat.

Particularmente, quanto ao habitat de reforma agrária – este também inserido na materialidade do campo - o tratamento disponibilizado acontecia margeando a relação de ações entre a política habitacional e a de reforma agrária. Todavia, a segunda era preponderante em relação à primeira. Esta, por sua vez, conduziu experiências pontuais, como as realizadas na transição dos governos FHC e Lula a partir do convênio entre o INCRA e a CEF, atendendo apenas a concretização da habitação - episódio que anunciou situação que viria a ser implementada e consolidada a partir de 2013: PMCMV Rural. Assim, contemplado de maneira tímida por ambas as políticas, o habitat de reforma agrária não foi reconhecido como primordial.

Prosseguindo no contexto intrínseco às iniciativas do Estado para a prática do desenho do habitat de reforma agrária - direcionadas pela política de reforma agrária - em cada um dos seis governos vivenciados, essa condução se desenvolveu repleta de contradições, conflitos, similaridades e diferenças.

O Estado aglutinou sua atuação em um único órgão: o INCRA. Responsável pela execução da política de reforma agrária, nele se pode perceber claramente a interferência provocada pelas mudanças de governo. Cada período revelou características próprias que, ora os aproximavam entre si, ora os afastavam. Assim, em todo governo que se estabelecia, a autarquia se transformava: titularidade da vinculação ministerial; gestão; estrutura organizativa e administrativa; modo de atuação; ações e programas. Houve uma clara descontinuidade institucional. Cada governo intencionava primordialmente executar a sua política de reforma agrária.

Desse modo, já destituído da posição de destaque que ocupara anteriormente - durante a vigência da política de

colonização - no recorte da política de reforma agrária estudado, o INCRA esteve vinculado a cinco ministérios distintos, resultando em oito alterações na sua estrutura organizacional. Essa dinâmica de modificações também refletiu em seu escopo de ações, atividades e programas. Nesse contexto, somente no Governo Lula - impulsionado por agentes externos vinculados ao I Colóquio Habitat e Cidadania (2006) - houve a tentativa, sem êxito, de formular um programa especifico para o habitat de reforma agrária: o Programa Habitat do Campo (2007). Também nesse governo aconteceu de modo mais enfático a recomposição do corpo técnico da autarquia, com a contratação, via concurso, de profissionais diversos, inclusive arquitetos e urbanistas.

Quanto à ação da prática do desenho do habitat a situação não se fez diferente. Contrastes foram observados na conduta da autarquia. Preliminarmente, quando se compara a atuação nos meandros da política de colonização e a de reforma agrária.

No primeiro momento, na prática do desenho dos projetos integrados de colonização (PIC), refletindo a conjuntura autoritária e de total controle do regime político em voga, momento em que o Estado proporcionou condições favoráveis de atuação – logística, recursos humanos e financeiros - o INCRA centralizava todas as instâncias do referido processo. Tomando por referência as reflexões de Ianni (1979):

> A colonização oficial sempre implicou no controle estatal das atividades econômicas e políticas dos colonos. Tanto assim que o INCRA apareceu e continua a aparecer como a presença cotidiana do poder estatal entre eles. É através do INCRA que os colonos se definem como colonos; ou transformam-se de posseiros em colonos; recebem ordem para ocupar, permanecer ou sair da terra; recebem algum título, provisório ou definitivo, de propriedade; adquirem a documentação sobre a terra (IANNI, 1979, p. 68).

No espaço físico, esse controle era realizado através de metodologias operacionais que orientavam todas as ações, inclusive as técnicas, e que se vinculavam ao Urbanismo Rural. Método fortemente influenciado pelos postulados do Modernismo na arquitetura, direcionava, além do planejamento físico-espacial, o sociocultural e econômico. Era implementado por meio de uma equipe multidisciplinar que, no entanto, não contava com a participação ativa dos colonos. O resultado equivalia aos projetos integrados de colonização compostos pela tríade agrovila, agropólis e ruropólis. Cada PIC constituía uma unidade autônoma, a qual demandava diversidade de atividades.

Apesar desse repertório até então vivido, na transição da política de colonização para a de reforma agrária, o próprio INCRA procurou lançar mão de outros procedimentos para a sua atuação, condizentes com a nova realidade política. Em um dos primeiros documentos editados à época, apresentou os "Princípios da Nova Metodologia de Projetos de Assentamento (1987)", que indicava: maior autonomia aos beneficiários; menos ações paternalistas; menor tempo de duração da mediação do Estado (de 18 a 60 meses para a consolidação do assentamento); incentivo à coletividade e cooperativismo: criação das Cooperativas Integrais de Reforma Agrária (CIRA), previstas no Estatuto da Terra.

Os recém organizados movimentos sociais do campo - como o MST – também negavam os princípios da política de colonização até então empregados pelo INCRA, sobretudo quanto ao espaço físico. Vinculavam os PICs ao autoritarismo do Estado.

No entanto, principalmente à época dos primeiros governos pós-regime militar, reflexos e influências do Urbanismo Rural dos PICs podem ser observados na prática inicial do desenho do habitat conduzida pela política de reforma agrária. Tanto nos estados que efetivamente vivenciaram os PICs - como Pará e Mato Grosso -, quanto em outros, cuja influência encontrava-se implícita no vivido dos seus técnicos. Estes tendo atuado nos estados que experienciaram essas práticas pregressas, as implementaram quando transferidos para outras Superintendências do INCRA, conforme observado no RN. Esta influência pode ser percebida na atuação autoritária de alguns técnicos para com os assentados; na estruturação do espaço físico na maior parte dos assentamentos rurais norte-rio-grandenses, como também nos mais antigos do PA e MT: parcelas/lotes de trabalho e agrovila (núcleo urbano). Quanto aos dois últimos estados, também existiam os núcleos para infraestrutura social, como referência às agrópolis.

Desse modo, no segundo momento - a prática do desenho dos habitats de reforma agrária - do recorte estudado, apesar da negação inicial, os princípios da prática do desenho dos PICs coexistiram aos demais implementados, sendo assimilados e transformados com o transcorrer do tempo.

No entanto, apesar da herança percebida, no conjunto das ações voltadas ao desenho do habitat, a política de reforma agrária se distinguia da política antecedente. Seus recursos financeiros contemplavam apenas a construção da habitação e a demarcação do macro espaço do habitat, sem levar em consideração seus demais elementos. Estes ficavam a cargo do governo municipal. A infraestrutura básica se restringia às estradas de acesso; alternativas para o abastecimento de água potável e energia elétrica. Todos esses

elementos condicionados à disponibilidade do orçamento da autarquia, que nem sempre conseguia abranger, por completo, as demandas existentes em cada superintendência regional.

A efetivação dessas ações era conduzida por normativos internos não específicos para tratar das questões técnicas. Estes instrumentos eram apropriados para direcionar os aspectos administrativos inerentes à concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros ofertados.

O conteúdo de cunho técnico - critérios para o planejamento e concepção do desenho do habitat e sua execução – deveria ter sido esmiuçado em um instrumento privativo, nos moldes de um manual técnico operacional. Esse também abrangeria as peculiaridades sociais, culturais e regionais envolvidas na consolidação do habitat de reforma agrária, além de todas as etapas do processo: desde o início - com o planejamento e concepção - até a finalização com a construção. Todavia, este material não foi produzido. Assim, os normativos precisaram também desempenhar esse papel.

Por sua vez, de modo sintético e limitado, as demandas relativas ao habitat foram aos poucos sendo incorporadas a esses normativos, especificamente no que diz respeito às ações para a sua implantação geral[171] e habitação. Porém, de modo aquém ao anteriormente efetuado para os PICs.

Quanto à implantação geral do habitat as regulamentações se inseriam nos normativos relativos à implementação do assentamento rural. Nos primeiros normativos identificados - ainda no Governo Sarney - havia escassez de informações. Até o Governo Itamar o habitat era tratado no conjunto total do assentamento, numa sutil referência à tipologia dispersa.

Entretanto, na transição das décadas de 1990 para 2000, sobretudo no Governo FHC, ampliaram-se as ações, definições e elementos inerentes à política de reforma agrária, provocando consequências no habitat, trazendo também alusões à tipologia concentrada. Assim, houve um aprimoramento em relação aos procedimentos voltados ao PDA - tratado como instrumento fundamental para o planejamento e concepção do habitat - apresentando, inclusive, roteiro básico para sua elaboração, com destaque para proposições de áreas para uso urbano, além de infraestrutura e serviços necessários. As ações coletivas e a

[171] Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA); Serviço de medição e demarcação topográfica; Implantação de infraestrutura básica.

participação dos assentados eram priorizadas. Contudo, era dispensável a elaboração do desenho/projeto para o habitat.

No decorrer do Governo Lula, as ações do PDA tornaram-se definitivamente atreladas às da assessoria técnica, social e ambiental, transportando também esses aspectos ao habitat. Consolidou-se a distinção entre suas tipologias para as orientações gerais. Quanto ao concentrado, determinava a exigência da formalização do projeto urbanístico concebido por profissional habilitado e aprovado pela comunidade, estipulando a dimensão mínima do lote de moradia: 300 m^2. No mais, os normativos foram aprimorados, incluindo iniciativas de desenvolvimento voltadas à recuperação dos habitats já constituídos, como a proposição do Plano de Recuperação do Assentamento. Outras modalidades – Semiárido e Recuperação/Materiais de Construção - do Crédito Instalação foram acrescentadas, melhorando as condições mínimas de habitabilidade dos habitats de reforma agrária.

Os direcionamentos à habitação, por sua vez, aconteciam segregadas do habitat, especificamente nos normativos que regiam a modalidade Habitação/Aquisição de Materiais de Construção do Crédito Instalação/Implantação.

Até o Governo FHC a habitação ainda era tratada de modo primitivo. Moreira (2017) também fez constatação similar:

> É inegável que a questão habitacional passou de uma posição de desconsideração, quase que completa, nos governos Sarney, Collor e Itamar, quando não havia regras adequadas de operacionalização dos créditos, para o estabelecimento de normas de execução elaboradas exclusivamente para o assunto no Governo Lula (MOREIRA, 2017, p. 402).

Somente em 2004, no Governo Lula[172], teve início a inserção de mais diretrizes/orientações de cunho técnico, mesmo que ainda de modo básico e sintético. A partir de então ficou estabelecida a obrigatoriedade do projeto arquitetônico para a habitação, devendo este levar em consideração os aspectos culturais, regionais, saneamento básico e conforto térmico. Suas dimensões mínimas variaram de 36 a 46m^2. A preocupação com o seu enquadramento nas questões técnicas tornou-se mais evidente, sobretudo, em fins desse governo[173], com a consolidação da exigência de atuação de profissionais habilitados para a efetivação (projeto e execução) da habitação. Permaneceu o enfoque na participação dos assentados, inclusive sendo critério necessário a aprovação destes ao projeto concebido. No mais, a liberação dos recursos financeiros da citada

[172] Com a edição da NE Nº 40/2004.

[173] Notadamente com a promulgação da NE 79/2008, que consolidou os entendimentos desde a NE 40/2004.

modalidade era condicionada à demarcação física do projeto do habitat e licença ambiental. Essas deliberações permaneceram vigente até o final do recorte estudado, no Governo Dilma.

Algumas ausências devem ser destacadas. Os demais elementos do habitat – área para os equipamentos comunitários sociais e de serviços; espaços livres públicos; vias de circulação - não sendo contemplados por recursos financeiros na esfera federal também não eram favorecidos em suas ações. No mais, no material vigente, as etapas do planejamento e concepção eram pouco priorizadas, tanto no âmbito do habitat como da habitação.

Quanto aos recursos financeiros disponibilizados à habitação, estes não estavam de acordo com as especificidades da construção no campo: grandes distâncias a serem percorridas; dificuldades com a estocagem de materiais; infraestrutura precária; carência de mão de obra qualificada; custos adicionais devido aos canteiros de obra dispersos e com o transporte de materiais; etc. Contudo, entre 1985 e 2013 houve um avanço dos valores concedidos (ver Quadro 28).

Quadro 28 - Valores Habitação/Aquisição de Material de Construção.

NORMATIVO	DATA	GOVERNO	VALORES À ÉPOCA[174] (SALÁRIOS MÍNIMOS)
Instrução da Secretaria de Assentamento e Colonização/SEASC/MIRAD nº 02	02/10/1988	SARNEY	Até 80 OTN's
Norma de Concessão de empréstimo para projetos de assentamento	1988	SARNEY	80 a 100 OTN's
Instrução/INCRA/nº 44	12/11/1991	COLLOR	Até 4,28
Portaria/INCRA/DP/nº 01	11/02/1993	ITAMAR	Até 10
Portaria/INCRA/n20	20/12/1994	ITAMAR	18
TELEFAX/DPA/nº 28	05/05/1995	FHC	18
Portaria/INCRA/DP/nº 02	20/06/1996	FHC	17,85
Instrução Normativa nº 19	10/09/1997	FHC	20,83
Portaria nº 50	02/02/1998	FHC	19,23
Instrução Normativa/INCRA/nº 26	22/06/1998	FHC	19,23
Instrução Normativa/INCRA/nº 29	12/04/1999	FHC	13,23
Norma de Execução /INCRA/DP nº 001	03/08/1999	FHC	13,23
Norma de Execução nº 02	30/08/1999	FHC	18,38
Norma de Execução/INCRA/nº 04	02/04/2001	FHC	13,88

[174] Fez-se uso da referência "Salário Mínimo" para ter um parâmetro comum entre os governos estudados. A fonte consultada acerca dos seus valores foi o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Ver: https://www.dieese.org.br/ (consultado em 05/06/2019). Não foi possível contemplar o Governo Sarney, cujo indicador para o crédito consistia na OTN (Obrigação do Tesouro Nacional): "*título público federal emitido com a característica de pagar remuneração acrescida de correção monetária* (...) *implementado a partir do Plano Cruzado (1986) vigorando até 1989*" (http://www.lefisc.com.br/indexadores/ortn.htm) (consultado em 05/06/2019).

Resolução nº 15	11/07/2002	FHC	15
Norma de Execução nº 25	12/08/2002	FHC	15
Norma de Execução nº 36	30/03/2004	LULA	19,23
Instrução Normativa nº 19	06/09/2005	LULA	16,66
Instrução Normativa nº 37	08/12/2006	LULA	14,28
Instrução Normativa nº 40	11/06/2007	LULA	18,42
Portaria nº 193	29/08/2007	LULA	18,42
Portaria nº 225	24/09/2007	LULA	18,42
Instrução Normativa nº 50	22/12/2008	LULA	24,09
Instrução Normativa nº 53	19/06/2009	LULA	21,50
Instrução Normativa nº 54	22/07/2009	LULA	32,25
Instrução Normativa nº 58	05/03/2010	LULA	29,41
Instrução Normativa nº 67	15/06/2011	DILMA	27,52
Instrução Normativa nº 68	16/08/2011	DILMA	27,52
Instrução Normativa nº 74	14/11/2012	DILMA	40,19

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e DIEESE.

Nota-se um ganho real nos valores durante os governos Lula e Dilma, alcançando o maior patamar no derradeiro instrumento editado. Contudo, esse ainda era incompatível, não só com a adequada construção no campo, como também com as demais etapas do planejamento e concepção da habitação.

No tocante aos demais serviços voltados à implantação do habitat e para os quais existia oferta de recurso financeiro – medição e demarcação topográfica; PDA; instalação de infraestrutura – o montante destinado se manteve constante em quase todo o recorte estudado, sofrendo reajuste apenas no ano de 2004. Contudo, também aquém do necessário.

De modo geral, mesmo com as particularidades inseridas em cada regional, nas superintendências analisadas – Belém/Pará; Mato Grosso e Santa Catarina – em conjunto com o Rio Grande do Norte, o processo de efetivação do habitat acontecia fragmentado em algumas ações da etapa de implantação/desenvolvimento do assentamento: estudo e anteprojeto de parcelamento do assentamento; PDA; serviço de medição e demarcação topográfica; implantação de infraestrutura básica; concessão da modalidade "Habitação/Aquisição de Materiais de Construção" do Crédito Implantação/Instalação.

Assim, cada ação era destinada a uma Divisão/Setor especifico da Superintendência, o que findava constituindo uma equipe multidisciplinar, mesmo que esta não fosse oficialmente formalizada. Todavia, na maioria dos casos, não havia articulação e planejamento para a sua atuação. As atividades que necessitavam da habilitação do engenheiro agrônomo (delimitação das áreas de produção) ou do topógrafo (demarcação do perímetro do habitat) eram por esses profissionais executadas. Porém, as intervenções próprias do arquiteto e urbanismo (concepção do desenho do habitat e efetivação da habitação) eram exercidas por técnicos sem habilitação. Mesmo que existissem arquitetos na superintendência, eles não atuavam nessas ações.

Apesar da demanda de serviços gerados a esses profissionais, foi reduzida a sua presença nos quadros técnicos do INCRA, principalmente no período da política de reforma agrária.

De 1985 a 2006, a autarquia contava com apenas um arquiteto e urbanista - lotado na sede em Brasília - exercendo atividades outras, não peculiares à profissão[175]. Somente em 2006 que os cinco analistas em Reforma e Desenvolvimento Agrário, com habilitação em Arquitetura,[176] foram nomeados e entraram em exercício. Até então, as poucas contratações haviam sido efetuadas apenas à época da política de colonização. O quantitativo também era restrito, se comparado aos demais profissionais - como os engenheiros agrônomos - e à demanda de trabalho. Infere-se que, historicamente, o Estado não priorizou a contratação de arquitetos e urbanistas, profissionais habilitados para a produção do desenho do habitat de reforma agrária.

Outra característica peculiar do processo de efetivação do habitat nos estados investigados foi a ampliação da atuação e autonomia dos assentados em todas as etapas. Seja devido à sua organização enquanto movimentos sociais/sindicatos, seja pela ausência do INCRA nas áreas dos assentamentos. O Estado - mesmo ainda interventor - o fazia em menor grau, se comprado ao período da política de colonização. No mais, além dos recursos financeiros e humanos, a logística para a execução das ações agora era mais restrita, o que permitiu maior performance à comunidade. Situação inversa à dos PICs, quando a única participação dos colonos consistia em receber seu lote/parcela.

O desenho do habitat decorrente desse processo foi diverso nas regionais analisadas, com representantes das tipologias concentrada, dispersa e mista.

Quanto à habitação - consumada posteriormente ao macro espaço do habitat - o processo e o produto final alcançados refletiram a homogeneidade dos normativos. Normalmente, o projeto da habitação se repetiu nos estados investigados. Porém, há de se destacar distinções percebidas no decorrer dos governos Lula e Dilma, sobretudo em relação ao material empregado. Tomam-se como exemplo as habitações em madeira executadas nos Projetos de

[175] Ver Decreto Nº 77.245 de 27/02/1976 e Decreto Nº 77.557, de 06/05/1976, ambos publicados no Diário Oficial – República Federativa do Brasil - Seção I – Parte I (10/05/1976); Presidência Portaria Nº 054, de 07/03/1985, publicada no Especial/Boletim de Serviço – Ano XI – 01/01/1985 – Página 01.

[176] Além desses cinco, existem outros arquitetos e urbanistas no INCRA, porém, lotados em cargos que não possuem habilitação específica, ou seja, que admitem qualquer formação profissional para exercê-los e que, teoricamente, desenvolvem atividades não privativas da Arquitetura e Urbanismo.

Assentamento Agroextrativistas (PAE) de Belém/PA, como também nos habitats dispersos dos assentamentos rurais em Santa Catarina.

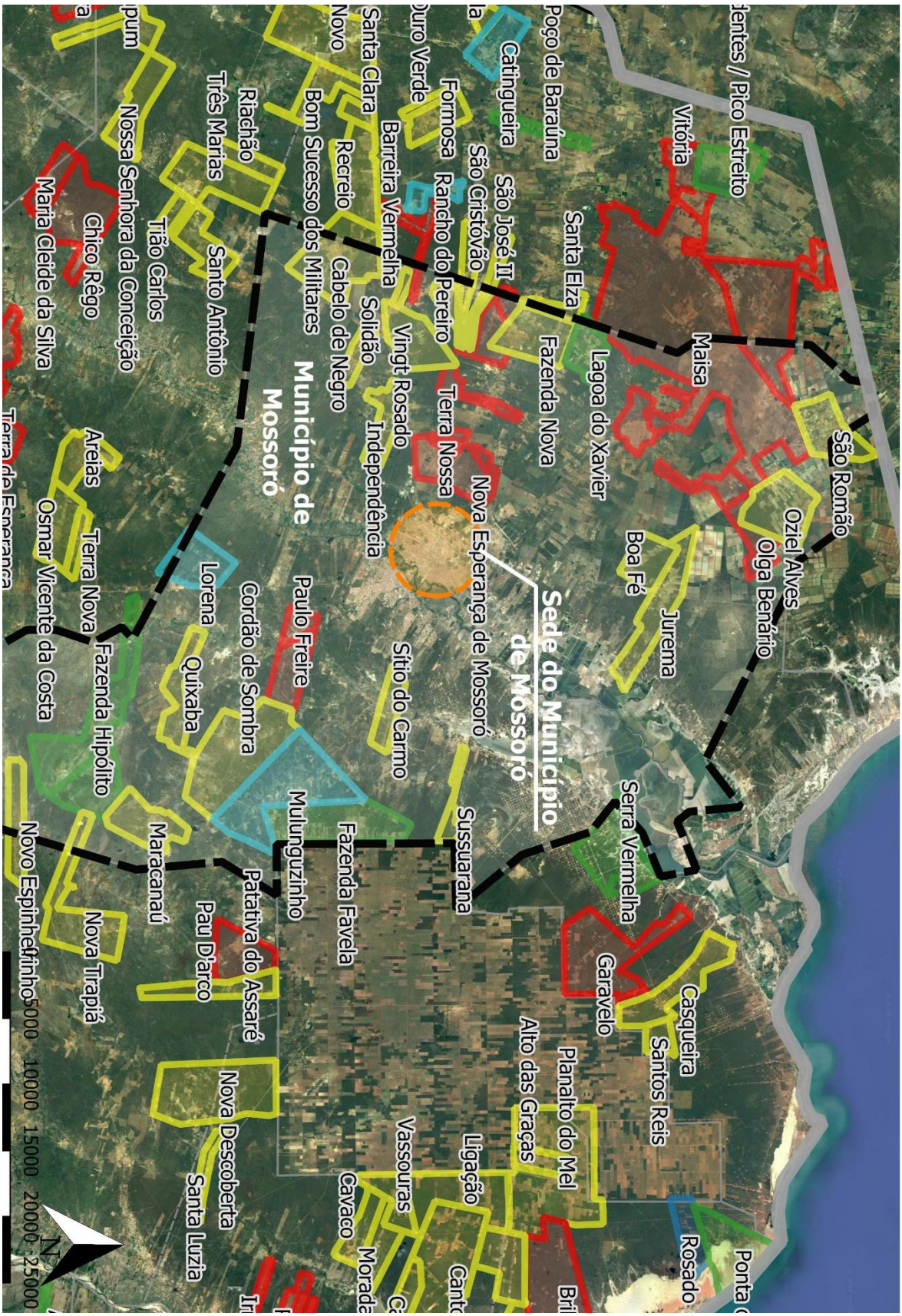
As observações de cunho particular a esse processo de efetivação do habitat somente podem ser traçadas restritas aos assentamentos rurais do RN, sobre os quais foi possível aprofundar a investigação. Nessa perspectiva, algumas ausências na prática potiguar foram identificadas. Além da falta da atuação de profissionais com habilitação especifica, também foi dada pouca importância às fases do planejamento e concepção do habitat e da habitação, refletindo o estabelecido nos normativos. Situação impulsionada pela ansiedade dos assentados, que na maioria dos casos até então viviam em locais com pouca habitabilidade. No entanto, essas etapas devem existir, conjecturando adequadas condições de habitar à plenitude do habitat, levando em consideração as especificidades físicas do local, os anseios dos moradores, dentre outros aspectos. Moreira (2017) observa que

> O planejamento anterior, com a amplitude de se pensar o futuro, sem as amarras das limitações momentâneas, poderiam fazer com que muitos dos problemas causados a partir da implantação das moradias fossem reduzidos (MOREIRA, 2017, p. 411).

No mais, há necessidade de assessoria técnica com equipe multidisciplinar composta por profissionais da construção civil para o acompanhamento da efetivação da habitação.

Quanto à representação do desenho produzido, na maioria dos casos, estes não o foram por peças técnicas apropriadas - projeto arquitetônico e complementares; orçamento; especificações técnicas; etc – que orientem de modo adequado sua execução, sobretudo, da habitação. Não há Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para nenhuma das ações relativas à habitação. Quanto ao habitat, a legalização acontece no contexto da totalidade do assentamento rural.

Diante do exposto, mais uma vez se reforça a necessidade de se formatar um método que direcione o processo do desenho do habitat de reforma agrária, para que possa ser apropriado e praticado pelo Estado em todas as suas nuances. Um instrumento que contemple o habitat como um todo – e não apenas a habitação -, suprindo as ausências aqui destacadas e levando em consideração o exposto no item “4.3 Reflexões e Contribuições para um Método de Desenho do Habitat de Reforma Agrária”.



PARTE III: A Produção do Desenho do Habitat de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte

MAPA 01 - Mapa do Rio Grande do Norte com todos assentamentos criados.

8 O PRESENTE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Exibe-se aqui a situação presente do desenho do habitat de reforma agrária do RN, a partir da síntese do reconhecimento quantitativo do campo empírico: a totalidade. Assim, foi definido o genótipo geral para os habitats de reforma agrária, quanto os aspectos gerais e os aspectos físicos: escalas do assentamento e do habitat, identificando-se as tipologias do seu desenho[177].

Segundo o INCRA, no RN existem 288 assentamentos rurais criados pela Política Nacional de Reforma Agrária[178]. A estes, somam-se 10 assentamentos rurais oriundos de iniciativas do governo estadual[179], totalizando 298 assentamentos rurais.

Desse total, 286 foram criados no decorrer do recorte temporal considerado - 1985 a 2013 - compondo o nosso campo empírico aqui analisado. O Mapa 01 e Tabela 01 apresentam sua distribuição nos períodos de governo estudados.

[177] Conforme método explicado no item "Procedimento para investigação do campo empírico" exposto ao fim do Capítulo 1 Introdução.
[178] Ver Mapa 01 (página 270).
[179] Estes assentamentos rurais são classificados pelo SIPRA como "Projeto Estadual", conforme apresentado no "Quadro 29 - Assentamentos Rurais Estaduais do RN" inserido mais adiante no Capítulo 9 Rio Grande do Norte: Momentos da Formação de sua Configura Física.

Tabela 01 - Assentamentos Rurais Federais do RN x Período Governo.

N	GOVERNO	QUANTITADE ASSENTAMENTOS	ÁREA (HA)	Nº FAMÍLIAS
01	Sarney (1985-1989)	18	40.389,48	1.393
02	Collor (1990-1992)	8	13.159,56	450
03	Itamar (1992-1995)	2	11.034,70	413
04	FHC (1995-2002)	202	330.592,89	13.367
05	Lula (2003-2010)	53	109.138,09	4.444
06	Dilma (2011-2013)	3	4.355,56	158
TOTAL		**286**	**508.670,28**	**20.225**

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).

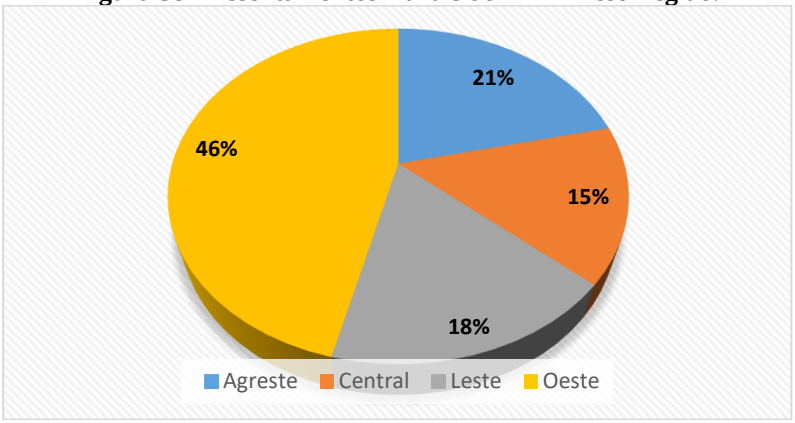
Aspectos Gerais.

O Rio Grande do Norte é um dos nove estados do Nordeste brasileiro. Geograficamente, caracteriza-se pelo clima semiárido (porção ocidental) e úmido (porção oriental). Cerca de 90% de suas terras estão inseridas no "polígono das secas", ou seja, altas temperaturas e baixo índice pluviométrico. O relevo predominante corresponde às planícies, inclusive no litoral. No interior aparecem depressões e planaltos ao sul. A vegetação caatinga cobre a maior parte da superfície, resistindo ainda no litoral e adjacências trechos de floresta tropical (mata atlântica), bem como manguezais, vegetação de praias e de dunas.

O território potiguar apresenta uma extensão de 52.797 km² (5.279.700,00 ha). Conforme dados do INCRA, a área total de assentamentos rurais de reforma agrária implantados no RN equivale a 529.525,09 ha. Representa, assim, 10,02% do seu total, distribuídos de maneira não igualitária, nas quatro mesorregiões do estado: Oeste Potiguar; Central Potiguar; Agreste Potiguar e Leste Potiguar (ver Mapa 02).

Restringindo-se ao recorte estudado, a maior incidência de assentamentos rurais acontece na mesorregião Oeste Potiguar: 132 unidades (ver figura 38). Destes, a maioria - 34 - localiza-se em Mossoró, seguido de Governador Dix-Sept Rosado e Upanema (13 em cada), e Apodi e Baraúna (10 em cada).

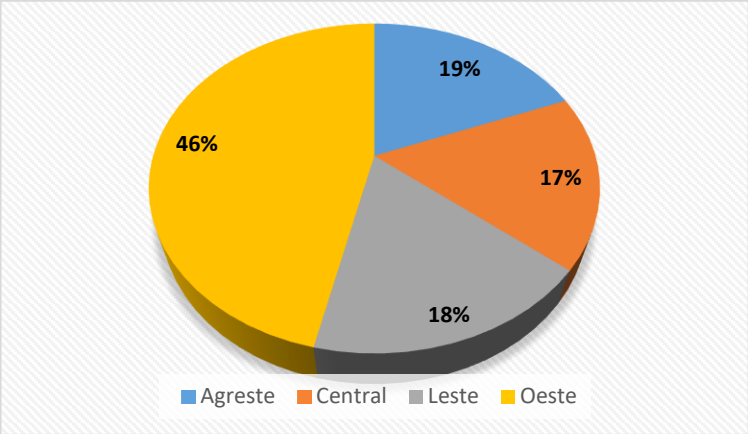
Figura 38 - Assentamentos Rurais do RN x Mesorregião.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).

Quanto às informações não representadas graficamente no Mapa 01, habitando e produzindo nesses espaços existe um total de 20.225 famílias. Estas se encontram assim distribuídas: 9.376 no Oeste Potiguar; 3.437 no Central Potiguar; 3.820 no Agreste Potiguar e 3.557 no Leste Potiguar 3.557 (ver figura 39). Vale salientar que - segundo dados do último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010 - o RN possui uma população de 3.168.027 pessoas, das quais aproximadamente 670.000 habitam áreas consideradas, pelo Instituto, como rurais[180].

Figura 39 - Número de Famílias Assentadas x Mesorregião.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).

[180] https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/panorama. Acesso em: 18 nov. 2018. Nesse quesito não se conseguiu relacionar os dados do INCRA com os do IBGE, pois estes entes utilizam unidades diferentes: famílias x pessoas.

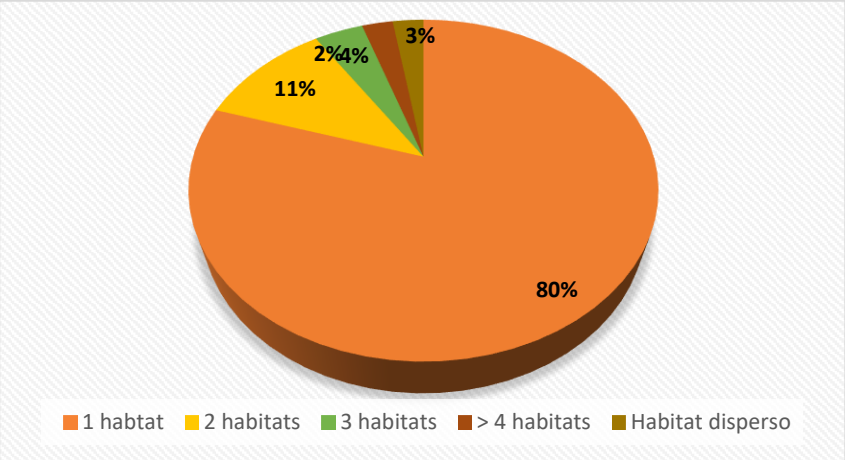
MAPA 02 - Mapa do Rio Grande do Norte e suas mesorregiões.

Aspectos Físicos

Quanto à configuração física, apesar da diversidade das políticas e iniciativas dos governos federais que se sucederam no recorte temporal estudado, pode-se definir um genótipo (padrão) para o desenho do habitat de reforma agrária do RN.

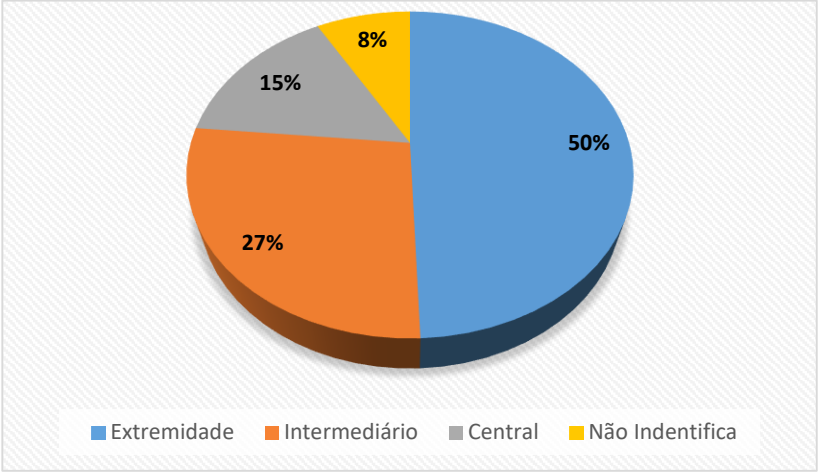
Na Escala do Assentamento[181] geralmente as famílias assentadas se distribuem em 01 habitat concentrado, localizado na extremidade do assentamento, acessado por via vicinal, conforme representado nas figuras 40 a 44 e fotos 25 e 26.

Figura 40 - Quantidade de Habitats x Assentamento Rural.



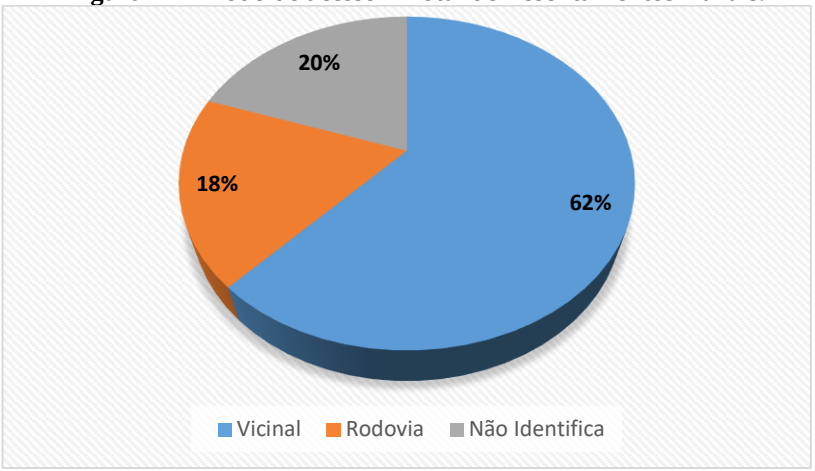
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).

Figura 41 - Localização do Habitat x Assentamento Rural.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).

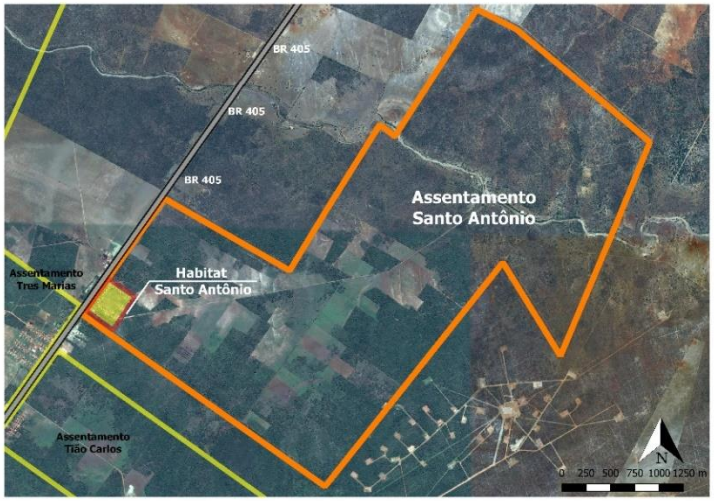
Figura 42 - Modo de acesso x Total de Assentamentos Rurais.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).

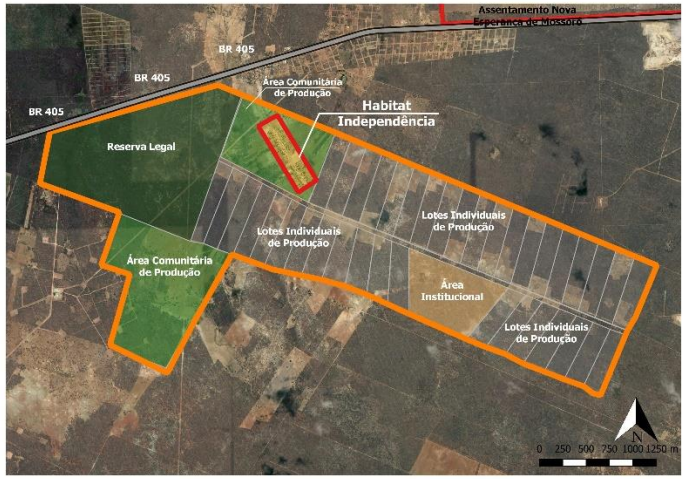
[181] Conforme explicado no item "Procedimento para investigação do campo empírico" exposto ao fim do Capítulo 1 Introdução.

Figura 43 - Assentamento Santo Antônio (Governador Dix-Sept Rosado/1998): habitat localizado na extremidade/perímetro.



Fonte: Produção da autora a partir dos dados do INCRA/RN e Google Earth

Figura 44 - Assentamento Independência (Mossoró/1995): habitat localizado na extremidade/não perímetro.



Fonte: Produção da autora a partir dos dados do INCRA/RN e Google Earth

Foto 25 - Via vicinal de acesso ao Assentamento 1º de junho (Parazinho).

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 26 - Via vicinal de acesso ao Assentamento Quilombo dos Palmares (Touros).

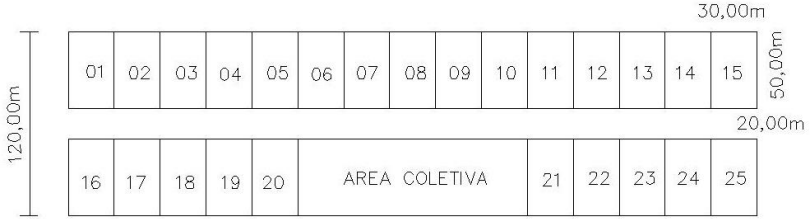
Fonte: Acervo da autora (2018).

Na Escala do habitat nos 286 assentamentos rurais estudados, foram identificados 349 habitats concentrados, 04 dispersos e 01 misto. Dentre os concentrados, em 157 foi possível identificar a representação gráfica[182]do seu habitat.

Neste universo catalogado, a partir da compilação do repertório teórico do subitem 3.3 O Habitat de Reforma Agrária, foram definidas categorias para classificação do desenho do habitat de reforma agrária do RN, sendo possível identificar 7 tipologias recorrentes ao habitat concentrado, conforme elucidado e apresentado na sequência.

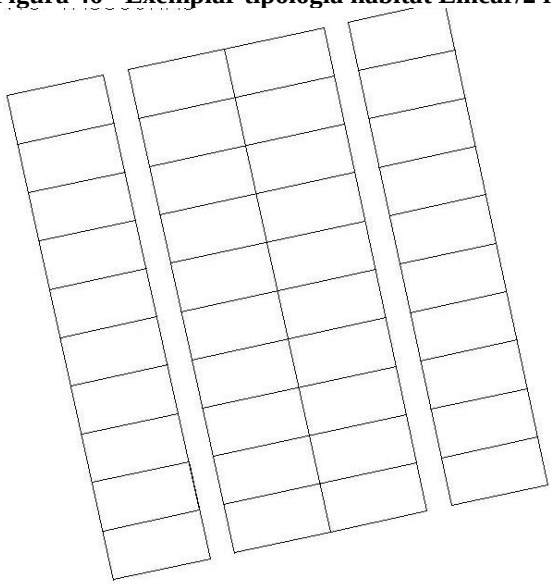
Retomando a analogia a comunidades ou distritos rurais de configuração espacial simples - geralmente localizadas à beira das estradas, tendo como ponto focal a única via de circulação - tem-se o tipo Linear. Este se subdivide em duas categorias: i) Linear/1 rua: uma rua com casas em ambos os lados. Sem vias perpendiculares ou outro modo de separação entre a área de equipamentos comunitários e os lotes de moradia (ver figura 45); e ii) Linear/2 ruas: duas ruas paralelas com casas dos dois lados, sem vias perpendiculares ou outro modo de separação entre a área de equipamentos comunitários e os lotes de moradia. Em alguns casos, um dos quarteirões são "duplos" (ver figura 46).

Figura 45 - Exemplar tipologia habitat Linear/1 rua.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA/RN.

Figura 46 - Exemplar tipologia habitat Linear/2 ruas.

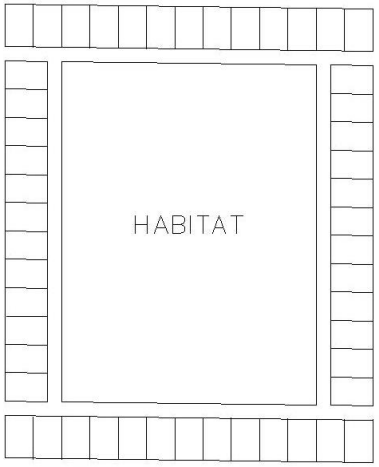


Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA/RN.

[182] Representação gráfica equivalendo a "desenho, peça técnica, projeto, dentre outros", como explicado no item "Procedimento para investigação do campo empírico" exposto ao fim do Capítulo 1 Introdução.

O tipo Concêntrico faz referência ao formato das comunidades rurais de configuração espacial simples, cujo ponto focal constitui a área de equipamentos sociais, ou mesmo a forma dos aldeamentos ou missões administradas por religiosos para a catequese dos índios no período colonial. Apenas para diferenciar em relação ao padrão do seu desenho, conforme ocorrências observadas, elaborou-se mais duas subcategorias. A Concêntrico/Quadrado: lotes de moradia ao redor de uma via em formato quadrangular, com área coletiva central. Não existem vias perpendiculares delimitando o quarteirão. Em alguns casos, a definição das vias não se faz inteligível (ver figura 47).

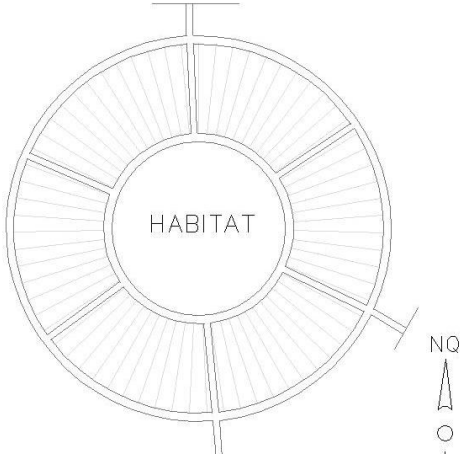
Figura 47 - Exemplar tipologia Concêntrico/Quadrado.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA/RN.

A outra subcategoria corresponde à Concêntrico/Radial: uma via em formato circular, com os lotes de moradia formando um círculo e área coletiva também central (ver figura 48).

Figura 48 - Exemplar tipologia Concêntrico/Radial.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA/RN.

Dispondo de características inerentes ao planejamento racional técnico, com ênfase na padronização e rigidez na disposição e organização física dos elementos componentes, identificou-se o tipo Ortogonal, também subdividido em mais duas categorias: i) Tabuleiro: mais de duas ruas paralelas, cortadas por pelo menos uma via perpendicular, separando a área de equipamentos sociais dos lotes de moradia (ver figura 49); e ii)

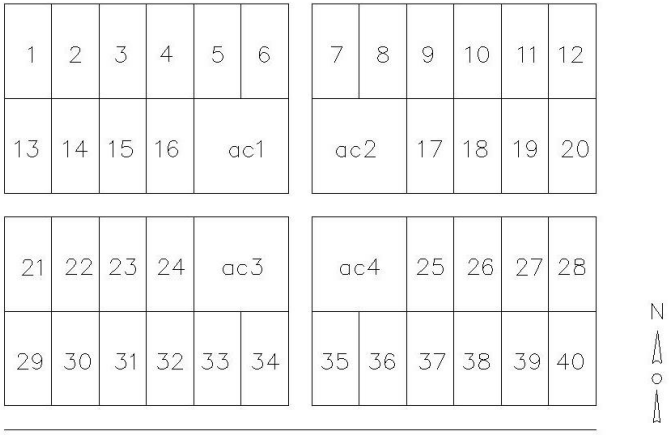
Cruz: somente duas vias, organizadas perpendicularmente uma à outra (ver figura 50).

Os habitats concentrados que não se encaixaram em nenhuma das categorias propostas, foram classificados como Outros. A figura 51 retrata um exemplar.

Figura 49 - Exemplar tipologia Ortogonal/Tabuleiro.

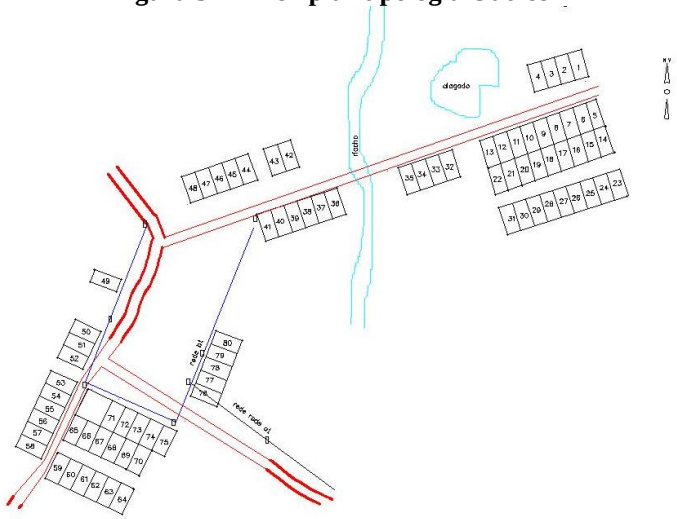
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA/RN.

Figura 50 - Exemplar tipologia Ortogonal/Cruz.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA/RN.

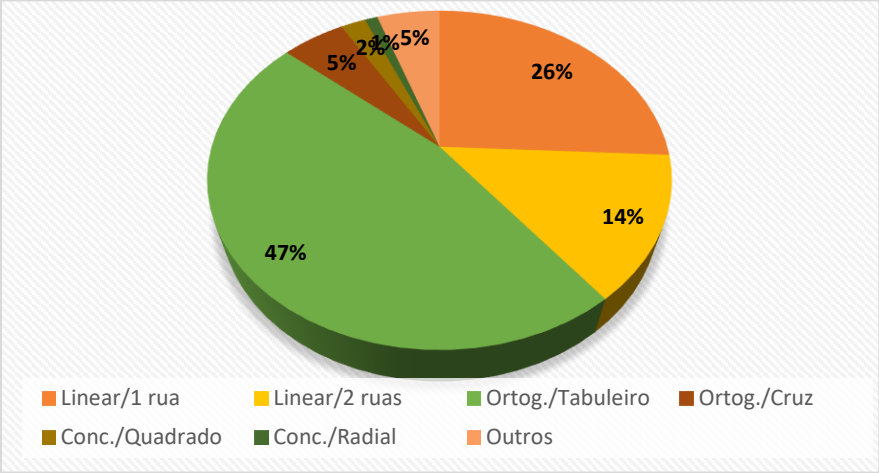
Figura 51 - Exemplar tipologia Outros



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA/RN.

Para o universo pesquisado o genótipo equivale à tipologia Ortogonal/Tabuleiro, acontecendo em 88 habitats do total.

Figura 52 – Tipologias do desenho dos habitats do RN.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).

De modo geral, persiste um padrão em relação ao uso do solo: lotes de moradia; área para equipamentos comunitários sociais e de serviços; e vias de circulação (ver figuras 45 a 51). Em 112 habitats concentrados acontecem estratégias inovadoras, como área coletiva de produção envolvendo o habitat.

Na maioria dos exemplares catalogados, os lotes de moradia apresentam formato padronizado, geralmente retangular. Há uma diversidade em suas dimensões, tanto de testada, como de profundidade. Porém, a 30x50m foi a mais recorrente.

Quanto à área para equipamentos comunitários sociais e de serviços, seus formatos, dimensões e disposições são diversas. Porém, estes espaços são sempre pouco detalhados e sem definição dos seus equipamentos.

As vias de circulação internas ao habitat seguem um padrão: largura variando entre 15 a 30m, definidas exclusivamente pelas quadras dos lotes de moradia.

A representação destes elementos no desenho oficial do INCRA ocorre apenas pela delimitação do seu perímetro.

9 RIO GRANDE DO NORTE: MOMENTOS DA FORMAÇÃO DA SUA CONFIGURAÇÃO FÍSICA.

O habitat de reforma agrária aqui estudado faz parte de um universo maior: o Rio Grande do Norte. Assim, relacionando a parte com o todo e ampliando o foco de análise, busca-se compreender os assentamentos rurais de reforma agrária no contexto do processo de formação do território do RN. Para tanto, são apresentados os principais momentos desse processo de ocupação, transformação e consolidação do desenho do território potiguar. De modo não aprofundado, apreende-se como as relações sociais (Estado, movimentos sociais, Instituições), econômicas e políticas se rebateram na configuração do seu espaço físico e influenciaram na criação desses assentamentos rurais de reforma agrária.

> Produção do espaço do Rio Grande do Norte, procurando demonstrar que este espaço está sendo elaborado e reelaborado, não em função de modelos ou esquemas definitivos, mas em função de diretrizes e interesses de determinados grupos que dispõem de poder político ou econômico e têm maior poder de pressão. Assim, incialmente, os indígenas foram cooptados pelos franceses para coletar os produtos florestais necessários ao comércio colonial; depois os portugueses dominaram os indígenas, expulsaram os franceses e organizaram o espaço em função da produção pecuária que serviria de apoio à agricultura canavieira em Pernambuco, desenvolvendo em seguida a cultura do algodão, a fim de atender à demanda inglesa. Recentemente este espaço está sendo explorado em função da produção de minérios – xilita, tantalita, petróleo, sal marinho, etc – de cera de carnaúba, de castanha de caju e, possivelmente, em futuro próximo, de camarão, a fim de atender a um mercado que não está localizado no Rio Grande do Norte (ANDRADE, 1981, p. 8).

Essa lógica traduz o processo dominante de ocupação, transformação e consolidação do território do Rio Grande do Norte, aqui apresentado dando maior enfoque ao campo.

Tomando por referência os dados do IBGE, os 52.809,602 km² que compõem a atual configuração física do RN encontram-se distribuídos em 167 municípios, agrupados em quatro mesorregiões, conforme similaridade de suas

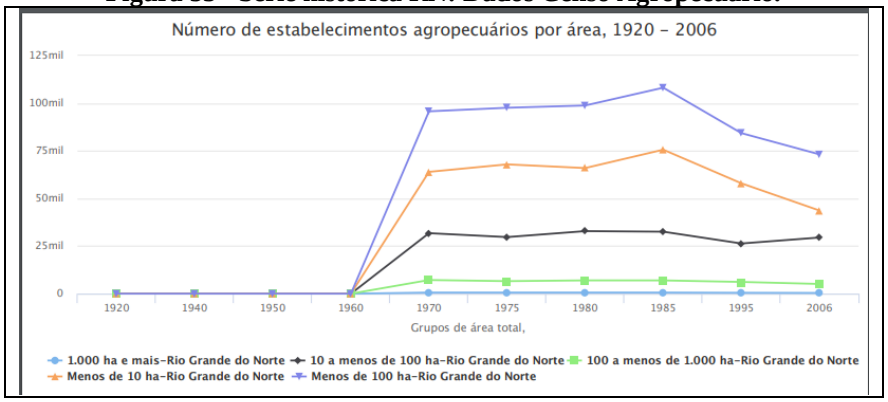
características físicas e socioeconômicas: Oeste, Central, Agreste e Leste[183]. Sua população gira em torno de 3.479.010 pessoas[184].

Quanto à importância econômica e ao quantitativo populacional, sobressaem os municípios e suas sedes: Natal (capital/mesorregião Leste Potiguar); Mossoró (mesorregião Oeste Potiguar); Parnamirim (mesorregião Leste Potiguar). Apenas essas três sedes municipais possuem acima de 100 mil moradores. A maioria - 83,23% (139 municípios) - detém menos de 20 mil habitantes[185]. Compreendidos no intervalo entre 20 e 100 mil cidadãos, destacam-se os municípios: São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-mirim, Caicó, Açu, São José do Mipibu, Apodi, João Câmara, Touros, Macau, Areia Branca, Baraúna (IBGE, 2109).

Circundando esses aglomerados considerados de ocupação mais densa, ainda persistem grandes extensões de terra voltadas a outros usos: espaços naturais, indústrias, propriedades rurais, empresas rurais, e diversas outras formas de assentamentos humanos, dentre estes os assentamentos rurais de reforma agrária. Todos imbricados numa estrutura fundiária altamente concentrada, conforme dados coletados pelas várias edições dos censos agropecuários realizados pelo IBGE[186].

Desde quando começaram a ser mensurados, em 1920, os números demonstram um pequeno quantitativo de propriedades rurais com mais de 1.000 ha que, por sua vez, equivalem à maior parcela de terras. No contraponto, existe grande montante de minifúndios, que representa reduzida porcentagem da área total.

Figura 53 - Série histórica RN: Dados Censo Agropecuário.



Fonte: IBGE (2019).

Esse cenário, todavia, foi sendo constituído e desenhado a partir de uma longa trajetória, perpassando vários períodos de governo/política, contando com a atuação dos mais diversos

[183] Ver Mapa 02 (página 273).
[184] Segundo IBGE, quantitativo estimado para 2018.
[185] Valor referência para a obrigatoriedade da elaboração de Plano Diretor.

[186] Ver: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=series-historicas. Acesso em: 05 jun. 2019.

agentes, cada qual defendendo interesses julgados mais convenientes, conforme apresentado na sequência.

9.1 Origem e seus Primórdios: Da Colônia ao Império.

Em suas origens, o território do RN compara-se aos demais estados do Nordeste: capitania hereditária, tendo como principal ação motivadora a colonização de exploração que, porém, inicialmente não logrou o êxito esperado, mesmo possuindo uma posição geográfica estratégica: "A terra é ferraz e é preciso defendê-la, porque é a mais perto terra que há no Brasil a este reino" (CASCUDO, 1999, p. 43).

O historiador e escritor Câmara Cascudo também delineou os primitivos limites do Rio Grande do Norte:

> Começava a Capitania desde a baía da Traição, dita Acejutibiró pelos indígenas, limite da donataria de Pero Lopes de Sousa, até Angra dos Negros no rio Jaguaribe, segundo Cândido Mendes; no rio Mandaú ou na foz do Mossoró, segundo Rocha Pombo; na cordilheira do Apodi, segundo Matoso Maia (CASCUDO, 1999, p. 41).

A respeito dessa configuração física, Teixeira (2017) afirma que "o território que corresponde hoje ao RN, como o Brasil em sua totalidade, era uma grande incógnita, durante todo o século XVI, e mesmo durante o século XVII" (TEIXEIRA, 2017, p. 3). O autor complementa:

> A primeira forma, ainda que precária, de delimitação da Capitania do Rio Grande ocorreu com a criação das capitanias hereditárias (1534-1536). A Capitania cedida a João de Barros era composta inicialmente por dois grandes lotes abarcando, além do território do RN, parte do Ceará e da Paraíba atuais (TEIXEIRA, 2017, p. 3).

No entanto, desde os primórdios, o RN já era morada de tribos indígenas - potiguares, cariris, entre outras - adaptadas à vivência no meio natural, no qual pouco interferiam. Conforme Trindade (2010), os índios habitavam tanto o litoral, como o interior, principalmente nas margens do "Apodi, Upanema, Espinharas, Seridó e Alto e Baixo Piranhas" (TRINDADE, 2010, p. 72). Andrade (1981) acrescenta como principais meios indutores para a ocupação do território os rios: Ceará-mirim; Potengi; Trairi e Cunhaú. Afirma que a região também foi cobiçada para além dos povos portugueses, em momentos

distintos de sua história: primeiro pelos franceses e, depois, pelos holandeses. Todavia, inicialmente pouco povoada pelos não-índios, a serventia da terra para estes se restringia à exploração de suas riquezas naturais, sobretudo o pau-brasil.

Por esse motivo, a ocupação do território do RN pelos "povos brancos" teve início a partir do litoral. Segundo Teixeira (2017), os primeiros pontos de fixação portuguesa aconteceram "ao longo do atual litoral oriental do estado, entre Natal e a Paraíba. Nessa região foi distribuída a maior parte das primeiras sesmarias da Capitania" (TEIXEIRA, 2017, p. 5)[187]. Como umas das principais consequências da disputa entre os diversos colonizadores europeus, ocorreu a fundação do "primeiro núcleo urbano da Capitania do Rio Grande, a cidade do Natal, por ordem do Rei Felipe, II da Espanha e I de Portugal, durante a chamada união das Coroas Ibéricas (1580-1640)" (TEIXEIRA, 2017, p. 3). A capital do RN foi instalada em 25/12/1599.

A consolidação para o interior aconteceu, particularmente, a partir de 1680, impulsionada por alguns motivos, a saber: o confronto contra os indígenas - os que lá já habitavam e os que lá se refugiavam - devendo ressaltar a luta e resistência dos índios para permanecer com a supremacia do seu território, como o ocorrido na Guerra dos Bárbaros - Confederação dos Cariris ou Confederação dos Bárbaros (século XVIII); a implantação de "núcleos de povoamento europeus", sendo conduzidos pelas "ribeiras dos rios Ceará-Mirim, Piranhas-Açu, Apodi-Mossoró e Jaguaribe, este último no atual estado do Ceará" (TRINDADE, 2010, p. 77); a demanda por "terras para a criação de gado" (TEIXEIRA, 2017, p. 7). Para Trindade (2010)

> A paz com os índios era de fundamental importância para a concretização do processo de colonização de toda a capitania, feito só concretizado ao final do século XVIII, quando o território do já então Rio Grande do Norte estava todo ocupado e povoado (TRINDADE, 2010, p. 75).

Nessa empreitada, papel de destaque assumiu a Igreja, principalmente na figura das missões dos padres jesuítas, com a "presença dos jesuítas Gaspar de Samperes e Francisco Lemos e dos frades franciscanos João de São Miguel e Bernardino das Neves" (TRINDADE, 2010, p. 69).

No decorrer do século XVII, segundo Andrade (1981), foram implantados os primeiros engenhos no RN: engenho

[187] Região localizada na mesorregião Leste Potiguar.

Cunhaú e outros dois nos vales úmidos da porção leste[188], estes últimos durante a ocupação holandesa. Trindade (2010) acrescenta, citando a construção do Engenho Potengi (Ferreiro Torto) como o segundo engenho, localizado no atual município de Macaíba. Todavia, afirma que "dos três engenhos, o de maior expressão foi o engenho de Cunhaú, propriedade da família Albuquerque Maranhão durante quase 300 anos" (TRINDADE, 2010, p. 82). Assim, a incipiente produção de açúcar concentrou-se nos vales úmidos do litoral leste do estado.

Já no século XVIII houve dinamização nas atividades econômicas e consequente ocupação do espaço. Tomando por referência Andrade (1981) na imensidão das terras do sertão[189] sobressaiu a pecuária extensiva.

> Repetindo o mesmo modelo de ocupação do litoral, a população que emigrou para o interior vai se fixar ao longo das bacias e dos vales dos rios propícios à atividade criatória. As fazendas de gado se espalham ao longo das ribeiras de importantes rios, como os Piranhas-Assu e Apodi-Mossoró, então em pleno processo de ocupação (TEIXEIRA, 2017, p. 7).

Já nas áreas de clima úmido[190], acontecia o cultivo de lavoura para consumo próprio e das capitanias adjacentes, principalmente Pernambuco. Também se destacou a produção do algodão. Entre altos e baixos, alguns foram os momentos de sua supremacia: originalmente nos séculos XVI a XVIII e, após a perda do mercado internacional, ressurge como principal produto. Posteriormente, intercorreram as "oficinas" de carne de charque nas regiões da pecuária, privilegiada pela produção do sal no litoral norte. Porém, devido a questões políticas, nesta primeira conjuntura, essa atividade pouco logrou desenvolvimento.

Desse modo, no decorrer dos períodos da Colônia e Império, a vida dos norte-rio-grandenses girava em torno das grandes propriedades rurais, onde eram desenvolvidas as referidas atividades econômicas, sob o domínio dos detentores dos meios de produção (dominantes) e efetuada pelos diversos trabalhadores braçais (dominados): escravos, índios, homens livres, entre outros. No mais, ainda subsistiam aqueles sujeitos que habitavam seus arredores: os pequenos agricultores (foreiros ou moradores) também dependentes dos grandes fazendeiros. Assim, percebe-se a essência do modelo concentrador – dos meios de produção; da

[188] Região localizada na mesorregião Leste Potiguar.
[189] Região localizada nas mesorregiões Central e Oeste Potiguar.
[190] Região localizada nas mesorregiões Agreste e Leste Potiguar.

estrutura fundiária; do poder político e econômico – que guiou a ocupação RN, resistindo até a atualidade. Andrade (1981) sintetiza esse cenário:

> Quando em uma área mais ampla havia um determinado número de engenhos e de habitantes, surgiam as povoações, sendo uma delas elevada à categoria de vila, organizando-se o poder local, poder que era controlado pelos proprietários de terra [...]
> O sesmeiro montava o engenho, plantava a cana e cedia uma parte da terra a homens brancos, mas pobres – os lavradores – que a cultivava também com a cana para ser moída no engenho. Além disso, o engenho também moía as canas de proprietários que dispunham de terras, mas não dispunham de indústria – os lavradores proprietários - menos dependentes do senhor de engenho que os lavradores não proprietários. Havia também pessoas agregadas aos proprietários e que habitavam as porções marginais dos engenhos, com direito de cultivar a terra para produzir o seu próprio alimento (ANDRADE, 1981, p. 15 e 16).

Embasado nesse modelo e tomando por referência Cascudo (1984), dispõe-se que os primeiros registros de freguesias[191] na capitania do RN datam de meados do século XVI: Potengi, Goianinha, Açu, Pau dos Ferros e Caicó.

> Em 1696 surge o primeiro núcleo de colonos brancos do interior, Nossa Senhora dos Prazeres, atual cidade do Assu, inicialmente como acampamento militar para combater a indiada e assegurar o processo de conquista territorial no sertão (TEIXEIRA, 2017, p. 7).

Natal era a única cidade e até então não se assinalavam vilas[192]. Todavia, em fins do século XVIII, além das citadas freguesias, Cascudo (1984) registra: Vila Flor (Igramació); Arês (Guaraíras); Extremoz (Guajiru); São Jose do Mipibu; Portalegre; e Apodi. Segundo Trindade (2010), as quatro primeiras freguesias foram resultantes de aldeias indígenas.

Teixeira (2017) completa:

> Mesmo no litoral oriental da Capitania, a ocupação ainda era praticamente inexistente ao Norte de Natal ainda no início do século XVIII. Nas proximidades do Ceará-Mirim havia várias fazendas, mas Taipu, a noroeste de Natal e situada a cerca de 50 km da capital potiguar, era a aglomeração mais ocidental da

[191] Aglomerados humanos, com cunho religioso, onde as famílias viviam em propriedades rurais, estas não necessariamente próximas umas das outras.
[192] Localidades com densidade maior do que as freguesias.

> zona litorânea da Capitania ainda em 1792 (TEIXEIRA, 2017, p. 7).

Andrade (1981) lista que em fins do século XVIII a ocupação do nosso território acontecia dividido em cinco ribeiras e suas respectivas freguesias: i) Do Norte: Cidade de Natal, Vila de Extremoz do Norte[193]; ii) Do Açu: São João Batista do Açu[194]; iii) Do Apodi: Vila de Portalegre, Nossa Senhora da Conceição do Pau dos Ferros, Nossa Senhora da Conceição e São Francisco da Várzea[195]; iv) Do Seridó: Caicó[196]; e v) Do Sul[197]: Vila de São José, Vila de Arez, Vila Flor e Nossa Senhora Prazeres de Goianinha. Desse modo, percebe-se que a povoação já se concentrava nas imediações de Natal, enquanto a maior parcela da jurisdição permanecia ociosa.

> O território da Capitania, antes uma só unidade territorial, estava se subdividindo, do ponto de vista administrativo, em ribeiras e em municípios, fruto de um lento e precário processo de urbanização do território, que será mais intenso, porém, nos séculos XIX e XX. Outra mudança administrativa importante é que a Capitania do Rio Grande, antes subordinada ao governo central da Bahia, ficou, a partir de 1701, subordinada à Capitania de Pernambuco, e assim permanecerá durante todo o século XVIII, tornando-se independente somente em 1871(TEIXEIRA, 2017, p. 8).

Quanto ao desenho do espaço físico, Teixeira (2017) - tomando por referência sua pesquisa acerca da formação do território potiguar a partir do resgate cartográfico - afirma:

> Outro mapa, datado de 1827 e não reproduzido aqui, mostra o limite entre as Províncias do RN e Ceará na altura do Rio Piranhas-Assu, colocando assim cerca de metade do território atual do RN no Ceará, ao mesmo tempo em que recua em seu limite sul com a Paraíba, no litoral oriental, mas avança visivelmente no território desta última Província, sertão adentro. O formato geral da Província se aproxima vagamente, porém, do formato atual (TEIXEIRA, 2017, p. 13).

9.2 Da 1ª a 4ª República: 1889 a 1964.

No decorrer do século XIX a meados do século XX essa dinâmica de ocupação do território se intensificou. Nos primeiros

[193] Região localizada na mesorregião Leste Potiguar.
[194] Região localizada na mesorregião Oeste Potiguar.
[195] Região localizada na mesorregião Oeste Potiguar.
[196] Região localizada na mesorregião Central Potiguar.
[197] Região localizada na mesorregião Leste Potiguar.

anos do século XX o arranjo físico do RN formatava 37 municípios, sendo as principais cidades: Natal, Açu, Canguaretama, Ceará-mirim, Martins, Jardim, São José do Mipibu, Caicó, Macaíba, Macau, Mossoró e Apodi (ANDRADE, 1981). Houve diversificação na geração de produtos que impulsionavam a economia do estado e, consequentemente, sua ocupação, desenho e configuração física territorial.

> Em 1900, 274.317 habitantes viviam no agora estado do RN, uma população 557% maior do que a de 1807, que era de 49.250. Quanto ao número de municípios, passou de 8 (1 cidade e 7 vilas) em 1800 para 37 municípios em 1900, entre vilas e cidades, um aumento de 462,50%. Com efeito, o século XIX foi marcado por um processo importante de crescimento no número de aglomerações urbanas e da população, ainda que a imensa maioria dessas localidades fossem pequenos núcleos sem expressividade (TEIXEIRA, 2017, p. 14).

As áreas do litoral leste - Trairi; Canguaretama; São José do Mipibu; Ceará-mirim[198] – conservaram a produção do açúcar. Destaque para a instalação, em 1910, da primeira usina para benefício da cana de açúcar: Usina Maranhão em Cunhaú.

O Seridó[199] permaneceu envolvido com a cotonicultura, ampliando em direção à indústria de beneficiamento de fibra e das sementes do algodão, assim como diversificando com a produção de queijo e manteiga. No mais, houve também a exploração de minérios: tantalita; scheelita; dentre outros.

> A Primeira Guerra Mundial contribuiu decisivamente para o crescimento dos investimentos na indústria têxtil, favorecendo ainda mais o desenvolvimento da cotonicultura. Vários proprietários de terras no Seridó, no Trairi e no Oeste do estado passaram a dedicar áreas cada vez maiores para o plantio de algodão. Os sucessivos governadores de estado investiram na cultura algodoeira, construindo estradas para facilitar o escoamento da produção, isenção de impostos para a instalação de indústrias têxteis, buscando melhorias na qualidade da malvácea, através da construção de estações experimentais, onde seria feita a seleção de sementes, etc (TRINDADE, 2010, p. 264).

A região do Açu, Apodi e Carnaubais[200] se sobressaiu com a produção da cera de carnaúba.

[198] Municípios localizados na mesorregião Leste Potiguar.

[199] Região localizada na mesorregião Central Potiguar.

[200] Municípios localizados na mesorregião Oeste Potiguar.

Já o litoral norte - principalmente os municípios de Areia Branca e Macau[201] - finalmente teve sua vocação para a produção do sal marinho incentivada. Até então, esta acontecia de modo pouco desenvolvida, dispondo de insipiente infraestrutura.

Por sua vez, o município de Mossoró - sobretudo sua sede municipal - a partir de investimentos estrangeiros, tornou-se empório comercial voltado à produção realizada nas regiões adjacentes (mesorregião Oeste Potiguar). Por força da Resolução Nº 87 (27/10/1842) foi "desmembrada da freguesia do Apody e elevada à categoria de matriz a capela de Santa Luzia de Mossoró e incorporando-a ao Termo e Comarca do Assú". Dez anos depois foi transformada em vila – Resolução Número 246 (15/03/1852) – e finalmente em 1870 logrou o status de cidade. Atualmente ocupa à posição de 2ª cidade em importância do RN.

Assim, de modo geral, a produção econômica norte-rio-grandense - agora no regime republicano - ainda permanecia concentrada nas mãos dos grandes proprietários, os quais detinham a posse exclusiva dos meios de produção e afins, sobretudo a terra. À margem encontravam-se os pequenos produtores e trabalhadores rurais (arrendatários, parceiros, sem terra) que daqueles eram dependentes em todos os aspectos: social, econômico e político. Ou seja, os agentes antepassados anteriormente mencionados – escravos; índios; homens livres (pequenos proprietários, arrendatários e parceiros); proprietários dos meios de produção; Estado; Igreja; entre outros – apenas incorporaram novas roupagens, ao mesmo tempo em que a categoria dos trabalhadores rurais sem terra era cada vez mais ampliada. Por sua vez, a lógica se manteve.

> O grande proprietário monopolizava a terra enquanto a população que vivia no campo e com graves problemas de caráter social e econômico apresentava condições de vida com baixos salários, principalmente no interior nordestino (COSTA, 2005, p. 39).

Todavia, as atividades econômicas acima descritas permearam de modo não contínuo - com momentos de crescimento e de declínio - principalmente a partir do século XX, condicionadas ao avanço, readaptação e consolidação da reprodução do capital. No campo, as crises existentes ampliaram a expulsão dos trabalhadores rurais. Estes engrossavam a massa dos já desempregados em consequência da substituição da mão de obra humana pela mecanizada, ação provocada pelo progresso imposto ao modo de produção e das relações de trabalho vinculadas às principais atividades econômicas. Formatava-se o

[201] Municípios localizados na mesorregião Oeste Potiguar.

êxodo dos pequenos agricultores e trabalhadores sem terra para as sedes municipais e/ou grandes cidades.

> Socialmente a consequência tem sido o desemprego, sub-emprego e a migração forçada das populações rurais para outras regiões brasileiras, para Natal e os grandes centros urbanos do Nordeste (SOUZA, 1976, p.32).

Esse cenário, por sua vez, de tempos em tempos, se faz agravado em decorrência da falta de infraestrutura adequada para tratar a questão climática – o fenômeno da seca – sempre presente na realidade norte-rio-grandense, sobretudo na área do semiárido: o chamado "polígono das secas". Tomando por referência Trindade (2010), sobretudo a partir da 2ª metade do século XX o Estado empreendeu iniciativas mais contundentes para tratar a temática, com a implantação de políticas para construção de açudes e seu consequente aproveitamento via Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Projetos de irrigação foram concebidos, com os pioneiros utilizando as águas dos açudes públicos dos municípios de Cruzeta, Pau dos Ferros e Caicó (Itans). Ressalta-se que, no início do século - para o mesmo propósito - já havia sido criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), atualmente denominado Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Nessa perspectiva, essa conjuntura também provocava o aumento da concentração da estrutura fundiária em posse dos latifundiários, como comprovado pelas informações da "Figura 53: Série histórica RN - Dados Censo Agropecuário". Assim, de maneira lícita - através da compra das propriedades dos pequenos produtores, que devido às adversidades mencionadas, não conseguiam se manter no campo - ou mesmo fazendo uso de métodos ilícitos - tomada compulsória; expulsão com uso de violência; etc - os grandes proprietários acumulavam terras.

Souza (1976) cita que no intervalo entre as décadas de 1950 e 1960 houve um crescimento vertiginoso no número de minifúndios no RN:

> Este fato fica mais evidenciado quanto se observa que as propriedades de menos de 100 ha 86,1% do total, detinham em 1960 apenas 22,6% da área destinada às atividades rurais. Por outro lado, uma pequena quantidade de estabelecimento (13,9%) possuindo de 100 a menos de 1000 ha, e de 1.000 e mais ha, possuía uma grande área de 77,4% do total (40) (SOUZA, 1976, p. 29).

Nesse período pós 2ª Guerra Mundial a diminuição das taxas de produtividade dos principais produtos agrícolas do estado teve continuidade, ampliando os conflitos e a insatisfação no campo. À época, o principal produto era o algodão, que utilizando tecnologia arcaica, absorvia grande parte da mão de obra disponível (SOUZA, 1976). Sua crise produtiva aumentou o desemprego e a expulsão dos trabalhadores do campo.

Outro fato que também incentivou forte migração no estado, segundo Souza (1976), correspondeu ao papel de destaque que a capital do RN assumiu no desfecho da 2ª Guerra Mundial. Servindo de apoio e base aérea para as tropas dos aliados, Natal foi massivamente ocupada pelos militares norte-americanos, o que também acarretou a vinda de outras centenas de migrantes.

Todavia, no mesmo passo que o êxodo rural aumentava - e a consequente pobreza e incertezas - a luta dos trabalhadores rurais/agricultores para permanecer no campo também se fortalecia, porém num ritmo próprio e menos vertiginoso.

Assim, com o progredir das décadas, a efervescência no campo foi se avolumando. Impulsionada a partir da organização dos trabalhadores/agricultores - essa motivada pelas reivindicações e luta pelo acesso à terra - o descontentamento se alastrava por todo o país, requerendo inclusive a reforma agrária, encabeçada principalmente pelas Ligas Camponesas. Este movimento, iniciado em Pernambuco, alcançou o RN no município de Nova Cruz, tendo José Rodrigues Sobrinho como uma das figuras chaves, conforme narrativa dos servidores do INCRA. Posteriormente, essa liderança foi nomeada como primeiro presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Rio Grande do Norte (FETARN). Os trabalhadores demonstravam que o campo potiguar também se constituía espaço de luta, principalmente para aqueles que desejavam nele permanecer habitando e trabalhando.

Segundo relatado pelos servidores do INCRA/RN, também na metade da década de 1950, o governo federal - na figura do INIC - implementou ações pontuais para minimizar os conflitos e fixar o homem no campo do RN: as colônias agrícolas nos municípios de Pium, Punaú e Ceará-mirim[202]. As duas primeiras resultaram da emigração japonesa. No contexto das iniciativas do pós-guerra, a intenção do Estado consistia em "importar" e apreender com os japoneses conhecimento em tecnologia hortifrutigranjeira, ao mesmo tempo instalar cinturões

[202] Localizados na mesorregião Leste Potiguar.

verdes de produção. Contudo, essas ações pouco dirimiram a conjuntura de embates no RN.

9.3 Ditadura Militar: 1964 a 1985.

Com a instauração do regime militar, a então crescente mobilização dos trabalhadores do campo no RN foi duramente reprimida. É a partir deste momento que a Igreja Católica assume papel de destaque na reordenação desses trabalhadores e, consequentemente, na consolidação do nosso território, atuando de modo relevante no campo. À época, o processo de formação e estruturação do território potiguar dispunha como principais agentes atuantes, além do Estado, dos detentores dos meios de produção (grandes proprietários rurais), a Igreja e os trabalhadores rurais (arrendatários, parceiros, sem terra), agora também organizados em Sindicatos Rurais.

Conforme Paiva (1992), setores progressistas da Igreja do RN foram os grandes incentivadores para a criação do sindicalismo rural local. Para tanto, desenvolveram ações educativas e evangelizadoras, sobretudo entre esses trabalhadores, auxiliando-os a manter sua integridade e permanecer no campo.

> A Igreja Católica (através da CPT) e os STRs tornam-se importantes atores de mediação política, desempenhando um papel fundamental na luta pela terra no Rio Grande do Norte, articulando os trabalhadores do campo por meio da mobilização social. Os STRs promoviam campanhas de sindicalização para ajudar os trabalhadores nos processos de despejos e na quebra de contratos de arrendamento, como também para garantir os direitos trabalhistas para população assalariada rural (COSTA, 2005, p. 77).

Assim, essa parcela da Igreja potiguar atuou em sintonia com o entendimento da vertente reformadora nacional: a favor da reforma agrária, porém balizada pelos seus próprios limites e ideologia, ou seja, não propondo uma reestruturação fundiária radical. Nessa perspectiva, vale destacar a posição de vanguarda da Igreja do RN, pois previamente já havia implementado mecanismos de atuação junto aos sindicatos e movimento sociais do campo: Serviço de Assistência Rural (SAR) em 1948; Movimento de Educação de Base (MEB) desde 1958; Juventude Agrária Católica (JAC) (COSTA, 2005).

Costa (2005) prossegue:

> Esse processo de evidenciará com maior ênfase a partir do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em meados dos anos

> de 1970, consideradas como espaços de socialização política que permitiram a recriação e a organização camponesa e com isso a expansão da luta pelas regiões do país. [...] Em 1975, surgiu a Comissão Pastoral da Terra, que se tornou a articuladora dos movimentos camponeses durante o Regime Militar (COSTA, 2005, p. 49 e 50).

Do mesmo modo, também deve ser destacado o papel do Sindicato e dos Partidos de esquerda que "*continuavam trabalhando com a organização desses trabalhadores que estavam engajados na luta pela Reforma Agrária durante o Regime Militar*" (COSTA, 2005, p. 59). A FETARN, por sua vez, foi fundada em 1964.

> A mediação política desencadeada no Estado era viabilizada pelo Movimento Sindical, através dos STRs e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN (FETARN), apoiados pela Igreja Católica e em menor expressão pelo PCB, através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Rurais do Rio Grande do Norte (ULTAR) e Ligas Camponesas. Os Sindicatos Rurais eram diretamente vinculados à Igreja Católica (COSTA, 2005, p. 76).

Na década de 1970 essa conjuntura permaneceu. No mais, a crise produtiva e suas consequências imediatas - que desde os anos 1950 assolavam o campo do RN, sobretudo a região da cotonicultura - foi dilatada. Potencializada pela mecanização das salinas do litoral norte, também se alastrou às adjacências. Por sua vez, o excedente de mão de obra disponível no campo prosseguia crescendo, assim como a decorrente tensão social.

> A mecanização das salinas e melhorias no embarque e nos transportes, feitas a partir da construção do Porto-ilhas de Areia Branca, que começara a operar em 1974, melhoraram a qualidade e o escoamento do nosso sal (TRINDADE, 2010, p. 265).

De acordo com a narrativa dos servidores do INCRA/RN, nesse mesmo período - por iniciativa do governo federal e também na intenção de dirimir os conflitos por terra - ocorreu a criação do Assentamento Ingá em Taipu. Ação conduzida pela então Coordenadoria Regional do INCRA no RN[203], beneficiou apenas 55 famílias. Devido às dificuldades e limitações operacionais, os outros esforços nesse sentido não avançaram.

O poder estadual também ensaiou algumas iniciativas. Destaque para o governo de José Cortez Pereira de Araújo (1971-

[203] Ver Subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

1975), com a criação dos Projetos de Colonização Lagoa do Boqueirão (1974) e Serra do Mel (1972).

Tomando por referência a exposição oral dos servidores do INCRA/RN infere–se que o Projeto Lagoa do Boqueirão, localizado em Touros, possuía três agrovilas: Assis Chateaubriand (100 famílias); Meine (120 famílias) e Israel (120 famílias). Todavia, sua implantação não foi concluída.

Por sua vez, maior importância deve ser dada ao Projeto Serra do Mel. Com aproximadamente 61.450 ha, sua efetivação baseou-se no método dos Moshav (Israel), segundo os relatos dos servidores. O objetivo consistia em absorver o excedente de mão de obra disponível no campo, principalmente os que habitavam a região de sua inserção[204] - adjacências dos municípios de Areia Branca, Assú, Carnaubais, Porto do Mangue e Mossoró - desempregada pela crise produtiva, sobretudo das salinas. Para tanto, foram implantadas 22 agrovilas e uma vila central - cada qual batizada com o nome de um estado brasileiro - e 1.196 lotes de produção, medindo 50 ha cada. Aproximadamente 1.196 famílias foram beneficiadas. No ano de 1988 a Serra do Mel foi elevada à categoria de município.

A década de 1980 esteve marcada por uma sucessão de eventos. Ainda no regime militar, as consequências da continuada crise produtiva e econômica foram enaltecidas pela grande seca, que desde fins da década de 1970 castigava o estado. Em consequência, segundo Costa (2005), por esse período "foram registradas as primeiras ocupações de latifúndios nos municípios de Baraúna, Ceara-Mirim, João Câmara, Mossoró e Touros" (COSTA, 2005, p. 77). O conflito e a violência eram iminentes, em alguns casos ocorrendo sua extrapolação.

Assim, buscando o enfrentamento da situação, o governo estadual difundiu iniciativas para consolidação de projetos industriais "que garantissem o aproveitamento de nossas matérias-primas" (TRINDADE, 2010, p. 268). Ao mesmo tempo, implementou alternativas para minimizar a situação do excedente de mão de obra no campo. Dentre outras, a partir de programas específicos, ora em parceria com o governo federal - PROTERRA; POLO NORDESTE; PROCANOR - ora por iniciativa própria - Estadual - adquiriu terras, geralmente com pequenas dimensões e em diversas mesorregiões, para o assentamento de trabalhadores rurais sem terra (ver Tabela 02):

[204] Mesorregião Oeste Potiguar.

Tabela 02 - Iniciativas do Governo Estadual para Assentamentos Rurais.

ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	ORIGEM	ÁREA (HA)	NÚMERO FAMÍLIAS
ANO: 1984				
São Rafael	Currais Novos	PROTERRA	975,50	27
Olho D'água do Mato	Açu	PROTERRA	2198,24	59
Serra do João do Vale	Campo Grande	PROTERRA	5363,44	408
Jardim	São Jose do Mipibu	PROCANOR	188,09	79
Riacho Limpo	Pedro Velho	PROCANOR	360,00	112
Retiro	Ceará-mirim	PROCANOR	361,94	89
Santa Fé	Ceará-mirim	PROCANOR	518,04	36
Pedregulho	Ceará-mirim	PROCANOR	306,00	95
Nova Santa Fé	Várzea	PROCANOR	38,95	36
São Miguel	Ceará-mirim	PROCANOR	290,40	120
Minamora	Ceará-mirim	PROCANOR	420,00	100
Jandaíra	Jandaíra	POLONORDESTE	4216,00	116
Riachão	Ceará-mirim	PROCANOR	507,00	111
Tubibal	Jandaíra	POLONORDESTE	3558,92	104
TOTAL			19302,52	1492
ANO: 1985				
Boa Sorte	Acari	Estadual	378,50	6
Sucuarana	Parelhas	Estadual	165,05	21
Viração	Jardim do Seridó	Estadual	606,00	14
Catururé	São José do Seridó	Estadual	1661,04	35
Cercado do Barbaço	Espírito Santo	PROCANOR	66,88	62
Oitizeiro	Nísia Floresta	PROCANOR	69,36	39
Almas	Mulungu	Estadual	250,16	23
Tuiuiú	Santana do Seridó	Estadual	146,50	4
São Francisco	Jardim do Seridó	Estadual	290,81	7
TOTAL			3634,30	211
TOTAL GERAL			**22.937**	**2.016**

Fonte: Elaboração da autora a partir do arquivo INCRA/RN.

Contudo, essas ações ficaram bem aquém do realmente necessário, pouco contribuindo à consolidação do território potiguar. Neste período, Lavoisier Maia (15/03/1979 a 15/03/1983) e José Agripino Maia (15/03/1983 a 15/05/1986), ambos do Partido Democrático Social, comandavam o estado.

9.4 Nova República: de 1985 à Atualidade

A década de 1980 prosseguiu com a inserção de alternativas, visando incrementar a economia potiguar. Houve estímulos para as atividades voltadas à exploração de minérios, principalmente o petróleo. A extração deste produto foi viabilizada, tanto em solo como em mar norte-rio-grandense, principalmente na região de Mossoró e adjacências. Do mesmo modo, com a criação do projeto de irrigação do Baixo-Açu, no final da década de 1980, a fruticultura irrigada em grandes propriedades rurais foi difundida nos vales dos rios Apodi-Mossoró e Upanema (TRINDADE, 2010). Assim, ambas as

atividades provocaram mudanças na dinâmica dessa região[205], atraindo diversos interesses e acrescentando novos elementos indutores para a configuração do nosso território. Na segunda metade da década, o RN foi governado por Radir Pereira (15/05/1986 a 15/03/1987) do Partido Democrático Social (PDS) e Geraldo Melo (15/03/1987 a 15/03/1991) do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.

Com o fim do regime militar, o RN implementou o Plano Regional de Reforma Agrária - em consequência do PNRA - cuja prioridade consistia em zerar os conflitos por terra. Para operacionalizá-lo, ainda em 1985, a então Coordenadoria Regional do INCRA foi promovida à categoria de Superintendência Regional. Desde esse episódio, a atuação da autarquia no estado passou a acontecer de modo mais autônomo, todavia, cada vez mais impulsionada pela reestruturação e organização da luta dos trabalhadores rurais sem terra, seja via sindicato rural, Igreja e entidades afins, ou pela ascensão dos movimentos sociais do campo.

Nessa conjuntura, em 1987 aconteceu a criação dos primeiros assentamentos rurais no RN, balizados no referido objetivo de dirimir os conflitos por terra. A partir desse momento, o espaço físico do nosso estado recepciona mais um elemento: os assentamentos rurais de reforma agrária do PNRA. Inicia uma nova fase de reestruturação da configuração física do território, efetuada de modo não radical como por muitos desejado.

> Os Assentamentos do Estado são marcados socioterritorialmente por grande heterogeneidade no que se refere à localização, presença de infraestrutura produtiva e social, existência de recursos hídricos, dentre outros aspectos (COSTA, 2005, p. 31).

Na medida em que a política de reforma agrária começou a dar seus primeiros passos, no decorrer da década de 1990, as ocupações de terra foram se intensificando, assim como a tensão social inerente, repleta de conflitos e violência. Até então apoiados e encorajados pelos sindicatos rurais/federação; partidos de esquerda; e a ala progressista da Igreja Católica, os trabalhadores rurais sem terra passam a contar com a atuação de um novo agente: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Movimento migra para o RN no início da referida década, com a vinda de militantes de outros estados. Segundo Costa (2005), as primeiras tentativas de ocupações - sem sucesso - aconteceram nas mesorregiões Oeste Potiguar, no município de Augusto Severo, e Central Potiguar, município de

[205] Mesorregião Oeste Potiguar.

Santana dos Matos. Somente alcançaram o objetivo, posteriormente, já na mesorregião Agreste Potiguar: João Câmara (Mato Grande) e São Bento do Norte.

Desse modo, nos anos seguintes, as ocupações das grandes propriedades e empresas rurais, que não cumpriam a função social, foram logrando êxito e se transformando em assentamentos rurais de reforma agrária. Inicialmente (de 1985 a 1995) de modo ainda tímido, equalizando 28 unidades, atingindo o ápice de 202 desapropriações no período entre 1995 e 2002, e desacelerando para 58 assentamentos criados entre 2003 e 2018. Assim, os grandes latifúndios potiguares, que no passado reportavam a símbolo do poder e status dos detentores dos meios de produção, no presente se resignificam, representando meio de vida para centenas de famílias de trabalhadores rurais: Fazenda Palheiros (Upanema/1987); Zabelê (João Câmara/1993); Maísa (Mossoró/2004) e Fazenda Itú/Santa Maria - Assentamento Pedro Ezequiel de Araújo (Ipanguaçu; Angicos e Afonso Bezerra/2005).

No mais, ainda são registradas iniciativas estaduais para a criação de assentamentos rurais, essencialmente no período do Governo José Agripino (15/03/1991 a 02/04/1994) do Partido da Frente Liberal (PFL), conforme observado no Quadro 29:

Quadro 29 - Assentamentos Rurais Estaduais do RN.

ASSENTAMENTO RURAL ESTADUAL (PE)	MUNICÍPIO	CAPACIDADE (Nº FAMÍLIA)	ÁREA (HA)	DATA CRIAÇÃO
Almas/Mulungu	Parelhas	19	219,00	27/04/1992
Boa sorte	Acari	6	378,00	27/04/1993
Viração/Riacho do Meio	Jardim do Seridó	14	606,00	27/04/1993
São Francisco	Jardim do Seridó	6	290,00	27/04/1993
Catururé	Jardim do Seridó	35	1.661,00	27/04/1993
Sussuarana	Parelhas	19	165,00	27/04/1993
Santa Águeda	Ceará-mirim	166	1.034,45	31/05/1993
São Lourenço	Maxaranguape	31	66,00	31/05/1993
Alcaçuz	Nísia Floresta	47	378,53	31/05/1993

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).

A partir do século XXI, o RN ganhou outro elemento a interferir no desenho e configuração do seu território: os parques eólicos. Com o objetivo de produzir energia impulsionada pela força dos ventos, dezenas de gigantes cataventos de concreto foram espalhados, sobretudo, no litoral leste e norte do estado (mesorregiões Leste e Oeste Potiguar). Disputam - inclusive com os assentamentos - e modificam o espaço e a paisagem dessas regiões, encarecendo o preço da terra. Demarca-se também a atividade do turismo, que nas últimas décadas vem dinamizando, principalmente, a ocupação do litoral potiguar.

Assim, em sua primazia, a ocupação, transformação e consolidação do desenho do território potiguar foi propulsionado pelo interesse do capital em suas diversas facetas, regido pelos

detentores dos meios de produção: donatários; senhores de engenho; latifundiários; empresários. Desse modo, sucedendo desde a exploração do pau-brasil e cana de açúcar, passando pela produção do algodão e atividade pecuária, chegando à exploração do petróleo, fruticultura, energia eólica e atividade turística. As classes dominadas foram sempre colocadas à margem, principalmente os agricultores/trabalhadores rurais.

Atualmente, mesmo ainda possuindo uma estrutura fundiária concentrada, os assentamentos rurais de reforma agrária estão inseridos no desenho das quatro mesorregiões potiguares: Oeste (46%); Agreste (21%); Leste (18%); Central (15%)[206].

A mesorregião Oeste Potiguar concentra a maior quantidade de assentamentos rurais devido à qualidade de suas terras – o que sempre motivou a luta dos trabalhadores rurais pelo direito ao seu usufruto - resultando em grande incidência de conflitos. Tal fato complementado pelo quantitativo de mão de obra disponível, devido à mecanização da produção salineira, bem como à falência de grandes empresas rurais, como a Maísa. Segundo dados do INCRA relativos à ocupação de terra, nessa mesorregião, inicialmente, essa massa trabalhadora se organizava via sindicatos rurais e com o apoio dos setores progressistas da Igreja. Posteriormente, com a inserção do MST no estado, este passar a se constituir como principal agente atuante.

No contraponto, a mesorregião Central Potiguar possui a derradeira posição em relação ao número de assentamentos rurais, justificada pela maior hostilidade do meio natural: dificuldade no abastecimento de água e pouca fertilidade do solo. No mais, houve uma forte atuação das oligarquias, sendo "inibidores de um processo de politização mais contundente, a ponto de não permitir a 'rebeldia' dos dominados em relação aos seus patrões, a quem são eternamente gratos" (COSTA, 2005, p. 92).

Apresentando uma ocupação mais antiga e consolidada, as mesorregiões Agreste e Leste Potiguar dividem a posição intermediária de criação de assentamentos rurais. Também possuem terras de boa qualidade, sendo o seu preço mais elevado do que no Oeste Potiguar.

Assim, essa inserção contribuiu para a formatação da configuração do atual território potiguar. A respeito do desenho desses assentamentos rurais de reforma agrária e seus habitats consiste na exposição do próximo capítulo.

[206] Ver Capítulo 8 O Presente nos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária do Rio Grande do Norte.

10 A PRODUÇÃO DO DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

O reconhecimento da totalidade do campo empírico é esmiuçado em suas partes e principais especificidades. Pleiteando as similaridades e diferenças, as informações levantadas foram ampliadas nas esferas de análises e no aprofundamento qualitativo da materialidade do campo empírico para cada período de governo: Sarney (1985-1989); Collor (1990-1992); Itamar Franco (1992-1995); Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2013)[207].

Ao final, consubstancia-se o legado da produção do desenho do habitat de reforma agrária no Rio Grande do Norte.

10.1 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária do RN.

Compilando os dados nos seis governos estudados, explana-se acerca dos aspectos gerais, aspectos sociais/agentes, e aspectos físicos. Ao fim de cada período, ilustra-se qualitativamente com o genótipo identificado, este intitulado como materialidade do campo empírico.

10.1.1 Governo José Sarney (1985 a 1989).

Nos cinco anos do primeiro governo pós-ditadura militar foram criados 18 assentamentos rurais de reforma agrária no RN (ver Mapa 03 e Quadro 30).

Quadro 30 - Criação de Assentamentos Rurais no RN: Gov. Sarney.

ANO: 1987 – 11 assentamentos rurais		
N	**ASSENTAMENTO RURAL**	**MUNICÍPIO**
01	Fazenda Arapuá	Ipanguaçu
02	Fazenda Feijão	Pedro Avelino
03	Fazenda Sítio Favela	Mossoró
04	Fazenda Hipólito	Mossoró
05	Serra Vermelha	Areia Branca
06	Baixa da Quixaba	São Bento do Norte
07	Logradouro	Taipu
08	Fazenda Palheiros	Upanema
09	Zumbi Rio do Fogo	Pureza
10	Lagoa do Sal	Touros
11	Fazenda Poço de Baraúna	Baraúna
ANO: 1988 - 04 assentamentos rurais		
12	Tiradentes/Pico Estreito	Baraúna
13	Fazenda Lagoa do Xavier/Oitici/São Vicente	Mossoró
14	Entre Santos/Santo Antônio	São Rafael
15	Serrote/Serra Branca	São Rafael
ANO: 1989 – 03 assentamentos rurais		
16	Soledade	Apodi
17	Seridó	São José do Seridó
18	Ponta do Mel	Areia Branca

Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

[207] Conforme método explicado no item "Procedimento para investigação do campo empírico" exposto ao fim do Capítulo 1 Introdução.

MAPA 03 - Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais criados no Governo Sarney.

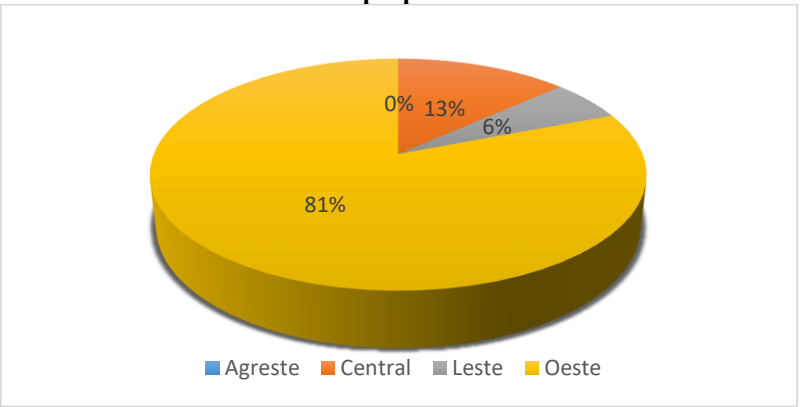
Todavia, correspondeu ao período no qual as informações concernentes foram mais escassas. Poucos são os dados consolidados nos arquivos do INCRA/RN. A principal fonte de informação se reverteu nos relatos orais e entrevistas com os seus servidores com mais tempo de serviço.

Segundo narrativa da servidora Graça Arruda, os primeiros assentamentos criados no RN objetivaram a resolução de conflitos fundiários. Para exemplificar, cita-se: Fazenda Feijão; Fazenda Arapuá - que equivalia a uma área remota de ocupação, com configuração física pré-existente, adjacente ao atual assentamento MASA, que a essa época era uma grande empresa rural; Zumbi Rio do Fogo - à época da desapropriação, em consequência dos conflitos da luta pela terra, aconteceu o assassinato de um trabalhador rural, fato bastante noticiado; Serra Vermelha, área de solos ricos, sendo o 1º assentamento com produção de petróleo, porém com escassez de água; e Baixa da Quixaba, cujos lotes de produção salinizaram, inviabilizando a agricultura. A solução foi a produção de energia eólica.

10.1.1.1 Aspectos Gerais.

Como observado na Tabela 03[208] e sintetizado nos gráficos das figuras 54 e 55, o total de terras desapropriadas no Governo Sarney equivaleu a 40.389,48 ha, beneficiando 1.393 famílias. A mesorregião Oeste Potiguar obteve os maiores quantitativos: 32.983,64 ha em 12 assentamentos rurais para 1.105 famílias. Por outro lado, nenhum assentamento foi criado no Agreste Potiguar.

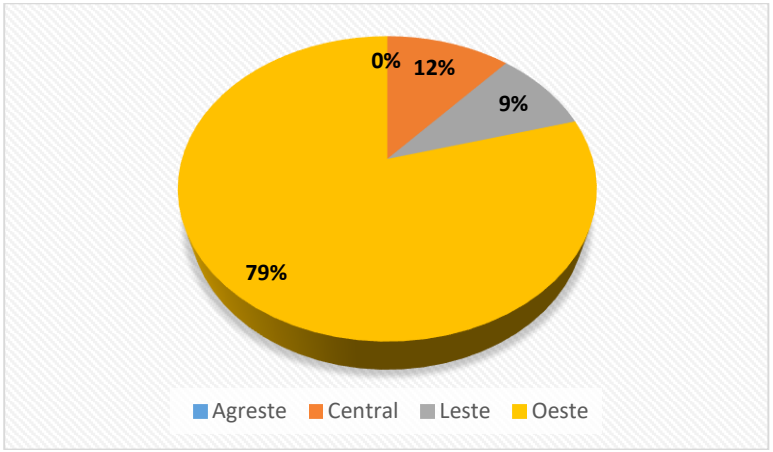
Figura 54 - Gov. Sarney: Relação mesorregião RN x Área desapropriada.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

[208] Ver Apêndice: Tabela 03 – Governo Sarney: Aspectos Gerais (página 498).

Figura 55 - Gov. Sarney: Relação mesorregião RN x Número de famílias.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

10.1.1.2 Aspectos Sociais/Agentes.

Segundo os dados coletados junto à Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projeto de Assentamento, no Governo Sarney os principais agentes requerentes por desapropriação de imóveis rurais foram aos trabalhadores do campo, organizados via Sindicatos ligados à FETARN, como pelos setores progressistas da Igreja Católica - Comissão Pastoral da Terra.

No procedimento padrão para a produção do desenho do habitat, esses agentes se agregavam aos servidores da autarquia. Todavia, devido ao número reduzido dos recursos humanos no INCRA, em diversas ocasiões ocorreu a contribuição de técnicos do governo estadual, sobretudo aqueles ligados às atividades de implantação do espaço físico de assentamentos rurais.

10.1.1.3 Aspectos Físicos/Espaciais.

Existência de Desenho.

Por constituir os primeiros assentamentos efetivados - fins da década de 1980 - as informações coletadas para esse período, especialmente os dados gráficos, eram limitadas: poucos estavam em meio digital. À época da sua elaboração, as condições de trabalho eram insipientes, se comparadas às presentes: não se utilizavam computadores e demais aparatos tecnológicos atuais. Os projetos eram feitos à mão e só arquivados por meio físico. A ação do tempo e a fragilidade no método de arquivamento desse material fez com que muitos destes se perdessem.

Desse modo, dos 18 assentamentos criados, em não mais do que 02 - Zumbi/Rio do Fogo[209] e Lagoa do Xavier, ambos com 01 habitat - foram encontradas peças técnicas com desenho completo do habitat na escala do assentamento e do próprio habitat. Em 6 assentamentos foram representados somente o

[209] Neste o desenho não identifica a implantação do habitat no assentamento.

perímetro dos seus habitats, no total de 11: Fazenda Poço de Baraúna, Fazenda Sítio Favela, Soledade; Ponta do Mel (todos com 1 habitat); Fazenda Hipólito (2); Fazenda Palheiros (5).

No contraponto, na maior parcela do quantitativo levantado - 10 assentamentos rurais - retratou-se unicamente a escala do assentamento, não havendo informações acerca dos seus habitats: localização no assentamento, tipologia e elementos existentes no desenho. Estes são: Serra Vermelha; Fazenda Arapuá; Fazenda Feijão; Baixa da Quixaba; Logradouro; Lagoa do Sal; Tiradentes/Pico Estreito; Serrote/Serra Branca; Entre Santos/Santo Antônio; Seridó. Assim, as análises e fechamento do montante total coletado foram prejudicados.

Escala do Assentamento.

Quantidade de Habitat.

As informações gráficas foram complementadas com os relatos dos servidores da SR/RN. Assim, computou-se 17 habitats concentrados. No entanto, não foi possível identificar a quantidade de habitats nos assentamentos: Fazenda Feijão; Logradouro; Lagoa do Sal; Seridó; Tiradentes/Pico Estreito.

A maioria dos assentamentos possui apenas 1 habitat. Tem-se por exceção: Fazenda Hipólito (2 habitats); Serrote/Serra Branca (4 habitats) e Fazenda Palheiros - 5 núcleos, dos quais apenas 1 foi considerado habitat concentrado (agrovila), constituindo o único exemplar da tipologia misto.

Localização e Modo de Acesso.

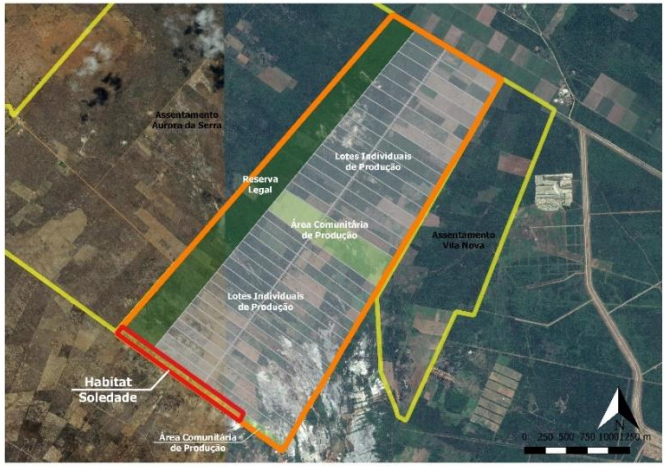
Devido à ausência de informações, não foi conveniente classificar um genótipo para o período. Contudo, nos dados coletados, a maior ocorrência equivaleu ao habitat localizado no centro geográfico do assentamento, não estando representada no desenho a via de acesso principal. É o que se constata no assentamento Fazenda/Sítio Favela (ver figura 56).

Figura 56 - Localização do habitat do Fazenda/Sítio Favela (Mossoró).

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

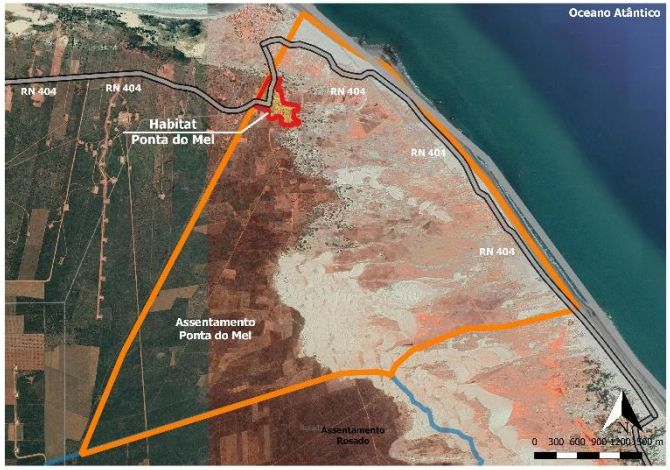
O habitat encontra-se na extremidade somente nos assentamentos Soledade e Ponta do Mel (ver figuras 57 e 58).

Figura 57 - Localização do habitat do Soledade (Apodi).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 58 - Localização do habitat do Ponta do Mel (Areia Branca).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

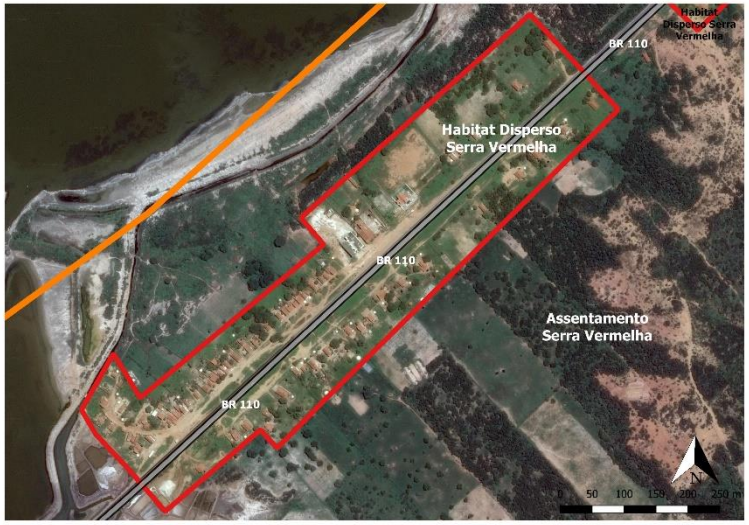
Escala do Habitat.

Tipologias.

Pelos mesmos motivos expostos, também não foi possível assinalar genótipo para a escala do habitat. A configuração física desses primeiros assentamentos constitui-se particular. Como a maioria resultou de ocupações precedentes, seu desenho já estava consolidado anteriormente à criação do assentamento.

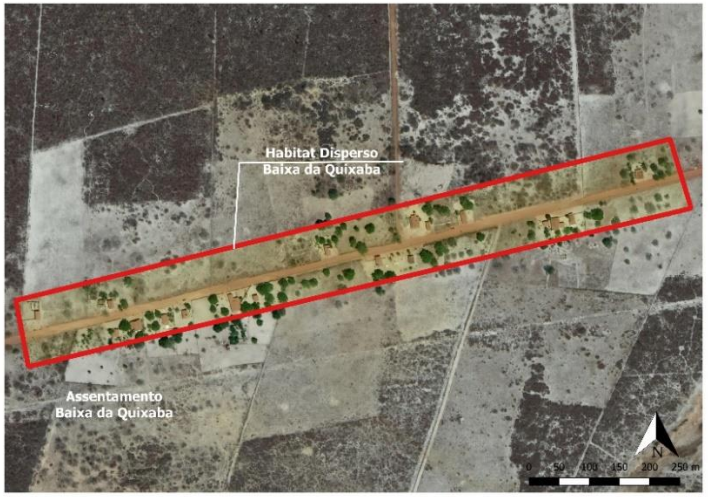
No mais, foi neste período que sucederam as experiências consideradas exceção ao conjunto total: habitat disperso e misto. Como exemplares da primeira tipologia têm-se os assentamentos Serra Vermelha, Entre Santos/Santo Antônio e Baixa da Quixaba. E como já mencionado, Fazenda Palheiros representa a tipologia mista. As figuras 59 a 62 ilustram quatro referências.

Figura 59 - Implantação habitat disperso Serra Vermelha (A. Branca)



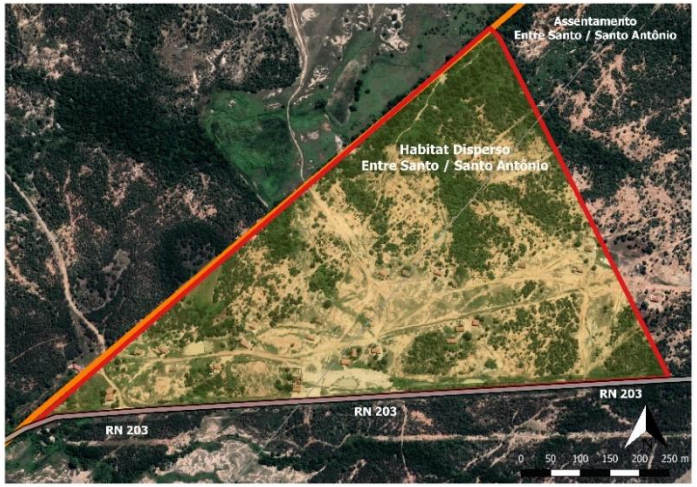
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 60 - Implantação habitat disperso Baixa da Quixaba (São Bento do Norte).



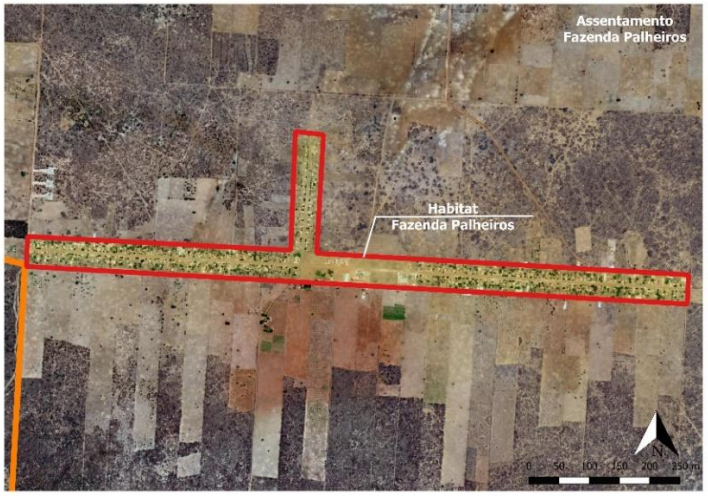
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 61 - Implantação habitat disperso Entre Santo/Santo Antônio (São Rafael).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

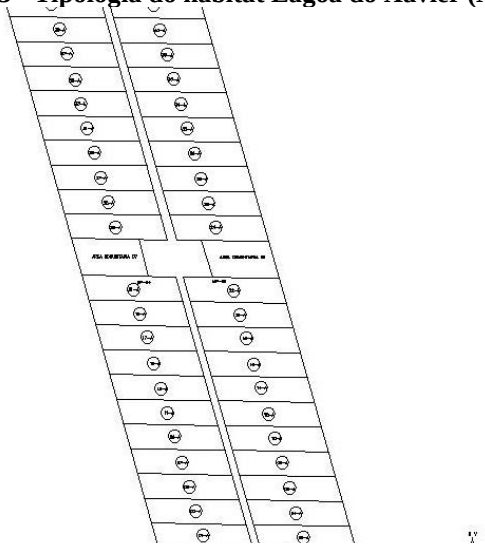
Figura 62 - Implantação 1 habitat disperso Fazenda Palheiros (Upanema).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Apenas para os assentamentos Lagoa do Xavier (Mossoró) e Zumbi Rio do Fogo (Pureza) foi possível identificar os desenhos dos seus habitats, como retratado nas figuras 63 e 64.

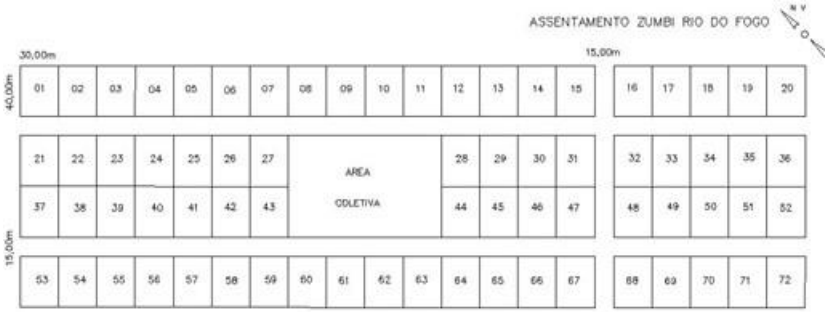
Figura 63 - Tipologia do habitat Lagoa do Xavier (Mossoró).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

O habitat do Lagoa do Xavier equivale à tipologia linear/1 rua. Não existindo genótipo para o período do Governo Sarney e, por sua vez, tendo este habitat configuração recorrente ao genótipo geral, ele foi escolhido para o aprofundamento das análises realizadas na materialidade do campo empírico, as quais serão apresentadas mais adiante, em tópico específico.

Figura 64 - Tipologia do habitat Zumbi/Rio do Fogo (Pureza).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Já o habitat do Zumbi/Rio do Fogo é da tipologia ortogonal/tabuleiro. Todavia, as circunstâncias de sua consolidação são particulares no âmbito dos assentamentos rurais de reforma agrária. Consiste em área próxima do litoral, não podendo ser considerada padrão representativo para o período.

Uso do Solo: Componentes do Habitat.

Quanto aos elementos do habitat representados no desenho do INCRA, no Zumbi/Rio do Fogo têm-se: lotes de moradia (30x40), área para os equipamentos comunitários sociais e de serviços e vias de circulação.

10.1.1.4 Materialidade do Campo Empírico: Lagoa do Xavier.

Identificação.

O Lagoa do Xavier correspondeu ao 13º assentamento rural de reforma agrária criado no RN, em 23/03/1988. Apresenta área total de 1.254,20 ha - sendo suas terras distribuídas entre Mossoró e Baraúnas - possuindo capacidade para 42 famílias.

Processo de Efetivação do Desenho.

A partir da Palavra dos Técnicos do INCRA.

O respectivo processo para o habitat do Lagoa do Xavier na versão dos técnicos foi relatado pelo servidor Heleno[210], que à época era o gestor da Divisão Técnica[211], responsável por tal atividade. Nenhum documento aponta quem foram os técnicos responsáveis pela efetivação do habitat e habitação. A recordação deste servidor remete ao termo de cooperação que o INCRA havia estabelecido com o governo estadual para que este cedesse servidores para tais atividades, visto que o corpo técnico da autarquia era reduzido. Porém, não conseguiu nominá-los, evocando apenas a formação profissional: técnico em edificações.

De modo geral, os procedimentos à época seguiam diretrizes semelhantes às atuais. Mesmo a desapropriação tendo acontecido no final da década de 1980, os habitats e habitações somente foram efetivados no primeiro meado da década de 1990. Segundo o entrevistado, o processo tardou a acontecer porque houve problema na definição dos limites do assentamento, necessitando do aval conclusivo da justiça.

A efetivação do desenho acontecia em dois momentos distintos: habitat e habitação. Primeiro instituía-se o habitat. Tomando por referência as informações advindas dos estudos para a desapropriação do imóvel, os técnicos da então Divisão Técnica reuniam a comunidade e discutiam as propostas, de modo coletivo e participativo. Essa etapa não se prolongava por muito tempo. Na sequência acontecia a demarcação do assentamento e do habitat, coordenada pelos técnicos da cartografia do INCRA em conjunto com os técnicos do governo estadual.

Posteriormente, a habitação era consumada. Para tanto, o INCRA utilizava um projeto padrão, de autoria da equipe do Setor de Engenharia. Após o projeto aprovado pelos assentados,

[210] Esse profissional no intervalo de 1990 a 2000 permaneceu exercendo funções de gestão, tanto ligadas à Divisão Técnica, como ao próprio Gabinete, detendo conhecimento das ações inerentes à efetivação dos assentamentos rurais em todos seus aspectos. Também contribuiu nos relatos dos processos de efetivação do desenho dos assentamentos Santa Vitória e Três Marias.

[211] Atual Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

seguia para a sua execução. Esta poderia ser via construtora, com mão de obra dos assentados e fiscalização dos técnicos, ou por autoconstrução dos assentados, permanecendo a fiscalização e acompanhamento por conta dos técnicos. Estes dedicavam-se exclusivamente ao processo, mantendo-se sempre em campo.

Exemplificando com o assentamento Fazenda Palheiros, o entrevistado mencionou que, à época, o valor destinado para cada habitação correspondia a 1.700 reais/família, neste caso sendo executadas por autoconstrução e acompanhamento dos técnicos do INCRA e do governo estadual. Afirmou que para o Lagoa do Xavier o procedimento foi semelhante.

A partir da Palavra dos Representantes dos Assentados.

Na versão dos assentados[212] o processo de efetivação do desenho do habitat foi conduzido pelo coletivo: técnicos do INCRA, Sindicato de Mossoró e assentados.

Os entrevistados mencionaram que na fase do acampamento permaneceram "no mato", nas proximidades da propriedade, por mais de um ano, como forma de pressionar sua desapropriação. O primeiro auxílio veio do Sindicato Rural de Mossoró, que iniciou a negociação junto ao proprietário da fazenda. Houve a ocupação, mas não aconteceram confrontos. Com a desapropriação deliberada, o Sindicato mobilizou as famílias para definir quem seriam os beneficiários e organizar o espaço físico. Como só havia uma casa remanescente, que abrigou uma família, as demais prosseguiram residindo em barracos, porém já dentro dos limites do agora assentamento.

O processo de concepção do desenho do habitat não aconteceu de imediato. Durante quase 10 anos (1988 a 1996) os assentados ficaram morando, de modo improvisado e precário, no lote de produção (que ainda não estava oficialmente demarcado), esperando o INCRA implantar o habitat e as habitações. Cada assentado, por conta própria, construiu sua casa, em taipa de pau a pique. Isso aconteceu porque houve um erro, por parte do INCRA, na definição dos limites do assentamento, confrontando com os imóveis adjacentes. Durante o tempo em que aguardavam o processo tramitar na justiça para reparar as divergências com os proprietários vizinhos, o INCRA, o Sindicato e os assentados pactuaram que cada família escolheria um pedaço da terra para morar provisoriamente, como um habitat disperso.

[212] No plural porque nesse assentamento a entrevista que deveria acontecer com "o" representante dos assentados findou sendo uma reunião, com participação das famílias, sobretudo as que ali residiam desde os primórdios.

Em meados da década de 1990, depois de estabelecidos oficialmente os limites do assentamento, pôde-se definir o projeto do habitat. Segundo os relatos, a elaboração deste ocorreu por processo participativo, discutido entre assentados, técnicos do INCRA e Sindicato. Todas as decisões foram acordadas e votadas em assembleia entre os diversos agentes envolvidos, havendo consenso nas tomadas de decisão.

Para a localização do habitat existiu uma proposta dos assentados de permanecer como estavam, com as casas nos lotes de produção, mesmo que estes ainda não estivessem demarcados oficialmente. No entanto, o INCRA não concordou, justificando que para o habitat disperso os custos com a implantação da infraestrutura básica (água, energia) e dos serviços seriam mais dispendiosos. O coletivo acatou, então, a orientação dos representantes do Estado, escolhendo sua localização atual, sob os argumentos de: i) ser a melhor área existente; ii) estar centralizada, favorecendo o deslocamento dos assentados aos seus lotes de produção; iii) já possuir um poço com água potável; iv) ter acesso por vias de circulação sem pavimentação, executados pela Petrobrás, o que facilitaria o deslocamento ao assentamento como um todo[213]. Contudo, na fala dos assentados - sobretudo dos homens idosos - percebeu-se grande resistência em se transferir para o habitat concentrado. Um dos assentados mencionou que o INCRA "passou a perna" neles, porque toda a argumentação utilizada para convencê-los em acatar a proposta da agrovila não se concretizou: abertura de estrada para acesso aos lotes, escola, posto de saúde. "Era mais fácil para eles (INCRA)".

Em relação à concepção do desenho do habitat os entrevistados apontaram que a proposta foi de autoria do INCRA, não sabendo a motivação para tal modelo, mas acolhida pelos demais agentes atuantes no processo. Enfatizaram a satisfação com a dimensão do lote de moradia (40x150m), porém mal mencionaram a área para os equipamentos comunitários sociais e de serviços e traçado viário do habitat.

Em relação à execução do habitat, os assentados entrevistados afirmaram que após o seu planejamento e concepção, os técnicos da Cartografia do INCRA voltaram para a sua implantação topográfica. Os assentados participaram ativamente desse processo, sobretudo nas funções da limpeza do terreno, como também auxiliando a sua demarcação.

[213] Na região de Mossoró - onde o assentamento está localizado – havia uma forte atuação da Petrobrás, sobretudo, na produção de petróleo via poço.

Sobre a produção da habitação, os assentados afirmaram que o processo de planejamento e concepção também resultou da parceria entre eles e os técnicos do INCRA, posteriormente à execução da agrovila. Do mesmo modo, demonstraram pouco interesse acerca desse elemento. Apenas citaram que o projeto foi sugerido pelo INCRA e acatado pela comunidade.

Para a construção das habitações, nas palavras de uma assentada: "o INCRA liberou o material, mas os donos das casas que fazia... o serviço da casa... a construção das casas quem fez foi os donos, mas os materiais foi o INCRA quem liberava".

Desenho Resultante.

Escala I: Regional.

O Lagoa do Xavier situa-se nas imediações, tanto da sede do município de Mossoró, como da sede de Baraúna[214]. A RN-015 - uma das vias de acesso a Mossoró e que a interliga à sede de Baraúna - passa nas imediações do assentamento, especificamente no distrito do Riachão/Serra de Mossoró (município de Mossoró). Deste distrito ao habitat são 12 km, percorridos por vias vicinais largas e não pavimentadas, em piçarra (ver foto 27). Segundo os assentados, parte destas estradas foram implementadas pela Petrobrás. Na época das chuvas essas vias tornam-se "intransitáveis", não sendo fácil acessar ao habitat, sendo um transtorno recorrente. Nesse percurso, por sua vez, existem outras comunidades, como Barrinha.

Foto 27 - Via vicinal de acesso ao Lagoa do Xavier.

Fonte: Acervo da autora (2018).

[214] Ver Mapa 04.

MAPA 04 - Mapa do Assentamento Rural Lagoa do Xavier: Escala I - Regional.

O Lagoa do Xavier insere-se numa região onde predominam aglomerados de assentamentos rurais: Maísa (Mossoró/2004); Recanto da Esperança (Mossoró/2004); Boa Fé (Mossoró/2001); Tiradentes/Pico Estreito (Mossoró/1988); Vitória (Baraúna/2005); Santa Elza (Mossoró/2000); Fazenda Nova (Mossoró/1998); São Cristóvão (Mossoró/2001); São José I e II (Mossoró/1996); Terra Nossa (Mossoró/2004); Nova Esperança de Mossoró (Mossoró/2004); Cheiro da Terra (Mossoró/2004). No entanto, liga-se diretamente somente ao Fazenda Nova (ver Mapas 04 e 05).

Para acessar os serviços de educação e saúde os assentados são obrigados a recorrer aos distritos adjacentes e à sede de Mossoró. Quanto ao primeiro serviço, diariamente e nos dois turnos - quando o acesso pelas estradas vicinais permite - o transporte escolar disponibilizado pela prefeitura de Mossoró conduz as crianças e adolescentes do assentamento aos distritos de Barrinhas e/ou Serra de Mossoró (escola até o ensino médio) e Mossoró (ensino superior).

Quanto ao serviço de saúde, nos casos de ocorrências mais simples e que podem ser atendidas em Unidade Básica de Saúde (UBS), os assentados recorrem ao distrito de Riacho Grande. Em situações mais graves seguem para Mossoró, que possui Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Hospitais.

No que diz respeito à comercialização da produção agropecuária, a sede de Mossoró apresenta diversas oportunidades aos assentados. Todavia, estes se organizam de modo individual, comercializando seus excedentes em feiras.

Escala II: Assentamento Rural.

No assentamento Lagoa do Xavier o habitat está localizado em sua centralidade geográfica. É atravessado longitudinalmente por uma via vicinal, sem pavimentação, que também corta toda a extensão do assentamento, equivalendo ao seu principal acesso direto, conforme observado no Mapa 06.

Quanto ao uso do solo, o desenho do assentamento traz representado: 42 lotes de produção individual; quatro áreas de produção coletiva; vias de circulação; e um habitat concentrado. A área de reserva legal existe, mas não está identificada no desenho do INCRA, assim como o exemplar de equipamento remanescente da antiga fazenda: a casa sede (ver Mapa 06).

Os lotes de produção individual apresentam formatos diversificados, mas com áreas equivalentes: de 20 a 22 ha.

MAPA 05 - Assentamento Rural Lagoa do Xavier,

Acessos e Adjacências.

MAPA 06 - Assentamento Rural Lagoa do Xavier:

Escala II – Assentamento Rural.

Em torno de 20% desse valor é destinado à área de reserva legal[215], não podendo ser utilizado para a produção agropecuária. Todavia, os assentados afirmaram que esse valor seria de 15%.

Apesar da localização central, as distâncias entre o habitat e os lotes de trabalho são diversas. Na situação mais crítica percorre-se mais de 2km. A produção é feita de modo individual. Quem produz no lote de trabalho o faz no inverno, sobretudo cultura de "sequeiro": mandioca; milho; feijão. No entanto, parte não possui recursos para tal. No mais, segundo os entrevistados, alguns assentados construíram casas no lote de trabalho, intercalando a moradia neste e no habitat concentrado.

Quanto às áreas coletivas para produção, apenas uma se situa na adjacência do habitat. As outras três estão distribuídas ao longo de uma das vias vicinais (ver Mapa 06). Segundo os assentados, a exploração destas áreas acontece de modo individual, nos trechos em que é permitido desmatar.

Há três vias vicinais que interligam os elementos do assentamento: duas no sentido transversal e uma no sentido longitudinal, que também atravessa o habitat, sendo seu único logradouro. Juntamente com as vias externas que viabilizam o acesso ao assentamento, essas vicinais correspondem ao ponto de maior crítica por parte dos assentados. Revestidas em areia, o trânsito por elas é penoso. Tendo sido implantadas há uns 20 anos, no presente precisam da manutenção dos órgãos gestores.

A infraestrutura básica de água e energia elétrica somente acontece no habitat. Não há sistema de irrigação para a produção, seja nos lotes individuais ou nas áreas coletivas.

Assim, os assentados classificam o desenho na escala do assentamento como positivo.

Quanto aos aspectos técnicos do planejamento do território, apreende-se que o desenho do Lagoa do Xavier na escala do assentamento é adequado, visto que sua centralidade potencializa a relação entre os diversos usos do espaço no assentamento, sobretudo entre o habitat e as áreas de produção - coletivas e individuais. A situação mais crítica do deslocamento habitat-lote de produção individual fica em torno de 2.000m. Para alguns assentados, este percurso cotidiano é demasiadamente grande. Já outros, o classificam como corriqueiro, fazendo parte do contexto do espaço rural: "é bem ali". O ponto negativo corresponde ao estado de conservação das vias vicinais de

[215] À época da concepção e execução do desenho do habitat (meados da década de 1990), a legislação ambiental ainda não exigia a formalização da área de reserva legal. No caso deste assentamento, esta foi efetivada posteriormente (não sendo possível determinar a data exata). Por este motivo, foi demarcada separadamente em cada lote de produção individual.

circulação (internas e externas ao assentamento), situação bastante enfatizada na fala dos assentados entrevistados.

Escala III: Habitat.

A tipologia do desenho do habitat do Lagoa do Xavier é classificada como linear/1 rua. Constitui desenho retangular e alongado, no qual em torno da única via de circulação central estão os 42 lotes de moradia: 21 para cada lado. De uma extremidade a outra percorre-se mais de 1km. A localização das áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviço minimiza essa distância: 2 centrais (as menores) e 3 nas extremidades. Portanto, o maior percurso de um lote de moradia a uma das cinco áreas comunitárias equivale 240m (ver Mapa 07).

Quanto ao uso do solo, o projeto do INCRA apresenta os lotes de moradia, áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviços e via de circulação (ver Mapa 07).

Os lotes de moradia medem 40x150m. Constituem exemplares de maior dimensão entre todos os analisados no RN (ver foto 28). Como principais usos têm-se a moradia e produção para o consumo familiar. Neles os assentados conseguem plantar macaxeira, feijão, batata, milho e frutas, além da criação de animais de pequeno porte, sobretudo galinha. Em menor frequência, alguns lotes apresentam moradia compartilhada (familiares) e serviços, como lanchonete. Os principais tipos edilícios encontrados foram: casas, equipamentos de apoio à produção (galinheiro; depósito), cisternas para o consumo humano (16 mil litros) e para o apoio à produção (24 mil litros), estas executadas em 2011. De modo geral, as famílias se apropriam do lote de moradia, adaptando-o à sua realidade, nem sempre fazendo uso de toda a sua extensão.

Foto 28 - Lote de moradia do Lagoa do Xavier.

Fonte: Acervo da autora (2018).

MAPA 07 - Assentamento Rural Lagoa do Xavier:
Escala III – Habitat.

Em relação às áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviços no desenho do INCRA representa-se somente o seu perímetro externo. São cinco áreas assim dimensionadas: duas com 65x150m; duas com 60x105m; e uma com 50x150m. Segundo os assentados, os elementos edilícios foram acrescentados posteriormente. Os principais usos percebidos foram: socialização, lazer e encontros. Para tanto, os equipamentos existentes correspondem ao: campo de futebol, usado cotidianamente pelos homens; sede da associação, para eventuais reuniões da comunidade; duas Igrejas Evangélicas e uma Igreja Católica; e estábulo**,** remanescente da antiga propriedade, atualmente ainda em uso para as atividades produtivas da comunidade (ver foto 29).

O único logradouro possui aproximadamente 1 km de extensão e 13 m de largura, sendo não pavimentado, mas com iluminação pública recentemente instalada (ver foto 30).

Foto 29 - Área para equipamentos coletivos do Lagoa do Xavier.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 30 - Via de circulação interna do Lagoa do Xavier.

Fonte: Acervo da autora (2018).

A infraestrutura básica fornecida ao habitat contempla água e energia elétrica. O abastecimento d'água se faz por poço. A água é condicionada em reservatório elevado, havendo sistema de distribuição até as habitações. Contudo, em algumas dessas a vazão é pouca, ficando seu abastecimento prejudicado. Estas têm direito ao carro-pipa disponibilizado pela Prefeitura e operacionalizado pelo Exército, conforme os entrevistados. No mais, todas as habitações possuem luz elétrica. Quanto ao lixo, não existe tratamento adequado, ficando este sob a responsabilidade de cada família. A maioria o queima no seu lote de moradia. Segundo um assentado: "Ficou de vir umas coletas de lixo... mas, até hoje"

Os assentados classificam o desenho do habitat como positivo, entendendo ser a melhor opção que encontraram, constituindo o resultado de uma decisão coletiva. Afirmam que os lotes de moradia e as áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviços são próximos – "Tudo perto" –, favorecendo o desenvolvimento da vida cotidiana. Alguns assentados, principalmente as mulheres, mencionaram preferir a vida em comunidade (habitat concentrado), do que a isolada no lote de produção (habitat disperso). Para tanto, enfatizaram as possibilidades de convivência e das relações sociais que a vida na agrovila proporciona, além da sensação de segurança: "Antigamente não tinha problema, mas atualmente é complicado morar isolado". Grande parcela dos assentados mencionou que faltam locais para o lazer da comunidade, tanto para os jovens como para os idosos.

Todavia, deve-se destacar a apropriação dos lotes de produção por parte dos assentados. Os que tiveram condições financeiras, impulsionados por motivos diversos, lá também efetivaram uma habitação, transformando-os em local de produzir e habitar. Modificaram, assim, a tipologia original do habitat para o misto: coexistindo o habitat concentrado e o disperso.

Por sua vez, quanto aos aspectos técnicos da arquitetura, o desenho original do habitat do Lagoa do Xavier favorece a vida cotidiana dos seus assentados. Apesar de possuir uma morfologia alongada, a localização das áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviços no centro e nas extremidades buscou favorecer os encontros dos grupos sociais, mesmo não concentrando num mesmo local. No mais, a dimensão dos lotes de moradia (40x150m) permite às famílias assentadas desenvolver uma produção nas imediações da moradia. Não foi inserido nenhum elemento inovador no desenho do habitat.

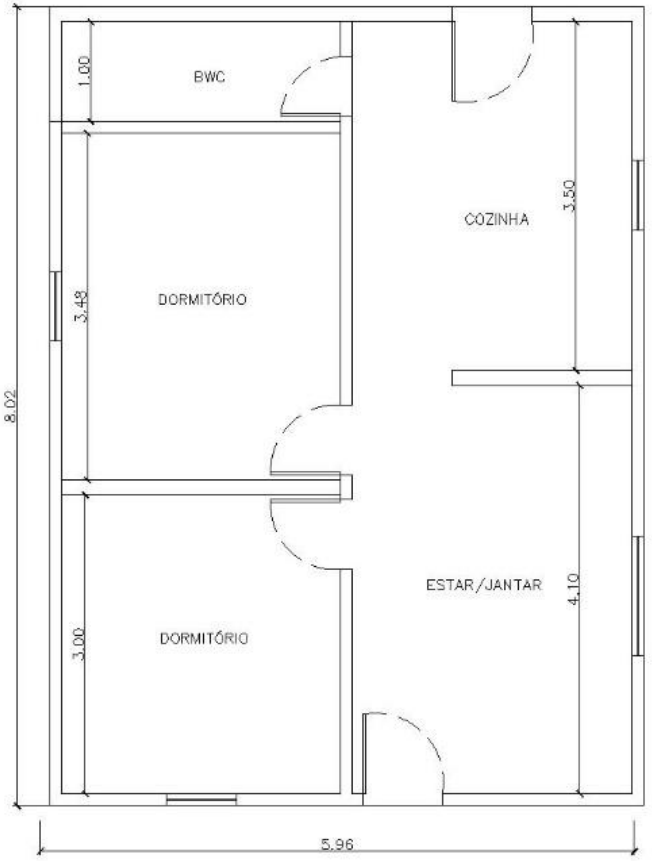
Escala IV: Habitação.

As habitações do Lagoa do Xavier foram construídas bem posteriormente à criação do assentamento, somente em meados da década de 1990, utilizando o projeto padrão (modelo 02) empregado pelo INCRA à época, de autoria desconhecida. Com a dimensão geral aproximada de 6m x 8 m, o projeto apresenta tipologia simples: retângulo dividido em cinco ambientes - sala (2,70m x 2,90m); cozinha (2,70m x 2,90m); dois dormitórios, cada qual com 2,75m x 2,90m, e banheiro (1,40m x 2,10m), com acesso pela cozinha, conforme representado na figura 65.

O saneamento básico acontece por meio do uso de fossa séptica - segundo os assentados - localizada na parte de trás da habitação e executada no mesmo período desta.

No que diz respeito à implantação da habitação no lote, constata-se que não existiu preocupação com a sua localização em relação ao sol nascente/poente e aos ventos dominantes.

Figura 65 - Planta baixa do projeto original do Lagoa do Xavier.



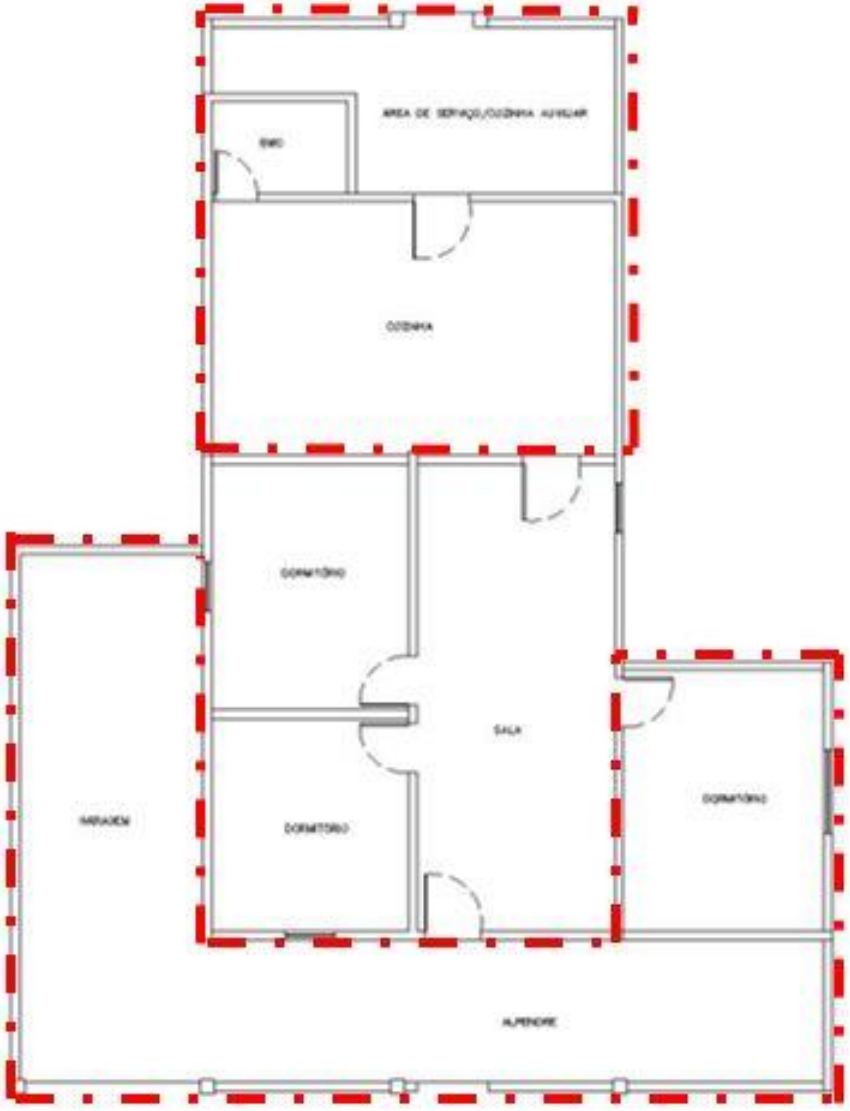
Fonte: Acervo do INCRA/RN.

Quanto à apropriação, percebem-se fortes traços desta por parte das famílias, haja vista o alto índice de reformas e ampliações executadas. O projeto original não era adequado à vida cotidiana das famílias, geralmente numerosas e com necessidades rurais. Cada família o adequou às suas necessidades.

De uma maneira geral, observou-se que a maioria das habitações sofreu acréscimos e melhorias, tais como: alpendre frontal; cozinha externa/área de serviço; melhoria do banheiro (acréscimo de cerâmica); chapisco; revestimentos; dentre outros. Porém, ainda existem casas originais.

Em uma das habitações visitadas, por exemplo, as alterações já foram executadas à época da construção, acrescentando (na figura 66 representadas com tracejado vermelho): um dormitório e cozinha, transformando a original em sala de jantar; alpendre na frente e em uma das laterais (que funciona como garagem); um banheiro entre os dormitórios originais; um banheiro junto à cozinha acrescentada; cozinha auxiliar/área de serviço nos fundos (ver figura 66 e fotos 31 a 34).

Figura 66 - Planta baixa de habitação reformada do Lagoa do Xavier.



Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento *in loco* (2018).

Foto 31 - Habitação do Lagoa do Xavier.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 32 - Habitação do Lagoa do Xavier.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 33 - Habitação do Lagoa do Xavier.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 34 - Habitação do Lagoa do Xavier.

Fonte: Acervo da autora (2018).

MAPA 08 - Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais criados no Governo Collor.

10.1.2 Governo Fernando Collor (1990-1992).

O Mapa 08 e o Quadro 31- Criação de Assentamentos Rurais no RN - Gov. Collor - ilustram os assentamentos rurais criados durante os 2 anos do Governo Fernando Collor de Melo.

Quadro 31 - Criação de Assentamentos Rurais no RN - Gov. Collor.

N	ASSENTAMENTO RURAL	MUNICÍPIO
ANO: 1991 – 03 assentamentos rurais		
01	Catingueira	Baraúna
02	Marajó	João Câmara
03	Baixa do Dutra	Upanema
ANO: 1992 – 05 assentamentos rurais		
04	Rancho do Pereiro	Baraúna
05	Boa Sorte	João Câmara
06	Lorena	Mossoró
07	Mulunguzinho	Mossoró
08	Santa Vitória	São Bento do Norte

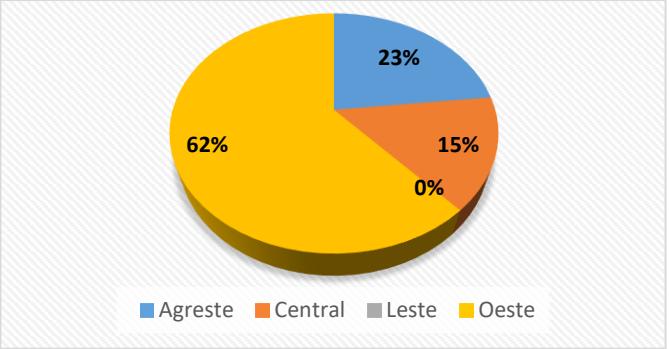
Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

Dentre estes, destaca-se o assentamento Marajó, primeiro resultante da luta do MST aqui no estado.

10.1.2.1 Aspectos Gerais.

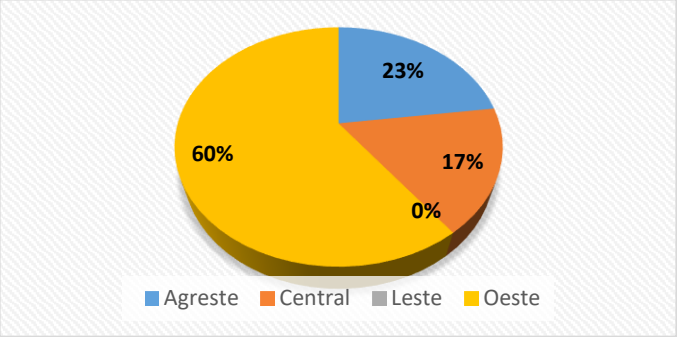
Conforme ilustrado na Tabela 04[216] e nas figuras 67 e 68, este governo desapropriou 13.159,56 ha de terras, beneficiando 450 famílias. O maior quantitativo desponta na mesorregião Oeste: 8.111,56 ha em 05 assentamentos rurais. O principal município é o de Mossoró, contribuindo com 5.471,39 ha em 02 assentamentos rurais. Em contrapartida, não houve a criação de assentamentos na mesorregião Leste Potiguar.

Figura 67 - Gov. Collor: Relação mesorregião RN x Área desapropriada.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

Figura 68 - Gov. Collor: Relação mesorregião RN x Número de famílias.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

[216] Ver Apêndice: Tabela 04 – Governo Collor: Aspectos Gerais (página 499).

10.1.2.2 Aspectos Sociais/Agentes.

No governo Collor, os movimentos sociais do campo, sobretudo o MST, adentram o rol dos principais agentes requerentes por desapropriação de propriedades improdutivas no estado. Somam-se aos sindicatos rurais e aos setores progressistas da Igreja Católica quanto à organização dos trabalhadores rurais.

A prática da produção do desenho do habitat de reforma agrária permanecia semelhante ao período do governo anterior, acrescentando também a participação dos movimentos sociais.

10.1.2.3 Aspectos Físicos/Espaciais.

Existência de Desenho.

Observou-se maior disponibilidade, quantidade e qualidade dos dados intrínsecos. Dos oito assentamentos rurais criados, somente para o Baixa do Dutra (habitat disperso) não constam informações acerca do desenho do seu habitat, existindo apenas dados na escala do assentamento. Para o Catingueira, Rancho do Pereiro e Santa Vitória foram encontradas peças técnicas representando o desenho do habitat nas duas escalas analisadas: do assentamento e do habitat. Nos demais – Marajó, Boa Sorte, Lorena e Mulunguzinho - o habitat encontra-se delimitado no desenho do assentamento apenas pelo perímetro.

Escala do Assentamento.

Quantidade de Habitat.

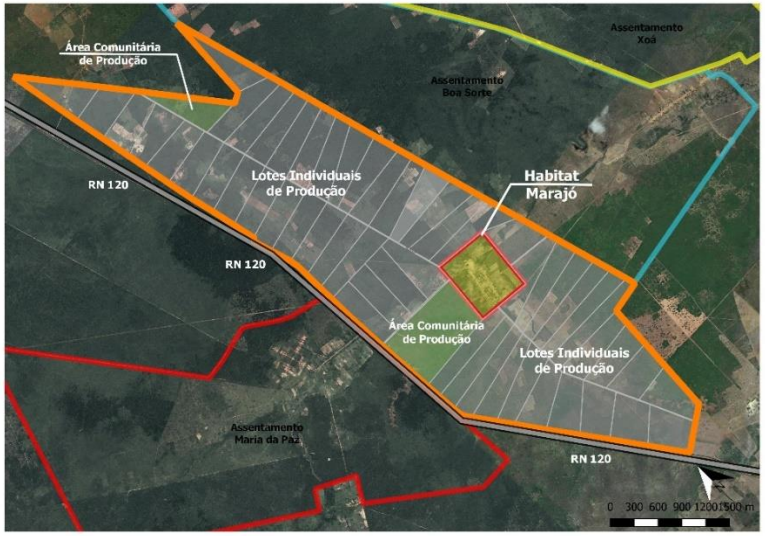
À exceção do Baixa do Dutra, onde se implantou o habitat disperso, nos demais assentamentos existe 1 habitat concentrado.

Localização.

Quanto ao modo de localização do habitat no âmbito do assentamento, o genótipo para o Governo Collor equivale ao habitat localizado em sua centralidade, situação observada em cinco dos oito (62,5%): Catingueira, Marajó, Rancho do Pereiro, Lorena e Santa Vitória (ver figura 69).

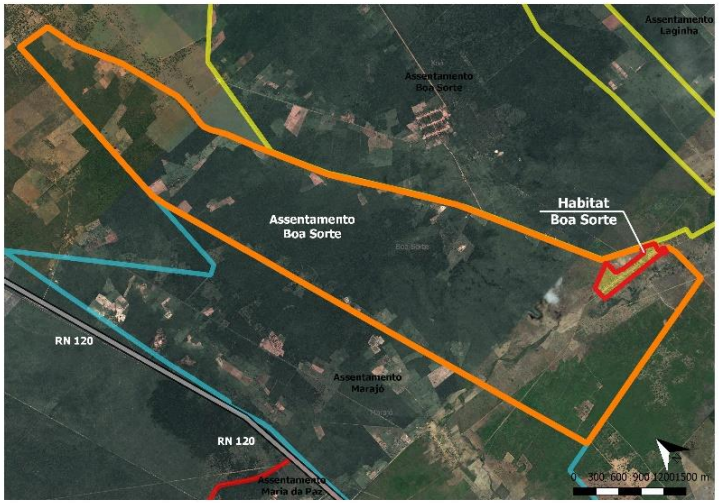
As figuras 70 e 71 ilustram os exemplos que fogem do genótipo: o Boa Sorte - cujo habitat se encontra na extremidade/perímetro do assentamento (18,75%) - e o Mulunguzinho, classificado como intermediário (18,75%).

Figura 69 - Localização do habitat do Marajó (João Câmara).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 70 - Localização do habitat do Boa Sorte (João Câmara).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 71 - Localização do habitat do Mulunguzinho (Mossoró).

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Modo de Acesso

O principal modo de acesso ao habitat acontece por via vicinal, como no Catingueira, Lorena, Mulunguizinho e Santa Vitória. Os demais não representam esse dado em seus desenhos.

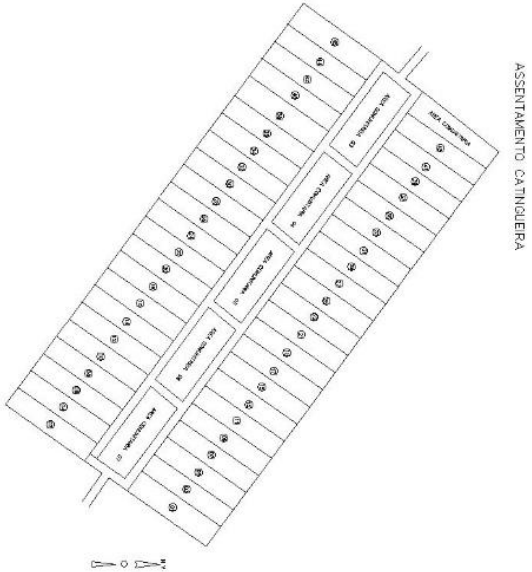
Escala do Habitat.

Tipologias.

Quanto à representação gráfica do desenho do habitat em si - semelhante ao do Governo Sarney - as informações angariadas foram escassas. Por ainda constituírem os primeiros assentamentos efetivados (início da década de 1990), existiam

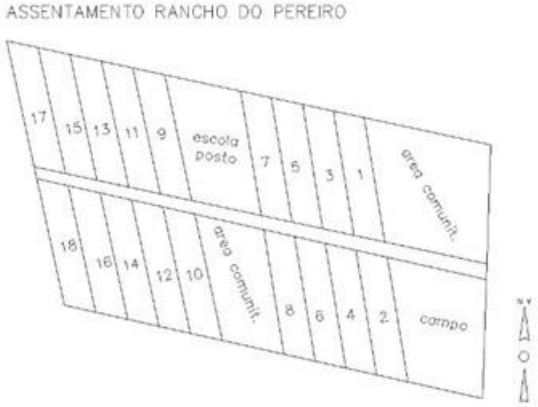
poucos dados em meio digital. Assim, identificou-se somente o desenho do habitat de três assentamentos, cada qual com tipologia própria: Catingueira (concêntrico/quadrado); Rancho do Pereiro (linear/1 rua) e Santa Vitória (ortogonal/tabuleiro) (ver figuras 72 a 74). No mais – através da narrativa dos servidores entrevistados - constatou-se que o habitat do Baixa do Dutra é disperso, constituindo outra exceção ao padrão do campo empírico. Não houve, assim, genótipo para tipologia do desenho do habitat no período do Governo Collor.

Figura 72 - Tipologia do habitat do Catingueira (Baraúna).



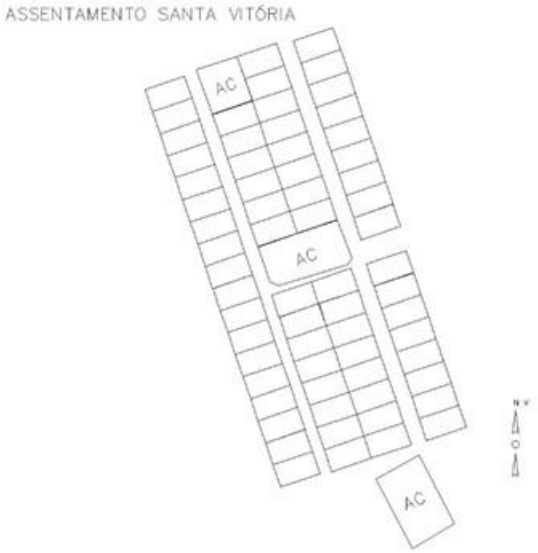
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 73 - Tipologia do habitat do Rancho do Pereiro (Baraúna).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 74 - Tipologia do habitat do Santa Vitória (São Bento do Norte).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Uso do Solo: Componentes do Habitat.

No que diz respeito ao uso do solo, pela representação gráfica do INCRA, o padrão de ocorrência permanece o mesmo: lote de moradia; área para os equipamentos comunitários sociais e de serviços; e vias de circulação, todos delimitados em seu perímetro, sem detalhamentos mais aprofundados.

Lote de moradia.

Observou-se uma especificidade em relação às dimensões dos lotes de moradia. Os assentamentos situados em Baraúna (mesorregião Oeste Potiguar) - relativamente próximos um do outro - optaram por grandes dimensões, se comparados à maioria dos assentamentos do RN: Catingueira (30x140m) e Rancho do Pereiro (30x130m). Somado ao Lagoa do Xavier – localizado na mesma mesorregião - correspondem aos maiores lotes de moradia do campo empírico. No contraponto, o assentamento Santa Vitória, inserido no município de São Bento do Norte (mesorregião Central Potiguar), reproduziu o lote de moradia padrão para os assentamentos do RN: 30x50m.

Área para os equipamentos comunitários sociais e de serviços.

A representação para essas áreas acontece de modo simplório, sem definição e dimensionamento de seus equipamentos e demais elementos pertinentes.

Vias de circulação.

As vias de circulação do habitat foram representadas sem detalhamentos, apenas pela delimitação das quadras dos lotes de moradia. A largura varia entre 15 e 30m.

Inovação.

Quanto às estratégias inovadoras do desenho, como cinturão verde ou área coletiva de produção envolvendo o habitat, não foi observada em nenhum dos habitats do período Collor.

10.1.2.4 Materialidade do Campo Empírico: Santa Vitória.

Identificação.

O assentamento Santa Vitória se localiza no município de São Bento do Norte. Criado em 13/07/1992, abrange um total de 1.988,00 ha de terras, atualmente compartilhados por 69 famílias, apesar da capacidade oficial do assentamento apontar 76 famílias.

Por não haver genótipo em relação ao desenho do habitat para o período, a opção pelo Santa Vitória se deu pela facilidade de acesso às lideranças do assentamento e às informações[217].

Processo de Efetivação do Desenho.

A partir da Palavra do Técnico do INCRA.

Devido à escassez de dados oficiais acerca do processo de efetivação do desenho do habitat do Santa Vitória somente foi possível identificar o técnico responsável pelo seu habitat, não o sendo para a habitação. Para esta, se utilizou do relato do servidor Heleno - o mesmo entrevistado para o Lagoa do Xavier - que à essa época ainda permanecia gestor da antiga Divisão Técnica.

De modo semelhante - seguindo a prática até então implementada - a efetivação do seu desenho aconteceu em dois momentos: primeiro o habitat, e depois a habitação.

No que diz respeito ao habitat, o responsável por sua implantação foi o técnico agrícola Djalma Bandeira Gomes, lotado na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor de Cartografia. Ele mensura que esse processo ocorreu durante a década de 1990, afirmando ter sido o único técnico atuante.

Com as devidas ressalvas devido ao afastamento temporal, mencionou que todo o serviço foi executado em aproximadamente 15 dias. Inicialmente, reuniu a comunidade para discutir como seria o desenho do habitat. Os assentados já haviam escolhido a sua localização: nas mediações do acampamento, onde já existia um poço. Também sugeriram a dimensão do lote de moradia - que correspondia ao padrão praticado – assim como o modo de sua disposição. Ele acatou porque achou coerente e a topografia era favorável. “A palavra dos assentados é ouvida e acatada... a morada é deles... a decisão principal é deles... eles quem vão morar lá”. Essa etapa de concepção do desenho aconteceu em poucas reuniões. Afirmou que não havia normativos específicos ou outro documento oficial para guiar essas ações. As decisões eram tomadas fazendo uso do bom senso e da experiência acumulada.

Com o desenho acordado, partiram para a execução. Os assentados colaboraram com a limpeza geral da área para facilitar a demarcação do habitat. Primeiro, ele definiu os 4 vértices do retângulo total do desenho. Depois, a partir deles, cada lote de moradia, ruas e demais áreas eram marcadas. A contribuição dos assentados também ocorreu nessa etapa, auxiliando no manuseio dos equipamentos de medição e colocação dos piquetes.

[217] O Santa Vitória também foi objeto de estudo da tese “MST: Habitats em movimento”.

Somente após tudo executado, o desenho foi registrado graficamente como projeto oficial do INCRA.

Quanto à habitação, o servidor Heleno mencionou que o processo seguiu o padrão da época, conduzido em parceria entre os técnicos do INCRA e do governo do estado. Porém, não recordava os nomes desses profissionais. Afirmou que a efetivação da habitação acontecia no momento da aplicação dos créditos iniciais, sendo o único elemento do habitat contemplado com recursos. A equipe fazia uso de um projeto padrão, de autoria do Setor de Engenharia. Depois do projeto aprovado pela comunidade, partia-se para a sua execução, que aconteceu via construtora, contratando a mão de obra dos próprios assentados. A fiscalização era realizada em conjunto pelos técnicos do INCRA e do governo estado atuantes no processo.

A partir da Palavra dos Representantes dos Assentados.

Essa versão foi narrada pelo presidente da Associação dos assentados, Sr. Joaquim Alves dos Santos, que lá habita desde 1992, sendo um dos fundadores do assentamento.

À época da ocupação da terra, os trabalhadores foram organizados pelo MST (atualmente encontram-se vinculados ao MLST). Permaneceram por quatro meses na fase do acampamento, habitando em barracas no atual local do habitat. Optaram por este local devido a existência de um poço e da instalação de rede de energia elétrica, já vislumbrando possibilidades de infraestrutura para o habitat definitivo.

Logo após a desapropriação, deram início ao processo de concepção do desenho do habitat. Os técnicos do INCRA, juntamente com os assentados, começaram a discutir a liberação do "crédito habitação". Os assentados ansiavam pela efetivação das habitações, haja vista que não existiam edificações remanescentes em quantidades suficientes para todas as famílias habitarem provisoriamente. Essa perspectiva ditou o ritmo (acelerado) de desenvolvimento do processo.

Para a localização da agrovila os assentados escolheram a atual área, balizados por alguns fatores, a saber: a infraestrutura existente e a topografia, que sendo plana facilitaria a construção das habitações, além de evitar possíveis alagamentos no período de chuvas intensas.

Quanto à escolha da tipologia do desenho do habitat optaram pelo concentrado porque entendiam ser mais fácil a implantação da infraestrutura básica - sobretudo água e energia elétrica - bem como o acesso das crianças à escola, que foi construída posteriormente. Segundo o entrevistado, à época "o

INCRA permitia a implantação da casa no lote de trabalho" (habitat disperso), citando o exemplo do Baixa da Quixaba. Contudo, em sua opinião, este tipo de moradia favorecia somente a produção, dificultando os demais aspectos: implantação da infraestrutura; relações sociais; acesso a serviços; entre outros.

Em relação à concepção do projeto do habitat, os assentados tinham ideia de como desejavam o seu desenho. Contudo, não sabiam como concretizá-lo, sobretudo em relação à questão topográfica. Os técnicos do INCRA trouxeram exemplos de outros assentamentos - que à época eram em número reduzido - e orientaram que a localização das moradias respeitasse certa distância, evitando a proximidade uma das outras e suas consequências: incômodos devido à criação de bichos. No mais, os assentados também se inspiraram no desenho do habitat do assentamento Marajó: "tinha casa de um lado e do outro da rua. Era o possível na época, pelas referencias do INCRA. Hoje existem outros modelos de parcelamento. Foram evoluindo".

O entrevistado afirmou que a dimensão do lote de moradia (30x50m) foi proposta pelos técnicos do INCRA, com o argumento de minimizar os custos com a infraestrutura. Não mencionou acerca das proposições quanto a área para os equipamentos comunitários e de serviços e vias de circulação. A concepção do projeto da habitação pouco foi debatida. Logo os assentados acataram a proposta sugerida pelo INCRA.

Quanto à execução do habitat**,** afirmou que após todas as definições - o planejamento e a concepção – terem sido pactuadas nas reuniões, os topógrafos do INCRA retornaram ao assentamento para sua implantação. Os assentados participaram ativamente desse processo, sobretudo nas funções da limpeza do terreno e auxiliando a sua medição.

A execução da habitação aconteceu posterior ao habitat. Outro técnico do INCRA veio para aplicar o "crédito habitação". Com o dinheiro e a orientação do técnico, os próprios assentados se organizaram e construíram as habitações.

Desenho Resultante.

Escala I: Regional.

O Santa Vitória está a 18 km de distância da sua sede municipal: São Bento do Norte. Já de Natal são 140 km. A via pavimentada que mais se aproxima do habitat é a RN-120, que fica a 14 km. A ligação entre ambos acontece por um conjunto de estradas vicinais estreitas e em piçarra. Alguns trechos não permitem a ultrapassagem de caminhões, desfavorecendo o escoamento da produção agropecuária (ver Mapa 9).

MAPA 09 – Mapa do Assentamento Rural Santa Vitória: Escala I - Regional.

Na circunvizinhança existem diversas comunidades – São Miguel; Alívio; Escadilho, dentre outras - e assentamentos rurais: Baixa da Quixaba (São Bento do Norte/1987); 25 de Julho (São Bento do Norte/1999); Caju Nordeste (São Bento do Norte/1998); Pirangi (Galinhos/1996); Nova Olinda (São Bento do Norte/2007); São Miguel (São Bento do Norte/1997); Alto do Oriente (São Bento do Norte/2013); Bom Sucesso (Pedra Grande/1996); Pereiros (Parazinho/2010); Amazonas (Parazinho/2001); 1º de Junho (Parazinho/1999); São Francisco II (Parazinho/2001); Bom Trabalho (Parazinho/2001); Modelo (João Câmara/1995); Baixa do Novilho (João Câmara/1999); Brinco de Ouro (João Câmara/1996). As vias de circulação - formais e informais - interligam o habitat diretamente a: São Miguel; Bom Sucesso, Pereiros e 1º de Junho (ver Mapa 10). Segundo o entrevistado, o assentamento se relaciona de modo mais próximo com este último (ver foto 35).

Para ter acesso aos serviços de saúde, os assentados precisam se deslocar até a sede de São Bento do Norte, onde existe Unidade Básica de Saúde (UBS). Nos casos mais graves, o atendimento mais próximo é disponibilizado na capital do estado.

Foto 35 - Acesso ao Santa Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Os serviços de educação são setorizados. Os alunos estudam no próprio assentamento até o 2º ano do nível fundamental, em escola construída pela Prefeitura, sendo as aulas ministradas pelos professores da própria comunidade. Do 3º ao 5º ano os estudantes cursam no distrito de São Miguel. Do 6º em diante necessitam se deslocar para a sede de São Bento do Norte. Para tanto, o gestor do município fornece transporte escolar diariamente e nos dois turnos.

MAPA 10 – Assentamento Rural Santa Vitória,
Acessos e Adjacências.

No que diz respeito à comercialização da produção agropecuária a relação dos assentados ocorre com a sede de Caiçara do Norte, vizinho a São Bento do Norte, pois este não possui feira. De modo individual, e a partir dos próprios recursos, alguns assentados vendem cana de açúcar, mel, verduras e frutas.

Presença marcante na paisagem local são as torres dos parques eólicos. Parte das vias de circulação da região foram implantadas pelas empresas responsáveis por estes parques.

Escala II: Assentamento Rural.

O Santa Vitória corresponde a um exemplar cujo habitat se localiza na quase centralidade do assentamento. Não exatamente no centro geográfico, porém, próximo a este, conforme observado no Mapa 11.

O acesso ao habitat dentro do perímetro do assentamento acontece por meio de vias vicinais com revestimento em piçarra e areia, não demarcadas no desenho oficial do INCRA.

Quanto ao uso do solo, são representados no desenho: 69 lotes de produção individual; duas áreas de produção coletiva; vias de circulação; e um habitat concentrado. Como equipamento remanescente ainda resiste a antiga casa sede, não registrada no desenho, assim como a área de reserva legal (ver Mapa 11).

A maior parcela dos lotes de produção individual apresenta formato padronizado: retângulo alongado, com área equivalente a 25 ha. Cerca de 20% desse valor - localizados no fundo do lote - foi destinado à área de reserva legal[218], não podendo ser utilizado para a produção agropecuária. Segundo o representante dos assentados, esta produção é conduzida de modo individual, artesanal e durante o inverno. A comunidade produz, essencialmente, espécies que não carecem de muita água: feijão e milho. Os assentados que não possuem mão de obra auxiliar não conseguem explorar o lote de trabalho (ver Mapa 11).

Contudo, mesmo ostentando uma localização mais central - sobretudo quanto à área total do assentamento - ainda se verificou diversidade de distâncias entre o habitat e os lotes de trabalho individual. Alguns estão adjacentes; outros, intermediários; e outros, ainda mais distantes, percorrendo-se mais de 6 km, nos casos mais críticos. No entanto, o assentado entrevistado prefere "*morar longe do lote de produção do que as casas ficarem distantes entre si, o que dificultaria o acesso à infraestrutura (água)".*

[218] De modo semelhante ao anteriormente explicado para o Lagoa do Xavier.

MAPA 11 – Assentamento Rural Santa Vitória:
Escala II – Assentamento Rural.

As duas áreas coletivas para produção são bem exploradas, porém de modo individual. Ambas se localizam próximas ao habitat. Na que possui o poço, plantam com irrigação: hortaliças, frutas, macaxeira, cana de açúcar; etc. A outra área fica na adjacência da casa sede. Segundo o entrevistado, os assentados têm planos de recuperar esse equipamento remanescente, utilizando-a como apoio à produção.

O conjunto de vias vicinais que concatenam internamente os elementos do assentamento corresponde a quatro unidades: uma principal, que atravessa todo o assentamento no sentido longitudinal; duas menores, perpendiculares à principal, que interligam os lotes de produção individual; e uma menor, paralela à principal e com a mesma função das demais. Estreitas e revestidas de areia, o trânsito de veículos por elas é penoso.

O desenho do Santa Vitória na escala do assentamento é classificado como positivo do ponto de vista do representante dos assentados. Argumenta que a localização do habitat facilitou a instalação da água e energia elétrica. No mais, *"ficamos mais isolados do contato com a cidade e a violência"*.

Quanto aos aspectos técnicos do planejamento do território, pode-se afirmar que este desenho é parcialmente adequado. Sua centralidade potencializa a relação interna entre os demais elementos do assentamento, principalmente com as áreas de produção coletivas. Como citado pelo entrevistado, resguarda-os das "interferências negativas" da cidade, especialmente a violência. No entanto, as grandes distâncias que parte dos lotes de produção individual ficaram do habitat prejudica a produção desses assentados. Somado à falta de condições financeiras do beneficiário, estes lotes findam abandonados.

Escala III: Habitat.

A tipologia do desenho do habitat do Santa Vitória se classifica como ortogonal/tabuleiro. Observou-se *in loco* que o originalmente proposto foi modificado: o número de lotes de moradia e das vias de circulação foi ampliado. Corresponde a um desenho retangular, composto por cinco "quadras": a maior medindo 540 x 50m; duas centrais, uma com dimensões 240 x 100m e a outra (a da esquerda) com 300 x 100m, na qual se localizam as áreas para equipamentos comunitários sociais e de serviços. E mais outras duas: 240 x 50m e 300 x 50m. A maior distância a ser percorrida do lote de moradia à área para equipamentos comunitários corresponde a 300m. Quanto ao uso do solo, são representados pelo perímetro: os lotes de moradia; as

áreas para equipamentos comunitários sociais e de serviços e as vias de circulação (ver Mapa 12).

Cada lote de moradia mede 30x50m (padrão do campo empírico). Apurou-se como principais usos o habitar e a produção para consumo familiar: plantio (macaxeira, feijão, batata, milho, frutas) e criação de animais de pequeno porte. Já como uso secundário: a moradia compartilhada (familiares) e prestação de serviço – mercadinhos, casa de show, etc. Os tipos edilícios mais recorrentes foram: habitação; equipamentos de apoio à produção (galinheiro, depósito) e cisterna para consumo humano (16 mil litros). As famílias se apropriam do lote de moradia em toda sua extensão, adaptando-o à sua realidade (ver foto 36 e Mapa 12).

Existem três áreas para equipamentos comunitários sociais e de serviços. A central (60x100m) dispõe como uso os encontros, a socialização e o lazer, contemplando: a sede da associação; uma igreja católica; escola (até o 2º ano do fundamental); uma caixa d'água; antena de internet, que deu nova dinâmica à área. Em frente a esta há outra área coletiva (30x50m) onde está sendo construída uma Igreja Evangélica. A área coletiva lateral (60x50m) não é utilizada (ver Mapa 12).

O campo de futebol está instalado numa área cedida no lote de produção situado na entrada do habitat (ver fotos 37 e 38).

Foto 36 - Lote de moradia do Santa Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 37 - Área do campo de futebol do Santa Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2018).

MAPA 12 - Assentamento Rural Santa Vitória:
Escala III – Habitat.

Foto 38 - Área lateral para equipamentos coletivos do Santa Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 39 - Vias de circulação interna do habitat do Santa Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2018).

As vias de circulação internas totalizam cinco unidades, com revestimento em areia e piçarra. Duas longitudinais e paralelas - com cerca de 540 m de extensão - percorrendo toda a testada dos lotes de moradia. Uma destas vias faz a ligação com a vicinal de acesso ao habitat, continuando para além da agrovila. As outras três são menores, paralelas entre si e perpendiculares às longitudinais. Uma corta a quadra dupla central e uma das quadras simples, ligando as duas ruas longitudinais. Todas com 20 m de largura (ver foto 39). Representação no Mapa 12.

Quanto à infraestrutura básica, o habitat conta com abastecimento d'água – por poço "herdado" do imóvel – e energia elétrica, instalada desde a época da implantação do assentamento, porém com iluminação pública recente. Não existe coleta ou tratamento de lixo. A maioria dos assentados o queima ou abandona em locais não apropriados. Algumas famílias fazem compostagem no próprio lote de moradia.

O assentado entrevistado classifica o desenho do habitat como positivo. Os aspectos enaltecidos foram: a proximidade dos

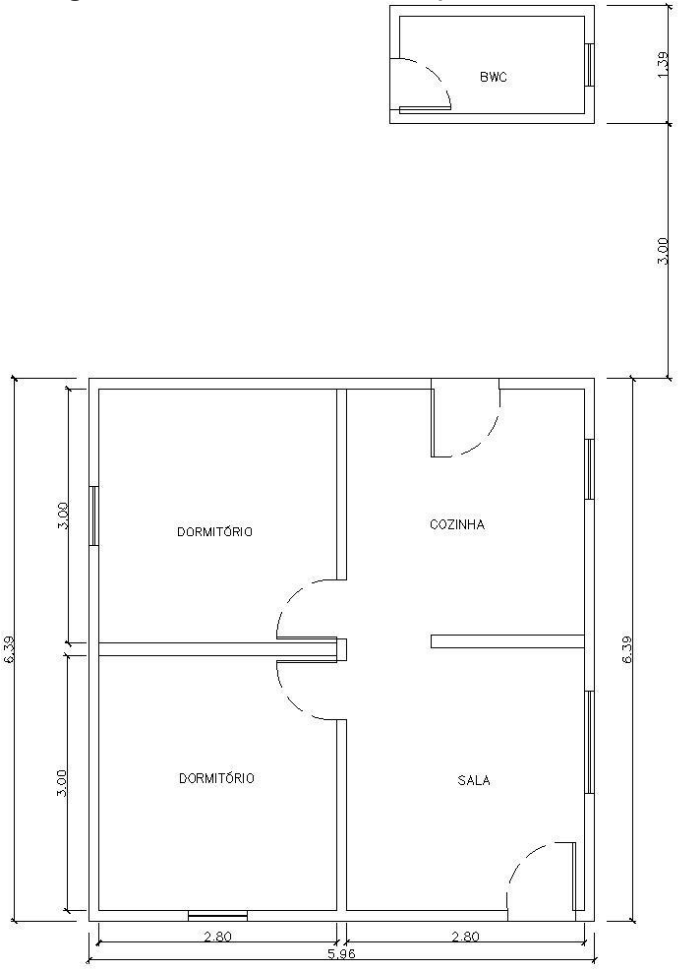
lotes de moradia e da área de equipamentos coletivos, e as grandes dimensões das ruas. Para ele, a configuração favorece a vida cotidiana dos moradores, pois estes conseguem desenvolver plantio e produção de pequenos animais no lote de moradia, além de usufruir da socialização entre eles. Porém, sente falta de equipamentos para o lazer: praça, ginásio de esporte.

Quanto aos aspectos técnicos da arquitetura, pode-se afirmar que a morfologia do habitat favorece a vida cotidiana dos assentados, sobretudo após a apropriação e as mudanças por eles realizadas. A centralidade da área de equipamentos coletivos estimula à manutenção de seus elementos edilícios. No entanto, observou-se a necessidade de equipamentos que propiciem lazer e encontros à comunidade, reivindicação presente na fala do entrevistado. No mais, o lote de moradia foi apropriado pelas famílias, que o utilizam por completo, sem abandonos.

Escala IV: Habitação.

As habitações do Santa Vitória foram construídas logo após a desapropriação (1994/95). Para tanto, utilizou-se o projeto padrão (modelo 01) empregado pelo INCRA à época, de autoria desconhecida. Com a dimensão geral aproximada de 6 m x 8 m e tipologia simples, o projeto original consistia num retângulo dividido em quatro ambientes com dimensões similares: 2,70 m x 2,90 m. O banheiro encontrava-se separado do corpo principal da casa, a uma distância não determinada (ver figura 75).

Figura 75 - Planta baixa da habitação do Santa Vitória.



Fonte: Acervo do INCRA/RN.

Foto 40 - Habitação do Santa Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2018).

A solução para o saneamento básico da habitação acontece por meio do uso de fossa - localizada atrás da casa - e executada no mesmo período desta. No mais, para a implantação da casa no lote percebe-se que não houve preocupação com a sua locação em relação ao sol poente/nascente e os ventos dominantes.

De acordo com o relato do entrevistado, as famílias que possuíam condições financeiras, já à época da construção, realizaram alterações no projeto original. Posteriormente, em 2010, as reformas e ampliações foram aprimoradas, período em que o habitat foi contemplado pela modalidade "Recuperação/Materiais de Construção" do Crédito Instalação. Verificando o processo administrativo vinculado à liberação desta modalidade, observou-se como principais acréscimos: terraço frontal; cozinha auxiliar/área de serviço; banheiro interno; e dormitório. Contudo, ainda existem casas originais, como o exemplar representado na foto 40.

Assim, constatou-se forte traço de apropriação das habitações por parte dos moradores do Santa Vitória, haja vista o alto índice de reformas e ampliações executadas. O projeto original não se configurou adequado ao modo de vida das famílias, geralmente numerosas e com necessidades rurais. Cada qual adequou a habitação original às suas necessidades.

Para exemplificar, visitou-se a habitação do representante dos assentados entrevistado. Os acréscimos na habitação visitada (na figura 76 simbolizados com tracejado vermelho) foram: alpendre; garagem; dormitório; cozinha; banheiro; cozinha auxiliar/área de serviço (ver figura 76 e fotos 41 a 46).

Figura 76 - Planta baixa de habitação reformada do Santa Vitória.

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento *in loco* (2018).

Foto 41 - Habitação do Santa Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 42 - Habitação do Santa Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2018).

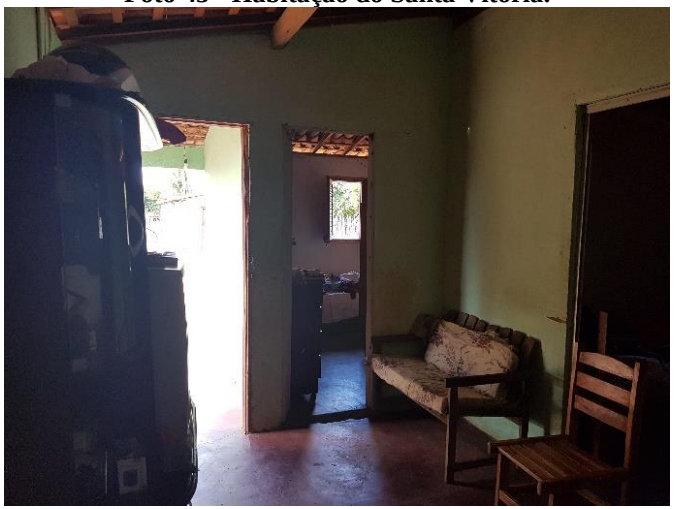
Foto 43 - Habitação do Santa Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 44 - Habitação do Santa Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 45 - Habitação do Santa Vitória.



Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 46 - Habitação do Santa Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2018).

MAPA 13 – Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais criados no Governo Itamar.

10.1.3 Governo Itamar Franco (1992-1995)

O Mapa 13 apresenta os dois assentamentos rurais criados no RN durante o Governo Itamar: Rosado (Porto do Mangue/Areia Branca/1993) e Zabelê (Touros/1993). O menor quantitativo do recorte, porém, exemplares significativos do ponto de vista da luta pela reforma agrária: o primeiro retratava área de conflito entre os posseiros e o proprietário, enquanto o segundo, uma imponente empresa rural à época, pleiteada e conquistada pelos trabalhadores rurais após sua falência.

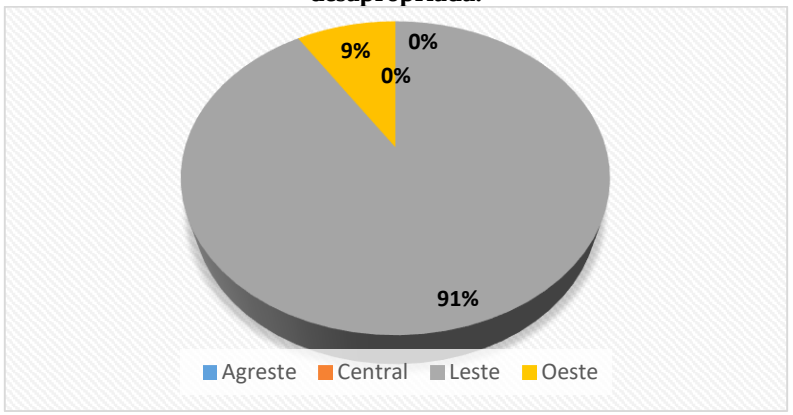
No contraponto, esse período contabiliza o maior número de assentamentos rurais de reforma agrária criados por iniciativas promovidas na esfera estadual: sete unidades[219].

Por sua vez, é no Governo Itamar que se instala o marco inicial das ações de assessoria técnica na área de Arquitetura e Urbanismo realizadas pelo GERAH/UFRN. O prelúdio aconteceu com diálogos e reuniões com a comunidade do assentamento Zabelê, a convite das lideranças do MST daquele período. Porém, apesar do envolvimento e trabalho realizado, nesse momento não se configurou como assessoria técnica oficial (ver Capítulo 4).

[219] Ver "Quadro 29 - Assentamentos Rurais Estaduais do RN" no Capítulo 9 Rio Grande do Norte: Momentos da Formação da sua Configuração Física.

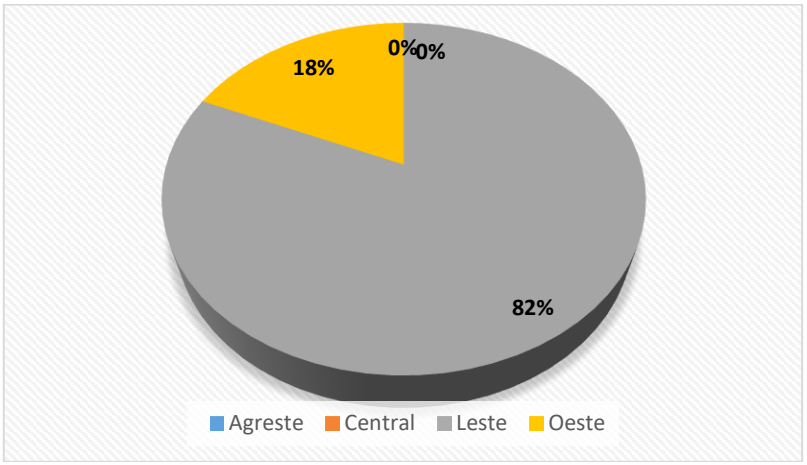
10.1.3.1 Aspectos Gerais.

Figura 77 - Gov. Itamar: Relação mesorregião RN x Área desapropriada.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

Figura 78 - Gov. Itamar: Relação mesorregião RN x Número de famílias.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

A Tabela 05[220] e as figuras 77 e 78 expõem o somatório de terras desapropriadas no período: 11.034,70 ha, para um total de 413 famílias. A principal contribuição ficou por conta do assentamento Zabelê, localizado em Touros, na mesorregião Leste Potiguar. Não houve criação de assentamentos rurais nas mesorregiões Central e Agreste Potiguar.

10.1.3.2 Aspectos Sociais/Agentes.

No Governo Itamar permaneceu a mesma dinâmica do governo anterior, com a ampliação da atuação dos movimentos sociais do campo - principalmente o MST - enquanto agente requerente por desapropriação de imóveis rurais no estado, em conjunto com os sindicatos rurais; setores progressistas da Igreja Católica; e os trabalhadores rurais sem terra.

No que diz respeito à prática da produção do desenho do habitat de reforma agrária, um novo elemento é acrescido: a assessoria técnica do GERAH/UFRN. Porém, ainda de modo informal e não sistemático, apenas como consultoria ao Zabelê.

[220] Ver Apêndice: Tabela 05 – Governo Itamar: Aspectos Gerais (página 499).

10.1.3.3 Aspectos Físicos/Espaciais.

Não há genótipos. Os dois assentamentos criados corresponderam a situações peculiares e distintas entre si.[221]

Escala do Assentamento.

Quantidade de Habitat, Localização e Modo de Acesso.

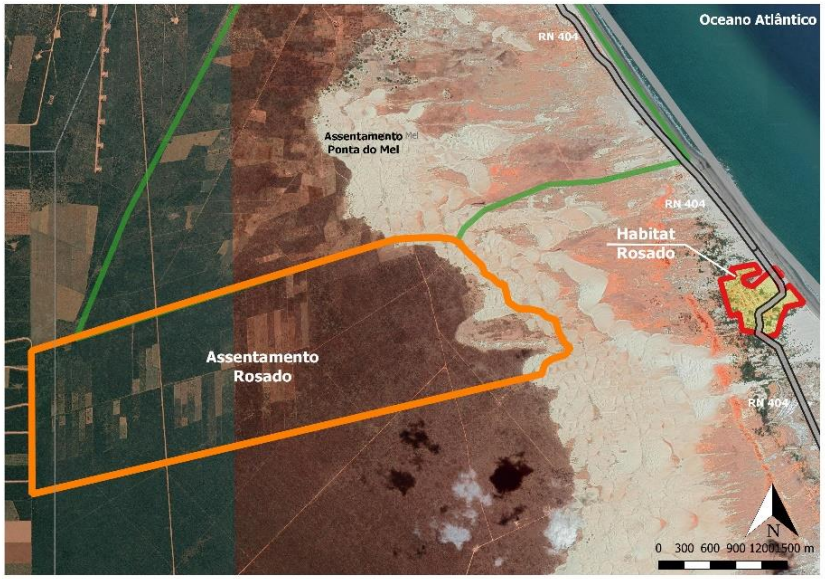
O Rosado registra desenho do assentamento e do habitat. Porém, confeccionado posteriormente à sua conflituosa trajetória para a materialização no espaço físico.

Trata-se de um dos poucos assentamentos rurais do RN localizados em ambiente costeiro, constituído por sujeitos que habitam a região há cerca de 200 anos, conforme documentos oficiais. No decorrer das décadas de 1980 e 1990, esta comunidade entrou em conflito com o proprietário da área adjacente ao local que habitavam - atual assentamento rural. Em 1991 esses desentendimentos resultaram na morte de uma das lideranças dos trabalhadores – Sebastião Andrade de Lima – episódio que repercutiu bastante à época. Para apaziguar a

[221] Seguindo a sistemática empregada, optou-se em expor o assentamento Rosado de modo sintético e aprofundar a análise para o Zabelê.

conjuntura, a propriedade em questão foi desapropriada. Como o local onde a comunidade já habitava estava fora dos limites do assentamento, mas adjacente a esse, houve uma negociação entre o Estado e o proprietário, resultando na cessão de uso dessa área para os assentados. Assim, o assentamento Rosado constitui situação singular no RN: é o único cujo habitat concentrado está localizado fora do assentamento, com acesso por rodovia estadual, numa área próxima à faixa de praia (ver figura 79).

Figura 79 - Implantação do Rosado (Porto do Mangue/Areia Branca).



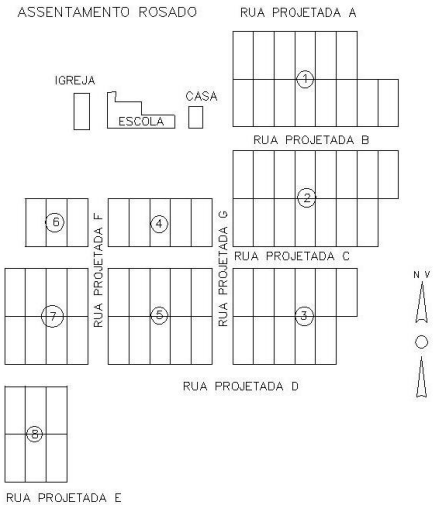
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Escala do Habitat.

Tipologias e Uso do Solo (componentes do habitat).

A tipologia do desenho do habitat do Rosado não se enquadra nas categorias da classificação empregada. Percebe-se que ele foi se moldando às circunstâncias estabelecidas, consolidando-se ao longo do tempo. Os documentos oficiais do INCRA – desenhos e processo administrativo – reproduzem a regularização fundiária posterior da situação existente. São ilustrados os lotes de moradia (13x30 m) e a área coletiva para equipamentos comunitários sociais e de serviço (ver figura 80).

Figura 80 – Tipologia do habitat do Rosado (Porto do Mangue/Areia Branca).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

10.1.3.4 Materialidade do Campo Empírico: Zabelê.

Identificação.

Localizado entre os municípios de Touros, Pureza e João Câmara, o assentamento Zabelê foi criado em 21/12/1993, com a desapropriação de 10.042,33ha de terras, beneficiando 337 famílias. Único exemplar do conjunto da materialidade do campo empírico a possuir três habitats: Aracati, Cajá e Santo Antônio.

O imóvel que deu origem ao assentamento pertencia a uma grande empresa rural do estado, à época, importante produtora de sisal. Com o declínio desse produto no mercado nacional, a empresa faliu e o MST, junto com os trabalhadores rurais de diversas origens, principalmente das comunidades locais, ocupou parte da propriedade. Resultado de um processo envolto em violência, sua desapropriação representou um marco para a história da reforma agrária no RN.

Devido a essa notoriedade - suas dimensões físicas; sociais; importância histórica; dentre outros – a Superintendência do INCRA/RN tratou o assentamento Zabelê como prioridade. Assim, foi possível resgatar considerável quantidade de dados registrados, além dos relatos orais. Apesar da escassez dos recursos humanos, uma equipe foi designada exclusivamente para efetivá-lo, principalmente quanto aos seus aspectos físicos. Segundo narrativas, essas ações foram acompanhadas e fiscalizadas pelos mais variados agentes: MST; Sindicato dos trabalhadores rurais; Emater; entidades diversas - ligadas à Igreja Católica (CPT, SAR), cooperativas de assistência técnica; etc.

Processo de Efetivação do Desenho.

A partir da Palavra do Técnico do INCRA.

Os técnicos entrevistados foram aqueles que compuseram a equipe responsável pela execução do Zabelê – habitat e habitação - e que ainda atuam no INCRA/RN: os engenheiros agrônomos Barbosa e Marcílio (coordenador da equipe); o técnico agrícola Djalma Bandeira Gomes e o técnico em agrimensura Divino Estrela. Os dois primeiros lotados na Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento/Setor de Obtenção, e os dois últimos, na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor de Cartografia.

As atividades se desenvolveram logo após a desapropriação. A equipe do INCRA constantemente se reunia com os assentados, as lideranças do MST e o Sindicato para deliberar as ações. As reuniões aconteciam na área do acampamento das famílias, na proximidade do atual habitat

Aracati. As decisões eram tomadas no coletivo e de maneira democrática entre os agentes atuantes. Não houve imposição aos assentados. Pretendia-se alcançar as melhores opções.

Quanto ao habitat, os engenheiros agrônomos ficaram à frente das ações de planejamento e concepção do seu desenho. A opção por três núcleos visava distribuir as 337 famílias em toda a extensão do assentamento. O MST desejava que todos os assentados permanecessem juntos, em um único habitat, no centro geográfico do assentamento: atual Santo Antônio. Contudo, os técnicos do INCRA conseguiram convencê-los a mudar o entendimento, argumentando acerca das grandes distâncias que o habitat ficaria dos lotes de produção individual: em alguns casos se percorreria cotidianamente mais de 10 km (de ida e de volta).

Segundo os entrevistados, a localização final dos três habitats levou em consideração: os anseios dos assentados, a existência prévia de infraestrutura e equipamentos remanescentes. Assim, o Aracati ficou nas proximidades do acampamento e da "estrada do Aracati", onde já existia um poço com boa vazão de água e alguns galpões de produção, sendo habitado pelos beneficiários ligados ao MST e comunidades distantes. O Santo Antônio foi locado na área dos grandes galpões de produção, no cruzamento de duas importantes vias de circulação, recebendo os moradores de comunidades locais, como o Juá. Por sua vez, demarcou-se o habitat Cajá na área onde já existia um pequeno povoado de mesmo nome - com poço e escola - sendo ocupado por trabalhadores das mais diversas origens: das adjacências às cidades mais distantes, como Parnamirim.

A concepção do desenho e do parcelamento dos habitats foi uma atividade coletiva entre os técnicos da Cartografia; o engenheiro agrônomo Tarcísio[222]; os técnicos do governo do estado; e os assentados. Os primeiros afirmaram que quando chegaram ao campo para iniciar os trabalhos - no habitat Aracati - os assentados já apresentaram uma proposta de desenho, inclusive com as dimensões dos lotes de moradia: 50 m x 100 m. Coube a eles adaptá-la aos aspectos técnicos: topografia do terreno; possibilidade de alagamento; proximidade da infraestrutura.

Após as reuniões de planejamento e concepção do desenho, os técnicos da Cartografia partiram para a sua execução. Com instrumento de precisão e demarcação tipo Estação Total - empregando o método "medição ângulo e distância" - fizeram a locação dos piquetes dos vértices dos lotes de moradia. Os demais elementos – vias e áreas para equipamentos coletivos – advinham

[222] Técnico que também atuou no processo. Hoje trabalha no INCRA/Ceará.

com consequência dessa demarcação. Os assentados limparam o terreno, abriram as picadas e auxiliaram na fixação dos piquetes.

Quanto à habitação, sua efetivação foi coordenada pelos técnicos do governo estadual, provenientes de um termo de cooperação que o INCRA firmara à época. Assim, competia à autarquia a liberação dos recursos financeiros e as atividades burocráticas do processo, enquanto que o acompanhamento técnico ficou a cargo dos profissionais do governo estadual. O projeto arquitetônico utilizado era de autoria do INCRA. A construção foi realizada pelos próprios assentados, em regime de autoconstrução, com supervisão dos técnicos cooperados.

A partir da Palavra dos Representantes dos Assentados.

O processo de efetivação do desenho do habitat na versão dos assentados foi narrado pelos representantes de cada um dos três habitats. As entrevistas foram realizadas separadamente. No Aracati a conversa foi com o sr. Galdino, à época da desapropriação uma das lideranças responsáveis pela mobilização da comunidade para a luta pela terra. No Cajá, com o assentado Jhonas. Já no Santo Antônio, com o Sr. Damião Teixeira da Silva - conhecido como "Coroa" - também liderança e um dos responsáveis pela conquista do assentamento. Todavia, apesar da atual distribuição, à época do processo de efetivação do habitat todos estavam no mesmo acampamento, vivenciando e compartilhando histórias semelhantes. Assim, as falas foram compiladas num relato único, destacando seus interlocutores.

Segundo "Coroa", quando da ocupação da terra, os trabalhadores que pleiteavam a área, sobretudo os das localidades adjacentes - Juá, Taipu, Santa Luzia, Pureza - se organizaram com o auxílio do Sindicato e do MST, este último sendo o principal impulsionador. O processo se fez repleto de embates com o proprietário do imóvel: ocupações; reintegrações de posse; e muita resistência. Na ocasião da ocupação montaram o acampamento na área do atual habitat Aracati, devido ao acesso facilitado pela "estrada do Aracati" e a existência de um poço. Neste período pouco discutiam sobre os aspectos físicos do futuro habitat. A preocupação maior era com a luta para conquistar a terra. De acordo com "Coroa" e Galdino, a desapropriação aconteceu em 1993, havendo uma cerimônia para a entrega "do papel" com a participação do INCRA e de vários políticos.

Logo após iniciaram o processo de concepção do desenho do habitat, com a participação dos agentes atuantes: "técnicos do INCRA, assentados, lideranças do MST, pessoal do Sindicato".

Primeiro foi feita a seleção das famílias. Do total de 470 famílias acampadas, foram selecionadas 337, que equivalia à capacidade do assentamento: "a prioridade foi dada às famílias do município da terra desapropriada".

Para a localização do habitat afirmaram que a ideia inicial das lideranças do MST - que tinham vindo dos estados do Sul - era que as famílias permanecessem num único habitat: o Aracati. Contudo, os trabalhadores que já habitavam a região não concordaram, pois ansiavam permanecer próximos às localidades de origem - o Juá e o Cajá. Assim, em decisão coletiva, as famílias foram divididas em três áreas: "eram três propriedades: Aracati, Santo Antônio e São Marcos. O Cajá o nome é São Marcos... o Aracati já tinha prioridade lá. Tinha uma casa de farinha... umas casas... o poço... plantação de cajueiro... No Santo Antônio tinha só pau e mato... mas era próximo do Juá... 12 km... o Cajá já tinha umas famílias que morava lá próximo... nós conhecia tudo... medimos a Zabelê todinha". O critério de distribuição condicionou: 113 famílias mais ligadas ao MST e das comunidades adjacentes ao habitat Aracati; 107 famílias que habitavam na comunidade Cajá e proximidades ao habitat Cajá; 117 famílias do Juá e adjacências ao habitat Santo Antônio.

Quanto à escolha da tipologia do desenho do habitat, por sugestão dos técnicos do INCRA, optaram pelo concentrado, justificado pela facilidade e menor custo com a implantação da infraestrutura básica, principalmente água e energia elétrica.

Em relação à concepção do projeto do habitat, mencionaram que os desenhos dos três habitats foram propostos pelos próprios assentados, concebidos e discutidos entre eles, e acatados pelos técnicos do INCRA. "O pessoal do INCRA mandava a gente fazer tudo... eles mandavam (...) quando eles chegavam aqui, *tava* tudo prontinho". Complementa-se a fala do representante do Santo Antônio: "eu peguei num papel lá em casa... peguei e medi como esse aqui... aqui são 1.000m^2... aí eu medi aqui... tirei aqui... como *seje* aqui... a minha é o fundo da agrovila... aí eu medi aqui... o INCRA só queria 30x50... sabe... as agrovilas... aí como a terra era grande... aí eu medi 50x100... aí eu medi aqui olhe... fiz essa avenida... aqui é uma avenida só... aqui fiz uma entrada... sabe... aí tem mais duas entradas por acolá: no fundo e por acolá... aí eu peguei em casa uma régua assim... um lápis... medindo... só medindo, medindo... quando cheguei aqui... aqui cabe 117 famílias... medi... esquadrei aqui tudinho e fui para o INCRA... aí cheguei no INCRA... Aí *cumpadre* Marcilio mas Zé Maria e Graça Arruda disseram: quem foi que

fez aqui?... Aí eu disse: eu!... como você fez isso aqui? Aí eu disse: fazendo rapaz! Eu nasci para ser burro? (...) Aí quando chegaram aqui que eles mediram tudinho... aí disseram: rapaz, esse condenado dar para ser engenheiro... do jeito que eu fiz *tá* aqui, olhe (...) pelo INCRA era 10m de avenida... eu coloquei 30m". Por sua vez, pouco citaram sobre as proposições para a área dos equipamentos comunitários sociais e de serviço.

Os entrevistados afirmaram que a execução do habitat aconteceu logo na sequência. Quando os técnicos da cartografia do INCRA vieram para implantar o desenho, o projeto dos três habitats já estava pronto e as respectivas áreas desmatadas e limpas pelas próprias famílias assentadas: "*desmatemo* tudinho... *arranquemo* tudinho... foi todo mundo desmatando aqui". Os técnicos da autarquia permaneceram por um longo período de tempo executando o serviço de demarcação dos habitats.

No que diz respeito à habitação, o procedimento foi semelhante: participativo, com protagonismo dos assentados, auxiliados pelos técnicos do INCRA e do governo do estado. Os primeiros responsáveis pela concessão e liberação do crédito habitação. Os últimos, pelo acompanhamento e fiscalização da construção. O processo aconteceu após a demarcação dos habitats e concomitantemente nas três áreas.

Os assentados pouco debateram para a concepção do projeto da habitação. Logo acataram a proposta do INCRA.

A construção da habitação aconteceu entre 1996 e 1997 e o recurso disponibilizado foi de R$ 2.500,00 por família.

O planejamento e organização da construção também foi conduzido pelos assentados. Auxiliados pelos técnicos do INCRA, fizeram a pesquisa de preço dos materiais nas lojas de material de construção das redondezas e até em Natal. Efetuaram a compra, assim como organizaram o seu recebimento. A construção durou menos de um ano e aconteceu por autogestão, porém de modo individual: cada assentado construiu sua própria habitação. Quanto à mão de obra, a prioridade era dos assentados. Somente era permitido apoio externo ao assentamento, quando a família não possuísse trabalhadores para tais atividades.

Desenho Resultante.

Escala I: Regional.

O assentamento Zabelê localiza-se a 120 km de distância de Natal e 25 km da sede de Touros, município no qual se insere a maior parcela de suas terras, pertencendo-o administrativamente (ver Mapa 14). Mais próximas estão as sedes de Pureza (20 km), Parazinho (17 km) e João Câmara (14 km), tendo os assentados

com este último a relação mais intensa. A rodovia RN-023 - um dos principais acessos à sede de Touros - margeia grande extensão do perímetro do assentamento. Um conjunto de vias vicinais não pavimentadas liga os três habitats a essa rodovia.

Na circunvizinhança existe forte concentração de outros assentamentos rurais. Encadeado ao seu perímetro tem-se: Chico Mendes, Serra Verde, Arizona, Colorado e Quilombo dos Palmares. Os três últimos também compunham o patrimônio do antigo proprietário da Zabelê. Constituíam um único empreendimento. Os habitats desse conjunto de assentamentos interligam-se a partir de uma rede de vias vicinais e secundárias não pavimentadas. Restringindo o olhar meramente aos aspectos físicos do mapa, funcionam como um único assentamento, com diversos habitats (ver Mapas 14 e 15). Porém, segundo os relatos dos entrevistados, os três habitats do Zabelê relacionam-se diretamente somente entre si e com o Quilombo dos Palmares: "Eles precisam mais da gente do que a gente deles".

Os moradores do Zabelê dispõem de acesso regular aos serviços de saúde e educação, contudo nem todos localizados no assentamento. No caso do atendimento à saúde, para as necessidades cotidianas recorrem a um posto de saúde no Quilombo de Palmares. O habitat Aracati possui um exemplar desse equipamento, no entanto, há tempos desativado. Para os casos mais graves, deslocam-se para a sede de Touros, onde existe Unidade Básica de Saúde (UBS), ou mesmo para a capital.

Os serviços de educação acontecem setorizados. Os três habitats possuem escola de nível fundamental. O ensino é complementado no Quilombo dos Palmares e na sede de Touros. Essa prefeitura disponibiliza transporte diário e nos dois turnos para o deslocamento dos alunos, fato observado na visita *in loco*.

No que diz respeito à comercialização da produção agropecuária, a relação dos assentados acontece entre os habitats em si; com o Quilombo dos Palmares; e com as sedes de Touros e João Câmara. Apesar de cada habitat possuir sua própria Associação de assentados, eles comercializam, de modo individual e por iniciativa própria, nas feiras desses municípios e na dominical do habitat Santo Antônio.

Escala II: Assentamento Rural.

A disposição espacial dos três habitats concentrados do Zabelê pode ser assim classificada: o Aracati e o Cajá situam-se na extremidade do assentamento (não perímetro e perímetro, respectivamente), enquanto o Santo Antônio localiza-se na quase centralidade, não exatamente no centro geográfico, porém,

MAPA 14 – Mapa do Assentamento Rural Zabelê:
Escala I - Regional.

MAPA 15 – Assentamento Rural Zabelê, Acessos e Adjacências.

próximo a este. Desse modo, encontram-se estrategicamente distribuídos em toda a extensão do assentamento. Os habitats são conectados entre si por vias vicinais não pavimentadas, existindo para cada um várias possibilidades de acesso (ver Mapa 16).

Quanto ao uso do solo, o desenho dispõe de: 337 lotes de produção individual; 7 áreas de produção coletiva; área de reserva legal; vias de circulação; e 3 habitats. Na visita *in loco* observou-se a existência de equipamentos remanescentes – galpões; casa de farinha -, porém, não registrados no desenho oficial.

A maioria dos lotes de produção individual segue formato similar a um retângulo alongado. As mudanças acontecem nos lotes limítrofes ao perímetro do assentamento, os quais se adaptam a este e às vias de circulação. Todavia, todos possuem áreas equivalentes a 25 ha. Segundo as famílias de cada habitat, a produção agropecuária é feita de modo individual, artesanal e durante o inverno - cultura de sequeiro: feijão, milho e macaxeira.

Apesar da distribuição proporcional, priorizando a relação entre o habitat e os lotes de produção individual, há diversidade de distâncias entre ambos. Alguns estão próximos, outros intermediários e outros ainda mais distantes, percorrendo-se cerca de 4 km (ida e volta) nos casos mais críticos (ver Mapa 16).

Quanto às áreas coletivas de produção, estas são exploradas, de modo individual, pelos assentados do habitat ao qual pertencem. Assim, ao Cajá vinculam-se as áreas coletivas 1 (23,25 ha) e 2 (31,35ha); ao Santo Antônio a 3 (50,21 ha) e a 4 (0,18ha) e ao Aracati 5 (10,57 ha), 6 (175,70 ha) e 7 (74,05 ha).

A área de reserva legal, além do conjunto de 584,90 ha registrado no desenho – área de cajueiro -, encontra-se dissipada em cada lote de produção individual. Segundo os assentados entrevistados: “ficou 5 ha do IBAMA no lote... nós trabalha em 20 e 5 ha é do IBAMA”. A comunidade busca sua preservação.

Conforme mencionado, as vias vicinais internas - que interligam os elementos do assentamento entre si e com os assentamentos adjacentes - equivalem uma vasta rede com 18 unidades representadas no desenho oficial. Percorrem toda a extensão do assentamento: sete no sentido longitudinal e as demais no transversal, perpendiculares às primeiras. Revestidas predominante com piçarra, há trechos em areia, onde o trânsito com veículos de grande porte torna-se penoso (ver Mapa 15).

De acordo com o ponto de vista dos representantes dos assentados, o desenho do Zabelê na escala do assentamento é classificado como positivo. De um modo geral, a justificativa

MAPA 16 – Assentamento Rural Zabelê: Escala II – Assentamento Rural.

utilizada consiste semelhante. Julgam que o modo de distribuição dos habitats favorece os assentados. Não consideram os percursos mais críticos longos, porque possuem recursos que facilitam o seu deslocamento: carroça, moto, dentre outros. Além de existir as vias de circulação que interligam o habitat aos lotes. Em contrapartida, os assentados que possuem condições financeiras findam construindo outra habitação no lote de produção.

Quanto aos aspectos técnicos do planejamento do território, corrobora-se com a classificação dos assentados, considerando que o desenho favorece o cotidiano deles. O modo como os três habitats foram distribuídos na extensão do assentamento buscou minimizar as distâncias entre estes e os lotes individuais de produção. Nos percursos mais críticos, as alternativas empregadas pelos assentados os minimizaram. Porém, nem todos detêm essas possibilidades. Assim, devido ao elevado número de famílias a quantidade de habitats poderia ser maior, o que contribuiria para diluir as distâncias. No mais, a rede de vicinais potencializa a relação interna entre os elementos do assentamento e também com o entorno imediato cotidiano.

Escala III: Habitat.

Os desenhos dos três habitats possuem a mesma tipologia ortogonal/tabuleiro. Quanto ao uso do solo são representados no projeto oficial do INCRA, apenas pelo perímetro, os lotes de moradia; área para os equipamentos comunitários sociais e de serviços e via de circulação, conforme Mapas 17, 18 e 19.

O habitat Aracati possui área de 59,62 ha. Na visita *in loco* pode-se perceber que ao desenho original foram realizadas alterações: uma das duas áreas coletivas para equipamentos comunitários foi substituída por lotes de moradia. Permaneceu a maior, que devido sua localização tem a possibilidade de ser ampliada, como efetivamente está acontecendo. Assim, o desenho final constitui um retângulo, medindo em torno de 885 m x 725 m. Este se subdivide em 17 quadras: nas extremidades encontram-se as menores - duas medindo 200 m x 100 m e quatro com 250 m x 100 m; as centrais são oito com 250 m x 200 m; e uma com 200 x 400 m, onde se localiza a área coletiva e quatro lotes de moradia. Essas quadras são delimitadas por oito vias de circulação: cinco transversais e paralelas entre si; e três longitudinais, também paralelas entre si, dentre as quais a via principal de acesso ao habitat: Estrada do Aracati. Todas com 30 m de largura. O percurso mais desfavorável entre lote de moradia e área dos equipamentos compreende 1.000 m (ver Mapa 17).

Já o habitat Cajá tem área total de 64,58 ha, equivalendo a um desenho com formato retangular, de medidas aproximadas a 500 m x 1.400 m, configurado em 18 quadras - duas nas extremidades com 100 m x 500 m; 15 medindo 150 m x 200 m (equivalendo a seis lotes de moradia em cada); e três mais centralizadas, correspondendo à área para os equipamentos comunitários sociais e de serviços, tendo 60 m x 200 m. Este arranjo foi delimitado por um conjunto de dez vias de circulação - todas com 30 m de largura - sete paralelas entre si e seguindo na menor extensão do habitat, enquanto três, também paralelas, percorrem a maior dimensão. Dentre estas últimas, tem-se a principal via de acesso ao habitat. O percurso mais desfavorável entre um lote de moradia e a área de equipamentos corresponde aproximadamente 660 m (ver Mapa 19).

Por sua vez, o habitat Santo Antônio detém 59,62 ha em configuração retangular: 800 m x 1.050 m. Seu parcelamento interno é mais diversificado, se comparado aos outros dois habitats. As externas são: duas quadras medindo 100 m x 1.000 m (10 lotes de moradia) e mais duas com 200 m x 1.000 m, cuja metade equivale à área para os equipamentos comunitários sociais e de serviços (100 m x 1.000 m), todavia ocupada, de modo autorizado, por habitações dos filhos dos assentados, segundo o entrevistado. Oito quadras têm medidas iguais a 500 m x 200 m. Em uma destas, encontra-se a terceira e menor área coletiva: 150 m x 100 m, esta, porém, edificada. Totalizam, assim, 12 quadras. Estas delimitadas por nove vias de circulação com 30 m de largura: cinco percorrendo a menor extensão do habitat, sendo paralelas entre si, e as outras quatro, também paralelas, delimitam a maior dimensão. Diferentemente dos demais, existem duas vias de acesso principal ao habitat: cada uma em um sentido, perpendiculares entre si. Neste habitat o percurso mais desfavorável entre lote de moradia e a área de equipamentos aponta a maior distância: 1.300 m (ver Mapa 18).

Em relação aos lotes de moradia a situação é equivalente nos três habitats: cada um mede 50 m x 100 m. Como principais usos têm-se a moradia e a produção familiar - plantio de macaxeira; feijão; batata; milho; frutas e criação de pequenos animais. De modo exploratório, como uso secundário, observou-se a moradia compartilhada (sobretudo de familiares) e atividades de prestação de serviço: mercadinhos; borracharia; panificadora; salão de beleza; bar; casa de show; etc. Os principais tipos edilícios são: habitação; equipamentos de apoio à produção (galinheiro; depósito); cisterna para consumo humano (16 mil litros). No habitat Cajá algumas famílias foram

MAPA 17 – Assentamento Rural Zabelê: Escala III – Habitat Aracati.

MAPA 18 – Assentamento Rural Zabelê: Escala III – Habitat Santo Antônio.

MAPA 19 – Assentamento Rural Zabelê: Escala III – Habitat Cajá.

beneficiadas com a cisterna "calçadão" (50 mil litros), disponibilizada pelo governo estadual há cerca de três anos, servindo à captação de água para a produção. Constatou-se que algumas famílias não utilizam toda a extensão do lote, mas o adaptam à sua realidade, conforme observado nas fotos 47 a 49.

Quanto à área para os equipamentos comunitários sociais e de serviço, todos os habitats apresentam situação peculiar. No habitat Aracati desponta como usos predominantes os encontros, a socialização e o lazer, sendo dos três a mais edificada. Assim, a comunidade tem à disposição: Igreja Católica, Igreja Evangélica, escola, praça sem manutenção e um posto de saúde desativado. Nas imediações - área coletiva de produção - existem equipamentos voltados à produção: uma casa de farinha e tanques para criação de peixes. Todavia, segundo o assentado entrevistado, atualmente não são utilizados pela comunidade, estando abandonados e sem manutenção (ver foto 50 e Mapa 17).

O habitat Cajá possui a maior área em extensão para equipamentos comunitários sociais e de serviços, esta contemplada por: o campo de futebol, a Igreja Católica, a casa de farinha e a Igreja Evangélica, ainda não finalizada. Assim, os usos predominantes correspondem aos encontros, à socialização, ao lazer e à produção, conforme observado na foto 51 e Mapa 19.

Foto 47 - Lote de moradia do Aracati/Zabelê.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 48 - Lote de moradia do Cajá/Zabelê.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 49 - Lote de moradia do Santo Antônio/Zabelê.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 50 – Área para equipamentos coletivos do Aracati/Zabelê.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 51 - Área para equipamentos coletivos do Cajá/Zabelê.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Já no habitat Santo Antônio, apenas a menor das três áreas destinadas aos equipamentos comunitários sociais e de serviços é utilizada para esse fim. Com o uso predominantemente voltado aos encontros, à socialização, ao lazer e à comercialização, nela foram edificados: mercadinho/bar, Igreja Católica, Igreja Evangélica, casa de sementes (que atualmente funciona como sede da Associação), e escola. No mais, existe também uma área entre a Igreja Católica e o mercadinho destinada ao funcionamento da feira dominical (ver foto 52 e Mapa 18).

Foto 52 - Área para equipamentos coletivos do Santo Antônio/Zabelê.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 53 - Posteamento e vias de circulação do Santo Antônio/Zabelê.

Fonte: Acervo da autora (2018).

No que diz respeito à infraestrutura básica, a situação é semelhante nos três habitats. O abastecimento d'água desde 2008 acontece por adutora, apesar dos poços ainda estarem em funcionamento, como o do Aracati. A energia elétrica foi instalada à época da implantação do assentamento, a iluminação pública, posteriormente. Destaque para o modo peculiar do posteamento do Santo Antônio: no eixo central das vias de circulação, que não são pavimentadas (ver foto 53). Não existe coleta ou tratamento disponibilizado ao lixo. A maioria dos assentados o queima ou o abandona em locais não apropriados.

Quanto à classificação do desenho do habitat pelos representantes dos assentados, apesar de distintos, o modo de expressar o resultado foi semelhante: categorizaram como positivo. Afirmaram que todos os aspectos são bons: os lotes de moradia ficaram perto da área de equipamentos coletivos, os quais consideram centrais - especialmente o representante do Cajá - e as ruas possuem grandes dimensões. Para eles, essa configuração favorece a vida cotidiana deles, pois conseguem plantar e criar pequenos animais no lote de moradia, além de

haver socialização entre as famílias assentadas, ao mesmo tempo que privacidade, enaltecida pelo representante do Aracati.

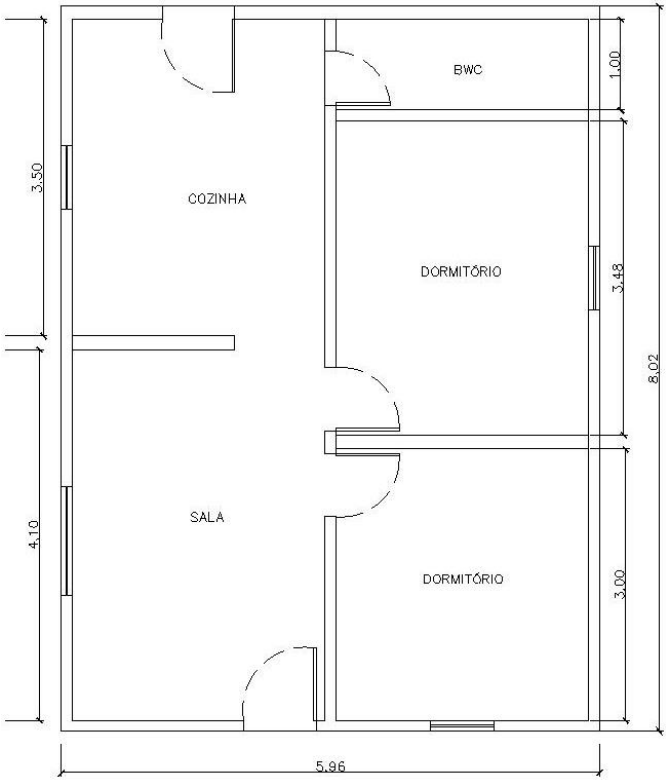
Quanto aos aspectos técnicos da arquitetura, de certo modo valida-se o dito pelos assentados: a morfologia do habitat favorece a vida cotidiana da comunidade. Porém, com algumas ressalvas. No Aracati e Cajá as áreas de equipamentos coletivos poderiam ser mais centralizadas, minimizando o percurso mais desfavorável ao lote de moradia. Todavia, este não constituiu um problema para os assentados. No mais, destaca-se a apropriação que alguns assentados fizeram, construindo habitações no lote de produção, modificando, assim, a tipologia original do habitat para o misto: coexistindo o habitat concentrado e o disperso.

Todavia, em todos os habitats observou-se a necessidade de mais equipamentos que propiciem lazer e encontros aos moradores da comunidade, sejam eles jovens, adultos e idosos, como praças, quadra de esporte, dentre outros, assim como acréscimo de áreas arborizadas, sobretudo com espécies nativas.

Escala IV: Habitação.

Para a habitação, a situação é semelhante para os três habitats. Como mencionado, estas foram construídas no mesmo período, logo após a desapropriação. Fez-se uso do projeto padrão (modelo 02) empregado pelo INCRA à época, de autoria desconhecida, o mesmo utilizado no Lagoa do Xavier. Com dimensão aproximada de 6 m x 8 m, possui configuração simples: retângulo dividido em sala (2,77x 4,10 m); cozinha (2,77 x 3,50 m); 2 dormitórios (2,77 x 3,00 m e 2,77 x 3,50 m) e 1 banheiro (1,00 x 2,77 m), com acesso pela cozinha (ver figura 81).

Figura 81 - Planta baixa da habitação original do Zabelê.



Fonte: Acervo INCRA/RN.

Similarmente, nos três habitats a solução para o saneamento da habitação acontece por meio de fossa, localizada na parte de trás do lote, executada em conjunto com a habitação.

No mais, percebe-se que não houve preocupação com a locação da habitação em relação ao sol poente/nascente e os ventos dominantes. Segundo o entrevistado no Santo Antônio, consistia regra do INCRA não alterar a posição da habitação na implantação, não podendo adaptá-la em relação à insolação.

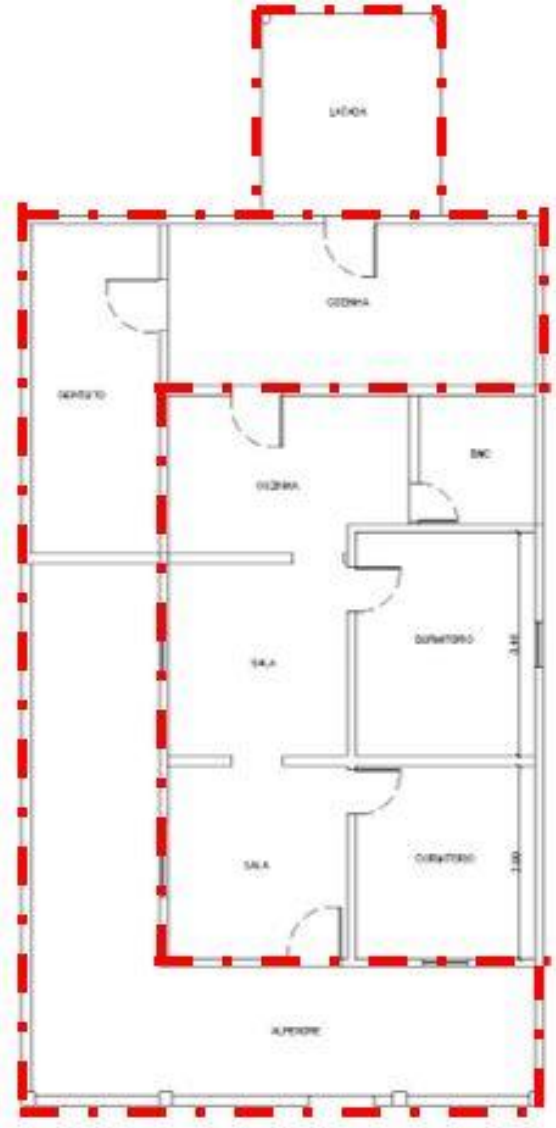
Quanto à realização de reformas e ampliações estas também se processaram nos três habitats. De acordo com os entrevistados, inicialmente, quando possível e com recursos próprios, cada família ia adaptando a habitação às suas necessidades. Posteriormente - 2007 a 2008 - cada habitat foi contemplado com a modalidade "Recuperação/Materiais de Construção" do Crédito Instalação, momento em que as famílias aprimoraram suas habitações e o seu grau de apropriação. Quem tinha condições, complementava os recursos disponibilizados.

No habitat Aracati os principais acréscimos foram: alpendre frontal, cozinha auxiliar, e área de serviço. Um bom exemplo consiste na habitação do assentado entrevistado. Com o acréscimo de um depósito e da cozinha auxiliar, a já existente foi transformada em sala de jantar (ver figura 82 – os acréscimos foram representados com tracejado vermelho - e fotos 54 e 55).

Já no habitat Cajá lista-se como principais acréscimos: alpendre frontal e ao redor da casa, cozinha auxiliar, área de serviço, e mais um dormitório. A habitação do assentado entrevistado representa bem o constatado (ver figura 83). No mais, incluiu a garagem em uma das laterais da habitação, que há pouco tempo foi reformulada, funcionando como habitação provisória para a família do filho (essas alterações foram representadas com tracejado vermelho na figura 83), enquanto que este constrói a sua definitiva em assentamento nas adjacências (ver fotos 56 e 57).

Por fim, no habitat Santo Antônio os principais acréscimos foram: alpendre frontal, cozinha auxiliar e área de serviço. Para exemplificar, tem-se a habitação do assentado entrevistado ilustrada na figura 84 (as alterações foram simbolizadas em tracejado vermelho). Além dos acréscimos citados, também fez mais um dormitório, ampliou o alpendre frontal para as laterais da habitação, trocou as esquadrias e colocou cerâmica em todos os cômodos da habitação (ver fotos 58 e 59).

Figura 82 - Planta baixa de uma habitação reformada no Aracati.

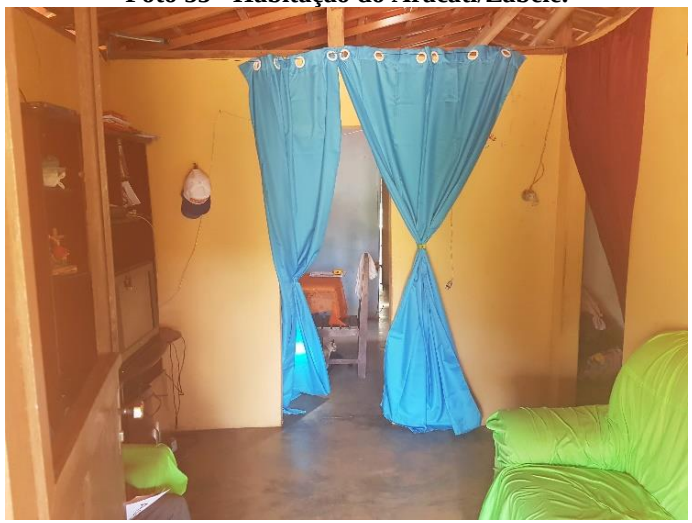


Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento *in loco* (2018).

Foto 54 - Habitação do Aracati/Zabelê.

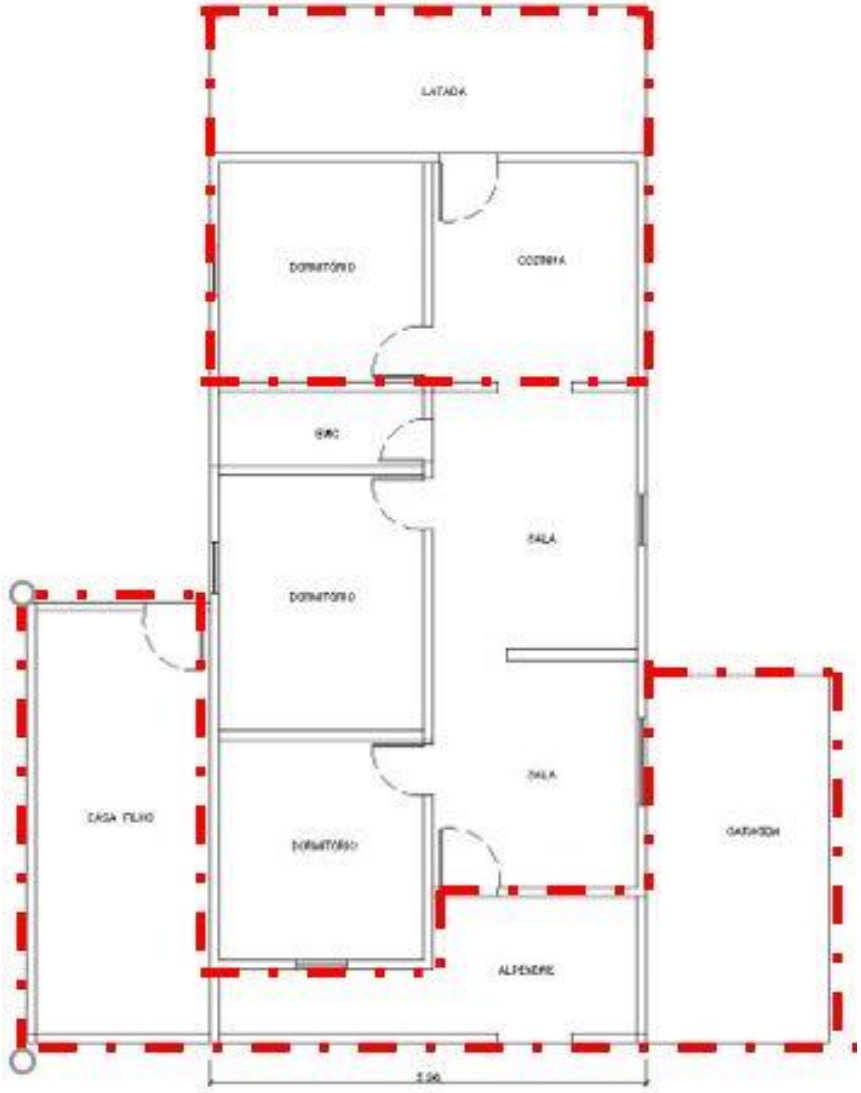
Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 55 - Habitação do Aracati/Zabelê.



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 83 - Planta baixa de uma habitação reformada no Cajá.



Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento *in loco* (2018).

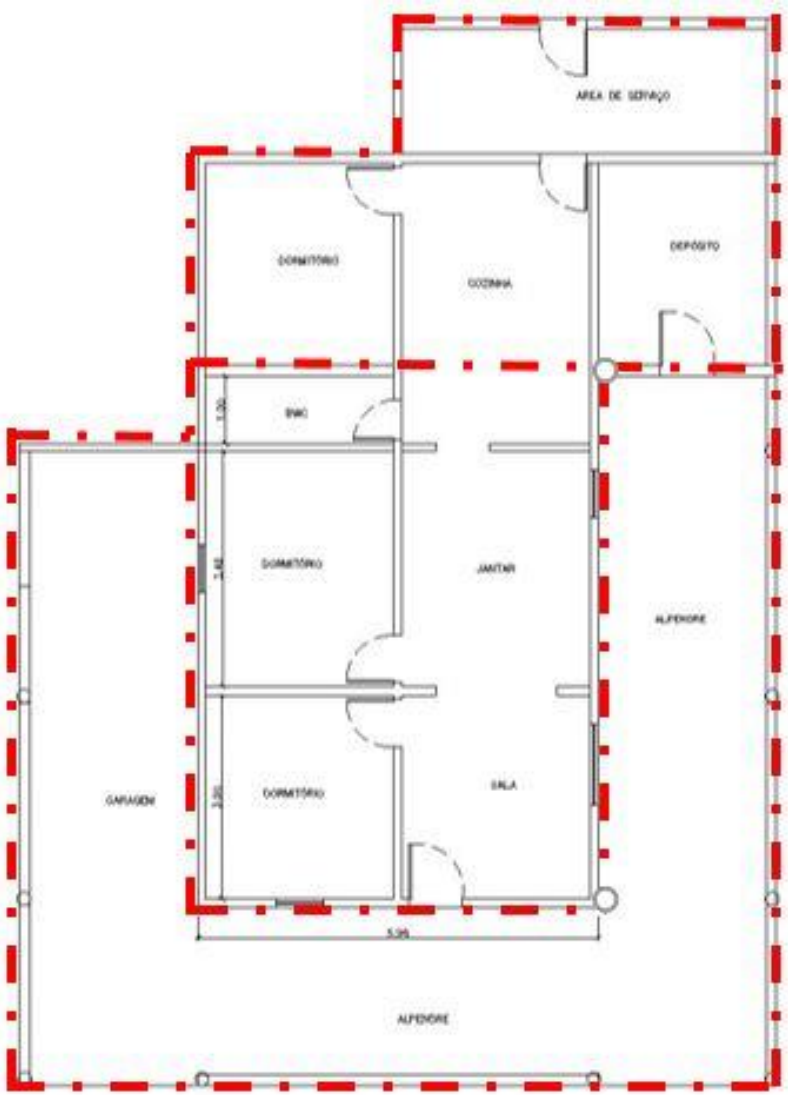
Foto 56 - Habitação do Cajá/Zabelê.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 57 - Habitação do Cajá/Zabelê.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 84 - Planta baixa de uma habitação reformada no Santo Antônio.

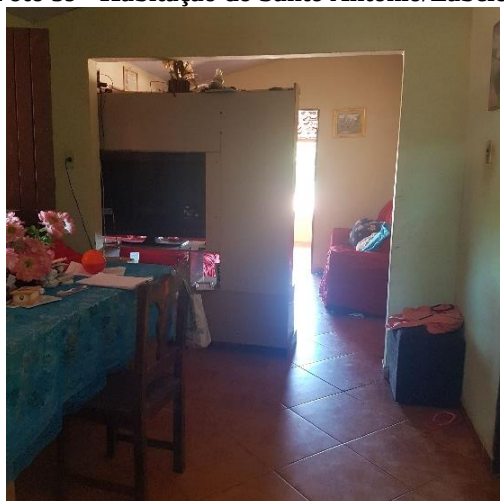


Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento *in loco* (2018).

Foto 58 - Habitação do Santo Antônio/Zabelê.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 59 - Habitação do Santo Antônio/Zabelê.



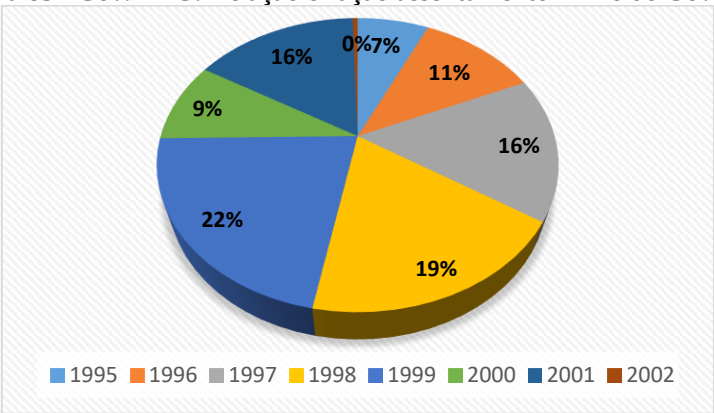
Fonte: Acervo da autora (2018).

MAPA 20 – Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais criados no Governo FHC.

10.1.4 Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

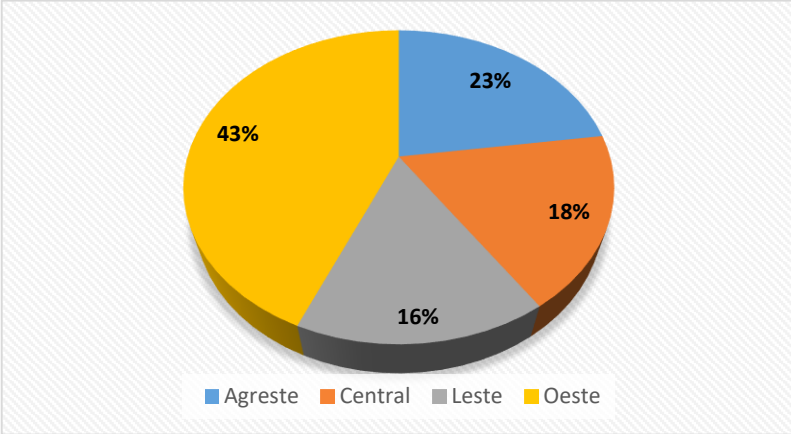
Em contraponto ao governo anterior, nos oito anos em que Fernando Henrique Cardoso esteve no poder ocorreu a criação de 70% dos assentamentos rurais do RN: um total de 202 (ver Mapa 20). Representa, assim, um universo amplo e diverso, repleto de números grandiosos. Somente em dois anos – na transição do 1º (1998) para o 2º mandado (1999) - foram criados 82 assentamentos rurais, equivalendo a 30% do total existente no estado. Pela primeira vez aconteceram assentamentos distribuídos em todo o território, contemplando, concomitantemente, as quatro mesorregiões (ver figuras 85 e 86).

Figura 85 - Gov. FHC: Relação criação assentamento x Ano do Governo.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

Figura 86 - Gov. FHC: Relação mesorregião RN x Nº Assentamentos.



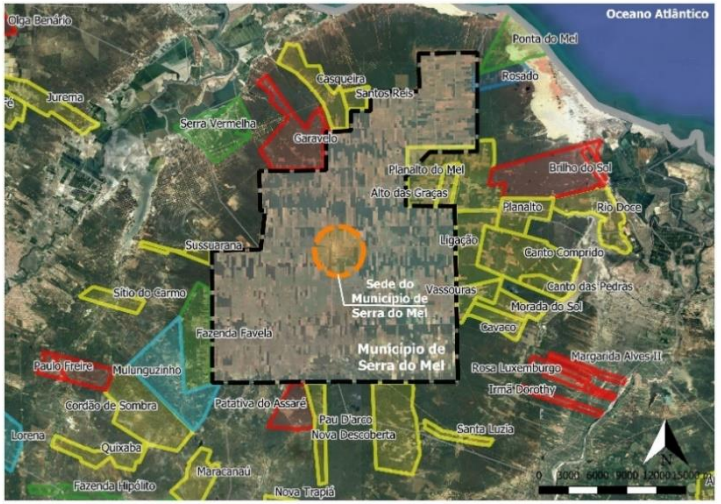
Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

Destaca-se a pluralidade dos assentamentos concebidos. Em 1998 implementou-se uma experiência do projeto casulo: o Canto de Varas (município de Apodi), com 19,36 ha e contemplando 15 famílias. Equivale a uma modalidade especial de assentamento, que estabelecia o mínimo em dimensões e quantidade de famílias. Similarmente, também se formaram os menores assentamentos rurais de reforma agrária, em área - Barreto (1999) com 174,40 ha e 12 famílias – e em número de famílias - 07 de junho (1995) com 226,50 ha e 8 famílias – ambos no município de Bento Fernandes. O maior assentamento do período – em extensão e em número de famílias - correspondeu ao Lagoa Nova I (Riachuelo/Bento Fernandes/Santa Maria), com

7.234,19 ha, implementado em 1998 para um total de 240 famílias. No entanto, não se configurou como o maior do estado.

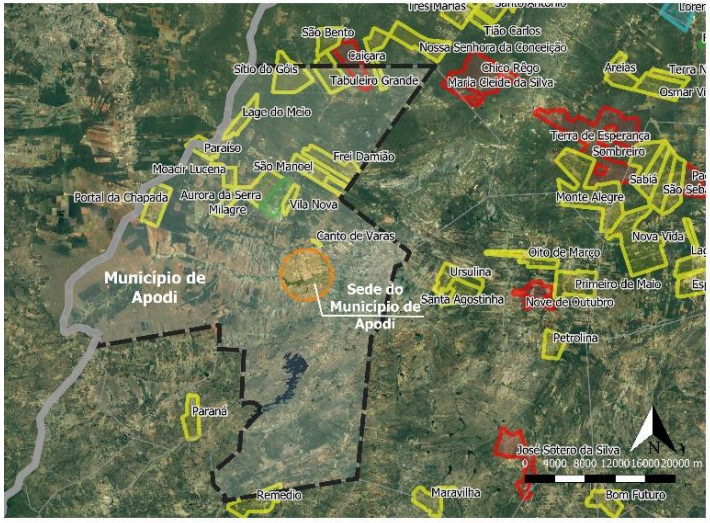
Esse governo corresponde, também, ao período de formação dos grandes conglomerados de assentamentos. Estes se referem a um conjunto de assentamentos fisicamente adjacentes ou bem próximos, desapropriados em intervalo temporal equivalente. Alguns são os exemplos, todos localizados na mesorregião Oeste Potiguar. Três conglomerados possuem oito assentamentos: i) nas adjacências do antigo projeto de colonização Serra do Mel - Planalto do Mel (Porto do Mangue/1995), Canto Comprido (Carnaubais/1995), Planalto (Porto do Mangue/1996), Cavaco (Carnaubais/1997), Alto das Graças (Porto do Mangue/1998), Rio Doce (Porto do Mangue/1999), Morada do Sol (Carnaubais/1999), Canto das Pedras (Carnaubais/1999) (ver figura 87); ii) em Apodi - Vila Nova (1997), Frei Damião (1997), Aurora da Serra (1997), Milagre (1997), São Manoel (1998), Moacir Lucena (1998), Laje do Meio (1998) e Sitio do Góis (1998) (ver figura 88); iii) em Upanema - Esperança (1996), Nova Vida (1996), Monte Alegre (1998) e Salgado, Sombreiro, Sabia, São Sebastiao III e São Manoel II, estes últimos cinco em 2001 (ver figura 89).

Figura 87 - Conglomerado assentamentos adjacentes à Serra do Mel.



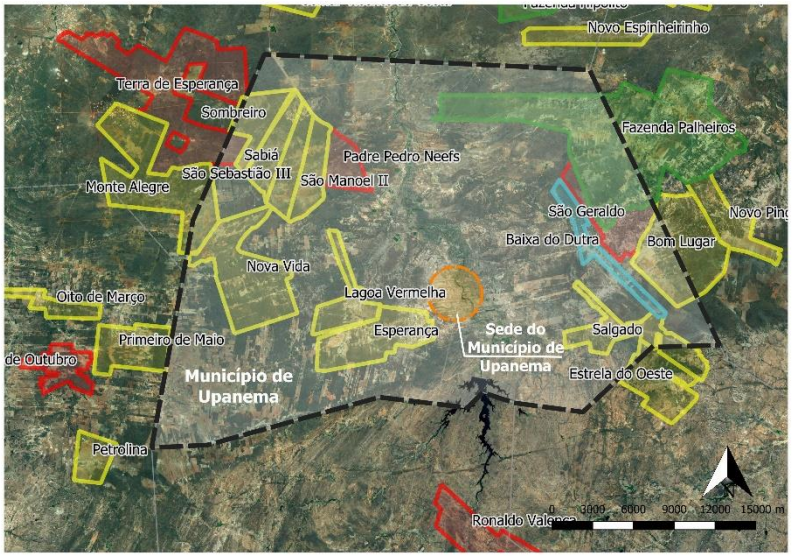
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 88 - Conglomerado de assentamentos no município de Apodi.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

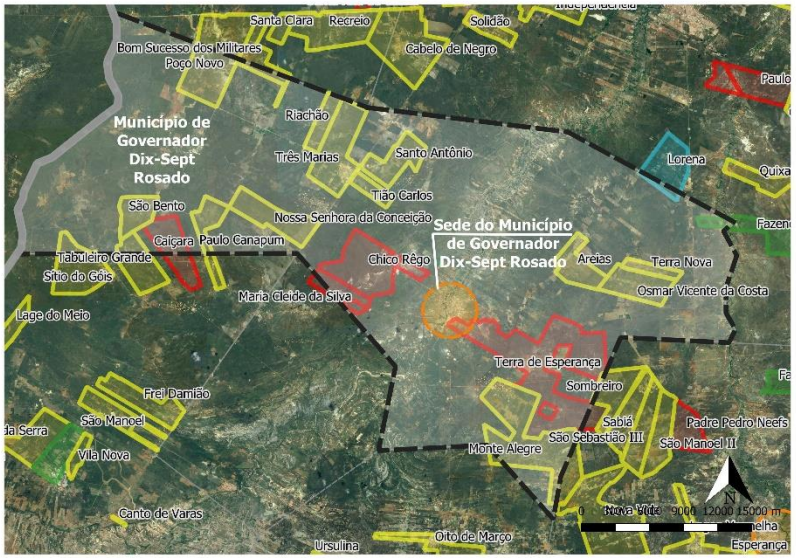
Figura 89 - Conglomerado de assentamentos no município de Upanema.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

No município de Governador Dix-Sept Rosado são quatro assentamentos circunvizinhos: Três Marias (1997); Riachão (1997); Santo Antônio (1998); e Tião Carlos (1999) (ver figura 90). Todavia, o maior conglomerado possui 14 assentamentos, inseridos entre Mossoró, Baraúnas e Upanema: Cabelo de Negro (Mossoró/1995); Independência (Mossoró/1995); São José (Mossoró/1996); Santa Clara (Baraúna e Upanema/1996); Recreio (Mossoró/1996); Poço Novo (Baraúna/1997); Bom Sucesso dos Militares (Baraúna/1998); Fazenda Nova (Mossoró/1998); Solidão (Mossoró/1999); Vinght Rosado (Mossoró/1999); Santa Elza (Mossoró/2000); São José II (Mossoró/2000); Barreira Vermelha (Mossoró/2001); e São Cristóvão (Mossoró/2001) (ver figura 91).

Figura 90 - Conglomerado de assentamentos no município de Governador Dix-Sept Rosado.

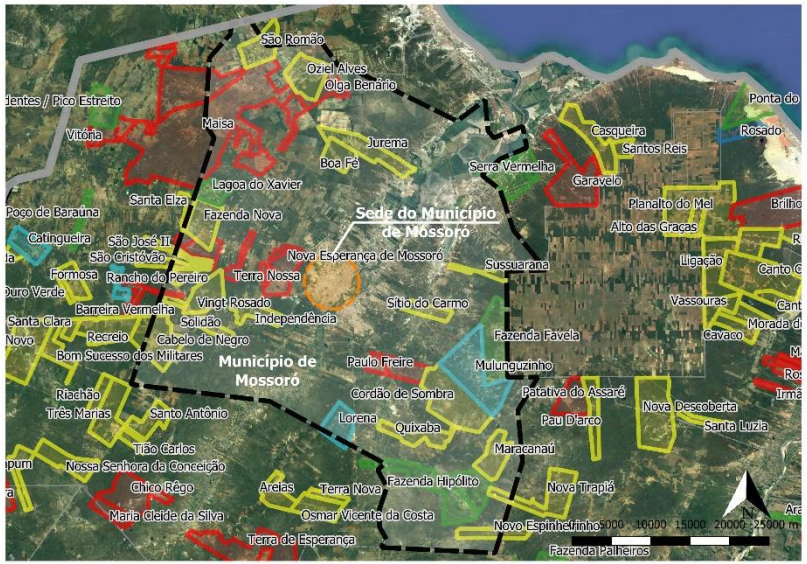


Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

No mais, o início do Governo FHC coincide com a continuidade das atividades de assessoria técnica na área de Arquitetura e Urbanismo promovidas pelo GERAH/UFRN. De modo mais efusivo, em 1995 o Grupo assessorou o planejamento e concepção do habitat dos assentamentos Terra, Trabalho e Liberdade (Bento Fernandes) e Santa Terezinha (João Câmara).

No fim do período (2002) as ações foram retomadas nos ainda acampamentos Margarida Alves (Macaíba) e Maria da Paz (João Câmara). Porém, somente consolidadas no governo posterior.

Figura 91 - Conglomerado de assentamentos entre os municípios de Mossoró, Baraúnas e Upanema.

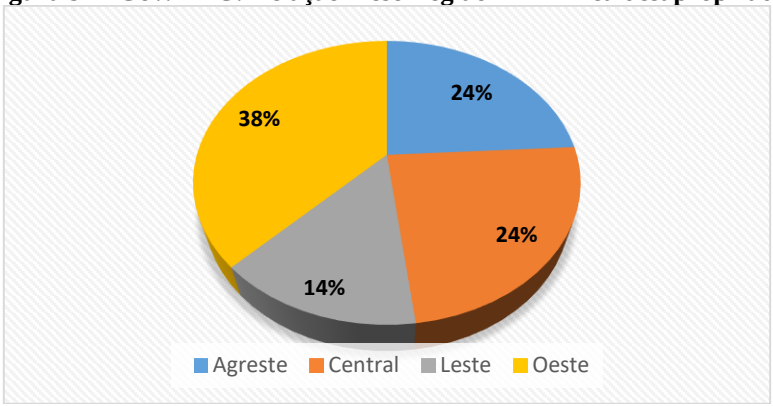


Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

10.1.4.1 Aspectos Gerais.

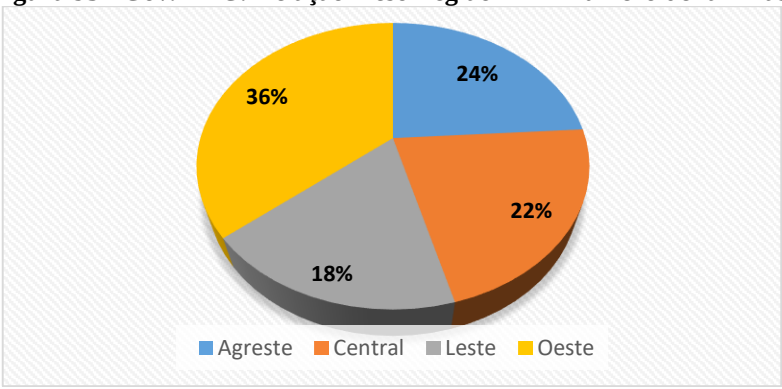
As figuras 92 e 93 e a Tabela 06[223] ilustram os quantitativos efetivados pelo Governo FHC: 330.592,89 ha de terras desapropriadas para o benefício de 13.367 famílias. Os valores mais elevados permanecem na mesorregião Oeste Potiguar: 78.180,20 ha em 88 assentamentos rurais. O município de Mossoró contempla a maior cota: 28.443 ha distribuídos em 8 assentamentos rurais de reforma agrária.

Figura 92 - Gov. FHC: Relação mesorregião RN x Área desapropriada



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

Figura 93 - Gov. FHC: Relação mesorregião RN x Número de famílias.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

[223] Ver Apêndice: Tabela 06 – Governo FHC: Aspectos Gerais (página 500).

10.1.4.2 Aspectos Sociais/Agentes.

Quanto aos agentes requerentes por desapropriação de imóveis rurais no RN, no Governo FHC consolidou-se a atuação dos movimentos sociais do campo, sobretudo o MST, que se tornou o principal impulsionador. Os setores progressistas da Igreja Católica passaram a ocupar um papel menos relevante. Esse período correspondeu ao de maior ocorrência de ocupações de terra, havendo a participação ativa dos trabalhadores rurais.

No que diz respeito à prática da produção do desenho do habitat de reforma agrária, o GERAH/UFRN - enquanto assessoria técnica - ampliou a sua atuação, desenvolvendo os primeiros trabalhos de modo oficial e sistematizado.

10.1.4.3 Aspectos Físicos/Espaciais.

Existência de Desenho.

A ausência de informações gráficas acerca dos desenhos dos habitats ainda persistiu, sobretudo, para a produção realizada entre os anos de 1995 a 1999. Em 102 dos assentamentos rurais criados (50,49%) obteve-se o projeto/peça técnica dos habitats, com o desenho completo nas duas escalas analisadas: do assentamento e do habitat[224]. Para 114 habitats (do total de 237) somente o perímetro foi representado. Em 11 assentamentos não se logrou informação relacionada à escala do habitat.

Escala do Assentamento.

Quantidade de Habitat.

Nos 191 assentamentos rurais nos quais foi possível catalogar os desenhos existem 237 habitats concentrados[225]. Não se registrou experiência de habitat disperso. O genótipo equivale a 1 unidade de habitat por assentamento – ocorrência em 159 dos assentamentos com informações (83,24%). No contraponto, apenas 2 assentamentos (1,04%) possuem mais de 4 habitats: Barbaço (Japi/1996) distribui suas 201 famílias em 5 habitats; e São Sebastião (Ielmo Marinho/1999) dispõem as 240 famílias em 4 habitats. Complementando: 21 assentamentos (10,99%) possuem 2 habitats e 9 assentamentos (4,71%) têm 3 habitats.

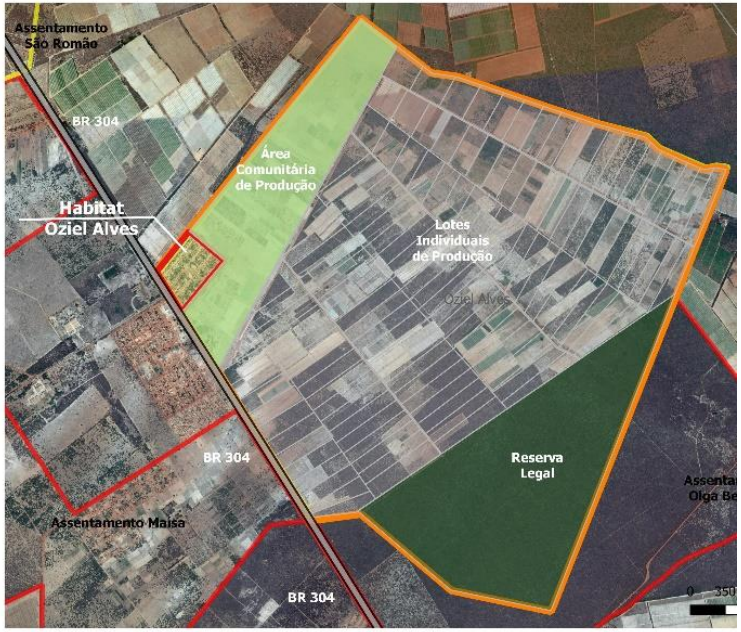
Localização

[224] Desses 102 assentamentos, 91 têm 01 habitat; 08 têm 02; 02 têm 03 e 01 tem 05, totalizando 118 habitats.

[225] Desenhos existentes na escala do habitat e/ou do assentamento. O quantitativo 191 equivale aos 202 assentamentos criados no período, excluindo os 11 nos quais não se obteve informações.

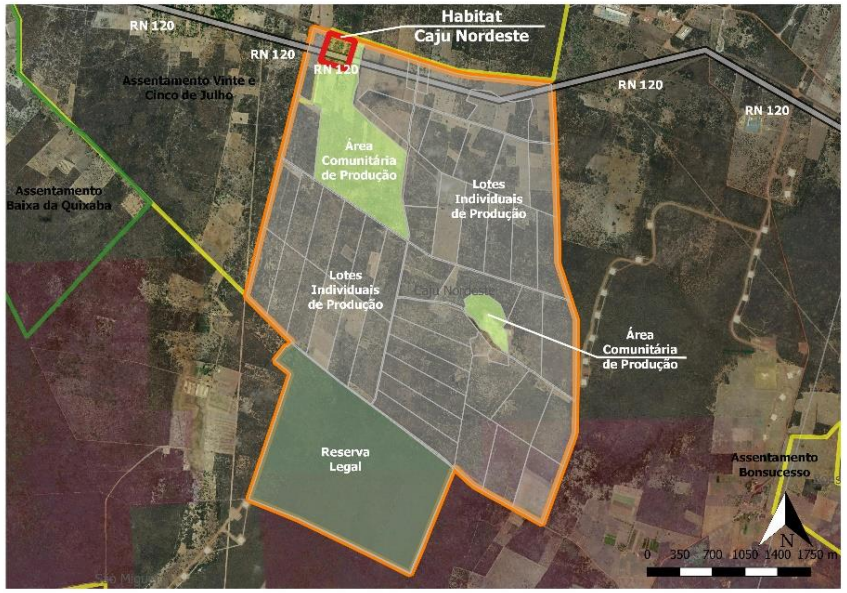
Apesar da amplitude dos números do Governo FHC - que contemplam todas as categorias estabelecidas - foi possível identificar um genótipo em relação à configuração da localização do habitat no assentamento: 124 dos habitats (52,32%) situam-se na extremidade – sendo 97 habitats extremidade/perímetro e 27 extremidade/não perímetro. Como exemplo, para o 1º caso há o Oziel Alves (Mossoró/2001) (ver figura 94) e para o 2º caso, o Caju Nordeste (São Bento do Norte/1998) (ver figuras 95).

Figura 94 - Localização do habitat do Oziel Alves (Mossoró).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

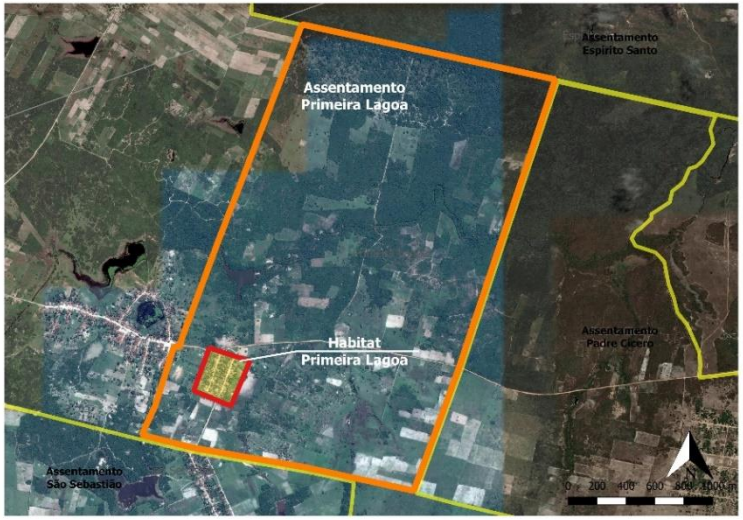
Figura 95 - Localização do habitat do Caju Nordeste (São Bento do Norte)



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

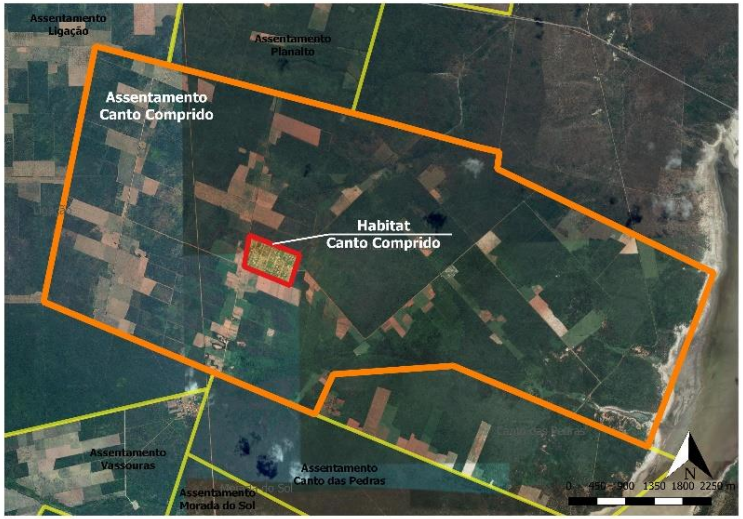
Complementando, 65 habitats (27,42%) classificam-se como intermediários, semelhante aos assentamentos Xoá (João Câmara/1996) e Primeira Lagoa (Ceará-mirim/2000) (ver figura 96). Por fim, 28 habitats (11,81%) são rotulados por central: Cabelo de Negro (Mossoró/1995) e Canto Comprido (Carnaubais/1995) (ver figura 97). No mais, em 20 habitats (7,77%) não foi possível identificá-lo no contexto geral do desenho do assentamento rural como um todo.

Figura 96 - Localização do habitat do Primeira Lagoa (Ceará-Mirim).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

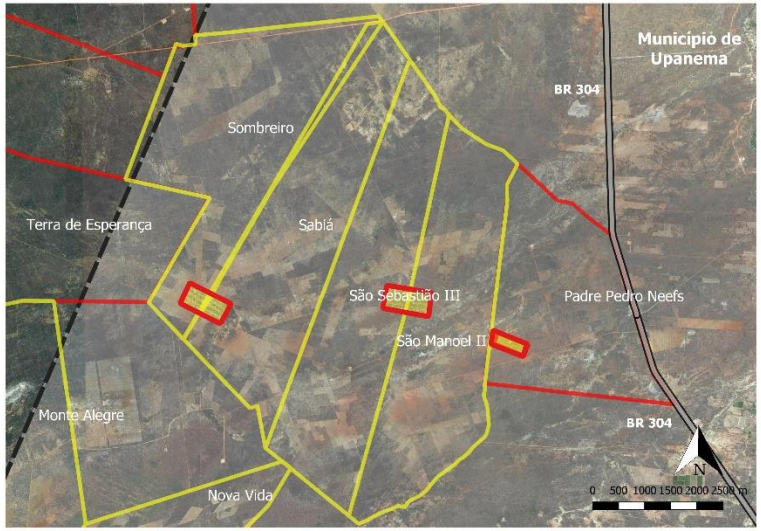
Figura 97 - Localização do habitat do Canto Comprido (Carnaubais).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Destaca-se uma situação peculiar: o desenho e modo de implantação dos habitats de cinco assentamentos do conglomerado no município de Upanema – Sabiá (65 famílias); São Manoel II (65 famílias); Salgado (40 famílias); Sombreiro (65 famílias) e São Sebastião III (65 famílias). Conectados dois a dois, sugere que o conjunto constitua um espaço comum para a vida cotidiana dos moradores (ver figura 98).

Figura 98 - Localização dos habitats do conglomerado de Upanema.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Modo de Acesso

O principal modo de acesso aos habitats acontece por via vicinal: em 133 dos casos (56,11%). A rodovia – federal ou estadual – é utilizada em 40 habitats (16,87%). Nos demais - 64 unidades (27,02%) - essa informação não aparece no desenho.

Escala do Habitat.

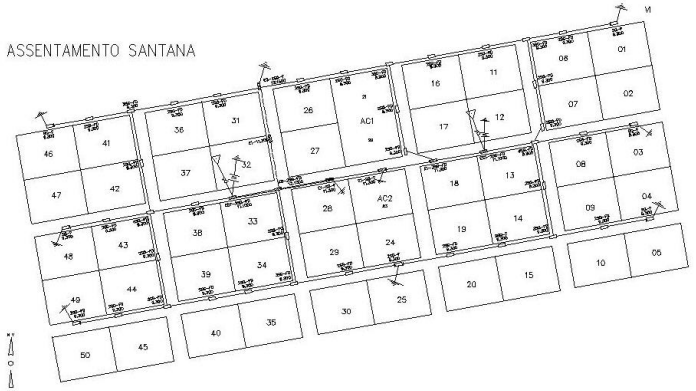
Tipologias.

Restringindo-se à escala do habitat, prossegue à pluralidade dos dados coletados. Quanto à tipologia do desenho do habitat, somente não foram identificados exemplares para a categoria concêntrico/radial[226]. O genótipo corresponde a tipologia ortogonal/tabuleiro, em 62 habitats. Como exemplo, apresenta-se o habitat do Santana (Lagoa Nova/1997) e do Lajeado (João Câmara/1997) (ver figuras 99 e 100).

Em segundo lugar, a tipologia mais recorrente equivale a linear/1 rua, despontando em 33 habitats, como o do Três Corações (Serra Caiada/1998) e São João (Ceará-Mirim/2001) (ver figuras 101 e 102). Arrematando tem-se o linear/2 ruas em 18 habitats, dentre estes o do Vassouras (Carnaubais/1996) (ver figura 103) e do Serrano (Lagoa Nova/1998) (ver figura 104).

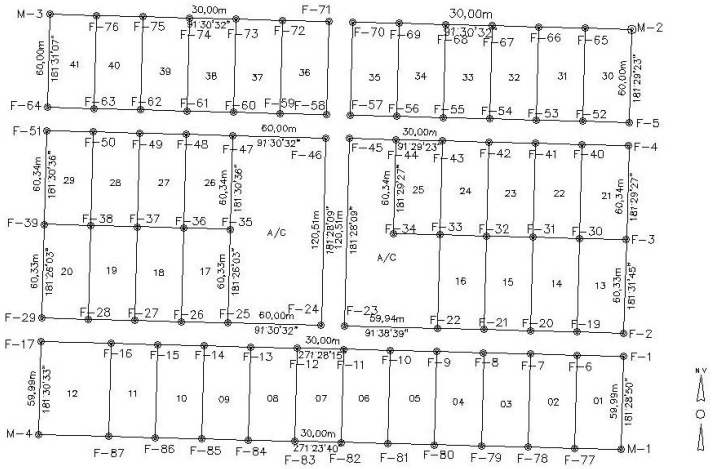
[226] Ressalta-se que para essa categorização, da totalidade dos 237 habitats concentrados existentes, não foram levados em consideração os 114 habitats registrados apenas pelo seu perímetro, findando numa amostra de 123 unidades com desenhos ilustrando o seu habitat (Escala do habitat).

Figura 99 - Tipologia do habitat do Santana (Lagoa Nova).



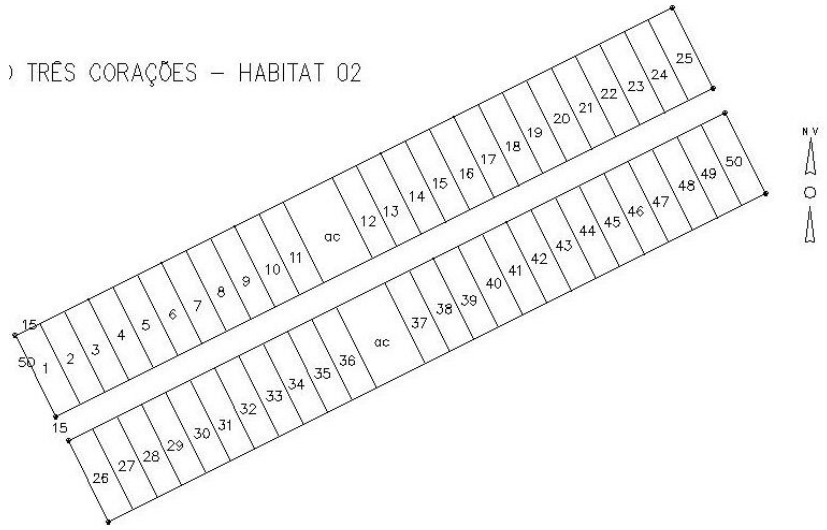
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 100 - Tipologia do habitat do Lageado (João Câmara).



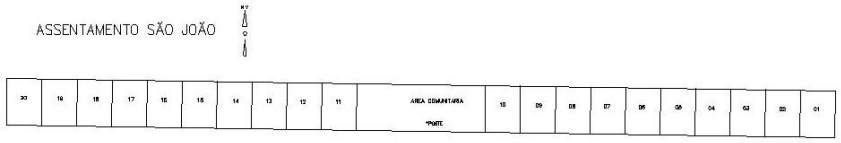
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 101 - Tipologia do habitat do Três Corações (Serra Caiada).



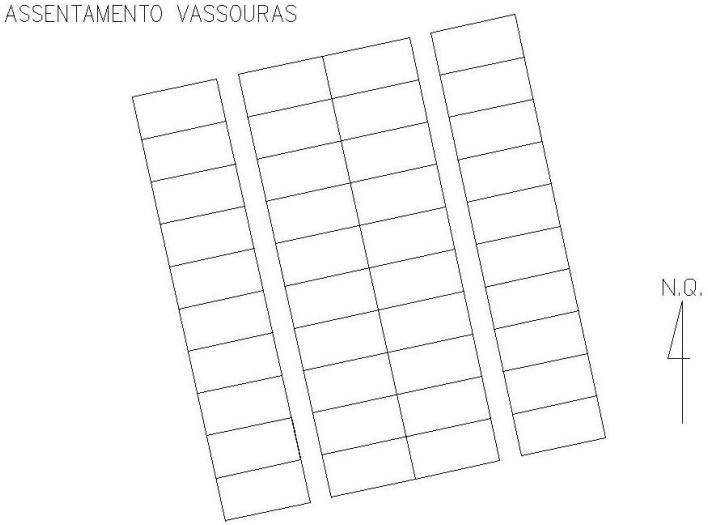
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 102 - Tipologia do habitat do São João (Ceará-Mirim).



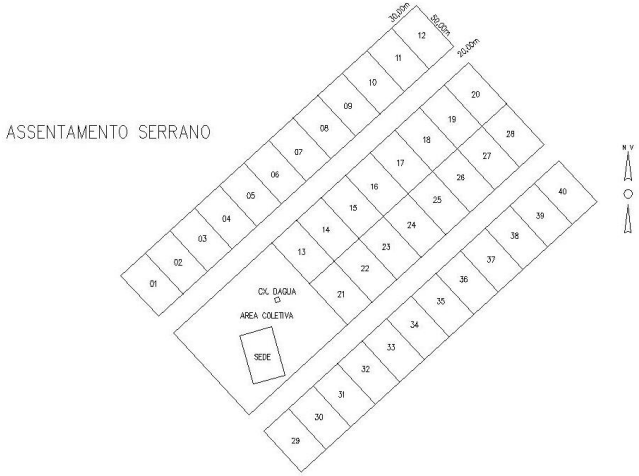
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 103 - Tipologia do habitat do Vassouras (Carnaubais).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

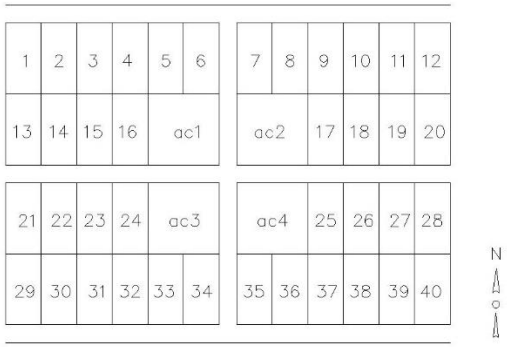
Figura 104 - Tipologia do habitat do Serrano (Lagoa Nova).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

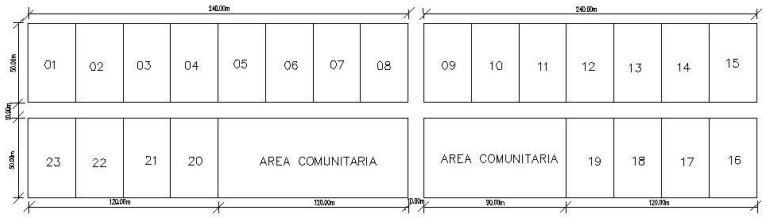
Com três ocorrências cada, a tipologia ortogonal/cruz aparece em 01 habitat do assentamento Chico Mendes II (Touros), no Tabuleiro Grande (Apodi/2000) e no São Luiz (Pureza/2000), assim como a tipologia concêntrico/quadrado têm por representantes o habitat dos assentamentos Ligação (Carnaubais/1998), Alto das Graças (Porto do Mangue/1998) e São Francisco II (Parazinho/2001) (ver figuras 105 a 108).

Figura 105 - Tipologia do habitat do Chico Mendes II (Touros).



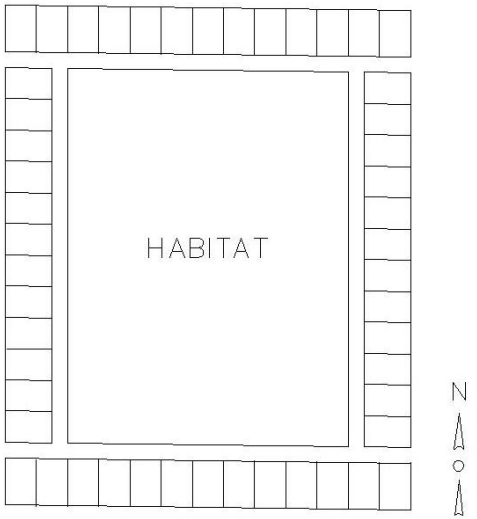
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 106 - Tipologia do habitat do São Luiz (Pureza).



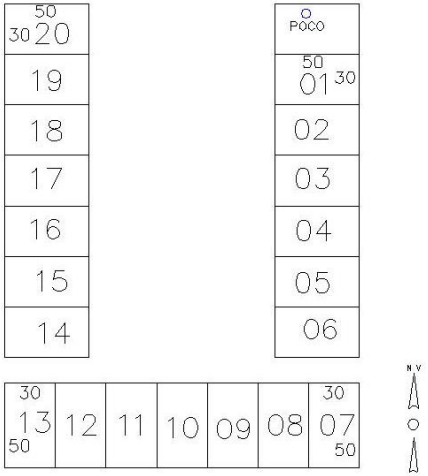
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 107 - Tipologia do habitat do Ligação (Carnaubais).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

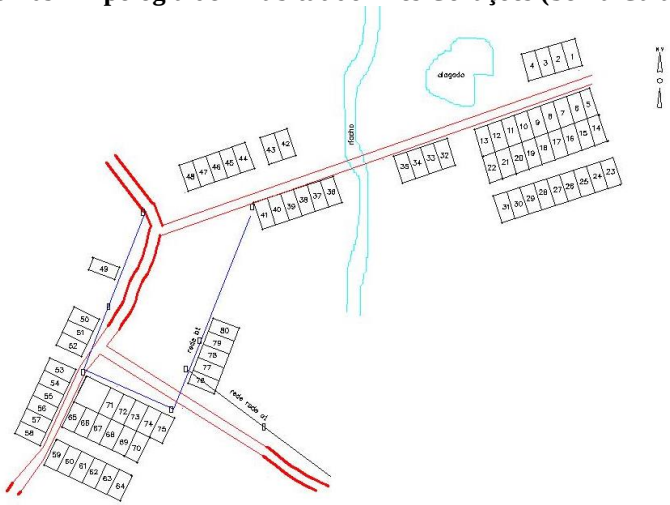
Figura 108 - Tipologia do habitat Alto das Graças (Porto do Mangue)



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Quatro foram os habitats cujos desenhos não se encaixaram nas categorias empregadas, sendo classificado como outros: 01 habitat do assentamento Barbaço (Japi/1996); 01 habitat do Potengi (Lagoa dos Velhos/1997); 01 habitat do Casinhas (Japi/1998); e 01 habitat do Três Corações (Serra Caiada/1998). Estes estão representados na figura 109.

Figura 109 - Tipologia de 1 habitat do Três Corações (Serra Caiada).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Uso do Solo: Componentes do Habitat.

Em relação ao uso do solo, o padrão da representação oficial do INCRA no Governo FHC permaneceu o mesmo dos seus antecessores: lote de moradia; área para os equipamentos comunitários sociais e de serviço; e vias de circulação. Todos delimitados pelo perímetro e sem detalhamentos aprofundados.

Lote de moradia.

A extensão do quantitativo coletado reflete na diversidade das dimensões dos lotes de moradia. O formato delimita-se ao retângulo, com variação em suas medidas: as testadas oscilam entre 20, 30, 40 até 50m, enquanto suas extensões transitam de 40, 50, 60, 70, 80, 100 a 120m. Os menores lotes encontram-se no assentamento Casinhas (Japi/1998) e Santa Rosa (Cerro Corá/1999): 12x20m e 15x30m. Enquanto os maiores estão nos assentamentos José Milanês (Lagoa Nova/1999) - 50x50m; Canadá (Bento Fernandes/1999) - 30x75m e Quixaba (Mossoró/1998) - 30x100m. Por sua vez, a dimensão mais recorrente para esse período correspondeu a 30m x 50m.

Área para os equipamentos comunitários sociais e de serviço.

Em todos os habitats catalogados há representações das áreas para esses equipamentos sociais e de serviço. Do mesmo modo, permaneceu o padrão dos governos anteriores: sem

definição de seus equipamentos, bem como dimensionamento mais aprimorado e/ou elaborado.

Vias de circulação.

No desenho oficial, as vias de circulação internas ao habitat são representadas exclusivamente pela delimitação das quadras dos lotes de moradia. A largura varia entre 15 a 30 m.

Inovação.

Quanto às estratégias inovadoras efetivadas para o desenho do habitat, diferentemente dos demais, no Governo FHC estas ocorreram em 73 casos, correspondendo, sobretudo, a área de produção coletiva ao redor do habitat.

10.1.4.4 Materialidade do Campo Empírico: Três Marias.

Identificação.

O assentamento rural Três Marias está situado no município de Governador Dix-Sept Rosado. Criado em 16/06/1997, possui área de 2.197,00 ha, abrigando 70 famílias.

Processo de Efetivação do Desenho.

A partir da Palavra do Técnico do INCRA.

Não foi possível identificar os responsáveis pela efetivação do desenho do habitat e da habitação do Três Marias. Igualmente ao Lagoa do Xavier e Santa Vitória, se utilizou do relato do servidor Heleno, à época gestor da Divisão Técnica, atual Desenvolvimento de Projeto de Assentamento.

Assim, seguindo a sistemática padrão empregada pela autarquia em fins da década de 1990 e início da 2000, essa ação no Três Marias aconteceu em dois momentos: habitat e habitação.

Primeiro implementava-se o habitat. Partindo dos dados coletados nos estudos realizados para a desapropriação do imóvel, os técnicos da então Divisão Técnica reuniam a comunidade e discutiam as propostas, de modo coletivo e participativo. Não se dedicava muito tempo a essa etapa, porque também havia grande demanda de trabalho em outros assentamentos. A demarcação topográfica do desenho do assentamento e do habitat era executada pelos técnicos da Cartografia do INCRA em conjunto com aqueles cedidos pelo governo do estado à Autarquia.

A habitação era empreendida posteriormente, com a liberação do Crédito Implantação, modalidade Habitação. Para tanto, utilizava-se um projeto padrão, de autoria da equipe do Setor de Engenharia. Após o projeto aprovado pelos assentados,

seguia-se para a sua execução. Esta poderia ser via construtora - com mão de obra dos assentados e fiscalização dos técnicos - ou por autoconstrução somente pelos assentados, mas permanecendo a fiscalização e o acompanhamento pelos técnicos do INCRA/governo do RN. No caso específico do Três Marias, o entrevistado não soube precisar qual opção escolhida. Acreditava que Marcos Moraes (servidor do INCRA falecido) e Assis (governo estadual) tenham sido os responsáveis pela fiscalização.

A partir da Palavra dos Representantes dos Assentados.

A versão dos assentados do processo de efetivação do desenho do habitat foi narrada por um dos moradores mais antigo.

Ele mencionou que a luta pela desapropriação da terra transcorreu através da organização do Sindicato Rural de Governador Dix-Sept Rosado, com auxílio do MST. Três eram as fazendas pleiteadas, pertencentes a um mesmo proprietário: Três Marias, Sombrinha e Cavalo Morto. O período do acampamento perdurou por pouco tempo, não se discutindo nada a respeito do futuro habitat. Logo aconteceu uma negociação entre o INCRA, o Sindicato de Governador Dix-Sept Rosado e o MST. Houve o cadastramento das famílias acampadas, sendo estas dispersadas e o acampamento desmobilizado. Em seguida aconteceu a desapropriação da propriedade. Todo o trâmite desse processo se efetuou de modo bastante rápido.

A próxima etapa correspondeu ao processo de concepção do desenho do habitat. Este foi discutido entre os assentados e os técnicos do INCRA em reuniões na antiga casa sede. As decisões eram tomadas em assembleia, votadas de modo democrático e participativo, contando com a presença de todos.

A localização do habitat foi sugerida pelos técnicos do INCRA: “no beiço da rodagem”, sob o argumento de facilitar a implantação da infraestrutura básica: água e energia elétrica.

Quanto à escolha da tipologia do desenho do habitat, apenas o entrevistado propôs que as casas fossem construídas no lote de produção, “com a frente para a rodagem e a profundidade maior descendo para dentro do assentamento”. Ele admite que as dimensões da agrovila ficariam grandes, mas que não acarretaria problema aos moradores: “daria para fazer as casas tranquilo”. Contudo, os técnicos do INCRA não acataram a proposta, justificando com o mesmo argumento utilizado para a localização do habitat. Os demais assentados não se pronunciaram. Optaram, assim, pela concepção do projeto como habitat concentrado.

A dimensão do lote de moradia (30m x 45m) foi sugerida pelos técnicos da Cartografia, baseado nas experiências em outros

assentamentos, como também nos argumentos de minimizar os custos com infraestrutura. Sem embargo, a proposta foi acatada. A área para os equipamentos comunitários e de serviços pouco foi mencionada pelo entrevistado, apesar de contemplar diversas edificações: escola; ginásio de esporte; posto de saúde; etc. Segundo ele, a opção em destinar área com dimensões avantajadas para tal, partiu dos próprios assentados, considerando o sonho coletivo de efetuar diversos equipamentos na agrovila.

Sobre as vias de circulação o entrevistado explicou que buscaram aproveitar como acesso principal ao habitat uma estrada existente, que seguia para outras comunidades circunvizinhas. Em relação à habitação, pouco se debateu para a concepção do seu projeto. Logo, acataram a proposta trazida pelo INCRA.

Após as etapas do planejamento e concepção, os técnicos da Cartografia voltaram para a execução do habitat. Os assentados participaram ativamente, sobretudo limpando e medindo o terreno. O mesmo aconteceu, posteriormente, no momento da execução da habitação. O entrevistado almejava que elas tivessem sido construídas na área já desmatada, mas os técnicos do INCRA não concordaram com a proposta.

Desenho Resultante.

Escala I: Regional.

O Três Marias – ainda que pertencente ao município de Governador Dix-Sept Rosado - localiza-se às margens da BR-405, principal ligação entre as sedes municipais de Apodi e Mossoró, desta última distando 30 km (ver Mapa 21). Assim, estabelece uma estreita relação com essas cidades, mesmo tendo os serviços de saúde e educação disponibilizados pela Prefeitura de Governador Dix-Sept Rosado. O acesso principal ao habitat acontece por meio de uma via municipal larga e bastante utilizada - apesar de não pavimentada - que “corta” toda sua extensão e que interliga a BR-405 às demais localidades adjacentes.

Na circunvizinhança existem outros assentamentos rurais, conectados pela própria BR-405: Nossa Senhora da Conceição, Cabelo de Negro, Solidão, Vingt Rosado, Independência, Santo Antônio, Tião Carlos e Riachão, estes três últimos compondo o conglomerado com o Três Marias, como citado (ver Mapa 22).

Diferentemente dos outros assentamentos analisados na materialidade do campo empírico, o Três Marias funciona como um “polo de atração” aos demais povoados da região, sobretudo quanto aos serviços de educação, saúde e fornecimento de água potável. A escola existente funciona até o nível médio. Para além,

MAPA 21 – Mapa do Assentamento Rural Três Marias: Escala I - Regional.

MAPA 22 – Assentamento Rural Três Marias,
Acessos e Adjacências.

há necessidade de deslocamento para a sede municipal. Quanto à saúde, o habitat possui uma Unidade Básica de Saúde (UBS), onde acontece, uma vez por semana, atendimento por profissionais enviados pela Prefeitura. Os casos mais graves são encaminhados à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Governador Dix-Sept Rosado ou mesmo Mossoró.

Segundo o entrevistado, pouco incentivo é disponibilizado aos assentados para a comercialização da produção, tanto por parte da Gestão Municipal como do próprio INCRA.

Escala II: Assentamento Rural.

O Três Marias corresponde a um exemplar cujo habitat está estabelecido no limite do perímetro do assentamento (extremidade/perímetro), conforme observado no Mapa 23.

Quanto ao uso do solo do assentamento estão ilustrados no desenho: 70 lotes de produção individual; 03 áreas de produção coletiva; 01 área de reserva legal; 01 área de preservação permanente; vias de circulação; 01 habitat (20 ha) (ver Mapa 23).

Os lotes de produção individual seguem um formato padronizado: retângulo alongado ou compacto. Todavia, todos apresentam área equivalente a 7,0 ha. Segundo o entrevistado, devido às condições pouco favoráveis, a produção agropecuária é feita de modo individual, artesanal e sobretudo no inverno. Produzem especialmente: feijão, milho e mandioca. A relação de distância entre os lotes de produção individual e o habitat é diversa: próxima, mediana e grande. No cenário mais crítico, chega-se a percorrer mais de 08 km (ida e volta) (ver Mapa 23).

De acordo com o entrevistado, as áreas coletivas para produção são bem utilizadas pela comunidade, principalmente a mais próxima do habitat. No entanto, se faz imprescindível recuperar a cerca delimitante, que protege a produção da ação dos animais. Todavia, atividade de difícil execução devido à falta de envolvimento no trabalho coletivo por parte dos assentados.

A Área de Reserva Legal, preservada, localiza-se em uma das extremidades do assentamento, limitada por uma antiga cerca e corpos d'água, estes circundados pelas áreas de preservação permanente (ver Mapa 23).

O conjunto de vias vicinais internas que interligam os elementos do assentamento é compacto, composto por 4 unidades: 1 transversal (a via municipal), que atravessa transversalmente o assentamento, conectando o habitat às áreas de produção coletiva e à grande parcela dos lotes de produção individual; e 3 perpendiculares à transversal, interligando os lotes de produção individual entre si e funcionando também como seu

MAPA 23 – Assentamento Rural Três Marias:
Escala II – Assentamento Rural.

limitador. Com exceção da via municipal, as demais são estreitas e revestidas em areia, sendo penoso o trânsito por veículos.

O assentado entrevistado classifica o desenho do Três Marias na escala do assentamento como não adequado. Para ele, a configuração não favorece a vida cotidiana dos assentados. Apesar de o habitat ter ficado "*no beiço da rodagem*", encontra-se distante do lote de produção, obrigando-o a percorrer em torno de 3,5 km (ida e volta) para plantar: "p*referia morar no lote".*

Quanto aos aspectos técnicos do planejamento do território se enaltece a opinião do entrevistado. A localização do habitat no perímetro do assentamento incentiva uma estreita relação com o seu entorno imediato, amplificada pelo acesso principal acontecer por via municipal interligada à rodovia, ambas bastante utilizadas na região.

No contraponto, as grandes distâncias entre o habitat e os lotes de trabalho individual não favorecem a produção. Situação agravada pela pouca condição financeira de parte dos assentados, que findam por abandonar esses lotes. Uma localização mais central do habitat em relação a essas áreas minimizaria a problemática. No mais, não haveria prejuízo quanto à acessibilidade às adjacências, haja vista que a via municipal "atravessa" todo o assentamento.

Escala III: Habitat.

A tipologia do desenho do habitat do Três Marias pode ser classificada como ortogonal/tabuleiro. Corresponde a um desenho compacto: figura com perímetro de aproximadamente 460m x 360m. Como um tabuleiro de xadrez, os 70 lotes de moradia e a área para equipamentos comunitários sociais e de serviço distribuem-se em 10 quadras com dimensões padronizadas. Estas são delimitados pelas vias de circulação não pavimentadas: 3 no sentido longitudinal, com cerca de 460m de extensão por 15m de largura; e 4 no sentido transversal, com 360m x 15m. Uma destas - a via municipal já mencionada - prolonga-se por todo o assentamento (ver Mapa 24). Essas vias possuem iluminação pública instalada posteriormente à construção das habitações.

Cada lote de moradia mede 30m x 45m. Os principais usos praticados são a moradia e a produção para o consumo próprio – plantação de macaxeira, feijão, batata, milho, frutas e criação de pequenos animais, como galinhas. Por usos secundários há a moradia compartilhada (especialmente com familiares) e a prestação de serviços: bares e salão de beleza. Já os tipos edilícios mais comuns observados corresponderam: habitação; equipamentos de apoio à produção (galinheiro, depósito); e cisterna para consumo humano (16 mil litros).

MAPA 24 – Assentamento Rural Três Marias:
Escala III – Habitat.

Percebe-se que a maior parte das famílias se apropriou do lote de moradia, adaptando-o à sua realidade (ver fotos 60 e 61).

A área para equipamentos comunitários sociais e de serviços possui 150m x 90m, compreendendo um quarteirão completo. Sua localização privilegia quase a totalidade dos lotes de moradia, sendo a distância mais desfavorável a ser percorrida entre ambos de 235m. Contempla-se uma diversidade de usos: circulação; lazer; serviços; encontros; etc. Dentre os habitats analisados, este correspondeu o mais completo quanto a disponibilidade de equipamentos: escola (até o ensino médio); ginásio de esporte; unidade básica de saúde; Igreja Evangélica; centro comunitário; caixa d'água. Estes também são apropriados pela comunidade da região (ver fotos 62 e 63).

Quanto ao lixo produzido, não existe preocupação por parte dos assentados para com o seu tratamento. De modo geral, procuram queimar ou enterrá-lo nos próprios lotes de moradia.

Observou-se a inserção de elementos não usuais no desenho do habitat: área coletiva de produção ao seu redor. Significa mais uma possibilidade para a produção na adjacência do habitat, assim como uma proteção para este em relação à proximidade da movimentada rodovia, funcionando como uma espécie de área de amortização ou cinturão verde.

Foto 60 - Lote de moradia do Três Marias.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 61 - Lote de moradia do Três Marias.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 62 - Área para equipamentos coletivos do Três Marias.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 63 - Área para equipamentos coletivos do Três Marias.

Fonte: Acervo da autora (2018).

O assentado entrevistado classifica o desenho do habitat como positivo "porque cada qual tem sua casa no seu lote de moradia, onde cada família vive a sua vida sem se meter na vida dos outros". Todavia, afirma que a proximidade entre as habitações impede a criação de alguns animais, aos quais não é permitido ficarem soltos. Para ele, originalmente o desenho favorecia a vida cotidiana da comunidade, quando existia uma convivência mais coletiva, especialmente devido às atividades da Associação: "Antigamente a gente sempre fazia reuniões, no colégio ou na casa de um assentado do Sindicato. Hoje em dia, não. Aqui a cola, Sula faz uma reunião. Mas é mais difícil".

Desse modo, reafirma a preferência pelo habitat disperso: "Preferia que as casas tivessem sido construídas no lote de trabalho. Somente um assentado construiu a casa no lote: Sr. Dede, que cria muito bicho".

Levando em consideração os aspectos técnicos da arquitetura, pode-se afirmar que o desenho do habitat favorece a vida cotidiana dos assentados: morfologia compacta, com a área para equipamentos comunitários sociais e de serviços centralizada e bem equipada, sobretudo se comparada às demais analisadas.

Contudo, no que diz respeito ao trabalho produtivo, não privilegia a relação com os lotes de produção individual devido às

grandes distâncias a serem percorridas. Todavia, do mesmo modo que no Lagoa do Xavier e Zabelê, os assentados que têm melhores condições financeiras construíram outra habitação na área de produção, transformando-a também em local de moradia. Assim, modificam a tipologia original do habitat para o misto.

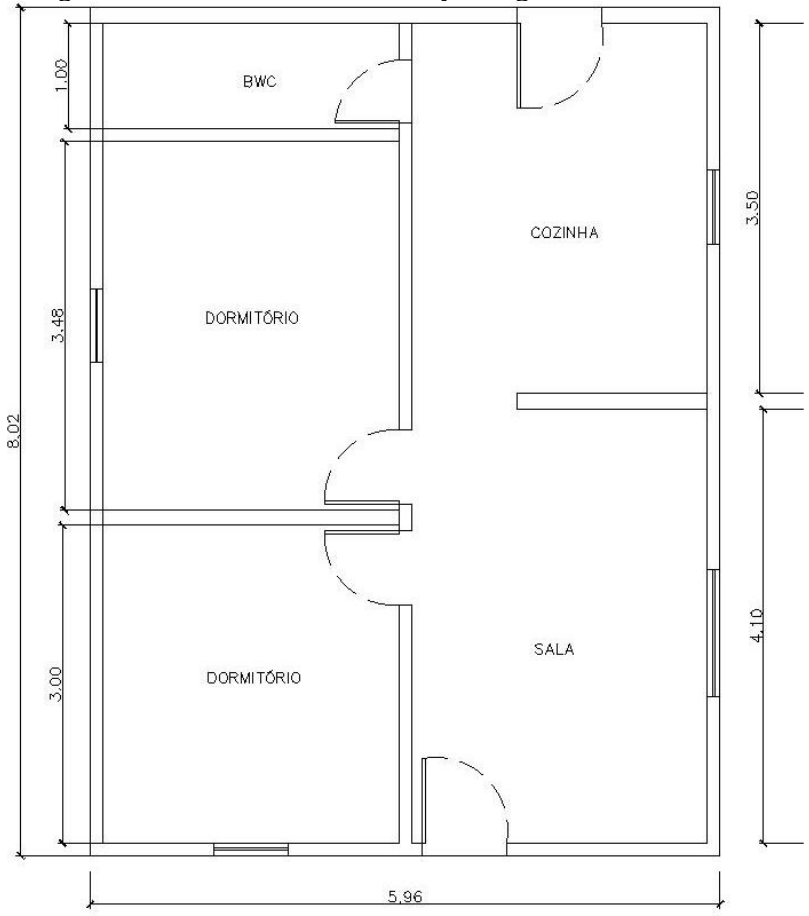
Escala IV: Habitação.

As habitações do Três Marias seguem o projeto padrão (modelo 02) empregado pelo INCRA à época, de autoria desconhecida: o mesmo utilizado no Lagoa do Xavier e Zabelê. Com dimensões aproximadas de 6m x 8m, possui tipologia simples, equivalendo a um retângulo dividido em 5 ambientes: sala (2,77 x 4,10m); cozinha (2,77 x 3,50m); 2 dormitórios (2,77 x 3,00m e 2,77 x 3,50m) e 1 banheiro (1,00 x 2,77m) (ver figura 110). O esgotamento sanitário é atendido por fossa, executada concomitantemente à habitação e nos fundos do lote de moradia.

Em relação ao sol poente/nascente e os ventos dominantes identifica-se que não houve preocupação com esses elementos para a implantação da habitação no lote de moradia.

De acordo com o entrevistado, algumas famílias - ainda no período da construção - alteraram o projeto original da habitação, com recursos financeiros próprios. Essa dinâmica de melhorias e ampliações, com o passar do tempo, atingiu todo o assentamento. Posteriormente, em 2010, aconteceu a aplicação da modalidade "Recuperação/Materiais de Construção" do Crédito Instalação.

Figura 110 - Planta baixa da habitação original do Três Marias.

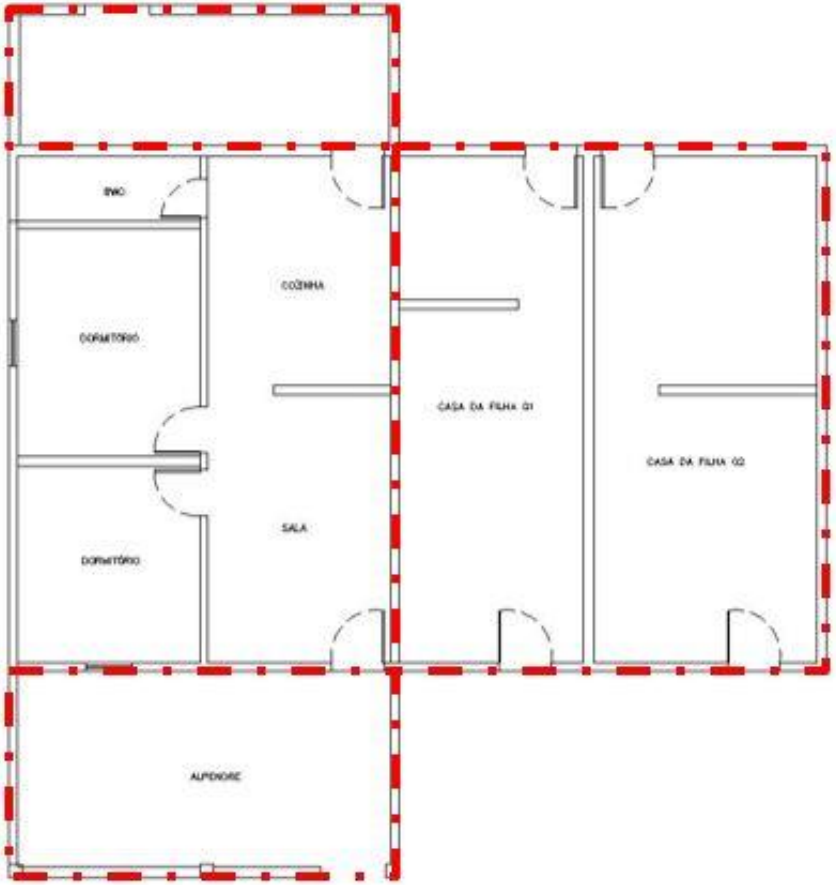


Fonte: Acervo do INCRA/RN.

Desse modo, constata-se um alto grau de apropriação por parte dos assentados. O projeto original da habitação não se adequava ao modo de vida das famílias, geralmente numerosas e com necessidades rurais. Cada qual o adaptou às suas necessidades. Grosso modo, os principais acréscimos realizados foram: alpendre frontal; e cozinha externa/área de serviço.

Para ilustrar, apresenta-se a habitação do entrevistado. Inicialmente, com recurso próprios, acrescentou um alpendre na parte frontal e recuperou toda a cobertura existente. Posteriormente, com recursos da modalidade "Recuperação/Materiais de Construção", complementados com suas economias, adicionou uma cozinha auxiliar/área de serviço. Por fim, construiu mais uma edificação para originalmente funcionar como depósito/armazém (essas alterações estão representadas na figura 111 em tracejado vermelho). Atualmente essa é utilizada como moradia, compartilhada entre as duas filhas e suas respectivas famílias (ver figura 111 e fotos 64 e 67).

Figura 111 - Planta baixa de habitação reformada do Três Marias.

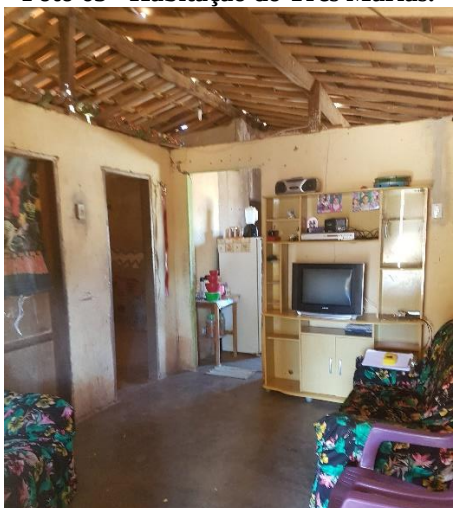


Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento *in loco* (2018).

Foto 64 - Habitação do Três Marias.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 65 - Habitação do Três Marias.



Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 66 - Habitação do Três Marias.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 67 - Habitação do Três Marias.

Fonte: Acervo da autora (2018).

MAPA 25 – Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais criados no Governo Lula.

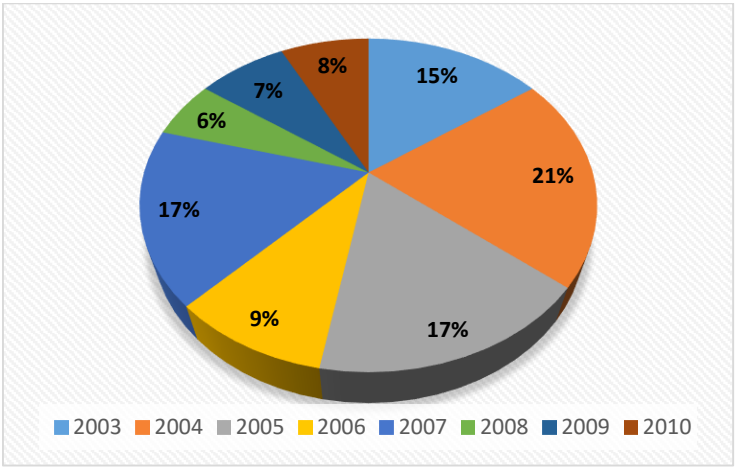
10.1.5 Governo Lula (2003-2010).

O Mapa 25 e a figura 112 retratam os 53 assentamentos rurais criados no RN durante os oito anos do Governo Lula. Apesar de numericamente representar 30% do legado do governo anterior, representou um ciclo diversificado de experiências.

A produção maior se deu no 1º mandato, sobretudo no 2º e 3º anos. Em 2004 e 2005, respectivamente, foram implantados os dois maiores assentamentos rurais do estado (em extensão e em número de famílias): Maísa, em Mossoró, 19.701,05 ha para 1.150 famílias; e Pedro Ezequiel de Araújo, abrangendo 15.695,37 ha na intercessão dos municípios de Ipanguaçu, Angicos e Afonso Bezerra, beneficiando 549 famílias.

O período compreendeu também ao mais representativo em vivências que envolveram a assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo para implantação dos habitats de reforma agrária[227]. Nesse âmbito, a equipe da Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Estado do Rio Grande do Norte (AESCA), vinculada ao MST atuou nos assentamentos Maísa e Terra Nossa (Mossoró).

Figura 112 - Gov. Lula: Relação criação de assentamentos x Ano do Governo



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

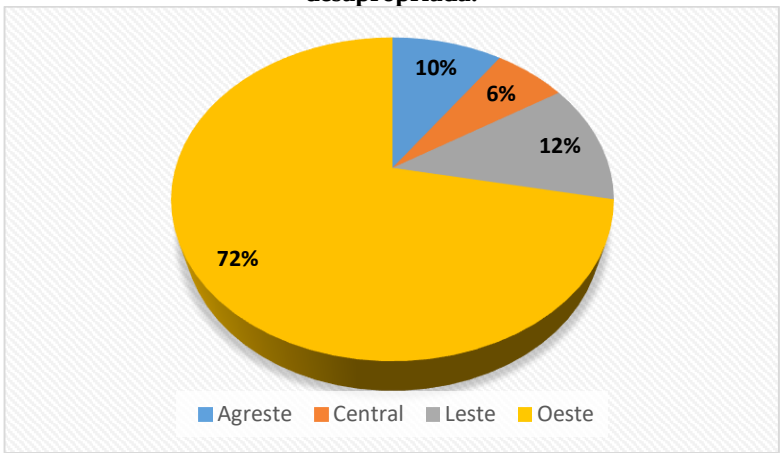
Maior destaque, contudo, recai ao trabalho de assessoria do GERAH/UFRN ao MST, que ganhou maior notoriedade e oportunidade na gestão do partido dos trabalhadores. Além de experiências voltadas à implantação dos habitats, a partir do 2º mandato, sobretudo em 2007 e 2008, sucederam outras, de estudo, planejamento, concepção e execução de reformas e melhorias das habitações existentes, a partir da implementação e aplicação da modalidade "Recuperação/Materiais de Construção" do Crédito Instalação[228].

[227] Ver subitem 7.2.2.3 Prática do Rio Grande do Norte no Capítulo 7 Prática do Desenho no Presente: 1985 a 2013.

[228] Os assentamentos rurais contemplados foram listados no Capítulo 4 O Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

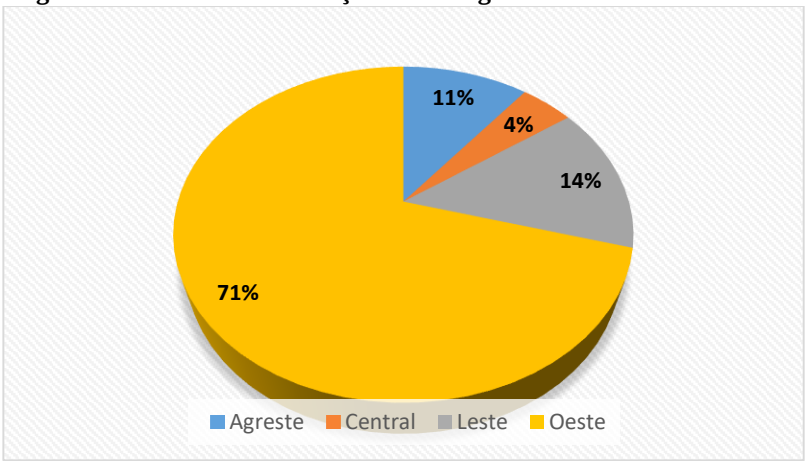
10.1.5.1 Aspectos Gerais.

Figura 113 - Gov. Lula: Relação mesorregião RN x Área desapropriada.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

Figura 114 - Gov. Lula: Relação mesorregião RN x Número famílias.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

As figuras 113 e 114, complementadas pela Tabela 06[229], ilustram os quantitativos do Governo Lula: 109.138,09 ha de terras desapropriadas e 4.444 famílias beneficiadas. Os maiores valores permaneceram na mesorregião Oeste Potiguar: 78.180,20 ha em 26 assentamentos rurais, sendo Mossoró o maior contribuinte, com 28.443 ha em 08 assentamentos rurais.

10.1.5.2 Aspectos Sociais/Agentes.

No que diz respeito aos agentes requerentes por desapropriação de imóveis rurais no estado, no Governo Lula se mantém a conjuntura do seu antecessor. Porém, com uma ressalva: há uma diminuição nas ações de ocupação de terras por parte dos movimentos sociais.

Por sua vez, a prática da produção do desenho do habitat de reforma agrária tem a consolidação da figura do GERAH/UFRN, enquanto assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo. Esse equivale ao período de maior diversidade de agentes atuantes nessas referidas práticas no RN, contribuindo, assim, para ampliar o repertório estabelecido.

[229] Ver Apêndice: Tabela 07 – Governo Lula: Aspectos Gerais (página 505).

10.1.5.3 Aspectos Físicos/Espaciais.

Existência de Desenho.

A partir do Governo Lula as informações relacionadas aos aspectos físicos dos habitats tornam-se mais acessíveis e organizadas. Quase 90% (47 assentamentos) apresentam projetos, mesmo ainda com informações incipientes.

Escala do Assentamento.

Quantidade de Habitat.

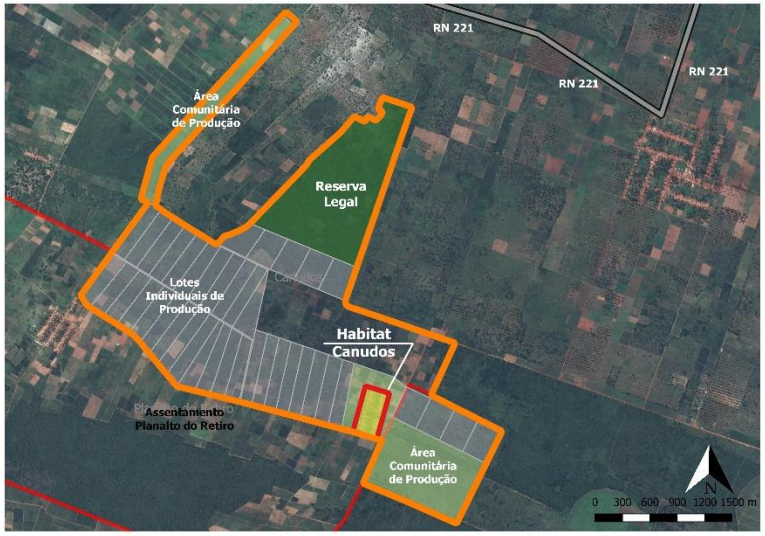
Nos 53 assentamentos criados, existem 85 habitats concentrados. Nenhuma experiência em habitat disperso. O genótipo equivale a 01 unidade/agrovila por assentamento (em 41 assentamentos – 77,35%). No contraponto, 03 assentamentos (5,66%) possuem mais de 04 agrovilas: Maísa (Mossoró/2004) e Pedro Ezequiel de Araújo (Ipanguaçu/Angicos/Afonso Bezerra/2006), ambos com 10 e Garavelo (Areia Branca/2007) com 05. Complementando: 08 assentamentos (15,09%) com 02 habitats – Riachão II (Ceará-mirim/2004); Alagoinha (Currais Novos/2004); Nova Esperança de Mossoró (Mossoró/2004); Nova Olinda (Caiçara do Norte/2007); José Sotero da Silva (Caraúbas/2007); Chico Santana (João Câmara/Pureza/2007); Brilho do Sol (Porto do Mangue/2008); Maria das Graças (João Câmara/2010) - e apenas o Ronaldo Valença (Augusto Severo/2006) tem 03 habitats.

Localização.

Quanto à inserção do habitat no assentamento, apurou-se proximidade entre duas categorias: 30 habitats (48,38%) localizados na extremidade do assentamento (dentre estes 27 na extremidade/perímetro e 03 na extremidade/não perímetro) e 21 sendo intermediários (33,87%). Como exemplo da tipologia extremidade/perímetro tem-se o habitat do Canudos (Touros/2007) (ver figura 115) e Pereiros (São Bento do Norte/2010) (ver figura 116). Já como representantes da categoria extremidade/não perímetro destacam-se o Quilombo dos Palmares II (Macaíba/2005) (ver figura 117) e Padre Pedro Neefs (Upanema/2004) (ver figura 118).

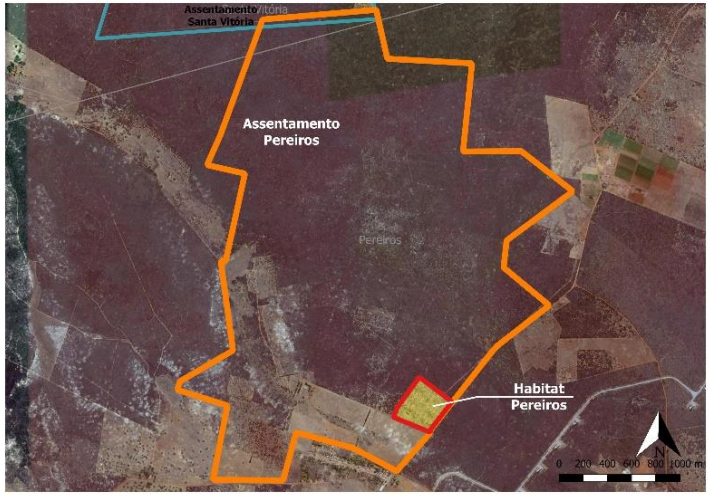
Para ilustrar a categoria intermediária, apresentam-se os habitats dos assentamentos Cheiro da Terra (Macaíba/2003) (ver figura 119) e Planalto do Retiro (Touros/2003) (ver figura 120).

Figura 115 - Localização do habitat do Canudos (Touros).



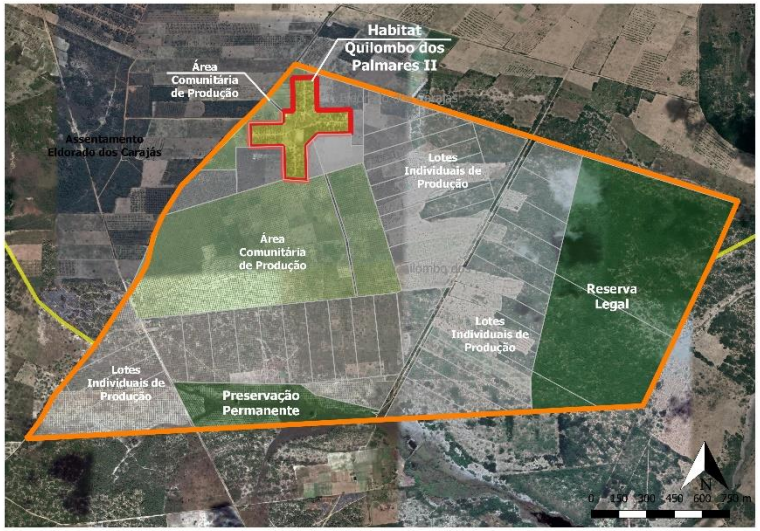
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 116 - Localização do habitat do Pereiros (São Bento do Norte).



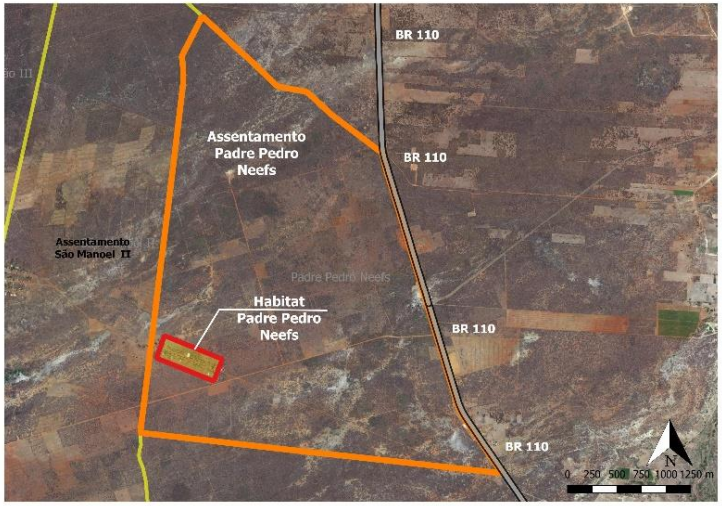
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 117 - Localização habitat Quilombo dos Palmares II (Macaíba).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 118 - Localização do habitat do Padre Pedro Neefs (Upanema).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 119 - Localização do habitat do Cheiro da Terra (Macaíba).

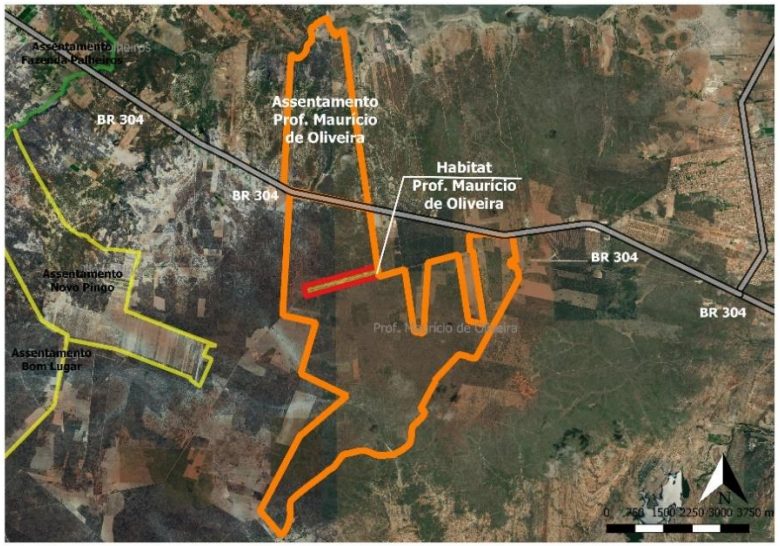
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 120 - Localização do habitat do Planalto do Retiro (Touros).

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Complementando a categorização, em 11 situações (17,74%) o habitat está localizado na centralidade do assentamento, como no caso do Professor Maurício de Oliveira (Açu/2006)[230], conforme ilustrado na figura 121.

Figura 121 - Localização do habitat Prof. Maurício de Oliveira (Açu).



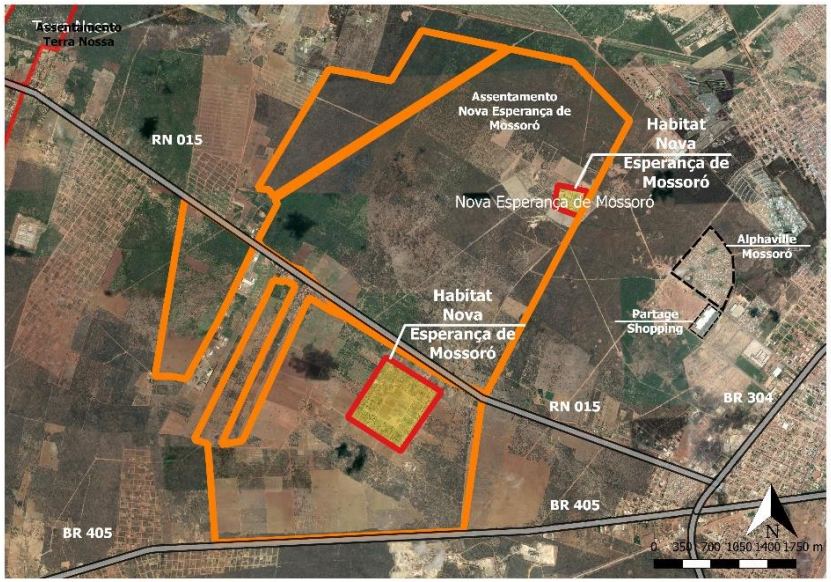
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

A figura 122 retrata uma situação peculiar: 1 dos 2 habitats do Nova Esperança de Mossoró (Mossoró/2004) na

[230] Para este item, ressalta-se que foi possível categorizar o total de 62 habitats, porque nos demais casos as informações levantadas não eram completas. Por exemplo, nos assentamentos com mais de um habitat – Maísa, Pedro Ezequiel de Araújo, Ronaldo Valença – possuem o desenho do habitat em arquivo separado, não o localizando no contexto do assentamento.

extremidade/perímetro do assentamento, na face limite com o núcleo urbano de Mossoró, vizinho ao principal shopping e ao condomínio de luxo da cidade.

Figura 122 - Localização habitat Nova Esperança de Mossoró (Mossoró).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Modo de Acesso.

O principal modo de acesso aos habitats acontece por via vicinal: 40 ocorrências. O acesso por rodovia – federal ou estadual – acontece em 11 habitats. Para os demais aglomerados essa representação não foi identificada nos respectivos desenhos.

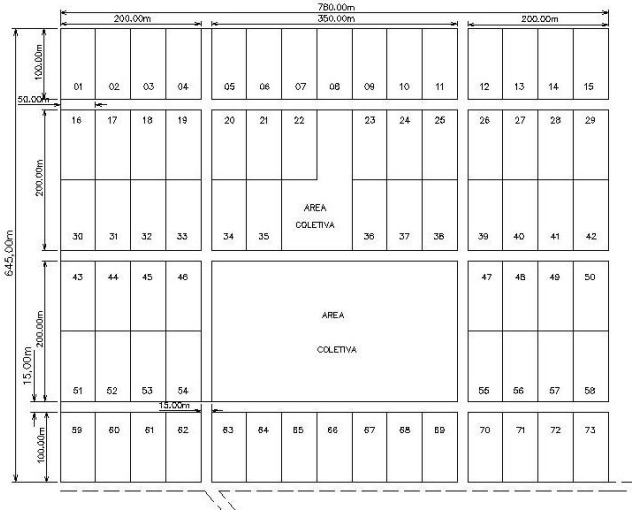
Escala do Habitat.

Tipologias.

Quanto à escala do habitat, destaca-se a diversidade de desenhos. De todas as categorias de classificação empregadas, somente a concêntrica/quadrado não foi encontrada[231].

O genótipo também constitui o ortogonal/tabuleiro, registrado em 24 habitats (40,67%), como nos assentamentos Riachão II (Ceará-Mirim/2004) (ver figura 123) e Pequena Vanessa (Senador Elói de Souza/2008) (ver figura 124).

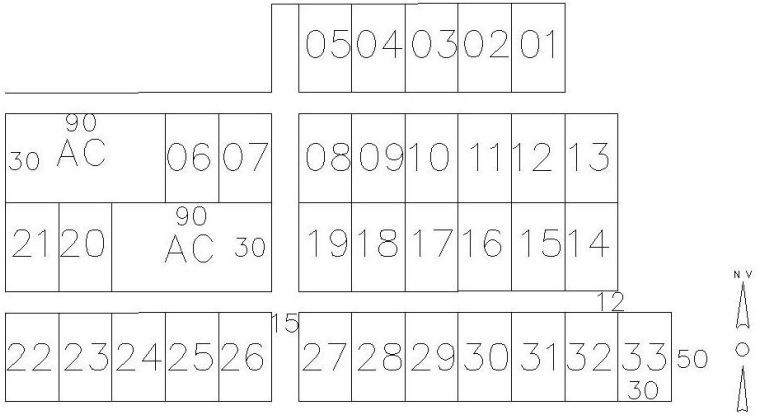
Figura 123 - Tipologia do habitat do Riachão II (Ceará-Mirim).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

[231] Para este item foi possível categorizar o total de 59 habitats. Nos demais casos ou não havia representação ou esta era apenas pelo perímetro externo.

Figura 124 - Tipologia do habitat do Pequena Vanessa (Senador Elói de Souza).

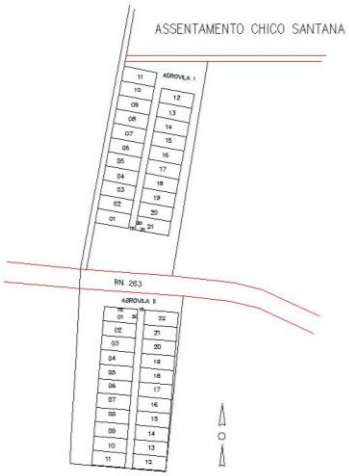


Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Na sequência, tem-se a categoria linear/1 rua com 14 habitats representantes (23,72%), como o Chico Santana (João Câmara/Pureza/2007) e Carlos Marighela (Ielmo Marinho/2009) (ver figuras 125 e 126). Complementa-se com o linear/2 ruas tendo 07 ocorrências (11,86%). Exemplifica-se com o habitat do Patativa do Assaré II (Riachuelo/2006) (ver figura 127) e Nova Olinda (Caiçara do Norte/2007) (ver figura 128).

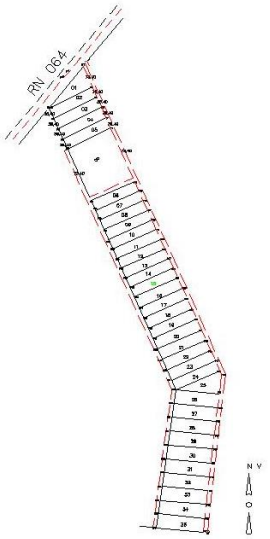
A tipologia ortogonal/cruz registrou sua maior ocorrência: sete exemplares (11,86%), aqui representados nas figuras 129 e 130 pelos habitats dos assentamentos Maria da Paz (João Câmara/2003) e Padre Pedro Neefs (Upanema/2004).

Figura 125 - Tipologia habitat Chico Santana (João Câmara e Pureza).



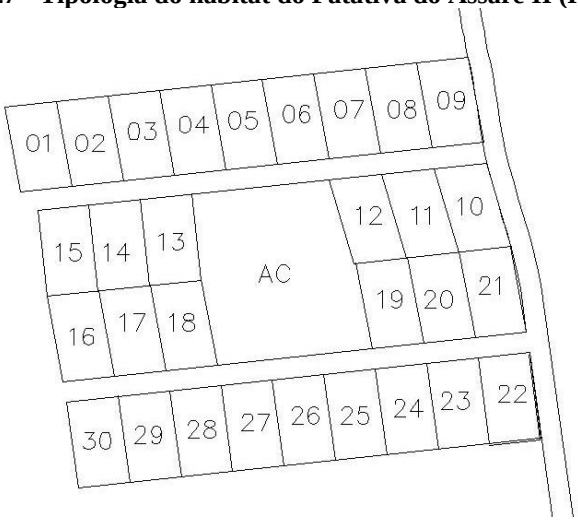
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 126 - Tipologia do habitat Carlos Marighela (Ielmo Marinho).



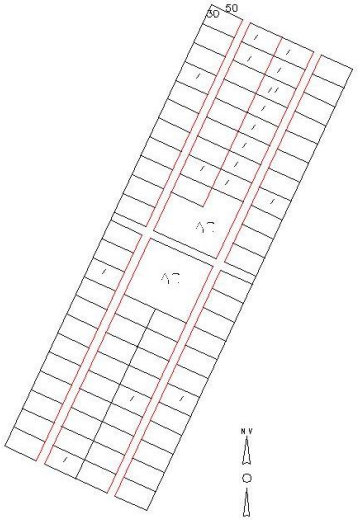
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 127 - Tipologia do habitat do Patativa do Assaré II (Riachuelo).



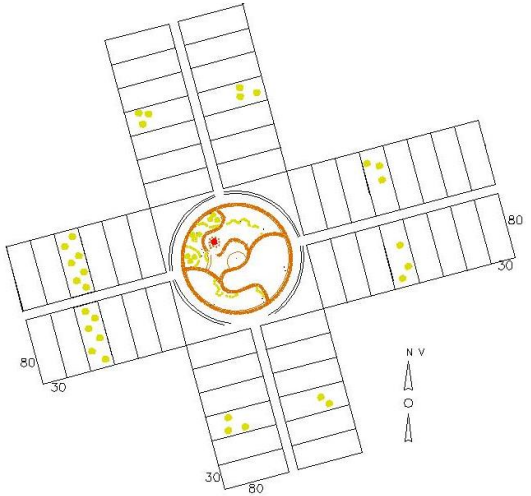
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 128 - Tipologia do habitat do Nova Olinda (Caiçara do Norte).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 129 - Tipologia do habitat do Maria da Paz (João Câmara).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

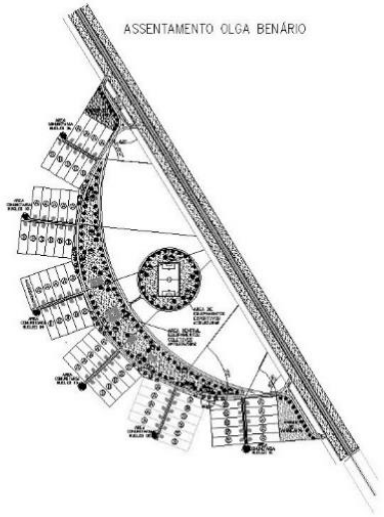
Figura 130 - Tipologia do habitat do Padre Pedro Neefs (Upanema).

Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Os dois únicos exemplares de habitat com a tipologia concêntrico/radial (3,38%) foram aqui efetivados: Olga Benário (Mossoró/2007) e Paulo Freire III (Pureza/2007) (ver figuras 131 e 132). Ambos os desenhos de autoria do GERAH/UFRN.

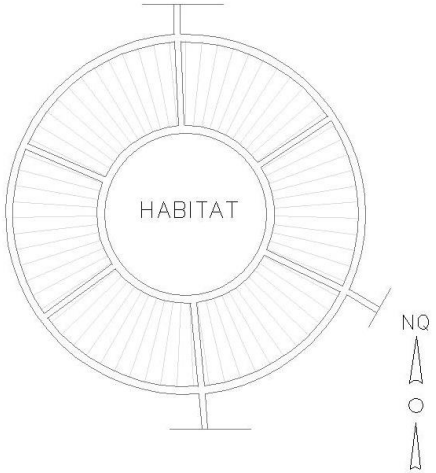
Cinco habitats (8,47%) foram classificados como "Outros": 2 agrovilas do Pedro Ezequiel de Araújo (Ipanguaçu, Angicos, e Afonso Bezerra/2005); Irmã Dorothy (Carnaubais/2009); Roseli Nunes (Ielmo Marinho/2005); e Bernardo Marim (Pureza/2005). Os dois últimos, projetos do GERAH/UFRN, representados nas figuras 133 e 134.

Figura 131 - Tipologia do habitat do Olga Benário (Mossoró).



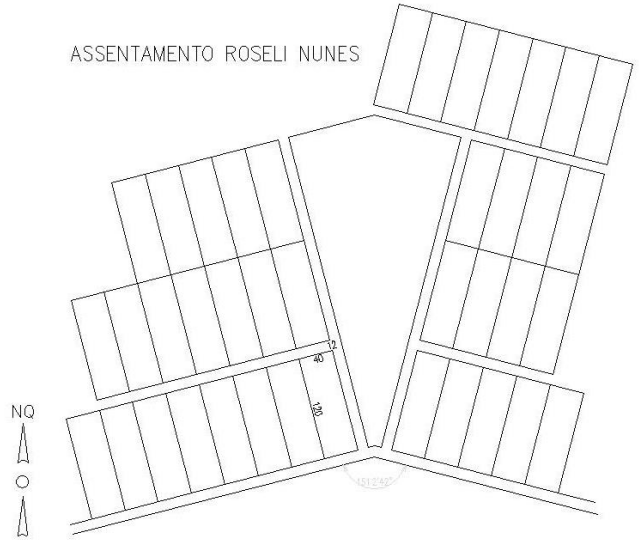
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 132 - Tipologia do habitat do Paulo Freire III (Pureza).



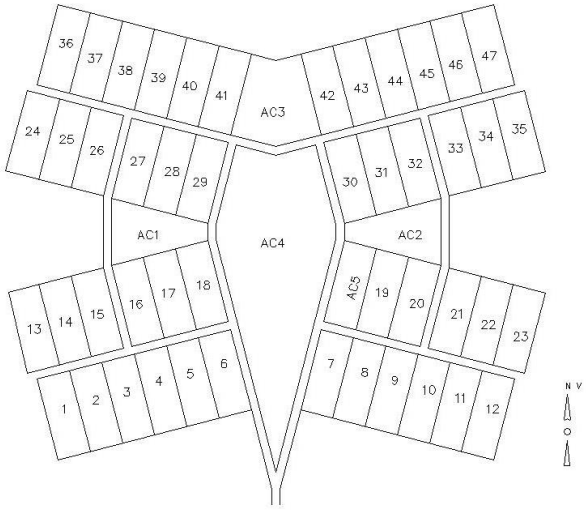
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 133 - Tipologia do habitat do Roseli Nunes (Ielmo Marinho).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 134 - Tipologia do habitat do Bernardo Marim (Pureza).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Uso do Solo: Componentes do Habitat.

Quanto ao uso do solo do habitat, apesar dos avanços na qualidade das informações gráficas do INCRA, no Governo Lula persiste o padrão de ocorrência dos anteriores: lote de moradia; área para equipamentos comunitários e de serviço; vias de circulação, todos definidos pelo perímetro e sem detalhamentos.

Lote de moradia.

Do mesmo modo que no período de FHC, permanece uma ampla variedade no dimensionamento dos lotes de moradia. As testadas variam entre 16, 20, 30, 40 até 50m, enquanto suas extensões entre 40, 50, 60, 70, 80, 100, 120, e 165m. A combinação mais recorrente, registrada em 12 habitats (20,33%), corresponde a 30 x 50m[232]. Na sequência, tem-se: 30 x 40m (em 09 habitats – 15,25%) e 30 x 60m (em 04 = 6,77%).

Os menores lotes de moradia estão em 2 dos habitats do Pedro Ezequiel de Araújo: 20 x 30m e 18 x 40m. Os maiores foram identificados no Riachão II (Ceará-mirim/2004): 50 x 100m; Carlos Marighela (Ielmo Marinho/2009) e Resistência Potiguar (Ceará-Mirim/2005): 40 x 120m. Destaque para o lote do Paulo Freire III (Pureza/2007) que, devido à tipologia concêntrica/radial, suas dimensões findaram em 16 x 165m, combinando a menor testada com a maior extensão.

Área para os equipamentos comunitários sociais e de serviço.

Essas áreas foram representadas de modo não elaborado e sem definição dos equipamentos. As dimensões e disposições são variadas: central, extremidades, sobras de áreas, dentre outras.

Vias de circulação.

[232] Do mesmo modo do item anterior, considera-se o total de 59 habitats.

A representação das vias do habitat é feita, sobretudo, a partir da delimitação das quadras dos lotes de moradia, sem maiores detalhamentos. A largura varia entre 15 a 30 m.

Inovação.

Quanto às estratégias inovadoras ao desenho, como cinturão verde ou área coletiva de produção envolvendo o habitat, catalogou-se 38 ocorrências para esta última.

10.1.5.4 Materialidade do Campo Empírico: Rosa Luxemburgo.

Identificação.

O Rosa Luxemburgo está localizado no município de Carnaubais. Sua portaria de criação data de 09/09/2009. Compreende uma área de 942,25 ha de terras para 70 famílias.

Processo de Efetivação do Desenho.

A partir da Palavra do Técnico do INCRA.

No Rosa Luxemburgo os técnicos atuantes no processo foram identificados. A narrativa ocorreu a partir dos seus relatos.

No que diz respeito ao habitat, os responsáveis foram os técnicos lotados na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor de Cartografia que também aturam no Zabelê: Djalma Bandeira Gomes e Divino Estrela. Não recordando da data exata, eles presumem que o processo tenha ocorrido entre 2010 e 2012, havendo a participação ativa dos assentados.

As atividades iniciaram com o planejamento e concepção do desenho do habitat, realizadas em reuniões entre eles e os beneficiários no próprio assentamento. As decisões aconteciam no coletivo, através de votação com a participação de todos.

Por não existir normativos ou documentos que orientassem essas atividades, os entrevistados tomavam como referência a experiência vivenciada em outros assentamentos, junto com os anseios da comunidade. Os assentados queriam ficar na beira da pista e próximo ao Sítio de Mangueira. Esses critérios condicionaram a locação do habitat. Já o tamanho dos lotes de moradia e a consequente dimensão do habitat foram norteados pela topografia do terreno e as possíveis áreas de não alagamento.

Com o desenho acordado, partiram para sua execução. Utilizando a Estação Total (instrumento de demarcação), através do método “medição ângulo e distância”, faziam a locação dos vértices dos lotes de moradia. As vias de circulação e áreas para

os equipamentos comunitários advinham em consequência, nas etapas anteriores. Os assentados limpavam o terreno, abriam as picadas e os auxiliavam na fixação dos piquetes.

Todo o processo de efetivação do habitat – planejamento à execução - aconteceu em 15 dias.

A habitação foi implementada posteriormente na aplicação da modalidade "Aquisição de Materiais de Construção" do Crédito Instalação. Esta operação foi coordenada pelo técnico em edificações Paulo Sena, lotado no Setor de Crédito da Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento. Conforme seu relato, ele seguiu o procedimento padrão praticado no INCRA, baseado nos normativos que regulamentavam essa atividade.

Não recordou com precisão, mas acredita que esse processo tenha acontecido entre 2010/2012. Inicialmente, realizou reuniões com a comunidade para o planejamento e concepção da habitação, na antiga sede. As decisões eram tomadas no coletivo e com a participação dos envolvidos. O entrevistado apresentou aos assentados o projeto padrão empregado, à época, pelo INCRA. Todavia, conseguiu viabilizar nessa planta e orçamento original o acréscimo do terraço frontal. Os assentados acataram de pronto, pois ansiavam logo pela execução das habitações.

Seguindo o que estabelecia o normativo, orientou aos beneficiários que organizassem uma comissão e fossem no mínimo a três depósitos de material de construção para a pesquisa de preços. A escolha do fornecedor aconteceu através da "tomada de preço". Com o resultado, tiveram início o fornecimento do material e a construção das habitações. A modalidade empregada foi a autoconstrução, com mão de obra dos próprios assentados e orientação técnica do entrevistado. O recurso para pagamento da mão de obra era 3 mil reais/família do total de 15 mil concedido.

A partir da Palavra dos Representantes dos Assentados.

A versão dos assentados sobre o processo de efetivação do desenho do habitat do Rosa Luxemburgo foi relatada de modo coletivo, a partir de uma assembleia com os assentados.

A luta pela terra, conduzida pelo MST, iniciou em junho/1998, originalmente com 400 famílias ocupando outra propriedade em Ipanguaçu, sem êxito. Não desistindo, esses trabalhadores fizeram outras tentativas no decorrer de 12 anos. Por fim, a desapropriação da atual área foi efetivada e as 150 famílias resistentes foram distribuídas em 3 assentamentos vizinhos: Rosa Luxemburgo, Irmã Dorothy e Margarida Alves II.

A etapa do acampamento alongou-se de 2006 a 2009, período no qual as famílias habitavam em barracos improvisados nas adjacências da propriedade e à margem da rodovia pavimentada, na atual área. Já discutiam acerca do desenho do habitat: a maioria ansiava por morar nas proximidades da "pista" e da fonte de água. Alguns propuseram locar as casas no lote individual de trabalho. No entanto, a proposta não foi acatada.

Logo após a imissão de posse, os assentados iniciaram o processo de concepção do desenho do habitat, retomando as discussões do acampamento, agora com a participação dos técnicos do INCRA[233]. As decisões eram tomadas em votação nas assembleias com a participação de todos os envolvidos.

A definição da localização do habitat decorreu da junção dos argumentos dos técnicos do INCRA pela viabilização da implantação da infraestrutura básica – sobretudo a água, devendo estar próximo a esta - e do desejo dos assentados em habitar às margens da via de acesso principal e da área denominada "várzea", a qual planejavam utilizar para a produção coletiva.

Quanto à concepção do projeto do habitat em si, o processo foi conduzido pelos técnicos do INCRA e complementado pelos assentados. O primeiro definiu a proposta da tipologia do desenho do habitat concentrado. A disposição dos elementos do habitat foi sugerida pelos assentados: desejavam uma agrovila com uma rua de grande extensão, em torno da qual as casas fossem aglutinadas. Os técnicos adaptaram a proposta à realidade da topografia local e o desenho foi efetivado.

Um dos assentados definiu as dimensões do lote de moradia: 30 x 50m. Houve também a proposta de 50 x 100m. Porém, acataram a primeira, por ser mais apropriada à quantidade de ruas do desenho, além de resguardar maior quantidade de terra para a área de produção, a qual consideravam pequena. A área comunitária pouco foi mencionada pelos entrevistados, afirmando que o desenho foi sugerido pelo INCRA.

Em relação à habitação, afirmaram que os técnicos responsáveis trouxeram "alguns modelos". Os assentados analisaram, votaram e acataram aquele que melhor atendia às necessidades das famílias. No mais, lhes foi dada autonomia para modificar o projeto internamente. Porém, a fachada da habitação deveria seguir o mesmo padrão para todos os casos.

A execução do habitat foi realizada pelos mesmos técnicos da cartografia, logo após a definição do desenho. Os assentados participaram com a limpeza e medição do terreno.

[233] Para o habitat e habitação, os assentados nomearam por responsáveis os mesmos técnicos citados nos documentos oficiais e aqui entrevistados.

A construção da habitação ocorreu somente em 2011/12, com a aplicação da modalidade "Aquisição de Materiais de Construção". Quanto ao material, era disponibilizado para cada família quantitativo conforme o projeto original. Os acréscimos decorrentes das alterações realizadas ficaram por conta de cada assentado, inclusive quando o terreno era acidentado.

A execução se fez pelos próprios assentados, por autogestão e sem assessoria técnica. Em algumas casas, as famílias se reuniram em mutirão. Quando necessário, contratava-se mão de obra externa. Todavia, consideravam o valor destinado para essa ação insuficiente: R$ 3 mil/família.

Desenho Resultante.

Escala I: Regional.

O Rosa Luxemburgo localiza-se a 5 km de distância da sede do município de Carnaubais. Já para Natal são 245 km. O acesso acontece por meio da rodovia RN-404, pavimentada, porém não conservada, que "corta" o assentamento, passando adjacente ao habitat. Esta via, paralela à RN-118 e perpendicular à BR-304 (que liga Natal a Mossoró), corresponde a um dos principais acessos às sedes de Carnaubais e do Porto do Mangue. Nas proximidades também há as sedes de Alto do Rodrigues, Pendências e Serra do Mel (ver Mapa 26).

Contíguo ao Rosa Luxemburgo existem os assentamentos Margarida Alves (22 famílias) e Irmã Dorothy (28 famílias) - localiza-se entre os dois (ver Mapa 27) - e mais adiante, o Rio Doce. Com exceção deste último, os demais funcionam como um "único grande assentamento", devido à relação entre as famílias.

Pela proximidade da sede municipal, a comunidade do Rosa Luxemburgo tem acesso facilitado aos serviços de saúde e educação, se comparado aos demais habitats analisados. Segundo os entrevistados, uma vez por mês o médico contratado pela gestão municipal realiza atendimento na casa-sede (edificação remanescente). Os casos mais graves são deslocados para a Unidade Básica de Saúde (UBS) ou Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) na sede de Carnaubais ou para Mossoró.

Quanto à educação, os alunos são transportados, todos os dias e nos dois turnos, via ônibus contratado pela Prefeitura, para a sede municipal, que dispõe da creche ao ensino médio.

No que diz respeito à comercialização da produção agropecuária, os assentados o fazem em feiras, que acontecem nas cidades vizinhas: Carnaubais (feira menor); Alto do Rodrigues, Pendências e Macau (feiras maiores).

MAPA 26 – Mapa do Assentamento Rural Rosa Luxemburgo: Escala I - Regional.

MAPA 27 – Assentamento Rural Rosa Luxemburgo,
Acessos e Adjacências.

Escala II: Assentamento Rural.

O Rosa Luxemburgo corresponde a um exemplar cujo habitat está estabelecido numa área considerada intermediária, que nem contempla a extremidade do assentamento e nem sua centralidade. Porém, devido sua localização anexa à RN-404, que além de "cortar" o assentamento transversalmente, constitui o seu principal acesso, essa implantação finda por ser categorizada como "extremidade/perímetro", situação mais recorrente nos assentamentos criados no Governo Lula (ver Mapa 28).

Quanto ao uso do solo, são representados: 70 lotes de produção individual; 2 áreas de produção coletiva; 2 áreas de reserva legal; 6 áreas de preservação permanente; vias de circulação; e 1 habitat. A casa-sede resiste como equipamento remanescente, porém não localizada no desenho (ver Mapa 28).

A maior parte dos lotes de produção individual apresenta formato padronizado: retângulo alongado ou compacto, com área equivalente a 6,70 ha. Segundo os assentados, a produção neles é feita de modo individual, artesanal e somente durante o inverno, em consequência aos graves problemas com a falta d'água na região. No mais, devido à ausência de apoio Institucional, quem não possui recursos próprios ou mão de obra auxiliar não consegue explorar o lote. Como exceção, tem-se o assentado que também habita no lote de produção, e a partir de financiamento particular, consegue nesse espaço produzir.

A distância entre esses lotes de produção individual e o habitat é diversa. Poucos se encontram adjacentes. Parcela maior a uma distância intermediária (até 2 km) e outros ainda mais distantes, percorrendo-se mais de 5 km nos casos mais críticos.

No que diz respeito às áreas coletivas para produção, uma se localiza em torno do habitat. A outra, denominada "várzea", está apartada do restante do assentamento pela RN-404. Em ambas a produção acontece de modo individual: manejo da palha da carnaúba, observadas as diretrizes dos órgãos ambientais.

Aproximadamente 200,22 ha - delimitados no final do assentamento - foram destinados à área de reserva legal, onde não se desenvolve exploração ou qualquer outro tipo de uso. Marcante é a presença de áreas de preservação permanente, sobretudo ao redor do Rio Olho d'água e Rio Piranhas (ver Mapa 28).

As vias vicinais internas que interligam os elementos do assentamento são 4: 3 longitudinais, que percorrem o assentamento de "ponta a ponta", ligando o habitat aos lotes de produção individual e à área de reserva legal; e 1 menor, paralela à RN-404 e adjacente ao Rio Piranhas. Todas são estreitas e revestidas em areia, sendo o trânsito de veículo por elas penoso.

MAPA 28 – Assentamento Rural Rosa Luxemburgo:
Escala II – Assentamento Rural.

O equipamento remanescente, a casa sede, constitui local de encontros, festa e reuniões, onde funciona a sede de uma das associações e os atendimentos do serviço de saúde (ver foto 68).

Foto 68 - Equipamento remanescente: antiga casa sede.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Quanto à classificação dos assentados acerca do desenho do Rosa Luxemburgo, na escala do assentamento não houve consenso. Para uma parcela dos entrevistados o desenho é adequado e propício a vida da comunidade porque a localização do habitat, nas margens da rodovia, facilitou o acesso à água, à energia elétrica e à escola das crianças - elementos essenciais às famílias. Não se queixam das extensões a percorrer entre o habitat e os lotes de produção. Essa parcela prioriza a relação com o exterior do assentamento - sede municipal - às áreas de produção.

Diferentemente, a outra parcela dos entrevistados reclamou dos grandes percursos cotidianos. Para estes, a área de produção deveria ser mais próxima do habitat ou mesmo ter constituído a tipologia dispersa. Optam pela produção. No mais, questionaram a argumentação utilizada para a locação do habitat: “Disseram que nessa área seria mais fácil conseguir puxar água para as casas. Mas, hoje não temos água para nada”.

Quanto às questões técnicas do planejamento do território, constata-se que a configuração do assentamento prejudica os aspectos da vida dos assentados voltados à produção, sobretudo devido às grandes distâncias entre o habitat e parcela significativa dos lotes de produção individual. Somada à falta de condições financeiras das famílias, faz com que esses lotes sejam abandonados. Do mesmo modo que para o Três Marias, uma localização mais central do habitat em relação aos lotes de produção minimizaria a problemática. Todavia, nesse âmbito se buscou uma solução: inserir área coletiva de produção em torno do habitat. Por sua vez, a localização deste à margem da rodovia

favorece a relação dos assentados com o entorno do assentamento, onde também desenvolvem parta da vida cotidiana.

Escala III: Habitat.

A tipologia do desenho do habitat do Rosa Luxemburgo pode ser classificada como ortogonal/tabuleiro. Quanto ao uso do solo, são representados apenas pelo perímetro: os lotes de moradia, as áreas para equipamentos comunitários sociais e de serviço e as vias de circulação (ver Mapa 29).

A configuração é retangular e alongada. Apesar da tipologia ortogonal/tabuleiro, não segue uma uniformização rígida na disposição dos lotes de moradia e das vias de circulação. Assim, os 70 lotes estão distribuídos em 7 "quadras" com dimensões e formas não padronizadas. O desenho se desenvolve ao longo da via longitudinal maior. As transversais servem para conectar as longitudinais entre si. A maior distância ininterrupta entre lotes de moradia é de 570 m (19 lotes) (ver Mapa 29).

A localização das 2 áreas para equipamentos comunitários sociais e de serviços minimiza os grandes percursos a serem vencidos. Uma no início do habitat, delimitada por 2 vias longitudinais e 1 transversal; e a outra demarcada pelas outras 2 vias longitudinais menores, ao fim do habitat. A distância mais desfavorável entre estas e os lotes de moradia equivale a 330 m (11 lotes) (ver Mapa 29).

Cada lote de moradia mede 30m x 50 m, seguindo o padrão do campo empírico estudado. Os principais usos identificados corresponderam à moradia e produção familiar: plantam macaxeira, feijão, batata, milho e frutas, e criam animais de pequeno porte. Por usos secundários registram-se a moradia compartilhada (sobretudo com familiares) e a prestação de serviços: mercadinhos e salão de beleza. Os tipos edilícios recorrentes equivalem à habitação e aos equipamentos de apoio à produção (galinheiros e depósito). Não existe cisterna. De modo geral, constatou-se fortes traços de apropriação dos lotes por parte das famílias, adaptando-os às suas necessidades (ver foto 69).

As áreas para equipamentos comunitários sociais e de serviços são utilizadas para a circulação e o lazer. Na área situada no início do habitat foram locados a caixa d'água e o campo de futebol. Na outra, um parque de vaquejada particular, de propriedade de um dos assentados, apesar de localizado na área de uso comum. Devido aos poucos equipamentos existentes, a comunidade pouco se apropria desses espaços (ver foto 70).

As vias de circulação configuram 7 unidades. Quatro longitudinais e paralelas, percorrendo a testada dos lotes de

MAPA 29 – Assentamento Rural Rosa Luxemburgo:
Escala III – Habitat.

moradia. Uma destas faz a ligação com a vicinal de acesso ao habitat, continuando para além. As outras 3 são menores, paralelas entre si e transversais às longitudinais. Uma corta a quadra dupla central e um dos quarteirões simples, ligando as 2 ruas longitudinais. Todas têm 20m de largura, não pavimentadas, porém com iluminação pública recente (ver foto 71).

No que diz respeito à infraestrutura básica, o habitat apresenta situação peculiar. A energia elétrica foi instalada posteriormente à construção das habitações. O abastecimento d'água acontece via adutora, com a rede de encanamentos chegando até o interior das habitações. No entanto, a irregularidade deste serviço foi bastante enfatizada na narrativa dos assentados. Segundo eles, há meses falta água no habitat. Atualmente, somente tem acesso quem consegue comprar "caminhão-pipa". E o fato de não possuírem cisternas para armazenar a água da chuva, agrava essa situação.

Diferentemente dos demais assentamentos analisados, o Rosa Luxemburgo é o único dos habitats a possuir serviço de coleta de lixo disponibilizado pela gestão municipal: o caminhão do lixo atende às famílias uma vez por semana – nas quintas-feiras – conforme citado pelos entrevistados.

Foto 69 - Lote de moradia do Rosa Luxemburgo.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 70 - Área comunitária do Rosa Luxemburgo.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 71 - Vias de circulação do Rosa Luxemburgo.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Os assentados classificam o desenho do habitat como positivo e que favorece a vida cotidiana. Para tanto, contribuem as dimensões dos lotes de moradia, a proximidade das habitações e, para uma parcela, a localização do habitat. Entretanto, admitem a ausência de equipamentos sociais para o lazer e o encontro da comunidade, como praça, igrejas, "academia para a 3ª idade", dentre outros. Atualmente, o lazer coletivo se restringe ao campo de futebol e reuniões nas casas dos próprios assentados.

Destaca-se a apropriação dos lotes de produção individual. Os assentados que tiveram condições financeiras, lá construíram a segunda habitação, convertendo-os também em seu habitar. Transformaram a tipologia original do habitat para o misto.

Tomando por referência os aspectos técnicos da arquitetura, corrobora-se com a opinião dos assentados. Apesar de possuir morfologia alongada, a localização das áreas para equipamentos comunitários sociais e de serviços buscou favorecer os encontros dos grupos sociais, mesmo não concentrando num único espaço. No mais, as dimensões dos lotes de moradia permitem, ao mesmo tempo, habitar e produzir, sendo bem aproveitados pelas famílias. Todavia, o entrave permanece nos longos deslocamentos entre o habitat e os lotes de produção e na ausência de equipamentos nas áreas coletivas de convivência.

Escala IV: Habitação.

As habitações do Rosa Luxemburgo foram construídas logo após a desapropriação (2011/12). Para tanto, utilizou-se o projeto padrão do INCRA, à época, de autoria desconhecida (modelo 03). Comparada as plantas anteriores, esta sofreu alterações em suas dimensões: 7m x 14m. Porém, permaneceu com desenho simples: retângulo dividido em 5 ambientes - sala de estar/jantar (3,50m x 4,00m); cozinha (3,50 m x 3,70m); 2 dormitórios (3,50m x 2,90m, cada) e banheiro (2,50m x 1,55m),

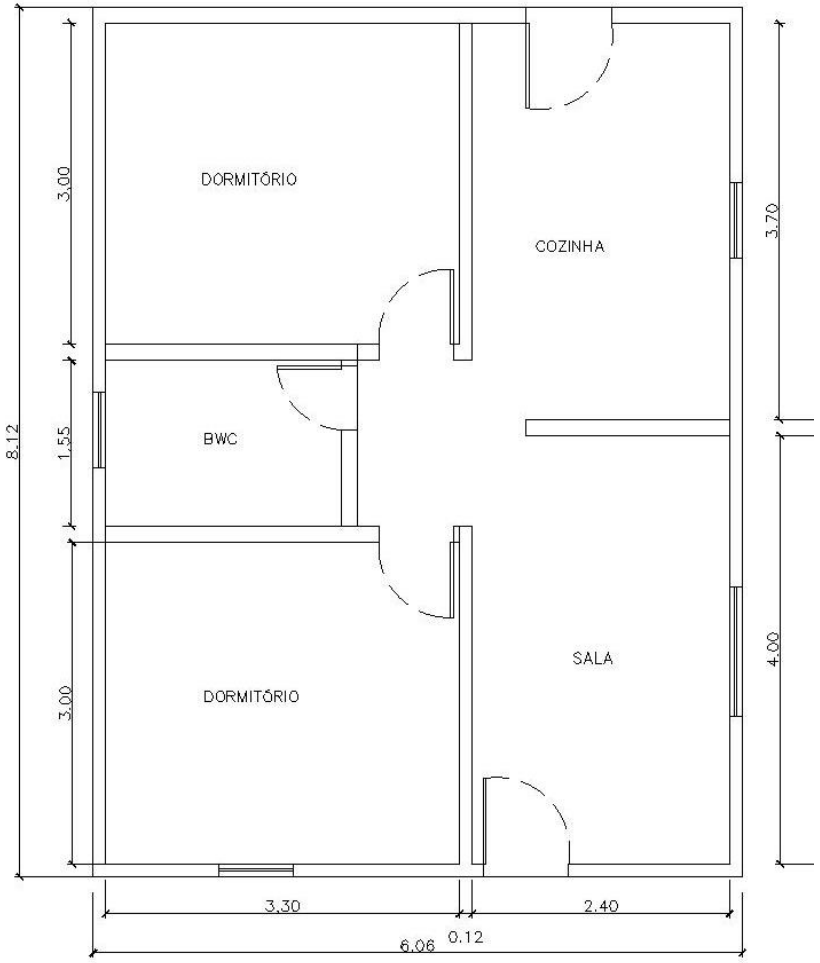
que se encontra entre os dormitórios (ver figura 135). O esgotamento sanitário acontece via fossa, localizada atrás da habitação e executada em conjunto desta.

No mais, percebe-se que não se levou em consideração, para a localização da habitação no lote de moradia, a relação com o sol nascente/poente e os ventos dominantes.

Apesar de recentemente construídas, grande parcela das habitações já passou por reformas e ampliações**.** O projeto original não atendia à vida cotidiana das famílias, geralmente numerosas e com necessidades rurais. Assim, cada família adequou a habitação primitiva às suas necessidades. Segundo os entrevistados, estas reformas/ampliações foram financiadas com os próprios recursos das famílias, posteriormente ou no próprio momento da construção inicial. Afirmaram que ainda não foram contemplados com a modalidade "Recuperação/Materiais de Construção" do Crédito Instalação. Os principais acréscimos realizados foram: alpendre na frente; cozinha auxiliar/área de serviço; 1 dormitório (totalizando 3); caixa d'água de alvenaria (com o material que sobrou da construção inicial).

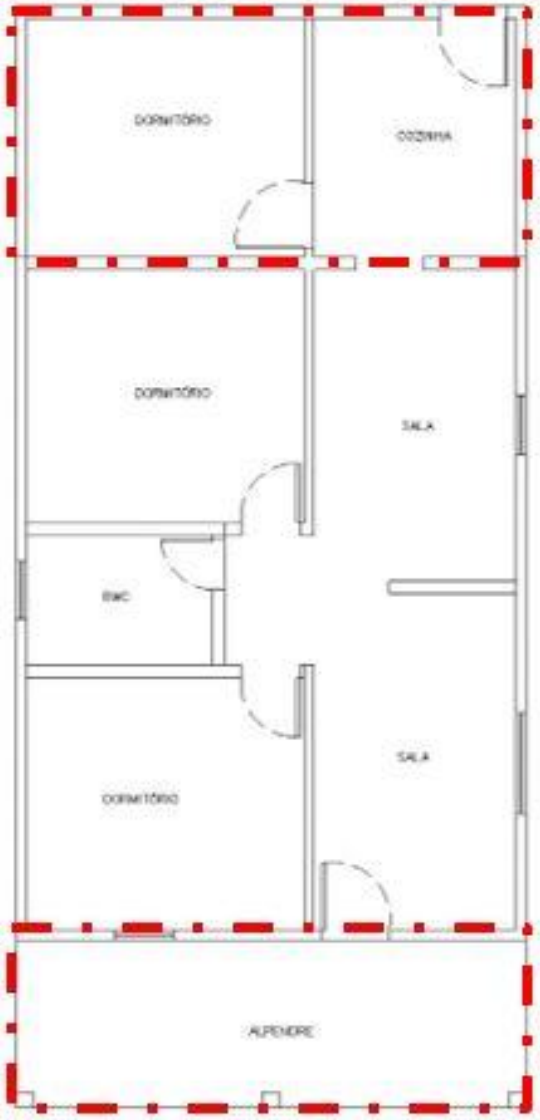
Para ilustrar, exemplifica-se com a habitação de um assentado. Ao projeto primitivo, ele acrescentou alpendre, 1 dormitório e cozinha, transformando a original em sala de jantar (ver figura 136 – as alterações foram representadas em tracejado vermelho - e as fotos 72 e 73).

Figura 135 - Planta baixa da habitação original do Rosa Luxemburgo.



Fonte: Acervo do INCRA/RN.

Figura 136 - Planta baixa de habitação reformada no Rosa Luxemburgo.

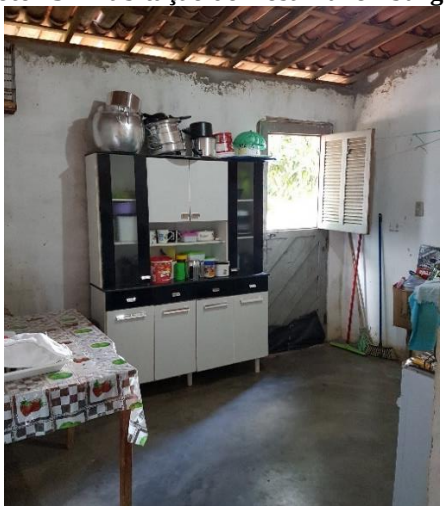


Fonte: Levantamento *in loco* realizado pela autora (2018).

Foto 72 - Habitação do Rosa Luxemburgo.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 73 - Habitação do Rosa Luxemburgo.



Fonte: Acervo da autora (2018).

MAPA 30 – Mapa do Rio Grande do Norte e assentamentos rurais criados no Governo Dilma.

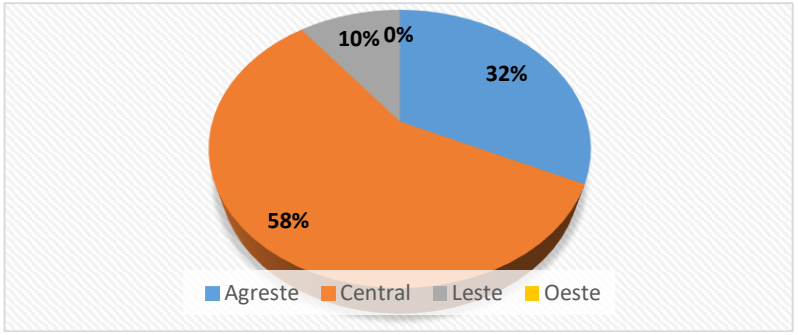
10.1.6 Governo Dilma (2011-2013).

O Mapa 30 retrata os três assentamentos rurais criados no RN no recorte do Governo Dilma estudado: Dom Pedro II (Boa Saúde/2012); Libertação (Macaíba/2012); e Alto do Oriente (São Bento do Norte/Caiçara do Norte/2013).

10.1.6.1 Aspectos Gerais.

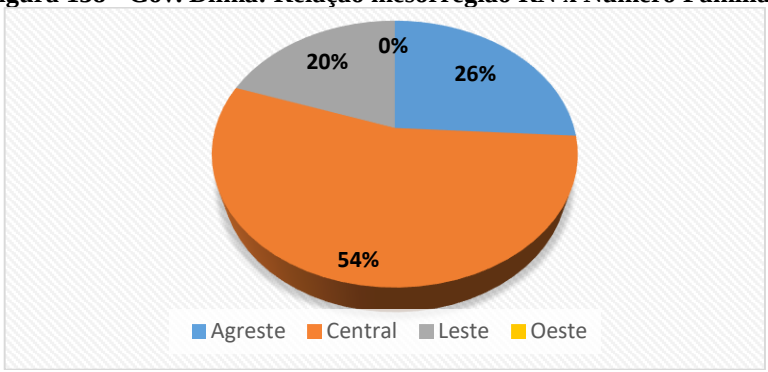
As figuras 137 e 138, complementadas pela Tabela 08 (página 508) ilustram os dados das desapropriações para o período: 4.355,56 ha para 158 famílias. Os menores quantitativos entre os governos estudados. Pela primeira vez, não houve criação de assentamentos rurais na mesorregião Oeste Potiguar.

Figura 137 - Gov. Dilma: Relação mesorregião RN x Área desapropriada.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

Figura 138 - Gov. Dilma: Relação mesorregião RN x Número Famílias.



Fonte: Elaboração da autora a partir do SIPRA (2017).

10.1.6.2 Aspectos Sociais/Agentes.

A conjuntura quanto aos agentes requerentes por desapropriação de imóveis rurais no estado, no decorrer do Governo Dilma permaneceu semelhante à do governo anterior.

Todavia, a prática da produção do desenho do habitat de reforma agrária sofreu alterações. A atuação hegemônica volta a não mais contar com a assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo, como a do GERAH/UFRN. Assim, restringe-se aos técnicos do INCRA, sindicatos, movimentos sociais – com forte influência e ação do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) – e as famílias assentadas.

10.1.6.3 Aspectos Físicos/Espaciais.

Existência de Desenho.

Semelhante ao Governo Lula, as informações gráficas inerentes aos aspectos físicos dos habitats encontram-se acessíveis e organizadas. Os três exemplares identificados no período contemplam projeto/peça técnica com desenho nas duas escalas analisadas: do assentamento e do habitat.

Escala do Assentamento.

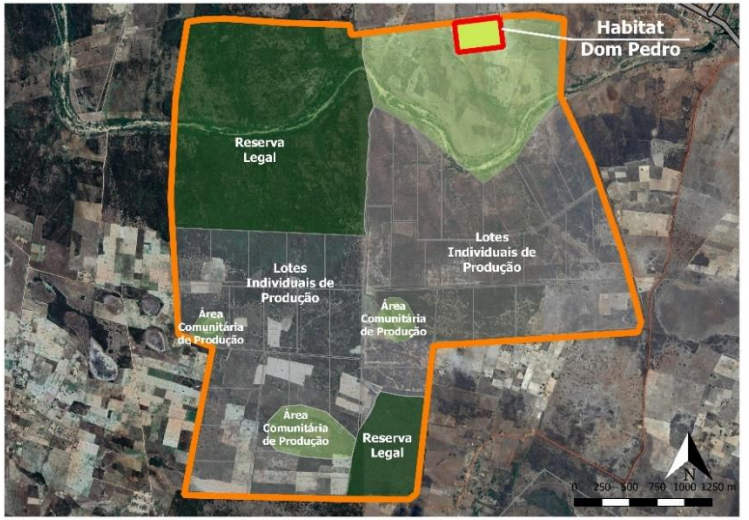
Quantidade de Habitat.

O padrão equivale a 01 habitat concentrado.

Localização.

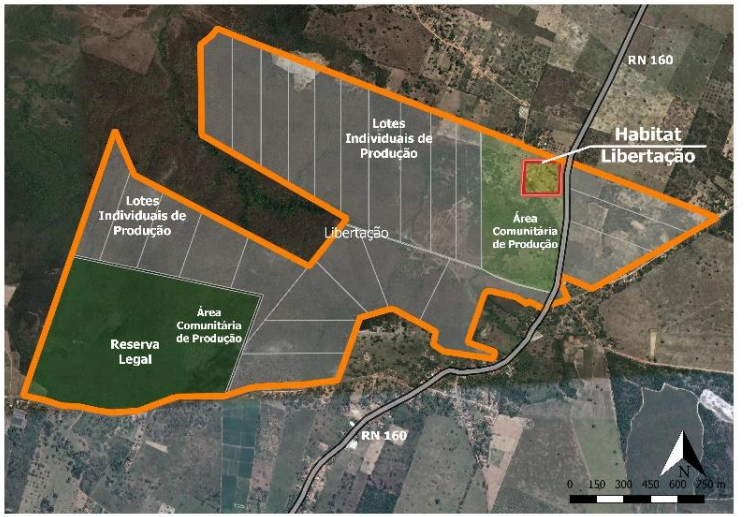
Reconhece-se como genótipo o habitat situado na extremidade do assentamento - Dom Pedro II (extremidade/não perímetro) (ver figura 139) e Libertação (extremidade/perímetro) (ver figura 140). Por sua vez, no Alto do Oriente o habitat está situado numa posição intermediária: nem no perímetro e nem na centralidade do assentamento (ver figura 141).

Figura 139 - Localização do habitat do Dom Pedro II (Boa Saúde).



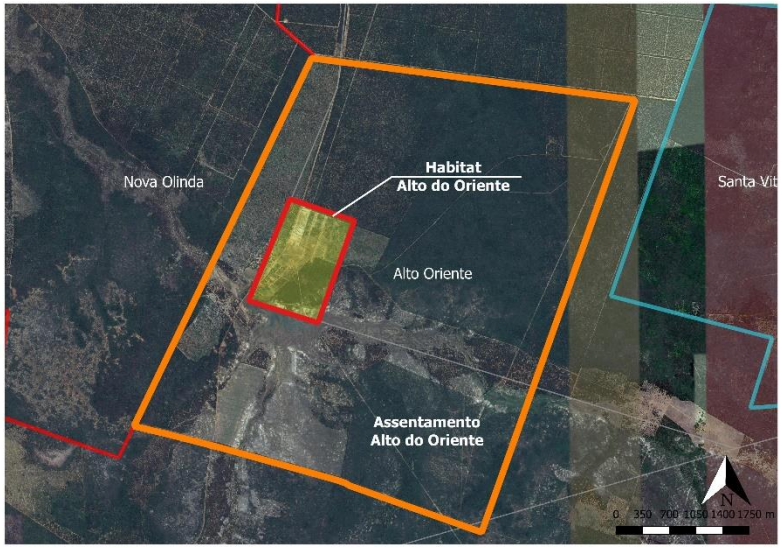
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 140 - Localização do habitat do Libertação (Macaíba).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Figura 141: Localização habitat Alto do Oriente (São Bento do Norte).



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do INCRA e Google Earth.

Modo de Acesso.

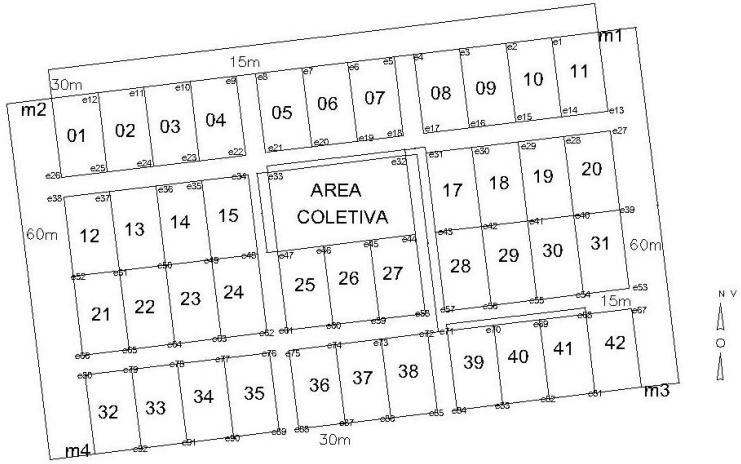
O principal modo de acesso ocorre por via vicinal: Dom Pedro II e Alto do Oriente. Somente ao habitat do Libertação chega-se por meio de rodovia (RN-160).

Escala do Habitat.

Tipologias.

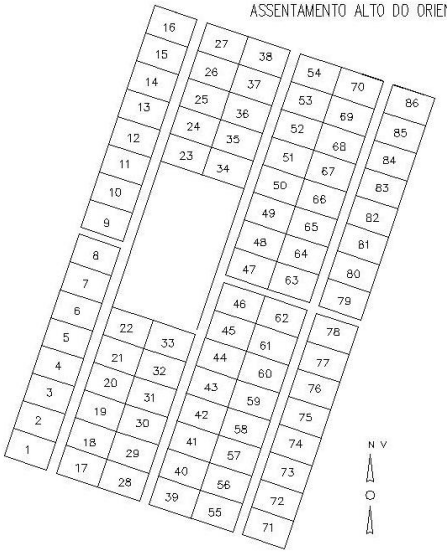
O genótipo permanece o ortogonal/tabuleiro, verificado no Dom Pedro II (ver figura 142) e Alto do Oriente (ver figura 143). O Libertação segue o padrão linear/2 ruas (ver figura 144).

Figura 142 - Tipologia do habitat do Dom Pedro II (Boa Saúde).



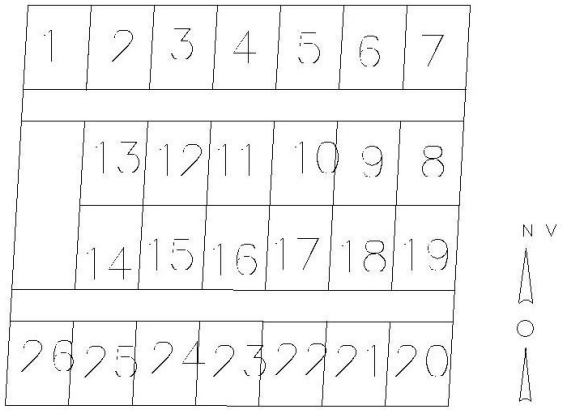
Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 143 - Tipologia do habitat Alto do Oriente (São Bento do Norte)



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Figura 144 - Tipologia do habitat do Libertação (Macaíba).



Fonte: Acervo do Setor de Cartografia do INCRA/RN (2017).

Uso do Solo: Componentes do Habitat.

Em relação aos elementos do habitat ilustrados no desenho, se mantém o parâmetro dos períodos anteriores: lote de moradia; área para os equipamentos comunitários sociais e de serviço; e vias de circulação, delimitados apenas pelo perímetro.

Lote de moradia.

O formato e as dimensões dos lotes de moradia dos três habitats do período exibem padrão semelhante: retângulo com variações de: 30m x 40m (Libertação); 35m x 60m (Dom Pedro II); 40m x 60m (Alto do Oriente).

Área para os equipamentos comunitários sociais e de serviço.

Estas foram representadas sem padronização e definição de seus equipamentos edilícios.

Vias de circulação.

Com largura variando entre 15 a 30 m, permanecem sendo representadas sem detalhamento, a partir da delimitação das quadras dos lotes de moradia.

Inovação.

Apenas no Dom Pedro II foram catalogadas estratégias inovadoras: habitat envolto por área de produção coletiva.

10.1.6.4 Materialidade do Campo Empírico: Dom Pedro II.

Identificação.

O assentamento do Dom Pedro II está localizado no município de Boa Saúde. Criado em 27/12/2012, abrange área de 1.396,81ha de terras, beneficiando 41 famílias.

Processo de Efetivação do Desenho.

A partir da Palavra do Técnico do INCRA.

Relata-se somente a efetivação do habitat. A habitação aconteceu pós 2013, não mais sob a responsabilidade do INCRA.

O processo correspondeu à atribuição exclusiva do técnico da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor de Cartografia que também atuou no Zabelê e no Rosa Luxemburgo: Divino Estrela. Segundo ele, foi efetivado em 2014, contando com a participação ativa dos assentados.

Inicialmente, no acampamento, foram realizadas reuniões para tratar do planejamento e concepção do desenho do habitat. As propostas eram debatidas e definidas de modo democrático e coletivo, com votação em assembleia.

Por não existir normativo ou documento que orientasse essas atividades, o técnico tomou como referência sua própria experiência profissional e os anseios da comunidade. Buscava atender as solicitações destes, ajustando-as às questões técnicas necessárias: "Afinal de contas, são eles quem vão lá morar".

Os assentados apresentaram uma proposta pronta, com definição do local do habitat e o tamanho dos lotes de moradia. O entrevistado a adaptou, aproximando o habitat ao limite do perímetro do assentamento, para evitar problemas com apropriação irregular da área coletiva pelos assentados. Verificou a viabilidade da topografia e se era área de não alagamento. Elaborou o projeto e sua representação gráfica *in loco*.

Com o desenho acordado, seguiu para a fase da execução. Como nos demais casos, fez uso de instrumento de precisão e demarcação – Estação Total a partir do método "medição ângulo e distância" - para a locação dos piquetes nos vértices dos lotes de moradia. Os demais elementos advinham dessa demarcação. Os assentados limpavam o terreno, abriam as picadas e o auxiliavam na fixação dos piquetes. Todo esse processo do habitat - do planejamento à execução - aconteceu em 15 dias.

A partir da Palavra dos Representantes dos Assentados.

O processo de efetivação do desenho do habitat na versão dos assentados foi narrado pelo presidente e a tesoureira da última (2018) Associação de moradores constituída no assentamento.

A conquista da terra resultou da luta organizada pelo MST, iniciada em 2002 com 80 famílias. No transcorrer houve um "racha" entre as lideranças e o MST perdeu a organicidade para o MLST, que desde então coordena o assentamento.

Originalmente, estruturaram o acampamento nas "Barretas", nas proximidades do assentamento, permanecendo lá por três anos. Depois de expulsas, a maior parte das famílias se

dispersou, perseverando na luta apenas quatro (dentre estas, a da entrevistada), ocupando por mais sete anos outra área nas proximidades. Posteriormente, mudaram o acampamento para a entrada da atual propriedade, nas adjacências da casa sede. A quantidade de famílias havia aumentado para 65. Habitavam de modo improvisado, compartilhando 50 barracas, estas constituídas de materiais diversos: lona, palha de coqueiro, papelão; etc. Já nessa fase discutiam sobre a organização do espaço físico do futuro habitat: desenho compacto localizado na área do acampamento. Após longo período de negociação entre o INCRA, assentados e representantes, o imóvel foi desapropriado.

No processo de planejamento e concepção do desenho do habitat as propostas foram compartilhadas de modo coletivo entre os técnicos da cartografia e os assentados em duas reuniões realizadas no assentamento. Afirmaram que a tramitação dessa etapa sucedeu rapidamente, porque os assentados não aguentavam a situação degradante em que se encontravam. As casas seriam construídas pelo PMCMV Rural.

Para a localização do habitat, os técnicos do INCRA apresentaram três propostas: 1º) no acampamento (entrada do assentamento), numa "baixada", que alagava quando chovia; 2º) na área de "arisco", próximo aos lotes de trabalho, mas ainda sem infraestrutura, sobretudo energia elétrica; 3º) na área de topografia plana nos limites do assentamento e de fácil acesso à sede do município (1.800m de distância), priorizando a implantação de infraestrutura e dos serviços básicos (escola). Os assentados optaram pela 3ª proposta.

Quanto à concepção do projeto do habitat, a proposta resultou na adaptação do "modelo padrão" aplicado pelo INCRA no estado. Os assentados ansiavam por um desenho compacto, onde as casas fossem próximas umas das outras, proporcionando segurança: "Isolamento significa assalto". Afirmaram também que planejaram o projeto pensando no futuro: "o modo como as ruas foram organizadas, foi pensando daqui a 30 a 50 anos, quando a cidade crescer... daí junta com as ruas propostas aqui". Citaram como inspiração o desenho do habitat do Paulo Freire III (Pureza/2007), com tipologia concêntrico/radial.

Baseados na experiência cotidiana, o técnico do INCRA recomendou as dimensões dos lotes de moradia: 35m x 60m. Os entrevistados pouco mencionaram sobre as áreas para equipamentos comunitários sociais e de serviço e as vias de circulação. Sugeriram a locação de uma área coletiva para a produção ao redor do habitat, a qual foi acatada.

A execução do habitat também aconteceu de modo rápido. Após as reuniões de planejamento/concepção, os técnicos do INCRA retornaram para a implantação do habitat.

No que diz respeito à habitação, sua efetivação aconteceu em 2015. Segundo a narrativa, todas as etapas do processo - planejamento, concepção e execução - foram conduzidas pelo "Instituto Anastase", entidade organizadora que mediou o processo junto à CEF, como representante dos assentados. Para a concepção do projeto, a construtora contratada - via processo licitatório pela CEF - apresentou quatro modelos para a comunidade escolher. As decisões também foram tomadas no coletivo, em reuniões entre os assentados, seus representantes e a entidade organizadora. Optaram pelo projeto que consideraram melhor se adequar às necessidades das famílias.

A execução das habitações aconteceu pela construtora contratada, que deu prioridade à mão de obra do assentamento. Os entrevistados relataram que à época o recurso disponibilizado desvalorizou, sendo necessário adequar a construção. A complementação do crédito foi aprovada recentemente.

Desenho Resultante.

Escala I: Regional.

O assentamento rural Dom Pedro II apresenta localização privilegiada em relação à sede do município de Boa Saúde: dista somente 3 km. De Boa Saúde para Natal são 84,50 km. O acesso entre essas duas sedes acontece por meio da BR-226 até a altura de Serra Caiada, onde se permuta para a RN-120 - que liga Boa Saúde às demais localidades do RN. Ambas as rodovias são pavimentadas. Contudo, o trecho de Boa Saúde para o assentamento ocorre em via não pavimentada (ver Mapa 31).

Não existem outros assentamentos rurais na circunvizinhança, conforme retratado nos Mapas 31 e 32. Os mais próximos são: Três Corações (1998) e Riacho do Meio (2010), ambos em Serra Caiada, distante 13,7 km de Boa Saúde; e Potengi (1997), localizado em Lagoa dos Velhos a 30 km de Boa Saúde (ver Mapa 31). Assim, constitui o único representante analisado que não compõe conglomerado de assentamentos.

Devido à proximidade entre o habitat e a sede municipal, entre eles existe uma estreita relação. Seguindo a mesma lógica do Rosa Luxemburgo, os assentados do Dom Pedro II têm acesso facilitado aos serviços de saúde e educação. Para ambos os serviços se deslocam à sede do município, onde há Unidade Básica de Saúde (UBS); Unidade de Pronto-Atendimento (UPA); hospital; e unidades de ensino da creche ao ensino médio. Quanto

MAPA 31 – Mapa do Assentamento Rural Dom Pedro II: Escala I - Regional.

MAPA 32 – Assentamento Rural Dom Pedro II,
Acessos e Adjacências.

os últimos, a Prefeitura disponibiliza ônibus escolar para conduzir os alunos do assentamento todos os dias e nos dois turnos.

No que diz respeito à comercialização da produção agropecuária, segundo os entrevistados, não o fazem porque ainda não têm produção suficiente para tal atividade.

Escala II: Assentamento Rural.

O Dom Pedro II corresponde exemplar cujo habitat está estabelecido no limite do perímetro do assentamento (extremidade/perímetro), conforme observado no Mapa 33.

Quanto ao uso do solo, são representados no desenho: 41 lotes de produção individual; 1 área de produção coletiva; 2 áreas de reserva legal; 4 áreas de preservação permanente; vias de circulação; 1 habitat concentrado (11,20 ha). Ainda resiste a antiga casa sede, exemplar de equipamento remanescente, porém não localizada no desenho (ver Mapa 33).

A maior parte dos lotes de produção individual apresenta formato padronizado: retângulo alongado ou compacto, adaptando-se aos elementos naturais existentes, sobretudo os corpos d'água. Todavia, sua área total é equivalente: 7,0 ha. Segundo os entrevistados, os assentados produzem somente feijão, milho e mandioca de modo individual, artesanal e durante o inverno, devido à falta de água na região. A relação de distância entre esses lotes de produção e o habitat transita de mediana a grande. Nenhum se encontra adjacente à área de moradia. No cenário mais crítico, percorre-se mais de 6 km (ida e volta).

A área coletiva para produção fica em torno do habitat, sendo utilizada, de modo individual, para complementar a produção familiar. Conforme os entrevistados, inicialmente houve uma tentativa de produção a partir de uma horta coletiva, nos moldes de uma mandala. Porém, no transcorrer do tempo e da convivência, a iniciativa não obteve êxito devido ao forte individualismo dos assentados. Optaram em prolongar os lotes de moradia até esta área, fracionando-a em parcelas individuais.

A área de reserva legal divide-se em dois trechos com dimensões diferenciadas. A maior - que contém trecho do Rio Trairi - localiza-se nas proximidades do habitat. A outra se encontra no final do assentamento. A área de preservação permanente envolve o citado Rio Trairi.

O conjunto de vias vicinais internas que interligam os elementos do assentamento corresponde a 6 unidades: 2 longitudinais, uma das quais percorre o assentamento de "ponta a ponta", conectando o habitat à área de produção coletiva; à parte dos lotes de produção individual e cruzando uma das áreas de

MAPA 33 – Assentamento Rural Dom Pedro II:
Escala II – Assentamento Rural.

reserva legal; e 4 menores, perpendiculares às demais, interligando os lotes de produção individual entre si, e funcionando também como seu delimitador. Todas são revestidas com areia e de largura estreita, sendo penoso o trafego por elas.

O ponto de vista dos assentados entrevistados acerca do desenho do Dom Pedro II na escala do assentamento não apresentou consenso. Classificando-o como positivo, o presidente da associação enfatizou a localização do habitat nas proximidades do acesso principal do assentamento e da sede municipal.

Por sua vez, a tesoureira, inicialmente, também categorizou positivamente o desenho. Porém, no decorrer da narrativa, afirmou que não somente ela, como outros assentados, preferia que as habitações tivessem sido construídas no lote de trabalho: "Quem trabalha mesmo na roça gostaria de estar lá". No entanto, respeitava a decisão coletiva final: "Mas tá bom. O importante é nós ter terra para trabalhar".

Quanto as questões técnicas do planejamento do território, constata-se que a configuração do assentamento prejudica os aspectos da vida dos assentados voltados à produção. A localização do habitat - no perímetro do assentamento - não privilegia a relação com os lotes de trabalho, mas sim com o exterior do assentamento, sobretudo a sede do município.

Escala III: Habitat.

A tipologia do habitat do Dom Pedro II classifica-se como ortogonal/tabuleiro. Os elementos morfológicos representados somente pelo perímetro são: lotes de moradia; área para equipamentos comunitários sociais e de serviço; vias de circulação (ver Mapa 34).

Corresponde a um desenho compacto: uma figura retangular com perímetro de 415m x 270m. Como um tabuleiro de xadrez, os 41 lotes de moradia e a área para equipamentos comunitários distribuem-se em 9 quadras, com dimensões relativamente padronizadas. Estas são delimitados pelas vias de circulação: 2 no sentido longitudinal, com 415m de extensão por 15m de largura; e 3 no sentido transversal, com aproximadamente 270m x 15m (ver Mapa 34). Não pavimentadas, obtiveram iluminação pública em 2010. Os lotes de moradia e suas respectivas habitações voltam-se para a área comunitária central, que tem 3 dos lados circundados por vias de circulação. O quarto lado é adjacente a 3 lotes de moradia. A maior distância ininterrupta entre lotes de moradia é 120 m (ver Mapa 34).

Cada lote de moradia mede 35m x 60m. Os principais usos registrados correspondem à moradia e à produção familiar. Os assentados plantam macaxeira, feijão, batata, jerimum, milho,

MAPA 34 – Assentamento Rural Dom Pedro II:
Escala III – Habitat.

coentro, frutas, ao mesmo tempo em que criam pequenos animais. Como mencionado, complementaram (adjacente ou não) a dimensão do lote com parcelas individuais da área coletiva. Os usos secundários mais frequentes são: a moradia compartilhada (familiares) e a prestação de serviços. Habitação, equipamentos de apoio à produção (galinheiro, depósito) e cisterna para consumo humano (16 mil litros) equivalem aos principais tipos edilícios existentes nos lotes. De um modo geral percebeu-se que as famílias se apropriaram dos lotes, adaptando-os às suas necessidades, aproveitando todo o espaço (ver foto 74).

A área para equipamentos comunitários sociais e de serviços apresenta 105m x 60m. Sua localização privilegia a quase totalidade dos lotes de moradia. A distância mais desfavorável a ser percorrida entre ambos corresponde a 235m. Os principais usos são a circulação e busca por água. O único equipamento existente constitui uma caixa d'água e seu respectivo dessalinizador (ver foto 75).

Todavia, há um campo de futebol e uma Igreja Evangélica, ambos instalados fora dessa área coletiva. O primeiro localiza-se na área de produção coletiva na entrada principal do habitat. E a Igreja Evangélica foi construída no lote de moradia da assentada entrevistada (ver foto 76).

Foto 74 - Lote de moradia do Dom Pedro II.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 75 - Via adjacente à área comunitária do Dom Pedro II.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 76 - Igreja Evangélica do Dom Pedro II.

Fonte: Acervo da autora (2018).

No mais, não se observou preocupação com o tratamento disponibilizado ao lixo. Este é queimado ou enterrado por cada assentado em seus lotes de moradia. Por sua vez, o entrevistado mencionou a necessidade de um "plano municipal de saneamento básico" e de propostas para o reuso de água no assentamento. Por fim, como já citado, houve a inserção de elementos inovadores no desenho do habitat: área coletiva de produção ao seu redor.

Quanto ao desenho do habitat os assentados entrevistados classificaram como positivo. Para eles, favorece a vida cotidiana: "Tá bom. Não tenho que questionar. Passo o dia em casa e o meu marido trabalhando na roça. Daqui consigo ver os meus vizinhos e o meu vizinho consegue me ver. Um cuida do outro. Dar a segurança, mas a gente nem conta com essa segurança. Segurança hoje só Deus mesmo".

Quanto aos aspectos técnicos da arquitetura, o desenho do habitat do Dom Pedro II favorece a vida no habitat, a partir de uma morfologia compacta e com a área coletiva para os equipamentos sociais centralizada, o que permite os encontros dos grupos. Todavia, faltam elementos edilícios que propiciem esses momentos de congregação e lazer. A Igreja Evangélica e o campo de futebol são insuficientes. No mais, as dimensões dos lotes de moradia permitem habitar e produzir concomitantemente, sendo bem aproveitados e apropriados pelas famílias assentadas. O ponto desfavorável, no entanto, permanece nas longas distâncias entre o habitat e o lote de produção individual.

Escala IV: Habitação.

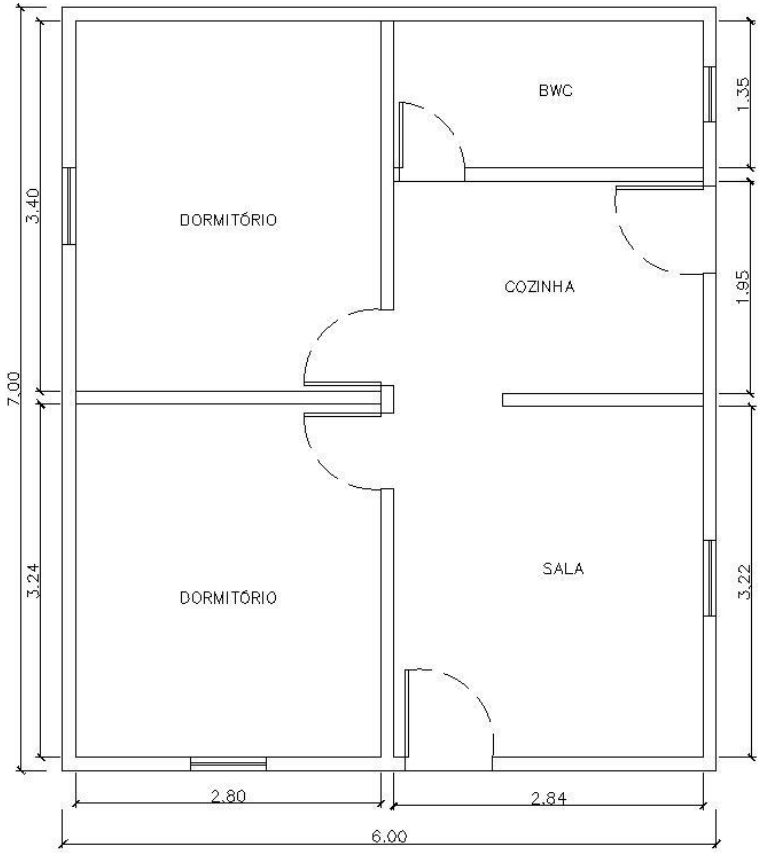
O Dom Pedro II constitui uma das poucas experiências no RN cuja efetivação da habitação aconteceu pelo PMCMV Rural. Mesmo com a mudança operacional, persiste uma tipologia simples para as habitações, aparentemente o mesmo projeto

empregado pelo Programa na cidade. Corresponde uma figura retangular, com uma área de 42 m^2 (6m x 7m), composta por 5 cômodos: sala (2,70 m x 3,40 m); cozinha (3,00 m x 1,95 m); banheiro (1,35 m x 3.00 m) e 2 dormitórios (2,70 m x 3,40 m). O acesso principal acontece pela sala, por onde se vai a um dos dormitórios. O outro é acessado pela cozinha, separada da sala por uma meia parede, e por onde também se conecta ao banheiro. Contrariando a lógica da habitação rural, onde a porta da cozinha se liga diretamente à parte de trás do lote, neste modelo esta porta se localiza na lateral da casa. E a posição do banheiro impede tal situação acontecer (ver figura 145 e foto 77).

Foto 77 - Habitação original do Dom Pedro II.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 145 - Planta baixa original da habitação do Dom Pedro II.



Fonte: Levantamento *in loco* realizado pela autora (2018).

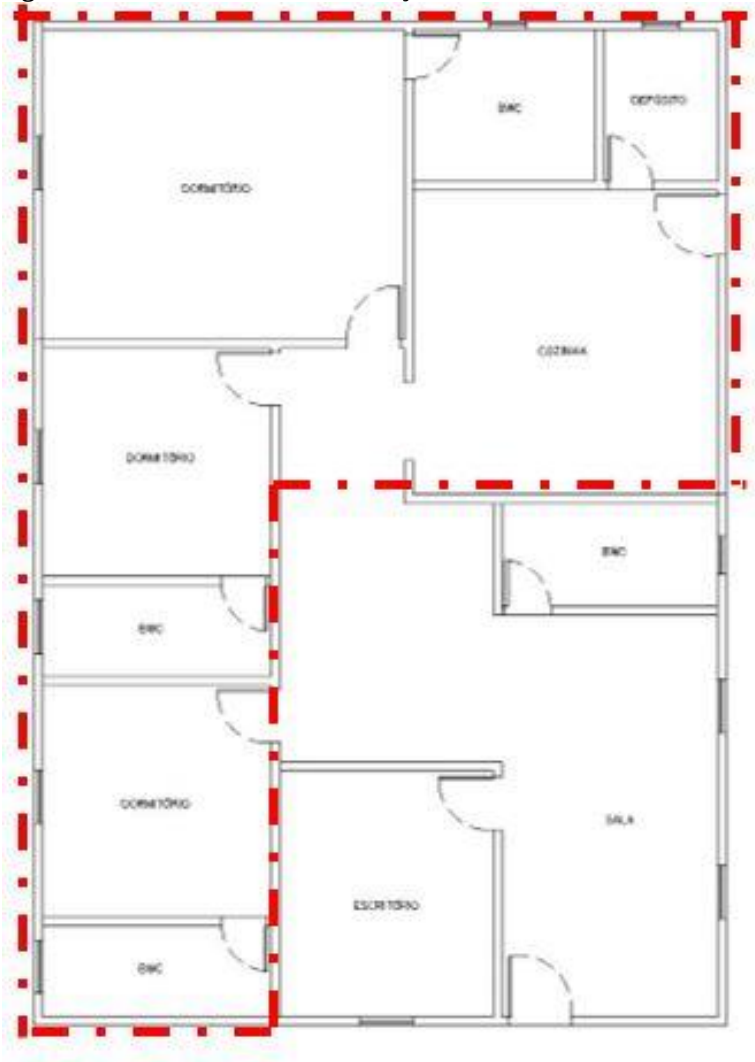
Do mesmo modo que nas habitações executadas pelo INCRA, a solução para o saneamento básico se faz a partir do uso de fossa, localizada na parte de trás do lote de moradia, sendo executada em conjunto com a habitação. No que diz respeito à

localização da habitação em relação ao sol nascente/poente e os ventos dominantes identifica-se que esses fatores foram levados em consideração, haja vista a disposição da implantação do habitat: um pouco rotacionada em relação à direção Leste-Oeste. Porém, não atingiu a situação ideal.

No mais, observou-se forte apropriação da habitação por parte das famílias. Apesar de recentemente construídas, diversas foram as reformas e ampliações realizadas: alpendre frontal e a cozinha/auxiliar, que também funciona como área de serviço. Cada família busca adaptar o projeto original às suas necessidades. No entanto, ainda existem casas originais.

Para ilustrar, visitou-se a habitação de um dos entrevistados. A casa sofreu grande ampliação. Foram acrescentados: alpendre ao redor de toda casa, 3 suítes, cozinha, e despensa, conforme ilustrado na figura 146 – alterações simbolizadas em tracejado vermelho - e fotos 78 a 81.

Figura 146 - Planta baixa de habitação reformada do Dom Pedro II.



Fonte: Levantamento *in loc*o realizado pela autora (2018).

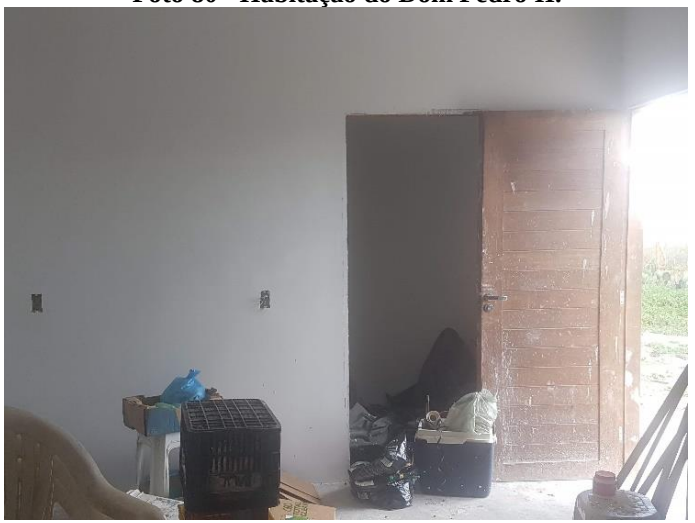
Foto 78 - Habitação do Dom Pedro II.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 79 - Habitação do Dom Pedro II.

Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 80 - Habitação do Dom Pedro II.



Fonte: Acervo da autora (2018).

Foto 81 - Habitação do Dom Pedro II.

Fonte: Acervo da autora (2018).

10.2 Legado da Produção do RN

Compilando os dados levantados, inerentes ao desenho do habitat de reforma agrária do RN, ilações foram delineadas.

A produção exclusiva do INCRA no RN entre 1985 e 2013 resultou em 286 assentamentos rurais distribuídos por todo seu território, de modo não homogêneo, com maior concentração na mesorregião Oeste Potiguar, sobretudo no município de Mossoró, sendo resultado do processo de formação do RN e da luta dos trabalhadores rurais sem terra. O genótipo geral para o desenho corresponde a 01 habitat concentrado, com configuração ortogonal/tabuleiro (escala habitat), localizado na extremidade do assentamento (escala habitat), sendo acessado por via vicinal. Nestes habitats foram construídas mais de 20 mil habitações.

A apreensão da prática do processo do desenho a partir da palavra dos agentes atuantes – técnicos do INCRA e representantes dos assentados – nos seis assentamentos rurais definidos como materialidade do campo empírico (modo qualitativo) reforça o já compreendido acerca do padrão estabelecido para a prática potiguar do processo do desenho do habitat de reforma[234], contudo permeado por particularidades.

Nas experiências investigadas, o processo do desenho também se constituiu fragmentado entre o habitat e a habitação.

Quanto ao habitat, majoritariamente os técnicos do INCRA responsáveis por sua efetivação eram vinculados à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Setor de Cartografia. Inclusive em quatro dos assentamentos analisados, atuaram os mesmos servidores: Santa Vitória (técnico agrícola); Dom Pedro II (técnico em agrimensura); Rosa Luxemburgo e Zabelê (ambos). Este último assentamento retratou exceção. Devido sua importância à época, contou com a performance de uma equipe exclusiva composta, além dos citados técnicos, por engenheiros agrônomos (Divisão Obtenção de Terras/Setor de Obtenção) e outros profissionais cedidos pelo governo estadual, os quais complementaram o restrito quadro técnico da autarquia. A colaboração destes profissionais se fez constante até o Governo FHC, acrescentando mais um agente ao processo do desenho. Estiveram presentes também no Lagoa do Xavier e Três Marias.

[234] Ver Subcapítulo 7.2 Iniciativas do Estado para o Desenho do Habitat de Reforma Agrária.

Os assentados desempenharam papel preponderante nos seis assentamentos estudados. Sua organização social se vinculava sobretudo ao MST e sindicatos. Somente o Lagoa do Xavier teve essa estruturação ordenada apenas pelo último.

Assim, o planejamento, a concepção e a execução do desenho do habitat aconteciam por meio da intervenção conjunta desses agentes, realizada em reuniões no assentamento, onde as decisões eram tomadas no coletivo com a participação de todos. O direcionamento dessas ações era baseado no bom senso e repertório de experiências vivenciadas por ambos - o percebido, o concebido e o vivido - como nos anseios e interesses da comunidade. Mesmo os normativos referentes à implantação dos assentamentos estando consolidados, os técnicos não mencionaram fazerem uso deles.

De modo geral - e também comprovando o padrão estabelecido para a prática potiguar - nos seis casos analisados houve ausência de ênfase às fases do planejamento e concepção. Estas aconteciam em tempo reduzido. Logo os agentes avançavam à execução no espaço físico: delimitação dos lotes de moradia, vias de circulação e área para equipamentos coletivos. Essa situação pode ser compreendida pelo fato que os técnicos atuantes possuíam atribuição somente para essa última atividade e não para as duas primeiras, o que dificultava sua realização.

No que diz respeito à habitação, sua efetivação sucedia à implantação do habitat, sob a tutela da Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento, porém seguindo a mesma lógica descrita para o habitat. Todavia, somente foi possível identificar e entrevistar o servidor atuante no Rosa Luxemburgo: o técnico em edificações.

O Dom Pedro II transcorreu via PMCMV Rural, enquanto para os demais não haviam informações registradas - nos respectivos processos administrativos - acerca dos técnicos responsáveis por tais atividades. Situação recorrente principalmente para os assentamentos criados até o final de 1990.

A partir da análise quantitativa dos assentamentos rurais do RN - quanto aos aspectos gerais e físicos (escala do assentamento e do habitat) - foi possível identificar, para o desenho do habitat de reforma agrária resultante dessa prática, além do genótipo geral, um específico em cada período de governo. As análises qualitativas aprofundadas desse desenho nas escalas regional, assentamento rural, habitat e habitação e a apreensão da sua relação com os assentados ocorreram na materialidade do campo empírico.

O Quadro 32 - Síntese da análise dos Habitats de Reforma Agrária na Escala I: Regional - reúne os dados da referida escala nos seis assentamentos estudados. Nesta foi observada uma intensa relação entre os habitats e o seu entorno imediato, não necessariamente a sede municipal a qual pertence, mas as localidades adjacentes, inclusive outros assentamentos. Na maioria dos casos, são nesses espaços que os assentados acessam aos serviços de saúde, educação e comercializam sua produção.

O serviço de saúde foi o mais recorrido externamente. Com exceção do Três Marias e do Rosa Luxemburgo - cujos habitats o contemplavam - nos demais os assentados precisam se deslocar às localidades vizinhas e à sede municipal. Apenas no Três Marias existe um equipamento implementado exclusivamente para esse fim: Unidade Básica de Saúde (UBS). Neste habitat o movimento se faz contrário: a comunidade da região a ele se desloca para receber atendimento de saúde.

Quanto aos serviços de educação a situação foi concomitantemente contemplada, interna e externamente. Nos habitats mais antigos havia escola: ensino fundamental no Santa Vitória e Zabelê, e médio no Três Marias. No Lagoa do Xavier esse serviço foi desativado por falta de público. Por sua vez, os dois habitats mais recentes nunca foram agraciados com esse equipamento. Todavia, não importando a distância a percorrer e nem o modo de localização, em todos os habitats visitados havia a presença de ônibus escolar para transportar os estudantes que demandavam nível escolar não ofertado no habitat. No Três Marias trazia os alunos das demais localidades para lá estudar.

Nas experiências analisadas os assentados comercializavam sua produção agropecuária de modo individual e por conta própria nas feiras adjacentes ao habitat. Mesmo com a formação dos conglomerados de assentamentos – exceção do Dom Pedro II – e tendo os entrevistados afirmar haver relação social próxima entre eles, esta não se transportou para o âmbito das iniciativas de colaboração produtiva coletiva.

O modo de acesso e ligação dos habitats com o seu entorno acontecia por meio de vias vicinais não pavimentadas, que se desenvolvem nas três escalas analisadas: iniciam no habitat, percorrem todo o assentamento até interligar com as vias externas, que, na maioria dos casos, também permanecem vicinais. A exceção correspondeu ao Três Marias e ao Rosa Luxemburgo, conectados à rodovia pavimentada. O Dom Pedro II se aproxima destes, mesmo acessado por via vicinal, fica a apenas 3 km da pavimentada RN-120. Quando comparado aos dados que Borges (2002) analisou a partir do I Censo de Reforma Agrária,

Quadro 32 - Síntese da análise dos habitats de reforma agrária na Escala I: Regional.

ASSENTAMENTO HABITAT	DISTÂNCIA SEDE	MODO DE ACESSO	RELAÇÃO COM ENTORNO (SEDE E OUTROS ASSENTAMENTOS)	ACESSO SAÚDE	ACESSO EDUCAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO
LAGOA DO XAVIER	20 KM	VIA VICINAL	NÃO	VIZINHANÇA	VIZINHANÇA	INICIATIVA INDIVIDUAL
SANTA VITÓRIA	18 KM	VIA VICINAL	SIM	VIZINHANÇA	HABITAT VIZINHANÇA	INICIATIVA INDIVIDUAL
ZABELÊ/ARACATI	31 KM	VIA VICINAL	SIM	VIZINHANÇA	HABITAT VIZINHANÇA	INICIATIVA INDIVIDUAL
ZABELÊ/CAJÁ	45 KM	VIA VICINAL	SIM	VIZINHANÇA	HABITAT VIZINHANÇA	INICIATIVA INDIVIDUAL
ZABELÊ/SANTO ANTONIO	34KM	VIA VICINAL	SIM	VIZINHANÇA	HABITAT VIZINHANÇA	INICIATIVA INDIVIDUAL
TRÊS MARIAS	13 KM	VIA VICINAL/RODOVIA	SIM	HABITAT	HABITAT	INICIATIVA INDIVIDUAL
ROSA LUXEMBURGO	3 KM	VIA VICINAL/RODOVIA	SIM	HABITAT	SEDE MUNICIPAL	INICIATIVA INDIVIDUAL
DOM PEDRO II	3 KM	VIA VICINAL	SIM	SEDE MUNICIPAL	SEDE MUNICIPAL	INICIATIVA INDIVIDUAL

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados primários (2018).

se percebe que nos exemplos investigados houve uma melhoria nas condições e infraestrutura desses acessos.

Desse modo, é nesse conjunto de vias de circulação que ocorre o deslocamento cotidiano dos assentados: o tráfego diário do ônibus escolar; as idas à circunvizinhança; o escoamento da produção agropecuária; etc. E mesmo tendo essa função de interação entre as diversas escalas do desenho, em alguns casos, falta-lhes manutenção, dificultando, sobretudo o tráfego por veículos de grande porte, como enfatizado no Lagoa do Xavier. Todavia, deve-se mencionar que a partir do Governo Lula existiram iniciativas do INCRA/RN – através de convênios com o governo estadual - para dirimir essa problemática. Contudo, essas intervenções se fizeram pontuais, não havendo continuidade das ações. Com alcance restrito, não contemplou o passivo existente.

Nessa perspectiva, entende-se que essas vias devem ser planejadas em seu conjunto total, levando em consideração as diversas escalas de interferência, proporcionando aos assentados mobilidade para desenvolver sua vida cotidiana também para além do habitat. Assim, as políticas públicas precisam contemplar mecanismos que possibilitem sua constante manutenção.

O Quadro 33 - Síntese da análise dos habitats de reforma agrária na Escala II: Assentamento Rural apresenta o conjunto de informações sobre o desenho na escala do assentamento.

Em seu genótipo geral - habitat localizado na extremidade do assentamento - a posição do habitat facilita a relação com o entorno imediato, priorizando à comunidade o acesso aos serviços e atividades que acontecem para além das fronteiras do assentamento, conforme mencionado na escala regional. Essa relação é enaltecida quando a ligação acontece por rodovia pavimentada. Por outro lado, compromete os aspectos da vida cotidiana dos assentados voltados à produção agropecuária. Principalmente quando, devido às grandes extensões de terras do assentamento e a ausência de planejamento/concepção na interação entre o habitat e as áreas de produção, findam estabelecendo grandes distâncias entre estes, para um trajeto que deveria ser percorrido diariamente pelos assentados.

Essa situação, somada à questão climática inerente ao semiárido - escassez de água reforçada pela falta de chuvas constantes - e à ausência de incentivos à produção, faz com que parte dos assentados abandonem os lotes de produção individual.

Quadro 33 - Síntese da análise dos habitats de reforma agrária na Escala II: Assentamento Rural.

ASSENTAMENTO HABITAT	ÁREA (HA)	LOCALIZAÇÃO HABITAT	DISTÂNCIA DESFAVORÁVEL HABITAT/PRODUÇÃO	OPINIÃO ASSENTADOS DISTÂNCIA	CLASSIFICAÇÃO DESENHO	
					ASSENTADOS	ASPECTOS TÉCNICOS
LAGOA DO XAVIER	1.254,20	CENTRALIDADE	+/- 2 KM	INCÔMODA	POSITIVO	POSITIVO/ADEQUADO
SANTA VITÓRIA	1.988,00	QUASE CENTRALIDADE	+/- 6 KM	NÃO INCÔMODA	POSITIVO	PARCIALMENTE ADEQUADO
ZABELÊ/ARACATI	10.042,33	EXTREMIDADE (NÃO-PERÍMETRO)	+/- 4 KM	NÃO INCÔMODA	POSITIVO	PARCIALMENTE ADEQUADO
ZABELÊ/CAJÁ	10.042,33	EXTREMIDADE (PERÍMETRO)	+/- 4 KM	NÃO INCÔMODA	POSITIVO	PARCIALMENTE ADEQUADO
ZABELÊ/SANTO ANTONIO	10.042,33	QUASE CENTRALIDADE	+/- 4KM	NÃO INCÔMODA	POSITIVO	PARCIALMENTE ADEQUADO
TRÊS MARIAS	2.197,00	EXTREMIDADE (PERÍMETRO)	+/- 3,5 KM	INCÔMODA	NEGATIVO	PARCIALMENTE ADEQUADO
ROSA LUXEMBURGO	942,25	INTERMEDIÁRIA (EXTREMIDADE/ PERÍMETRO)	+/- 5 KM	INCÔMODA	POSITIVO NEGATIVO	PARCIALMENTE ADEQUADO
DOM PEDRO II	1.369,81	EXTREMIDADE (PERÍMETRO)	+/- 6 KM	INCÔMODA	POSITIVO NEGATIVO	PARCIALMENTE ADEQUADO

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados primários (2018).

Esse genótipo ocorreu proeminentemente nos assentamentos rurais criados do Governo Itamar em diante, consolidando-se nos governos subsequentes.

Todavia, nos governos Sarney e Collor o padrão era outro: habitat locado no centro do assentamento. Essa condição, por sua vez, prima pela interação entre o habitat e os demais elementos do assentamento, inclusive a área de produção, minimizando as distâncias entre ambos. A relação do assentado com a produção se faz privilegiada e os percursos cotidianos entre o habitar e o produzir não os incomoda, como citado no Santa Vitória. Por outro lado, alguns assentados do Lagoa do Xavier - mesmo com o habitat na centralidade - estavam insatisfeitos com a sua distância ao lote de produção individual, considerando-a demasiada. Todavia, nesse caso, há forte referência à experiência pregressa do habitat disperso, tipologia original desse assentamento e na qual parte da comunidade preferia ter permanecido.

No transcorrer do tempo a configuração do habitat na centralidade do assentamento foi perdendo hegemonia para a locação na extremidade devido, principalmente, à argumentação dos técnicos do INCRA quanto à facilidade de acesso a infraestrutura e serviços básicos na última opção. Os técnicos entrevistados não citaram como critério para a definição da localização do habitat sua interação com a área de produção individual. À exceção do Zabelê, onde os agrônomos se basearam principalmente nessa relação para as suas deliberações.

Por sua vez, os assentados reportaram a dualidade: habitar próximo ao perímetro do assentamento ou das áreas de produção. Com a ressalva do Santa Vitória, onde o entrevistado não hesitou pela adjacência aos lotes de produção. No Lagoa do Xavier, Três Marias, Rosa Luxemburgo e Dom Pedro II parte da comunidade chegou a sugerir o habitar disperso. Todavia, o consenso final locou o habitat na extremidade – com ressalva ao Lagoa do Xavier. Prevaleceu, assim, a argumentação dos técnicos associada à parcela dos assentados que ansiavam habitar na extremidade. Nessa perspectiva, questiona-se até que ponto as decisões eram participativas ou se não havia imposição por parte dos técnicos.

Todavia, depois do habitat implantado, alguns beneficiários buscaram alternativas para minimizar os percursos mais críticos entre este e as áreas de produção. No Zabelê citaram o uso da moto, carroça ou bicicleta. Outros assentados - sobretudo os de melhores condições financeiras - se apropriaram do lote individual de produção para o habitar, como observado no Lagoa do Xavier; Zabelê (Cajá e Santo Antônio); Três Marias e Rosa

Luxemburgo. Assim, passam a coexistir o habitat concentrado e o disperso, transmutando a tipologia original em mista.

Entretanto, ressalta-se que, mesmo com as alternativas apontadas, o abandono dos lotes de produção pelos motivos anteriormente citados ainda se fez rotineiro nos seis assentamentos estudados. No mais, essa situação também provoca a preferência pela produção exclusiva da cultura de sequeiro.

Independentemente da localização do habitat, foi recorrente, por parte dos assentados entrevistados, classificar como positivo o desenho na escala do assentamento. Este atendeu às necessidades da comunidade: ora priorizando os aspectos da vida que se desenvolvem no entorno do assentamento, ora os aspectos cotidianos voltados à produção agropecuária, porém não concomitantemente na mesma tipologia original.

Nessa perspectiva, na intenção de aprimorar o desenho na escala do assentamento, vislumbra-se a possibilidade de consolidar efetivamente a prática, já existente, de definir a localização do habitat integrado à fase do planejamento e da concepção do desenho da totalidade do assentamento, inerente à ação do estudo e anteprojeto do seu parcelamento. Assim, seria priorizada a relação do habitat com a área de produção, ao mesmo tempo que articulado às vias de circulação, minimizando distâncias e dando meios as alternativas de deslocamento, atendendo similarmente, também, ao entorno imediato.

O Quadro 34 - Síntese da análise dos habitats de reforma agrária na Escala III: Habitat retrata o desenho na própria escala do habitat. A incidência do genótipo geral - tipologia concentrada com a configuração do desenho ortogonal/tabuleiro - foi identificada em quase metade dos habitats, também predominando na particularidade de cada governo analisado. A exceção correspondeu ao Sarney: linear/1 rua. Ainda na especificidade, as tipologias do desenho se tornaram mais diversificadas nos períodos de FHC e Lula. No primeiro, devido ao grande quantitativo efetivado, o que permitiu maior possibilidade de variações. Já no segundo houve a contribuição da atuação do GERAH/UFRN, constituindo de sua autoria os exemplares mais distintos e contributivos.

Nos seis assentamentos investigados, na fase do planejamento/concepção desse desenho os critérios levados em consideração pelos agentes atuantes se assemelharam no conjunto. Os técnicos do INCRA permaneceram buscando minimizar as despesas com à implantação da infraestrutura básica. Assim, principalmente, os lotes de moradia e as vias de circulação deveriam ter dimensões e configurações físicas tais

Quadro 34 - Síntese da análise dos habitats de reforma agrária na Escala III: Habitat.

ASSENTAMENTO HABITAT	ÁREA (HA)	TIPOLOGIA HABITAT	DIMENSÕES LOTE DE MORADIA	ÁREA EQUIPAMENTOS COLETIVOS	CLASSIFICAÇÃO DESENHO HABITAT	
					ASSENTADOS	ASPECTOS TÉCNICOS
LAGOA DO XAVIER	33,49	LINEAR/ 1 RUA	40x150m	IGREJAS; ASSOCIAÇÃO; ESTÁBULO; CAMPO DE FUTEBOL.	POSITIVO/COMPLEM.	POSITIVO/COMPLEM.
SANTA VITÓRIA	14,04	ORTOGONAL/TABULEIRO	30x50m	IGREJAS; ASSOCIAÇÃO; ESCOLA; CAMPO DE FUTEBOL; ATENA.	POSITIVO	POSITIVO/COMPLEM.
ZABELÊ/ARACATI	59,62	ORTOGONAL/TABULEIRO	50x100m	IGREJAS; ESCOLA; PRAÇA; CASA DE FARINHA; TANQUE PEIXES.	POSITIVO	PARCIALMENTE/ADEQUADO
ZABELÊ/CAJÁ	64,58	ORTOGONAL/TABULEIRO	50x100m	IGREJAS; CASA DE FARINHA; CAMPO DE FUTEBOL.	POSITIVO	POSITIVO/COMPLEM.
ZABELÊ/SANTO ANTONIO	59,62	ORTOGONAL/TABULEIRO	50x100m	IGREJAS; ESCOLA; ASSOCIAÇÃO; BAR; MERCADINHO; FEIRA.	POSITIVO	POSITIVO/COMPLEM.
TRÊS MARIAS	14,52	ORTOGONAL/TABULEIRO	30x45m	IGREJAS; ESCOLA; GINÁSIO; UBS; ASSOCIAÇÃO.	POSITIVO/DISPERSO	POSITIVO/ADEQUADO
ROSA LUXEMBURGO	24,00	ORTOGONAL/TABULEIRO	30x50m	CAIXA D'ÁGUA; PARQUE DE VAQUEJADA; CAMPO DE FUTEBOL.	POSITIVO/COMPLEM.	POSITIVO/COMPLEM.
DOM PEDRO II	11,90	ORTOGONAL/TABULEIRO	35x60m	IGREJAS; CAMPO DE FUTEBOL; CAIXA D'ÁGUA.	POSITIVO/COMPLEM.	POSITIVO/COMPLEM.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados primários (2018).

que possibilitassem ao habitat ter acesso aos serviços de água e energia elétrica sem encarecer os custos. Estes agentes nada mencionaram sobre utilizar critérios técnicos voltados à produção do espaço/planejamento do território, como estudo da altimetria ou do tipo de solo para a particularidade da área do habitat, ou mesmo dos dados catalogados no laudo de vistoria para a totalidade do assentamento. O emprego dos fundamentos técnicos ficou condicionado à fase da execução do desenho no espaço físico, preenchendo apropriadamente os princípios topográficos, para os quais esses técnicos detinham conhecimento e expertise.

Por sua vez, os assentados deram maior atenção às questões da totalidade do habitat, como já referenciado: definição da sua localização no contexto do assentamento e sua tipologia geral - concentrada ou dispersa. Pouco mencionaram quanto às especificidades da concepção e parcelamento do desenho do habitat em si. Nesse âmbito, enfatizaram aspectos relativos às dimensões dos lotes de moradia e vias de circulação, conforme citado no Zabelê, Rosa Luxemburgo e Dom Pedro II.

Desse modo descritos, esses foram os aspectos que os agentes atuantes se basearam para a concepção do desenho dos habitats analisados. Assim, não demonstraram preocupação com a disposição dos lotes de moradia entre si e a sua relação com a área para os equipamentos comunitários sociais e de serviço – qual seria a distância crítica entre ambos. Ou se a dimensão estabelecida para essa área acomodaria os equipamentos edilícios que lá pretendiam instalar ou ainda quais seriam esses. Ou mesmo se o tamanho do lote de moradia comportaria os usos intrínsecos ao modo de vida dos assentados - abrangendo aspectos tradicionais e da modernidade: habitar, produzir, atividades de comércio e prestação de serviços, dentre outros. Nem tão pouco enalteceram à questão ambiental. Ou seja, os entrevistados não relataram se aspectos que fazem parte da vida cotidiana dos assentados foram priorizados e levados em consideração no planejamento e concepção do desenho do seu habitat.

O desenho resultante desse processo nos seis assentamentos investigados apresenta similaridade em sua morfologia e no arranjo de seus elementos – lote de moradia, área para os equipamentos comunitários sociais e de serviço e vias de circulação. Pode ser considerado um exemplar do planejamento tecnocrático: configuração padronizada, pautada pelo formalismo e racionalismo. Mesmo não sendo citado pelos agentes atuantes como referência, o desenho desses habitats assemelha-se aos modelos das agrovilas do Urbanismo Rural ou mesmo aos conjuntos habitacionais de interesse social da cidade. A

morfologia do Rosa Luxemburgo é a mais divergente: resultado da adequação do desejo dos assentados - por um habitat pontuado por uma extensa via de circulação - à topografia da área.

Quanto às dimensões e usos dos seus elementos, os lotes de moradia seguem a lógica dos critérios técnicos do INCRA: minimizar os custos para com a infraestrutura. O Lagoa do Xavier e o Zabelê constituem exceções. Todavia, todos são maiores que o padrão estabelecido a partir da NE nº 46/2005: 300 m^2.

Desse modo, apesar da diversidade nas dimensões, nos lotes de moradia analisados foram observados usos equivalentes. Além do habitar (inclusive a moradia compartilhada entre familiares), também acontecia a produção agropecuária para o consumo familiar (plantio de frutas/verduras e criação de pequenos animais) e uma pluralidade de atividades de comércio e prestação de serviços como complemento da renda familiar: desde lanchonetes e bares, passando por mercadinhos e salão de beleza, chegando até mesmo a "casas de show" e Igreja Evangélica. Além da habitação e das edificações para abrigar os citados serviços, os tipos edilícios mais recorrentes foram: galinheiros; depósitos; cisternas – consumo humano (16 mil litros) e produção (24 mil litros); dentre outros. No Dom Pedro II, em decisão coletiva, as famílias prolongaram o lote até a área coletiva em torno do habitat, na intenção de ampliar a área para produção nas proximidades da habitação. Essa atitude contrariou as diretrizes da prática estabelecida na SR/RN: lotes de moradia com dimensões tais que permita produção apenas para o consumo familiar, para não haver abandono dos lotes de produção. Comprova que tal direcionamento precisa ser reavaliado.

Nessa perspectiva, observou-se forte apropriação dos lotes de moradia por parte dos assentados. Assim - mesmo que originalmente não manifestadamente considerados - as famílias findavam por estruturar esse espaço aos aspectos e necessidades da sua vida cotidiana, inclusive com a inserção de elementos da vida moderna/cidade, como os altos muros de alvenaria, conforme observado no Santo Antônio/Zabelê.

Por sua vez, área para os equipamentos comunitários sociais e de serviço correspondeu ao elemento do habitat onde foram identificadas as maiores carências/ausências. Tanto na narrativa dos técnicos do INCRA, quanto dos assentados, foi dada pouca importância às fases do planejamento, concepção e execução dessa área. Raramente era mencionada, sendo sempre preterida aos demais elementos. Desse modo - somado à escassez de orientações técnicas e a não destinação de recursos financeiros - no desenho resultante esse espaço findou assumindo sua função

- lazer e sociabilidade para a comunidade - de modo limitado, reforçando o padrão estabelecido para a prática potiguar.

Nos habitats analisados, normalmente essa área acontecia num único espaço, central aos lotes de moradia. Exceção à regra foram o Lagoa do Xavier, o Santo Antônio/Zabelê e o Rosa Luxemburgo. Todavia, nos dois primeiros, apenas um dos espaços era utilizado, os demais estavam abandonados.

A distância mais crítica entre um lote de moradia e a referida área foi registrada no Aracati/Zabelê: 1.300m. Mesmo considerado um trajeto extenso a ser percorrido cotidianamente - caso fosse necessário - não inviabilizou o uso pelos assentados.

Quanto aos equipamentos, sua efetivação foi diretamente atrelada ao nível de organização da comunidade - como citado no Santo Antônio/Zabelê -, mais uma vez reforçando o padrão estabelecido para a prática potiguar. O campo de futebol e a Igreja compõem a lista dos equipamentos mais recorrentes, os quais dependeram exclusivamente dos assentados. Quanto aos voltados à prestação de serviço, prevaleceu a escola. Ao atendimento à saúde apenas foi registrado, de modo adaptado, na casa sede do Rosa Luxemburgo e no Três Marias.

Nesta perspectiva, este último habitat foi exceção, constituindo exemplar com maior diversidade e qualidade nos equipamentos coletivos: além das igrejas e UBS, possui sede da Associação e escola de nível médio com ginásio de esporte, provavelmente resultante da articulação da comunidade com a administração municipal.

Assim, de modo geral, prevaleceu a escassez de equipamentos edilícios nessas áreas coletivas, principalmente os voltados aos encontros e à permanência. Neste sentido, o único identificado foi a praça do Aracati/Zabelê, em estado de conservação não apropriado. No mais, a ausência de vegetação e sombreamento nessas áreas também foi relevante.

Por sua vez, especificidades que remetem ao modo de vida rural estavam contempladas. No Lagoa do Xavier e no Zabelê essas áreas comunitárias foram locadas onde já existiam equipamentos remanescentes voltados à produção, reaproveitando-os: estábulo (1º caso) e casa de farinha (2º caso).

No Santo Antônio/Zabelê, a comunidade destinou junto à Igreja um espaço para a feira, onde comercializam a produção agropecuária da região. No Rosa Luxemburgo um dos assentados instalou um parque de vaquejada, porém de usufruto particular.

Assim, a reivindicação por opções para o lazer, sobretudo para os jovens, se fez constante na narrativa dos assentados. Fato comprovado pelas análises e visitas realizadas.

Nessa conjuntura, entende-se que desde as etapas iniciais de planejamento e concepção do desenho essas áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviço devem ser priorizadas, pensadas e definidas para esse fim, com equipamentos de sociabilidade e opções de lazer para as famílias assentadas. Desse modo, podem constituir alternativa para dinamizar o habitat e fixar a comunidade, principalmente os jovens, inclusive mesclando elementos do campo e da cidade, como no Santa Vitória, com a instalação da antena de internet. Assim, infere-se como necessário inserir nas políticas públicas – independente da esfera de atuação – iniciativas e recursos para viabilizar essas áreas e seus respectivos equipamentos. No mais, consolidar a prática do reuso das edificações remanescentes do antigo imóvel para tal fim. Quando da desapropriação, essas benfeitorias são pagas em dinheiro. Contudo, com o decorrer do tempo, elas findam deterioradas porque não existem meios para sua manutenção, configurando desperdício de recursos públicos.

No que diz respeito às vias de circulação internas ao habitat registrou-se um genótipo: 20 m de largura e não existência de pavimentação. A ausência deste dá continuidade ao padrão das vicinais da totalidade do assentamento. Exceção ao padrão foi o Santo Antônio/Zabelê, com vias de 30 m, delimitadas em seu eixo pela rede de iluminação pública. Essa configuração, segundo o assentado entrevistado, foi inspirada nas cidades, planejando o habitat para crescimento, quando atingisse o status de cidade.

O acesso à infraestrutura básica – água, energia elétrica, iluminação pública - se fez presente em todos os habitats analisados, ratificando o padrão estabelecido para a prática do INCRA/RN: privilegiar esses elementos para a efetivação do desenho do habitat. Todavia, no Rosa Luxemburgo, devido à irregularidade do abastecimento de água, os assentados questionaram a veracidade da argumentação dos técnicos para a localização do habitat, dito que na opção eleita não faltaria água. No entanto, na prática, a situação se mostrou inversa.

Não se pode deixar de destacar que, sobretudo a partir do Governo Lula, o Estado implementou iniciativas no sentido de fomentar a infraestrutura nos habitats de reforma agrária, como o Programa Luz para Todos e Água para Todos/Água Doce. Quanto a este último, sua abrangência não contemplou todo o território do RN. Assim, quando comparado aos dados que Borges (2002) analisou, a partir do I Censo de Reforma Agrária, registra-se que nesses habitats as condições de infraestrutura foram aprimoradas.

Quanto a soluções ao tratamento do lixo produzido, apenas no Rosa Luxemburgo existe coleta semanal,

disponibilizada devido sua proximidade à sede municipal e ao acesso por rodovia pavimentada. Nos demais habitats o lixo se faz descartado de modo ambientalmente inadequado.

Quanto as estratégias inovadoras constituíram tendência mais recente, sobretudo a partir de meados do Governo FHC. A principal delas correspondeu à instalação de área coletiva de produção em torno do habitat, buscando aproximar o produzir ao habitar. No Dom Pedro II, como mencionado, os assentados adaptaram a estratégia: dividiram essa área e adicionaram ao lote de moradia, ampliando as possibilidades.

Diante do exposto, das apropriações observadas – ampliação do lote de moradia no Dom Pedro II e adaptação da área para os equipamentos comunitários sociais e de serviço do Santa Vitória e Aracati/Zabelê – e da própria palavra dos assentados, infere-se que o desenho original do habitat favorece, em parte, o desenvolvimento das atividades intrínsecas à vida cotidiana. O mais relatado por eles foi a necessidade de complementar essa área coletiva com equipamentos voltados às atividades de lazer, conforme já citado.

No mais, somam-se às alterações efetivadas na própria tipologia do habitat, transformando-a de concentrada para mista, como ocorrido no Lagoa do Xavier; Cajá/Zabelê; Três Marias e Rosa Luxemburgo, de acordo com o referendado.

Assim, os assentados se apropriaram do desenho efetivado. Com o tempo, foram moldando o originalmente planejado, adaptando-o às suas reais necessidades. Mesmo o não concebido, finda se tornando.

Diante das alterações realizadas nos habitats analisados, vislumbram-se novas possibilidades para o desenho do habitat de reforma agrária no RN. Na intenção de aproximar o habitar da produção, uma alternativa condiz com proposta dos núcleos de moradias do MST: lotes de moradia com dimensões maiores – ou mesmo os quintais produtivos, como já sugerido por Barbosa (2008) - agrupados em menor quantidade, interligados por vias de circulação adequadas e articuladas. Na centralidade, área para os equipamentos comunitários sociais e de serviço dimensionada para abrigar edificações, inclusive de lazer: praça com brinquedos; quadra de esporte; academia para a 3ª idade; etc.

O Quadro 35 – Síntese da análise dos habitats de reforma agrária na Escala IV: Habitação apresenta o conjunto dos dados coletados para a última escala de análise: habitação.

Nos seis assentamentos investigados, a habitação constituiu o elemento do habitat mais almejado pelos assentados.

Quadro 35 - Síntese da análise dos habitats de reforma agrária na Escala IV: Habitação.

ASSENTAMENTO HABITAT	TIPOLOGIA ORIGINAL	ÁREA (M)	CRÉDITO R$ (SM) / FAMÍLIA	NORMATIVO VIGENTE NO ANO DE OBTENÇÃO DO CRÉDITO INSTALAÇÃO	REFORMA (HABITAÇÃO VISITADA)
LAGOA DO XAVIER	MODELO 02	6,00 x 8,00	2.500 (20,83)	INSTRUÇÃO NORMATIVA No 19 (10/09/1997	GARAGEM; ALPENDRE FRONTAL; COZINHA; ÁREA DE SERVIÇO/COZINHA AUXILIAR; CERÂMICA BANHEIRO; CHAPISCO/REVESTIMENTO.
SANTA VITÓRIA	MODELO 01	6,50 x 6,00	ATÉ 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	PORTARIA/INCRA/No 01 (11/02/1993)	GARAGEM; ALPENDRE FRONTAL; ÁREA DE SERVIÇO/COZINHA AUXILIAR; COZINHA; DORMITÓRIO; BANHEIO INTERNO.
ZABELÊ/ARACATI	MODELO 02	6,00 x 8,00	2.500 (20,83)	INSTRUÇÃO NORMATIVA No 19 (10/09/1997)	ALPENDRE FRONTAL; ÁREA DE SERVIÇO/COZINHA AUXILIAR; DEPÓSITO.
ZABELÊ/CAJÁ	MODELO 02	6,00 x 8,00	2.500 (20,83)	INSTRUÇÃO NORMATIVA No 1 (10/09/1997)	GARAGEM; ALPENDRE FRONTAL; ÁREA DE SERVIÇO/COZINHA AUXILIAR; DORMITÓRIO; CÔMODO ANEXO PARA FILHO.
ZABELÊ/SANTO ANTONIO	MODELO 02	6,00 x 8,00	2.500 (20,83)	INSTRUÇÃO NORMATIVA No 19 (10/09/1997)	GARAGEM; ALPENDRE FRONTAL/LATERAL; DORMITÓRIO; COZINHA; ÁREA DE SERVIÇO/COZINHA AUXILIAR; DEPÓSITO.
TRÊS MARIAS	MODELO 02	6,00 x 8,00	2.500 (19,23)	INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA/No 26 (22/06/1998)	ALPENDRE FRONTAL; ÁREA DE SERVIÇO/COZINHA AUXILIAR; RECUPERAÇÃO TELHADO; CASA FILHAS.
ROSA LUXEMBURGO	MODELO 03	6,00 x 8,00	15.000 (27,52)	INSTRUÇÃO NORMATIVA No 68 (16/08/2011) NORMA DE EXECUÇÃO No 79 (26/12/2008)	ALPENDRE FRONTAL; COZINHA; SALA; DORMITÓRIO.
DOM PEDRO II	MODELO 04	6 X 7	28.500	PMCMV RURAL	ALPENDRE FRONTAL/LATERAL; COZINHA;3 SUÍTES; ESCITÓRIO; DESPENSA.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados primários (2018).

Todavia, esse desejo findou não refletido na atenção necessária dedicada ao processo de sua efetivação pelos agentes atuantes.

No que diz respeito aos critérios empregados para as definições nas etapas de planejamento, concepção e execução da habitação, poucas informações foram obtidas, tanto pela palavra do técnico, como pela dos assentados.

O técnico que atuou no Rosa Luxemburgo afirmou cumprir o estabelecido nos normativos, porém não detalhou como convertia esses direcionamentos, sobretudo às fases do planejamento e concepção do projeto da habitação. O outro servidor entrevistado, que não atuou diretamente no processo – ocupava o cargo de chefia da Divisão responsável por tais atividades -, em seu relato ratificou o padrão estabelecido para a prática potiguar do processo do desenho do habitat de reforma.

Do mesmo modo, os assentados pouco mencionaram as diretrizes e critérios efetivamente por eles empregados para direcionar as definições nessas fases.

Assim - até onde foi possível apurar - o recorrente no processo de planejamento e concepção da habitação nas experiências investigadas consistiu na apresentação, pelos técnicos do INCRA, de um projeto padrão e sem autoria conhecida. Esse projeto sofreu alterações em sua tipologia no transcorrer do recorte estudado[235]. Apesar de possuir a mesma quantidade de cômodos – cinco – e uma área construída aproximada, o arranjo entre os ambientes foi modificado com o deslocamento do banheiro. O modelo 01, cujo banheiro se encontrava externo à habitação, foi registrado apenas no Santa Vitória. Neste caso, o normativo vigente estabelecia um valor de até 10 salários mínimos por família para tal atividade, tendo sido apresentado o orçamento e sua justificativa, conforme o exigido.

Nos habitats do Zabelê, Lagoa do Xavier[236] e Três Marias empregou-se o modelo 02. Neste o banheiro foi inserido ao corpo da casa, adjacente à cozinha, equivalendo à tipologia mais comum nos assentamentos analisados. Todavia, apesar da variação dos normativos empregados (ver Quadro 35) - a depender do ano da execução - os valores ofertados e os requisitos exigidos para sua liberação foram semelhantes: 2.500 reais/família, permanecendo a definição da habitação reduzida ao orçamento e a justificativa, conforme plano de aplicação.

No modelo 03, por sua vez, o banheiro foi locado entre os dormitórios, sendo implementado apenas no Rosa Luxemburgo.

[235] Ver subitem 7.2.2 Efetivação do Habitat de Reforma Agrária.

[236] Apesar de criado no Governo Sarney, suas habitações foram efetivadas posteriormente, conforme relatado.

À época, o valor disponibilizado para cada habitação correspondia a 15 mil reais/família, condicionados à Instrução Normativa nº 68 (16/08/2011) e Norma de Execução nº 79 (26/12/2008). Assim, sendo conduzido pelo instrumento mais completo, esse processo foi o único no qual existiu, de modo oficial, definição de projeto arquitetônico (constatado no processo administrativo) e limite para destinação de recurso para pagamento da mão de obra, sendo este motivo de insatisfação por parte dos assentados, que consideravam o valor estabelecido insuficiente.

Por sua vez, o modelo 04, implantado no Dom Pedro II, equivale ao projeto do PMCMV Rural e não mais do INCRA. Dentre os analisados contém a menor área construída. Semelhante à tipologia empregada na cidade, o banheiro volta a ser acessado pela cozinha. No mais, esta se liga ao exterior por uma porta lateral e não pela tradicional "porta dos fundos".

Nessa perspectiva, nas fases iniciais os agentes atuantes pouco debateram afim de adaptar o projeto padrão à realidade física e às necessidades sociais de cada habitat. O projeto era simplesmente acatado pelos assentados, sem ajustar a quantidade e dimensões dos cômodos às famílias, ou a disposição destes quanto à adequada posição ao sol poente/nascente e ventos dominantes. Bem verdade que os recursos disponibilizados não comportavam maiores acréscimos ao projeto padrão. Todavia, a ausência da mediação de profissionais com atribuição específica e expertise para tais atividades - como os arquitetos e urbanistas - contribuiu para não se alcançar alternativas, mesmo com o contexto de limitações orçamentárias. Por outro lado, o esgotamento sanitário em todos os casos aconteceu via fossa séptica, ampliando também nesse quesito as condições favoráveis, se comparado aos dados que Borges (2002) analisou a partir do I Censo de Reforma Agrária.

Quanto à fase da execução das habitações - apesar da distinção dos normativos aplicados e dos valores disponibilizados - na maioria dos habitats investigados se optou pela autoconstrução com mão de obra dos assentados: Lagoa do Xavier, Zabelê e Rosa Luxemburgo. No Três Marias esta informação não foi identificada e no Santa Vitória houve contradição entre a palavra do técnico e do assentado entrevistado. O Dom Pedro II foi o único em que comprovadamente as habitações foram construídas por construtora, porém empregando a mão de obra dos assentados.

Todavia, com as habitações executadas, no transcorrer do tempo as famílias foram se apropriando e as adaptando às

exigências do seu modo de vida, efetuando algum tipo de intervenção/reforma: melhorias ou ampliações.

As alterações mais recorrentes aconteceram nos cômodos que fazem a ligação entre o interior da habitação com o exterior e onde as famílias desenvolvem grande parte da vida cotidiana.

Em todos os casos analisados houve acréscimos do alpendre frontal e da área de serviço, que findava também funcionando como cozinha auxiliar. Por sua vez, as dimensões da cozinha original não atendiam aos usos estipulados e as necessidades das famílias. Assim, nas habitações visitadas no Lagoa do Xavier, Santa Vitória, Santo Antônio/Zabelê e Dom Pedro II, este cômodo foi ampliado. Já no Rosa Luxemburgo, Aracati e Cajá/Zabelê foi acrescentada outra cozinha. No mais, para suprir a ausência dos elementos inerentes à vida rural foram acrescidos novos cômodos, como o depósito para material de trabalho e produção no Aracati e Santo Antônio/Zabelê. Ou dado novo uso aos existentes: dormitórios transformados em depósito, como observado no Rosa Luxemburgo e no Três Marias.

Por outro lado, nessas mesmas habitações coexistiam elementos da vida moderna, principalmente quanto ao mobiliário e aos utensílios domésticos. Como exemplo, pode-se citar a casa visitada no Santo Antônio/Zabelê, onde na cozinha existia geladeira, fogão e televisão. Na sala de jantar, o filtro de barro havia sido substituído pelo gelágua elétrico e na sala de estar a televisão tela plana de 49” - apoiada num *rack* - dividia o espaço com o conjunto de estofados.

Diante do exposto, infere-se que o projeto padrão original da habitação ofertado pelo INCRA, como também o do PMCMV Rural, não atendia por completo às necessidades das famílias assentadas. Conforme apontado, as principais deficiências do projeto decorreram da dimensão reduzida da cozinha e das ausências da área de serviço/cozinha auxiliar, alpendre frontal/lateral e depósito para material de trabalho/produção. Todavia, as apropriações e modificações efetivadas pelos moradores possibilitou ajustar a configuração do desenho às suas reais necessidades, permitindo o adequado habitar e desenvolvimento da vida dos assentados.

No mais, essencialmente nos assentamentos criados do Governo Sarney até ao início do FHC, observou-se escassez de informações e detalhes técnicos na representação da materialidade do desenho oficial do INCRA, em todas as escalas investigadas.

Assim, o acima descrito corresponde ao legado quanto à produção do desenho do habitat de reforma agrária do INCRA/RN.

PARTE IV: Legados e Possibilidades para o Estado

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Após definir o legado do INCRA quanto ao desenho do habitat de reforma agrária no Rio Grande do Norte[237], retorna-se à hipótese que norteou nossa investigação:

"*A produção exclusiva do INCRA quanto ao desenho do habitat de reforma agrária em nosso país respondeu mais quantitativa do que qualitativamente, haja vista que os habitats implementados não atendem às necessidades e expectativas dos assentados*".

Infere-se como parcial a validade da hipótese para o caso do RN. Respaldado no repertório acumulado no percurso dessa pesquisa, detalhado no aprofundamento qualitativo na materialidade do campo empírico, apreendeu-se que os habitats do RN atendiam, porém não por completo, às necessidades e expectativas dos seus assentados, a julgar pelas ausências registradas em todas as esferas investigadas.

A produção exclusiva do INCRA quanto ao desenho do habitat de reforma agrária no RN no período de 1985 a 2013 compreende singularidades, apontando fragilidades, ausências e aspectos positivos quanto às iniciativas do Estado, à prática do seu processo e ao desenho resultante.

Assim, na esfera das iniciativas do Estado estas estão inseridas, sobretudo, na política de reforma agrária. Apenas nos governos FHC e Lula aconteceram experiências pontuais para o habitat de reforma agrária vinculadas à política de habitação. E mesmo com a implementação do Estatuto da Cidade (2001) - que dissemina os planos diretores como instrumentos de ordenamento do território dos municípios, contemplando também o campo - a interação do habitat de reforma agrária com a política de habitação se fez irrelevante no recorte estudado[238]. Reforça, assim, o modo dicotômico como o Estado trata a relação rural e urbana, pouco incentivando a complementação entre ambos.

Por sua vez, na conjuntura da política de reforma agrária, o habitat foi tratado a partir da concessão de créditos financeiros restritos à habitação e não suficiente às especificidades do campo. Seus demais elementos não eram contemplados, apenas sua demarcação no espaço físico. Essa pouca priorização pode ser compreendida no âmbito da relação do Estado com essa política, associada à atuação do INCRA e ao habitat produzido.

Em nosso país a política de reforma agrária segue a lógica preponderante: ajustada aos interesses das classes dominantes e detentoras dos meios de produção em detrimento das classes

[237] Ver Subcapítulo 10.2 Legado da Produção do RN.

[238] Ver Subitem 7.1 Política Habitacional para o Campo.

dominadas/trabalhadores. Os primeiros sempre impuseram limitações à sua efetivação, que na prática esteve condicionada à luta e pressão da segunda categoria, que se fazia organizada via sindicatos e movimentos sociais do campo. Assim, as iniciativas implementadas - além de não reformarem a nossa concentrada estrutura fundiária - ficaram aquém do necessário: carência de infraestrutura operacional, de recursos humanos e financeiros, inclusive para o habitat[239].

No entanto, no decorrer dos seis governos estudados mudanças foram registradas. Do governo Sarney ao Itamar, mesmo com a forte atuação dos sindicatos e movimentos sociais do campo lutando, sobretudo, pelo direito ao acesso à terra, a política de reforma agrária operou de maneira tímida, orientada pelo Estatuto da Terra e o PNRA de 1985/1989, ainda permeados pela tramitação da regulamentação dos artigos da Constituição de 1988 que disciplinavam essa matéria. O INCRA buscava recuperar a posição de destaque anteriormente ocupada – inclusive após quase dois anos extinto (1987/1989) - todavia não logrando êxito. Os normativos específicos para o habitat eram escassos e limitados: exigiam para a efetivação da habitação apenas o orçamento e sua justificativa. Neste intervalo de três governos poucos assentamentos foram criados no RN: apenas 28.

No Governo FHC consolidou-se a organização e a luta dos movimentos sociais: "por uma ampla reforma agrária". Os instrumentos jurídicos para realização das desapropriações por interesse social foram consolidados - Lei 8.629 (25/02/1993) (Lei Agrária) e Lei Complementar nº 76 (06/07/1993) (Rito Sumário) – e sua aplicação sistematizada. Todavia, a lógica da reforma agrária de mercado também foi implementada. Por sua vez, as iniciativas para reorganizar o INCRA permaneceram modestas. Igualmente, os normativos internos pouco avançaram na questão do habitat, efetuando pequenos reajustes nos recursos destinados à habitação. Diante dessa conjuntura, este período compreendeu o maior quantitativo de assentamentos rurais de reforma agrária criados no RN: 202 unidades.

O Governo Lula alterou a ordem até então estabelecida. Instituiu o PNRA de 2003/2006, com o apoio dos movimentos sociais do campo. Estes amplificaram sua luta, aspirando a uma ampla reforma agrária que proporcionasse, para além do acesso à terra, condições de produção e desenvolvimento social. No mais, o governo buscou, via concurso público, reestruturar as carreiras dos servidores e recompor a força de trabalho do INCRA. Do

[239] Ver Subcapítulo 3.1 A Reforma Agrária e o Estado.

mesmo modo, os normativos voltados ao habitat tornaram-se mais completos: exigência do projeto para o habitat e habitação – vinculado à aprovação da comunidade, inclusive da mulher assentada - e de serviço técnico especializado; determinação de valor máximo destinado à mão de obra; aumento do valor do crédito. No entanto, nesse período, 53 assentamentos rurais de reforma agrária foram criados no RN, podendo ser considerada como produção moderada.

No Governo Dilma, os movimentos sociais permaneceram inserindo novos elementos à sua luta: por uma ampla reforma agrária com produção sem agrotóxicos. Por sua vez, o governo deu continuidade às ações do seu antecessor, realizando novas tentativas de renovação da força de trabalho do INCRA e ampliando os reajustes aos recursos financeiros destinados à habitação, que atingiram seu maior valor: R$ 25 mil/família. Os normativos voltados ao habitat também seguiram o padrão anterior. Entretanto, este período culminou num reduzido número de assentamentos rurais criados no RN: somente 3 exemplares.

Os avanços, contudo, não foram além destes mencionados. Mesmo com as diferenças e os ganhos apontados nos seis governos apresentados, existiu uma unidade: não houve interesse do Estado em contemplar o habitat de reforma agrária em sua plenitude e nem no contexto das especificidades do campo.

Nessa perspectiva, essas iniciativas do Estado conduziam a uma prática do desenho do habitat que, no RN, pouco sofreu alteração no decorrer do recorte estudado, consolidando o "*padrão potiguar para o processo do desenho do habitat de reforma agrária*". Esse processo (ação) decorria da correlação de forças entre os assentados, seus representantes e os técnicos do INCRA, cujas ausências convergiam à fase da concepção do habitat e a todas as etapas inerentes à habitação. Nestas faltavam profissionais com habilitação específica para atuar em tais atividades, assim como o emprego de método para sistematização/efetivação dessas ações e também de princípios, diretrizes e parâmetros técnicos da Arquitetura e Urbanismo voltados à produção do espaço, os quais se agregassem ao repertório - o percebido, o concebido e o vivido – e aos anseios dos assentados. Mesmo existindo experiências atuais voltadas ao desenho do habitat de reforma agrária - como as do MST e o Desenho do Possível -, e que trazem alternativas às deficiências apontadas, o INCRA/RN pouco fez uso delas. Seu emprego esteve condicionado à postura da sua Gestão – vinculada aos interesses do respectivo governo - em relação à parceria com o

GERAH/UFRN para as ações de assessoria técnica aos assentamentos do MST, como também da atuação do próprio Movimento para com seus assentamentos.

Além disso, com o transcorrer do tempo, a influência do Urbanismo Rural nos habitats do RN foi se atenuando, perdendo, assim, as referências em relação às ausências apontadas.

No mais, aproximando a reflexão teórica à prática cotidiana vivenciada pela autora no INCRA/RN, pode-se afirmar que, apesar do aporte normativo que direcionam suas ações, o Estado efetivamente pouco viabiliza aos servidores condições apropriadas para implementá-las, delimitando, assim, sua atuação. Por exemplo, o reduzido corpo técnico responsável pela execução das habitações desempenhava essa atividade permeado por restrições nas condições de trabalho e logística operacional. Em diversas situações, um único técnico era destinado a supervisionar a construção de dezenas de unidades habitacionais em mais de um habitat, concomitantemente, sem a garantia de meio de locomoção semanal e equipamentos de trabalho. Além disso, deveria conciliar essa atividade com as diversas outras desempenhadas na sede do INCRA.

Assim, perante as contingências institucionais e as ausências apontadas na prática do processo do desenho e nas iniciativas do Estado para a constituição do legado do INCRA/RN deve ser destacado o papel dos agentes que nele atuaram: os técnicos do INCRA, os assentados e seus representantes – sindicatos e movimentos sociais do campo.

Segundo Borges (2002), o que impulsiona a opção por um determinado modelo de habitat (tipologia) são as questões culturais, advindas, sobretudo das referências do passado, das experiências vividas pelos agentes envolvidos na implantação.

Desse modo, num contexto cuja natureza se faz complexa - permeado por conflitos e jogos de interesses, tanto para com os assentados, como entre os próprios servidores - os técnicos do INCRA/RN tiveram que aprender na prática cotidiana como executar as ações de reforma agrária, haja vista que poucas capacitações nessa temática lhes foram disponibilizadas. Assim, sua atuação foi fundamentada a partir do vivido, do concebido e do percebido ao longo de suas experiências profissionais.

Por sua vez, além do seu reportório vivenciado, a contribuição dos assentados e seus representantes aconteceu desde o início do processo, na luta pela terra, impelindo o Estado por sua desapropriação. Sem eles, o ritmo da reforma agrária no Rio Grande do Norte ocorreria demasiadamente lento.

O resultado dessa prática no espaço físico corresponde ao desenho do habitat de reforma agrária. Na escala do assentamento, esse desenho apresenta uma localização que não contempla, simultaneamente, uma relação com os aspectos da vida dos assentados que acontecem no entorno do assentamento e com as áreas internas de produção agropecuária.

Na escala do habitat, a configuração ortogonal/tabuleiro reflete o pragmatismo e a racionalidade em função da busca pelo menor custo financeiro com a instalação da infraestrutura básica (água e energia). Todavia, evidencia a escassez de elementos edilícios nas áreas para equipamentos coletivos voltados às trocas sociais: lazer, encontros, organização comunitária, dentre outros.

Na escala da habitação, os quatro modelos de projeto utilizados apresentam deficiências que limitam o correlato habitar e a maior interação entre as características rurais e urbanas da vida dos assentados: dimensões reduzidas da cozinha; e falta do alpendre frontal/lateral, da área de serviço/cozinha auxiliar e de depósito para material de trabalho/produção.

A exceção a esse padrão - desenho produzido e respectivo processo - condiz aos exemplares que contaram com assessoria técnica da AESCA/MST ou do GERAH/UFRN, fazendo uso do método "O Desenho do Possível", como anteriormente mencionado. Essas experiências foram realizadas, sobretudo, entre o fim do Governo FHC e início do Dilma e acarretaram diversidade ao legado do RN. No entanto, corresponde a quantitativo reduzido em relação à totalidade produzida: 16 assentamentos rurais com intervenção - novas implantações e reformas das existentes[240].

Todavia, além das fragilidades e ausências apontadas, o desenho original também apresentou aspectos positivos: permitiu a apropriação por parte dos beneficiários da reforma agrária. No transcorrer do tempo, esse desenho produzido foi sendo apropriado pelas famílias assentadas nas três escalas estudadas. Tendência observada nos seis assentamentos qualitativamente investigados. Do original habitat concentrado, os assentados transformaram em misto, coexistindo o habitar no lote de moradia e no lote de produção. Modificaram a configuração do próprio habitat, ora aglutinando as diversas áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviço em uma única, ora ampliando o lote de moradia até a área de produção coletiva. Do mesmo modo, remodelaram à habitação às suas próprias necessidades. Assim, os usuários transformam o desenho original - produzido com forte influência do pragmatismo do Estado - em seu habitar, conforme

[240] Ver Subcapítulo 4.2 Experiências de Desenho na Reforma Agrária.

estipulado por Lefebvre (1970). Somente a partir dessa ação, o desenho adaptado, carregado de simbolismos e características intrínsecas aos seus moradores, passa a atender aos anseios e as necessidades das famílias assentadas.

Por sua vez, relacionando o legado atual do INCRA/RN com o compilado há quase 20 anos por Borges (2002) - apesar deste se restringir aos assentamentos originários da luta do MST criados na década de 1990 -, observou-se a permanência do padrão, sobretudo quanto ao desenho produzido.

À época, todos os habitats analisados equivaliam à tipologia concentrada. O genótipo do lote de moradia correspondia a 30m x 60m, existindo edificação secundária como complemento para a prestação de serviços ou comércio. Já havia carência de áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviço que estimulassem a convivência. No mais, foram registrados fortes traços de apropriação.

Quanto ao lote de produção individual, Borges (2002) também constatou a tendência dos assentados deles se apropriarem, com a construção de outra habitação e/ou edificações de apoio à produção agropecuária.

No que diz respeito ao processo do desenho do habitat, a referida autora demonstrou que nos assentamentos do MST os assentados levavam em consideração os diversos saberes, as referências do vivido, dos momentos de seu cotidiano atual e sua ideologia: o seu projeto político. No entanto, também havia a preocupação com a implantação da infraestrutura básica:

> os lotes menores têm dificuldades com a manutenção da higiene sem um tratamento de seus esgotos e das águas pluviais e dificuldades em manter suas criações individuais; e o lotes maiores, de 50m x 100m, necessitam da abertura de mais ruas, de mais fios para sua eletrificação, de mais canos, quando têm água encanada (BORGES, 2002, p. 59).

Desta forma, a apreensão desse legado quanto à produção do desenho do habitat de reforma agrária, exclusiva do INCRA, é bastante relevante na conjuntura presente. O Decreto nº 9.424 (26/06/2018) - que regulamentou a concessão das modalidades do Crédito Instalação dos assentamentos rurais de reforma agrária - retornou a concernente produção das habitações à responsabilidade privativa do INCRA. Ou seja, a condição vivenciada pela autarquia no período de 1985 a 2013, e estudada nessa tese, se torna situação vigente novamente.

Embasando-se nos postulados do método regressivo-progressivo, se faz oportuno ter o resultado da tese nesse

momento atual e, assim, aprender com os ensinamentos do legado do passado, seus erros e acertos e, a partir de então, poder agir de modo mais apropriado. Desse modo, diante das reflexões e constatações alcançadas, possibilidades podem ser vislumbradas, contribuindo e fomentando o Estado a otimizar suas políticas e gestão quanto ao desenho do habitat de reforma agrária.

Nesta perspectiva, para que a produção do habitat de reforma agrária atenda – primordialmente, de modo qualitativo e por completo - às necessidades e expectativas dos assentados, ao mesmo tempo em que o habitat se torne local onde o indivíduo habita, para além da moradia, incorporando o ambiente onde desenvolve sua cotidianidade, sociabilizando entre si e com as áreas de produção, constituindo elemento de integração entre moradia, trabalho e meio ambiente, é necessário refletir sobre as fragilidades e ausências aqui registradas e, assim, poder saná-las.

No ponto de vista das iniciativas do Estado, entende-se que o habitat de reforma agrária deve ser inserido como um elemento definitivamente pertinente à política de reforma agrária. Tratado em todas suas instâncias e dimensões, visualizando-o para além da habitação, incorporando as áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviço, os espaços livres públicos e arruamentos, além da sua interação e proximidade com a área de produção. Por sua vez, deve haver disponibilidade de recursos financeiros para a execução de sua totalidade, com valores condizentes às especificidades do campo.

A prática do processo, assim como o desenho resultante, pode tomar por referência as ponderações do subitem "*4.3 Reflexões e Contribuições para um Método de Desenho do Habitat de Reforma Agrária"*, formatadas a partir das experiências efetivamente postas em prática. Ou seja, repertório de possibilidades que de fato podem ser concretizadas. No mais, levar em consideração as lacunas apontadas nos normativos internos e instrumentos da autarquia que pontuam a temática.

Desse modo, os habitats devem ser planejados, concebidos e executados para e com quem vai habitar, respeitando e se adaptando à realidade local e social de cada situação. Nesse processo, incluir diretrizes específicas para o planejamento e concepção do habitat e para todas as etapas da habitação. No mais, incorporar as influências do modo de vida moderno, onde na habitação coexistem elementos com características do campo e da cidade. Para a sua efetivação, contar com atuação de equipe multidisciplinar, com profissionais das diversas formações/atribuições e em quantidade adequada às demandas

dos serviços necessários, agregando também as famílias assentadas e o seu conhecimento popular.

Além disso, esse processo precisa compatibilizar os tempos: da pressa dos sonhos e anseios dos assentados; da dinâmica do campo; da cautela da ação pautada em repertório teórico; da morosidade da burocracia do Estado; dentre outros.

Entende-se que a partir dessa prática o desenho produzido atenderá às necessidades dos moradores. No mais - para sanar as ausências identificadas no desenho - é necessário, na sua concepção, prever a conexão entre as vias de circulação nas escalas regional, do assentamento e do habitat a fim de viabilizar a atuação onde os assentados desenvolvem sua vida cotidiana. Na escala do assentamento há que se contemplar, concomitantemente, tanto as necessidades produtivas, quanto as articulações sociais das famílias com o entorno imediato. Na escala do habitat acrescentar, nas áreas para equipamentos coletivos, elementos edilícios voltados às relações sociais, inclusive com características do modo de vida moderno, revendo a esfera de responsabilidade e de financiamento com a gestão municipal. No mais, buscar alternativas para aproximar o habitat das áreas de produção, como ampliando as dimensões dos lotes de moradia. Por sua vez, para o legado existente, priorizar as melhorias, principalmente nas áreas para os equipamentos comunitários sociais e de serviço, e para produção coletiva em torno do habitat, buscando sua consolidação.

Na escala da habitação, aumentar as dimensões da cozinha e inserir o alpendre frontal/lateral, a área de serviço/cozinha auxiliar e o depósito para material de trabalho/produção, como também permitir a interação entre as características rurais e urbanas do modo de vida das famílias assentadas. As habitações devem ser construídas de tal modo que não precisem sofrer reforma com pouco tempo de uso, minimizando o reuso e desperdício com os recursos públicos.

No mais, carece de não recorrer no erro de inserir nos normativos internos, e demais instrumentos afins, exigências quais sejam sem disponibilizar condições adequadas para sua implementação. Desse modo, o INCRA precisa ser equipado, com recursos financeiros e humanos, além de infraestrutura e adequada logística para a realização das ações propostas.

Nessa perspectiva, uma possibilidade concreta para implementar, de fato, esse arsenal de sugestões é recuperar o Programa do Habitat do Campo. Esse constituiria espaço de debate, reflexão e ação para os agentes atuantes na produção do desenho do habitat de reforma agrária.

Todavia, o futuro se faz repleto de incertezas. No Rio Grande do Norte poucas desapropriações são visualizadas daqui por diante. Segundo dados do INCRA/RN, Chico Mendes III - situado entre Macaíba e Vera Cruz - foi o último assentamento rural de reforma agrária criado no estado: em 26/09/2014.

Com as dificuldades atuais, no tocante à produção, os proprietários de terra têm conservado suas propriedades como reserva de valor. Por sua vez, a proliferação dos parques eólicos fez aumentar sobremaneira o valor da terra, principalmente, nas mesorregiões Leste e Oeste Potiguar. Desse modo, a estrutura fundiária permanece concentrada e a terra continua servindo como estoque de riquezas aos seus detentores.

No mais, a consolidação e a titulação dos assentamentos rurais vem acontecendo em ritmo acelerado, sobretudo a partir do Decreto Nº 9.311 (15/03/2018) – que "regulamenta a Lei nº 8.629 (25/02/1993) e a Lei nº 13.001 (20/06/2014) para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária" – e da Instrução Normativa Nº 97 (17/12/2018) – que "normatiza os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em projetos de assentamento de reforma agrária, criados em terras de domínio ou posse do Incra ou da União, bem como verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)". Por meio dessa ação, a questão da propriedade da terra se faz o centro do debate. De modo geral, os assentamentos rurais perdem a essência do coletivo com o título individual por assentado. A terra se torna suscetível de ser comercializada e novamente "reconcentrada" nas mãos dos detentores do poder econômico, e os menos favorecidos, mais uma vez, expropriados. Diante dessa conjuntura, pergunta-se: será o fim do habitat de reforma agrária?

Na contramão dessa perspectiva, entende-se que através de um habitat que proporcione adequadas condições de vida e reflita o modo de vida dos assentados favoreça a sua permanência no campo e fortaleça a continuidade da luta pela reforma agrária.

O legado produzido está aqui posto. Por intermédio dos seus limites e avanços, visualizam-se as possibilidades de ação para um futuro que já se torna presente. Assim, se faz necessário que essa pesquisa tenha continuidade para que os habitats sejam avaliados qualitativamente, trazendo mais subsídios ao legado.

Desse modo, idealiza-se o habitat de reforma agrária como elemento de resistência para que as famílias assentadas permaneçam a habitar o campo.

Utopia? Talvez. Mas, segundo Lefebvre:

> Como querer o absoluto o que é claramente relativo, mais ainda ambíguo? [...]
> O possível e o impossível não entram em conflito, eles se misturam... pois é buscando o impossível que se atinge o possível (LEFEBVRE, 1961, p. 350-1)[241].

Por fim, como produto esperado se vislumbra um tutorial para implantação de habitats de reforma agrária. A partir do repertório de reflexões e considerações acumulado na tese, busca-se sistematizar princípios, diretrizes, parâmetros e orientações técnicas para que possam ser utilizados pelo Estado na intenção de conduzir suas políticas e gestão acerca da prática da produção do desenho do habitat de reforma agrária.

Nesse sentido, um primeiro passo está sendo dado. Em meados de julho de 2019, já com o retorno da autora às atividades laborais no INCRA/RN, após período de licença para realização do doutorado, foi solicitado à equipe do Setor de Infraestrutura dessa Superintendência – da qual a autora é integrante - a tarefa de produzir um material técnico que subsidiasse a aplicação do Crédito Habitacional, regulamentada pela Norma de Execução Nº 121 (02/10/2018) – que dispõe sobre os procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades de Crédito Habitacional – em conformidade ao citado Decreto nº 9.424 (26/06/2018). De acordo com esses instrumentos, o valor destinado à efetivação dessa habitação de reforma agrária equivale a R$ 34 mil por família assentada.

Desse modo, tomando por suporte teórico-metodológico um pequeno recorte do conhecimento produzido na tese - sobretudo o vinculado ao desenho produzido, especificamente na escala da habitação – está sendo elaborado, por uma equipe multidisciplinar, o "Caderno Técnico Habitação INCRA/RN". Trata-se de um suporte técnico e teórico para mediar e orientar a troca de conhecimento entre os agentes atuantes no referido processo, primando pela autogestão dos assentados.

Assim, há ainda um longo caminho a ser percorrido, dentre as diversas possibilidades de rotas e trajetos apontadas nessa tese.

[241] Tradução do original feita pelo GERAH/UFRN.

PARTE V: Referências e Apêndices

11 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALVES, Mário. Dois caminhos da reforma agrária. *In* MARIGHELA, Carlos. *et al*. **A questão agrária no Brasil:** textos dos anos sessenta. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço concebido e o espaço vivido da morada rural:** políticas públicas x modo de vida camponês. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A poética do Espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BANCO DO NORDESTE. **Planejamento físico de áreas dos projetos de colonização e Morada Nova (CE) e Alto Turi (MA).** Fortaleza: 1975.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERTOLINI, Valéria Andrade. **Ocupando o cerrado –** Avaliação do processo de implantação de assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, 4, 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: 2008. p. 132-150.

BORGES, Amadja Henrique. **MST:** Habitats em movimento. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BORGES, Amadja Henrique. O desenho do possível: a UFRN e o MST na construção de um projeto-referência de assentamento de reforma agrária. *In*: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (org.) **Metodologia do trabalho social:** a experiência da extensão universitária. Natal: EDUFRN, 2006.

BORGES, Amadja Henrique.; MEDEIROS, Cecília Marilaine Rego de.; CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de e; ANDRADE, Sarah de Andrade. A assistência técnica de arquitetura e urbanismo para além do espaço urbano: reforma e melhoria de habitações em assentamentos do MST e quilombola. *In:* SEMINÁRIO MATO-GROSSENSE DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. HABITAÇÃO E CIDADE. CONSTRUINDO CONSENSOS, 7, 2017, Barra do Bugres. **Anais** [...]. Barra do Bugres: UNEMAT, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 10, de 09 de novembro de 1964**. Altera os artigos 5º, 15, 29, 141, 147 e 156 da Constituição Federal. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-10-9-novembro-1964-364969-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 24 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 2.163, de 05 de janeiro de 1954**. Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/543940. Acesso em: 27 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955.** Autoriza a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Rural. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2613-23-setembro-1955-361237-normaatualizada-pl.html. Acesso em: 27 mai. 2017.

BRASIL. **Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962**. Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leidel/1960-1969/leidelegada-11-11-outubro-1962-364968-retificacao-46676-pl.html. Acesso em: 27 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.html. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5173-27-outubro-1966-358978-norma-pl.html

BRASIL. **Lei n°7.231, de 23 de outubro de 1984**. Transfere competência do INCRA para o Ministério da Agricultura, dispõe sobre o regime jurídico do pessoal do INCRA e dá outras providências. Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109847/lei-7231-84. Acesso em: 27 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política agrícola. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/tecnologia-agropecuaria/arquivos-de-legislacoes-de-tecnologias/lei-no-8-171-de-17-de-janeiro-de-1991.pdf/view. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 21 mar. 216.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.html. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 55.889, de 31 de março de 1965.** Aprova o regulamento geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/478481. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 55.890, de 31 de março de 1965**. Aprova o regulamento geral do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/478482. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 64.852, de 21 de julho de 1969.** Regulamenta o Decreto-lei n. 582, de 15 de maio de 1969, na parte referente ao grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA) e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64852-21-julho-1969-406249-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 59.456, de 04 de novembro de 1966.** Aprova os Planos Nacional e Regionais de Reforma agrária e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59456-4-novembro-1966-399970-publicacaooriginal-38471-pe.html. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970**. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do impôsto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.html. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 68.153, de 01 de fevereiro de 1971.** Aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68153.html. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 68.153/1971, de 01 de fevereiro de 1971.** Aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68153.htm. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei n° 1.767, de 01 de fevereiro de 1980.** Cria Grupo Executivo para regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1767.html. . Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 84.516, de 28 de fevereiro de 1980.** Cria Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas e dá outras Providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84516-28-fevereiro-1980-434088-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 87.700, de 12 de outubro de 1982.** Regulamenta o Programa Nacional de Política Fundiária, define as atribuições do ministro de Estado extraordinário para assuntos fundiários e dá outras providências. Disponível em:

https://legis.senado.leg.br/norma/510340. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 87.457, de 16 de outubro de 1982.** Institui o Programa Nacional de Política Fundiária, dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D87457.html. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 90.697, de 11 de dezembro de 1984.** Dispõe sobre a estrutura básica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D90697.htm. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 91.214, de 30 de abril de 1985**. Cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, dispõe sobre sua estrutura, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91214.html. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 92.627, de 02 de maio de 1986.** Dispõe sobre a estrutura básica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e dá outras providências. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/515267. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 94. 331, de 14 de maio de 1987**. Dispõe sobre a estrutura básica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D94331.htm. . Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989.** Rejeita o texto do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, que extingue o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, cria o Instituto Jurídico das Terras Rurais - INTER e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1989/decretolegislativo-2-29-marco-1989-360192-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 966, de 27 de outubro de 1993.** Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1993/decreto-966-27-outubro-1993-449344-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 2.250, de 11 de junho de 1997.** Dispõe sobre a vistoria em imóvel rural destinado a Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2250.html. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.509, de 14 de junho de 2000.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3509.htm. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 4.705, de 23 de maio de 2003.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e dá outras providências. Disponível em: https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2003-05-23;4705. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL**. Decreto nº 5.011, de 11 de março de 2004.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e dá outras providências. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-5011-2004_55545.html. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5735.htm. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009.** *Aprova a* Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e dá outras providências. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=59880. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018.** Regulamenta o inciso V do **caput** do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de Projetos de Assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.html. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução da Secretaria de Assentamento e Colonização/SEASC/MIRAD nº 02, de 02 de outubro de 1988.** Da concessão de crédito de implantação, aos beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução MIRAD/SEASC/ nº 06, de 06 outubro de 1988.**

Dispõe sobre a habitação rural nos Assentamentos de Reforma Agrária e Colonização Oficial. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa/INCRA/Nº 44, de 12 de novembro de 1991.** Dispõe sobre a concessão de crédito-implantação aos beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 19, de 10 de setembro de 1997.** Dispõe sobre a concessão de crédito - implantação aos beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária criados pelo INCRA. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 26, de 22 de junho de 1998.** Dispõe sobre a concessão de crédito - implantação aos beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária criados em imóveis de domínio dos Estados. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **IN/INCRA/nº29, de 12 de abril de 1999.** Dispõe sobre a implantação de Projetos de Assentamento em terras obtidas pelo Programa de Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa INCRA/nº 34, de 09 de julho de 1999.** Dispõe sobre a implantação de Projetos de Assentamento em terras obtidas pelo Programa de Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. DP **IN/INCRA/Nº 29/1999.** Dispõe sobre a implantação de Projetos de Assentamento em terras obtidas pelo Programa de Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **IN/INCRA/Nº 02/2000.** Fixa normas gerais para a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, abrangendo as ações de assentamento de trabalhadores rurais e a atividade complementar de regularização fundiária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa INCRA/nº41, de 24 de maio de 2000.** Fixa normas para a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, abrangendo as ações de assentamento de trabalhadores rurais e a atividade complementar de regularização fundiária. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa INCRA/nº02, de 20 de março de 2001**. Fixa normas gerais para a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, abrangendo as ações de assentamento de trabalhadores rurais e a atividade complementar de regularização fundiária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 06, de 18 de julho de 2002**. Fixa normas gerais para a concessão, aplicação e cobrança do Crédito de Instalação no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes de Programas de Reforma Agrária Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **IN/INCRA/Nº15/2004.** Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 19, de 06 de setembro de 2005.** Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 37, de 08 de dezembro de 2006.** Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 40, de 11 de junho de 2007.** Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação os beneficiários dos Projetos da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 50, de 22 de dezembro de 2008.** Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 53, de 19 de junho de 2009.** Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos da Reforma Agrária. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 54, de 22 de julho de 2009.** Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 58, de 05 de março de 2010.** Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 67, de 15 de junho de 2011**. Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 68, de 16 de agosto de 2011**. Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 74, de 14 de novembro de 2012.** Fixa modalidades, valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução INCRA/DP/nº 001, de 03 de agosto de 1999**. Fixa valores para implantação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução /INCRA/DP nº 001, de 03 de agosto de 1999**. Fixa valores para implantação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 02, de 30 de agosto de 1999.** Fixa valores para implantação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 03, de 01 de março de 2000.** Estabelece fluxo operacional para concessão e aplicação do Credito Instalação no âmbito dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **NE/INCRA/nº 02/2001**. Fixa normas gerais para a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, abrangendo as ações de assentamento de trabalhadores rurais e a atividade complementar de regularização fundiária. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=75033. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução/INCRA/nº 02, de 28 de março de 2001**. Dispõe sobre a regulamentação para a fase de implantação do Projeto de Assentamento e dá outras providências. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução/INCRA/nº 04, de 02 de abril de 2001.** Fixa os valores de créditos para implantação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução INCRA/nº 04, de 12 de agosto de 2002**. Fixa e altera os valores de crédito de obras de infraestrutura e de serviços para implantação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 25, de 12 de agosto de 2002.** Fixa e altera os valores de crédito de obras de infraestrutura e de serviços para implantação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 26, de 26 de agosto de 2002**. Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e cobrança do Crédito Instalação no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 36, de 30 de março de 2004.** Fixa e altera os valores de créditos instalação, de obras de infraestrutura e de serviços para implantação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 39, de 30 de março de 2004**. Estabelece critérios e procedimentos referentes ao Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 36, de 30 de março de 2004.** Fixa e altera os valores de créditos instalação, de obras de infraestrutura e de serviços para implantação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 40, de 30 de março de 2004.** Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas do Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 46, de 10 de novembro de 2005.** Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Programa Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução/INCRA/DD/nº 53, de 20 de dezembro de 2006.** Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Programa de Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução/INCRA/DD/nº 63, de 14 de setembro de 2007.** Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos Créditos do Programa de Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução/INCRA/DD/nº 67, de 29 de novembro de 2007**. Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Programa de Crédito Instalação, no âmbito os Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução/ nº 79/DD, de 26 de dezembro de 2008.** Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de

Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução/INCRA/nº 86, de 04 de novembro de 2009**. Dá nova redação aos artigos 3, 12, 20, 22, 25, 36, 38, 40, 45 e 47 da NE 79/2008 Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução/INCRA/n°99, de 21 de setembro de 2011.** Dá nova redação aos artigos 18, 20 e 33 da NE 79/2009 Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 121, de 02 de outubro de 2018**. Dispõe sobre os procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional, regulamentados pelo Decreto nº 9.424/2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/43885861/do1-2018-10-04-norma-de-execucao-n-121-de-2-de-outubro-. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. Plano Nacional de Habitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa Nacional de Habitação Rural**. Brasília: Ministério das Cidades, 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2006**. Brasília, 2008

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Concessão de empréstimo para projetos de assentamento (1988).** Prover as famílias beneficiárias com recursos básicos em termos de alimentação, habitação e início de exploração agropecuária da parcela, a título de subsistência. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Orientação CI, de 29 de junho de 1994.** Elevação do teto do crédito implantação. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **OFÍCIO/183/DP, de 30 de junho de 1999.** Esclarecimentos diversos acerca da aplicação do crédito implantação. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. **Orientação Operacional – OO nº 03/2013/DHAB/SNH/MCIDADES, de 14 de agosto de 2013.** Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria/INCRA/DP/Nº 01, de 11 de fevereiro de 1993**. Definir novo procedimento na tramitação dos processos de concessão de crédito implantação nas modalidades Alimentação/Fomento/Habitação. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **PORTARIA/INCRA/20, de 20 de dezembro de 1994.** Estabelece o valor teto do crédito implantação modalidade habitação. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria/INCRA/DP/nº 02, de 20 de junho de 1996.** Ratificar e definir procedimentos na tramitação dos processos de concessão de Crédito Implantação nas modalidades Alimentação, Fomento e Habitação. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria/INCRA/DP/nº 02, de 18 de março de 1997.** Ratificar e definir procedimentos na tramitação dos processos de concessão de Crédito Implantação nas modalidades Alimentação, Fomento e Habitação. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria nº 50, de 02 de fevereiro de 1998.** Alteração dos valores das diferentes modalidades de crédito. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria nº 193, de 29 de agosto de 2007.** Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação os beneficiários dos Projetos da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria nº 225, de 24 de setembro de 2007.** Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação os beneficiários dos Projetos da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 78, de 08 de fevereiro de 2013.** Inclui os agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Resolução nº 15, de 11 de julho de 2002.** Fixa valores de

créditos de instalação. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **TELEFAX/DPA/nº 28, de 05 de maio de 1995.** Estabelece novo valor para o cálculo do crédito implantação. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/legislacao.html?id=242. Acesso em: 16 ago. 2017.

CAMARGO, José Geraldo da Cunha. **Urbanismo rural:** ma incra. Brasília: Empresa Gráfica Gutenberg, 1973.

CARAFFA, Marina. **Projeto de assentamento rural. Um estudo do ambiente construído no Zumbi dos Palmares – Iara/SP.** 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: NEAD, 1999.

CASTAÑEDA RODRIGUEZ, Angel. **Qualidade da habitação nos assentamentos rurais no PNHR/PMCMV de São Paulo. Casos:** Florestan Fernandes, Dona Carmem e Boa Esperança. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Campinas, 2016.

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de Cerqueira. **A Assistência Técnica nos Habitats do MST e o Papel do Arquiteto e Urbanista.** 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de Cerqueira. BORGES, Amadja Henrique. MARILAINE, Cecília. Experiência em assistência técnica para habitats de reforma agrária: Universidade, Estado e Movimento Social. *In:* ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4, 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**: Utopias e Realidades. Uma antologia. 5 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. **Projetos de Colonização: as grandes questões**. *In:* MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL. **Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental.** 1. ed. Brasília: IBAMA, 1994.

CONCRAB. CADERNO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA: Novas formas de assentamentos de Reforma Agrária: A experiência da comuna da terra. Brasília: nº 15, 2004.

CONCRAB. CADERNO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA: Construindo o planejamento participativo do assentamento: Processo de Planejamento e Organização do assentamento –

PPOA (Metodologia para elaboração dos PDA's e PRA'S). Brasília: nº 13, 2005.

COSTA, Maria Jose. **Uma Leitura Geográfica da Reforma Agrária Potiguar.** 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. 1ª ed. São Paulo: Bontempo, 2015.

FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira (org.). **INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Na luta pela Reforma Agrária: Incra 45 anos. Ministério do Desenvolvimento Agrário.** 1. ed. Brasília: MDA/INCRA, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST:** formação e territorialização em São Paulo. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC): São Paulo, 1996.
GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HABIS/USP. Portfólio acadêmico: Atuação nas áreas rurais: ensino, pesquisa, extensão e formação complementar em arquitetura e construção (2018).

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. *In*: **Ensaios e conferências** (tradução: Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Márcia Sá Cavalcante Schuback). 3. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista – Editora Universitária São Francisco.

HEIDEGGER, Martin. "... poeticamente o homem habita...". *In:* **Ensaios e conferências** (tradução: Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Márcia Sá Cavalcante Schuback). 3. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista – Editora Universitária São Francisco.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

INO, Akemi. *et al*. **Síntese das discussões e propostas do II Colóquio Habitat e Cidadania: habitação social no campo**. São Carlos, 2011 [texto não publicado].

KOPP, Anatole. **Ville et révolution.** Paris: Éditions Anthropos, 1967.

LABARCA G, Humberto. *et al*. **Arquitectura para la reforma agrária.** Convenio Cautin. Departamento Arquitectura. Temuco: 1972.

LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne II**: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté. Paris: L'Ache, 1961.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. (Versão espanhola de Javier González-Pueyo do original francês). 4. ed. Barcelona: Península, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **Du Rural à L'Urbain**. 4. ed. Barcelona: Península, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001 (1968/2010).

LEFEBVRE, Henri. **Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 (2008).

LEFEBVRE, Henri. **Posição:** contra os tecnocratas. São Paulo: Editora Documentos, 1969 (1967).

LEITE, Sérgio. *et al*. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento rural. São Paulo: Editora, 2004.

LOPES, João Marcos de Almeida.; ARANTES, Pedro Fiori.; TONE, Beatriz. **O financiamento habitacional para assentamentos de reforma agrária:** uma inviabilidade recorrente, um problema político [texto não publicado].

MACHADO, Carlos R. S. Momentos da obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. *In*: **Ambiente & Educação**. Vol. 13. 2008.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre,** São Paulo, n.19, p.95-112, 2002.

Manifesto I Colóquio Habitat e Cidadania (2006).

MARTINS, Jose de Souza. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. Editora HUCITEC: São Paulo, 1986.

MARTINS, Jose de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST**.** *In:* STÉDILE, João Pedro (org.). **A Reforma Agrária e a luta do MST.** 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MEDEIROS, Cecília Marilaine Rego de. **Mutirão x Organicidade:** reflexões sobre os processos de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST no RN. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de.; LEITE, Sérgio (org.). **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UGRS/CPDA, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MELO, João Alfredo Telles Melo (org.). **Reforma agrária Quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006.

MONTE-MOR, Roberto Luís. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. *In:* FELDMAN, Sarah.; FERNANDES,

Ana (org.). O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)**, Salvador, p. 93-114, 2007.

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos.; GERMANI, Guiomar Inez. Planejamento Estatal e submissão do campo à cidade: estratégias de colonização rural no Brasil e na Espanha ocorridas no século XX. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - ENGA. AGENTES, PROCESSOS, CONFLITOS E CONTEÚDOS DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO, 22., 2014, Natal. **Anais** [...]. Natal: UFRN, 2014.

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos. **Resistência e Territorializações:** um olhar sobre a moradia camponesa no estado da Bahia, com ênfase nos projetos de assentamentos de reforma agrária. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MORUS, Thomas. **A Utopia**. Editora Escala: São Paulo.

MST. **O que levar em conta para a organização do assentamento discussão no acampamento** (2001).

NASCIMENTO, Francisco José. **Memória da Colonização Recente no Estado do Acre**. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar:** políticas públicas e Amazônia. 2. ed. Campinas: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, José Lopes de. **Rondônia:** geopolítica e estrutura fundiária. Porto Velho: Grafiel, 2010.

OLIVEIRA, Cinthia Soares de. **Henri Lefebvre:** Possibilidades teórico-metodológicas para Arquitetura e Urbanismo. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Igreja e renovação:** educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964). 1992. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

PAIVA, I. A.; PERNAMBUCO, M. M. C. A., (org.). **Práticas coletivas em assentamentos rurais**. Natal: EDUFRN, 2014.

PAULA, Hiramises Paiva de. Educação e Sustentabilidade: **Assentamento Maria da Paz – João Câmara/RN.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

PERES, Renata Boro. **Habitação Rural:** discussões e diretrizes para políticas públicas, planejamento e programas habitacionais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, 2003.

REGO, Renato Leão. De Londres à Amazônia: integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas. *In:* ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR. ESPAÇO, PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

REGO, Renato Leão. **Utopia e urbanismo funcionalista na Transamazônica.** *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO – SHCU. CIDADE, ARQUITETURA E URBANISMO: VISÕES E REVISÕES DO SÉCULO XX. 14., 2016, São Carlos. **Anais** [...]. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2016.

SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. *In:* FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (coord.). **Assentamentos em Debates.** Brasília: NEAD, 2005.

SEGRE, Roberto. **Arquitetura e Urbanismo da Revolução Cubana**. São Paulo: Nobel, 1986.

SERTORI, Rodolfo José Viana. **O mutirão do projeto Inovarural:** estratégias da assessoria técnica na produção da moradia rural. 212. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

SERTORI, Rodolfo José Viana. **Terra, Moradia e Trabalho:** Articulações e disputa nos assentamentos rurais do oeste paulista. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

SILVA, Cecília Milanez Graziano da. **Habitação rural: uma luta por cidadania**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Jose Graziano da. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SILVA, Jose Graziano da. REFORMA AGRÁRIA, JÁ? *In:* LEAL, Laurindo (coord.). **Reforma agrária da nova república:** contradições e alternativas. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

SOTO, William Héctor Gómez**.** O pensamento crítico de Henri Lefebvre. **Revista Espaço Acadêmico.** Rio de Janeiro, nº 140, 2013.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 10. ed. Brasiliense, 1985.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A Reforma Agrária e a luta do MST.** 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

YALAN, E. **The Design of Agricultural Settlements: Technological aspects of rural community development.** Jewish Agency for Israel Rural Settlement Department. Jerusalem: Haifa, 1975.

WANDERLEY, Maria de Narzareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo.** Estudos Sociedade e Agricultura: 2001. REVISTA

I. ROTEIRO PARA LEVANTAMENTO E TABULAÇÃO DE DADOS PRIMÁRIOS: MATERIALIDADE DO CAMPO EMPÍRICO

(1º MOMENTO)

I. IDENTIFICAÇÃO

1. ASSENTAMENTO:
2. MUNICÍPIO:
3. DATA DE CRIAÇÃO:
4. PERÍODO DE GOVERNO:
5. DIMENSÃO DO ASSENTAMENTO:
6. QUANTIDADE DE HABITATS:

II. ESCALA I: REGIONAL (relação habitat e sede municipal)

7. Existência vias de circulação conectando o habitat do assentamento e à sede/distrito municipal?

8. Existência vias de ligação conectando o habitat a outros assentamentos rurais?

III. ESCALA II: ASSENTAMENTO RURAL (relação habitat e assentamento)

CONSIDERAÇÕES:

9. Acesso ao habitat por:

9.1	( ) Rodovia	9.2	( ) Estrada vicinal	9.3	( ) Estrada Vicinal não representada	9.4	( ) Outros

10. Elementos morfológicos existentes no assentamento (com dimensões):

10.1	( ) Lote de produção individual	42 lotes		**10.2**	( ) Área de produção coletiva	4 áreas	
10.3	( ) Área de reserva legal	A: ha		**10.4**	( ) Área de preservação permanente		
10.5	( ) Equipamentos remanescentes			**10.6**	( ) Vias de circulação		
10.7	( ) Habitat	A: 29,25 ha		**10.8**	( ) Outros		

11. Localização do habitat (conectividade e integração):

11.1	( ) Perímetro assentamento	**11.2**	( ) Próximo acesso principal assentamento
11.3	( ) Próximo lote de produção individual	**11.4**	( ) Próximo lote de produção coletiva
11.5	( ) Próximo área de reserva legal	**11.6**	( ) Próximo infraestrutura: fonte água
11.7	( ) Próximo infraestrutura: energia elétrica	**11.8**	( ) Outros

12. Distância do habitat para:

12.1	Lote de produção individual	( ) pequena – 0 a 500m	( ) média – 501m a 2.000m	( ) grande – acima de 2.000m
12.2	Lote de produção coletiva	( ) pequena – 0 a 500m	( ) média – 501m a 2.000m	( ) grande – acima de 2.000m
12.3	Área de reserva legal	( ) pequena – 0 a 500m	( ) média – 501m a 2.000m	( ) grande – acima de 2.000m
12.4	Equipamentos remanescente	( ) pequena – 0 a 500m	( ) média – 501m a 2.000m	( ) grande – acima de 2.000m
12.5	Abastecimento de água	( ) pequena – 0 a 500m	( ) média – 501m a 2.000m	( ) grande – acima de 2.000m
12.6	Energia elétrica	( ) pequena – 0 a 500m	( ) média – 501m a 2.000m	( ) grande – acima de 2.000m

IV. ESCALA III: HABITAT (relação entre os elementos do habitat)

13. Qual a forma do habitat (padrão do parcelamento original)?

Linear:	**13.1**	**( ) Linear (1 rua)**	**13.2**	( ) Linear (2 ruas)
Ortogonal:	**13.3**	( ) Tabuleiro	**13.4**	( ) Cruz
Concêntrico:	**13.5**	( ) Radial	**13.6**	( ) Quadrado
	13.7	( ) Orgânico	**13.8**	( ) Outros

14. Quais os elementos estão representados no desenho (lotes de moradia; vias de circulação; equipamentos comunitários; espaços livres públicos; habitação)? Quais suas dimensões?

Lotes de moradia:

Área para equipamentos de uso coletivo:

Vias de circulação:

15. Qual a relação entre os elementos do habitat: localização e distâncias entre si?

16. Forma do habitat favorece o desenvolvimento da vida cotidiana: trabalho produtivo; trabalho familiar; momentos de lazer e festa?

17. Foi inserido algum elemento inovador (não-usual) no desenho do habitat? Qual?

18. Observações e Considerações gerais sobre o desenho do habitat do assentamento

V. ESCALA IV: HABITAÇÃO

19. Quais cômodos possui a habitação? Quais suas dimensões?

20. Qual a disposição dos cômodos (projeto)?

21. Qual a localização da habitação em relação ao sol poente/nascente e os ventos dominantes?

22. Como o projeto da habitação e sua localização favorece o desenvolvimento da vida cotidiana?

DESENHO RESULTANTE: OBSERVAÇÕES IN LOCO

(2º MOMENTO)

ELEMENTOS GERAIS

- Modo de vida cotidiana dos assentados;
- Apropriação pelos assentados do desenho produzido;

ESCALA REGIONAL

- **Relação com o distrito/sede municipal adjacente**

- **Serviços existentes no distrito/sede municipal adjacente**

- **Relação/comercialização em feira distrito/sede municipal adjacente**

ESCALA ASSENTAMENTO

- **Acessibilidade e acessos**

- **Desenvolvimento da vida cotidiana entre habitat e elementos adjacentes**

- **Produção adjacências habitat**

- **Infraestrutura geral**

Água:

Energia elétrica:

Esgotamento Sanitário:

Lixo:

ESCALA DO HABITAT

- **Morfologia geral:**
- **Lote de moradia:**

Dimensões:

Usos principais:

Usos secundários:

Tipos edilícios:

Apropriação:

- **Área Equipamentos Coletivos:**

Dimensões:

Usos:

Tipos edilícios:

- **Vias de circulação:**

Dimensões:

Infraestrutura:

- **Equipamentos Remanescentes**

Tipos edilícios e usos:

- **HABITAÇÃO:**

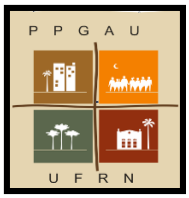
Dimensões:

Reformas e melhorias:

Acréscimos na habitação visitada:

Principais acréscimos (modo geral):

Apropriação:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇAO EM ARQUITETURA E URBANISMO

II. ROTEIRO PARA ENTREVISTA:

AGENTE ATUANTE NA PRÁTICA DO DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Nome: _____
2. Formação profissional: _____
3. Ano de ingresso no INCRA: _____
4. Qual Divisão/Setor trabalha no INCRA atualmente: _____
5. Quais Superintendências do INCRA trabalhou? _____
6. Em quais Divisão/Setor? Função?_____ _____
7. Quais Setores/Divisão trabalhou? _____

II. PROCESSO DE CONCEPÇÃO DO DESENHO DO HABITAT DE REFORMA AGRÁRIA

8. Quando ocorreu o processo de concepção do desenho do habitat do assentamento?

9. Quais foram os agentes participantes do processo (técnicos, equipe ATES, assentados)?

10. Onde foi realizado a concepção do desenho do habitat do assentamento?

11. Foram feitas reuniões no assentamento com os assentados sobre a concepção do desenho?

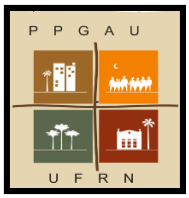
12. Quais foram os normativos levados em consideração para a concepção do desenho?

13. Quais parâmetros foram levados em consideração para a concepção do desenho?

14. Fez-se uso de alguma metodologia especifica para a concepção do desenho?

15. Houve preocupação com a relação do habitat e a sede/distrito municipal?

16. Como foi feito a execução do projeto do habitat?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇAO EM ARQUITETURA E URBANISMO

III. ROTEIRO PARA ENTREVISTA:

REPRESENTANTES DOS ASSENTADOS

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Nome: _____

2. Função no assentamento: _____

3. Quanto tempo mora no assentamento: _____

4. Participou do processo de concepção do desenho da agrovila? Como? _____

_____

_____

II. APROPRIAÇÃO E VIVENCIA DO HABITAT

ESCALA I: REGIONAL (relação habitat e sede municipal)

5. Como acontece a relação/ligação entre a agrovila e à sede/distrito municipal?

_____

6. Como acontece a relação/ligação entre a agrovila e os outros assentamentos rurais da região?

_____

ESCALA II: ASSENTAMENTO RURAL (relação habitat e assentamento)

7. Descreva e avalie o acesso à agrovila: _____

8. Descreva e avalie a localização da agrovila em relação ao assentamento: _____

9. Descreva e avalie a distância da agrovila para: (favorece a produção? E a vida cotidiana?)

9.1	Lote de produção individual:
9.2	Lote de produção coletiva:
9.3	Área de reserva legal:
9.4	Equipamentos remanescente:
9.5	Abastecimento de água:
9.6	Energia elétrica:

ESCALA III: HABITAT (relação entre os elementos do habitat**)**

10. Descreva e avalie a forma (desenho) da agrovila (padrão do parcelamento):

_____

11. Modelo/Forma da agrovila favorece o desenvolvimento da vida cotidiana: trabalho produtivo; trabalho familiar; momentos de lazer e festa?

12. Quais os elementos (lotes de moradia; vias de circulação; equipamentos comunitários; espaços livres públicos; habitação) foram acrescentados ao desenho original da agrovila? Por que?

_____

_____

13. Como avalia a relação entre os elementos da agrovila: localização e distâncias entre si?

_____

14. Como avalia as dimensões do:

14.1	Lote de moradia:	
14.2	Área coletiva equipamentos:	
14.3	Vias de circulação:	
14.4	Habitação:	

ESCALA IV: HABITAÇÃO (caso der tempo e se encontre o projeto)

15. Descreva e avalie o projeto da habitação original:

_____

16. Quais foram os acréscimos mais realizados no projeto da habitação original? Por que?

_____

_____

17. Como o projeto da habitação e sua localização favorecem o desenvolvimento da vida cotidiana do assentado na agrovila?

_____

III. SONHOS E DESEJOS

18. "Qual a agrovila que eu quero?"

_____

_____

Quadro 10 - Projetos Integrados de Colonização do Brasil.

ESTADO	PIC	ÁREA (HÁ)	DATA CRIAÇÃO
Pará	PIC MONTE ALEGRE	509753,00	01/01/1927
Rio de Janeiro	PIC NUCLEO COLONIAL SANTA CRUZ	11021,27	07/10/1930
Rio de Janeiro	PIC NUCLEO COLONIAL TINGUÁ	2561,13	07/10/1938
Rio de Janeiro	PIC NUCLEO COLONIAL DUQUE DE CAXIAS	540,95	01/01/1941
Rio de Janeiro	PIC PAPUCAIA	18531,83	30/12/1951
Rio de Janeiro	PIC MACAE	6103,54	30/12/1951
Rio de Janeiro	PIC SANTA ALICE	8641,12	07/10/1955
Pernambuco	PIC CAXANGÁ	19724,00	15/09/1965
Rio de Janeiro	PIC NUCLEO COLONIAL SÃO BENTO	6548,87	23/01/1968
Rondônia	PIC OURO PRETO	512585,58	30/12/1970
Maranhão	PIC - BARRA DO CORDA	340000,00	31/12/1971
Amazonas	PIC BELA VISTA	14583,74	31/12/1971
Rondônia	PIC SIDNEY GIRÃO	69749,56	13/08/1971
Rio de Janeiro	PIC GRANDE RIO	275,52	30/12/1972
Rondônia	PIC GY PARANÁ	486137,31	16/06/1972
Altamira/PA	PIC ALTAMIRA	1319500,00	16/08/1972
Amazonas	PIC TABATINGA	1212,29	01/08/1973
Rondônia	PIC PAULO ASSIS RIBEIRO	293580,00	04/10/1973
Rondônia	PAD BURAREIRO	314962,60	21/01/1974
Rio Grande do Sul	PIC SARANDI - GLEBA 2	1740,06	01/01/1975
Rondônia	PIC Pe. ADOLPHO ROHL	407219,00	20/11/1975
Santarém/PA	PIC ITAITUBA	1546746,97	19/05/1978
Mato Grosso	GLEBA CAFEZAL	20000,00	12/10/1980
Mato Grosso	GLEBA TELES PIRES	219376,27	10/10/1980
Rio de Janeiro	PIC ALDEIA VELHA	362,60	06/08/1981
Paraná	PC POTY	3876,00	03/08/1981
Mato Grosso	GLEBA PARANÁ	9520,25	10/10/1981
Piauí	PIC ANGICOS	18235,00	27/04/1981
Mato Grosso	GLEBA CARAPÁ	14440,00	10/01/1982
Mato Grosso	GLEBA TELES PIRES	435,00	10/10/1982
Paraná	PC ILHÉUS	1172,00	19/11/1984
Paraná	PC BUTIÁ	935,00	19/11/1984
Paraná	PC PASSO FUNDO	654,00	19/11/1984

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2018).

Tabela 03 - Governo Sarney: Aspectos Gerais.				
ANO: 1987				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Areia Branca	01	2.432,40	60
	Baraúna	01	504,1	16
	Ipanguaçu	01	949,6	27
	Mossoró	02	7.709,12	229
	Upanema	01	10.800,33	354
	TOTAL	**06**	**19.963,15**	**686**
CENTRAL POTIGUAR	Pedro Avelino	01	1.209,15	35
	São Bento do Norte	01	2308,18	63
	TOTAL	**02**	**3.517,33**	**98**
LESTE POTIGUAR	Pureza/ Rio do Fogo	01	1.799,30	72
	Taipu	01	307	42
	Touros	01	236,00	13
	TOTAL	**03**	**2.342,30**	**127**
	TOTAL 1987	**11**	**25.717,34**	**911**
ANO: 1988				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Baraúna	01	1.365,41	76
	Mossoró	01	1.254,20	42
	São Rafael	02	7.679,00	205
	TOTAL 1988	**04**	**10.298,61**	**323**
ANO: 1989				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Apodi	01	999,51	34
	Areia Branca	01	1.722,37	62
	TOTAL	**02**	**2.721,88**	**96**
CENTRAL POTIGUAR	São José do Seridó	01	1.916,00	63
	TOTAL	**01**	**1.916,00**	**63**
	TOTAL 1989	**03**	**4.637,88**	**159**
	TOTAL GERAL:	**18**	**40.389,48**	**1393**
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).				

Tabela 04 - Governo Collor: Aspectos Gerais.				
ANO: 1991				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Baraúna	01	1.185,33	45
	Upanema	01	1.042,00	33
	TOTAL	**02**	**2.227,33**	**78**
AGRESTE POTIGUAR	João Câmara	01	1.562,00	52
	TOTAL	**01**	**1.562,00**	**52**
	TOTAL 1991	**03**	**3.789,33**	**130**
ANO: 1992				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Baraúna	01	412,84	40
	Mossoró	02	5.471,39	153
	TOTAL	**03**	**5.884,23**	**193**
AGRESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	João Câmara	01	1.498,00	51
	TOTAL	**01**	**1.498,00**	**51**
CENTRAL POTIGUAR	São Bento do Norte	01	1.988,00	76
	TOTAL	**01**	**1.988,00**	**76**
	TOTAL 1992	**05**	**9.370,23**	**320**
	TOTAL GERAL:	**08**	**13.159,56**	**450**
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).				

Tabela 05 - Governo Itamar: Aspectos Gerais.				
ANO: 1993				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Porto do Mangue Areia Branca	01	1.000,00	76
	TOTAL	**01**	**1.000,00**	**76**
LESTE POTIGUAR	Touros	01	10.034,70	337
	TOTAL	**01**	**10.034,70**	**337**
	TOTAL GERAL:	**02**	**11.034,70**	**413**
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).				

Tabela 06 - Governo FHC: Aspectos Gerais.				
ANO: 1995				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Areia Branca	01	1.891,53	76
	Baraúna	01	251,00	10
	Caraúbas	01	1.228,04	38
	Carnaubais	01	3.694,00	127
	Ipanguaçu	01	5.133,00	206
	Mossoró	02	3.876,93	134
	Porto do Mangue	01	5.156,85	182
	TOTAL	**08**	**21.231,35**	**773**
AGRESTE POTIGUAR	Bento Fernandes	03	1.567,70	63
	João Câmara	01	4.687,16	153
	TOTAL	**04**	**6.254,86**	**216**
LESTE POTIGUAR	São Miguel do Gostoso	01	2.238,00	89
	TOTAL	**01**	**2.238,00**	**89**
CENTRAL POTIGUAR	Pedra Preta	01	5.972,05	150
	TOTAL	**01**	**5.972,05**	**150**
	TOTAL 1995	**14**	**35.696,26**	**1228**
ANO: 1996				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Areia Branca	01	462,78	18
	Baraúna	01	363,60	12
	Caraúbas	02	1.820,96	65
	Carnaubais	01	2.312,01	28
	Governador Dix-Sept Rosado	01	1.109,01	35
	Mossoró	03	6.692,18	214
	Porto do Mangue	01	1.529,33	51
	Upanema	02	3.566,92	190
	TOTAL	**12**	**17.856,79**	**613**
AGRESTE POTIGUAR	Barbaço	01	4.000,00	211
	João Câmara	03	5.980,71	190

	TOTAL	**04**	**9.980,71**	**401**
LESTE POTIGUAR	Pedra Grande	01	2.193,00	69
	Touros	01	5.654,60	180
	TOTAL	**02**	**7.847,60**	**249**
CENTRAL POTIGUAR	Galinhos	01	2.430,00	101
	Guamaré	02	3.035,62	96
	Macau	01	859,82	27
	Santana dos Matos	01	3.048,90	97
	TOTAL	**05**	**9.374,34**	**321**
	TOTAL 1996	**23**	**45.059,44**	**1.584**
ANO: 1997				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Apodi	05	4.623,08	159
	Baraúna	01	3.172,74	200
	Caraúbas	01	1.141,31	45
	Carnaubais	02	2.171,30	60
	Governador Dix-Sept Rosado	02	2.898,74	92
	Upanema	02	4.925,48	184
	TOTAL	**13**	**18.932,65**	**740**
AGRESTE POTIGUAR	Barcelona	01	874,34	29
	João Câmara	03	2.703,80	153
	Lagoa dos Velhos	01	8.364,90	240
	São Paulo do Potengi	01	1.221,53	39
	Tangará	01	3.209,80	102
	TOTAL	**07**	**16.374,37**	**563**
LESTE POTIGUAR	Pedra Grande	01	1.742,12	55
	Pureza	01	2.113,78	67
	São Miguel do Gostoso	01	3.264,82	157
	Touros	02	9.313,80	363
	TOTAL	**05**	**16.434,52**	**642**
CENTRAL POTIGUAR	Afonso Bezerra	01	12.969,00	364
	Lagoa Nova	01	744,37	47
	Macau	01	4.000,00	128
	Pedro Avelino	03	5.718,11	188
	São Bento do Norte	01	3.566,92	66
	TOTAL	**07**	**26.998,40**	**793**
	TOTAL 1997	**32**	**78.739,94**	**2.738**

ANO: 1998				
	MUNICIPIO	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
OESTE POTIGUAR	Apodi	05	3.564,34	146
	Baraúna	01	1.079,34	41
	Campo Grande	01	976,40	35
	Carnaubais	03	4.917,16	200
	Governador Dix-Sept Rosado	02	5.597,89	199
	Itau	01	954,78	30
	Mossoró	03	5.210,24	225
	Porto do Mangue	01	641,19	15
	Umarizal	01	1.489,02	50
	TOTAL	**18**	**24.430,66**	**941**
AGRESTE POTIGUAR	Bento Fernandes	01	2.576,10	125
	Ielmo Marinho	01	1.277,10	60
	Jandaira	01	2.500,00	100
	Japi	01	2.210,28	83
	Riachuelo	01	7.234,19	240
	Serra Caiada	01	2.956,40	130
	TOTAL	**06**	**18.754,07**	**738**
LESTE POTIGUAR	Ceará-Mirim	03	4.513,48	350
	Maxaranguape	02	1.703,79	160
	São José do Mipibu	01	328,62	62
	Taipu	01	1.386,10	60
	Touros	01	649,47	25
	TOTAL	**08**	**8.581,46**	**657**
CENTRAL POTIGUAR	Afonso Bezerra	01	2.520,00	120
	Guamaré	01	1.929,50	73
	Lagoa Nova	01	1.011,69	68
	Macau	01	1.086,00	30
	São Bento do Norte	01	1.210,52	40
	Santana dos Matos	01	1.197,00	53
	TOTAL	**06**	**8.954,71**	**384**
	TOTAL 1998	**38**	**60.720,90**	**2.720**
ANO: 1999				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Açu	01	2.297,14	80
	Baraúna	02	1.340,54	60
	Caraúbas	01	1.727,46	65
	Carnaubais	02	1.630,60	55
	Governador Dix-Sept Rosado	02	1.942,64	79
	Mossoró	05	5.519,32	230
	Porto do Mangue	01	2.284,47	80
	TOTAL	**14**	**16.742,17**	**649**

AGRESTE POTIGUAR	Bento Fernandes	02	1.387,45	72
	Ielmo Marinho	01	3.117,70	240
	João Câmara	02	2.980,64	120
	Parazinho	01	633,00	30
	Poço Branco	03	1.728,04	90
	Santa Cruz	01	520,00	30
	São Pedro	01	684,12	20
	Tangará	01	1.815,00	80
	TOTAL	**12**	**12.865,95**	**682**
LESTE POTIGUAR	Macaíba	01	1.220,98	70
	Maxaranguape	02	795,72	76
	Touros	01	224,24	23
	TOTAL	**04**	**2.240,94**	**169**
CENTRAL POTIGUAR	Afonso Bezerra	01	1.865,78	80
	Cerro Cora	03	2.567,57	69
	Florânia	02	2.830,33	200
	Lagoa Nova	01	2.576,88	132
	Lajes	02	5.466,97	220
	Pedro Avelino	01	2.586,77	100
	São Bento do Norte	01	2.220,00	100
	Santana dos Matos	02	995,61	62
	Tenente Laurentino	01	721,00	25
	TOTAL	**14**	**21.810,91**	**988**
	TOTAL 1999	**44**	**53.659,97**	**2.488**
ANO: 2000				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Apodi	01	1.288,09	60
	Caraúbas	01	806,10	32
	Governador Dix-Sept Rosado	01	821,74	30
	Mossoró	03	1.237,18	54
	Parau	01	1.903,60	35
	Pendências	01	1.188,00	33
	TOTAL	**08**	**7.244,71**	**244**
AGRESTE POTIGUAR	Jandaira	01	504,88	21
	Santa Cruz	01	761,20	28
	São Paulo do Potengi	01	368,49	15
	TOTAL	**03**	**1.634,57**	**64**
LESTE POTIGUAR	Ceará-Mirim	04	3.195,05	244
	Macaíba	01	860,66	80
	Pureza	01	700,00	23
	São Jose do Mipibu	1	341,86	44
	TOTAL	**07**	**5.097,57**	**391**
	TOTAL 2000	**18**	**13.976,85**	**699**

ANO: 2001				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Apodi	02	2.035,03	76
	Governador Dix-Sept Rosado	02	1.820,83	62
	Mossoró	05	5.678,63	356
	Upanema	05	6.770,66	300
	TOTAL	**14**	**16.305,15**	**794**
AGRESTE POTIGUAR	Bento Fernandes	01	608,26	21
	João Câmara	01	538,34	26
	Nova Cruz	01	1.931,89	60
	Parazinho	03	682,27	86
	Poço Branco	01	418,00	20
	São José do Campestre	01	1.648,20	54
	Senador Elói de Souza	01	5.297,38	223
	Sítio Novo	01	1.278,50	51
	TOTAL	**10**	**13.767,47**	**541**
LESTE POTIGUAR	Ceará-Mirim	01	286,67	20
	Macaíba	01	821,71	60
	Pureza	01	1.918,20	55
	São Miguel do Gostoso	01	436,06	23
	Taipu	01	1.670,30	80
	TOTAL	**05**	**5.132,94**	**238**
CENTRAL POTIGUAR	Angicos	01	1.258,52	45
	Cerro Cora	01	3.314,45	166
	Guamaré	01	1.481,00	70
	TOTAL	**03**	**6.053,97**	**281**
	TOTAL 2001	**32**	**41.259,53**	**1.854**
ANO: 2002				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Açu	01	1.480,00	56
TOTAL 2002		01	1.480,00	56
TOTAL GERAL:		**202**	**330.592,89**	**13.367**

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).

Tabela 07 - Governo Lula: Aspectos Gerais.				
ANO: 2003				
	MUNICIPIO	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
OESTE POTIGUAR	Açu	01	1.462,93	45
	Mossoró	02	2.399,73	100
	TOTAL	**03**	**3.862,64**	**145**
AGRESTE POTIGUAR	Bento Fernandes	01	851,34	30
	João Câmara	01	1.163,03	45
	TOTAL	**02**	**2.014,37**	**75**
LESTE POTIGUAR	Macaíba	02	1.363,62	92
	Touros	01	1.388,61	70
	TOTAL	**03**	**2.342,30**	**127**
	TOTAL 2003	**08**	**8.629,26**	**382**
ANO: 2004				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Mossoró	04	23.256,66	1.450
	Upanema	01	1.190,48	37
	TOTAL	**05**	**24.447,15**	**1487**
LESTE POTIGUAR	Ceara-Mirim	01	1.740,11	113
	Espirito Santo	02	1.102,53	57
	São Miguel de Touros	02	1.877,57	91
CENTRAL POTIGUAR	Currais Novos	01	657,40	36
	TOTAL	**06**	**5.377,62**	**297**
	TOTAL 2004	**11**	**29.824,78**	**1784**
ANO: 2005				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Apodi	01	1.428,66	60
	Baraúna	01	763,31	35
	Governador Dix-Sept Rosado	01	2.463,74	60
	Ipanguaçu	01	15.695,37	529
	Upanema	01	1.351,59	40
	TOTAL	**05**	**21.702,67**	**724**
AGRESTE POTIGUAR	Ielmo Marinho	01	1.047,25	40

	TOTAL	**01**	**1.047,25**	**40**
LESTE POTIGUAR	Ceará-Mirim	01	509,23	43
	Macaíba	01	486,77	47
	Pureza	01	1.302,79	47
TOTAL		**03**	**2.298,79**	**137**
TOTAL 2005		**09**	**25.048,71**	**901**
ANO: 2006				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Açu	01	3.311,90	70
	Campo Grande	01	2.995,70	47
	Mossoró	01	1.108,21	45
	Governador Dix-Sept Rosado	01	5.903,26	113
	TOTAL	**04**	**13.319,07**	**275**
AGRESTE POTIGUAR	Riachuelo	01	**1.050,62**	**30**
TOTAL		**01**	**1.050,62**	**30**
TOTAL 2006		**05**	**14.369,69**	**305**
ANO: 2007				
OESTE POTIGUAR	**MUNICIPIO**	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
	Areia Branca	01	3.410,39	84
	Caraúbas	01	1.854,86	30
	Governador Dix-Sept Rosado	01	860,55	17
	Mossoró	01	1.677,90	63
	TOTAL	**04**	**7.803,70**	**194**
LESTE POTIGUAR	Pureza	01	2.963,37	61
	Touros	01	763,40	41
	TOTAL	**02**	**3.726,77**	**102**
AGRESTE POTIGUAR	João Câmara	01	1.087,06	43
	Poço Branco	01	703,97	52
	TOTAL	**02**	**1.791,03**	**95**
CENTRAL POTIGUAR	Caiçara do Norte	01	6.235,84	161
TOTAL		**01**	**6.235,84**	**161**
TOTAL 2007		**09**	**19.557,34**	**552**
ANO: 2008				
OE ST	Caraúbas	01	1.036,08	41

	Porto do Mangue	01	4.126,74	128
TOTAL		**02**	**5.252,82**	**169**
AGRESTE POTIGUAR	Senador Elói de Souza	01	878,47	33
TOTAL		**01**	**878,47**	**33**
TOTAL 2008		**03**	**6.131,29**	**202**
ANO: 2009				
OESTE POTIGUAR	Carnaubais	03	1.792,15	120
TOTAL		**03**	**1.792,15**	**120**
AGRESTE POTIGUAR	Ielmo Marinho	01	599,55	35
TOTAL		**01**	**599,55**	**35**
TOTAL 2009		**04**	**2.391,70**	**155**
ANO: 2010				
AGRESTE POTIGUAR	João Câmara	01	814,78	45
	Parazinho	01	777,83	55
	Senador Elói de Souza	01	563,87	23
	Serra Caiada	01	1.054,32	40
TOTAL 2010		**04**	**3.210,80**	**163**
TOTAL GERAL:		**53**	**109.138,09**	**4444**
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).				

Tabela 08 - Governo Dilma: Aspectos Gerais.				
ANO: 2012				
	MUNICIPIO	**QUANTITADE ASSENTAMENTO**	**AREA (HA)**	**Nº FAMILIAS**
AGRESTE POTIGUA	Boa Saúde	01	1.396,81	41
	TOTAL	**01**	**1.396,81**	**41**
LESTE POTIGUAR	Macaíba	01	452,13	31
	TOTAL	**01**	**452,13**	**31**
	TOTAL 2012	**02**	**1.848,94**	**72**
ANO: 2013				
CENTRAL POTIGUAR	São Bento do Norte Caiçara do Norte	01	2.506,62	86
	TOTAL 2013	**01**	**2.506,62**	**86**
	TOTAL GERAL:	**03**	**4.355,56**	**158**
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SIPRA (2017).				